

Cidades MIL: Desafios e soluções para o desenvolvimento sustentável na era da Inovação e da Inteligência Artificial

MIL Cities: Challenges and solutions for sustainable development in the age of Innovation and Artificial Intelligence

Felipe Chibás-Ortiz
Marilene Proença Rebello de Souza
Rita de Cássia Marques Lima de Castro
Júlio César Suzuki

(ORGANIZADORES | EDITORS)



DOI: 10.11606/978658759665-5

ISBN: 978-65-87596-65-5 (Digital)
ISBN: 978-65-87596-66-2 (Impresso)
DOI: 10.11606/9786587596655

FELIPE CHIBÁS-ORTIZ
MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA
RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO
JÚLIO CÉSAR SUZUKI
(ORGANIZADORES)

CIDADES MIL:
DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA ERA DA INOVAÇÃO E DA
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

UNESCO
MIL INSTITUTE
USP
IP-USP
PROLAM-USP
CIIDCMIL

2025



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitor: Maria Arminda do Nascimento Arruda

Pró-Reitor de Graduação: Aluisio Augusto Cotrim Segurado

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Rodrigo do Tocantins Calado de Saloma Rodrigues

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação: Paulo Alberto Nussenzveig

Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária: Marli Quadros Leite

Pró-Reitora de Inclusão e Pertencimento: Ana Lúcia Duarte Lanna

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Diretora: Ianni Regia Scarcelli

Vice-Diretora: Patrícia Izar

Chefe do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade (PSA): Pedro Fernando da Silva

Chefe do Departamento de Psicologia Clínica (PSC): Maria Livia Tourinho Moretto

Chefe do Departamento de Psicologia Experimental (PSE): Miriam Garcia Mijares

Chefe do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST): Belinda Piltcher Haber Mandelbaum

Presidente da Comissão de Graduação: Paula Debert

Presidente da Comissão de Cultura e Extensão: Bernardo Parodi Svartman

Presidente da Comissão de Cooperação Internacional: Daniel Kupermann

Presidente da Comissão de Pesquisa e Inovação: Fraulein Vidigal de Paula

Presidente da Comissão de Pós-Graduação: Maria Livia Tourinho Moretto

Presidente da Comissão de Pertencimento e Inclusão: Adriana Marcondes Machado

Coordenador do Centro-Escola: Pablo de Carvalho Godoy Castanho

Responsável pela Assistência Acadêmica: Sandra Dias dos Santos

Responsável pela Assistência Administrativa: Tatiana Carvalho de Freitas

Responsável pela Assistência Financeira: Claudenia Diniz da Silva Lima

Chefe Técnica da Biblioteca Dante Moreira Leite: Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini

Chefe da Seção Técnica de Informática: Eduardo Makoto Okamura

Chefe do Serviço de Apoio Institucional: Islaine Maciel

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA (PROLAM)

COORDENAÇÃO

Marilene Proença Rebello de Souza
Júlio César Suzuki

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Membros Titulares

Dennis de Oliveira
Luciana Romano Morilas
Lucilene Cury
Maria Célia Lima-Hernandes
Suzana Maria Loureiro Silveira

SECRETARIA

Willian Almeida

COMISSÃO CIENTÍFICA AVALIADORA

Prof. Dr. Ubaldo Cuesta Cambra, Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Complutense de Madrid, Espanha

Prof. Dr. Qingwen Dong, Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade do Pacífico, Estados Unidos de América

Prof. Dr. Suleiman M. Yar Adua, Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Bayero, Nigéria

Prof. Dr. Alice Y. L. Lee, Diretora do Departamento de Jornalismo, na Universidade Batista de Hong Kong, China

Prof. Dr. Luis Alberto de Farias, Chefe Departamento CRP da Universidade de São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Dinesh Babu, Chefe do Departamento de Mídia Visual e Comunicação, da Escola Amrita de Artes e Ciências, Kochi, Índia

Prof. Dra. Agnese Pastorino, Consultora da Organização Mundial da Saúde (OMS), UNICEF e ONU, Itália

Profa. MsC.. Sherri Hope Culver, Universidade Temple, Estados Unidos da América.

Profa. Dra. Hellen Amunga, Universidade de Nairobi, Nigéria

Prof. Dr. Joey Alagran, Universidade de Filipinas Diliman, Filipinas

Prof. Diego Leandro Marin Ossa, Universidade de Pereira, Colômbia

Prof. Dr. Carlos Viltre Calderón , Universidade de Holguin, Cuba

Prof. Dra. Viviana Margarita Monterroza Montes, Universidad de Sucre, Colômbia

Profa. Dra. Emérita Victoria Vázquez Tolentino, Universidade de San Pedro, Peru

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Cidades mil: desafios e soluções para o desenvolvimento sustentável na era da inovação e da Inteligência Artificial / Organização de Felipe Chibás-Ortiz, Marilene Proença Rebello de Souza, Rita de Cássia Marques Lima de Castro e Júlio César Suzuki. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; São Paulo: Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, 2025.
667 p.

ISBN: 978-65-87596-65-5 (eletrônico)

ISBN: 978-65-87596-66-2 (impresso)

DOI: 10.11606/978658759665-5

Textos em português, inglês e espanhol.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Inovação. 3. Inteligência Artificial. 4. América Latina.
I. Chibás-Ortiz, Felipe (Org.). II Souza, Marilene Proença Rebello de (Org.). III. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de (Org.). IV. Suzuki, Júlio César (Org.).

LC HD 75.6

Ficha elaborada por: Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini: CRB 3995



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

Capa: arte de autoria de Dorinho Bastos

Diagramação e editoração: Rita de Cássia Marques Lima de Castro

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

SUMÁRIO

Prólogo

A Importância das Cidades MIL para as Empresas 14

Luíza Trajano

Prefácio

NB, la ciudad que no escuchó a sus profetas.....17

José Manuel Pérez Tornero

Palavras iniciais

Cidades MIL: por uma inovação urbana sustentável, climática, tecnológica e humana.....28

Felipe Chibás-Ortiz

Marilene Proença Rebello de Souza

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Júlio César Suzuki

DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO: CIDADES MIL PARA O PLANETA, 2024 34

DECLARATION OF SÃO PAULO: MIL CITIES FOR THE PLANET, 2024 43

DECLARACIÓN DE SÃO PAULO: MIL CIUDADES PARA EL PLANETA, 2024.....51

Capítulo 1

El Gancho, un barrio zaragozano que combina la tradición e innovación. Análisis desde el enfoque de las TRIC y las Ciudades MIL UNESCO 62

Sheila Peñalva Tobías

Carmen Marta-Lazo

José Antonio Gabelas-Barroso

Capítulo 2

Enfrentar a desigualdade urbana e a emergência climática: os grandes desafios das cidades brasileiras no século XXI..... 73

Nabil Bonduki

Capítulo 3

Desafios e Soluções para a Geração 'Nem-Nem': uma abordagem integrada para capacitar os jovens na era da aprendizagem contínua e da transformação digital no contexto das cidades MIL UNESCO 118

Adriana Backx Noronha Viana

Marco Wang

Capítulo 4

Energias Renováveis sob a perspectiva das Cidades MIL: Comparação entre Brasil, Uruguai e Noruega..... 152

Fabiane Regina Carvalho de Andrade Ibrahin

Felipe Chibás-Ortiz

Júlio César Suzuki

Capítulo 5

Cidades MIL: Construindo Cidadania na Era Digital . 169

Rosana Hermann Efraim

Capítulo 6

Cidades MIL: Políticas para Arte Pública e o Teatro Transdisciplinar..... 191

Samuel Carrasco Leal

Felipe Chibás-Ortiz

Júlio César Suzuki

Capítulo 7

Mobilidade eletrificada para uma cidade mais limpa, verde e segura..... 210

Thiago Hipólito

Capítulo 8

Normalização do inovador conceito de Cidades MIL: proposta de certificação modelo ISO 232

Marcelo Oliveira dos Santos

Felipe Chibás-Ortiz

Efrain Pantaleón-Matamoros

Capítulo 9

Interface de Websites Municipais sob a Ótica da Metodologia 20 BCC-5 DCR: o site da Prefeitura de Blumenau 256

Renato Valderramas

Felipe Chibás-Ortiz

Efrain Pantaleon Matamoros

Chapter 10

São Paulo: uma cidade resiliente 282

José Renato Nalini

Chapter 11

Hip Hop e Cidades Mil: Pensamento Crítico, Transformação do Espaço Urbano, Mídia e Informação nas Cidades de São Paulo e Havana..... 299

Pedro Henrique Ferreira Sobrinho

Felipe Chibás-Ortiz

Chapter 12

Cidades MIL e suas conexões com a arte..... 321

Carla Francisca Fatio

Chapter 13

Cidades Mil inspirando cartuns..... 336

Dorinho Bastos

Chapter 14

Neurocomunicación aplicada a la alfabetización mediática y al liderazgo cívico en las CIUDADES MIL de UNESCO 354

Almudena Barrientos-Báez

David Caldevilla-Domínguez

Alba María Martínez-Sala

Chapter 15

Alfabetización Mediática e Inteligencia Artificial Informacional (AMIAI) en la Ciudad Educativa..... 369

Felix Ortega

Chapter 16

On Heritage, Urban and Media Arts, applied to Cultural Tourism activities in Lisbon: a necessary previous debate for a future Lisbon MIL City..... 398

Pedro Andrade

Chapter 17

Training leaders and influencers from the perspective of MIL Cities: a case study of North American and African cities421

Emmanuel Komi Kounakou-

Chapter 18

Media and Information Literacy (MIL) in Serbia: National Efforts, Policies, and Programs. In relation to: Goals of the 2030 Agenda linked to the MIL Cities paradigm 440

Maja Zaric

Chapter 19

Transcending cultural barriers in MIL cities with public policies for education, innovation, and communication 457

S. Dinesh Babu

Ann Jacob

Chapter 20

Anthropomorphism in AI and the Role of Media Information Literacy 504

José Manuel Simões

Wilson Caldeira

Chapter 21

Ciudades alfabetizadas digitalmente: el reto del voto informado 523

Alejandro Martin del Campo

Chapter 22

Métricas de Educação e inclusão sociodigital na perspectiva das Cidades MIL: as barreiras culturais à comunicação ... 538

Eliete Sampaio Farneda

Chapter 23

MIL Leaders” beyond Cultural Barriers of Communication: an approach based on UNESCO’s Global Framework for Media and Information Literacy Cities 562

Sofia Samara

Chapter 24

O modelo de Cidades MIL como proposta de enfrentamento à crise global de informações 576

Ana Paula Dias

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	598

Sobre os Autores.....	608

Índice Remissivo	673

Prólogo

A Importância das Cidades MIL para as Empresas

Luíza Trajano ¹

Sinto-me profundamente honrada por ter proferido as palavras de abertura e participado do Primeiro Encontro Internacional das Cidades Inteligentes - Cidades MIL, Edição Brasil, realizado em 30 de abril de 2024 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). O evento abordou um tema extremamente relevante: como reduzir as desigualdades sociais por meio das Cidades MIL.

Durante o encontro, foram lançadas iniciativas e documentos de grande impacto, como a Declaração Cidades MIL de São Paulo para o Planeta, assinada por importantes personalidades e que também integra esta obra. Além disso, foi proposta a criação de um grupo de Embaixadores das Cidades MIL, e tive a honra de ser eleita uma das integrantes, ao lado de outras personalidades e autoridades como Paula Lima e Welington Nogueira, entre outros.

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos e parabenizar o Comitê Organizador do evento pela liderança e dedicação em trazer à tona debates tão essenciais para a sociedade brasileira e global.

A maioria dos capítulos deste livro nasceu a partir das reflexões e discussões promovidas nesse evento.

O papel das empresas na construção dos novos espaços urbanos, dentro da perspectiva proposta pela UNESCO em 2018, é fundamental. As empresas

¹ Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luíza, Brasil, e do Grupo Mulheres do Brasil.

são a espinha dorsal da produção de bens e serviços na sociedade, impactando diretamente nossas vidas - seja por meio dos produtos que consumimos, dos empregos que geram ou das consequências sociais que promovem. Elas são um reflexo da sociedade na qual estão inseridas, e as decisões que tomam reverberam no coletivo. Dentro desse contexto, nossas empresas têm buscado contribuir ativamente ao longo dos anos, implementando programas voltados à promoção de lideranças negras e femininas.

A transformação urbana não deve se limitar à implementação de tecnologias. É imprescindível que caminhemos na direção de cidades mais inclusivas, educativas, ecológicas e resilientes, que capacitem seus cidadãos para utilizar de maneira ética as inovações tecnológicas, como a Inteligência Artificial (IA). Nesse cenário, as Cidades MIL (Media and Information Literacy - Alfabetização Midiática e Informacional) emergem como uma solução necessária e viável.

A Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) se consolida como uma ferramenta essencial para navegar e prosperar na sociedade contemporânea. Com uma abordagem multidisciplinar e multissetorial, a AMI prioriza a educação em todas as suas formas -formal, não formal, informal e ao longo da vida. Seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável dos espaços urbanos, combatendo não apenas a exclusão digital, mas também as desigualdades culturais, de gênero e raciais. Ela também assegura a valorização da diversidade linguística, étnica e cultural, fortalecendo a construção de sociedades mais inclusivas e democráticas. Ademais, a AMI se apresenta como uma ferramenta poderosa para interpretar a realidade híbrida

(física e digital) e combater desafios contemporâneos como o discurso de ódio e as fake news.

Desejo a todos uma excelente leitura desta obra tão necessária e atual. Mais do que isso, espero que o tema sensibilize cada um de nós e que possamos contribuir, mesmo que modestamente, para a construção de cidades melhores.

Afinal, as cidades são feitas de pessoas. Transformá-las positivamente, reduzindo desigualdades sociais e tornando-as mais acolhedoras, é uma missão coletiva e essencial para um futuro mais justo e sustentável.

Luiza Helena Trajano

Presidente do Conselho do Magazine Luiza e do Grupo Mulheres do Brasil

Prefácio

NB, la ciudad que no escuchó a sus profetas

José Manuel Pérez Tornero ²

Siempre hay diluvios que arrasan con todo. Siempre hay personas que construyen arcas de salvación para afrontar el aguacero. Pero todo es un ciclo reversible. El péndulo que va de extremo a extremo: de la destrucción a la salvación.

Todas las ciudades han servido de arcas. Cobijaron a *los suyos*, y dieron refugio a *los otros*. Pero todas las ciudades se enfrentan periódicamente a diluvios o a tsunamis que pueden arrasar todo. Caos y orden. Orden y caos. Un ciclo casi infinito.

De manera que lo que queda hoy día de las ciudades solo se entiende como una acumulación de diferentes estratos de supervivencia (de vida) como arcas que resisten los tsunamis y los diluvios. Aunque a veces, son las mismas arcas las que acaban siendo prisiones sin escape en momentos de zozobra o naufragio.

Miremos nuestro horizonte de habitantes de ciudades desde 2025. A nuestro alrededor, infinidad de diluvios y amenazas de tsunamis para nuestras metrópolis. **Fenómenos meteorológicos extremos** debidos en buena parte al deterioro climático del planeta que se convierten en

² Coordinador del Programa UNESCO de Cooperación Alfabetización Mediática e Informacional y Diálogo Intercultural. Catedrático Emérito de la Universidad Autónoma de Barcelona.

huracanes voraces, danas destructoras, borrascas corrosivas, incendios espeluznantes, sequías dramáticas, y al fin desertización y desolación.

Violencias también extremas: invasiones de crueldad inaudita, bombardeos, genocidios, violencia étnica, y violencia verbal por doquier.

Fenómenos de desigualdad lacerante: en lo político, económico y social. Cada vez menos tienen más, y cada vez esos menos piensan menos en los demás. Lo que se traduce en políticas traumáticas, de egoísmo y etnicismo corrosivo, en improvisación y locura.

Podemos, a partir de este horizonte, intentar imaginar qué serán nuestras ciudades del futuro. ¿Serán ciudades-cobijo-refugio o ciudades desoladas y arrasadas por diluvios y tsunamis de toda especie? Y para el caso, ¿serán ciudades AMI (o MIL) ordenadas y civilizadas? ¿O serán ciudades *barbarizadas* y caóticas?

Viajemos a un futuro lejano: cien años más, un siglo tras el **rearme europeo que empezó en 2025**.

Año 2125. Una ciudad cualquiera a la que llamaremos **Nueva Babel (NB)** puede servirnos de referencia. Como en su día nos sirvieron las ciudades invisibles de Calvino. Una invisibilidad que, sin embargo, nos puede visibilizar algunos de nuestros futuros posibles.

Nueva Babel se eleva como una torre grandiosa de cristal y algoritmos sobre las ruinas de lo que alguna vez fue una promesa de salvación. Ya no lo es. Pero conserva la fascinación de la nostalgia y la decepción.

Desde la distancia, la ciudad brilla. En la lejanía, sus rascacielos compiten por tocar el cielo y sus calles son ríos de luz y sombra. Evoca a la Nueva York de principios de siglo XX -la Shangay de finales, la Dubái de no se sabe qué año o Las Vegas (casino en un desierto)-.

Pero conforme la vemos de cerca, la ilusión se desvanece. El espejismo ha durado poco. Lo que parecía un sueño futurista es, en realidad, una distopía cuidadosamente diseñada.

Los habitantes de Nueva Babel caminan con los ojos semicerrados, inmersos en gafas neuronales que los desconectan del mundo tangible.

Pocos de ellos recordarán el día en que un diluvio, que no lo parecía al principio, se convirtió muy pronto en un tsunami digital. Lo cambió todo. Lo sólido, primero, se hizo líquido. Luego, gaseoso. El espacio se achicó y al mismo tiempo creció la distancia. La comunidad, sencillamente, dejó de serlo y se convirtió en un rebaño de burbujas voladoras, pompas vanas de jabón que diría algún poeta olvidado. El tiempo se fulminó. Ni fue espera, ni duración. Implosionó. Dejó de ser una de las condiciones de existencia. Fue a causa de la velocidad o/y de la prisa (que es la hiperangustia psicológica que genera la velocidad).

Sin embargo, en principio, ese diluvio digital, se perfiló en la bruma del caos generado anteriormente como una promesa. Fue percibido mayoritariamente como el punto de fuga (escape) de una civilización que, basada en los combustibles fósiles y en esas máquinas infernales de los automóviles que lo habían fagocitado y contaminado todo. Por aquel entonces, insisto, la digitalización -lo que con más precisión se llamó **transformación digital**- se presentó como la nueva arca de Noé: la salvación ante la miseria caótica de unas ciudades cargadas de tráfico, humo y de muchedumbres en movimiento (como zombies).

No lo fue. En realidad esa ansiada Arca digital solo fue un envoltorio de celofán para los habitantes de Nueva Babel. Les ofreció una sensación falsa de seguridad, como si vivieran en una burbuja inexpugnable, en una

especie de ciudadela personal. Pero, de hecho, esa burbuja pegajosa solo les sirvió para separarse unos de otros. Les creó la ilusión de ser ubicuos y estar comprometidos con toda la realidad, pero, realmente, los desterró de su propio suelo, los ensimismó y los deshumanizó.

La transformación digital, lejos de resolver problemas anteriores, los empaquetó en nuevos formatos.

Lo que era masivo, se expandió aún más; pero con la apariencia de una personalización a la medida década cual. Lo que era repetitivo, alcanzó una multiplicación casi infinita. Lo que en principio se estandarizaba estadísticamente se convirtió, a fuerza de rutina, en un formato único y compulsivo.

Del feudalismo y la tiranía se pasó al autoritarismo blando, al totalitarismo invisible. Del vasallaje medieval al tecnofeudalismo imperialista.

Por eso, en el 2125 Nueva Babel es y será una torre ilusa e ilusoria. Sin capacidad de autoanálisis, navegando en un espacio sin gravedad, sin sentido.

Sus habitantes, confiados en la transparencia y ligereza de un mundo digital -que es ante todo una ilusión-, viven sin conciencia crítica. Conformándose con cualquier cosa, como si desconfiaran de sus propias capacidades y no quisieran ser autónomos. Dejándose hibridar, *ciborgizar*, transformar a ritmo de mediatizaciones tecnológicas que parecen adormecerlos, o al compás de cortos cantos políticos que los arrullan con eslóganes de tonos goebbelianos.

Los Profetas

¿Cómo pudo llegarse a esta ruina desilusionada de la Nueva Babel?
¿Cómo pudo trastocarse la esperanza del Arca en la desolación actual?

En las propias leyendas y cuentos de esa misma ciudad, hay que buscar la explicación. Por lo menos la explicación intelectual. Como el becerro de oro explicó el descarrío del Pueblo Elegido, según la Biblia.

Nueva Babel no prestó atención a sus profetas, y ahora paga el precio. No supo asumir su mensaje, ni seguir sus lecciones. No supo darse cuenta de la deriva de sinsentido que había empezado. No fue consciente de sus propias contradicciones. Por soberbia o ignorancia, vivió buena parte del tiempo engañada (y embalada hacia el abismo). No escuchó a quienes trataban de urbanizar y civilizar el futuro (desde la humildad, la conciencia y la razón -con minúscula). Y abrió la puerta al caos.

Lewis Mumford fue el primero en advertirlo: "La ciudad no es una máquina; es un organismo vivo".

Nadie lo escuchó. Él soñaba y reclamaba desde sus escritos, ciudades con espacios verdes, distritos donde los edificios no superaran los diez pisos y el 60% del espacio estuviera ocupado por parques y jardines. Eran lugares de relajación, de encuentro en los que se podía convivir cara a cara, frente a frente, seguro y en comunidad.

No fue escuchado. Sus planes fueron devorados por las *Mega Malls*, centros comerciales donde a la gente se la masifica haciéndose que se atropellan unos a otros en parkings siniestros e infinitos, en calles de escaparates encerradas.

Aunque eso solo fue el principio, y por un momento pareció que con la digitalización todo habría de cambiar. Pero apenas cambió nada. Los

Mega Malls se transformaron pronto en grandes contenedores de burbujas digitales a los que los Mega Malls solo servían de relevo.

En estos nuevos espacios digitales los sueños se fabrican a medida y se venden envueltos en celofán. Todo envuelto en el macro-celofán de El Gran Sueño (EGS).

Los árboles reales desaparecieron. En su lugar, hologramas de flores que nunca crecen y que nadie huele. Los niños dejaron de correr por los parques para quedarse quietos en jardines virtuales plagados de anuncios. Los ancianos, aislados en sus apartamentos burbuja, pasean solos por mundos digitales que no pueden tocar.

Mumford dijo que la tecnología debía servir a la vida, no al revés. En Nueva Babel, la vida se rindió sin luchar. Se esfumó como un suspiro.

Tampoco escucharon a **Richard Sennett**, que sostenía que una ciudad sana necesita conflictos. "La ciudad perfecta no es armónica; es un espacio donde el conflicto genera creatividad", decía.

Pero en la Nueva Babel la disidencia se borró. La apagó el miedo. Ese miedo, fruto de la intimidación producida por el estruendo de las grandes voces de los nuevos señores tecnofeudales, y que generó una especie de trauma de inmovilización extensiva.

En Nueva Babel, las fachadas ya no cambian de color por decisión de las comunidades de vecinos o por normativa municipal. Todas las fachadas están hechas de pantallas. Pantallas que despliegan publicidad personalizada y masificada. Que envían mensajes políticos en nombre de la Gran Empresa Apolítica (GEA). Pantallas que pese a sus infinitos colores y sonidos transmiten un solo mensaje: la ideología de El Gran Sueño.

Las aceras en NB son amplias y solitarias, pero casi nadie camina por ellas. Casi nadie se cruza en ellas.

Lo que un día se llamó Metaverso es, años después, un **Reverso de la humanidad** decepcionada, casi eliminada. En ese Reverso, una de sus plazas emblemáticas (Plaza Transdigital2025), se ha convertido en un cementerio de avatares. Avatares que no conversan, ni discuten, apenas se ignoran. Ignoran en profundidad lo que es una plaza, lo que es un foro.

Incluso los bots diseñados para simular a los grandes líderes de este Gran Reverso (Steve Jobs, Bill Gates, Zuckerberg, Bezzos, Elon Musk, y otros...) fueron desconectados. Ya no servían para nada. No eran ya objeto de culto, ¡No valían la pena! Habían completado su vida útil, su objetivo de desestabilizar el orden anterior. Interesaba ya esconderlo Como si no hubieran existido jamás. Como si todo ese estruendo del tsunami digital fuera cosa de naturaleza, no de artificio humano.

Otro profeta de palabras sensatas, pero tan desoído como los anteriores fue **Richard Sennett**. Él imaginaba ciudades abiertas, llenas de fricción y roces, de encuentros inesperados. Porque aunque les costara admitirlo a los bienpensantes, las ciudades necesitan, para ser vivas, una buena dosis de ruido, de incertidumbre y desorden. Requieren el roce de lo estable (y establecido) con lo que no lo es. Lo extraño con lo archiconocido.

Pero no, Sennet tampoco tuvo éxito. Nueva Babel optó por la comodidad y, por un exceso de pulcritud digital y de orden, avanzó en un camino de previsibilidad aleatoria y estadística -el que precisamente generó la IA (generativa, valga la redundancia)-, y se convirtió en un lugar lleno de una mismidad tal, que todos los habitantes se resultaban extraños entre sí. Seguramente porque era la única manera de negarse a reconocerse en el

espejo. Como si el narcisismo extremo que propiciaban las redes sociales no tuviera más salida que desconocer a los otros/iguales para sentirse singulares. Ese narcisismo que es contiguo a la agresividad y al odio.

David Harvey también habló en Nueva Babel y sus alrededores, aunque pocos lo recuerdan. "El derecho a la ciudad no es un regalo; es una conquista"-decía-. Conquista del territorio de los Señores que quieren convertir en comunal. Pero no hubo conquista en NB, lo que hubiera sido conquistable pronto se convirtió en una nube volátil en manos de los señores tecnofeudales.

En Nueva Babel hay pocos ecos de conquista, nada de discursos épicos que alienten a tomar posiciones o a rebelarse. El conformismo lo preside todo. Se llama Transformación Digital Supervisada (TDS).

En definitiva, en la Nueva Babel todo tiene dueño y todo está ocupado por los grandes Señores.

Los *Distritos Ocupados*, comunidades digitales donde antaño se levantaron viviendas cooperativas y granjas de servidores compartidos, fueron barridos por drones policiales en operativos quirúrgicos.

Las bibliotecas Gran Reverso fueron desmanteladas y sustituidas por tiendas de *NFTs de oxígeno virtual*. Es decir, las marcas que aseguran que todo lo que circula tienen un dueño y que en Nueva Babel significa que los dueños son los Grandes Señores Tecnofeudales.

Los ricos (megarricos y plutócratas) viven en burbujas de aire filtrado. Mientras los pobres respiran aire contaminado y luchan enconadamente por un espacio, tanto en las calles del Gran Reverso como en los pocos servidores públicos, ya saturados. (Digamos de paso que hay servidores

Premium para muy pocos, donde todo es inmediato, y Servidores Públicos (SP), para quienes pueden perder todo el tiempo del mundo haciendo cola).

Harvey soñó con una ciudad justa, en la que tanto lo físico como lo virtual fuese comunitario. Pero la desigualdad es ahora el único diseño urbano que se mantiene. Lo de la **causa común** y la **propiedad comunitaria** está solo en los museos, y difícilmente se entiende su concepto entre los habitantes de Nueva Babel. Para ellos, máxima aspiración es sentirse bien en su burbuja aislada de celofán. Le llaman ID, Identidad Digital.

Después vino **Paul Virilio**: "La velocidad no es progreso; es un accidente permanente" -dejó dicho-. Reclamaba tiempo, contención, pausa y sosiego. Pero casi nadie quiso escucharle.

En Nueva Babel, como avanzó Paul Virilio, los trenes magnéticos cruzan continentes en minutos. La *Red Cuántica* entrega noticias antes de que ocurran (le llaman probabilismo noticioso, y como el Relato se ha convertido performativo absolutista, esas noticias son mejores que las noticias denominadas antiguamente "reales". Tanto es así que en NB ya nadie habla de *fake news*.

Pero en esta carrera de la Nueva Babel, la ciudad se quedó sin tiempo. Y sus habitantes apenas pudieron percibirlo. Los *Templos de la Lentitud*, espacios donde se prohibía correr, enviar mensajes o usar inteligencia artificial, cerraron por "baja rentabilidad". Hoy, Nueva Babel es un torbellino de información hueca: todo es instantáneo, nada es real.

Virilio lo había dicho: la velocidad nos desmaterializa. Aquí, en NB, la gente ya no sabe quién es, ni de qué materia están hechos, ni porqué han llegado -arrastrados por una Gran Prisa- a estar donde están.

Y hubo un quinto profeta, cuyo nombre se perdió en el ruido. Habló de la urgencia de la alfabetización mediática. Dijo que sin ella, incluso la ciudad mejor diseñada acabaría siendo una jaula de cristal inteligente. Que la conciencia crítica no debería perderse nunca.

Pero en Nueva Babel, nadie lo oyó. Las escuelas de alfabetización -las pocas de alfabetización digital que había, pero también las otras, cerraron porque "no daban beneficios". Y porque la idea de cerrar el departamento de Educación que Trump tuvo en el 2025, cundió con el paso del tiempo.

Así que los niños y niñas crecieron (¿se educaron?) sin aprender a distinguir un árbol de verdad de un NFT de oxígeno, o un algoritmo favorable a la comunidad de uno de tipo extractivista. Por eso pasan horas en mundos virtuales sin reglas, ni ética. Y el futuro que se les prometió ya no es un destino sostenible.

Nueva Babel es la ciudad que no escuchó a sus profetas. La ciudad de la nostalgia, la decepción y la soledad. Las calles están cubiertas de pantallas que muestran anuncios personalizados, adaptados al estado de ánimo de cada transeúnte, pero nadie las mira. Lo que no deja de ser alentador, porque la desafección es el primer paso a una rebeldía posible. Pero por ahora es solo desafección normativizada, generada basándose en el conductismo más ramplón.

Los habitantes de NB, aunque caminen por calles solitarias, en realidad, flotan en burbujas digitales, aislados no solo del mundo físico, sino los unos de los otros.

La distancia se volvió norma. Sociedad de la distancia, que es menos sociedad. La soledad se convirtió en epidemia, pandemia, para ser más

exactos. La seguridad, un privilegio que pocos pueden pagar. La incertidumbre, lo habitual.

Mumford, Sennett, Harvey y Virilio fueron profetas, no fueron dioses omniscientes, no lo pretendieron. Fueron solo voces que señalaron rutas alternativas ante una realidad que se iba haciendo calamitosa, pero predicaron en el desierto. En el gran desierto anímico que anegó la ciudad, sus palabras se perdieron.

Nueva Babel es un espejo roto, donde se refleja la molición de la humanidad, su parte mala: la incapacidad de escuchar, de aprender, de cambiar. El ensimismamiento narcisista en una soledad aislacionista. La proclividad a la agresividad, al cierre, a la exclusión.

Aunque, quizá no todo esté perdido. Tal vez, en algún rincón olvidado de la ciudad, alguien abra un libro viejo o recupere una conversación sobre la ciudad humana, sobre su necesidad y su sentido. Quizá alguien recuerde cómo distinguir un árbol verdadero de su réplica digital. Tal vez alguna escuela se reabra, y algún atisbo de pensamiento crítico, de libertad de espíritu renazca como síntoma de esperanza entre un mundo tan decepcionante. Tal vez... Ningún destino está escrito de antemano.

Pero el tiempo se acaba. Y si Nueva Babel no aprende de sus profetas, será apenas el prólogo de una distopía aún mayor. De aquí que este libro sea de necesaria lectura. Porque abre alternativas, porque se enfrenta a los auténticos retos de las ciudades y de la ciudadanía de nuestro tiempo. Porque ayuda a **imaginar juntos un futuro mejor**.

Palavras iniciais

Cidades MIL: por uma inovação urbana sustentável, climática, tecnológica e humana

Felipe Chibás-Ortiz ³

Marilene Proença Rebello de Souza ⁴

Rita de Cássia Marques Lima de Castro ⁵

Júlio César Suzuki ⁶

A maioria dos capítulos desta obra é fruto do *Primeiro Encontro Internacional Das Cidades Inteligentes as Cidades MIL, edição Brasil*, realizado em 30 de abril de 2024 na Universidade de São Paulo (USP). O nome deste evento é inspirado no livro do mesmo título. Este livro segue a

³ Livre-docente pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), é mestre e doutor pela mesma universidade. Coordena o grupo de pesquisa CRIARCOMC (Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing nas Cidades). Representante regional para América Latina e Caribe de UNESCO MIL ALLIANCE. felipe.chibas@usp.br; chibas_f@yahoo.es

⁴ Professora Titular da Universidade de São Paulo. Mestre, Doutora e Livre-docente pelo Instituto de Psicologia da USP na área de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Professora e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação "Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano" e "Integração da América- Latina - PROLAM/USP". Coordena o LIEPPE - Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar e o Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e a América Latina. Membro da Associação Brasileira de Psicologia Escolar, da Sociedade Interamericana de Psicologia e da Academia Paulista de Psicologia, ocupando a Cadeira no. 02 "Lourenço Filho". mprdsouz@usp.br

⁵ Professora no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP). Presidente adjunta para o Brasil e chefe de Relações Internacionais do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica - CESPE. ritalimadecastro@usp.br ritalimadecastro@gmail.com

⁶ Professor livre docente na Universidade de São Paulo. Vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina. Professor no Prolam-USP e no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) jcsuzuki@usp.br

esteira de outros anteriores publicadas pela USP voltadas à proposta das Cidades MIL, iniciativa lançada e defendida pela UNESCO desde 2018, trazendo uma atualização e inovações da temática central de Alfabetização Mediática e Informacional (AMI).

Como sabemos, as Media and Information Literacy Cities (MIL Cities) ou Cidades MIL, também conhecidas como Cidades com Alfabetização Mediática e Informacional (Cidades AMI) foi um paradigma lançado por UNESCO em 2018.

Sob esta rede, pretendemos estabelecer as bases para desenvolver o campo de Mídia e Cidades de Alfabetização Informacional como uma nova forma de educação cidadã com novas tecnologias. A proposta de reduzir desigualdades (como a exclusão digital) e alcançar comunidades carentes para oferecer educação de qualidade e bem-estar. Isso criará oportunidades para colaboração duradoura entre os participantes da rede e auxiliará a UNESCO a atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS4) - Qualidade da Educação por meio da melhoria e democratização da educação com o auxílio de técnicas e tecnologias, (ODS5) - Igualdade de gênero, (ODS10) - Redução das desigualdades e o objetivo (ODS11) - Tornar cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Este trabalho, inspirado pelo paradigma das Cidades de Alfabetização Informacional e Midiática (MIL Cities) da UNESCO, bem como novas pesquisas sobre cidades, visa promover práticas de Alfabetização Informacional e Midiática em todos os aspectos do desenvolvimento, servindo os cidadãos como beneficiários centrais de tal programa e beneficiando as comunidades e universidades em que vivem.

Essa abordagem também é congruente com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o combate à Infodemia segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o combate às desigualdades de gênero, raciais, financeiras e outras, posição também defendida pelo governo brasileiro.

As Cidades MIL apresentam a proposição de, tendo o cidadão como foco, educar as cidades na compreensão da nova realidade híbrida, associando físico e digital, que caracteriza a sociedade do conhecimento que se constrói em redes. Tal educação pressupõe a formação de pessoas cidadãs que tenham pensamento crítico e criativo, que compreendam como se fabricam as narrativas e notícias e que possam discernir o contexto, subtexto e intertexto nas comunicações, assim como produzir notícias verdadeiras numa perspectiva ética. Dessa alfabetização e construção de novos espaços urbanos devem participar os 5 principais agentes de inovação nas cidades: fazedores de políticas, educadores, empresários, artistas e cidadãos comuns.

Em consideração os cenários de mídia, informação, inovação e tecnologia em rápida evolução leva à necessidade de adotar uma abordagem evolutiva para as Cidades MIL, especialmente como uma resposta viável à IA Generativa para estabelecer o equilíbrio certo entre avanços tecnológicos e padrões éticos em um mundo digital cada vez mais alimentado por IA.

Quando a IA Generativa se tornou acessível a todos, não apenas cientistas da computação, tornou-se necessário capacitar cidadãos com conhecimento, habilidades, valores e atitudes para navegar com segurança,

ética, conhecimento e criatividade no complexo contexto de mídias, informação e comunicação alimentadas por IA.

As Cidades MIL são vistas por muitos como uma evolução e atualização das pesquisas e posturas mais tradicionais de Alfabetização Mediática e Informacional, trazendo esse grande tema para debates como o combate ao racismo, a xenofobia, as discussões de gênero, o clima associado as cidades, as votações, robôs, milícias digitais e como essas situações podem ser bem o mal comunicadas. A cidade não é ela, é como ela é comunicada.

MIL Cities é uma abordagem transdisciplinar e integradora, trazendo novas áreas de conhecimento que anteriormente não se integravam no enfoque tradicional da AMI, tais como arquitetura, engenharia e urbanismo, IA, segurança, patrimônio, turismo, saúde, etc. A AMI tradicionais focava mais os educadores e comunicadores.

MIL Cities também é uma abordagem holística quali-quantitativa que oferece indicadores e métricas que permitem avaliar o antes e depois de aplicar o modelo, além de possuir metodologias próprias de implementação.

Desde o ponto de vista metodológico Cidades MIL utiliza sempre que possível a metodologia comparativa, comparando os indicadores e métricas de diferentes cidades.

Cidades MIL também é uma abordagem prática na tradição da metodologia pesquisa ação, proporcionando oportunidades de pesquisa, estudo e ativismo de transformação social real. Assim permite estudar os influenciadores e redes colaborativas para diferentes tipos de pessoas e especialmente para jovens numa perspectiva de longo prazo.

O texto se divide em duas partes. A primeira, *Bases e experiencias das Cidades MIL*, é dedicada à definição conceitual do que essa iniciativa liderada por UNESCO propõe e mostra, ainda, algumas pesquisas e experiencias bem sucedidas nesse sentido.

A segunda parte, intitulada *As novas tendências e desafios que enfrentam as Cidades MIL*, explora mais as novas tendências e desafios que enfrentarão as Cidades MIL.

Esta obra nos brinda com produções de respeitados autores de diversos continentes, profissionais que atuam na América Latina e no Caribe, na África, na Europa e na Ásia.

Os capítulos têm um enfoque transdisciplinar, integrador, multidisciplinar, multisetorial e multiprofissional que abarca educação, comunicação, governança eletrônica participativa, votação responsável, ecologia, segurança, urbanismo e arquitetura, inovação, formação de lideranças, participação das empresas digitais e grupos vulneráveis.

O conjunto destes textos abarca a luta pela paz, ferramentas para o combate as fake news e o discurso de ódio, assim como o reforço de ações em prol da Agenda 2030 no contexto da utilização intensiva da Inteligência Artificial (IA), entre outras iniciativas inovadoras.

Não queremos encerrar sem agradecer aos colegas que junto conosco trabalharam de forma prática no evento, Fabiane Ibrahin, Claudia Ayres, Catherine Jimenez, Aliris Silva Fintelman, Pedro Sobrinho, Samuel Carrasco, Valeria Gadioli, Daniel Chavez, Ana Paula Dias, Diane Fiala, Renato Valderramas e a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para o surgimento desta obra coletiva.

Prof. Dr. Felipe Chibás-Ortiz

Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

Profa. Dra. Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Prof. Dr. Júlio César Suzuki



DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO: CIDADES MIL PARA O PLANETA, 2024

São Paulo, Brasil 06 de maio de 2024

O Comitê organizador do **"1º Encontro Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL na visão de UNESCO: fator relacional, visões nacionais e internacionais"**, realizado em 30 de abril de 2024, acordou em nome de todos os participantes e especialmente de seus painelistas que representaram os cinco principais agentes da inovação das cidades (educadores, fazedores de políticas, empresários, artistas e cidadãos comuns), Embaixadores Cidades MIL, assim como especialistas em cidades, manifestar nossa plena solidariedade a iniciativa Cidades MIL (*Media and Information Literacy*) lançada pela UNESCO em 2018.

Inspirados na Declaração de Seul "Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) para todos e por todos" da UNESCO (2021) e na "Declaração do Cairo" da UNESCO MIL ALLIANCE e o Instituto MIL (2024), reafirmamos que apoiamos os esforços que essas organizações realizam para desenvolver a Alfabetização Midiática e Informacional como ferramenta de diálogo, compreensão e construção consciente dessa nova realidade híbrida (física e digital) que está sendo implantada - por vezes de uma maneira caótica, em vistas a colaborar na resolução de conflitos e promoção da paz e o bem comum nas cidades.

Entendemos as Cidades MIL como uma evolução dos paradigmas de cidade Inteligente, Sustentáveis, Resilientes, Educativas, Inovadoras, Saudáveis etc, tendo o cidadão nas suas diversidades como centro. Para implementar este

paradigma que faz ênfase na nova realidade híbrida (física e digital) são necessárias as ciências sociais e de dados, assim como métricas de avaliação, governança participativa e gestão sustentável.

Colocamos nosso conhecimento, prática e experiência para ajudar a pensar em soluções adequadas, inovadoras, éticas, assertivas e sustentáveis que ajudem no desenvolvimento de Cidades MIL valorizando as novas tecnologias e os aspectos sociais no referente a todos seus indicadores e métricas no Brasil, Espanha e no planeta.

Apesar de termos diferentes formações, teorias de base, práticas, todos/as convergimos na necessidade de construir novos modelos e paradigmas de cidades, e para conseguir esse objetivo devemos integrar os olhares complementares dos diferentes atores sociais participantes, e incluir outros que ainda não participaram dessas iniciativas.

Aproveitamos a oportunidade para nos solidarizarmos com as cidades e cidadãos do Rio Grande do Sul, vítimas do desastre climático em decorrência das chuvas intensas que atingiram o estado brasileiro. Nos colocamos a disposição com nossos conhecimentos para projetar as cidades levando em consideração as mudanças climáticas, assim como para a contribuir com a reconstrução das cidades afetadas.

E para que assim conste assinam a presente declaração os painelistas, Embaixadores das Cidades MIL e participantes destacados do evento:

_ Prof. Dr. Nabil Bonduki, professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP).

_ Sra. Luiza Helena Trajano, presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza.

_ Prof. Dr. Paulo Henrique Pereira, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) e professor da

Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo / USP.

_ Prof. Dr. Felipe Chibás-Ortiz, colíder Internacional do Grupo de Inovação de UNESCO MIL ALLIANCE e Vice-coordenador do Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL(CIIDCMIL) da Universidade de São Paulo (USP).

_ Profa. Dra. Carmen Marta-Lazo, Professora sênior de Jornalismo na Universidade de Zaragoza (Espanha) e Diretora da Plataforma Digital Entremedios. É pesquisadora principal do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Informação Digital (GICID), que faz parte do Governo de Aragão, e coeditora-chefe do Mediterranean Journal of Communication.

_ Prof. Dr. Thomas Law, Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP e Presidente do IBRACHINA- Instituto Sócio Cultural Brasil e China.

_ Sr. Wellington Nogueira, ator e fundador do projeto "Doutores da Alegria"

_ Profa. Dra. Marilene Proença, Professora Titular e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM) da USP.

_ Sr. Thiago Hipólito, Diretor Executivo da empresa multinacional 99.

_ Prof. Dr. José Antonio Gabelas-Barroso, Professor e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Informação Digital (GICID) da Universidade de Zaragoza, Espanha.

_ Sra. Rosana Hermann Efraim, Bacharel em Física pela USP, pós graduada em Física Nuclear pela USP, jornalista, escritora, roteirista, produtora de conteúdo online desde '95, colunista da Folha Online, homenageada como integrante da lista "50 over 50" pela revista Forbes em 2023.

_ Profa. Dra. Rita de Cássia Marques Lima de Castro , Professora do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM) da USP.

_ Sr. Davison Fortunato, Skatista e Empreendedor Social.

_ Prof. Dr. Dorinho Bastos, Professor livre docente da Universidade de São Paulo (USP) e cartonista.

_ Profa. Dra. Carla Fatio, Artista plástica e doutora pela Universidade de São Paulo (USP).

_ Adriana Backx, Professora titular da Faculdade de Administração e Economia (FEA-USP).

Seguem os depoimentos individuais dos assinantes:

"O paradigma das Cidades MIL da Unesco inaugura novas possibilidades de vida nas cidades, respeitando a diversidade, a qualidade de vida, o meio ambiente, a sustentabilidade e principalmente o direito à vida de crianças, adolescentes, adultos e idosos. Fortalece a importância da educação para a cidadania, para uma Cultura de Paz e Não-Violência".

Marilene Proença Rebello de Souza

Professora Titular do Instituto de Psicologia e Coordenadora do Programa de Integração Latino-americana (PROLAM da Universidade de São Paulo (USP)

"O modelo Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL (*Media and Information Literacy*) da UNESCO fortalece a importância do desenvolvimento sustentável no país e converge com a formulação e o aprimoramento de políticas públicas multisetoriais e transversais, além de considerar a participação social como um mecanismo imprescindível para a sua consecução."

Paulo Pereira

Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável - CDESS

"A gestão contemporânea das cidades exige uma visão transversal e intersetorial, que articulem as políticas urbanas (habitação, saneamento, mobilidade, espaço público) e as políticas sociais (educação, saúde, cultura, assistência), baseada nos

territórios e nos grupos sociais específicos. As Cidades Mil poderão ser um caminho para a construção de uma governança nessa perspectiva"

Nabil Bonduki

Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP)

"Compartilhar com Cidades MIL a importância da Ludicidade no cultivo de saúde mental para adultos, crianças e idosos é um reconhecimento de extrema importância para a criação de futuros brincantes e divertidos para cidadãos de todas as idades . Afinal, alegria não tem contraindicações!"

Wellington Nogueira

Ator e diretor

Fundador de Doutores da Alegria

"Cidades MIL da UNESCO age como catalisadora da educação e esta é chave para o desenvolvimento das competências de uma cidadania digital consciente"

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Profa. Dra. PROLAM-USP

"A arte exalta o significado da criatividade e com o paradigma das Cidades Mil da Unesco fortalecemos a utilização da tecnologia x desenvolvimento sustentável, para o melhor equilíbrio da vida e a conscientização transdisciplinar".

Carla Fatio

Artista plástica e Pós-Doc ECA/PROLAM/USP.

"Acredito que o primeiro passo para a construção de um futuro mais digno, humano, igualitário e democrático, a partir do letramento midiático e informacional proposto pelo conceito Cidade MIL da UNESCO, é a consciência. Ela é a bússola que pode nortear nossos esforços por um mundo melhor para todos."

Rosana Hermann

Escritora, palestrante e colunista da Folha São Paulo

"Las Ciudades MIL deben de establecer sinergias entre todos los agentes que conforman la comunidad, en pro de un Factor Relacional positivo que actúe como motor de objetivos y actuaciones comunes para el desarrollo y prosperidad de toda la ciudadanía'

Carmen Marta Lazo

Catedrática de la Universidad de Zaragoza

"El Factor Relacional se ha convertido en un eje vertebrador y transversal del corpus de Ciudades MIL. Su dimensión competencial explora todos los indicadores para una ciudad integralmente saludable, porque responde a la visión holística de la educomunicación".

Prof. Dr. José Antonio Gabelas-Barroso

Catedrático de la Universidad de Zaragoza

"A iniciativa das Cidades MIL promove acesso à informação e engajamento cívico. Integra iniciativas com políticas municipais, combatendo a desinformação e criando oportunidades. o Constante diálogo entre cidades e colaboração com redes ampliam alcance da iniciativa e é de suma importância para uma abordagem multissetorial que construirá cidades mais seguras e inteligentes.'

Thiago Hipólito

Diretor Executivo para Brasil e América Latina 99

“No atual contexto do mundo, as Cidades MIL da Unesco precisa além de pensar nas *smart cities*, pensar em estratégias para lidar com os desastres ambientais, mudanças climáticas e ajuda humanitária”.

Dr. Thomas Law Presidente do Ibrachina e Founder do Ibrawork

“As Cidades MIL proporcionam a transformação dos espaços urbanos em galerias vivas e dinâmicas, promovendo interações e aprendizado mútuo, inspiradas na energia da cultura do skate.”

Davison Fortunato

Skatista e Empreendedor Social

"As Cidades MIL da UNESCO representam um novo horizonte para o desenvolvimento urbano, onde a diversidade é celebrada e a qualidade de vida é prioridade. Este paradigma não apenas promove a sustentabilidade ambiental, mas também defende o direito à vida em todas as fases, desde a infância até a terceira idade. A educação é a pedra angular dessa visão, capacitando os cidadãos para uma cultura de paz e não-violência, e preparando-os para uma cidadania digital consciente. A arte e a criatividade são essenciais nesse processo, enriquecendo a experiência urbana e promovendo o equilíbrio entre tecnologia e desenvolvimento sustentável. Como parte deste movimento, acredito que a cidade de São Paulo deveria se comprometer a integrar esses princípios em sua política urbana, garantindo um futuro próspero e inclusivo para todos os seus habitantes".

Adriana Backx

Profa. Titular - Faculdade de Administração e Economia (FEA-USP)

"Para alcançarmos os objetivos das Cidades MIL da UNESCO é necessário capacitar e empoderar aos moradores procurando a máxima diversidade que trará benefícios nos espaços físicos e digitais dessas cidades inteligentes."

Luiza Helena Trajano

Presidente Conselho Grupo Magazine Luiza

"O conceito Cidade MIL da UNESCO, é um paradigma que deve ser difundido, analisado e implementado. É de fundamental importância para o nosso futuro. É uma questão de sobrevivência da sociabilidade humana."

Dorinho Bastos

Cartonista e Prof. Livre Docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)

"Os artistas são a alma das Cidades MIL. Eles representam a todos os moradores, são a voz da emoção que transforma espaços urbanos em espaços humanos."

Paula Lima,
Cantora do Brasil e do mundo

“Fazer cidades híbridas mais humanas, sustentáveis, saudáveis, resilientes e diversas utilizando a Inteligência Artificial (IA) e outras novas tecnologias com ética, é hoje uma experiência transdisciplinar e multisetorial em rede que envolve de forma transversal e em diversas camadas os cinco principais agentes da inovação contemporânea: fazedores de políticas, educadores, empresários, artistas e cidadãos comuns. É preciso integra-los, utilizando metodologias e métricas científicas para gerar uma rede de cidades engajadas na prevenção de desastres naturais e sociais”.

Felipe Chibás-Ortiz

Prof. Livre Docente no Programa de Integração Latino-americana da Universidade de São Paulo(PROLAM-USP)

Coordenador Executivo Centro de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL(CIIDCMIL-USP)

Colíder Internacional do Grupo de Inovação UNESCO MIL ALLIANCE



DECLARATION OF SÃO PAULO: MIL CITIES FOR THE PLANET, 2024

São Paulo, Brazil May 06, 2024

The organizing committee of the **"1st Meeting From Smart Cities to MIL Cities in UNESCO's vision: relational factor, national and international visions"**, held on April 30, 2024, agreed on behalf of all participants and especially its panelists who represented the five main agents of city innovation (educators, policy makers, entrepreneurs, artists and ordinary citizens), MIL Cities Ambassadors, as well as city experts, to express our full solidarity with the MIL Cities (Media and Information Literacy) initiative launched by UNESCO in 2018.

Inspired by the Seoul Declaration "Media and Information Literacy (MIL) for all and by all" by UNESCO (2021) and the "Cairo Declaration" by UNESCO MIL ALLIANCE and the MIL Institute (2024), we reaffirm our support for the efforts made by these organizations to develop Media and Information Literacy as a tool for dialogue, understanding and conscious construction of this new hybrid reality (physical and digital) that is being implemented - sometimes in a chaotic manner, in order to collaborate in resolving conflicts and promoting peace and the common good in cities.

We see MIL Cities as an evolution of the Smart, Sustainable, Resilient, Educational, Innovative, Healthy, etc. city paradigms, with the citizen in all their diversity at the center. To implement this paradigm, which emphasizes the new hybrid reality (physical and digital), social and data sciences are needed, as well as evaluation metrics, participatory governance and sustainable management.

We put our knowledge, practice and experience to good use to help think of appropriate, innovative, ethical, assertive and sustainable solutions that help develop MIL Cities, valuing new technologies and social aspects in all their indicators and metrics in Brazil, Spain and around the world.

Despite having different backgrounds, basic theories and practices, we all converge on the need to build new models and paradigms for cities, and to achieve this we must integrate the complementary views of the different social actors taking part, and include others who have not yet taken part in these initiatives.

We would like to take this opportunity to show our solidarity with the cities and citizens of Rio Grande do Sul, victims of the climate disaster caused by the heavy rains that hit the Brazilian state. We make ourselves available with our expertise to design cities taking climate change into account, as well as to contribute to the reconstruction of the affected cities.

And for the record, the panelists, MIL Cities Ambassadors and outstanding participants of the event sign this declaration:

- Prof. Dr. Nabil Bonduki, titular professor at the Faculty of Architecture and Urbanism (FAU) of the University of São Paulo (USP).

Mrs. Luiza Helena Trajano, Chairman of the Board of Directors of Magazine Luiza.

- Prof. Dr. Paulo Henrique Pereira, Executive Secretary of the Council for Sustainable Social Economic Development (CDESS) and professor at the Largo São Francisco Law School of the University of São Paulo / USP.

- Prof. Dr. Felipe Chibás-Ortiz, International leader of the UNESCO MIL ALLIANCE Innovation Group and Vice-coordinator of the International Center for Innovation and Development of MIL Cities (CIIDCMIL) at the University of São Paulo (USP).

- Prof. Dr. Carmen Marta-Lazo, Senior Lecturer in Journalism at the University of Zaragoza (Spain) and Director of the Entremedios Digital Platform. She is a

principal researcher at the Communication and Digital Information Research Group (GICID), which is part of the Government of Aragon, and co-editor-in-chief of the Mediterranean Journal of Communication.

- Prof. Dr. Thomas Law, PhD in Commercial Law from PUC/SP and President of IBRACHINA - Instituto Sócio Cultural Brasil e China.

- Mr. Wellington Nogueira, actor and founder of the "Doctors of Joy" project

- Prof. Dr. Marilene Proença, Professor and Coordinator of the Inter-University Postgraduate Program in Latin American Integration (PROLAM) at USP.

- Mr. Thiago Hipólito, Executive Director of the multinational company 99.

- Prof. Dr. José Antonio Gabelas-Barroso, Professor and researcher at the Communication and Digital Information Research Group (GICID) at the University of Zaragoza, Spain.

- Rosana Hermann Efraim, BA in Physics from USP, postgraduate in Nuclear Physics from USP, journalist, writer, screenwriter, online content producer since '95, columnist for Folha Online, honored as a member of the "50 over 50" list by Forbes magazine in 2023.

- Prof. Dr. Rita de Cássia Marques Lima de Castro, Professor of the Inter-University Postgraduate Program in Latin American Integration (PROLAM) at USP.

- Mr. Davison Fortunato, Skateboarder and Social Entrepreneur.

- Prof. Dr. Dorinho Bastos, Professor at the University of São Paulo (USP) and cartoonist.

- Carla Fatio, artist and PhD from the University of São Paulo (USP).

- Adriana Backx, Full Professor at the School of Business and Economics (FEA-USP).

The following are individual testimonials from subscribers:

"Unesco's MIL Cities paradigm opens up new possibilities for life in cities, respecting diversity, quality of life, the environment, sustainability and, above all, the right to life

of children, adolescents, adults and the elderly. It strengthens the importance of education for citizenship, for a Culture of Peace and Non-Violence".

Marilene Proença Rebello de Souza

Titular Professor at the Institute of Psychology and Coordinator of the Latin American Integration Program (PROLAM) at the University of São Paulo (USP)

"UNESCO's model From Smart Cities to MIL Cities (Media and Information Literacy) strengthens the importance of sustainable development in the country and converges with the formulation and improvement of multisectoral and transversal public policies, in addition to considering social participation as an essential mechanism for their achievement."

Paulo Pereira, Executive Secretary of the Council for Sustainable Economic and Social Development - CDESS

"Contemporary city management requires a cross-cutting and intersectoral vision, linking urban policies (housing, sanitation, mobility, public space) and social policies (education, health, culture, assistance), based on territories and specific social groups. The Thousand Cities could be a way of building governance from this perspective"

Nabil Bonduki

Titular Professor at the Faculty of Architecture and Urbanism (FAU-USP)

"Sharing with Cidades MIL the importance of playfulness in cultivating mental health for adults, children and the elderly is an extremely important recognition for creating playful and fun futures for citizens of all ages. After all, joy has no contraindications!"

Wellington Nogueira

Actor and director

Founder of Doctors of Joy

"UNESCO MIL Cities acts as a catalyst for education, which is key to developing the skills of a conscious digital citizenry"

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Prof. Dr. PROLAM-USP

"Art exalts the meaning of creativity and with UNESCO's Thousand Cities paradigm we strengthen the use of technology x sustainable development, for a better balance of life and transdisciplinary awareness."

Carla Fatio

Visual artist and Post-Doc ECA/PROLAM/USP.

"I believe that the first step towards building a more dignified, humane, egalitarian and democratic future, based on the media and information literacy proposed by UNESCO's MIL City concept, is awareness. It is the compass that can guide our efforts for a better world for all."

Rosana Hermann

Writer, speaker and columnist for Folha São Paulo

"MIL Cities must establish synergies between all the agents that make up the community, in favor of a positive Relational Factor that acts as a motor for common objectives and actions for the development and prosperity of the entire citizenry"

Carmen Marta Lazo

Professor at the University of Zaragoza

"The Relational Factor has become a vertebrating and transversal element of the MIL Cities corpus. Its competitive dimension explores all the indicators for an integrally healthy city, because it responds to the holistic vision of educommunication".

Prof. Dr. José Antonio Gabelas-Barroso

Professor at the University of Zaragoza

"The MIL Cities initiative promotes access to information and civic engagement. It integrates initiatives with municipal policies, combating misinformation and creating opportunities. o Constant dialogue between cities and collaboration with networks extends the reach of the initiative and is of paramount importance for a multi-sectoral approach that will build safer and smarter cities.

Thiago Hipólito

Executive Director for Brazil and Latin America 99

"In the current world context, UNESCO's MIL Cities need to think not only about smart cities, but also about strategies for dealing with environmental disasters, climate change and humanitarian aid."

Dr. Thomas Law

President of Ibrachina and Founder of Ibrawork

"MIL Cities provide for the transformation of urban spaces into living and dynamic galleries, promoting interactions and mutual learning, inspired by the energy of skate culture."

Davison Fortunato

Skateboarder and Social Entrepreneur

"UNESCO MIL Cities represent a new horizon for urban development, where diversity is celebrated and quality of life is a priority. This paradigm not only promotes environmental sustainability, but also defends the right to life at all stages, from infancy to old age. Education is the cornerstone of this vision, empowering citizens for a culture of peace and non-violence, and preparing them for conscious digital citizenship. Art and creativity are essential in this process, enriching the urban experience and promoting a balance between technology and sustainable development. As part of this movement, I believe that the city of São Paulo should commit itself to integrating these principles into its urban policy, guaranteeing a prosperous and inclusive future for all its inhabitants."

Adriana Backx

Titular Professor - Faculty of Business and Economics (FEA-USP)

"In order to achieve the goals of UNESCO's MIL Cities, it is necessary to train and empower residents, seeking maximum diversity that will bring benefits to the physical and digital spaces of these smart cities."

Luiza Helena Trajano

Chairman of the Board of the Magazine Luiza Group

"UNESCO's MIL City concept is a paradigm that must be disseminated, analyzed and implemented. It is of fundamental importance for our future. It's a question of the survival of human sociability."

Dorinho Bastos

Cartoonist and Professor at the School of Communications and Arts of the University of São Paulo (ECA-USP)

"Artists are the soul of MIL Cities. They represent all residents, they are the voice of emotion that transforms urban spaces into human spaces."

Paula Lima,
Singer from Brazil and the world

"Making hybrid cities more humane, sustainable, healthy, resilient and diverse, using Artificial Intelligence (AI) and other new technologies with ethics, is today a transdisciplinary and multisectoral networked experience that involves the five main agents of contemporary innovation: policy makers, educators, entrepreneurs, artists and ordinary citizens. They need to be integrated, using scientific methodologies and metrics to generate a network of cities engaged in the prevention of natural and social disasters."

Felipe Chibás-Ortiz

Professor in the Latin American Integration Program at the University of São Paulo (PROLAM-USP)

Executive Coordinator of the Center for Innovation and Development of MIL Cities (CIIDCMIL-USP)

International Leader of the UNESCO MIL ALLIANCE Innovation Group



DECLARACIÓN DE SÃO PAULO: MIL CIUDADES PARA EL PLANETA, 2024

São Paulo, Brasil 06 Mayo 2024

El comité organizador del **"1er Encuentro De Ciudades Inteligentes a Ciudades MIL en la visión de la UNESCO: factor relacional, visiones nacionales e internacionales"**, celebrado el 30 de abril de 2024, acordó en nombre de todos los participantes y especialmente de sus panelistas que representaban a los cinco principales agentes de innovación de la ciudad (educadores, responsables políticos, empresarios, artistas y ciudadanos de a pie), Embajadores de Ciudades MIL, así como expertos en ciudades, expresar nuestra plena solidaridad con la iniciativa MIL Cities (Media and Information Literacy) lanzada por la UNESCO en 2018.

Inspirados por la Declaración de Seúl "Alfabetización Mediática e Informacional (MIL) para todos y por todos" de la UNESCO (2021) y la "Declaración de El Cairo" de UNESCO MIL ALLIANCE y el Instituto MIL (2024), reafirmamos nuestro apoyo a los esfuerzos realizados por estas organizaciones para desarrollar la Alfabetización Mediática e Informacional como una herramienta para el diálogo, comprensión y construcción consciente de esta nueva realidad híbrida (física y digital) que se está implantando -a veces de forma caótica- con el fin de colaborar en la resolución de conflictos y promover la paz y el bien común en las ciudades.

Vemos las MIL Cities como una evolución de los paradigmas de ciudad inteligente, sostenible, resiliente, educativa, innovadora, saludable, etc., con el ciudadano en toda su diversidad en el centro. Para implementar este

paradigma, que hace hincapié en la nueva realidad híbrida (física y digital), se necesitan ciencias sociales y de datos, así como métricas de evaluación, gobernanza participativa y gestión sostenible.

Ponemos nuestros conocimientos, práctica y experiencia al servicio de la reflexión sobre soluciones adecuadas, innovadoras, éticas, asertivas y sostenibles que ayuden a desarrollar las MIL Cities valorando las nuevas tecnologías y los aspectos sociales en todos sus indicadores y métricas en Brasil, España y en todo el mundo.

Aunque tenemos diferentes orígenes, teorías básicas y prácticas, todos estamos de acuerdo en la necesidad de construir nuevos modelos y paradigmas para las ciudades, y para lograr este objetivo debemos integrar los puntos de vista complementarios de los diferentes actores sociales participantes, e incluir a otros que aún no han tomado parte en estas iniciativas.

Queremos aprovechar esta oportunidad para mostrar nuestra solidaridad con las ciudades y los ciudadanos de Rio Grande do Sul, víctimas del desastre climático provocado por las fuertes lluvias que azotaron el estado brasileño. Nos ponemos a su disposición con nuestra experiencia para diseñar ciudades teniendo en cuenta el cambio climático, así como para contribuir a la reconstrucción de las ciudades afectadas.

Y para que conste, firman esta declaración los panelistas, Embajadores de Ciudades MIL y participantes destacados del evento:

- Prof. Dr. Nabil Bonduki, profesor titular de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo (FAU) de la Universidad de São Paulo (USP).

Sra. Luiza Helena Trajano, Presidenta del Consejo de Administración de Magazine Luiza.

- Prof. Dr. Paulo Henrique Pereira, Secretario Ejecutivo del Consejo para el Desarrollo Socioeconómico Sostenible (CDESS) y profesor de la Facultad de Derecho Largo São Francisco de la Universidad de São Paulo / USP.
- Prof. Dr. Felipe Chibás-Ortiz, Líder Internacional del Grupo de Innovación UNESCO MIL ALLIANCE y Vicecoordinador del Centro Internacional de Innovación y Desarrollo de Ciudades MIL (CIIDCMIL) de la Universidad de São Paulo (USP).
- Prof. Dra. Carmen Marta-Lazo, Profesora Titular de Periodismo en la Universidad de Zaragoza (España) y Directora de la Plataforma Digital Entremedios. Es investigadora principal del Grupo de Investigación en Comunicación e Información Digital (GICID), dependiente del Gobierno de Aragón, y coeditora jefe de la Revista Mediterránea de Comunicación.
- Prof. Dr. Thomas Law, Doctor en Derecho Mercantil por la PUC/SP y Presidente de IBRACHINA - Instituto Sócio Cultural Brasil e China.
- Sr. Wellington Nogueira, actor y fundador del proyecto "Doctores de la Alegría
- Prof. Dra. Marilene Proença, Profesora y Coordinadora del Programa Interuniversitario de Postgrado en Integración Latinoamericana (PROLAM) de la USP.
- Sr. Thiago Hipólito, Director General de la empresa multinacional 99.
- Prof. Dr. José Antonio Gabelas-Barroso, Profesor e investigador del Grupo de Investigación en Comunicación e Información Digital (GICID) de la Universidad de Zaragoza, España.
- Rosana Hermann Efraim, licenciada en Física por la USP, posgraduada en Física Nuclear por la USP, periodista, escritora, guionista, productora de contenidos online desde el 95, columnista de Folha Online, distinguida como miembro de la lista "50 over 50" por la revista Forbes en 2023.
- Prof. Dra. Rita de Cássia Marques Lima de Castro , Profesora del Programa Interuniversitario de Postgrado en Integración Latinoamericana (PROLAM) de la USP.

- Sr. Davison Fortunato, skater y emprendedor social.
- Prof. Dr. Dorinho Bastos, profesor de la Universidad de São Paulo (USP) y cartonista.
- Carla Fatio, artista y Doctora por la Universidad de São Paulo (USP).
- Adriana Backx, Profesora Titular de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales (FEA-USP).

Los siguientes son testimonios individuales de suscriptores:

"El paradigma MIL Cities de la Unesco abre nuevas posibilidades para la vida en las ciudades, respetando la diversidad, la calidad de vida, el medio ambiente, la sostenibilidad y, sobre todo, el derecho a la vida de niños, adolescentes, adultos y ancianos. Refuerza la importancia de la educación para la ciudadanía, para una Cultura de Paz y No Violencia".

Marilene Proença Rebello de Souza

Profesora Titular del Instituto de Psicología y Coordinadora del Programa de Integración Latinoamericana (PROLAM) de la Universidad de São Paulo (USP)

"El modelo De Ciudades Inteligentes a Ciudades MIL (Alfabetización Mediática e Informacional) de la UNESCO refuerza la importancia del desarrollo sostenible en el país y converge con la formulación y mejora de políticas públicas multisectoriales y transversales, además de considerar la participación social como mecanismo esencial para su consecución."

Paulo Pereira, Secretario Ejecutivo del Consejo para el Desarrollo Económico y Social Sostenible - CDESS

"La gestión contemporánea de las ciudades requiere una visión transversal e intersectorial que vincule las políticas urbanas (vivienda, saneamiento, movilidad, espacio público) y las políticas sociales (educación, salud, cultura, asistencia), a partir de territorios y grupos sociales específicos. Las Mil Ciudades podrían ser una forma de construir gobernanza desde esta perspectiva".

Nabil Bonduki

Profesor de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo (FAU-USP)

"Compartir con MIL Cities la importancia de la Lúdica en el cultivo de la salud mental de adultos, niños y ancianos es un reconocimiento importantísimo para crear futuros lúdicos y divertidos para los ciudadanos de todas las edades. Al fin y al cabo, ¡la alegría no tiene contraindicaciones!".

Wellington Nogueira

Actor y director

Fundador de Doctores de la Alegría

"UNESCO MIL Cities actúa como catalizador de la educación, que es clave para desarrollar las habilidades de una ciudadanía digital consciente"

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Prof. Dra. PROLAM-USP

"El arte exalta el significado de la creatividad y con el paradigma de las Mil Ciudades de la UNESCO fortalecemos el uso de la tecnología x el desarrollo sostenible, para un mejor equilibrio de la vida y la conciencia transdisciplinaria."

Carla Fatio

Artista visual y Post-Doc ECA/PROLAM/USP.

"Creo que el primer paso para construir un futuro más digno, humano, igualitario y democrático, basado en la alfabetización mediática e informacional que propone el concepto de Ciudad MIL de la UNESCO, es la concienciación. Es la brújula que puede guiar nuestros esfuerzos por un mundo mejor para todos".

Rosana Hermann

Escritora, conferenciante y columnista de Folha São Paulo

"Las Ciudades MIL deben de establecer sinergias entre todos los agentes que conforman la comunidad, en pro de un Factor Relacional positivo que actúe como motor de objetivos y actuaciones comunes para el desarrollo y prosperidad de toda la ciudadanía'

Carmen Marta Lazo

Catedrática de la Universidad de Zaragoza

"El Factor Relacional se ha convertido en un eje vertebrador y transversal del corpus de Ciudades MIL. Su dimensión competencial explora todos los indicadores para una ciudad integralmente saludable, porque responde a la visión holística de la educomunicación".

Prof. Dr. José Antonio Gabelas-Barroso

Catedrático de la Universidad de Zaragoza

"La iniciativa Ciudades MIL promueve el acceso a la información y el compromiso cívico. Integra las iniciativas con las políticas municipales, combatiendo la desinformación y creando oportunidades. o El diálogo constante entre ciudades y la colaboración con redes amplía el alcance de la iniciativa y es de suma importancia para un enfoque multisectorial que construya ciudades más seguras e inteligentes".

Thiago Hipólito

Director Ejecutivo para Brasil y América Latina 99

"En el contexto mundial actual, las Ciudades MIL de la UNESCO deben pensar no sólo en ciudades inteligentes, sino también en estrategias para hacer frente a los desastres medioambientales, el cambio climático y la ayuda humanitaria".

Dr. Thomas Law Presidente de Ibrachina y fundador de Ibrawork

"Las MIL Cities prevén la transformación de los espacios urbanos en galerías vivas y dinámicas, que promuevan las interacciones y el aprendizaje mutuo, inspiradas en la energía de la cultura del skate."

Davison Fortunato

Skater y emprendedor social

"Las Ciudades MIL de la UNESCO representan un nuevo horizonte para el desarrollo urbano, donde se celebra la diversidad y se prioriza la calidad de vida. Este paradigma no sólo promueve la sostenibilidad medioambiental, sino que también defiende el derecho a la vida en todas sus etapas, desde la infancia hasta la vejez. La educación es la piedra angular de esta visión, capacitando a los ciudadanos hacia una cultura de paz y no violencia, y preparándolos para una ciudadanía digital consciente. El arte y la creatividad son esenciales en este proceso, enriqueciendo la experiencia urbana y promoviendo un equilibrio entre tecnología y desarrollo sostenible. Como parte de este movimiento, creo que la ciudad de São Paulo debería comprometerse a integrar estos principios en su política urbana, garantizando un futuro próspero e inclusivo para todos sus habitantes."

Adriana Backx

Profesora Titular

Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales (FEA-USP)

"Para alcanzar los objetivos de las MIL Cities de la UNESCO, es necesario capacitar y empoderar a los residentes, buscando la máxima diversidad que traerá beneficios a los espacios físicos y digitales de estas ciudades inteligentes."

Luiza Helena Trajano

Presidenta del Consejo de la Revista Grupo Luiza

"El concepto MIL City de la UNESCO es un paradigma que debe ser difundido, analizado e implementado. Tiene una importancia fundamental para nuestro futuro. Es una cuestión de supervivencia de la sociabilidad humana".

Dorinho Bastos

Dibujante y profesor de la Escuela de Comunicación y Artes de la Universidad de São Paulo (ECA-USP)

"Los artistas son el alma de MIL Cities. Representan a todos los residentes, son la voz de la emoción que transforma los espacios urbanos en espacios humanos".

Paula Lima,

Cantante de Brasil y del mundo

"Hacer que las ciudades híbridas sean más humanas, sostenibles, saludables, resilientes y diversas, utilizando la Inteligencia Artificial (IA) y otras nuevas tecnologías con ética, es hoy una experiencia transdisciplinar y multisectorial en red que implica a los cinco principales agentes de la innovación contemporánea de forma transversal y en múltiples capas: responsables políticos, educadores, empresarios, artistas y ciudadanos de a pie. Es necesario integrarlos, utilizando metodologías y métricas científicas para generar una red de ciudades comprometidas con la prevención de catástrofes naturales y sociales."

Felipe Chibás-Ortiz

Profesor del Programa de Integración Latinoamericana de la Universidad de São Paulo (PROLAM-USP)

Coordinador Ejecutivo Centro de Innovación y Desarrollo de Ciudades MIL (CIIDMIL-USP)

Líder Internacional del Grupo de Innovación de UNESCO MIL ALLIANCE

Parte I

Bases e experiências das Cidades MIL

Capítulo 1

El Gancho, un barrio zaragozano que combina la tradición e innovación. Análisis desde el enfoque de las TRIC y las Ciudades MIL UNESCO

Sheila Peñalva Tobías ⁷

Carmen Marta-Lazo ⁸

José Antonio Gabelas-Barroso ⁹

De zona degradada a aspirante a Ciudad MIL ALLIANCE UNESCO

Según el Observatorio Municipal de Estadística, el Casco Histórico de Zaragoza, donde se ubica el barrio El Gancho, concentra el 20% de la población inmigrante; es decir, más de 17.000 personas procedentes de Europa del Este, África, Latinoamérica, China, entre otras latitudes (Heraldo de Aragón, 2022). Como sostiene Pedrosa-Sanjaime (2018), se trata de un barrio humilde, obrero y multicultural, con una población envejecida, de mucha inmigración, con un índice de desempleo y pobreza altos y de gran exclusión social, y en el que, “a pesar de la inversión realizada por las instituciones más próximas, sigue careciendo de equipamientos y servicios imprescindibles” para su desarrollo.

⁷ Dra. Sheila Peñalva Tobías, Espanha. Universidad de Zaragoza

⁸ Dra. Carmen Marta-Lazo, Professora sênior de Jornalismo na Universidade de Zaragoza (Espanha) e Diretora da Plataforma Digital Entremédios. Pesquisadora principal do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Informação Digital (GICID), que faz parte do Governo de Aragón, e coeditora chefe da Revista Científica de Communication, Espanha.

⁹ Prof. Dr. José Antonio Gabelas-Barroso, Professor e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Informação Digital (GICID) da Universidade de Zaragoza, Espanha.

La zona padece de segregación racial, riesgo habitacional, así como dificultades sociodemográficas y socioeconómicas, situación que ha condicionado la percepción de los habitantes de Zaragoza, por la presencia de actividades vinculadas a la prostitución y venta de drogas (Pedrosa-Sanjaime, 2018), las que, a su vez, han generado una proyección mediática negativa, especialmente en Youtube (Joaco Santos, 2024), en la que convergen ideas como “barrio peligroso”, “barrio temido”, entre otras de similares características. Todo ello ha derivado en que se considere un territorio vulnerable que requiere políticas urgentes de impulso social, económico y educativo.

En esa línea, en el último lustro se han generado sinergias entre organismos públicos y privados, que han implicado a asociaciones vecinales y entidades sociales, con el objetivo de promover acciones y actividades que permitan no solo reducir y cubrir las necesidades básicas de algunos ciudadanos del barrio, mejorando así la convivencia y la cohesión social (Pedrosa-Sanjaime, 2018), sino que busquen sacar partido de los potenciales históricos y arquitectónicos para darle una nueva vida a la zona, teniendo como eje articulador la gran riqueza cultural que alberga.

De hecho, *El Gancho* es muy conocido por sus grandes eventos culturales, como conciertos, exposiciones de arte y festivales promovidos por el Ayuntamiento, Asociaciones y Fundaciones del barrio. Ello va a la par de una decidida política de impulso del pequeño comercio enmarcado en el Plan Integral del Casco Histórico de Zaragoza, puesto en marcha en el año 2017 y que es gestionado por el Ganchillo Social. Se ha realizado una guía del pequeño comercio de San Pablo, paseos vecinales y diferentes jornadas y talleres gratuitos. Asimismo, el barrio cuenta con la Escuela Municipal de

Música y Danza, la Casa de Juventud de San Pablo, el Centro Musical Artístico Las Armas, el Museo Pablo Gargallo o la Sala de Exposiciones Fortea (Pedrosa-Sanjaime, 2018). También alberga bares y restaurantes que ofrecen gastronomía local e internacional, con la ventaja de que está a pocos metros de distancia de lugares emblemáticos de Zaragoza como la Basílica del Pilar y la Plaza del Pilar, el Mercado Central y otros atractivos turísticos.

Todo este potencial ha convertido a El Gancho en un espacio idóneo para desarrollar un ambicioso proyecto educativo de aprendizaje, inclusión y sostenibilidad que se sirva de las Tecnologías de la Relación, la Información y la Comunicación (TRIC) para lograr los objetivos de desarrollo integral que ponga en el centro a las personas vulnerables. Lo más destacable es que, tanto las políticas e iniciativas de impulso cultural y socioeconómico son acometidas por los propios vecinos, que cuentan con el apoyo de entidades públicas y privadas.

No obstante, como bien sostiene Pedrosa-Sanjaime (2018) “las instituciones públicas al igual que las fundaciones y/o asociaciones del barrio, asumen que [el uso de las TRIC] es una necesidad imprescindible, no cubierta en su totalidad con los servicios que actualmente se ofrecen”. Una necesidad que investigadores de la Universidad de Zaragoza detectaron y, en consecuencia, se pusieron manos a la obra, como veremos a continuación, proponiendo a El Gancho como Ciudad MIL ALLIANCE UNESCO.

Compromiso con el aprendizaje, la inclusión y la innovación

Según explica la UNESCO (2024) en su proyecto, las Ciudades Piloto de aprendizaje en Alfabetización Mediática demuestran un compromiso

excepcional en la promoción del aprendizaje y se esfuerzan por crear entornos educativos inclusivos, equitativos y sostenibles para sus habitantes, independientemente de su edad, género o condición socioeconómica. En este caso, el Gancho tiene diversas características que lo integran dentro de las características principales de las Ciudades MIL Unesco y son:

-Inclusión social: El Gancho es un barrio que trabaja para garantizar que todos los grupos de la sociedad tengan acceso a oportunidades educativas y puedan participar plenamente en la vida comunitaria a través de diversas actividades culturales u organizaciones.

-Innovación y creatividad: Estas ciudades fomentan la innovación y la creatividad a través de programas educativos dinámicos y colaborativos que estimulan el pensamiento crítico y la resolución de problemas.

-Desarrollo sostenible: Estas ciudades buscan integrar el aprendizaje en todas las dimensiones del desarrollo urbano, promoviendo la sostenibilidad ambiental, social y económica. De hecho, un ejemplo, lo encontramos en *el Co-Working el Gancho* que ha sido construido y diseñado con materiales reciclados de la construcción. Y lo mismo sucede con los locales o las tiendas como *La Oca Loca* que venden productos reciclados y de segunda o tercera mano.

Un barrio que engancha las TRIC con el desarrollo integral

El Gancho de Zaragoza combina el encanto y la personalidad de la ciudad con la tradición y la modernidad. Por ello, en los últimos cinco años ha experimentado una gran transformación, convirtiéndose en un referente en cuanto a proyección social y cultura. Este cambio se ha visto impulsado y reforzado por la implementación de las Tecnologías de la Información y la

Comunicación (TRIC), así como su participación en la red de Ciudades MIL Alliance de la UNESCO (Marta-Lazo y Gabelas, 2023).

Como se ha explicado, El Gancho es un barrio con una rica historia y una identidad única, caracterizado por su diversidad cultural y su espíritu comunitario emprendedor. Sin embargo, también ha enfrentado desafíos en términos de exclusión social, pobreza y deterioro urbano. La implementación de las TRIC (Gabelas et al., 2015) ha sido fundamental para abordar estos problemas y promover el desarrollo sostenible en la zona. Desde el enfoque de las TRIC, han contribuido a diversas mejoras en el barrio de El Gancho:

1) Conectividad: Las TRIC han permitido mejorar la conectividad y el acceso a la información en el barrio, facilitando la comunicación entre sus habitantes y promoviendo la participación ciudadana en la vida comunitaria. Gracias a la implementación de tecnologías digitales, se han creado espacios de encuentro virtuales donde los vecinos pueden compartir ideas, proyectos y experiencias, fortaleciendo así el tejido social del Gancho (Marta-Lazo et al., 2016)

2) Revitalización cultural: Además, las TRIC (Marta-Lazo et al., 2023) han contribuido a la revitalización cultural del barrio, promoviendo la difusión de la historia y las tradiciones locales a través de plataformas digitales y eventos virtuales. Ello ha permitido poner en valor el patrimonio cultural del Gancho y fomentar el orgullo de pertenencia de sus habitantes a su

comunidad, luchando contra los fantasmas de la estigmatización y la exclusión

3) Proyección internacional: Por otro lado, la participación del Gancho en la red de Ciudades Mil Alliance de la UNESCO ha sido un factor clave en su proyección a nivel internacional. Esta red reúne a ciudades de todo el mundo comprometidas con la promoción de la diversidad cultural, el diálogo intercultural y el desarrollo sostenible, valores que el barrio del Gancho comparte y promueve activamente.

4) Promoción de la alfabetización mediática: Las Tecnologías de la Relación, la Información y la Comunicación (TRIC) desempeñan un papel fundamental en el desarrollo de las Ciudades del Aprendizaje de la UNESCO, también conocidas como Ciudades MIL (Media and Information Literate) Alliance. Las TRIC son herramientas clave para promover la alfabetización mediática e informacional en las comunidades, ya que facilitan el acceso a la información, la comunicación y el aprendizaje (Peñalva y Marta-Lazo, 2023).

5) Competencias digitales y mediáticas: Este tipo de competencias son fundamentales en la era digital actual. Las TRIC juegan un papel crucial en el desarrollo, fomento de estas competencias, algunas de ellas son (Marta-Lazo et al., 2020): la alfabetización digital para comprender como funcionan las tecnologías; el pensamiento crítico para evaluar la información; la creatividad digital para usar herramientas digital y crear contenido original; colaborar en línea y trabajar con otras personas en diversas plataformas digitales y la importancia de comprender los derechos y las responsabilidades de la ciudadanía digital para participar de forma crítica y de manera ética en la sociedad digital.

6) Estrategias innovadoras: En el contexto de las Ciudades MIL Alliance, las TRIC se utilizan para desarrollar programas educativos, crear plataformas de aprendizaje en línea, fomentar la participación ciudadana y promover la inclusión digital. Las TRIC permiten a las ciudades implementar estrategias innovadoras para mejorar la alfabetización mediática e informacional de sus habitantes, especialmente en un mundo cada vez más digitalizado.

7) Redes de colaboración: Además, las TRIC también son fundamentales para la creación de redes de colaboración entre las Ciudades MIL Alliance, facilitando el intercambio de experiencias, recursos y buenas prácticas en materia de alfabetización mediática e informacional. Gracias a las TRIC, estas ciudades pueden trabajar de manera conjunta para fortalecer sus iniciativas locales y contribuir al desarrollo sostenible de sus comunidades. Las TRIC permiten a las personas conectarse con individuos de todo el mundo a través de plataformas digitales, redes sociales, videoconferencias, entre otros medios. Ello ha contribuido a la dignificación de diversas culturas, tradiciones y perspectivas, fomentando la comprensión intercultural y el respeto por la diversidad.

8) Multiculturalidad: Las Tecnologías de la Relación, la Información y la Comunicación (TRIC) están estrechamente relacionadas en la sociedad actual. Por ello, han facilitado la comunicación y el intercambio cultural entre personas de diferentes orígenes, creando un entorno propicio para la convivencia multicultural. Y las TRIC también tienen un papel clave y fundamental en la promoción de las culturas minoritarias para que se permita compartir sus conocimientos, sus historias y las tradiciones que habitan en su barrio.

Figura 1. El barrio El Gancho y las TRIC

Conectividad

Las TRIC han permitido mejorar la conectividad y el acceso a la información en el barrio, facilitando la comunicación entre sus habitantes y promoviendo la participación ciudadana en la vida comunitaria.

Revitalización cultural

Las TRIC han contribuido a la revitalización cultural del barrio, promoviendo la difusión de la historia y las tradiciones locales a través de plataformas digitales y eventos virtuales.

Proyección internacional

La participación del Gancho en la red de Ciudades Mil Alliance de la UNESCO ha sido un factor clave en su proyección a nivel internacional.

Alfabetización mediática

Las TRIC son herramientas clave para promover la alfabetización mediática e informacional en las comunidades, ya que facilitan el acceso a la información, la comunicación y el aprendizaje.



Competencias digitales y mediáticas

Las TRIC juegan un papel crucial en el desarrollo, fomento de estas competencias, algunas de ellas son: la alfabetización digital y crear contenido original...

Estrategias innovadoras

Las TRIC se utilizan para desarrollar programas educativos, crear plataformas de aprendizaje en línea, fomentar la participación ciudadana y promover la inclusión digital, etc.

Redes de colaboración

Las TRIC permiten a las personas conectarse con individuos de todo el mundo a través de plataformas digitales, redes sociales, videoconferencias, entre otros medios...

Multiculturalidad

Las TRIC también tienen un papel clave y fundamental en la promoción de las culturas minoritarias para que se permita compartir sus conocimientos, sus historias y las tradiciones que habitan en su barrio.

Fuente: Elaboración propia (2024)

En definitiva, las Tecnologías de la Relación, la Información y la Comunicación juegan un papel crucial en el impulso de la alfabetización mediática e informacional en el marco de las Ciudades MIL Alliance de la UNESCO, permitiendo a las ciudades aprovechar todo su potencial humano y cultural. Y con el proyecto en el Gancho han contribuido significativamente a asumir el reto de promover el diálogo intercultural y la inclusión social en la ciudad de Zaragoza y en todo el mundo. Gracias a las TRIC (Gabelas et al., 2012), las personas tienen la oportunidad de explorar y celebrar la diversidad cultural, construyendo puentes entre diferentes comunidades y enriqueciendo el tejido social global que habita en este milenario barrio zaragozano, cuyos habitantes han asumido los desafíos de un presente que

garantice un futuro en el que vivan una vida digna donde cada ser humano sea el arquitecto y constructor de su desarrollo integral.

Referencias

Chibás Ortiz, F., Machado Mazzetti, B., Bonilla del Río, M., y Aguaded, J. I. (2022). *Ciudades inteligentes, sostenibles, saludables y ciudades AMI (Alfabetización Mediática e Informacional): Rankings y Agenda 2030*. Revista Chasqui 149, <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8619183>

EL GANCHO. ZGZ. <https://www.zaragoza.es/sede/portal/turismo/post/el-gancho>.

Gabelas, J.A., Marta-Lazo, C. y Aranda, D. (2012). Por qué las TRIC y no las TIC. COMEIN, 9. Recuperado de <http://www.uoc.edu/divulgacio/comein/es/numero09/articles/Article-Dani-Aranda.html>

Gabelas-Barroso, J. A., Marta-Lazo, C., y González Aldea, P. (2015). El factor relacional en la convergencia mediática: una propuesta emergente. *Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura*, 53, <https://doi.org/10.7238/a.v0i53.2509>

Heraldo de Aragón (17 de septiembre de 2022). *¿En qué barrio de Zaragoza hay más vecinos empadronados?* <https://acortar.link/nvkAKO>

Joaco Santos (2024) *Nadie quiere hablar en este barrio*. YouTube https://www.youtube.com/results?search_query=barrio+el+gancho

Marta-Lazo, C., Marfil Carmona, R., y Hergueta-Covacho, E. (2016). Aplicación de las redes sociales en el aprendizaje en conectividad: Uso del factor relacional en la dialéctica twitter. *Etic@net*, 16(2), 304-319. <https://doi.org/10.30827/eticanet.v16i2.11926>

Marta-Lazo, C., Rodríguez Rodríguez, J. M. y Peñalva, S. (2020). Competencias digitales en periodismo. Revisión sistemática de la literatura científica sobre nuevos perfiles profesionales del periodista. *Revista Latina de Comunicación Social*, 75, 53-68. <https://www.doi.org/10.4185/RLCS-2020-1416>

Marta-Lazo, C., y Gabelas-Barroso, J. A. (2023). *Diálogos posdigitales: las TRIC como medios para la transformación social*. Editorial Gedisa.

Pedrosa-Sanjaime, M. (2018). *La e-inclusión del barrio de San Pablo* (El Gancho) en las TIC. <https://zaguan.unizar.es/record/76772/files/TAZ-TFG-2018-3155.pdf>

Peñalva, S. y Marta-Lazo, C. (2023). Peñalva, S., & Marta-Lazo, C. (2023). Analysis of the Level of Critical Competence of Teachers Participating in the Distance and Face-To-Face Education Programme of the European Project "Media in Action", Involving Spain, Italy, Malta, and the United Kingdom. *American Journal of Distance Education*, 37(4), 250-260. <https://doi.org/10.1080/08923647.2023.2234239>

Sergio Martínez (5 de abr2017). El Barrio de San Pablo. *Historia de Aragón*. <https://historiaragon.com/2017/04/05/el-barrio-de-san-pablo/>

UNESCO (2024). *Ciudades alfabetizadas en medios e información* (MIL UNESCO) <https://www.unesco.org/es/media-information-literacy/mil-cities>

Capítulo 2

Enfrentar a desigualdade urbana e a emergência climática: os grandes desafios das cidades brasileiras no século XXI

Nabil Bonduki ¹⁰

A questão urbana é um dos temas mais complexos e desafiadores enfrentadas pelo Brasil e pelo planeta no século XXI. Considerando a sua centralidade na vida de 85% da população brasileira e 56% da população mundial, essa em acelerado processo de crescimento, e sua intersectorialidade, ela pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento sustentável, a redução de desigualdades, a inclusão social e a mitigação da emergência climática.

A pobreza extrema e a exclusão social se concentram nas cidades, em um cenário de crise ambiental, expresso pela degradação da qualidade do ar, contaminação de rios e córregos, deficiência de saneamento ambiental, falta ou intermitência no abastecimento de água potável, ausência de manejo das águas pluviais e da gestão das águas urbanas, falta de controle das cheias e inundações, aumento das áreas de risco, elevados níveis de ruído, destinação inadequada de resíduos sólidos e eventos extremos cada vez mais intensificados pelas mudanças climáticas. O desenvolvimento

¹⁰ Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e integrante do Conselho Diretivo do Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL da Universidade de São Paulo (CIIDCMIL-USP), Vereador da Cidade de São Paulo, Brasil.

urbano excludente, a degradação ambiental e a emergência climática necessitam ser enfrentados de forma indissociáveis.

No Brasil, as cidades concentram processos excludentes de produção do espaço, baixas capacidades estatais e insuficientes (e perversas, em muitos casos) políticas públicas que remontam às décadas de urbanização acelerada a partir dos anos 1930. Tais condições se mantiveram sob o regime autoritário de 1964, apesar da montagem de políticas nacionais e de vultosos investimentos, devido ao caráter excludente das políticas executadas. Avanços significativos, mas insuficientes, foram alcançados a partir do retorno à democracia e da Constituição de 1988, sobretudo porque o país passou por um longo período de baixo crescimento e crise econômica nos anos 1980 e 1990.

A criação do Ministério das Cidades em 2003 e o início da montagem de um conjunto de políticas nacionais implementadas a partir do nível federal, impulsionadas pela expansão econômica da primeira década do século, começaram a alterar esse estado de coisas. Mas essas iniciativas foram prejudicadas pela crise política, econômica e institucional a partir de 2013, que levou, em 2016, à destituição da presidenta Dilma Roussef. Em 2019, o aprofundamento desse processo levou à extinção do Ministério das Cidades e à desestruturação da política urbana.

A recriação do Ministério das Cidades em 2023, na perspectiva de reconstrução e transformação do país, ainda não gerou, infelizmente, a necessária formulação de uma nova política urbana que dê conta dos desafios de século XXI, promovendo de modo articulado o combate à pobreza, a redução das desigualdades que materializem o direito à cidade e o enfrentamento da emergência climática.

O país precisa de ações resolutivas, eficazes, democráticas, integradas e equilibradas em termos federativos para que as cidades possam se constituir como um eixo central de uma estratégia de crescimento econômico sustentável, a partir da reconstrução da sua qualidade ambiental, por meio de investimentos realizados de forma integrada, tendo por base os territórios, articulando infraestrutura de transporte público, habitação, saneamento básico e equipamentos sociais. Os investimentos em programas voltados à melhoria da qualidade de vida nas cidades têm potencial de gerar emprego, renda e acelerar um novo ciclo de desenvolvimento socioeconômico.

Embora processos eminentemente urbanos, como a apropriação privada da terra, a especulação com imóveis ociosos, a utilização dos imóveis urbanos como reserva de valor e distribuição desigual dos investimentos públicos, promovam mecanismos específicos que reproduzem e intensificam a desigualdade e privam sobretudo a população de baixa renda dos direitos urbanos fundamentais, grande parte dos problemas vivenciados por esta parcela da população decorre dos baixos salários, precarização das condições de trabalho ou da remuneração insuficiente recebida pelos trabalhadores autônomos ou microempresários para pagar os custos reais dos bens e serviços indispensáveis para a vida na cidade.

Esse desequilíbrio entre a remuneração do trabalho e o custo dos bens e serviços urbanos vem se agravando à medida em que eles estão crescentemente sendo tratados como mercadoria, no âmbito dos processos de terceirização, privatização e concessão dos serviços públicos, assim como da financeirização da habitação, que têm sido adotadas no país pelos

governos geridos sob o ideário neoliberal sem o cuidado de garantir seu acesso aos largos segmentos da população baixa renda.

Enquanto a renda do trabalho - cada vez mais precarizado, em um processo que se agravou com a retirada de direitos promovida pela Reforma Trabalhista - vem caindo acentuadamente, processo que se tornou agudo durante a pandemia, os custos dos serviços urbanos como saneamento básico, transporte coletivo, energia elétrica, assim como do aluguel ou da prestação da moradia vem crescendo acima da inflação, requerendo subsídios que o atual governo não tem aportado.

Mesmo que os governos busquem garantir o direito à cidade para todos, priorizando o acesso aos serviços e bens indispensáveis para uma vida digna, esse objetivo dificilmente poderá ser alcançado plenamente sem substancial melhoria da remuneração pelo trabalho e uma retomada do desenvolvimento e crescimento econômico, acompanhado por uma melhor distribuição de renda.

Em suma, um processo consistente e sustentável de recuperação e transformação das cidades não se concretizará sem um novo projeto de desenvolvimento nacional, capaz de gerar empregos, aumentar a renda do trabalho e promover o crescimento da economia e uma distribuição mais justa da renda.

Nessa perspectiva, os programas urbanos, sem sacrificar seus objetivos, princípios e diretrizes específicos, devem se articular com um projeto de desenvolvimento sustentável, contribuindo tanto para gerar emprego e impulsionar a economia, com investimentos para garantir os direitos urbanos e reduzir as desigualdades socioterritoriais, como para promover a transição ecológica das cidades.

A centralidade e importância das cidades no Brasil exige que o governo federal exerça seu papel de coordenação e que estabeleça as diretrizes gerais da política urbana, considerando um projeto de desenvolvimento nacional que vise diminuir as desigualdades regionais, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável das cidades brasileiras. É necessário também que coordene o processo participativo de elaboração de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano baseada nos princípios da Reforma Urbana, que formule e implemente políticas e programas urbanos integrados ou setoriais (habitação, saneamento básico, mobilidade, ambiente urbano, uso do solo, fundiária, dentre outros). Nesse modelo de governança, é essencial a existência de um sistema de controle social e participação da sociedade voltado para questão urbana e territorial.

O modelo de participação baseado no Conselho das Cidades, que funcionou durante os governos Lula e Dilma e que, recentemente, foi retomado parece insuficiente para incorporar novos atores urbanos, os novos instrumentos e tecnologias de participação e os desafios de uma gestão democrática do século XXI.

Avanços e retrocessos na política urbana brasileira

Apesar de sensíveis avanços em vários aspectos, as cidades brasileiras seguem marcadas por profundas desigualdades socioterritoriais, fruto de um processo histórico de urbanização, no qual a restrição ao acesso à terra urbanizada, a falta de oferta de moradia e de infraestrutura urbana compatível com o ritmo de seu crescimento teve graves consequências nas

condições de vida de seus cidadãos, gerando enormes custos do ponto de vista social, econômico e ambiental.

Os programas implementados a partir da criação do Ministério das Cidades (2003) proporcionou ações relevantes para a qualidade de vida nas cidades. Sobretudo a partir de 2007, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Governo Federal destinou volume inédito de recursos para financiar programas que buscavam garantir os direitos urbanos básicos – como moradia, saneamento básico e mobilidade – na perspectiva de garantir o acesso ao direito à cidade. Pela primeira vez, o Orçamento Geral da União (OGU) foi mobilizado em larga escala para o subsídio habitacional voltado para as faixas de baixíssima renda. Além disso, o orçamento do FGTS foi enormemente ampliado para viabilizar o financiamento habitacional em escala inédita.

No entanto, ao não enfrentar os elementos estruturais que geram as desigualdades urbanas, como a questão fundiária, a especulação imobiliária, a segregação urbana e a falta de articulação entre as políticas setoriais urbanas, assim como a falta de diversidade nos programas habitacionais e desconsideração dos diferentes contextos urbanos da rica tipologia de cidades no país, os resultados ficaram muito aquém do que o volume de investimentos poderia ter gerado.

Ao entrar na política de governabilidade, perdendo seu escopo original, o Ministério das Cidades teve dificuldade em integrar as políticas setoriais, em implementar uma intervenção estrutural nas regiões metropolitana e em enfrentar a questão fundiária urbana, que continuou marcada por processos especulativos, o que acabou por dificultar a inserção urbana dos empreendimentos habitacionais.

Apesar disso, muitos avanços ocorreram inclusive na esfera internacional, onde o Brasil contribuiu nos processos de construção dos acordos globais para a redução da desigualdade e sustentabilidade do planeta, dos quais é signatário, destacando-se a Nova Agenda Urbana, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Acordo de Paris e o Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres.

Entretanto essa trajetória foi interrompida e, sob a égide do ajuste fiscal a partir de 2015, nunca alcançado. A partir daí, o país viveu a um progressivo desmonte das políticas públicas urbanas e, especialmente, a extinção de programas voltados para a redução das desigualdades e para inclusão urbana, com a redução dramática de investimento em todas as áreas.

As sobreposições das crises econômica, climática e sanitária que o mundo enfrentou entre 2020 e 2022 aumentaram exponencialmente a vulnerabilidade e o risco de vida da população de menor renda, reforçando a urgência de se restabelecer a questão urbana como pauta central no projeto de desenvolvimento econômico e social do país e como agenda política em todas as esferas de governo. Retomar a meta de “tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” - ODS 11, é o desafio que se impõe com caráter de máxima urgência, devendo orientar toda a articulação das políticas setoriais urbanas em todas as suas dimensões.

Nesse contexto, os desafios são enormes, pois os problemas urbanos se agravaram e as estruturas governamentais precisam ser estruturadas para enfrentá-los. Não se trata de simplesmente reconstruir o modelo de intervenção na questão urbana que foi adotado no 1º período do Ministério

das Cidades (2003-2018), mas repensar uma estratégia para enfrentar velhos desafios, como a inclusão urbana de forma combinada com novas questões, em particular, a emergência climática e o esgotamento do paradigma do desenvolvimento e crescimento ilimitado. Mudar a cultura urbana, o modo de vida, os padrões de consumo e a (i)lógica do desperdício é fundamental.

A crise da moradia, os avanços e limites da Política Nacional de Habitação

Na habitação, o déficit acumulado foi estimado pela Fundação João Pinheiro, com base em dados da PNAD de 2019, em 5,8 milhões de unidades. Desse total, 75% são famílias com renda inferior a 2 salários-mínimos, 25% são domicílios rústicos ou improvisados, 23% são famílias que coabitam o mesmo domicílio e 51% são famílias de baixa renda que gastam mais de 30% da renda com aluguel.

Esse déficit é enorme, mas a necessidade de novas unidades habitacionais é ainda muito maior. A ele, deve ser acrescentada a chamada demanda demográfica, formada por novas famílias, estimada pela Universidade Federal Fluminense em cerca de 15 milhões de unidades até 2020 e 2040.

Além da necessidade de novas unidades habitacionais, há também o déficit qualitativo, ou seja, moradias com inadequação construtiva, como falta de banheiro (214 mil unidades), adensamento excessivo (1,1 milhões) e cobertura inadequada (815 mil) ou carência de, ao menos, uma

infraestrutura urbana (7,2 milhões), de acordo com as estimativas da Fundação João Pinheiro (2015).

Outro componente das necessidades urbanas qualitativas são as favelas e as comunidades urbanas, nova denominação que o IBGE, no Censo de 2022, atribuiu aos assentamentos precários urbanos, anteriormente chamados, equivocadamente de “aglomerados subnormais”. Em 2022, o Censo identificou 12,3 mil Favelas e Comunidades Urbanas, onde viviam 16,4 milhões de pessoas, o que equivalia a 8,1% da população do país. Esse número demonstram o enorme crescimento da precariedade nas cidades brasileiras na 2ª década do século XXI pois, em 2010, foram recenseadas 6,3 mil Favelas e Comunidades Urbanas, onde residiam 11,4 milhões de pessoas, ou 6,0% da população do país naquele ano.

Apenas a urbanização e a inserção urbana desses assentamentos, assim como a eliminação das áreas de risco, requer, além de obras de infraestrutura, uma produção de novas moradias estimada em cerca de 3,2 milhões de unidades para atender as famílias que precisarão ser remanejadas. Diversas pesquisas indicam que estes números já estão subestimados e a crise econômica e sanitária certamente contribuíram para a sua ampliação.

Para enfrentar problema de tal magnitude, o Ministério das Cidades, nos primeiros governos Lula (2003-2010) implementou importantes avanços institucionais, reestruturando o setor habitacional, que resultou na elaboração, em 2004, da Política Nacional de Habitação (PNH), na instituição do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (2005) e na formulação do Plano Nacional de Habitação (2008).

A PNH gerou grandes programas habitacionais, focados no atendimento da população de baixa renda: o PAC - Urbanização de Assentamentos Precários (2007) e o Minha Casa, Minha Vida (MCMV, 2009). Esses programas representaram marcos na história do enfrentamento do problema histórico de moradia no país, sobretudo por atender prioritariamente a população onde se concentra o déficit e a inadequação habitacional.

Os dois programas, além do volume inédito de recursos financeiros, trouxeram outras inovações, como os conceitos de urbanização integrada e de regularização fundiária; programas direcionados aos movimentos sociais e cooperativas urbanas e rurais; o acesso a moradia para os mais pobres independentemente de sua capacidade de pagamento, (reconhecendo que parte expressiva da população não consegue acessar um financiamento nas condições do sistema bancário); estabeleceram que as mulheres devem ser as titulares nos contratos da casa nova ou da regularização fundiária.

Entre 2009 e 2018, o MCMV contratou 5,4 milhões de moradias, atuando em 96% dos municípios brasileiros, sendo 1,9 milhões destinadas a famílias de baixíssima renda (até R\$ 1.800, ou seja US\$ 450, em valores de 2018), enquadradas na Faixa 1 do Programa. Para viabilizar esse atendimento, foram investidos em subsídio cerca de R\$117 bilhões (valores de 2018), dos quais R\$ 85 bilhões com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) destinados para a Faixa 1. Dentre os beneficiários, 46% estavam cadastrados no Bolsa Família, 67% eram negros, mais da metade não tinha o ensino fundamental completo e 70% tinham renda familiar de até R\$ 800.

Outro importante avanço importante foi a criação das modalidades Minha Casa Minha Vida Entidades e Habitação Rural, baseados na autogestão, reconhecendo a capacidade dos movimentos sociais urbanos e rurais como agentes do programa.

Malgrado os indiscutíveis méritos do MCMV, sobretudo no que se refere ao atendimento à faixa de mais baixa renda, o programa se limitou a produção em escala de moradias nem enfrentar a questão urbana, a especulação fundiária e articular a produção de moradia com as demais políticas públicas. O programa investiu uma soma enorme de recursos públicos sem ter exigido dos municípios a adoção de instrumentos urbanísticos e uma política fundiária que combatesse a especulação com a terra e, em muito caso, sem articular a construção de conjuntos habitacional com a necessária inserção urbana. Salvo honrosas exceções, os empreendimentos foram localizados em áreas distantes dos empregos e com deficiência de infraestrutura.

Já o PAC- Urbanização de Assentamentos Precários foi o maior programa de urbanização de Favelas e Comunidades Urbanas do país: nos 800 projetos contratados, seriam beneficiadas cerca de 2 milhões de famílias; no entanto, a enorme dificuldade encontrada na implementação de parte significativa dos projetos reduziu o impacto do programa, que em 2023 tinha ainda 400 projetos não concluídos, incluindo inúmeros sequer iniciados.

Esses programas foram radicalmente reduzidos após o governo Dilma. O PAC-UAP foi praticamente paralisado e o Governo Bolsonaro, ao transformar o MCMV no Programa Casa Verde Amarela, zerou as contratações de moradias para a Faixa 1, cortando os recursos do OGU

destinados ao programa. As modalidades destinadas aos movimentos sociais e cooperativas urbanas e rurais, como o MCMV Entidades, baseados na autogestão, foram interrompidos, incluindo os projetos já contratados.

Em 2023, no 3º governo Lula, o MCMV foi retomado, reabrindo-se a atendimento à Faixa 1, retomando os projetos paralisados da modalidade entidades e rural e criando-se condicionantes para localização dos empreendimentos, em resposta a forte crítica à falta de inserção urbana dos conjuntos produzidos nas etapas anteriores do programa. Os resultados, no entanto, ainda não puderam ser verificados.

Uma novidade relevante do Lula 3 foi a formulação do Programa Periferia Viva, que incorporou com muitos avanços o antigo PAC de Urbanização de Assentamentos Precários. O Periferia Viva busca realizar uma intervenção integrada em assentamentos periféricos com uma maior participação das comunidades na perspectiva de incorporar a enorme potencialidade existentes nessas comunidades. O programa, inclui além cardápio de obras necessária para a urbanização, com implantação de infraestrutura, como também realizar intervenções voltadas às políticas sociais e de promoção da cidadania.

A mudança de modelo no saneamento básico

Os déficits de saneamento básico no Brasil são significativos e concentram-se na população mais pobre, moradora dos bairros periféricos, favelas e assentamentos precários informais das grandes e médias cidades, como também das cidades de menor porte do Nordeste e na Amazônia, na zona rural e nas comunidades tradicionais.

Mesmo nas metrópoles, as águas urbanas estão fortemente poluídas pela ausência de tratamento adequado de esgotos e disposição inadequada do lixo. As enchentes ribeirinhas estão se agravando com o crescimento urbano desordenado e os eventos extremos provocados pelas mudanças climáticas. A população rural brasileira, que soma cerca de 30 milhões de pessoas, em boa parte continua sem atendimento de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Apesar dessas condições desfavoráveis, nas últimas décadas foram obtidos resultados significativos. A taxa da população com acesso à água potável passou de 84%, em 2000, para 97%, em 2015 (Relatórios da Organização Mundial da Saúde e Unicef), enquanto o acesso à solução adequada de esgotamento sanitário passou de 73,3%, em 2009, para 81,2%, em 2015 (PNAD 2015, IBGE). Importante ressaltar que esses resultados positivos foram obtidos, sobretudo, atendendo a população de baixa renda. Enquanto o aumento a cobertura da coleta de esgoto aumentou 27% no total do Brasil, para famílias com renda até 3 salários-mínimos, o crescimento foi de 45% e na faixa até um salário-mínimo, o aumento alcançou 61%.

Esse avanço foi obtido através da retomada dos investimentos, por meio do financiamento para as empresas públicas e municípios, operadores do saneamento no Brasil, com a disponibilização de recursos onerosos e não onerosos. Entre 2003 e 2015, cerca de R\$200 bilhões foram contratados para financiar a implantação e ampliação de sistemas de saneamento básico, em todos os estados da Federação, para municípios dos mais diferentes portes, levando-se em consideração os maiores déficits, a

população atendida, e a capacidade de pagamento do ente, reservando-se recursos de OGU para municípios e estados mais pobres.

Após 2016 os investimentos previstos no OGU para o saneamento básico foram sendo reduzidos. O mesmo ocorreu com os recursos do FGTS: entre 2016 e 2019, dos R\$ 28,5 bilhões disponíveis no orçamento do FGTS foram contratados apenas R\$ 5,7 bilhões (19,9%), segundo a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador.

O marco regulatório do setor também foi alterado. O mercado, apoiado pela mídia corporativa, vendeu a tese neoliberal de que a privatização dos serviços de água e esgoto é a única alternativa para a superação dos déficits e o caminho para a universalização da prestação dos serviços. O ataque foi facilitado pelas debilidades na prestação por parte dos órgãos públicos.

Contando com o apoio do capital financeiro, uma articulação empresarial conseguiu vencer as resistências dos setores populares e aprovar a Lei federal 14.026 em 2020, deformando a Lei 11.445/2007, marco legal do saneamento no Brasil.

As alterações efetivadas pela Lei 14.026/2020 retiraram a competência dos municípios, alijando-os das decisões sobre a gestão dos serviços públicos de saneamento básico e instituindo o monopólio privado no setor ao inviabilizar a atuação dos prestadores públicos dos serviços de água e esgoto e substituí-los por concessionárias privadas.

O desmonte das companhias estaduais e dos serviços municipais tende a agravar a desigualdade no atendimento das populações vulneráveis, uma vez que prioriza a participação privada e a lógica da mercantilização e financeirização do setor.

A consequência previsível é que as concessionárias privadas privilegiem as áreas urbanas e os municípios onde a rentabilidade for maior, excluindo as regiões habitadas pela população de baixa renda e os pequenos municípios onde se concentra a carência de saneamento básico. A maior parte das licitações para concessões de serviços públicos de água e esgoto no país tem sido vencida por grandes grupos privados, controlados por grandes fundos de investimentos internacionais, que apontam para a financeirização da prestação destes serviços.

Privilegiar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico como negócio é uma escolha que amplia as dificuldades para a realização dos direitos humanos à água e ao saneamento. Aumentam as dificuldades para implementar soluções integradas nas áreas onde vivem as populações em situação de vulnerabilidade e as tarifas tendem a se elevar, atrasando a universalização do acesso físico e econômico, a exemplo do que ocorreu na energia elétrica. Da mesma forma, o uso das receitas tarifárias para suprir o Erário e reduzir déficit fiscal por meio de outorgas e pagamento de juros e dividendos a acionistas dos prestadores também atrasa a universalização.

A privatização tem sido apresentada como único caminho para a universalização do saneamento básico. Entretanto, em nenhum país do mundo é possível prescindir do poder público na prestação dos serviços e no aporte de recursos do tesouro para a sua universalização. A universalização dependerá ainda de melhor distribuição de renda e da integração com outras políticas públicas, baseadas nos princípios de reforma urbana, que contribuam para a redução da desigualdade socioterritorial nas cidades.

No campo, a universalização demanda uma política específica de saneamento rural e a implementação do Programa Nacional de Saneamento Rural, que dê conta das especificidades regionais do Brasil.

A crise do transporte público e o corte nos investimentos federais em mobilidade urbana

A mobilidade é um dos problemas que mais diretamente afetam a qualidade de vida da população e é a atividade que mais emite gases de efeito estufa (GEE) no ambiente urbano, mas atinge, de modo mais dramático, os mais pobres, especialmente os que vivem nas grandes cidades brasileiras. Desarticulada das políticas de uso do solo que, por sua vez, permitem a construção de cidades cada vez mais espalhadas, recebendo insuficientes investimentos públicos que são majoritariamente destinados para infraestrutura que privilegia o transporte individual em detrimento do transporte coletivo, a crise na mobilidade urbana caminha para atingir o caos.

O sistema de transporte público instalado no país, cuja gestão está a cargo dos municípios (eventualmente de estados), sofre as consequências da crise no modelo de gestão e remuneração dependente da tarifa, agravada pela crise sanitária que paralisou as cidades. De novo, são os mais pobres que mais intensamente sofrem com a qualidade e custo do serviço. Para a classe trabalhadora, o transporte coletivo é condição para acesso à renda e aos serviços essenciais; e cada vez em piores condições, são obrigados a gastar horas em deslocamentos, aglomerados sem conforto e segurança.

Os investimentos em transporte de alta capacidade, como trens e metrô, avançam em ritmo lento no país. O atual padrão de mobilidade urbana baseado fortemente no automóvel – que ocupa mais de 80% do sistema viário – é a principal causa de emissões atmosféricas urbanas e reforça as desigualdades urbanas, posto que o direito à mobilidade não se concretiza para a maioria da população que não dispõe de recursos para aquisição e manutenção do veículo individual.

São também insuficientes os investimentos que efetivamente privilegiem o transporte coletivo. Embora possam ser implantadas com baixo investimento, é insignificante o número de faixas e corredores exclusivos de ônibus na quase totalidade das cidades médias e grandes, fazendo com que os ônibus fiquem presos nos congestionamentos causados pela grande frota de automóveis, aumentando seus custos operacionais.

Também são ignorados os investimentos para implantação de infraestrutura para meios de transporte ativos nas cidades, para torná-las acessíveis às bicicletas e aos deslocamentos a pé, de forma segura.

Assim como na habitação e no saneamento, os governos Lula e Dilma formularam importantes inovações na política de mobilidade e transporte urbano e promoveram e implementaram programas e ações de grande impacto nas cidades. Programas como o Bicicleta Brasil, Brasil Acessível e apoio aos Planos de Mobilidade Urbana procuraram disseminar novas abordagens associados ao conceito de mobilidade urbana, que superam a fragmentação entre transporte, trânsito e circulação de pedestres e ciclistas. Assentada no conceito de que a mobilidade é um direito das pessoas, foi aprovada a Lei 12.587/2012, que instituiu as diretrizes da

Política Nacional de Mobilidade Urbana, na qual se estabeleceu a prioridade para o transporte coletivo e mobilidade ativa sobre o transporte individual. Foram instituídos também novos instrumentos para o planejamento e gestão por parte dos municípios e estados para priorizar efetivamente o transporte público e desestimular o transporte individual motorizado.

Para apoiar municípios, o governo federal disponibilizou volume de recursos extraordinários para a área, da ordem de R\$ 200 bilhões, destinados a projetos que objetivavam incorporar, nas malhas urbanas, 658 quilômetros de transporte sobre trilhos, 3.204 quilômetros de transporte sobre pneus e 21 quilômetros de transporte fluvial.

No entanto, assim como nas demais políticas urbanas, a destituição do governo em 2016, seguida do ajuste fiscal e da criação da Teto de Gastos em 2017, relegou os investimentos em mobilidade ao segundo plano. Os recursos alocados no Orçamento da União na subfunção Transporte Coletivo Urbano eram, em 2020, 27% do disponível em 2015. E na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, o total alocado corresponde a cerca de 10% do empenhado no ano anterior, ou seja, menos de 3% do empenhado em 2015, no último ano do governo Dilma.

Ademais, 55 projetos que haviam sido selecionados pelo PAC foram cancelados, deixando de investir cerca de R\$15 bilhões nos estados e municípios em obras de mobilidade urbana. Embora o transporte coletivo seja fundamental para garantir assegurar o direito à mobilidade e cidades acessíveis e democráticas, os governos Temer e Bolsonaro reduziram drasticamente a atuação do governo federal, o que vem contribuindo para agravar a crise no sistema de transporte coletivo, situação que ainda não foi recuperada no governo Lula 3.

A inoperância do governo federal é um componente a mais na crise sem precedentes que afeta o transporte público. Atualmente, existe um forte risco de desestruturação de sistemas, que resultará em áreas urbanas sem serviço de transporte coletivo, aumento de tarifas, perda de gratuidades para os usuários e de direitos para os trabalhadores do setor.

A delegação da gestão do transporte público para os municípios, introduzida pela Constituição Federal de 1988, tem se mostrado insuficiente para a solução dos problemas de mobilidade presentes nas cidades brasileiras, exigindo um novo arranjo federativo no equacionamento dos serviços.

O transporte público, no qual o ônibus se destaca como o principal elemento estruturador da maioria das cidades, vive uma crise no modelo de financiamento e gestão decorrentes do aumento de custos dos insumos utilizados, com destaque para o diesel e a energia elétrica, e incapacidade de pagamento de tarifas pelos usuários.

O problema é agravado pela recessão econômica, aumento do desemprego e crescimento do trabalho informal, que se tornaram críticos pela pandemia de Covid-19, o que diminuiu drasticamente o número de passageiros capazes de pagar tarifas e resultou em menor arrecadação, processos que continuam afetando o sistema. Os novos serviços de transporte associados ao uso de aplicativos de celulares reduzem cada vez mais a demanda de passageiros do transporte coletivo, contribuindo para a queda de receita.

A Pesquisa OD realizada na Região Metropolitana de São Paulo revelou uma queda significativa das viagens por transporte coletivo e um

crescimento das viagens por automóveis, o que vai na contramão dos que seria necessário para enfrentar a emergência climática e a crise urbana

O problema é agravado pelo fato de o transporte público coletivo ser operado por empresas concessionárias de um serviço municipal ou metropolitano, cujos contratos de concessão preveem, em sua imensa maioria, que a remuneração do serviço seja responsabilidade exclusiva da tarifa paga pelo usuário e que a empresa seja proprietária de todas as etapas do serviço e os ativos de infraestrutura necessários na área que opera.

Diante da queda da receita, muitas empresas e prefeituras passaram a retirar ônibus de circulação e reduzir viagens para reduzir o custo de operação, o que diminui a qualidade do serviço e afasta ainda mais os passageiros. Cresce também as demandas por parte das empresas concessionárias por elevação da tarifa e retirada de isenções. Nos serviços de transporte sobre trilhos (trens, metrô e VLTs) também há uma crise de financiamento e adoção de modelos ultrapassados, apesar de muitos deles contarem com subsídio dos governos estaduais.

O aumento de tarifas e a perda de qualidade retroalimentam o processo de exclusão social, afastam usuários, desequilibram novamente a conta, apontando para a completa inviabilidade econômica do atual modelo de transporte público ou qualquer perspectiva de melhoria.

Devido à desigualdade socioterritorial das cidades, o problema afeta de forma bastante diferente entre as regiões centrais e as periféricas. Estas sofrem com maior intensidade o processo de retirada de viagens, reforçando desigualdades sociais. Nas regiões metropolitanas, a população sofre ainda mais devido à inexistência, na maioria dos casos, de sistemas

integrados, o que gera cobranças de tarifas independentes e cumulativas para o cidadão que circula entre dois ou mais municípios.

A continuidade do atual sistema de contratação e remuneração poderá levar à quebra generalizada das empresas concessionárias, no curto prazo, o que desestruturaria completamente o transporte público urbano no Brasil. Na prática, se o caminho não for mudado, é grande a possibilidade de o Brasil vivenciar a substituição de empresas e conglomerados privados pela operação pulverizada de pequenos operadores, sob controle de cartéis locais dissociados do interesse público e de qualquer preocupação social e ambiental, propiciando a ascensão do transporte clandestino operado, em várias localidades, pelo crime organizado.

A emergência climática, os eventos extremos e a necessidade de uma política de prevenção de riscos e desastres

Vivemos em plena crise climática provocada pela emissão de gases de efeito estufa. Os eventos extremos, as chuvas, secas, aumento da temperatura, geadas, serão cada vez mais intensos e frequentes. A escassez de água e alimentos será amplificada. As mudanças climáticas evidenciam que estamos em risco, e as populações vulneráveis são, cada vez mais, as mais afetadas pelos problemas ambientais.

De acordo com o Painel Brasileiro de Mudança do Clima (PBMC), os impactos da mudança do clima afetam particularmente as regiões metropolitanas e as grandes cidades. Dentro delas, todos sentirão os efeitos dos eventos extremos, mas as regiões e populações pobres sofrerão mais, sobretudo aquelas que vivem em áreas de risco. A crise climática agrava um

problema já existente, a ocupação das áreas desprezadas pelo mercado, por suas péssimas condições ambientais, pela população excluída dos direitos à cidade.

Após o desastre na Serra Fluminense em 2011, que gerou cerca de 200 mortes, o governo Dilma encarou o desafio de construir uma política integrada para apoiar estados e municípios na gestão dos riscos e resposta a desastres. Para isto, disponibilizou recursos da ordem de R\$19 bilhões para projetos e obras de prevenção, mapeamento das áreas de risco, aprimoramento da capacidade de resposta a desastres e montar uma rede nacional de monitoramento e alerta. Nessa perspectiva, foi criado o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), que tem como missão usar tecnologias modernas de monitoramento e previsões hidro meteorológicas e geodinâmicas, para acionar um sistema de alertas para eventos extremos.

Este esforço também foi paralisado a partir de 2016. Na esteira da PEC do teto dos gastos, os investimentos no setor despencaram - os recursos para drenagem caíram, em média, 75% e os investimentos em contenção de encostas, 90%. E nunca mais se recuperaram. O Plano Plurianual 2020-2023 completou o desmonte da atuação integrada, além de perseverar na redução dos recursos para apoio aos municípios e estados.

O governo Bolsonaro cancelou os investimentos em prevenção de riscos e desastres nas cidades exatamente no momento em que as iniciativas para tornar as cidades mais resilientes deveriam se intensificar, pois os eventos extremos estão ocorrendo com maior intensidade e frequência, como se viu no verão de 2022, entre outros locais, no sul da Bahia, norte de Minas, Petrópolis, Franco da Rocha, Ouro Preto, Paraty, Angra dos Reis e

Recife e em 2024, a tragédia no Rio Grande do Sul e no litoral de São Paulo, entre outros graves eventos.

A questão da resiliência urbana, da mitigação das mudanças climáticas, da adaptação das cidades para torná-las mais sustentáveis e saudáveis e das várias dimensões relacionadas com o ambiente urbano tornou-se uma agenda prioritária no século XXI, ganhando uma importância crescente. Por isso, é preciso não apenas reconstruir o que foi desmontado (legislação, órgãos de prevenção de riscos, fiscalização e gestão ambiental, recursos, etc.), como inovar com uma estratégia capaz de concretizar a transição ecológica e um novo modelo de desenvolvimento urbano sustentável.

Diretrizes para uma nova política urbana, baseada no direito à cidade e ao enfrentamento da crise climática

As cidades que precisamos construir devem expressar a sociedade que queremos. Devem ser imperativamente democráticas, sem segregação e discriminação de qualquer natureza. Devem ser cidades seguras, justas, equitativas, resilientes, sustentáveis, plurais e agradáveis de se viver.

Combater as múltiplas dimensões das desigualdades, garantir o direito à cidade e promover uma transição ecológica que as tornem mais sustentáveis e saudáveis, respondendo aos desafios das emergências climáticas, são os principais objetivos.

Para tanto, o Estado deve ser eficaz, a cidadania deve ter protagonismo e precedência sobre o mercado, deve-se aliar justiça socioambiental ao desenvolvimento.

Romper com a lógica de segregação requer inverter as prioridades, direcionando os investimentos públicos para as periferias, favelas e demais áreas de maior vulnerabilidade, garantindo infraestrutura, mobilidade, serviços públicos e equipamentos de qualidade, acesso à internet, moradia digna, universalização do saneamento básico, urbanização e regularização de favelas e melhoria habitacional nos assentamentos precários. Além da propriedade privada, deve-se estimular novas formas de acesso à moradia.

Alcançar esses direitos requer justiça tributária, com alíquotas progressivas nos impostos, e capturar a valorização imobiliária resultante dos investimentos público para corrigir as desigualdades e injustiças urbanas. Exige também um novo pacto federativo, com a destinação para os municípios de receitas compatíveis com sua tarefa constitucional de promover o desenvolvimento urbano e o bem-estar dos habitantes das cidades. Exige finalmente melhor distribuição de renda, aumento de renda do trabalhador e geração de empregos e crescimento econômico, sem o que os subsídios necessários para garantir o acesso aos serviços urbanos e moradia alcançam níveis insustentáveis para o governo.

A cidade deve ser policêntrica, promover o uso misto e a diversidade social e garantir a função social da propriedade, combatendo a especulação com imóveis ociosos. Precisa ser mais compacta, evitando o espraiamento da zona urbana sem infraestrutura adequada, valorizando a zona rural e estimulando a agricultura periurbana familiar e orgânica.

O desenvolvimento urbano deve ser orientado para aproximar os locais de trabalho, moradia, estudo e lazer, diminuindo a necessidade de grandes deslocamentos motorizados. A estruturação urbana deve ser orientada pelos eixos de transporte público coletivo, serviço público

essencial e Direito Social, previsto na Constituição Federal. O transporte coletivo e a mobilidade ativa devem ser priorizados, racionalizando e desestimulando o uso do automóvel.

A cidade deve ser uma plataforma privilegiada da transição ecológica, garantindo a justiça socioambiental, a redução das emissões de poluentes atmosféricos e a mitigação das mudanças climáticas. Proteger as Áreas de Proteção Permanente (APPs), alterar a matriz energética na mobilidade e nas edificações, garantir a segurança hídrica, recuperar e proteger os mananciais e os 5R (repensar, recusar, reduzir, reutilizar, reciclar) e nos resíduos sólidos são estratégias para o desenvolvimento sustentável.

A cidade deve ter uma gestão participativa, integrada, multiescalar, multiatores e descentralizada. As políticas locais devem ser articuladas com as regionais, metropolitanas e as de outros níveis de governo e colaborativas com a sociedade civil.

As diversidades regionais, culturais e bioclimáticas, assim como as especificidades de pequenos, médios e grandes municípios, devem ser observadas e valorizadas, apontando para uma revisão do pacto federativo.

A cidade deve ser plural, inclusiva e aberta, promovendo a diversidade cultural, religiosa, racial, étnica, de gênero e orientação sexual, assim como ações afirmativas que combatam preconceitos, a discriminação e as desigualdades.

Nessa perspectiva, as diretrizes que devem orientar uma nova política urbana para o século XXI são os seguintes:

- Reforma Urbana que contribua para a construção de cidades mais justas, para uma política fundiária que combata a especulação

imobiliária e garanta acesso à terra urbanizada para a população excluída e socialize os benefícios dos investimentos urbanos.

- Redução nas desigualdades e segregação no acesso à habitação, ao acolhimento social, ao saneamento básico, à mobilidade, à segurança urbana, à cultura, ao esporte, ao lazer e ao mundo digital, utilizando recursos do Orçamento Geral de União e dos fundos públicos para realizar os investimentos necessários.

- Prioridade à população de baixa renda (até 3 SM) nos programas urbanos e na concessão dos subsídios públicos.

- Transição ecológica com foco na reversão do processo de degradação ambiental urbana, na mitigação da emergência climática e na preservação de um ambiente saudável para as futuras gerações.

- Inovações que beneficiem os cidadãos, os trabalhadores e o meio ambiente e tornem mais amigável a vida nas cidades, em especial, nas grandes metrópoles.

- Política urbana e territorial inclusiva, que enfrente as questões de gênero, raça, diversidade de orientação sexual e as culturas dos povos originários e tradicionais

- Respeito à diversidade regional e dos biomas, à tipologia e porte dos municípios e as especificidades da rede urbana brasileira na formulação dos programas e intervenções do governo federal.

- Fortalecimento do FGTS como fundo de financiamento da política urbana, especialmente habitação de interesse social e saneamento.

- Modelo de governança cooperativo e participativo, que garantam a integração das políticas setoriais.

- Apoio e estímulo às iniciativas coletivas, comunitárias e autogestionárias.
- Implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente o ODS 11, e a Nova Agenda Urbana nos programas e ações do governo federal e apoio para sua difusão para estados e municípios.

O enfrentamento à disparidade regional, à desigualdade e à pobreza, como fenômenos multidimensionais e a transição ecológica são os grandes desafios do século XXI. Nas cidades, fazer frente a este desafio significa não só atender aos déficits históricos de habitação, saneamento básico ou mobilidade, mas também alterar a sua matriz de reprodução, incorporando o princípio da justiça socioambiental como seu eixo central.

A alteração do modelo de desenvolvimento urbano do país, em direção a cidades seguras, justas, equitativas, resilientes, sustentáveis, plurais e agradáveis de se viver, requer, portanto, mudanças nos paradigmas que orientaram o modo de produção e a estruturação das cidades brasileiras no século XX, baseados em um modelo de desenvolvimento que não respeitou o meio ambiente, priorizou a mobilidade motorizada individual, gerou segregação e exclusão sócio territorial, estimulou a especulação imobiliária e a prevalência dos interesses privados sobre os coletivos, provocou uma expansão desmedida da zona urbana em detrimento da zona rural, priorizou os investimentos nas áreas já privilegiadas da cidade e promoveu uma injusta distribuição dos ônus e bônus do processo de urbanização, favorecendo os interesses de promotores imobiliários.

A transição para um novo modelo de cidade requer inovações nas políticas urbanas, buscando garantir intervenções integradas no território, baseadas em uma política nacional de desenvolvimento que contenha estratégia para mitigação das enormes desigualdades regionais existentes no Brasil e que priorize a Reforma Urbana, combatendo a especulação imobiliária e a captura privada dos investimentos públicos, e garantindo o direito à cidade.

É necessário romper com a desarticulação territorial dos investimentos, projetos e programas públicos setorializados, focar em ações para a redução das desigualdades, a transição ecológica e a sustentabilidade ambiental, adotando-se inovações e tecnologia voltadas para as pessoas, e reconstruir um modelo de governança participativo e de coordenação interfederativa para o Governo Federal.

Mudanças estruturais na forma de produção e reprodução das cidades são fundamentais. Inovações se impõem em relação ao antigo modelo de estruturação do Ministério das Cidades, órgão coordenador da política urbana em nível nacional que, em linhas gerais, não foi alterado no governo Lula 3, com exceção da criação da Secretaria Nacional das Periferias (SNP).

No âmbito de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, deve-se ter um enfoque territorial e integrado, evitando intervenções setoriais, priorizando programas voltados para territórios específicos, como as periferias, os assentamentos precários e regiões metropolitanas. Esses territórios deverão ser, por meio de processos participativos, diagnosticados em suas carências e demandas, advindo daí o desenho de intervenções integradas, multiescalares e multisetoriais, que envolvam vetores sociais, econômicos, culturais e territoriais e urbanísticos.

Essa concepção está incorporada ao Programa Periferia Viva, novidade a ser saudada.

Essa multisetorialidade, um desafio e uma inovação, deverá abranger não só as políticas urbanas de habitação, saneamento básico e mobilidade, atribuições que são tradicionalmente consideradas os objetos de intervenção específicos da política urbana, como outras, como meio ambiente, cultura, patrimônio histórico, equipamentos sociais e emprego e renda, levando ao desafio maior da construção de uma sinergia multiministerial.

A ênfase que precisa ser dada a ação integrada baseada no território, não significa que os programas setoriais devem deixar de existir, dado que problemas específicos de cada setor precisam ser enfrentados. Mas eles precisam ser implementados no âmbito desta visão holística, que deverá ser perseguida através de instrumentos, grupos de trabalho e cooperações várias.

Pensar as questões urbanas a partir dos territórios, incorporando os componentes ambientais cada vez mais importantes, como as bacias hidrográficas e os biomas, é essencial para formular políticas e programa integrados.

As regiões metropolitanas merecem um olhar especial, tendo em vista sua relevância demográfica, econômica e concentração de problemas urbanos e sociais. Mas, da mesma forma, outras realidades urbanas, territoriais e regionais, como as aglomerações urbanas e as microrregiões merecem ser olhadas com especificidades, gerando programas especiais, focados em cada situação.

Os cerca de quatro mil pequenos municípios, com população inferior a vinte mil habitantes, precisam ter uma política urbana específica pois eles não têm nada a ver com as que foram pensadas para as regiões metropolitanas ou mesmo para as cidades médias. Já a articulação dos municípios de uma mesma microrregião, que podem se estruturar em consórcios públicos, poderá desempenhar um papel essencial, assim como uma maior participação dos estados na política urbana.

Propostas para uma nova política urbana

A formulação de um programa para as cidades baseado nas diretrizes e princípios acima enunciados requer uma abordagem inovadora capaz de superar a fragmentação setorial que tem predominado nas políticas urbanas e que também são um dos pontos de fragilidade não só do Ministério das Cidades, mas de praticamente todos os entes federativos, que tratam as questões urbanas de forma fragmentada, de modo que o enfrentamento de um problema, por exemplo, a falta de moradia, gera outras deficiências com maior distância entre a moradia e o trabalho, falta de infraestrutura e de equipamentos sociais e deficiência no sistema de transporte coletivo.

Por isso, propomos implementar, sempre que possível, programas integrados com base em territórios, garantindo que mesmo os programas setoriais que, por suas características específicas, precisem ser mantidos, sejam baseados uma visão mais transversal e holística, que não isole o enfrentamento de um problema específico desconsiderando o contexto em que se insere, assim como os demais setores da política urbana.

Nessa perspectiva, vamos apresentar diretrizes, propostas e ações organizadas de forma transversal e integrada em torno dos dois principais desafios urbanos no século XXI:

- a) Redução das desigualdades urbanas para garantir o direito à cidade
- b) Transição ecológica das cidades, enfrentando a emergência climática e qualificando o ambiente urbano

Redução das desigualdades e garantia do direito à cidade

Esse desafio orienta-se pelo objetivo prioritário de garantir o direito à cidade para todos, reduzindo as desigualdades socioterritoriais. Sob esse guarda-chuva estão os programas e ações, integrados no território ou setoriais, voltados a garantir a todos, incluindo a população urbana e rural, os direitos à habitação, à mobilidade, ao saneamento básico, à segurança hídrica, à conectividade e aos equipamentos sociais para a saúde, a educação, a cultura, o esporte e o lazer.

Como vimos, a desigualdade e a pobreza seguem entre os maiores desafios a serem enfrentados no Brasil, assim como em todo o sul global. Como fenômenos multidimensionais, a desigualdade de renda está fortemente permeada pelas questões de raça, gênero, assim como pelas disparidades regionais, demandando outro modelo de desenvolvimento para ser superada de forma estrutural.

A falta de moradia digna, de saneamento básico e de transportes coletivos de qualidade, a insegurança jurídica da posse da terra, a distribuição desigual dos serviços e de equipamentos públicos de saúde,

educação, cultura e lazer, assim como os desequilíbrios regionais e a segregação, são manifestações socioterritoriais dessas desigualdades, chamada pelo sociólogo Lucio Kowarick de “espoliação urbana”.

A política urbana do século XXI, baseada na inclusão e na justiça socioambiental, requer a priorização de ações e programas que combatam a segregação, exclusão urbanas e desigualdades que marcam as cidades e o território brasileiro.

Para romper este ciclo de reprodução da pobreza e de exclusão, a agenda econômica voltada para a recuperação salarial, melhoria da renda, recuperação do emprego, aumento das oportunidades e justiça tributária precisa estar articulada a ações institucionais é fundamental, mas insuficiente. Os investimentos nas políticas pública urbanas são fundamentais para a redução das desigualdades socioterritoriais e para garantir direitos constitucionais, como moradia digna, universalização da infraestrutura urbana e do saneamento básico, acesso ao transporte coletivo e à mobilidade ativa, conectividade e acesso à internet, serviços públicos e equipamentos de qualidade e urbanização, regularização de fundiária e melhoria habitacional nos assentamentos precários.

Para enfrentar esse desafio e avançar em direção ao direito à cidade, as seguintes diretrizes deveriam orientar uma nova política urbana:

- Articulação das políticas urbanas setoriais em programas integrados e, sempre que possível, com base no território.
- Priorização dos investimentos federais nas periferias, favelas e outras áreas de vulnerabilidade urbana, visando garantir

equidade no acesso aos serviços públicos urbanos e o direito à cidade para todos.

- Subsídio à população de baixa renda para garantir o direito à cidade, nas suas diferentes vertentes: habitação, saneamento básico, mobilidade, infraestrutura, acesso à internet, etc.;
- Promoção da equidade no uso do espaço público, melhorando sua distribuição e evitando sua privatização direta ou indireta, tanto no sistema viário como nas terras do patrimônio da União, buscando garantir acesso mais equilibrado ao espaço público e segurança jurídica para a população de baixa renda que ocupa áreas públicas.
- Redução e, gradativamente, eliminação das desigualdades regionais, definindo em todos os programas e ações apoiadas pelo governo federal, regras específicas e condições diferenciadas de acordos com as características específicas de cada região e da tipologia de municípios.
- Respeito em todas as ações e programas, diversidade cultural das populações locais e dos povos originários, garantindo as especificidades regionais, étnicas e dos biomas e buscando incorporar e promover suas práticas, modo de vida e de morar, tecnologias tradicionais e capacidades consolidadas.
- Garantia, nos programas habitacionais e de saneamento, de um leque de modalidades de gestão e tipologias, inserção urbana e uma flexibilidade na análise dos projetos, de modo a atender à

diversidade de situações urbanas, regionais e culturais existentes no país.

- Proteção dos territórios ocupados pelas populações indígenas, quilombolas e tradicionais, garantindo segurança jurídica na posse da terra, o fortalecimento cultural e socioambiental e o apoio para o desenvolvimento de soluções adequadas ao modo de vida e cosmovisão das populações.

- Garantia, em todos os programas urbanos, das especificidades de gênero, raça, idade, orientação sexual e condições de acessibilidade, visando garantir equidade e olhar específico para mulheres, os idosos, as crianças, as pessoas com deficiência, com dificuldade de locomoção e em situação de rua, os negros, os indígenas e a população LGBTQI+ e demais segmentos minoritários e discriminados da sociedade.

- Incorporação em todos os programas urbanos e, especialmente, na mobilidade e no espaço público, da preocupação em garantir a segurança e o direito à mobilidade das mulheres.

- Considerar em todos os programas e ações mecanismos para enfrentar e reduzir a violência urbana que atinge desproporcionalmente a população negra.

- Fomento e indução, por meio de diretrizes gerais e condições de acesso a financiamento, à adoção nos planos e políticas municipais, de conceitos e instrumentos de planejamento urbano e territorial inclusivo e social para reduzir as desigualdades socioterritoriais, combatendo a especulação com imóveis ociosos,

estimulando a recuperação das “mais-valias” fundiárias geradas por investimentos públicos, priorizando os investimentos nos territórios com vulnerabilidade e reservando áreas bem localizadas para a habitação de interesse social.

- Considerar a diversidade regional e urbana do país em todos os planos e programas, na perspectiva de reduzir as disparidades e desigualdades regionais, com olhar específico para os pequenos e médios municípios, as regiões metropolitanas, as áreas impactadas pelo turismo, grandes projetos econômicos e de infraestrutura e as realidades regionais específicas, como as cidades do semiárido do Nordeste e da Amazônia.

Transição ecológica das cidades, enfrentando a emergência climática e qualificando o ambiente urbano

A transição ecológica e energética objetiva preparar as cidades para enfrentar os desafios do século XXI, marcados pela emergência climática e pela necessidade de mudar o modelo de urbanização para introduzir os aspectos ambientais como determinantes nas políticas urbanas.

O modelo de desenvolvimento urbano brasileiro do século XX gerou cidades insustentáveis, baseadas na hiperconcentração nas regiões metropolitanas, na expansão horizontal ilimitada, na depredação das áreas verdes e do cinturão verde, na mobilidade individual motorizada, na ocupação das Áreas de Proteção Permanente (fundos de vale e áreas íngremes), no desprezo do meio físico como um elemento essencial da ocupação do território e qualidade de vida.

Esse modelo tem como consequência grande emissão de gases-estufa responsável pelas mudanças climáticas e em um padrão exacerbado de consumo que exaure os recursos naturais, degrada a natureza e o ambiente construído. É preciso alterar esta dinâmica através de um processo de transição ecológica, em direção a um novo modelo de ocupação do território, mais responsável, equilibrado, sustentável e justo.

Embora as cidades não sejam diretamente as maiores responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa no Brasil, as atividades que nelas ocorrem contribuem significativamente para o atual quadro de emergência climática. O transporte de passageiros e da carga, a construção civil e a decomposição dos resíduos têm grande participação nas emissões.

Nas cidades ocorrem os maiores impactos para a população, sobretudo as mais vulneráveis, que sofrem com os desastres decorrentes dos eventos climáticos extremos, como as tempestades, secas, insegurança hídrica, elevação do nível do mar, inundações e deslizamentos. Estes serão cada vez mais intensos e mais frequentes. A escassez de água e alimentos será amplificada e a segurança hídrica comprometida. Enfrentar esses problemas tornou-se prioridade máxima.

Nessa perspectiva, o planejamento territorial e urbano, assim como os programas, projetos e intervenções urbanas precisam ser orientados para promover a transição ecológica, priorizando a questão ambiental e preparando as cidades para enfrentar a emergência climática.

É necessário reequilibrar as formas de uso do território nacional através do fortalecimento da rede de e sistemas construtivos, fluxos de recursos, geração e distribuição de energia.

Já o modelo urbano a ser promovido é o da cidade compacta e policêntrica, onde serviços, emprego e moradia estejam em proximidade, trazendo assim menor pressão pelos deslocamentos e fluxos urbanos. Uma cidade equitativa e inclusiva, que garanta moradia digna e bem localizada a todas e todos, é uma das principais estratégias para o enfrentamento dos impactos do clima.

A transição energética das cidades demanda a descarbonização dos sistemas urbanos e produtivos de maior emissão de poluentes locais e gases de efeito estufa. É necessário reduzir gradativamente o uso de combustíveis fósseis e estimular o uso de fontes renováveis de energia.

A mudança na lógica de mobilidade, com um uso mais racional dos carros e estímulo ao transporte coletivo e mobilidade ativa é também prioritária. Além dos benefícios diretos para a melhoria da acessibilidade da população, uma política de mobilidade urbana com orientação pró transporte público e transporte ativo (deslocamento a pé em curtas distâncias e uso de bicicleta) também reduz o consumo de energia e as emissões atmosféricas.

A promoção de alterações na cadeia produtiva da construção civil e na gestão dos resíduos sólidos são igualmente estratégicas. A descarbonização da construção civil deve ser incrementada pelo incentivo ao retrofit do patrimônio construído preexistente e, para as novas edificações, pela implementação de políticas de desenvolvimento de novos materiais e sistemas construtivos e pela introdução de tecnologia inovadora para a gestão dos edifícios e serviços urbanos. A redução da geração de resíduos e das emissões de metano precisa ser impulsionada.

As ações de adaptação e mitigação do clima devem garantir que a transição seja justa, priorizando as parcelas da população excluídas, vulneráveis e vivendo em áreas de risco, as que mais sofrem com os eventos extremos. Nesse aspecto, a transição ecológica se articula com a redução das desigualdades e garantia do direito à cidade.

Mas a transição ecológica não se limita ao enfrentamento da emergência climática. A melhoria da qualidade de vida nas cidades também depende de uma mudança nas políticas urbanas na perspectiva de garantir soluções inovadoras baseadas na natureza, que coloquem o meio ambiente como elemento determinante do desenvolvimento urbano e que reconheça a regeneração ambiental como suporte necessário à melhoria da qualidade da vida urbana. Para tanto, é necessário fomentar a capacitação dos entes federados e o financiamento de planos, projetos e obras para adoção da transição ecológica das cidades.

É necessário que esse objetivo esteja presente em todos os programas e intervenções. E, ainda, fortalecer o sistema de planejamento territorial e urbano e as políticas setoriais, através de programas específicos e da instrumentalização e capacitação dos governos subnacionais para promover uma transição ecológica nas cidades. Para alcançar esses objetivos, propomos os seguintes diretrizes, organizadas por grandes temas:

a. Transição energética e descarbonização das cidades

Objetiva estimular e apoiar ações articuladas dos três níveis de governo e do setor privado, voltadas a promover a transição energética nas cidades, considerando os seguintes aspectos:

- Redução das Emissões da Mobilidade Urbana (passageiros e carga), promovendo uma gradativa adoção de uma matriz energética limpa, retomando o financiamento da expansão da rede de transporte público e mobilidade ativa e apoiando, inclusive com estímulos fiscais e tributários, a eficiência energética dos sistemas de trens, metrô e VLTs e a mudança energética da frota dos ônibus, veículos urbanos de carga (VUCs) e caminhões;
- Apoio à descarbonização da cadeia da construção civil, fomentando a pesquisa e o uso de materiais, tecnologias e processos construtivos de baixa emissão de CO₂ e de baixo consumo energético nas edificações, o uso da energia solar e a reabilitação e adaptação de edifícios (retrofit) para adaptá-los a normas de sustentabilidade, em especial nos programas financiados por recursos governamentais.
- Indução à transição e eficiência energética nos serviços urbanos sob responsabilidade do poder público, objetivando, com a utilização de tecnologia, reduzir o consumo e otimizar os recursos necessários à prestação dos serviços como iluminação pública, semaforização, destinação de resíduos sólidos, etc.
- Exigência, nos programas habitacionais públicos, da adoção de soluções que garantam a eficiência energética, o uso de energia solar e outras soluções de construção sustentável.

b. Transição ecológica na gestão dos Resíduos Sólidos

Retomar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos é fundamental, na perspectiva de gerar uma drástica redução da emissão de

metano e de promover uma gradativa transição na gestão dos resíduos sólidos em direção aos princípios do Lixo Zero, impulsionando a adoção dos princípios dos 5R (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) e do gerador/pagador, apoiando e estimulando as seguintes ações:

- Apoiar a eliminação dos lixões, garantindo uma destinação adequada dos resíduos e promovendo a recuperação energética, por processos biológicos, dos aterros sanitários;
- Apoiar a ampliação da reciclagem dos resíduos sólidos, fomentando as cooperativas de catadores e incorporando-as, assim como as empresas de reciclagem, no sistema de manejo de resíduos sólidos urbanos.
- Apoiar a ampliação da compostagem dos resíduos orgânicos e a sua reutilização na agricultura urbana e periurbana;
- Estimular a criação de consórcios intermunicipais para a gestão de resíduos e promover a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de manejo, estimulando concessões comuns de municípios consorciados, a partir de planos regionais de gestão integrada a longo prazo e tecnologia que privilegie o aumento da triagem, ampliação do tratamento e recuperação energética por processos biológicos;
- Rever e ampliar os acordos setoriais de logística reversa para garantir efetivamente o princípio do gerador-pagador e estimular a transição dos processos produtivos industriais em direção a adoção de práticas sustentáveis, que levem em conta a destinação final dos resíduos;
- Promover campanhas educativas e publicitárias para difundir os princípios dos 4R e da transição ecológica na destinação dos resíduos;

c. Resiliência e adaptação das cidades para enfrentar a emergência climática

Retomar e ampliar o Sistema Nacional de Prevenção e Resposta a Desastres e Eventos Extremos, com objetivo de adaptar as cidades e aumentar sua resiliência através do financiamento de intervenções voltadas para a redução de riscos e prevenção de desastres, capacitação técnica dos governos estaduais e municipais e implementar sistemas de informação, monitoramento, incluindo as seguintes iniciativas:

- Financiar intervenções para ampliar a resiliência urbana e promover a adaptação das cidades às mudanças climáticas, tais como obras de drenagem urbana, contenção de encostas, recuperação da cobertura vegetal e provisão habitacional.
- Aprimorar os serviços de alertas e prevenção de desastres naturais e eventos extremos.
- Capacitar e financiar a estruturação das defesas civis municipais, incluindo o apoio aos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC), estimulando a organização das comunidades visando à autodefesa e ao protagonismo na melhoria das condições de segurança e nos planos de contingência.
- Fiscalizar as condições de segurança das barragens de resíduos da mineração e atuar junto às empresas responsáveis para que promovam as ações necessárias para a prevenção dos riscos.

d. Estímulo aos municípios para a promoção de ações voltadas para a transição ecológica

Os municípios precisam adotar em seus planos diretores e nos programas, projetos e obras urbanas uma ampla gama de soluções baseadas no respeito ao meio ambiente e que promovam sua transição em direção a um modelo de desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade ambiental urbana, entre os quais:

- Estimular a proteção e recuperação dos mananciais, nascentes e Áreas de Proteção Permanente, assim como promover a despoluição dos cursos d'água, rios e represas e ampliar as áreas permeáveis, tanto nos espaços públicos como nos imóveis privados, visando garantir a Segurança Hídrica e a melhoria da qualidade ambiental urbana.
- Estimular a agricultura urbana e periurbana, familiar e orgânica, com assistência técnica, apoio à agroecológica, fomento a circuitos curtos de comercialização, aproximando a produção do consumo e garantindo mercado através das compras locais e públicas, como na alimentação escolar.
- Ampliar as áreas verdes, livres e protegidas, tanto para oferecer mais espaços de lazer e fruição da natureza como para gerar equilíbrio climático nas cidades.
- Estimular a incorporar os aspectos de sustentabilidade e as tecnologias ambientais inovadoras nos projetos de edificação, como ampliação das áreas permeáveis, o reuso de água, a eficiência energética, utilização da energia solar, implantação de sistemas locais de tratamento primário de resíduos e esgoto, etc.

- Estimular a regulamentação pelos entes federados do pagamento de serviços ambientais voltado para ações que promovam a melhoria da qualidade ambiental urbana, a transição energética, a redução de emissões de gases de efeitos estufa, o fomento ao trabalho das cooperativas de catadores, a transição agroecológica, etc.
- Promover campanhas de educação ambiental e de mudança de hábitos urbanos, objetivando alterar a cultura do desperdício e promover a mobilidade sustentável, a alimentação saudável, a proteção ambiental e o uso responsável dos recursos naturais.

Considerações finais

Há hoje relativo consenso na avaliação de que as cidades brasileiras apresentam forte desigualdade socioterritorial e que não estão preparadas para enfrentar a emergência climática. O diagnóstico está claro, embora os negacionistas busquem minimizar a gravidade da crise climática. Também não é segredo para ninguém, até porque as consequências dos eventos extremos estão visíveis a olho nu para quem quiser observar, que os eventos extremos estão ocorrendo com maior frequência, gerando graves consequências nas cidades. Ao mesmo tempo, a desigualdade socioterritorial, além de gerar exclusão urbana e social, gera fortes deseconomias urbanas, tempo de deslocamento inadmissíveis em uma cidade, a insegurança urbana e impactos ambientais graves, como a ocupação de fundos de vale pelos sem-teto.

Amplos setores da sociedade estão convencidos que é necessário enfrentar esses desafios, mas quem está disposto a mudar seu modo de vida

para implementar as ações necessárias? O poder público reconhece a gravidade da situação, mas ao contrário do discurso, faz muito pouco. Governantes falam de desigualdade e de crise climática, mas não implementam as medidas concretas necessárias para gerar uma mudança.

Não é possível esperar mais para atacar essas duas frentes indispensáveis para alterar a situação das cidades no século XXI. Nesse artigo, apontamos um leque de diretrizes e ações que precisam ser implementadas pelos três níveis de governo para enfrentar esses desafios. São apenas sugestões que precisam ser aprofundadas em amplo debate público.

Não podemos esperar mais para adotar medidas drásticas para garantir cidades mais justas e sustentáveis até o final do século XXI.

Referências

Afonso, Damares Lopes, & Almeida, Eduardo Simões de (2020). A Lei do Saneamento Básico e seu impacto nos índices de acesso aos serviços de saneamento básico. *Planejamento e políticas públicas*, 56. <https://doi.org/10.38116/ppp56art5>

Bonduki, Nabil (2014). *Pioneiros da Habitação Social*. São Paulo: Edunesp/Sesc.

Bonduki, Nabil (2018). *A luta pela Reforma Urbana no Brasil*. São Paulo: Casa da Cidade Edições.

Cordeiro, Berenice de Souza (2009). *Lei nacional de saneamento básico: perspectivas para as políticas e a gestão dos serviços públicos*, Brasília: Ministério das Cidades.

Fundação João Pinheiro (2018). *Déficit habitacional no Brasil - 2015*. Belo Horizonte: FJP.

Fundação João Pinheiro (2020). *Déficit habitacional no Brasil - 2016-2019*. Belo Horizonte: FJP.

Fundação Perseu Abramo (2022). *Reconstrução e transformação das cidades brasileiras*. São Paulo: Caderno de Teoria e Debates.

Givisiez, Gustavo Henrique Naves, & Oliveira, Elzira Lúcia de (2018). *Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado*. 1a ed. - Niterói: UFF, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Guimarães, Geraldo Spagno (2019). *Comentários à Lei de Mobilidade Urbana (Lei N° 12.587/12 e Atualizações)*. São Paulo: Fórum.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2015*. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020). *Aglomerados subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19*. Rio de Janeiro.

Kowarick, Lucio (1980). *Espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Ministério das Cidades (2004). *Política Nacional de Política*. Brasília: Ministério das Cidades.

Ministério das Cidades. (2009) *Plano Nacional de Habitação*. Brasília: Ministério das Cidades.

Pinsky, Jaime. (Org.). (2018) *Brasil: o futuro que queremos*. São Paulo: Editora Contexto.

Capítulo 3

Desafios e Soluções para a Geração 'Nem-Nem': uma abordagem integrada para capacitar os jovens na era da aprendizagem contínua e da transformação digital no contexto das cidades MIL UNESCO

Adriana Backx Noronha Viana ¹¹

Marco Wang ¹²

Introdução

O conceito de "nem-nem" refere-se a uma coorte de jovens que não estão inseridos no cenário laboral (nem ativos profissionalmente) e tampouco estão matriculados em instituições educacionais (nem engajados em processos de aprendizado). Simplificando, tais indivíduos não manifestam participação efetiva na esfera da empregabilidade, nem buscam formalidades educacionais. Em inglês esse termo é conhecido como NEET (who are not in education, employment, or training).

Este termo, em geral, é empregado para realçar a inquietação suscitada por esta categoria de jovens, devido à sua propensão a enfrentar obstáculos de natureza econômica, deficiências prospectivas e complexidades societárias. A origem da geração "nem-nem" decorre de um conjunto de fatores, abarcando desafios econômicos, restrições no acesso a

¹¹ Professora Titular, FEA, USP (backx@usp.br)

¹² Mestre em Sistemas de Informação, USP (marco.wang@outlook.com.br)

oportunidades educacionais, desmotivação e insuficiência de competências pertinentes para o âmbito profissional, entre outras causas.

Governos e entidades frequentemente se empenham em identificar estratégias que se prestem a abordar tal fenômeno, abraçando abordagens que vão desde programas de treinamento e capacitação até oportunidades educacionais e incentivos laborais, com vistas a viabilizar a integração destes jovens no espectro do trabalho ou no sistema educativo.

Pode-se observar na literatura que esse tema tem sido objeto de vários estudos. Em uma busca no Web of Science, utilizando as palavras NEET + education + youth foram identificados 312 artigos, observando-se um aumento do número de publicações sobre o tema, conforme apresentado na Figura 1.

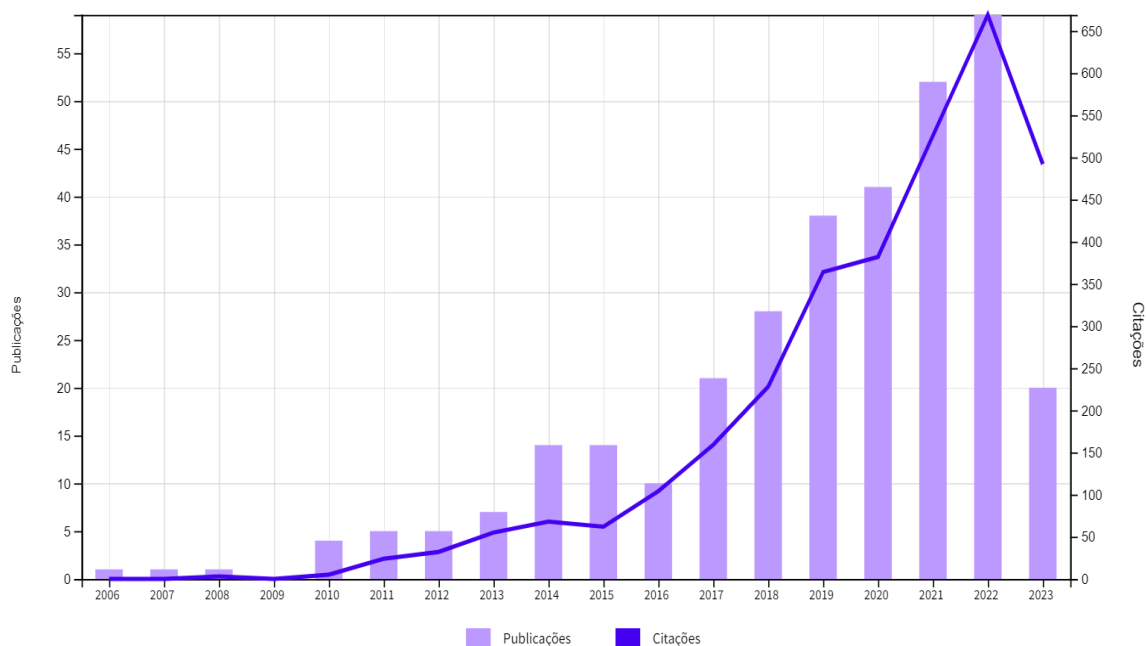
Dentro da análise realizada em 37 países, o Brasil se posiciona como o segundo país com a maior proporção de jovens que não estão envolvidos em atividades educacionais ou ocupacionais, os chamados "nem-nem", atrás apenas da África do Sul nesta classificação. A partir da análise dos dados da PNAD 2014, no qual foram registrados aproximadamente 49 milhões de jovens brasileiros (idades entre 15 e 29 anos), Dias e Vasconcelos (2020) constataram 13,9% na situação "nem-nem". Porém, os resultados do relatório "Education at a Glance 2022," publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelam uma dramática progressão deste percentual. Nesta nova pesquisa foi constatado que 35,9% dos jovens brasileiros (faixa etária entre 18 e 24 anos) passaram a fazer parte deste grupo "nem-nem", um aumento de 258% em relação ao índice constatado em 2014, para uma faixa etária ainda mais restrita. Tal

percentual é preocupante, representando o dobro da média observada nos países que integram a OCDE, uma coalizão de nações cooperativas.

Nesse contexto, a média de jovens sem atividades educacionais ou laborais é de 16,6%. O país mais bem posicionado neste ranking é a Holanda, com apenas 4,6%. O Brasil fica imediatamente atrás da África do Sul, cuja proporção atinge 46,2%. Estima-se que um quinto da população mundial na faixa etária de 15-24 anos seja classificado como “nem-nem” (KISS et al., 2022).

Este panorama estatístico revela um cenário inquietante, o que justifica a urgência de medidas efetivas para mitigar esse desafio.

Figura 1 - Número de Publicações no Web of Science, utilizando as palavras NEET + education + youth



Fonte: Dos autores, com busca realizada (2024)

Enfrentar os desafios apresentados pela geração nem-nem exige uma abordagem integrada e abrangente. Isoladamente, soluções unidimensionais não conseguem capturar a complexidade das circunstâncias que levam à situação nem-nem. A abordagem integrada busca entender os fatores interconectados que contribuem para essa realidade e, ao fazê-lo, propõe intervenções educacionais, sociais e econômicas que trabalhem em conjunto para reconectar esses jovens com oportunidades e aspirações.

As Cidades MIL da UNESCO surgem como um paradigma inovador que busca criar ambientes educacionais mais inclusivos e acessíveis, promovendo a aprendizagem ao longo da vida para pessoas de todas as idades e contextos (UNESCO, 2018b). As Cidades MIL não apenas se concentram na educação formal, mas também abrangem a aprendizagem informal, o desenvolvimento pessoal e profissional, e a participação ativa na vida cultural e cívica das comunidades. Elas se esforçam para criar espaços onde o conhecimento é compartilhado, a diversidade é valorizada e as oportunidades são democratizadas.

A rápida transformação digital e os avanços na inteligência artificial têm redefinido a maneira como vivemos, trabalhamos e nos conectamos. A literacia digital - a habilidade de acessar, compreender e utilizar as tecnologias digitais de forma crítica e eficaz - tornou-se fundamental para a participação plena na sociedade contemporânea. Além disso, a compreensão básica da inteligência artificial é essencial para tomar decisões informadas sobre o uso dessas tecnologias em diversas esferas da vida. A crescente importância da literacia digital e da compreensão da inteligência artificial torna crucial que os jovens nem-nem sejam capacitados para

navegar no mundo digital e entender as implicações das inovações tecnológicas.

Neste contexto, buscou-se estabelecer as bases para a investigação da abordagem integrada proposta para abordar os desafios da geração nem-nem. Através da compreensão da definição dessa geração, a importância de uma abordagem holística, o papel das Cidades MIL da UNESCO na promoção da aprendizagem ao longo da vida e a relevância da literacia digital e da inteligência artificial, este trabalho busca explorar como esses elementos podem ser combinados para criar oportunidades significativas e capacitadoras para os jovens nem-nem.

Literacia Digital como ferramentas de inclusão digital nas cidades MIL UNESCO

A exploração do conceito de literacia digital se mostra como um ponto crucial em um mundo cada vez mais impregnado de tecnologias digitais. A literacia digital não se limita apenas a saber usar dispositivos eletrônicos ou navegar na internet, mas abrange um conjunto diversificado de habilidades que capacitam os indivíduos a tirarem o máximo proveito do mundo digital de maneira crítica e informada.

A literacia digital inclui a capacidade de buscar, avaliar e utilizar informações online de maneira eficaz, compreender questões de privacidade e segurança digital, discernir fontes confiáveis de informações, e participar de forma ética e responsável nas plataformas digitais. Em um mundo onde a informação flui livremente e as fronteiras entre o online e o offline estão se tornando cada vez mais difusas, a literacia digital se torna um

escudo contra a desinformação, além de ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento pessoal e profissional.

No contexto das Cidades MIL da UNESCO, a literacia digital assume um papel ainda mais significativo (UNESCO 2019). A participação efetiva nas atividades das Cidades MIL frequentemente requer a utilização de recursos online, colaboração digital e engajamento em plataformas de aprendizagem. A literacia digital não só amplia a acessibilidade à aprendizagem ao longo da vida, mas também potencializa a capacidade dos cidadãos de se tornarem membros ativos e produtivos da sociedade.

Desenvolver estratégias para promover a literacia digital entre os jovens nem-nem é um desafio urgente. Esses jovens muitas vezes enfrentam barreiras como falta de acesso a tecnologias, falta de orientação e oportunidades limitadas para adquirir habilidades digitais essenciais. Iniciativas eficazes podem envolver parcerias entre escolas, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e empresas de tecnologia para fornecer treinamento prático, programas de mentorias e acesso a recursos digitais.

Estudos de caso de iniciativas bem-sucedidas em contextos similares podem oferecer insights valiosos. Projetos que forneceram treinamento em habilidades digitais, adaptados às necessidades específicas dos jovens nem-nem, podem servir de modelo. Exemplos de programas que incentivaram o empreendedorismo digital, capacitando os jovens a usarem suas habilidades digitais para criar oportunidades de emprego, também podem ser inspiradores.

No primeiro semestre de 2023, o SEBRAE realizou o Desafio Jovem Empreendedor¹³, com objetivo de disseminar a cultura de empreendedorismo. Utilizando-se de um ambiente virtual, 1200 estudantes enfrentaram o dia-a-dia simulado dos negócios, demandando decisões práticas em diferentes situações envolvendo competitividade, ética, inovação, gestão, empreendedorismo entre outros.

A UbuntuX¹⁴ é um exemplo de empresa jovem que conecta afroempreendedores ao mercado digital. Por meio de consultoria digital, a UbuntuX apoia microempreendedores disseminando o conhecimento relacionado à literacia digital, integrando as mídias sociais aos negócios de bairro, propiciando a ampliação de mercado e de lucro.

Assim, a literacia digital emerge como uma habilidade essencial para a geração nem-nem, não apenas para a sua inclusão social e econômica, mas também para o seu envolvimento cívico e participação nas Cidades MIL (UNESCO 2018). A pesquisa e implementação de estratégias eficazes de promoção da literacia digital entre esses jovens não apenas equipará-los com ferramentas valiosas, mas também contribuirá para a construção de uma sociedade digitalmente inclusiva e progressista.

A literacia digital prepara os indivíduos para a compreensão e o uso das tecnologias digitais, incluindo aquelas que envolvem inteligência artificial.

¹³ <https://desafiojovemempreendedor.com.br/>

¹⁴ <https://www.terra.com.br/comunidade/visao-do-corre/bora-empreender/jovens-empreendedores-apresentam-negocios-na-expo-favela-2023,b9d8caebfb03d28af6e6fb9558ad3941uds8ca6h.html>

Inteligência artificial: oportunidades e desafios para os jovens nem-nem

A revolução da inteligência artificial (IA) está redefinindo os limites do possível em nossa sociedade. Os conceitos básicos de IA, que envolvem a criação de sistemas capazes de realizar tarefas que normalmente requerem inteligência humana, têm demonstrado um impacto transformador em diversos setores, desde a medicina até a indústria. No entanto, para a geração nem-nem, que muitas vezes enfrenta barreiras educacionais e econômicas, a compreensão e participação na esfera da IA podem parecer inatingíveis.

A inteligência artificial oferece uma série de oportunidades e desafios para os jovens nem-nem. Por um lado, a automação impulsionada pela IA está alterando as perspectivas de emprego, o que exige que os jovens adquiram uma compreensão básica dessas tecnologias para se adaptarem ao mercado de trabalho em constante evolução. Por outro lado, a IA também apresenta oportunidades empolgantes, como o acesso a ferramentas criativas e educacionais que podem capacitar os jovens a explorarem suas paixões e talentos.

Tornar a inteligência artificial acessível e compreensível para a geração nem-nem é uma tarefa crucial para garantir que nenhum jovem seja deixado para trás na revolução tecnológica. Estratégias inclusivas, como a criação de cursos e materiais educacionais simplificados, podem ser adotadas para explicar os princípios da IA de maneira amigável. A gamificação e as abordagens práticas também podem desempenhar um papel vital, permitindo que os jovens experimentem a IA de forma interativa e aplicada, desmistificando a tecnologia complexa.

Estudos de caso de projetos educacionais que adotaram uma abordagem acessível à IA podem oferecer insights inspiradores. Por exemplo, programas que incentivam a criação de chatbots simples, ou a realização de projetos de aprendizado de máquina usando plataformas interativas, podem fornecer aos jovens nem-nem uma visão prática e tangível da IA. Essas iniciativas não apenas mostram que a IA não é exclusiva de especialistas, mas também permitem que os jovens experimentem as conquistas que podem alcançar por meio do aprendizado de IA.

Uma pesquisa realizada pela Pew Research¹⁵ no primeiro semestre de 2023 com 10.701 adultos americanos sinaliza que a geração de jovens estão mais familiarizados e propensos a adotar a IA no dia-a-dia. Entre os entrevistados, 18% dos jovens de 18 a 29 anos afirmaram já terem utilizado a IA em tarefas profissionais, enquanto na faixa etária de 30 a 49 anos o percentual reduz para 13% , e acima desta faixa etária este índice reduz para 8%.

Segundo o Fórum Econômico mundial¹⁶, cerca de 83 milhões de empregos desaparecerão com o advento das novas tecnologias, sendo a inteligência artificial um dos principais fatores desta revolução do mercado de trabalho. Em contrapartida, estima-se que 69 milhões de novos postos de trabalho (ou seja, atividades profissionais que nem mesmo existem atualmente) sejam criados até 2027, e serão ocupados por 65% dos estudantes que atualmente cursam o ensino médio.

¹⁵ <https://www.pewresearch.org/short-reads/2023/05/24/a-majority-of-americans-have-heard-of-chatgpt-but-few-have-tried-it-themselves/>

¹⁶ <https://www.otempo.com.br/economia/inteligencia-artificial-substitui-empregos-mas-tambem-cria-novas-oportunidades-1.2989623>

Observa-se assim que à medida que a inteligência artificial continua a moldar nosso mundo, é fundamental garantir que a geração nem-nem também tenha a chance de navegar pelas marés da inovação. A compreensão dos conceitos básicos de IA, a exploração das oportunidades que ela traz e a superação dos desafios são fundamentais para empoderar esses jovens. Ao tornar a IA acessível e proporcionar oportunidades de aprendizado prático, a sociedade pode capacitar a geração nem-nem a se tornar parte ativa e informada de um futuro tecnológico cada vez mais promissor.

Construindo pontes de oportunidade: envolvendo a Geração Nem-Nem nas Cidades MIL da UNESCO

As Cidades MIL da UNESCO se destacam como refúgios de aprendizado diversificado, onde a inclusão e a participação são os pilares fundamentais. Esses ambientes promovem a aprendizagem ao longo da vida e proporcionam espaços para o desenvolvimento pessoal e profissional. Analisar as Cidades MIL como ambientes inclusivos é fundamental para entender como esses espaços podem atender às necessidades únicas da geração nem-nem. Ao fornecer acesso a uma ampla gama de atividades educacionais, culturais e sociais, as Cidades MIL criam oportunidades para que esses jovens se envolvam em áreas de interesse e se reconectem com a educação e a sociedade de maneira mais geral.

Explorar estratégias de envolvimento dos jovens nem-nem nas atividades das Cidades MIL é um passo vital para garantir que esses espaços se tornem acessíveis e atraentes para essa população. Iniciativas que levem em consideração os interesses e as aspirações dos jovens nem-nem podem

incentivar sua participação ativa. Oferecer programas flexíveis, que respeitem horários e contextos de vida diversos, é essencial para envolver os jovens nem-nem que podem estar lidando com desafios pessoais e econômicos.

Esses jovens têm a oportunidade de adquirir novas habilidades, ampliar seus horizontes, construir redes de contatos e até mesmo explorar possibilidades de empreendedorismo. Além disso, a interação com diferentes culturas e perspectivas presentes nas Cidades MIL contribui para a formação de cidadãos globais e conscientes (UNESCO 2018b).

No entanto, a participação ativa nas Cidades MIL também enfrenta desafios e barreiras específicas para os jovens nem-nem. Questões como transporte, falta de confiança, isolamento social e falta de autoestima podem dificultar a participação plena. A superação desses obstáculos requer abordagens sensíveis e adaptativas, com apoio emocional e prático para auxiliar os jovens nem-nem na sua jornada de envolvimento.

Assim, envolver a geração nem-nem nas Cidades MIL da UNESCO é um processo que demanda uma abordagem inclusiva e centrada nas necessidades dessa população. A criação de ambientes acolhedores e oportunidades que respeitem os desafios que enfrentam pode oferecer a eles a chance de descobrir seu potencial, adquirir habilidades valiosas e se tornar membros ativos e empoderados da sociedade. Ao fazer isso, as Cidades MIL podem se tornar catalisadoras de mudança, conectando a geração nem-nem com um futuro promissor de aprendizado e participação.

Lembrando que Cidades MIL se referem a "Cidades do Aprendizado de Mídia" ou "Media and Information Literate Cities", essas cidades são reconhecidas por seu compromisso em promover a literacia midiática e

informacional entre os cidadãos, capacitando-os a acessar, avaliar e utilizar informações de maneira crítica e responsável na era digital.

Uma Cidade MIL da UNESCO é um local onde se enfatiza a importância da educação em mídia e informação, com ações que visam fortalecer as habilidades das pessoas para lidar com a crescente quantidade de informações disponíveis, assim como para participar ativamente na criação e disseminação de conteúdo digital.

No enfrentamento dos desafios apresentados pela geração nem-nem, uma abordagem integrada emerge como um farol orientador, iluminando os caminhos para capacitação, inclusão e empoderamento. Esta abordagem não apenas reconhece a complexidade dos obstáculos enfrentados pelos jovens nem-nem, mas também busca conectar os pontos-chave para criar um ecossistema de aprendizado e participação verdadeiramente abrangente e significativo.

As Cidades MIL UNESCO são locais que se comprometem a promover a educação de qualidade ao longo da vida, e essa abordagem pode ser aplicada de maneiras específicas para lidar com a situação da geração "nem-nem", tais como:

- Inovação Educacional: As Cidades MIL podem desenvolver programas educacionais inovadores que abordam tanto as necessidades acadêmicas quanto as habilidades socioemocionais dos jovens. Esses programas podem envolver metodologias de ensino interativas, projetos colaborativos e aprendizado prático que motivem os jovens a se engajarem.
- Orientação Profissional: As Cidades MIL podem criar iniciativas de orientação profissional que ajudem os jovens a identificarem seus

interesses, habilidades e aspirações. Isso pode incluir mentorias, workshops de carreira e exposições a diversas opções profissionais.

- **Tecnologia e Habilidades Digitais:** Dada a ênfase das Cidades MIL na alfabetização midiática e informacional, elas podem oferecer treinamento em habilidades digitais e uso responsável da tecnologia. Isso pode aumentar a empregabilidade dos jovens e incentivá-los a se envolverem em atividades construtivas online.

- **Projetos de Engajamento Comunitário:** As Cidades MIL podem promover projetos que envolvam os jovens em iniciativas de impacto social e comunitário. Esses projetos não apenas desenvolvem habilidades práticas, mas também criam um senso de propósito e pertencimento.

- **Parcerias com Empresas e Setor Privado:** As Cidades MIL podem colaborar com empresas locais e o setor privado para criar oportunidades de estágio, aprendizado prático e emprego para os jovens. Isso pode facilitar a transição da escola para o trabalho.

- **Acesso à Educação Continuada:** As Cidades MIL podem oferecer programas educacionais contínuos, como cursos de atualização e aprendizado ao longo da vida, que permitam que os jovens adquiram novas habilidades e se mantenham relevantes no mercado de trabalho.

- **Consciência Cívica e Participação:** As Cidades MIL podem promover a conscientização cívica e a participação ativa dos jovens na sociedade, capacitando-os a se tornarem cidadãos informados e engajados.

Através dessas estratégias, as Cidades MIL podem oferecer abordagens inovadoras e adaptáveis para abordar os desafios enfrentados pela geração "nem-nem", capacitando-os para uma participação mais ativa

e produtiva na sociedade. Nesse sentido, considerando desde a base oferecida pela literacia digital perpassando pela inteligência artificial e seus avanços, é fundamental refletir sobre uma abordagem que integre com os contextos das cidades MIL.

Abordagem Integrada para a Literacia Digital, Inteligência Artificial e Participação nas Cidades MIL

Os fundamentos da abordagem integrada repousam sobre a interconexão de três pilares cruciais: literacia digital, compreensão da inteligência artificial e participação nas Cidades MIL da UNESCO. Esses elementos, em conjunto, formam um alicerce sólido para capacitar os jovens nem-nem a enfrentar os desafios do mundo moderno.

Ao projetar currículos que abordem simultaneamente esses aspectos, as instituições educacionais podem oferecer uma educação abrangente e relevante. Os currículos podem ser projetados para incluir tanto as habilidades técnicas da literacia digital quanto uma compreensão crítica das implicações éticas e sociais da inteligência artificial. Além disso, eles podem incorporar oportunidades para aplicar esses conhecimentos nas atividades das Cidades MIL, transformando a aprendizagem em ação e experiência prática.

A colaboração entre instituições educacionais, governos locais e organizações da sociedade civil é um fator chave para o sucesso da abordagem integrada. A cooperação entre esses setores pode levar à criação de programas e iniciativas adaptadas às necessidades específicas dos jovens nem-nem. Essas parcerias não apenas ampliam o alcance das

ações, mas também garantem que os recursos e o conhecimento sejam compartilhados de maneira eficaz.

Avaliar os resultados e impactos da abordagem integrada é essencial para medir a eficácia das intervenções implementadas. A análise cuidadosa das mudanças no nível de literacia digital, compreensão da inteligência artificial e engajamento nas atividades das Cidades MIL pode fornecer insights valiosos sobre o progresso alcançado. Além disso, a avaliação qualitativa dos benefícios percebidos pelos jovens nem-nem, como aumento da autoestima, adquirir habilidades transferíveis e se tornar participantes ativos da sociedade, é fundamental para compreender o impacto humano da abordagem integrada.

A abordagem integrada que conecta a literacia digital (figura 2), compreensão da inteligência artificial e participação nas Cidades MIL da UNESCO tem o potencial de capacitar a geração nem-nem de maneira profunda e duradoura. Ao proporcionar uma educação abrangente, prática e aplicada, essa abordagem busca romper barreiras, criar oportunidades e moldar um futuro em que esses jovens não apenas sobrevivam, mas prosperem em um mundo cada vez mais tecnológico e interconectado.

Figura 2 - Integração de dimensões da literacia digital nas Cidades MIL



Fonte: Dos autores (2024)

Uma abordagem integrada que conecta a literacia digital, compreensão da inteligência artificial e participação nas Cidades do Aprendizado e Interculturalidade (Cidades MIL) da UNESCO no contexto da geração nem-nem pode ser estruturada em várias dimensões interdependentes. Essas dimensões visam proporcionar uma experiência de aprendizado holística, capacitação tecnológica e inclusão social para os jovens nem-nem. Aqui estão as principais dimensões dessa abordagem:

- **Educação e Formação Holísticas:** Promover um currículo abrangente que inclua tanto as habilidades técnicas da literacia digital quanto uma compreensão fundamental dos conceitos básicos da inteligência artificial. Isso não apenas capacitará os jovens a navegarem no mundo digital, mas também lhes dará uma base sólida para entender o funcionamento da IA.
- **Ambientes de Aprendizado Inclusivos:** Criar espaços de aprendizado inclusivos nas Cidades MIL, onde os jovens nem-nem se sintam valorizados e acolhidos. Isso pode envolver a concepção de ambientes físicos e virtuais que se adaptem às necessidades e preferências individuais, garantindo que cada participante possa se engajar de maneira significativa.
- **Exploração Orientada por Interesses:** Permitir que os jovens nem-nem escolham tópicos de interesse pessoal dentro da literacia digital e da inteligência artificial. Essa abordagem permite que os jovens se engajem mais profundamente nos conteúdos, tornando a aprendizagem mais relevante e motivadora.
- **Aplicação Prática e Criativa:** Integrar atividades práticas que envolvam os jovens em projetos reais, nos quais eles possam aplicar o que aprenderam em contextos do mundo real. Isso pode incluir projetos de programação, criação de conteúdo digital e desenvolvimento de soluções baseadas em IA para desafios locais.
- **Parcerias e Mentorias:** Facilitar parcerias entre instituições educacionais, empresas de tecnologia, organizações da sociedade civil e indivíduos que possam servir como mentores. Essas parcerias podem oferecer orientação, oportunidades de estágio e insights práticos sobre como a literacia digital e a compreensão da IA se aplicam no mundo real.

- **Acesso a Recursos Tecnológicos:** Garantir que os jovens nem-nem tenham acesso a tecnologias e recursos digitais essenciais para desenvolver suas habilidades. Isso pode envolver a disponibilização de dispositivos, conexão à internet e acesso a plataformas educacionais online.
- **Fomento à Participação nas Cidades MIL:** Criar oportunidades concretas para os jovens nem-nem participarem ativamente nas atividades das Cidades MIL. Isso pode incluir a realização de workshops, eventos culturais, projetos colaborativos e iniciativas cívicas que os envolvam na comunidade local.
- **Avaliação e Acompanhamento Contínuos:** Estabelecer mecanismos de avaliação que monitorem o progresso dos jovens nem-nem ao longo do tempo. Isso permitirá ajustes na abordagem integrada e a identificação de áreas de melhoria para garantir o sucesso das intervenções.

Ao entrelaçar essas dimensões em uma abordagem integrada, os jovens nem-nem podem ser equipados com as habilidades, conhecimentos e confiança necessários para navegar no mundo digital, entender a inteligência artificial e se envolver ativamente nas Cidades MIL da UNESCO. Essa abordagem não apenas capacita individualmente os jovens, mas também contribui para a construção de uma sociedade inclusiva e tecnologicamente preparada para o futuro.

Os desafios da Educação tradicional para a geração Nem-Nem nas cidades MIL

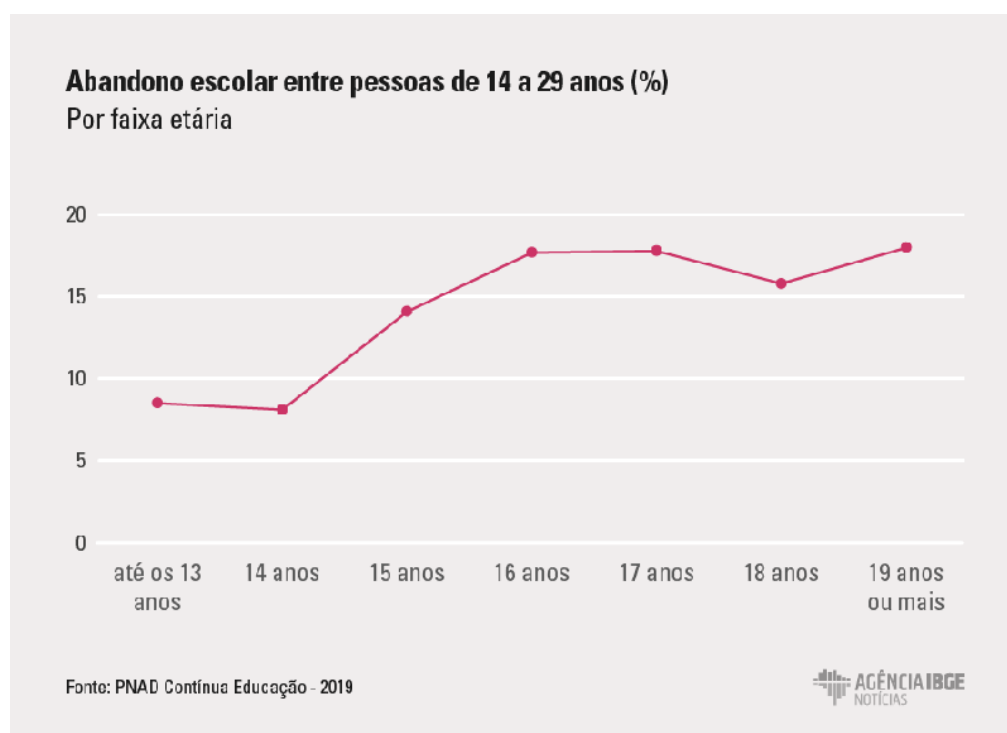
A manutenção dos jovens na formação escolar tradicional é um dos importantes desafios para redução dos índices da faceta dos "nem-nem"

que não se encontram engajados em processos de aprendizado, relacionado ao 4º SDG (*Sustainable Development Goals* - Metas de Desenvolvimento Sustentável) segundo a UNESCO (2019). Dentre diversos fatores causais para que um jovem torne-se um “nem-nem”, a educação figura como um dos fatores determinantes, seja a educação individual como também a educação dos familiares mais próximos (RAHMANI; GROOT, 2023).

Contudo, segundo a PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em 2013, os 100 países com maior IDH, o Brasil apresentou a terceira maior taxa de evasão escolar¹⁷. A primeira e a segunda maiores taxas são Bósnia e Herzegovina (26,8%) e das ilhas de São Cristóvão e Névis no Caribe (26,5%). Uma visão pormenorizada deste quadro revela que os índices da evasão escolar brasileira são relativamente pequenos nos anos iniciais do ensino fundamental, mas aumenta na transição para o ensino médio, e ao longo do ensino médio em que são observadas as maiores taxas de evasão (figura 3). Anualmente, 500 mil jovens com mais de 16 anos abandonam as escolas no Brasil, e apenas metade dos jovens brasileiros terminam o ensino médio antes dos 18 anos. Dos brasileiros nascidos em 1988, apenas 60% concluíram o ensino médio antes de 24 anos de idade.

¹⁷ <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm>

Figura 3 - Curva de evasão escolar entre pessoas de 14 a 29 anos



Fonte: FIRJAN SESI, 2023

A PNAD-C 2019 revelou que os três principais motivos de evasão escolar pelos jovens na faixa etária de 15 e 19 anos são:

1. Falta de interesse em estudar;
2. Necessidade de trabalhar;
3. Gravidez.

Este motivo “Falta de interesse em estudar” manifestado por jovens figura como a principal causa de abandono escolar, porém esta informação deve ser analisada com parcimônia, uma vez que a percepção do estudante baseada em sua racionalidade não deve ser tomada como evidência definitiva sobre o real motivo. Ao avaliar a trajetória escolar de quem evade (FIRJAN SESI, 2023), observa-se dificuldades de aprendizado, com um ou mais reprovações, em geral nos conteúdos definidos como prioritários nos

currículos escolares. É de senso comum que não manifestamos prazer em aprender o que é mais complexo de assimilar ou os assuntos de menor afinidade pessoal. Considera-se duas perspectivas no aspecto falta de interesse: 1) O conteúdo do assunto em si, interpretado como muito distante da realidade vivida e 2) possivelmente a forma como o conteúdo é ensinado.

O abandono da sala de aula por “necessidade de trabalhar” corresponde a um motivo tão preocupante quanto ao cenário de um jovem “nem-nem”. Jovens abandonam as salas de aula precocemente por acreditarem serem mais produtivos no trabalho do que no contexto escolar. Porém a baixa qualificação destes jovens reflete-se na baixa qualidade das ocupações, marcadas pela informalidade e precarização (PAULINO; BENDASSOLLI, 2018).

É na adolescência que se consolidam as habilidades abstratas necessárias para a compreensão da justiça, ética e moralidade. Além disso, nesta faixa etária desenvolve-se o pensamento analítico e o raciocínio sistemático, ambas habilidades essenciais que contribuem para o crescimento intelectual ao longo de toda vida (CHIBÁS-ORTIZ *et al.*, 2023).

Ao longo do ensino médio, os jovens desenvolvem habilidades e capacidades específicas, como maior autonomia e pensamento crítico, além de auxiliar os jovens na identificação de áreas de maior afinidade para atuação profissional futura¹⁸, contribuindo para a redução de um alto custo decorrente da evasão escolar (figura 4).

¹⁸ <https://www.crescersempre.org.br/importancia-do-ensino-medio/>

Estudos (CARNEIRO et al., 2002; CURRIE; MORETTI, 2003; BYNNER; PARSONS, 2002) indicam que ao concluir o ensino médio, os cidadãos apresentam melhor potencial para:

- Aprimorar sua empregabilidade;
- Obter maiores salários ao ingressar no mercado de trabalho;
- Evitar gravidez não-planejada na adolescência;
- Realizar maior produtividade para a sociedade;
- Contribuir para melhores resultados para a economia geral.

Figura 4 - Custos da evasão escolar na educação básica para a sociedade brasileira



Fonte: FIRJAN SESI, 2023

A tecnologia nas cidades MIL pode desempenhar um importante aliado na compreensão sobre o conteúdo didático apresentado para a formação dos jovens (CHIBÁS-ORTIZ et al., 2020), em especial favorecendo aqueles que manifestam interesse genuíno em aprender, porém apresentam dificuldades de aprendizagem, e não encontram recursos para superar esta barreira.

Atualmente, os estudantes acessam basicamente duas fontes primárias de aprendizagem: o professor na sala de aula e o material didático. As dificuldades se evidenciam quando o estudante não obtém êxito no processo de aprendizagem durante a aula expositiva do professor, sendo muito comumente um professor para muitos estudantes. Deste ponto, algumas possíveis causas podem ser consideradas: 1) estudante encontra-se em situação psicossocial desfavorável (seja momentâneo ou permanente); 2) didática inadequada do professor; 3) falta de bagagem de conhecimento prévio necessário para o assunto exposto no momento.

A ação natural em situações de não-compreensão seria o questionamento ao professor, o qual muitas vezes não conduz à compreensão satisfatória, pelas mesmas causas apresentadas acima. Como consequência, relega-se ao estudante enfrentar a dificuldade de aprendizagem no relacionamento solitário com o material didático. Como fontes secundárias de aprendizagem encontra-se: apoio dos colegas, grupos de estudo ou àqueles que possuem condições financeiras, contratar um professor de reforço. Destaca-se aqui a importância das literacias digitais, as quais fornecem importantes habilidades de busca de ensino complementar, disponível gratuitamente em texto ou streamings de vídeo sob demanda na internet, porém nem sempre é possível interagir com alguma dúvida específica e obter uma resposta imediata desejada pelo estudante.

Existem atualmente bases tecnológicas para conceber nas cidades MIL uma IA específica para apoio à aprendizagem, podendo ser modelada prioritariamente para atender os estudantes do ensino médio. Esta IA precisa ser dotada de engines baseadas em NLP (*Natural Language*

Processing - ou Processamento de Linguagem Natural), viabilizando a capacidade do computador entender a fala natural de um ser humano por meio de modelos estatísticos de *machine learning* e *deep learning*. Neste cenário, os estudantes poderiam praticamente conversar com um professor “virtual de reforço” a qualquer momento, interagindo de forma natural e personalizada para a complementação de conhecimento desejada pelo estudante, acessível a baixo custo, por dispositivos simples como por exemplo celulares, televisão ou redes de internet pública.

Estudos comparativos de Bloom (1984) confirmam um aumento no desempenho da aprendizagem personalizada (1 para 1) para 98% em relação ao obtido apenas com aulas regulares. Um estudo efetuado em Pittsburgh (Albacete; Jordan; Katz, 2015) com 256 alunos do ensino médio demonstrou uma superação de aprendizagem da disciplina de física pelo grupo experimental apoiado por um ITS (*intelligent tutoring systems* - sistema inteligente de aprendizagem) baseado em linguagem natural.

Propõe-se conceitualmente um ecossistema de IA de apoio à aprendizagem que envolve três atores: os estudantes, os professores e uma entidade responsável pelo zelo do conteúdo didático apresentado. Por trás desta IA, é imprescindível a integração com uma base de dados ricamente alimentada e atualizada sobre os conteúdos didáticos ministrados em sala de aula. É importante adotar processos de alimentação desta base de dados em conformidade com as premissas éticas fundamentadas nas Literacias Digitais, possibilitando manter informações isentas das influências de ideologias políticas, racismo, xenofobia, etc. Seria pertinente estabelecer uma entidade zeladora responsável pela avaliação e validação do conteúdo didático a ser disponibilizada para os estudantes, preferencialmente

formada por representantes da sociedade civil capacitada, seguindo normas e procedimentos cientificamente estabelecidos por pesquisadores pedagógicos.

Os professores físicos desempenhariam um papel fundamental neste cenário, os quais também precisam ser capacitados a interagir com esta IA, alimentando-a continuamente com as eventuais dúvidas relacionadas a cada conteúdo, nas diversas formas em que estas são apresentadas pelos estudantes, e qual a resposta mais adequada em cada caso. Considerando que o conteúdo didático básico é praticamente universal, à exceção de aspectos regionais como história e geografia localizada, as cidades MIL possuem potencial para estabelecer um ambiente altamente colaborativo mundialmente (UNESCO 2019), visando uma árvore mais completa possível, com as inúmeras opções de dúvidas e as respectivas respostas mais adequadas, sendo possível inclusive transcender as barreiras linguísticas.

Convém destacar que esta IA não deve simplesmente reproduzir o conteúdo didático na forma em que é apresentada em sala de aula pelo professor. A partir da capacidade da IA de identificar interativamente as lacunas de conhecimento do estudante em cada caso é possível apresentar informações pertinentes de forma personalizada, visando atingir verdadeiramente a construção do conhecimento efetivamente absorvido. Observa-se aqui que não se trata do simples caminho de apresentar a solução de um problema ou assunto, a qual muito se assemelharia à busca na internet sobre um conteúdo explanatório. Objetiva-se aqui a disponibilização de uma IA apta a interagir com o estudante para identificar iterativamente a linha de raciocínio que eventualmente precisa ser recuperada, e percorrer esta linha de raciocínio colaborativamente como

professor-estudante, até formar o repertório necessário para o esclarecimento que se busca atingir. Por exemplo, a dificuldade de um estudante para assimilar o conhecimento de aceleração média na disciplina de física pode ter origem na falta de conhecimento prévio sobre o conceito de exponenciação.

A interação estudante-IA deve ser apta a estabelecer conversas no modelo usual de troca de textos digitados, mas não limitado a este modelo. A IA deve estar apta a apresentar uma resposta baseada em uma imagem, ou uma animação gerada dinamicamente. Um estudante de matemática, por exemplo, utiliza-se de números e símbolos algébricos especificamente da disciplina, que não se traduz comumente em linguagem natural. A tecnologia de redes neurais possibilitam o reconhecimento de equações matemáticas¹⁹ escritas a mão livre. Como ilustração, considere o seguinte exemplo hipotético: um estudante em processo de aprendizagem da disciplina de matemática precisa aplicar os conhecimentos recém adquiridos resolvendo diversos exercícios matemáticos, e ao cometer um eventual erro, é impedido de continuar a resolução de um determinado exercício ou chega-se a um resultado incorreto. Por meio da câmera do dispositivo eletrônico vinculado a IA, o tutor virtual pode captar a imagem do exercício escrito à mão livre pelo estudante, localizar a falha e reconduzir colaborativamente o estudante, percorrendo desde o conceito base associado até a identificação e correção da falha.

Por fim, esta IA deve estar integrada com indicadores de progresso de aprendizagem, os quais possibilitam a atuação colaborativa com o professor físico da sala de aula, possibilitando acompanhar o nivelamento do

¹⁹ <https://www.myscript.com/pt/ai/#math-recognition>

conhecimento dos estudantes para as atividades presenciais ou em grupo. Da mesma forma, é pertinente que haja integração com alarmística, para solicitar uma intervenção humana que complemente a habilidade da IA, para situações inesperadas apresentadas pelos estudantes.

Considerações Finais

Os índices da parcela populacional referente aos jovens da geração “nem-nem”, em especial para a sociedade brasileira, revelam uma situação crítica, possivelmente merecendo um destaque nas discussões acerca das políticas públicas das Cidades MIL. O enfrentamento deste desafio exige uma estratégia complexa, porém necessária, demandando esforços de múltiplas frentes.

O jovem já nasce imerso em um ambiente tecnológico. O linguajar da literacia digital é absorvido de forma praticamente natural para os nativos digitais. Desde muito pequenos convivem com um entorno tecnológico possivelmente diferente dos pais quando eram menores. Atualmente toca-se com facilidade praticamente qualquer música no celular e dúvidas das mais diversas naturezas usualmente não ficam sem resposta (ainda que a resposta encontrada não seja válida), graças aos mecanismos de busca. O acesso à internet tem se tornado cada vez mais acessível, inclusive com ambientes gratuitos. Por outro lado, a própria tecnologia também absorve a atenção dos jovens para contextos contraproducentes, como alguns jogos eletrônicos e algumas mídias sociais, propiciando por vezes um habitat digital fechado com relações virtuais nem sempre saudáveis. Entender a linguagem deste habitat pode ser necessário para que se desperte

motivações para o aproveitamento das habilidades desenvolvidas por estes jovens para ingressar em uma jornada de capacitação e atuação profissional.

As relações sociais mais próximas aos jovens “nem-nem”, como os pais, tios, avós, entre outros, também precisam ser, de alguma forma, apresentados à literacia digital. O entendimento deste universo digital eventualmente é incomum às gerações dos pais e avós dos jovens “nem-nem”, sendo necessário criar pontes de comunicação e compreensão. A tecnologia digital não foi realidade na adolescência dos pais que nasceram na geração X, mesmo de grande parte da geração Y, o que dificulta a interlocução sobre muitos anseios dos jovens. Em torno de 60% da população mundial está utilizando a internet, porém há carência da formação em literacia digital em grande escala (UNESCO, 2022). Já não é válido o paradigma de que o caminho de sucesso percorrido pelos pais seria também seguro para os filhos. Interesses genuínos dos jovens, que não se enquadrem em ocupações existentes, podem tornar-se novas profissões, como por exemplo a profissão de youtuber, iniciado em meados de 2005.

A propósito, o investimento público tanto na redução das taxas de “nem-nem” de jovens é igualmente relevante no direcionamento destes esforços para adultos. Um estudo efetuado no Marrocos por um período de 10 anos (2010-2020) observou que aqueles que estavam classificados como “nem-nem” apresentavam a tendência se de manterem como “nem-nem”. As ações de prevenção que aparentam ser mais eficazes buscam refletir na realidade as constatações de que os cidadãos ativos no mercado de trabalho tendem a manter os filhos fora do grupo dos “nem-nem” (ALFANI et al., 2020).

A estrutura de ensino, responsável pela formação de caráter, visão crítica e mesmo os currículos obrigatórios do ensino fundamental e médio, merece uma revisão drástica (o qual felizmente já está em discussão), à luz da influência direta ou mesmo indireta da sociedade digital. A palavra do professor deixou de ser uma verdade absoluta, as tarefas demandadas pelos professores, para serem realizadas em casa, precisam ser criteriosas para que estes não sejam resolvidos por robôs virtuais.

O desafio das empresas é também enorme, com a tecnologia digital evoluindo rapidamente, as empresas enfrentam constantemente uma pressão para a re-adequação às novas tendências tecnológicas, e consequentemente precisam gastar enormes volumes de dinheiro para financiar as mudanças. Ao criar condições para que os jovens “nem-nem” ingressem na jornada de capacitação, serão privilegiadas as empresas que estiverem preparadas para aproveitar um novo contingente de jovens profissionais.

Exemplos Práticos de uma Abordagem Integrada para Capacitar a Geração Nem-Nem:

1. Oficinas de Literacia Digital e IA nas Cidades MIL: Realização de oficinas regulares nas Cidades MIL, onde os jovens nem-nem podem aprender sobre conceitos básicos de literacia digital e inteligência artificial de forma interativa. Isso poderia incluir atividades práticas, como criar perfis em redes sociais, explorar ferramentas de aprendizado de máquina e entender como a IA afeta suas vidas diárias.

2. Projetos de Inteligência Artificial para Soluções Locais: Desenvolvimento de projetos de IA que abordem problemas específicos da comunidade local. Por exemplo, os jovens nem-nem poderiam criar

chatbots para responder a perguntas frequentes de moradores, ajudando a melhorar o acesso a informações importantes. Esses projetos não apenas ensinariam IA de maneira prática, mas também forneceria um senso de realização ao resolver desafios reais.

3. Programas de Mentoria Digital: Estabelecimento de programas de mentoria nos quais profissionais de tecnologia ou estudantes universitários em áreas relacionadas guiariam os jovens nem-nem em sua jornada de literacia digital e compreensão da IA. Isso permitiria uma troca de conhecimentos, além de oferecer modelos positivos de referência.

4. Criação de Clubes de Aprendizado Digitais: Formação de clubes ou grupos de estudo nas Cidades MIL, nos quais os jovens nem-nem se reúnem para explorar tópicos relacionados à literacia digital e IA. Eles poderiam realizar projetos conjuntos, discutir artigos ou tutoriais online e colaborar em atividades práticas que estimulem o aprendizado mútuo.

5. Criação de Plataformas de Aprendizado Online Acessíveis: Desenvolvimento de plataformas online que ofereçam cursos e materiais de aprendizado relacionados à literacia digital e IA. Essas plataformas devem ser projetadas considerando a facilidade de uso, a linguagem acessível e a adaptação a diferentes dispositivos, para que os jovens nem-nem possam acessá-las facilmente.

6. Eventos Culturais Digitais: Organização de eventos culturais nas Cidades MIL que também incluam elementos de literacia digital e IA. Por exemplo, workshops de criação de conteúdo digital, competições de programação ou exposições interativas de IA podem atrair os jovens nem-nem para explorar esses tópicos em um ambiente divertido e envolvente.

7. Parcerias com Empresas de Tecnologia: Estabelecimento de parcerias entre as Cidades MIL e empresas de tecnologia para fornecer oportunidades de estágio ou aprendizado prático. Os jovens nem-nem podem trabalhar em projetos reais de IA, adquirindo experiência valiosa e conectando-se com profissionais do setor.

8. Mapeamento de Progresso Individual: Implementação de sistemas de acompanhamento que rastreiem o progresso individual dos jovens nem-nem em termos de literacia digital, compreensão da IA e participação nas atividades das Cidades MIL. Isso permite que eles vejam seu crescimento ao longo do tempo e ajustem suas metas de aprendizado. Sistemas de IA podem ser utilizados para detecção automática de baixos índices de aprendizagem, acionando tutores aos estudantes que mais precisam de ajuda (FLORYAN et al., 2015).

9. Disponibilização de um mentor virtual baseado em IA, habilitado com a base de conhecimento da área da Psicologia e informações atualizadas do mercado de trabalho. Este mentor pode interativamente descobrir as aspirações de um jovem “nem-nem”, que possam ser fortalecidas com capacitação técnica sugerida e canalizada posteriormente para uma atividade profissional. A ação de mentoria virtual pode abranger ações motivacionais pró-ativas, apresentando aos jovens as oportunidades reais de mercado, e quais os passos que precisam ser percorridos para o aproveitamento destas oportunidades. Similarmente, a união europeia promove institucionalmente o programa ALMP (*Active Labour Market Policy* - em tradução livre: Política Ativa do Mercado de Trabalho) com sinalização positiva na redução das taxas de “nem-nem” (EUROFOUND, 2012).

10. Sistemas de ensino adaptativos: Utilizando redes neurais integradas à inteligência artificial é possível aumentar o nível de precisão na identificação automática de distintos estilos de aprendizagem. Desta forma é possível o apoiar o direcionamento para a adaptação personalizada da forma de apresentação do conhecimento, maximizando o desempenho e a satisfação na aprendizagem (BERNARD et al. 2015).

Esses exemplos ilustram como uma abordagem integrada pode ser implementada na prática para capacitar os jovens nem-nem. Através de uma combinação de aprendizado prático, colaborativo, tecnológico e cultural, os jovens nem-nem podem se tornar participantes ativos na sociedade digital e preparados para os desafios e oportunidades do futuro.

Referências

Albacete, P., Jordan, P., & Katz, S. (2015). Is a dialogue-based tutoring system that emulates helpful co-constructed relations during human tutoring effective? *Artificial Intelligence in Education*, Springer, 3-12. https://doi.org/10.1007/978-3-319-19773-9_1

Alfa Ni, F., Clementi, F., & Michele, et al. (2023). Once NEET, always NEET? A synthetic panel approach to analyze the Moroccan labor market. *Review of Development Economics*. <https://doi.org/10.1111/rode.13027>

Bernard, J., et al. (2015). Using artificial neural networks to identify learning styles. *Artificial Intelligence in Education*, Springer, 541-544. https://doi.org/10.1007/978-3-319-19773-9_57

Bloom, B. (1984). The 2 sigma problem: The search for methods of group instruction as effective as one-to-one tutoring. *Educational Researcher*, 13(6), 4-16. <https://doi.org/10.3102/0013189X013006004>

Bynner, J., & Parsons, S. (2002). Social exclusion and the transition from school to work: The case of young people not in education, employment, or

training (NEET). *Journal of Vocational Behavior*, 60(2), 289-309. <https://doi.org/10.1006/jvbe.2001.1868>

Carneiro, P., & Heckman, J. J. (2002). The evidence on credit constraints in post-secondary schooling. *Economic Journal*, 112(482), 705-734.

Chibás-Ortiz, F., Grizzle, A., Borges, A., Ramos, A., Ramos, F., Mazzetti, B., & Silva Junior, O. (2020). Metrics of MIL Cities, cultural barriers and artificial intelligence analyzed under UNESCO's view: São Paulo case. In Yanaze, M., & Chibás-Ortiz, F. (Eds.), *From Smart Cities to MIL Cities, metrics inspired by UNESCO's vision*. ECA-USP, São Paulo. Disponível em https://www.academia.edu/43369259/FROM_SMART_CITIES_TO_MIL_CITIES_Metrics_inspired_by_the_vision_of_UNESCO

Chibás-Ortiz, F., Suzuki, J. C., & Marques Lima, R. C. (2023). *Cidades MIL: Indicadores, métricas e casos*. PROLAM/USP, São Paulo. Disponível em <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/999>

Currie, J., & Moretti, E. (2003). Mother's education and the intergenerational transmission of human capital: Evidence from college openings. *Quarterly Journal of Economics*, 118(4), 1495-1532. <https://doi.org/10.1162/003355303322552856>

Dias, T. S., & Vasconcelos, A. M. N. (2020). Heterogeneity among young people neither in employment nor in education in Brazil. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 688(1), 208-224. <https://doi.org/10.1177/0002716220913234>

Eurofound. (2012). NEETs – Young people not in employment, education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

FIRJAN SESI (2023). Combate à evasão no Ensino Médio: Desafios e Oportunidades. [Brasil]: FIRJAN SESI. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-04/Combate_%C3%A0_evas%C3%A3o_no_ensino_m%C3%A9dio.pdf

Floryan, M., et al. (2015). Who needs help? Automating student assessment within exploratory learning environments. *Artificial Intelligence in Education*, Springer, 125-134. https://doi.org/10.1007/978-3-319-19773-9_13

Kiss, L., Fotheringham, D., & Quinlan-Davidson, M. (2022). Latin American young NEETs: Brazil as a case study for systemic risks of youth social exclusion. *Journal of Youth Studies*, 25(10), 1386-1410. <https://doi.org/10.1080/13676261.2021.1965107>

Paulino, D., & Bendassolli, P. F. (2018). Significado del trabajo y de la búsqueda de empleo para jóvenes ninos. *Avances En Psicología Latinoamericana*, 36(2), 373-388. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.5112>

Rahmani, H., & Groot, W. (2023). Risk factors of being a youth not in education, employment or training (NEET): A scoping review. *International Journal of Educational Research*, 120. <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2023.102198>

UNESCO. (2018a). What is MIL City? Disponível em <https://en.unesco.org/globalmilweek2018/milcity>

UNESCO. (2018b). MIL Cities: An initiative on creative learning of media and information literacy in cities. Disponível em <https://en.unesco.org/milcities>

UNESCO. (2019). Global framework for media and information literacy cities (MIL Cities). Disponível em https://en.unesco.org/sites/default/files/global_framework_for_mil_cities.pdf

UNESCO. (2022). Media and information literate citizens: Think critically, click wisely. *Second edition of the UNESCO model media and information literacy curriculum for educators and learners*. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377068>

Capítulo 4

Energias Renováveis sob a perspectiva das Cidades MIL: Comparação entre Brasil, Uruguai e Noruega

Fabiane Regina Carvalho de Andrade Ibrahin ²⁰

Felipe Chibás-Ortiz ²¹

Júlio César Suzuki ²²

Introdução

A crescente urbanização global tem imposto desafios significativos às cidades, tornando essencial a busca por modelos urbanos sustentáveis e tecnologicamente integrados. Em resposta a essa demanda, a UNESCO introduziu, em 2018, o conceito de Cidades MIL (Media and Information

²⁰Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP, Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Direito pela UNIFIEO, Especialista em Direito do Trabalho pela UNIFIEO, Graduada em Direito pelo ITE - Instituto Toledo de Ensino/Araçatuba, Membro do GETRAB/USP (Grupo de Pesquisa sobre o Direito do Trabalho). Advogada, Pesquisadora, Escritora, Professora Universitária, Avaliadora Institucional do MEC. Pesquisadora do Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL da Universidade de São Paulo (CIIDCMIL-USP)Email:fabiibrahin@hotmail.com

²¹ Livre-docente pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), é mestre e doutor pela mesma universidade. Coordena o grupo de pesquisa CRIARCOMC (Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing nas Cidades). Co-líder Internacional do Grupo de Inovação de UNESCO MIL ALLIANCE. Coordenador Executivo do Pesquisadora do Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL da Universidade de São Paulo (CIIDCMIL-USP) E-mails: felipe.chibas@usp.br; chibas_f@yahoo.es

²² Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. E-mail: jcsuzuki@usp.br

Literacy Cities), um framework que propõe a convergência entre alfabetização midiática e informacional, inovação tecnológica e governança urbana sustentável (Chibás-Ortiz et al., 2021). Esse modelo visa capacitar cidadãos a interpretar informações de forma crítica, ética e responsável.

Dentro desse contexto, a sustentabilidade energética emerge como um dos pilares centrais das Cidades MIL. O Indicador 12 - Meio Ambiente e Sustentabilidade, utilizado neste estudo, avalia o comprometimento das cidades com a transição energética, eficiência no uso dos recursos naturais e mitigação das mudanças climáticas (UNESCO, 2024). A dependência de fontes fósseis de energia tem sido historicamente um dos principais desafios ambientais e sociais, exigindo que os municípios implementem políticas que favoreçam a diversificação da matriz energética e a adoção de fontes renováveis, como solar, eólica, hidrelétrica e biomassa (Grizzle et al., 2016).

A presente discussão tem como objetivo analisar, sob a perspectiva do framework Cidades MIL da UNESCO, a implementação de energias renováveis nas capitais Brasília (Brasil), Montevideu (Uruguai) e Oslo (Noruega). A seleção dessas cidades fundamenta-se em critérios que contemplam diferentes realidades geográficas, socioeconômicas e climáticas, permitindo uma análise comparativa estruturada sobre os desafios e avanços na adoção de políticas sustentáveis. Enquanto Oslo se destaca por sua matriz energética predominantemente renovável, baseada na energia hidrelétrica e na inovação tecnológica em energia limpa, Montevideu representa um modelo de transição bem-sucedido, tendo alcançado uma matriz 97% renovável, por um lado. Brasília, por outro, encontra-se em um estágio intermediário, demonstrando avanços na

energia solar fotovoltaica e biogás, mas ainda enfrentando desafios regulatórios e financeiros para uma expansão mais significativa (Chibás-Ortiz et al., 2022).

A discussão busca responder a duas questões centrais:

- Quais das três capitais melhor atendem aos critérios estabelecidos pelo framework Cidades MIL no que diz respeito ao ambiente e sustentabilidade energética?
- Quais desafios ainda precisam ser superados para que cada cidade alcance um modelo urbano alinhado à transição energética e aos princípios de sustentabilidade global?

Para tal, a metodologia adotada é comparativa e baseada em métricas e indicadores da UNESCO, permitindo avaliar o desempenho de cada cidade em relação à adoção de energias renováveis, implementação de políticas públicas e impacto ambiental das ações governamentais (Chibás-Ortiz et al., 2021). Os dados utilizados na pesquisa foram coletados a partir de fontes oficiais, como portais governamentais, publicações acadêmicas e relatórios institucionais.

O estudo se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os desafios e oportunidades na transição energética urbana, contribuindo para o debate global sobre sustentabilidade, inovação tecnológica e políticas públicas voltadas à energia limpa. Com base nos resultados obtidos, espera-se identificar melhores práticas e estratégias que possam servir de referência para outras cidades interessadas em se adequar ao

conceito de Cidades MIL e acelerar sua transição para uma matriz energética sustentável e resiliente.

Cidades MIL. Conceito

Cidades MIL (Media and Information Literate Cities) é um conceito da UNESCO que promove a integração da alfabetização midiática e informacional em contextos urbanos, com o objetivo de capacitar os cidadãos para compreender e interpretar informações de forma crítica e responsável, ou seja, formar cidadãos informados e engajados.

Chibás-Ortiz (2021) ressalta que

El framework de UNESCO de la Ciudad MIL, se define como espacios urbanos que pueden o no utilizar de las cosas, nanotecnologías y otras nuevas tecnologías pero con ética, respeto por las diversidades, empoderamiento orgánico de todos los ciudadanos, educando el pensamiento crítico

As Cidades MIL buscam promover a ética; o respeito às diversidades; o foco no cidadão; valorização da ecologia de forma sustentável; a criação de uma nova afetividade dos espaços urbanos; promovendo a saúde preventiva; e a gestão participativa.

Indicadores Cidades MIL

Para esta discussão comparada será utilizado o indicador 12 (Meio Ambiente e Sustentabilidade) e o foco estará nas energias renováveis, que são fontes de energia que se renovam naturalmente e não se esgotam, dentre de parâmetros ideais de apropriação, como o sol, o vento, a água, a biomassa e o calor geotérmico.

Chibás-Ortiz (2019) a fim de propiciar uma avaliação global das cidades quanto à sua adequação ao conceito de MIL, desenvolveu uma metodologia baseada em 13 indicadores, 262 métricas e que coloca o cidadão como o centro de todos os processos. Tais indicadores podem ser visualizados na Figura 1.

Figura 1: Os 13 indicadores das Cidades MIL: o cidadão como centro



Fonte: Chibás-Ortiz; Grizzle; Borges; Ramos; Mazzetti; Silva Júnior (2020).

No contexto ambiental, o conceito de Cidades MIL propõe que as cidades desenvolvam políticas e ações que priorizem o uso sustentável dos recursos naturais, a eficiência energética e a mitigação dos impactos ambientais causados pelo crescimento urbano intenso e acelerado. A sustentabilidade ambiental nas Cidades MIL está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em especial o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) e ODS 13 (Ação contra a Mudança do Clima). Vale ressaltar que, no contexto urbano, a sustentabilidade vai muito além da preservação ambiental, incluindo também a implementação de estratégias inovadoras para reduzir as emissões de carbono, aumentar a resiliência das cidades às mudanças climáticas e otimizar o uso dos recursos naturais (Grizzle et al., 2016).

O conceito de ambiente e sustentabilidade nas Cidades MIL busca alinhar políticas públicas sustentáveis, participação cidadã e inovação tecnológica que garantam que o crescimento urbano ocorra de maneira equilibrada e ecologicamente responsável.

3 Cidades Comparadas

Figura 2: Bandeiras



Fonte: Autoria própria (2025)

Figura 3: Dados das cidades

Cidades	Brasília	Montevideu	Oslo
AREA	5.760,784 km²	530 km²	454 km²
POPULAÇÃO	2.817.381	1,25 milhões	709.037
IDH	0,824	0,817	0,968

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasília>

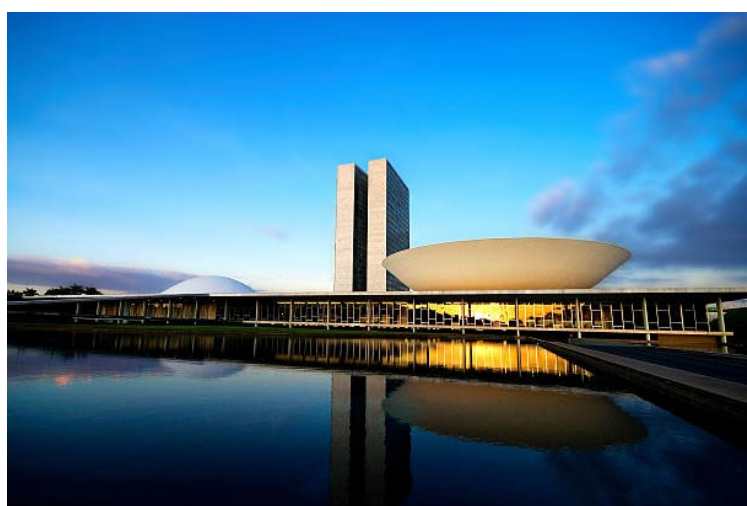
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Montevideu>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Oslo>

BRASÍLIA/BRASIL

Brasília se destaca pelo uso de energias renováveis, aproveitando sua alta incidência solar para projetos de energia fotovoltaica em prédios públicos e residenciais. A cidade também investe em biogás, utilizando resíduos urbanos e esgoto para gerar energia limpa e promover a gestão sustentável. As políticas públicas incentivam sistemas de geração distribuída, permitindo que os consumidores produzam sua própria energia, contribuindo para a rede elétrica e alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à descarbonização. Apesar dos avanços, há desafios, como a necessidade de maior financiamento para projetos de grande escala e conscientização da população sobre os benefícios das renováveis. Brasília se posiciona como um exemplo a ser levado em consideração na análise entre crescimento urbano e sustentabilidade no Brasil.

Figura 2: Brasília/BRASIL

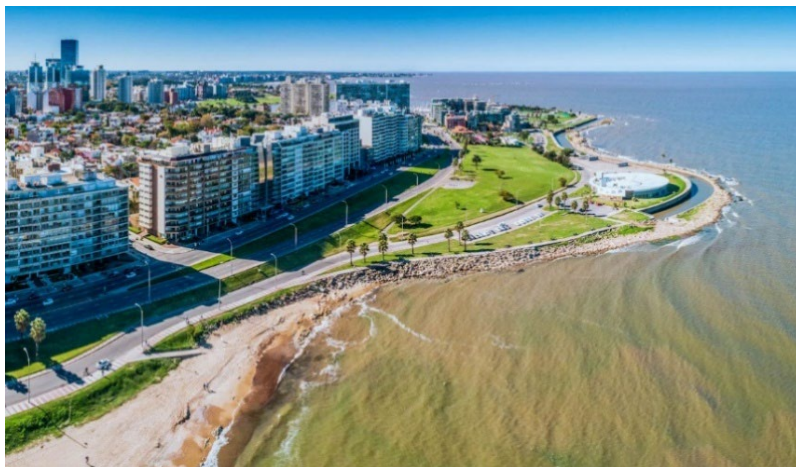


Fonte: <https://www.istockphoto.com/br/foto/congresso-nacional-brasileira-ao-p%C3%B4r-do-sol-gm497895526-79370237>

MONTEVIDÉU/URUGUAI

Montevidéu revela o compromisso do Uruguai com a sustentabilidade, beneficiando-se de uma matriz energética em que mais de 97% da eletricidade vem de fontes renováveis. A energia hidrelétrica lidera essa transformação, complementada pela energia eólica, responsável por cerca de 38% da geração, e solar, que, embora ainda modesta, está em expansão. A cidade também utiliza biomassa, aproveitando resíduos orgânicos e agrícolas.

Figura 4. Vista aérea do centro de Montevidéu



Fonte: <https://viajarpelomundo.com.br/principais-pontos-turisticos-de-montevideo-1/>

OSLO/NORUEGA

Oslo, capital da Noruega e eleita Capital Verde da Europa em 2019, destaca-se pelo uso de energia renovável e compromisso com a

sustentabilidade. Sua matriz energética é predominantemente renovável, com a energia hidrelétrica desempenhando um papel central, graças à abundância de recursos hídricos no país, o que permite gerar 98% da eletricidade nacional. Em Oslo, essa energia se abastece desde a iluminação pública até os sistemas de transporte. Além da hidrelétrica, Oslo investe em energia solar e eólica. Apesar das especificações climáticas para a energia solar, os painéis são instalados em edifícios públicos e residenciais. Já a energia eólica complementa a matriz energética em períodos de menor geração hídrica.

Figura 5. Oslo



Fonte: <https://www.gettyimages.com.br/fotos/oslo-skyline>

Metodologia

Trata-se de um estudo comparativo das cidades de Brasília (Brasil), Montevideu (Uruguai) e Oslo (Noruega) sob a perspectiva do conceito de Cidades MIL/UNESCO. Cada cidade foi avaliada sob a perspectiva do

indicador 12 “Meio Ambiente e Sustentabilidade” proposto por Chibás-Ortiz (2019). As métricas avaliadas estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1: Indicador e métricas avaliadas

Indicador	Métricas analisadas
12 MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	221 (Quantidade e percentagem de fontes de energia renováveis, como energia eólica, hidráulica, residual ou outra energia utilizada pela cidade); 225 (A cidade tem metas para reduzir o consumo de energia elétrica? Se sim, quais?); 229 (Quantidade e percentual de fontes de energia renováveis como eólica, solar, hidrelétrica, biogás (gás obtido da fermentação anaeróbica de resíduos orgânicos) ou outras utilizadas pela cidade.) e; 230 Número e percentual de localidades na cidade que geram algum tipo de energia.

Fonte: Autoria própria (2025)

Na metodologia comparativa, a finalidade é a análise e o confronto de diferentes elementos e desempenhos, utilizando critérios predefinidos aplicados de forma uniforme e identificando correspondências e variações. (YIN, Robert K. 2003).

A seleção de Brasília, Montevideu e Oslo para este estudo está fundamentada na relevância dessas capitais dentro do cenário global das energias renováveis, suas distintas condições geográficas e climáticas, e os diferentes estágios de transição energética que representam. Além disso, essas cidades exemplificam diferentes modelos de governança e políticas públicas voltadas para a sustentabilidade, permitindo uma análise comparativa robusta e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, em especial o ODS 7 (Energia Acessível e Limpa) e o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima).

Com o propósito de uma comparação cuidadosa, respeitando as diferenças e obstáculos enfrentados por cada cidade, estabeleceram-se os critérios para avaliação das métricas demonstradas no Quadro 2. Para obter as informações necessárias, os levantamentos concentraram-se nos canais digitais oficiais do governo. Adicionalmente, também foram utilizados dados relevantes em *websites* de universidades e órgãos da iniciativa privada.

Quadro 2: Critérios de avaliação

Pontuação	Critério analisado
0 a 1	Não existem dados ou ações requeridas pela métrica
2 a 4	Atingiu pouco ou nada da proposta, na perspectiva da Cidades MIL
5 a 7	Atingiu em parte a proposta, mas falta ajustes para alinhar à Cidades MIL
8 a 10	Atingiu plenamente a proposta de acordo com a perspectiva da Cidades MIL

Fonte: Autoria própria (2025)

Para fins da atribuição das notas dadas a cada métrica, utilizaram-se os critérios do quadro acima. Sendo assim, atribui-se a nota de zero a um as cidades que não apresentaram dados ou ações requeridas pela métrica analisada. De dois a quatro para as cidades que atingiram pouco ou nada da proposta, na perspectiva da Cidades MIL. De cinco a sete para aquelas que conseguiram atingir parte da proposta, mas que ainda faltavam ajustes para estarem alinhadas às Cidades MIL e oito a dez para aquelas que atingiram plenamente a métrica analisada.

Neste sentido, o quadro 3, a seguir, apresenta as notas atribuídas a cada cidade, quando da análise de cada uma das métricas analisadas.

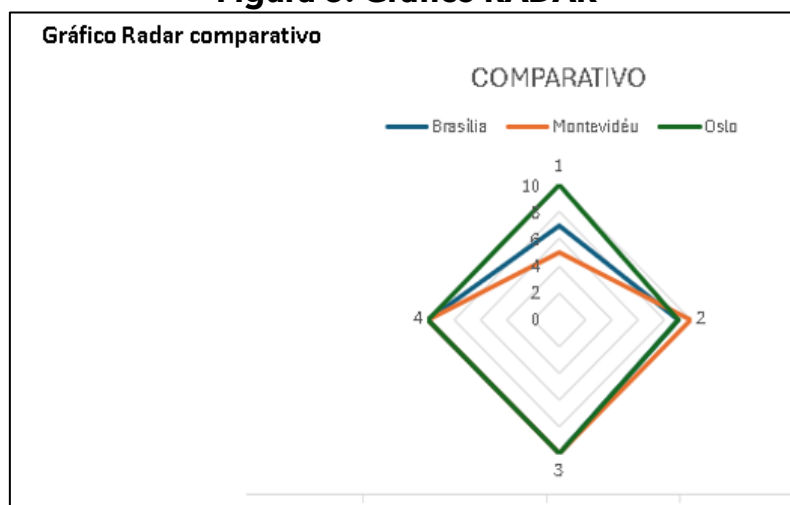
Quadro 3: Notas atribuídas

	Brasília	Montevideu	Oslo
- Se utiliza de fontes de energia renováveis, como hidráulica, e hidrelétrica;	7	5	10
- Se utiliza de fontes de energia renováveis, como eólica, residual, solar e biogás;	9	10	9
- As cidades têm metas para reduzir o consumo de energia ELÉTRICA.	10	10	10
- Há locais que geram energia na cidade?	10	10	10
Subtotal	36	35	39

Fonte: Autoria própria (2025)

Após a construção da tabela avaliativa, gerou-se o gráfico radar a seguir, a fim de proporcionar uma visualização mais clara e intuitiva das semelhanças e diferenças entre os elementos analisados.

Figura 6: Gráfico RADAR



Fonte: Autoria própria (2025)

Cada eixo do gráfico representa uma métrica analisada, permitindo observar de maneira clara as forças e fragilidades relativas de cada cidade no tocante ao uso e gestão das energias renováveis. As áreas preenchidas revelam o grau de atendimento às propostas do framework Cidades MIL da UNESCO, destacando a amplitude da adoção de fontes renováveis, existência de metas de redução de consumo, diversificação da matriz energética e a capilaridade da geração distribuída de energia.

Oslo apresenta o maior grau de uniformidade e excelência entre as quatro métricas avaliadas, o que evidencia não apenas o alto nível de renovabilidade de sua matriz energética, como também o comprometimento institucional com metas de redução de consumo energético e a abrangência das iniciativas de geração local de energia limpa. Montevideú também apresenta notas expressivas, principalmente nas métricas 221 (percentual de fontes renováveis na matriz energética) e 229 (diversidade das fontes renováveis utilizadas), refletindo o êxito do Uruguai na transição energética.

Apesar disso, a cidade recebeu pontuações ligeiramente inferiores nas métricas 225 e 230, indicando que, embora haja um forte desempenho energético, a definição e o monitoramento de metas locais de redução de consumo, bem como a distribuição territorial da geração de energia, ainda podem ser aprimorados. Brasília obteve as menores pontuações no conjunto das métricas avaliadas, embora tenha se destacado na métrica 229, devido aos esforços recentes em expandir o uso de energia solar fotovoltaica e biogás. Os resultados inferiores nas métricas 225 e 230 apontam para desafios significativos na implementação de metas estratégicas de consumo e na descentralização da produção energética.

Considerações Finais

A análise dessas cidades oferece insights valiosos sobre as melhores práticas e barreiras na transição energética, fornecendo subsídios para a elaboração de políticas públicas eficazes e sustentáveis em diferentes realidades socioeconômicas.

A análise comparativa das cidades de Brasília (Brasil), Montevideu (Uruguai) e Oslo (Noruega), sob a perspectiva do Indicador 12 - Meio Ambiente e Sustentabilidade do framework Cidades MIL da UNESCO, permitiu identificar avanços e desafios distintos na implementação de energias renováveis em diferentes contextos urbanos.

A discussão demonstrou que, apesar de estarem inseridas em realidades geopolíticas, climáticas e econômicas distintas, as três capitais compartilham um compromisso crescente com a transição energética e a mitigação das mudanças climáticas, ainda que em estágios diferentes de sua construção.

A análise dos dados evidenciou que, enquanto Oslo e Montevideu já operam dentro de um modelo consolidado de sustentabilidade energética, Brasília ainda se encontra em fase de transição, necessitando de maior integração entre políticas públicas, investimentos em infraestrutura e participação da sociedade civil para avançar em direção a um modelo mais alinhado aos princípios das Cidades MIL da UNESCO.

Dessa forma, este estudo contribui para a compreensão das melhores práticas e desafios enfrentados na implementação de energias renováveis em diferentes capitais, servindo como referência para futuras pesquisas e

para a formulação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade energética urbana.

Os resultados obtidos reforçam a necessidade de cooperação internacional, inovação tecnológica e maior comprometimento governamental na adoção de estratégias eficazes para a transição energética global.

Sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise sobre o impacto social das políticas energéticas, a viabilidade da implementação de novas tecnologias renováveis e a influência da participação cidadã na formulação de políticas ambientais dentro do conceito de Cidades MIL. Dessa forma, será possível ampliar o escopo da discussão e fornecer diretrizes mais precisas para o avanço da sustentabilidade no contexto urbano.

Referências

Brasília. (n.d.). *Wikipedia*. Recuperado de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasília>

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (R. Venâncio Majer, Trad., 2ª ed., Vol. 1). São Paulo: Paz e Terra.

Chibás-Ortiz, F., et al. (2021). *La red de ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030: educación, comunicación e saúde sustentável*. La Habana: Pueblo y Educación. Recuperado de <https://bit.ly/3Egi8gJ>

Chibás-Ortiz, F., Novomisky, S. (Orgs.). (2022). *Navegando en la infodemia con AMI*. Paris/França: UNESCO; Buenos Aires/Argentina: Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual de Argentina.

Chibás-Ortiz, F., Suzuki, J. C., & Castro, R. C. M. L. (2022). *Cidades MIL: Indicadores, métricas e casos*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Chibás-Ortiz, F., Suzuki, J. C., & Castro, R. C. M. L. (2024). *Cidades MIL além da inteligência artificial e inovação social com ESG e Agenda 2030*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Chibás-Ortiz, F., Yanaze, M., & Flores, V. (2019). Interação entre alfabetização de mídia e informação (MIL) e o modelo 20 barreiras culturais à comunicação e criatividade.

Dudziak, E., Ferreira, S., & Ferrari, A. (2017). Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13, 213-253. Recuperado de <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/675/577>

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Grizzle, A., et al. (2016). *Alfabetização midiática e informacional: Diretrizes para a formulação de políticas e estratégias*. Brasília: UNESCO; CETIC.br.

Montevideu (n.d.). Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Montevideu>. Acesso em 05/03/2025.

Nações Unidas no Brasil. (2025). Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Oslo. (n.d.). *Wikipedia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Oslo>. Acesso em: 05 de março de 2025.

UNESCO. (n.d.). Global Framework for Media and Information Literacy Cities MIL. Recuperado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385748>

YIN, R.K. (2003). *Estudo de Caso: Planejamento e Método*, Porto Alegre: Editora Bookman.

Capítulo 5

Cidades MIL: Construindo Cidadania na Era Digital

Rosana Hermann Efraim ²³

Introdução

Cidadania e Alfabetização: dos primeiros alfabetos à sociedade em rede

A invenção da escrita é, sem dúvida, um dos marcos mais transformadores da história da humanidade. Por volta de 3.200 a.C., na antiga Mesopotâmia, e logo depois no Egito, com os hieróglifos, a humanidade rompeu a barreira da oralidade ao fixar informações em suportes materiais duráveis - como pedras, tábuas de argila, papiros e pergaminhos- criando uma comunicação assíncrona. Desde então, a escrita tornou-se a infraestrutura invisível sobre a qual civilizações se ergueram, a descoberta que permitiu o armazenamento da memória coletiva, a formalização das leis, o avanço das ciências e a consolidação das instituições sociais. Como afirma Ong (1982), a escrita pode ser compreendida como uma tecnologia da palavra, responsável não apenas por registrar pensamentos, mas por moldar a própria forma de pensar. Ao transformar a oralidade efêmera em signos permanentes, a escrita favoreceu o raciocínio lógico, o distanciamento analítico e a transmissão do conhecimento ao longo das gerações.

Mas se a invenção da escrita foi uma revolução civilizatória, a alfabetização foi sua ferramenta de expansão. Aprender a decodificar

símbolos e atribuir-lhes sentido permitiu que indivíduos participassem ativamente das dinâmicas sociais, políticas e econômicas. No entanto, com a complexificação das sociedades, o domínio técnico da leitura e da escrita mostrou-se insuficiente. Novas demandas surgiram à medida que surgiam novas tecnologias de comunicação: do código ao jornal impresso, do rádio à televisão, da internet à inteligência artificial. Em todas essas transições, foi necessário ampliar o conceito de alfabetização para além do código linguístico, incorporando a capacidade crítica de interpretar contextos, linguagens e discursos.

Nas últimas décadas, estudiosos como Soares (2003) e Kleiman (1995) ajudaram a estabelecer essa ampliação conceitual, introduzindo no debate acadêmico as noções de letramento e alfabetização. Se alfabetizar é aprender o código, letrar é compreender o uso social da escrita, e desenvolver alfabetização é dominar criticamente múltiplas linguagens em seus diversos contextos de circulação, especialmente em ambientes digitais e mediados por tecnologias. Essa evolução conceitual torna-se ainda mais urgente diante da velocidade com que novas ferramentas surgem e impactam a vida cotidiana.

É nesse cenário que a Revolução Digital se impôs como um divisor de águas sem precedentes. A partir da popularização da internet, nos anos 1990, o planeta se viu conectado em rede, transformando radicalmente as formas de comunicação, trabalho, educação e lazer. Em poucas décadas, bilhões de pessoas passaram a interagir em ambientes digitais sem mediação formal ou preparo técnico. Não houve processos educativos em larga escala que acompanhassem essa transição. De maneira intuitiva e experimental, as populações mergulharam na vida online, ocupando redes

sociais, motores de busca e plataformas digitais como autodidatas de um novo idioma global.

Essa ausência de formação crítica e estruturada gerou, por consequência, uma série de disfunções sociais, culturais e políticas. Como explica Castells (2009), a lógica em rede que organiza as estruturas digitais contemporâneas não apenas conecta indivíduos, mas também os expõe a dinâmicas algorítmicas que modulam seus comportamentos, percepções e decisões. A própria democracia, baseada na circulação qualificada de informações e no debate público, passou a ser tensionada por fluxos informacionais acelerados, descontextualizados e, muitas vezes, manipulados. Pariser (2011) alerta para o fenômeno das “bolhas de filtro”, em que algoritmos personalizam o acesso à informação de forma a reforçar crenças preexistentes, limitando o pluralismo e promovendo a polarização social.

Miguel Benasayag, filósofo e psicanalista franco-argentino, também aborda a questão da informação oriunda de fluxos informacionais contínuos mediado por redes sociais, algoritmos e dispositivos digitais (Benasayag, 2009) mostrando que as gerações mais jovens, imersas na cultura digital, estão cada vez mais desconectadas de experiências vividas diretamente.

É nesse contexto de desafios globais que a UNESCO, em 2018, propõe o conceito de Cidades MIL (Media and Information Literacy Cities). Mais do que uma política educativa, trata-se de um paradigma de cidadania para o século XXI, que entende que viver em cidades hiperconectadas exige novas habilidades críticas, analíticas e éticas. As Cidades MIL são territórios que reconhecem a centralidade da informação nas dinâmicas urbanas e buscam desenvolver políticas públicas, programas educacionais e práticas

comunitárias que garantam o direito de todos ao acesso, compreensão e produção crítica de informações.

Como sintetizam Ferrari, Machado e Ochs (2020), “para cada nova tecnologia que emerge, uma nova Alfabetização se torna necessária”. Isso significa que os processos educativos precisam ser constantemente atualizados para lidar com as demandas que as inovações tecnológicas impõem. Se no passado foi preciso ensinar a ler e escrever textos impressos, hoje é fundamental ensinar a interpretar algoritmos, validar fontes digitais, identificar desinformação e compreender as dinâmicas que estruturam as redes sociais.

É importante destacar que as cidades, por sua natureza histórica, sempre foram espaços de concentração e difusão de saberes. Foi nas cidades que surgiram as primeiras bibliotecas, universidades, jornais e rádios. Hoje, essas mesmas cidades precisam se reinventar como laboratórios vivos de alfabetização midiática e informacional, integrando infraestruturas digitais, educacionais e culturais para promover uma cidadania ativa e crítica.

Neste contexto, a Alfabetização midiática e informacional emerge como competência essencial para a vida contemporânea. Em sociedades regidas por fluxos massivos de dados e informações, dominar as linguagens e tecnologias que organizam esse ecossistema não é apenas uma vantagem competitiva, mas uma condição fundamental para o exercício pleno da cidadania. O paradigma das Cidades MIL aponta, portanto, para um futuro em que a formação crítica, ética e participativa se torna prioridade na gestão urbana, na educação e na vida coletiva.

Por outro lado, é preciso levar em conta que mesmo em grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo, um dos epicentros tecnológicos do Brasil, a exclusão digital persiste em torno de 15% a 20% da população, com disparidades gritantes entre centro e periferia. A falta de acesso não é apenas técnica, mas também cultural e econômica, reforçando ciclos de desigualdade. Para que o cidadão desenvolva espírito crítico, diferencie informação verdadeira de sintética e saiba navegar o fluxo informacional é preciso, antes de mais nada, que todo cidadão esteja digitalmente incluído.

A Configuração do Mundo Conectado: Impactos e Desafios

Vivemos hoje em um cenário global marcado pela hiperconectividade. Em janeiro de 2024, o número de usuários da internet ultrapassou 5,35 bilhões, representando cerca de 66,2% da população mundial (DataReportal, 2024). Esse fenômeno, que em poucas décadas conectou digitalmente a maior parte da humanidade, gerou transformações profundas e ambíguas: se, por um lado, democratizou o acesso à informação e viabilizou novas formas de sociabilidade, trabalho e participação política, por outro, criou complexos desafios relacionados à desinformação, ao excesso informacional e à manipulação algorítmica.

As redes sociais, em especial, tornaram-se espaços centrais na mediação da vida pública e privada, funcionando como arenas globais de debate, consumo cultural e mobilização social. Plataformas como Facebook, X (antigo Twitter), Instagram e TikTok concentram bilhões de usuários e operam sob lógicas comerciais que privilegiam o engajamento – frequentemente impulsionado por conteúdos sensacionalistas,

polarizadores ou emocionalmente apelativos. Como destaca Fisher (2022), essa dinâmica amplifica discursos extremistas, fomenta conflitos simbólicos e enfraquece o debate democrático ao priorizar a viralização de informações, independentemente de sua veracidade ou relevância social.

A ausência de mecanismos robustos de checagem e regulação nesses ambientes digitais favorece a propagação massiva de desinformação. Diversos estudos vêm apontando como campanhas coordenadas, muitas vezes organizadas por grupos políticos, econômicos e até estatais, utilizam redes sociais para manipular a opinião pública, interferir em processos eleitorais e minar a confiança nas instituições democráticas (Cadena SER, 2024). Operando com o apoio de bots, inteligência artificial e microsegmentação algorítmica, essas campanhas transformam a desinformação em ferramenta estratégica de poder.

Outro impacto direto dessa lógica é a modulação de comportamento por meio da personalização extrema dos fluxos informacionais. Os algoritmos, ao priorizarem conteúdos que geram maior tempo de permanência e interação, criam bolhas informativas que reforçam visões de mundo, silenciando perspectivas divergentes e agravando a polarização social. A experiência cotidiana da internet passa a ser moldada por filtros invisíveis que editam o real, promovendo uma fragmentação cognitiva e afetiva sem precedentes.

Não bastassem os desafios políticos e sociais, a expansão tecnológica acelerada também impõe riscos ambientais significativos. O crescimento exponencial dos data centers, essenciais para sustentar as infraestruturas digitais globais, tem elevado o consumo de energia e de recursos hídricos a níveis alarmantes. Relatórios recentes revelam que grandes corporações

tecnológicas, como Amazon e Microsoft, consomem volumes de água muito superiores ao estimado, gerando impactos diretos sobre ecossistemas locais e ampliando a pegada ecológica do setor digital (El País, 2025).

Esse cenário aponta para a urgência do desenvolvimento de políticas de "sobriedade digital" – conceito que propõe a adoção de práticas tecnológicas mais conscientes e sustentáveis, reduzindo desperdícios e incentivando a reflexão crítica sobre a real necessidade do uso de determinados serviços e dispositivos. Ao mesmo tempo, evidencia a importância da Alfabetização midiática e informacional como competência fundamental para a cidadania contemporânea: em um ambiente de alta complexidade informacional, é imprescindível que os indivíduos sejam capazes de discernir, contextualizar, interpretar e questionar os conteúdos que consomem e compartilham.

Formar cidadãos críticos e informados, capazes de atuar eticamente no ecossistema digital, não é apenas uma questão educativa: trata-se de uma estratégia vital para a preservação da democracia, da coesão social e do próprio equilíbrio ambiental. Assim, o paradigma das Cidades MIL, ao integrar alfabetização midiática às políticas urbanas e educacionais, surge como resposta necessária para enfrentar os desafios do nosso tempo, promovendo uma cultura de informação crítica, participativa e sustentável.

A Vida Híbrida: Produzir, Consumir e Viver em Velocidade Digital

A fronteira entre o mundo físico e o digital deixou de ser linear para se tornar um espaço de fusão permanente. A chamada "vida híbrida" caracteriza-se pela sobreposição contínua de experiências online e offline, que se entrelaçam a cada interação, deslocamento ou decisão cotidiana. Já

não se trata de alternar entre dois mundos, mas de habitar simultaneamente realidades interdependentes, mediadas por dispositivos móveis, aplicativos, plataformas digitais e redes de dados que operam em tempo integral. Como destaca Primo (2011), essa imersão permanente em ambientes mediados por tecnologia redefine não apenas nossos modos de comunicação, mas também as estruturas cognitivas que organizam a atenção, a memória e o afeto.

O resultado é uma existência em fluxo constante, marcada por notificações, atualizações e interações que atravessam o cotidiano sem cessar. Dados da pesquisa *Digital 2025: Global Overview Report* (We are Social, 2025) revelam que, em média, uma pessoa passa cerca de sete horas diárias conectada, distribuídas entre redes sociais, plataformas de vídeo, serviços de mensagens e ambientes profissionais digitais. Isso significa que boa parte da experiência urbana contemporânea acontece tanto nos espaços físicos quanto nos feeds, timelines e chats que ocupamos, transformando nossas relações com o tempo, o espaço e até mesmo com o corpo.

Para além do volume de conexões, a velocidade e a intensidade desses fluxos informacionais são inéditas. Segundo *Mentalidades Matemáticas* (2021), estima-se que, diariamente, mais de 2,5 quintilhões de bytes de dados sejam produzidos globalmente. Em termos práticos, a quantidade de informação gerada em um único dia supera o que a humanidade inteira produziu até o século XIX. Esse fenômeno não apenas altera a escala da comunicação humana, mas também a qualidade da experiência cognitiva, gerando fenômenos como a sobrecarga informacional, a fadiga decisória e o colapso atencional.

Neste ambiente saturado de estímulos, a comunicação visual ganha centralidade. Curiosamente, vivemos um retorno às formas pictográficas da linguagem, resgatando traços ancestrais para dar conta das exigências comunicativas contemporâneas. Se os hieróglifos egípcios surgiram há mais de 5.000 anos como uma maneira de registrar e transmitir mensagens por meio de imagens, hoje, emojis e stickers cumprem papel semelhante na mediação digital, condensando emoções, ironias e intenções em símbolos de rápida compreensão. Como apontam Bras.il (2019) e Fábrica de Criatividade (2024), a ascensão dos emojis reflete a busca por formas expressivas que transcendam as limitações da escrita alfabética, sobretudo em contextos de comunicação instantânea e globalizada.

Entretanto, a vida híbrida não se limita ao aspecto comunicacional. Ela também reorganiza práticas de consumo, trabalho e lazer. As cidades contemporâneas são atravessadas por serviços híbridos – como aplicativos de transporte, delivery, bancos digitais, telemedicina e ensino remoto – que remodelam as dinâmicas urbanas e criam camadas de desigualdade. Quem não possui acesso contínuo à internet de qualidade, dispositivos atualizados ou competências digitais básicas, encontra-se progressivamente excluído de direitos e oportunidades fundamentais. Isso amplia a chamada “brecha digital”, que não é apenas uma questão técnica, mas social e política.

Por outro lado, a fusão entre o físico e o digital também potencializa formas inéditas de participação social e engajamento comunitário. Movimentos políticos, culturais e educativos se articulam em redes híbridas, promovendo ações que atravessam tanto o espaço urbano quanto o virtual. Projetos de educação midiática, redes de apoio mútuo e iniciativas de

checagem de fatos emergem como respostas coletivas aos desafios da desinformação, da exclusão e da violência digital.

Assim, viver em velocidade digital exige mais do que habilidades técnicas. Exige consciência crítica sobre os processos que estruturam esse ecossistema, capacidade de análise dos fluxos informacionais e sensibilidade ética para agir de forma responsável nas múltiplas esferas que habitamos. A Alfabetização midiática e informacional, nesse contexto, não é um luxo ou um diferencial competitivo: é uma competência essencial para navegar com segurança, discernimento e autonomia no mundo contemporâneo.

É essa a proposta central das Cidades MIL: criar territórios educadores capazes de formar cidadãos aptos a decodificar, interpretar e transformar a complexa teia de informações que atravessa suas vidas. E, para que essa formação aconteça de maneira efetiva, ela precisa estar integrada às políticas públicas, às infraestruturas urbanas e às práticas cotidianas que dão forma ao espaço urbano híbrido do século XXI.

A Desinformação e Seus Impactos na Vida Urbana e Digital

Entre os inúmeros efeitos colaterais da hiperconectividade e da vida híbrida, destaca-se a ascensão da desinformação como um dos fenômenos mais críticos e complexos da contemporaneidade. Ao contrário dos boatos, rumores e fofocas do passado, que circulavam em escala local e com impacto limitado, a desinformação digital opera em rede, com alcance global, velocidade exponencial e potencial disruptivo sem precedentes. Essa nova ecologia informacional se caracteriza por fluxos incessantes de dados em que verdades, meias-verdades e mentiras absolutas disputam

atenção em ambientes mediados por algoritmos que priorizam o engajamento, não a veracidade (Pariser, 2011; Fisher, 2022).

O impacto dessa desinformação é tangível e atravessa as dimensões política, social, econômica e sanitária. Do negacionismo científico durante a pandemia de COVID-19 à desestabilização de processos eleitorais em diversas democracias, passando por ataques coordenados a instituições públicas e a disseminação de discursos de ódio, a desinformação deixou de ser um ruído marginal no ecossistema informacional para se tornar um elemento estruturante do debate público – ou, muitas vezes, de sua corrosão.

Reportagem do *El País* (2024) evidencia como, ao longo da última década, figuras públicas, líderes políticos e grandes corporações de tecnologia naturalizaram a desinformação como estratégia discursiva e modelo de negócios. O incentivo algorítmico à polarização, a monetização do engajamento e a ausência de regulação efetiva criaram o ambiente ideal para que conteúdos manipulativos prosperassem, transformando desinformação em ativo econômico e político.

Essa dinâmica não é casual nem espontânea: campanhas coordenadas, frequentemente financiadas por atores estatais ou grupos privados com interesses específicos, se utilizam de robôs, perfis falsos, inteligência artificial e técnicas de microtargeting para interferir diretamente na formação da opinião pública e, consequentemente, nos processos democráticos. O caso de Gana, citado em matéria do *El País* (2024), exemplifica a gravidade do fenômeno: diante da iminência de eleições nacionais, formou-se um “exército de verificadores” para monitorar, rastrear e desmentir boatos em tempo real, utilizando inclusive ferramentas

tecnológicas avançadas para tentar conter a avalanche de informações fraudulentas que ameaçavam a integridade do pleito.

O problema, contudo, vai além das fake news. A desinformação contemporânea se entrelaça a fenômenos como a pós-verdade, em que a emoção e a crença pessoal superam a evidência factual na formação de convicções. Nesse contexto, mesmo após a refutação de informações falsas, o dano simbólico e social já está consolidado. Como aponta a *Cadena SER* (2024), a desinformação age como uma nova pandemia global, contaminando o debate público e minando as bases da confiança social.

No espaço urbano, esses impactos são concretos. A desinformação extrapola as telas e se materializa em protestos violentos, atos de vandalismo, ataques a jornalistas e instituições, além da degradação dos ambientes democráticos locais. Há uma materialidade social da desinformação que se revela nas ruas, nos corpos e nas estruturas das cidades, evidenciando que a disputa informacional é também territorial e simbólica.

As respostas institucionais e comunitárias, embora fundamentais, ainda são insuficientes. As iniciativas de fact-checking, as coalizões de jornalistas e pesquisadores, e os programas educativos são paliativos diante da escala e da sofisticação das redes de desinformação. Por isso, cresce a consciência global sobre a necessidade de políticas públicas robustas e transversais que priorizem a alfabetização midiática e informacional como eixo estruturante das sociedades democráticas.

Mais do que combater desinformação com correções pontuais, é preciso investir em uma pedagogia cidadã que capacite indivíduos e coletivos a compreenderem os mecanismos que organizam o ecossistema

informacional. Identificar padrões de manipulação discursiva, interpretar contextos e avaliar criticamente as fontes de informação são habilidades fundamentais para a autonomia e a participação social. Em outras palavras, o enfrentamento da desinformação não se resolve apenas com checagens ou desmentidos: exige reorganização cultural, política e social em múltiplos níveis, e as Cidades MIL são uma estratégia concreta para essa reconstrução.

Ao transformar a alfabetização midiática em política pública urbana, as Cidades MIL oferecem um caminho para que cidadãos deixem de ser meros consumidores de informação e se tornem agentes críticos e produtores conscientes de conhecimento, fortalecendo a coesão social e a resiliência democrática frente aos desafios do presente.

Construindo Cidades MIL: Estratégias para a Promoção da Alfabetização Midiática e Informacional

Diante dos desafios impostos pela sociedade da informação, a proposta das Cidades MIL (Media and Information Literacy Cities), idealizada pela UNESCO em 2018, surge como uma resposta concreta e articulada para integrar alfabetização midiática e informacional às políticas urbanas e educacionais. Trata-se de um modelo que reconhece que, no século XXI, o direito à informação crítica e de qualidade é tão fundamental quanto o direito à moradia, ao saneamento e à mobilidade. Assim como as cidades se planejam para garantir infraestrutura física adequada, também precisam estruturar ecossistemas que assegurem aos cidadãos condições para navegar de forma ética, segura e crítica no ambiente digital.

As estratégias para a implementação das Cidades MIL são múltiplas e demandam integração intersetorial, envolvendo governos, sociedade civil,

instituições acadêmicas e setor privado. A seguir, apresento seis eixos estratégicos fundamentais para sua consolidação:

1. Bibliotecas como hubs de informação crítica

As bibliotecas públicas, historicamente dedicadas ao acesso gratuito ao conhecimento, devem ser reposicionadas como centros de alfabetização midiática, oferecendo não apenas acervos atualizados, mas também atividades formativas, oficinas de checagem de fatos, cursos sobre segurança digital e laboratórios de inovação. Bibliotecários deixam de atuar exclusivamente como mediadores de livros para se tornarem educadores informacionais, apoiando a comunidade no desenvolvimento de competências críticas para lidar com os desafios do ecossistema digital contemporâneo (UNESCO, 2020).

2. Parcerias com o setor privado

Empresas de tecnologia, comunicação, cultura e outros segmentos estratégicos precisam ser corresponsáveis na promoção da Alfabetização midiática. Parcerias podem viabilizar campanhas de conscientização, programas educativos, hackathons voltados à criação de soluções contra a desinformação e iniciativas que aproximem inovações tecnológicas de objetivos sociais. Para isso, é fundamental que marcos regulatórios incentivem tais colaborações de forma ética e transparente, evitando conflitos de interesse e garantindo o foco no bem público.

3. Integração curricular e educação continuada

A Alfabetização midiática precisa estar presente nos currículos escolares desde a educação básica, atravessando disciplinas como Língua Portuguesa, História, Ciências e Matemática, em abordagens interdisciplinares que articulem teoria e prática. Paralelamente, é necessário oferecer formação continuada para educadores, gestores públicos e profissionais de diversas áreas, garantindo que toda a cidade se torne um território educador, no qual a leitura crítica do mundo digital seja uma competência compartilhada.

4. Desenvolvimento e uso de tecnologias sociais

Ferramentas digitais voltadas para a promoção da Alfabetização midiática podem potencializar a educação cidadã. Aplicativos de verificação de informações, plataformas gamificadas para o ensino de práticas de segurança digital e programas de inteligência artificial que apoiem processos educativos são exemplos de recursos que podem ser utilizados para ampliar o alcance e a eficácia das ações. O objetivo não é apenas usar tecnologia, mas criar soluções tecnológicas orientadas ao interesse coletivo.

5. Políticas públicas estruturantes

A construção de Cidades MIL exige políticas públicas robustas, capazes de garantir financiamento, continuidade e avaliação constante das iniciativas. Isso inclui editais para fomento de projetos comunitários, subsídios para programas educativos, premiações para experiências inovadoras e regulamentação da atuação de plataformas digitais em âmbito

municipal, estadual e nacional, sempre com foco na defesa da democracia e na proteção dos direitos informacionais dos cidadãos.

6. Engajamento comunitário e protagonismo cidadão

Nenhuma política de alfabetização midiática terá sucesso sem a participação ativa da sociedade civil. Grupos locais podem criar rádios comunitárias, blogs colaborativos, coletivos de checagem de fatos e outras formas autônomas de produção e circulação de informações. Estimular o protagonismo cidadão, com apoio técnico e institucional, fortalece redes de confiança e gera pertencimento, além de descentralizar a produção de conhecimento e democratizar os fluxos informacionais dentro das cidades.

Essas estratégias revelam que a construção de Cidades MIL não é um projeto pontual, e sim uma transformação cultural de longo prazo, que requer visão política, investimento contínuo e compromisso coletivo. Em um mundo marcado pela aceleração digital, pela desinformação em escala industrial e pela fragmentação social, cidades que investem em Alfabetização midiática não apenas protegem seus cidadãos, mas também garantem sua própria sustentabilidade democrática.

Neste sentido, as Cidades MIL não são apenas uma resposta ao presente: são uma aposta no futuro, na criação de territórios mais justos, informados e resilientes, capazes de enfrentar com criatividade e consciência os desafios que ainda estão por vir.

Considerações finais

Desde os primeiros registros escritos, a história da humanidade tem sido atravessada por revoluções informacionais que transformaram não apenas as tecnologias de comunicação, mas também as formas de organização social, os modos de pensar e as práticas de cidadania. Assim como a invenção da escrita reconfigurou as estruturas cognitivas e institucionais das sociedades antigas, e a prensa de Gutenberg democratizou o acesso ao conhecimento impresso, a atual era da hiperconectividade digital impõe um novo salto civilizatório, no qual as fronteiras entre o físico e o digital, o local e o global, o público e o privado tornam-se indistintas.

Neste contexto, a alfabetização midiática e informacional emerge como competência estruturante para a vida no século XXI. Mais do que dominar técnicas de leitura e escrita, trata-se de desenvolver a capacidade crítica para interpretar, questionar e transformar os fluxos informacionais que atravessam todos os aspectos da existência contemporânea. Essa Alfabetização expandida envolve não apenas habilidades cognitivas, mas também éticas, emocionais e sociais, inserindo-se no conjunto das chamadas *soft skills* indispensáveis para a participação cidadã em sociedades complexas e tecnologicamente mediadas (Dede, 2009; Jenkins et al., 2006).

A proposta das Cidades MIL, nesse cenário, apresenta-se como uma resposta inovadora e necessária. Ao articular políticas públicas, infraestrutura educacional e participação comunitária, as Cidades MIL reconhecem a centralidade da informação como bem público e promovem ações integradas para garantir que todos os cidadãos tenham acesso não

apenas aos meios digitais, mas também ao conhecimento crítico necessário para usá-los de forma consciente e transformadora. Bibliotecas, escolas, coletivos locais, empresas e governos tornam-se, juntos, agentes de uma pedagogia urbana voltada para a promoção da cidadania informacional.

Entretanto, a consolidação das Cidades MIL exige mais do que boas intenções e projetos isolados. É fundamental que haja investimento contínuo, regulamentação transparente e articulação multissetorial capaz de sustentar, ao longo do tempo, ecossistemas de formação crítica, produção colaborativa de conhecimento e defesa ativa da democracia. Diante da escalada global da desinformação, do avanço de regimes autoritários e da intensificação das desigualdades digitais, alfabetizar midiaticamente tornou-se uma condição de sobrevivência simbólica, cultural e política.

Mais do que nunca, proteger o direito à informação de qualidade e à participação cidadã passa por reimaginar as cidades como espaços educativos em tempo integral. Territórios que acolham não apenas corpos, mas também consciências críticas; que defendam não apenas monumentos históricos, mas também a integridade do debate público; que incentivem não apenas a inovação tecnológica, mas também a ética comunicacional e o pluralismo informativo.

Por fim, em meio ao ruído permanente da era digital, o desafio das Cidades MIL é garantir que cada cidadão tenha o direito fundamental de compreender, questionar e transformar o mundo em que vive. E aqui, ao falar de 'cada cidadão', me permito um depoimento pessoal:

Por ocasião do 1º Encontro Internacional "Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL: fator relacional, visões nacionais e internacionais", realizado em abril de 2024, tive a oportunidade de vivenciar um momento

emblemático. O ônibus da linha Cidade Universitária, parou num ponto próximo à Universidade de São Paulo. Um homem entrou no coletivo e, em voz alta, perguntou aos passageiros se alguém sabia de alguma vaga de emprego de caseiro naquela região. Sem sucesso, ele desceu no mesmo ponto onde subiu. Para aquele homem desempregado entrar num ônibus e pedir informações a outros cidadãos sobre uma vaga de emprego talvez tenha sido a única solução a seu alcance. A cidade de São Paulo dispõe de alguns centros de apoio ao trabalhador, que oferecem vagas de emprego para cadastrados, tanto em postos físicos como em sites na rede. Mas até para saber disso é preciso ter um dispositivo, um meio de acesso, um letramento mínimo para chegar até a essas informações.

Seria preciso que ao menos uma pessoa daquele coletivo tivesse tempo, recursos e informações para dar esse 'match', entre o trabalhador em busca de uma vaga e os programas da cidade que oferecem emprego. Por isso é importante que o conceito de Cidades MIL seja para todos. Porque cada um de nós pode ser agente da transformação para que nossas cidades possam ser, de fato, territórios vivos de Alfabetização, democracia, cidadania e de futuros compartilhados.

Referências

Benasayag, M. (2009). *Adolescence et crise: Le sens des âges de la vie dans la culture d'aujourd'hui*. Éditions La Découverte.

Brasil. (2019). *Emojis ou hieróglifos: a linguagem das figuras*. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://www.bras-il.com/emojis-ou-hieroglifos-a-linguagem-das-figuras/>.

Cadena SER. (2024, 4 de dezembro). La desinformación como la nueva pandemia. Recuperado em 07 de março de 2025, de

<https://cadenaser.com/euskadi/2024/12/04/jornada-sobre-la-desinformacion-con-charo-sadaba-ana-isabel-herran-y-aimar-bretos-radio-bilbao/>.

Castells, M. (2009). *Communication power*. Oxford University Press.

DataReportal. (2024). *Digital 2024 Global Overview Report*. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://datareportal.com/reports/digital-2024-global-overview-report>.

El País. (2024, 24 de novembro). De Bannon a Musk: la década que convirtió la desinformación en la nueva normalidad. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://elpais.com/tecnologia/2024-11-24/de-bannon-a-musk-la-decada-que-convirtio-la-desinformacion-en-la-nueva-normalidad.html>.

El País. (2024, 7 de dezembro). Un ejército de verificadores de datos para luchar contra la desinformación electoral en Ghana. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://elpais.com/planeta-futuro/2024-12-07/un-ejercito-de-verificadores-de-datos-para-luchar-contra-la-desinformacion-electoral-en-ghana.html>.

El País. (2025, 25 de fevereiro). Vários informes advierten do colapso em matérias-primas e fontes energéticas que origina a corrida tecnológica. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://elpais.com/tecnologia/2025-02-25/varios-informes-advierten-del-colapso-en-materias-primas-y-fuentes-energeticas-que-origina-la-carrera-tecnologica.html>.

El País. (2025, 7 de março). Descifrando el consumo de agua de la IA: así oculta Amazon cuánto bebe su nube en España. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://elpais.com/tecnologia/2025-03-07/descifrando-el-consumo-de-agua-de-la-ia-asi-oculta-amazon-cuanto-bebe-su-nube-en-espana.html>.

El País. (2025, 7 de março). Los centros de datos de Amazon consumen mucha más agua de lo que se pensaba. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://elpais.com/expres/2025-03-07/los-centros-de-datos-de-amazon-consumen-mucha-mas-agua-de-lo-que-se-pensaba.html>.

Fábrica de Criatividade. (2024). A história completa da linguagem não-verbal: de hieróglifos a biofeedback. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://fabricadecriatividade.com.br/linguagem-nao-verbal/>.

Ferrari, A. C., Machado, D., & Ochs, M. (2020). *Guia de educação midiática*. Educamídia. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://www.educamidia.org.br/guia-de-educacao-midiatica>.

Fisher, M. (2022). *A máquina do caos: A ascensão das redes sociais e a fragmentação da democracia*. Intrínseca.

Jenkins, H., Purushotma, R., Weigel, M., Clinton, K., & Robison, A. J. (2009). *Confronting the challenges of participatory culture: Media education for the 21st century*. MIT Press. Recuperado de <https://mitpress.mit.edu/9780262513623/confronting-the-challenges-of-participatory-culture>.

Kleiman, Â. B. (1995). *Os significados do letramento: Uma perspectiva social sobre a escrita*. Mercado de Letras.

Livingstone, S. (2004). Media literacy and the challenge of new information and communication technologies. *The Communication Review*, 7(1), 3-14. <https://doi.org/10.1080/10714420490280152>.

Livingstone, S., & Helsper, E. J. (2007). Gradations in digital inclusion: Children, young people and the digital divide. *New Media & Society*, 9(4), 671-696. <https://doi.org/10.1177/1461444807080335>.

Mentalidades Matemáticas. (2021). Como se estima toda a informação que circula no mundo? Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://mentalidadesmatematicas.org.br/como-se-estima-toda-a-informacao-que-circula-no-mundo/>.

Ong, W. J. (1982). *Orality and literacy: The technologizing of the word*. Methuen.

Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the internet is hiding from you*. Penguin Press.

Primo, A. (2011). *Interação mediada por computador: Comunicação, cibercultura, cognição*. Sulina.

Soares, M. (2003). *Alfabetização e letramento*. Contexto.

UNESCO. (2011). *Alfabetização midiática e informacional: Currículo para formação de professores*. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212975>.

UNESCO. (2013). *Global media and information literacy assessment framework: Country readiness and competencies*. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000224655>.

UNESCO. (2018). *Media and information literacy: Cities*. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://www.unesco.org/en/media-information-literacy/mil-cities>.

UNESCO. (2020). *Diretrizes operacionais: Construir cidades de alfabetização midiática e informacional*. Recuperado em 07 de março de 2025, de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372962>.

Capítulo 6

Cidades MIL: Políticas para Arte Pública e o Teatro Transdisciplinar

Samuel Carrasco Leal ²⁴

Felipe Chibás-Ortiz ²⁵

Júlio César Suzuki ²⁶

Introdução

As Cidades MIL, paradigma proposto pela UNESCO em 2018 para fortalecer a ideia de uma cidade que pensa na *Alfabetização Midiática e Informacional* (AMI, em português e MIL, em inglês) de seus cidadãos, é um conceito que

envolve não apenas as cidades caracterizadas pela utilização intensa das novas tecnologias, mas também das tecnologias tradicionais; em função do desenvolvimento humano. Isto é, a utilização da tecnologia de forma ética,

²⁴ Mestrando pelo programa de Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo, pesquisa sobre Arte Pública como ferramenta transdisciplinar de transformação social, dentro do paradigma de Cidades MIL. Com especialização em Gestão de Comunicação e Marketing pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) em 2022; participa do grupo de pesquisa Toth-Criarcomc (Criatividade, Inovação, Comunicação, Marketing e Cidades); é pesquisador do CIIDCMIL (Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL da Universidade de São Paulo), e integra o Capítulo Brasil de UNESCO MIL ALLIANCE, todos liderados por seu orientador, o mestre e doutor Prof. Felipe Chibás-Ortiz. Se graduou em Comunicação Social, com habilitação em Rádio e TV, pela Faculdade Cásper Líbero em 2012, e atua há mais de 15 anos no ramo do entretenimento, tanto no campo cultural das artes cênicas e literatura, quanto no campo audiovisual, TV e cinema. E-mail: samucarrasco@gmail.com

²⁵ Professor Livre docente pela USP. Coordenador Executivo do Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL da Universidade de São Paulo (CIIDCMIL-USP), Co-líder Internacional do Grupo de Inovação de UNESCO MIL ALLIANCE.

²⁶ Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. E-mail: jcsuzuki@usp.br

ecológica e sustentável, para que as organizações e habitantes da cidade tenham poder decisório, desenvolvendo valores éticos, com respeito à diversidade e sua capacidade de pensamento independente e criativo (Chibás-Ortiz et al., 2020, p. 25).

Esse *framework* aparece num contexto sociopolítico, econômico e cultural do mundo em que a tecnologia, aplicada de forma não regulamentada, acaba interferindo nos processos democráticos, na conquista e manutenção de direitos civis de grupos subalternizados, na construção de pontes contra desigualdades e, principalmente, na consolidação de sociedades (cidades, estados e países) mais justas, éticas e inclusivas.

O uso de ferramentas tecnológicas, por si só, já se configura como uma Barreira Cultural à Comunicação (Chibás-Ortiz, 2015), dado alguns fatores que impedem o acesso, o manuseio e a obtenção de resultados positivos. Como exemplos, podemos falar sobre realidades socioeconômicas marginalizadas, nas quais o acesso à tecnologia ou não existe, ou é intensamente dificultado por questões financeiras e até mesmo de acesso à internet. Com relação à utilização das ferramentas, uma das inúmeras barreiras pode ser também o etarismo, ou seja, aparelhos e processos de navegação que não incluem pessoas acima de certa idade, que, por não possuírem familiaridade com tais ferramentas e nem facilidade no aprendizado delas, acabam ficando de fora do desenvolvimento tecnológico. E a respeito da obtenção de resultados positivos, uma grande barreira é, entre outras, o racismo (etnocentrismo) que faz com que a programação algorítmica privilegie um grupo étnico em detrimento de outro.

Esses são alguns dos inúmeros exemplos que a simples utilização da tecnologia, como conhecemos, pode impactar socialmente uma sociedade diversa e não igualitária. Para além disso, também é observado que as ferramentas podem ser utilizadas para atenderem a interesses de grupos sociais específicos, reforçando violências sociais (como de gênero, raciais, sexuais, entre outras) como forma de manutenção de um poder conservador, como é o caso das declarações do CEO da Meta no início de 2025 (Helder et al., 2025).

Essa tática pode ser identificada em grande escala através da disseminação de *fake news* e *deep fakes*, práticas consideradas nos estudos filosóficos como “pós-verdades”, que se caracterizam por se apoiarem em discursos mentirosos e extremistas, com grande potencial “viralizador”, que são divulgados pelas redes sociais como se fossem fatos, com clara intenção de confundir e interferir no entendimento e andamento de algum processo político-social.

Devido a essas características, as chamadas “redes sociais” passam a ser o meio preferido das campanhas políticas, muitas delas destituídas de ética, mas de grande poder de influência nos resultados políticos-eleitorais (Chibás-Ortiz et al., 2020, p. 25).

Unindo-se a isso, também podemos destacar que o uso da máquina discursiva, da mídia e de seus aparelhos, se dá a partir de uma perspectiva de poder. Afinal, quem está “autorizado” a falar, a se expressar sem represália, a ter seu direito à livre manifestação garantido? Ribeiro (2017) identifica “a fala” não só como um direito, mas como um artifício de validação e negação de humanidade. Ou seja, a mídia e a informação são carregadas de vieses socioculturais que refletem um pensamento hegemônico. Dessa maneira, conteúdos disseminados sem

responsabilidade social se tornam armas para a manutenção da marginalização de alguns corpos dissidentes, da banalização da violência contra algumas vivências, da criminalização sobre algumas práticas que fogem do aparato branco e patriarcal. A responsabilização sobre tais conteúdos, bem como um pensamento crítico para desmontá-los e enfraquecê-los, é tarefa urgente para o mundo atual.

É nesse contexto que surge a necessidade de se refletir acerca de uma cidade a partir da ótica pós-humana, que não pense somente na implementação da tecnologia em todos os cantos da vida da sociedade, mas que também eduque para que seu uso seja integrado tanto com os cidadãos (considerando impactos socioculturais e políticos), quanto com a natureza (sustentabilidade e preservação ambiental).

[...] podemos dizer que hoje é necessário construir através da educação, pouco a pouco uma ética que respeite mais os outros, suas identidades e individualidades, sejam plantas, animais, robôs, máquinas, objetos ou seres humanos, tanto nos ambientes e ecossistemas físicos como nos digitais (Chibás-Ortiz et al., 2018).

Esse modelo de cidade figura como uma evolução das Cidades Inteligentes, porém, nesse caso, com o foco no cidadão e na sua capacidade de viver em integração com os avanços tecnológicos a partir de uma Alfabetização Midiática e Informacional (AMI, em inglês MIL), de modo que ele possa ter senso crítico para consumir conteúdos e tomar decisões em prol de um futuro mais igualitário. Esse paradigma possui uma metodologia que contém 13 indicadores e mais de 260 métricas capazes de identificar nas cidades o quão próximas de se tornarem uma Cidade MIL elas estão, a partir da análise de iniciativas públicas e privadas que se encaixam com as métricas apontadas.

[...] alfabetização midiática e informacional é apontada como um tópico popular que surge tanto como uma medida de precaução geral vinculada a habilidades críticas quanto como uma resposta oportuna. É um fato que o MIL precisa adaptar conceitos-chave antigos às novas realidades de alfabetização midiática, dos padrões tradicionais de inteligência de mídia aos paradigmas pós-modernos do MIL em um contexto metacognitivo. Recursos sobre como se tornar cidadãos mais críticos, mais céticos e mais ativos estão por toda parte — acontece que não é uma questão de conteúdo engenhoso, mas principalmente uma questão de sinergias que elevarão o MIL na esfera pública como a habilidade de vida definitiva da nova era (Andriopoulou, 2021, Introdução, tradução nossa).

Essa preocupação com o bombardeio de informações falsas, conteúdos tendenciosos e o uso desenfreado de inteligência artificial, está cada vez mais atual no cenário sociopolítico internacional. Com os avanços da tecnologia e da Inteligência Artificial, mais escancaradas ficam as divergências sobre os rumos que essa evolução pode causar na vida em sociedade. *Fake news*, ataques à democracia, golpes, crimes virtuais, desigualdade social, exclusão digital, entre outros, são os tópicos que sempre aparecem nas discussões acerca desse contexto.

Em um mundo que enfrenta o pós-humanismo, refletir sobre o cidadão e posicioná-lo no centro das discussões faz com que as Cidades MIL ganhem um caráter mais humanizado, alinhado com as perspectivas sociológicas e filosóficas do nosso século, sempre fundamentando o debate na ética e nos impactos sociais.

O Sistema de 13 indicadores e 262 métricas das Cidades MIL, proposto por Chibás-Ortiz e equipe, é composto pelos seguintes indicadores:

Indicador 1: Prefeituras, Instituições Públicas, Cidadania e Governança Pública

Indicador 2: Vias, novos modais, urbanismo e mobilidade urbana

Indicador 3: Bibliotecas

Indicador 4: Saúde integral

Indicador 5: Cultura, arte, espiritualidade, religiosidade, etc.

Indicador 6: Educação AMI

Indicador 7: Associações, sindicatos, ONG's, Projetos socioculturais

Indicador 8: Empresas, indústrias, agronegócio, mídias e meios de comunicação

Indicador 9: Inteligência Artificial, *machine learning*, *startups* e canais digitais

Indicador 10: Segurança cidadã

Indicador 11: Crianças, jovens, idosos, comunidade LGBTQIAPN+, negros, indígenas e outros grupos vulneráveis

Indicador 12: Meio ambiente e sustentabilidade

Indicador 13: Métricas de integração

Esses indicadores, juntos, visam mapear atividades presentes no dia a dia das cidades de forma geral. Cada um deles possui um número de métricas que ajuda a mensurar números e impactos que essas atividades, que possuem enfoque MIL, têm no âmbito social, principalmente na vida do cidadão. E isso faz com que esse *framework* seja altamente relevante, pois o futuro das cidades depende de um cidadão consciente, conectado com a sua realidade e não alienado aos efeitos que os avanços tecnológicos têm na sua vida e na vida em sociedade.

[...] a essência [das Cidades MIL] está no empoderamento sobre estes indicadores com o objetivo de promover a ação transformadora por parte dos diversos agentes do contexto das estruturas sociais, com foco no aprimoramento do bem comum, fomentando a cidadania e respeitando as diversidades de forma sustentável, com a cocriação e coparticipação das pessoas e de novos atores sociais no governo da cidade (Chibás-Ortiz & Yanaze, 2020, p. 9).

Além disso, a maneira que o paradigma enxerga a relação dos artistas e da produção artística socialmente engajada, ou seja, política, está em consonância com o que estamos trabalhando nesta análise. Entende-se, neste estudo, que a definição de arte política abarque manifestações artísticas que se articulam para além das paredes das salas de exibição, que questionem o presente, que impactam a cidade e que dialoguem com públicos diversos sem barreiras (Schenker, 2022). Nessa linha, os artistas, que compõem o grupo dos 5 agentes da inovação (Artistas, Professores, Empresários, Políticos e Cidadãos Comuns), segundo a UNESCO, possuiriam um papel importante de mediadores nos mais diversos debates que envolvem a cidade, bem como trariam a credibilidade do discurso, da crítica, da reflexão e da denúncia. Desde sua figura pessoal atrelada a causas importantes para a sociedade, até a atuação por meio do seu trabalho nessas causas, o artista é um ponto de destaque que pode ser utilizado pela cidade para mediar projetos e iniciativas que promovam a inclusão, a ética, a cidadania, o senso crítico, entre outros conceitos que também se apresentam no panorama MIL em diversos setores, além do Cultural.

Para o artista, a integridade de seu talento é a relação básica com a sociedade; sua sociedade, seu país, é melhor servida fazendo seu trabalho da melhor maneira possível e, assim, enriquecendo a consciência artística e intelectual dessa sociedade (UNESCO, 1997, p. 1, tradução nossa).

Um dos assuntos debatidos no 1º Encontro “Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL segundo a visão da UNESCO: fator relacional, visões nacionais e internacionais”, realizado em 30 de abril de 2024 na Universidade de São Paulo, o papel do artista, bem como da ludicidade no dia a dia de uma cidade foi debatido sob a perspectiva da necessidade do

cidadão de consumir arte, ter contato com a imaginação, com a brincadeira, não só para se entreter, mas também e principalmente para enfrentar os desafios cotidianos que sua vida em sociedade impõe. Também foram apresentados, na ocasião, números e exemplos concretos de ações transdisciplinares da arte, por meio do diretor e palhaço Wellington Nogueira, refletindo sobre como as artes, mais precisamente o teatro e a palhaçaria, poderiam ser encaradas nas Cidades MIL.

É importante ressaltar que, junto com o artista, os demais agentes da inovação também possuem sua responsabilidade com a Cultura. Seja o Professor, em sua atuação como mediador entre obras artísticas e seus alunos, no ensino, na formação de plateia etc.; o Empresário, no fomento às artes, no patrocínio, no incentivo dentro da sua própria empresa à prática cultural; o Político através das políticas públicas, ou até mesmo na elaboração de projetos de lei que salvaguardam a cultura da sua cidade; e o Cidadão Comum, que movimenta a economia criativa e faz bom uso dos projetos culturais. Debater o compromisso dos agentes da inovação para com a Cultura das cidades é fator crucial para que o teatro (e as artes num panorama geral) tenha valor de transformador social dentro das Cidades MIL. É um pacto possível de se estabelecer dentro desse framework.

Portanto, pensar no teatro sob a ótica MIL, é pensar além da relação do público com o consumo das artes num modo geral, como entretenimento e lazer. Não dispensamos essa importância, porém, neste debate, podemos abordar que o Teatro MIL pode ser um conceito (uma linguagem, uma poética ou uma filosofia) que fala tanto sobre produções que trazem como temática tópicos importantes de serem trabalhados com o grande público sob o aspecto MIL, como também em formatos de

produção de teatro político que cheguem até os cidadãos sem que nenhuma barreira impeça seu alcance.

Na história, muitas foram as poéticas políticas que desafiaram o teatro elitizado, que propõe a segregação, contrapondo-o com alternativas que derrubaram barreiras. Podemos citar Brecht e seu teatro épico; Zé Celso e seu teatro ritualístico; Boal e seu Teatro do Oprimido, entre outros que marcaram a história propondo que o teatro fosse além de um artifício burguês de entretenimento, configurando-se como uma ferramenta de transformação social. E chegamos num tipo de teatro que não é a evolução da linguagem, mas sim o resgate histórico dessa linguagem: o teatro de rua.

O espaço cênico do teatro de rua é o âmbito urbano ressignificado. Isto é, a representação teatral em um lugar qualquer da cidade cujo espaço cênico não se fecha e inclui a paisagem urbana, realiza uma apropriação teatral da silhueta da cidade e cria infinitas possibilidades expressivas que dialogam com a própria cultura da cidade. Os espaços da cotidianidade ganham novos significados pela presença da performance (Carreira, 2017, 46).

Seja por Amir Haddad e seu teatro carnavalizado, no Rio de Janeiro, ou ainda Héctor Alvarellos e seu improviso urbano, em Buenos Aires, na história do teatro mundial e principalmente na América Latina não faltam exemplos de como o teatro precisou ir para as ruas para resgatar a identidade do seu povo e para enfrentar as problemáticas sociais e políticas, com destaque para ambas as atuações supracitadas do grupo Tá na Rua e do grupo La Runfla, nos períodos ditatoriais dos seus respectivos países.

Além disso, é importante também refletir sobre um teatro transdisciplinar, como o próprio paradigma de Cidades MIL sugere ao proporcionar o debate sobre integração dos setores da sociedade. Um teatro que se faz presente não só no campo da cultura, mas também na Educação sendo uma ferramenta de ensino/aprendizado; na Saúde como

um instrumento de humanização nos atendimentos hospitalares; nas Prefeituras como políticas públicas de fomento, ocupação dos espaços públicos e incentivo ao consumo de arte política; entre outros exemplos. Em outras palavras, pensar na produção artística sob o conceito MIL é entender a Arte para além do entretenimento, das grandes produções, dos eventos de lazer. É considerar que o teatro, que se articula para além das paredes da sala de espetáculo, e seus artistas são capazes de ajudar a preencher uma lacuna de resgate identitário, com foco no fortalecimento cultural, desenvolvimento de pensamento crítico e transformação da cidade, atuando de forma direta com o público, sem nada que possa separá-los.

Iniciativas como Enfermaria do Riso, no Rio de Janeiro; Alegría Intensiva, em Buenos Aires; e Doutores da Alegria, em São Paulo; são exemplos de atividades de humanização no atendimento clínico dentro dos hospitais por meio da palhaçaria. Inclusive, este último exemplo foi idealizado pelo palestrante Wellington Nogueira, reforçando o compromisso com o engajamento artista-cidade.

Atividades do gênero, comuns em várias partes do mundo, têm eficácia comprovada no dia a dia da saúde, no entanto carecem de incentivo para que os grupos (na maioria ONGs) continuem atuando. Um importante exemplo de boas práticas ocorre em Buenos Aires, onde existe uma lei desde 2015 que obriga os hospitais infantis da província a terem palhaços atuando internamente.

Entre os objetivos dos palhaços está contribuir para a saúde emocional do paciente hospitalizado, 'desdramatizar' o espaço de tratamento e oferecer momentos de distração por meio do riso, da música e da fantasia. (Lei obriga [...], 2015, tradução nossa).

Por isso, existe a necessidade de entender as artes cênicas como ferramenta de transformação social e a Arte Pública, juntamente com seus artistas, como elo para ajudar nessa missão. A Arte Pública é um conceito político que carrega a ideia de que a arte é para quem vive na cidade, ofertada de forma democrática, gratuita, sem barreiras, capaz de dialogar com públicos distintos de uma vez só, assim como é vista a Educação Pública, a Saúde Pública, a Segurança Pública etc. A política contida no termo Arte Pública não diz respeito somente ao conteúdo nela trabalhado, mas na proposta de ocupação e transformação dos espaços públicos (e privados) e no alcance de públicos desacostumados ao consumo das artes em espaços culturais, como um direito que deve ser garantido a todo e qualquer cidadão. Nas palavras de Amir Haddad, em entrevista concedida especialmente para elaboração deste presente texto, Arte Pública é

Uma arte que se faz e que se produz para todos, sem distinção de classe ou nenhuma outra forma de discriminação, podendo ocupar todo e qualquer espaço, e com plena função social de organizar o mundo, ainda que por instantes, fazendo renascer na população a esperança. Um direito de todo e qualquer cidadão.

Desse modo, descaracterizar os artistas como agentes importantíssimos dessa engrenagem é um projeto de esvaziamento do pensar. A presença do artista nas ruas e em espaços não convencionais é de uma força significativa, e se tratando de Arte Pública e transdisciplinar, a ocupação da cidade pelo artista tem um caráter transformador de espaços, principalmente se ele dialoga com ela, testa, provoca, movimenta, ou seja, inclui a cidade e o cidadão em suas ações. Com esse contato, o cidadão passa a se sentir pertencente ao espaço que ele ocupa, espaço esse que foi historicamente sendo tomado por outros elementos que não ele.

E a Alfabetização Midiática e Informacional entra exatamente no diálogo que se estabelece entre o cidadão e seu artista, ambos ocupando o mesmo espaço que também os pertence. Essa troca coletiva ajuda a ressignificar elementos cotidianos, enquanto contribui para discussões importantíssimas sobre o que Alvarellos, diretor argentino, chama de “nova caverna de Platão”.

Desde a sua formação, La Runfla vem realizando seus shows com temas relacionados ao poder, seus usos e suas consequências. E quando olhamos para a nossa realidade, o que Platão propôs na alegoria da caverna nos apareceu novamente, porque observamos que hoje todos nos sentimos como se estivéssemos amarrados em uma caverna, vendo sombras que nos falam de uma realidade fictícia que nos sujeita à ignorância. Então nos perguntamos: quais são as correntes que nos prendem hoje? Redes sociais e notícias falsas. E as sombras? Hologramas que são substituídos por outros semelhantes. Mas quem são esses hologramas? E quem administra as sombras hoje? Estas são perguntas constantes. E como poetizar esta ideia, dando-lhe um formato dramático, foi o desafio que lançamos. (Diez, 2024)

Em sua análise sobre o teatro de rua no Brasil e na Argentina, Carreira destaca que “[...] o indivíduo perdeu o direito de ocupar a rua, que passou a pertencer ao trânsito de veículos e a responder a um ordenamento legal estabelecido nos códigos de trânsito” (Carreira, 2017, p. 35). Ou seja, um espaço público que antes era destinado às práticas coletivas, de debate e entretenimento, hoje perdeu espaço para a “tecnologia”. Nesta perspectiva, sem os artistas de rua, ou artistas públicos, não há garantia de humanidade para uma cidade que prioriza prédios, máquinas e avenidas.

Como núcleo sociojurídico, a cidade perdeu identidade, e o conceito de cidadão já não determina o sentido de pertencer a um forte agrupamento social. Aparentemente o ser coletivo ganhou magnitude, mas o que houve de fato foi a massificação do sujeito social (Carreira, 2017, p. 35).

Por isso, é importante entendermos que a ação política contida no Teatro MIL é a de recuperação do espaço público, da ocupação e reconfiguração desses locais através da arte e do compromisso dos artistas, juntamente com outros setores sociais, de garantir que públicos desacostumados ao consumo de arte tenham acesso a ela, de forma transdisciplinar e irrestrita.

A seguir, enumeramos alguns dos indicadores das Cidades MIL para discutirmos possíveis caminhos que contribuam com a presente discussão:

Indicador 1: Prefeituras, instituições públicas, cidadania e governança pública

O indicador número 1 — “Prefeituras, Instituições públicas, Cidadania e Governança eletrônica” aborda sobre o papel da gestão pública em questões importantes para o funcionamento de um ambiente seguro, ético, sem desigualdades e democrático para os cidadãos, garantindo que os acessos sejam dados a toda e qualquer pessoa que viva na cidade. Dessa forma, ao pensar em um Teatro MIL, político, sob a perspectiva da Arte Pública, propomos o olhar a respeito do acesso dos artistas aos espaços públicos, bem como políticas públicas de ocupação e incentivo, e até mesmo legislação que garantam o pleno exercício da Arte Pública na cidade.

Como políticas públicas, entende-se que sejam ações “desenvolvidas pelo governo para garantir direitos à população em diversas áreas, como saúde, educação e lazer, com o objetivo de promover qualidade de vida e bem-estar” (Políticas Públicas [...], 2023). Ou seja, editais de fomento, leis de incentivo fiscal, programas de ocupação de equipamentos públicos,

festivais, leis como a Lei do Artista de Rua, do Rio de Janeiro etc.; bem como ações práticas que interferem diretamente no dia a dia do artista público, favorecendo seu trabalho, tirando-o da marginalidade e informalidade.

Indicador 5: Cultura, arte, espiritualidade, religiosidade, etc.

O indicador 5 da metodologia das Cidades MIL, “Cultura, Patrimônio, Arte, Esporte, Turismo e Lazer” aborda iniciativas públicas e privadas que preenchem a lacuna da sociedade referente às práticas culturais, e também destaca a participação ativa de agentes que pertencem a essa área, que, ao se aliarem às perspectivas MIL, se tornam também agentes capazes de transformar a sociedade com suas ações, afetando positivamente a vida de milhares de cidadãos.

A preservação da cultura, base do paradigma, precisa estar atrelada tanto à formação de indivíduos, quanto à comunicação e aos costumes cotidianos. Temas caros à UNESCO, como diversidade, inclusão, equidade de gênero e racial, combate às *fake news*, entre outros, entram para os estudos culturais e, conseqüentemente, para os estudos e práticas artísticas. Uma vez que se tem a arte e seus artistas engajados em temas desse tipo, o teatro e demais vertentes ajudam a compor o panorama de agentes de transformação.

Sem esses aliados, o conceito de Cidades MIL se dilui, pois sem uma configuração cultural forte o bastante para não somente entreter e proporcionar lazer, mas também e principalmente para fazer refletir, para gerar senso de pertencimento, para construir identidade, para ensinar e questionar o que é ensinado, para subverter pensamentos hegemônicos e

excludentes, a sociedade acaba por se render à manutenção de violências estruturais, desigualdades e outras mazelas sociais.

Por isso, pensar sobre Arte e Cultura no contexto das Cidades MIL não deve ser enveredado para apenas o acesso às produções artísticas (salas de espetáculo, museus, etc.), mas sim para um debate de como se produz arte na cidade; com quais recursos; como se dá a formação dos artistas no nosso continente; quais são suas referências e seus propósitos sociais; qual a prática política de grupos teatrais e artistas independentes; como o teatro dialoga com a população e, principalmente, com os interesses da cidade; como a ferramenta teatral é usada fora de seu ambiente seguro e elitizado, etc. Sem esse enfoque, as Artes não possuem função ativa dentro desse *framework*.

[...] o processo de mudança proposto pela GAPMIL Unesco, aborda sobre ações [artístico-culturais] cuja implementação seja realizada de forma conjunta e contínua entre sociedade e órgãos públicos, sempre respeitando o acesso à informação, para que os problemas evidenciados sejam solucionados e transformados em novas oportunidades (Chibás-Ortiz & Yanaze, 2020, p. 187).

Indicador 6: Educação AMI

Já o indicador número 6 — “Educação AMI” ajuda a analisar a questão das atividades, privadas e públicas, bem como instituições especializadas, que possuem o enfoque MIL. A Educação é um ponto-chave para esse paradigma, pois é a partir dela que os cidadãos e os setores sociais podem entender o seu papel na garantia de um futuro mais igualitário para as cidades. Para o nosso estudo, este indicador nos ajuda a discutir sobre atividades educacionais na cidade que corroboram com o conceito de Arte

Pública, tanto na sua disseminação, quanto no seu fortalecimento acadêmico.

Segundo Chibás-Ortiz e Leal (2024), instituições de ensino superior brasileiras tendem a manter o que chamamos de colonização do saber, referenciando somente artistas e produções europeias e/ou estadunidenses. Ao serem comparadas com instituições argentinas, por exemplo, percebe-se uma diferença na abordagem do teatro político latino-americano, revolucionário e social, bem como no papel do artista deste continente na construção da identidade latino-americana. Enquanto no Brasil, a discussão sobre arte na academia ainda é reservado para um debate elitizado e embranquecido, na Argentina o debate, ainda que também elitizado, tende a fortalecer a produção artística que reflete sobre si (Chibás-Ortiz & Leal, 2024).

Dessa forma, é importante pensar no indicador 6: “Educação AMI” do ponto de vista da formação do artista que pense em sua cidade nas suas ações artísticas, que reflita sobre sua identidade, bem como debater políticas de mediação e formação de plateia, utilizando a arte na construção dos cidadãos livres das amarras da opressão (como o Teatro do Oprimido propõe), capazes de digerir as produções artísticas, desenvolvendo senso crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a atuação do teatro nas Cidades MIL deve ser feito para além do entretenimento, chegando na atuação política dessa arte, que, ao ser realizada e consumida pelo público, causa transformações sociais importantes para o espaço urbano. E, para que isso ocorra, é de suma

importância analisar a presença do teatro sob a perspectiva da Arte Pública e de maneira transdisciplinar, integrada em outros setores além da Cultura, como Educação e Prefeituras, por exemplo, não deixando a atuação artística somente nas mãos desses importantes mediadores, mas também convidando outros setores e agentes da inovação a fornecerem acesso aos artistas e a suas artes a um público desacostumado ao consumo artístico.

Ao possibilitar que o teatro ocupe outros espaços que não sejam somente aqueles reservados para as artes elitizadas, como salas de espetáculo, a cidade ganha um forte aliado na conscientização cidadã, da geração de senso crítico, no ganho de consciência social e na Alfabetização Midiática e Informacional, ao passo que o teatro ganha novas possibilidades de se fazer presente e transformar realidades, garantindo dignidade ao artista e continuidade das atividades que, hoje, se encontram marginalizadas. Nas palavras de Boal, "O povo oprimido se liberta. E outra vez conquista o teatro. É necessário derrubar muros!" (Boal, 1980, p. 123).

Referências

Andriopoulou, I. (2021, fevereiro, 28) Hope is what we need, MIL is our true force. *Unesco MIL Alliance News Updates: Unesdoc. Volume 2* (nº 2). <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383659?posInSet=1&queryId=74d646e9-dec6-4728-9f9c-e9bf35c9db0c>.

Boal, A. (1980) *Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*. Cosac Naify.

Carreira, A. (2007) *Teatro de Rua: (Brasil e Argentina nos anos 1960): uma paixão no asfalto*. Aderaldo e Rothschild Editores LTDA.

Chibás-Ortiz, F. (2015, junho) O olhar do outro: barreiras culturais à comunicação, novas narrativas e marca país Brasil. *Revista Científica Hermes, Volume 15*. <https://repositorio.usp.br/item/002770986>.

Chibás-Ortiz, F. & Leal, S. C. (2024, janeiro) O artista de teatro como sujeito político da integração da América Latina. *International Seven Journal of Multidisciplinary*, [S. l.], volume 3 (n.1) <https://sevenpublicacoes.com.br/ISJM/article/view/3703>.

Chibás-Ortiz, F., Grizzle, A., Borges, A. M., Ramos, F. R., Mazzetti, B., Da Silva Junior, O. (2020) *Métricas das Cidades MIL, Barreiras Culturais e Inteligência Artificial analisadas sob a visão da UNESCO: caso São Paulo*. In *Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL - Métricas inspiradas no olhar UNESCO*. Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo.

Chibás-Ortiz, F., Grizzle, A., Layser, K. (2018, Dezembro) Ética posthumana en la educación: apuntes y reflexiones en América Latina. In: *Filosofia e Educação*, V.19, No. 10, p. 657-676.. ISSN: 1984-9605

Chibás-Ortiz, F., Yanaze, M. H. (2020) *Das cidades inteligentes às cidades MIL: Métricas inspiradas no olhar UNESCO*. Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo.

Diez, C. G. (2024, Março) La Runfla, el teatro callejero como antídoto. *Página 12*. <https://www.pagina12.com.ar/722284-la-runfla-el-teatro-callejero-como-antidoto>

Helder, D., Salati, P., Souza, V. (2025, Janeiro) Meta, dona de Instagram e Facebook, encerrará sistema de checagem de fatos para adotar 'notas de comunidade' como no X. *G1 Tecnologia*. <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/07/meta-sistema-de-checagem-de-fatos-e-notas-de-comunidade-como-no-x.ghtml>

Lei obriga presença de palhaços em hospitais infantis em Buenos Aires. (2015, Agosto, 22) *BBC NEWS*. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150822_palhacos_hospitais_argentina_rm

Políticas públicas: entenda o que são, para que servem e veja exemplos (2023, Fevereiro, 09) *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/politicas-publicas/>

Ribeiro, D. (2019) *Lugar de fala*. Pólen, Coleção Feminismos Plurais.

Schenker, D. (2022) *Amir Haddad: Múltiplo por excelência*. In *Amir Haddad de todos os teatros*. Cobogó.

Unesco.(2012) Fácil Guía 1: Cultura e nuestros derechos culturales. *Programa Conjunto Creatividad e Identidad Cultural para el Desarrollo Local*. https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000228345&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_e0a4838c-3396-409b-a62b-6f32a7099ff1%3F_%3D228345spa.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000228345/PDF/228345spa.pdf#%5B%7B%22num%22%3A16%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2Cnull%2Cnull%2C0%5D.

Unesco. (2024) Media and Information Literacy. *Unesdoc*. <https://www.unesco.org/en/media-information-literacy>

Unesco. (2024) Operational guidelines: constructing UNESCO Media and Information Literacy Cities. *Unesdoc*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000391748>

Unesco. (1997) The artist and society. *World Congress on the status of the artist*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000111305/PDF/111305engo.pdf.multi>

Capítulo 7

Mobilidade eletrificada para uma cidade mais limpa, verde e segura

Thiago Hipólito ²⁷

O futuro da mobilidade é eletrificado. E os números comprovam isso: segundo o relatório Perspectivas Globais para os Veículos Elétricos, divulgado pela Agência Internacional de Energia (IEA), 17 milhões de carros elétricos serão vendidos no mundo até o final de 2024. Um crescimento de 21% na comparação com 2023. Segundo a consultoria McKinsey, até 2040, as vendas de automóveis movidos a bateria representarão 55% dos novos veículos no Brasil.

Um dos fatores que mais estimulam esse crescimento é o ambiental, uma vez que veículos eletrificados ajudam a diminuir a poluição do ar e o ruído nas áreas urbanas, melhorando a qualidade de vida das pessoas. Comparado aos veículos movidos a combustíveis fósseis, eles têm um impacto menor na natureza durante seu ciclo de vida. Em um país como o Brasil, onde mais de 90% da energia elétrica é produzida a partir de fontes renováveis, o ganho ambiental da eletrificação da frota de veículos é ainda mais significativo.

Com esses dados em mãos, o DriverLAB, área de inovação que lidero na 99, buscou na China referências que pudessem ser replicadas por aqui. O país vem avançando de forma acelerada na eletrificação de sua frota, sendo hoje o maior fabricante, o maior exportador e a maior frota de carros

²⁷ Programme Specialist in Communication and Information. a.grizzle@unesco.org

elétricos do mundo. Por lá, 45% dos carros vendidos em 2023 eram elétricos, segundo relatório da IEA. A título de comparação, aqui no Brasil, segundo números da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), os veículos leves eletrificados responderam por 7% das vendas no mesmo período.

Olhar para a DiDi Chuxing, líder mundial na adoção de veículos elétricos e controladora da 99, era um movimento natural, que acabou sendo uma importante inspiração. A empresa conta com mais de 4 milhões de veículos elétricos, que correspondem a 57% dos carros que operam com a companhia. Além de serem muito mais tecnológicos, esses modelos elétricos chegam a ter um *Total Cost of Ownership (TCO)* 40% menor que um veículo a gasolina.

Como o foco principal do DriverLAB é desenvolver benefícios para os motoristas parceiros da 99, esse percentual foi nosso ponto de partida. Queríamos entender se no Brasil os motoristas teriam o mesmo ganho. O teste começou na planilha *Excel* e depois foi para a prática. Compramos carros elétricos – exclusivamente para testes, uma vez que a 99 não possui veículos e apenas faz a intermediação entre passageiros e motoristas parceiros – e os emprestamos aos condutores para que experimentassem e fizessem suas considerações. O resultado foi animador. Atestamos no Brasil a redução ainda maior, em função dos elevados custos de gasolina e preço da energia, chegando a 80% de redução. Em valores, isso representa uma economia mensal de R\$2.000 a R\$3.000, dependendo do quanto o motorista “roda”, o que é uma grande vantagem.

O passo seguinte foi olhar para o cenário local e entender se o modelo chinês seria replicável. Nesse caso a resposta foi não. A avaliação mostrou

que estávamos em um estágio muito incipiente, tanto de mercado quanto de maturidade em relação à China. O Brasil não tem a mesma infraestrutura de pontos de carregamento e nem os subsídios governamentais que aceleraram o processo no país asiático. A inspiração estava lá, mas a adaptação seria um desafio.

O brasileiro quer o elétrico

Antes de seguir em frente, decidimos testar mais uma hipótese: a de que os motoristas de aplicativos estariam dispostos a adquirir um carro elétrico. Sabíamos que a adoção massiva de carros elétricos passaria necessariamente pelos motoristas de aplicativo. Alguns fatores principais nos levam a corroborar essa hipótese: o uso concentrado em áreas urbanas, que facilita a logística de recarga e o fato de rodarem muito mais ao longo do mês, o que torna o benefício financeiro proporcionalmente maior para eles do que para um motorista tradicional. Além disso, as pesquisas mostram que o segmento que mais cresce em vendas é o de modelos de entrada, justamente os que costumam ser adquiridos por esse público.

A confirmação dessa tese veio com uma pesquisa feita pela consultoria McKinsey, divulgada em outubro de 2022. Nós disponibilizamos todas as informações que possuíamos e apresentamos as perguntas que gostaríamos que fossem respondidas. Eles mergulharam em uma pesquisa agnóstica para entender o que seria o futuro da eletrificação no Brasil. O resultado foi surpreendente, reforçando ainda mais nossa tese. O que foi constatado é que de fato as empresas de transporte por aplicativo e os motoristas parceiros vão liderar a eletrificação da frota brasileira.

O estudo reforça nossa hipótese inicial e comprova a sinergia entre o modelo de negócio dos aplicativos e a eletrificação de frotas. A estimativa da McKinsey é que, até 2040, 85% da frota de veículos por aplicativo seja elétrica, número quatro vezes superior ao estimado para os carros de uso pessoal (21%). Nesse mesmo período, as receitas com veículos elétricos devem atingir US\$65 bilhões, com 11 milhões de carros elétricos rodando pelas ruas do país.

Foi então que a 99, de fato, decidiu acelerar e começamos a identificar o que precisaria ser feito para atingir nossos objetivos. Naquele momento, o cenário brasileiro vivia um desafio que chamamos de *cold start problem*, conceito muito utilizado em criação de novos *marketplaces*, que diz que, é necessário garantir um volume mínimo de usuários e oferta para que o produto tenha densidade o suficiente para uma experiência satisfatória de ambos os lados. Os investimentos em infraestrutura eram muito baixos, principalmente porque eram poucos os carros em circulação. E os motoristas não se encorajavam a adquirir um carro elétrico ou híbrido, porque conheciam pouco o produto, não havia infraestrutura e a oferta ainda era limitada, com poucos modelos e um preço alto.

Além disso, apesar de ter uma das maiores redes de energia limpa da América Latina, o Brasil, por sua extensão territorial, exige um investimento inicial relevante para impulsionar a infraestrutura de uma frota elétrica, o que é mais uma barreira a ser vencida.

Diante de tantos desafios, nossa primeira certeza era a de que sozinhos não conseguiríamos atingir nosso objetivo de democratizar a eletrificação e gerar um impacto social relevante. Seria necessária uma gama de diferentes agentes da indústria para colaborar e co-construírem esse caminho.

Precisaríamos extrapolar as fronteiras de cada uma das empresas e criar um ecossistema. Sabemos que essa transformação demanda um esforço coletivo. Nenhuma empresa ou agente individual consegue impulsionar o movimento e a transformação necessária sozinho. Por isso, precisamos de uma coordenação, uma direção clara de onde queremos chegar e contar com uma gama de parceiros para colaborar e co-construírem esse caminho.

Foi assim que, em 2022, a 99 liderou a formação da Aliança pela Mobilidade Sustentável. Começamos com um mapeamento de quais eram os setores e indústrias e quais eram as empresas relevantes de infraestrutura, locação e financiamento que poderiam se interessar em fazer parte do grupo.

Fizemos um evento de lançamento, no qual foi assinado um memorando de entendimento do que era a aliança e quais eram as responsabilidades de cada participante. Todas as empresas assumiram um compromisso público de impulsionar a eletrificação de veículos e a infraestrutura de recarga no Brasil para uma mobilidade urbana mais sustentável, verde e inteligente, tendo o transporte por aplicativo como vetor.

Na prática, isso significa a criação de postos públicos de recarga, a diminuição das barreiras para a aquisição de carros elétricos, a facilitação do aluguel para motoristas de aplicativo, o apoio às montadoras e o financiamento de recursos para carros elétricos, além do monitoramento da recepção pelo público.

Com essas iniciativas, a Aliança pela Mobilidade Sustentável atende dois dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:

garantir o acesso a fontes de energia limpas e acessíveis (item 7) e tornar as cidades e comunidades mais inclusivas e sustentáveis (Item 11). Olhando para os treze indicadores do movimento Cidades MIL,²⁸ atuamos para fazer diferença em dois deles: Mobilidade e Meio Ambiente e Sustentabilidade.

No dia 1 éramos nove empresas. Em janeiro de 2025, já somávamos 23: 99, BYD, IturanMob, MercadoLivre, BV, Santander, CAO A Chery, Movida, Unidas, Raízen, Enel, EzVolt, Tupi Mobilidade, Vibra, Zletric, Dahruj Rent a Car, 99Moto, iFood, Osten, Vammo, Riba e AYA Earth Partners.

Seguimos sendo criteriosos na seleção de empresas participantes, buscando garantir que haja uma clara contribuição para nosso propósito.

Nossos erros e acertos

Desde o começo da Aliança fizemos um plano conjunto para maximizar os ganhos de todos os participantes. A 99, conhecendo como ninguém o motorista e sabendo qual é a necessidade que ele tem e onde ele está, consegue prover a todos os parceiros essa visão de ecossistema para planejar em conjunto a implantação da infraestrutura.

Esse contato direto foi fundamental para detectarmos os erros e fazermos ajustes de rota ao longo do caminho. Com a tecnologia totalmente nova e com menos opções de abastecimento nas ruas, os motoristas não se adaptaram de imediato à nova realidade.

Muitos começaram a desistir e a devolver o veículo. Conversando com cada um deles, constatamos que a infraestrutura planejada não atendia as suas necessidades. Explico: há dois tipos de carregadores, o de carga lenta,

²⁸ Cidade MIL (*Media Information Literacy*) é um projeto da Unesco para formar cidadãos participativos e incentivar o desenvolvimento de cidades inteligentes, resilientes, criativas, educativas, saudáveis e sustentáveis.

que demora de 8 a 10 horas para completar a bateria, e o de carga rápida, que dependendo do carro, em 35 minutos garante 80% de carga. No entanto, naquele momento, os postos de recarga – a maioria de carga lenta – estavam nas regiões onde eles corriam, não onde moravam.

Para ajustar a logística de forma correta, usamos um mapa de calor para entender por onde esses veículos circulavam ao longo do dia e onde passavam a noite. Com as informações em mãos, as dividimos com todos os parceiros da Aliança para planejar investimentos futuros, colocando aparelhos de carga lenta perto do domicílio e os de carga rápida nos locais onde eles mais circulavam ao longo do dia.

A implantação deixou claro que o carregador de carga lenta era o que o motorista iria usar em casa ou nas proximidades e o de carga rápida, que chamamos de carga de oportunidade, seria utilizado enquanto estivesse na rua. Esse conhecimento, aliado a informações de onde ele mora e como mora (se está em um prédio ou em uma casa), nos deu insumos para criarmos soluções customizadas, trazendo sempre o cliente para o centro da discussão.

Para capturar ainda mais conhecimento sobre a experiência dos motoristas, realizamos um *road test*. Emprestamos alguns carros para que os motoristas testassem por alguns dias sem pagar aluguel. Nosso único pedido era que preenchessem um relatório compartilhando suas percepções.

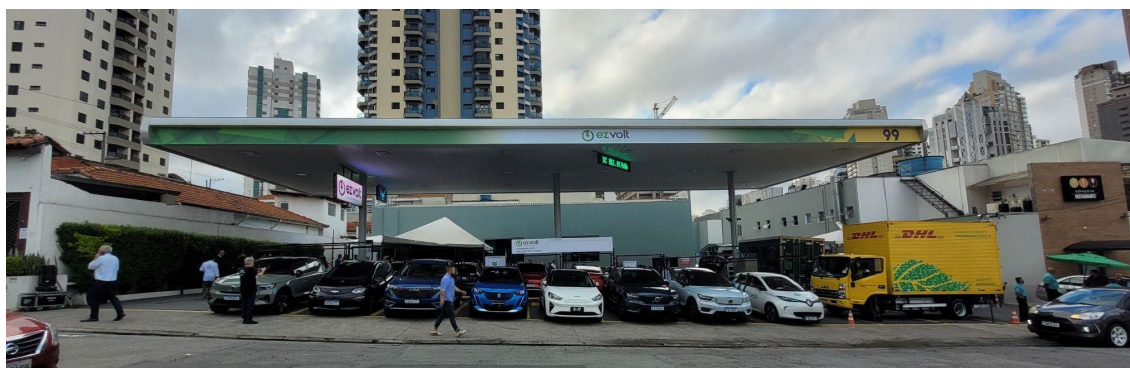
Recebemos de todos eles uma espécie de diário com detalhes da utilização do carro elétrico. O mais curioso foi poder acompanhar o processo de adaptação à eletrificação. Foram comuns relatos de pessoas que se desesperaram quando a bateria chegou a 20%. Alguns até nos

ligavam para saber onde ficava o posto de carregamento mais próximo. Se me permitem uma curiosidade, o que eles sentiram, tem até nome. É *range anxiety* ou ansiedade de autonomia, uma expressão utilizada para descrever o medo ou a preocupação dos motoristas de veículos elétricos de ficarem sem bateria antes de conseguirem chegar a um ponto de recarga.

Foi muito bom recebermos esses feedbacks, pois serviram como grande aprendizado. Fizemos isso com 13 modelos de carros diferentes, incluindo modelos híbridos. Queríamos entender se, para o motorista, fazia sentido também o híbrido. E a conclusão foi que sim. Ao entender isso, abrimos mão de uma visão 100% elétrica e evoluímos para incorporar o híbrido no projeto, porque, para o motorista essa conveniência faz muito sentido.

Um relatório completo sobre esses testes foi compartilhado com as montadoras que forneceram os carros para a iniciativa. Dessa forma, conseguimos multiplicar o conhecimento.

Outra ação, que foi também um marco nessa jornada, foi a instalação do primeiro posto 100% elétrico do país, no Jardim Anália Franco, em dezembro de 2022. O local foi escolhido estrategicamente a partir da observação da circulação dos carros. A Vibra e a EZVolt, responsáveis pela construção, equiparam o local com carregadores ultrarrápidos e criaram um ambiente exclusivamente projetado para a recarga de veículos elétricos.



Legenda: primeiro posto 100% elétrico

Com essas ações, ao final de 2022, o primeiro ano da Aliança pela Mobilidade Sustentável, houve um crescimento de 41% nos emplacamentos de eletrificados na comparação com o ano anterior, segundo dados da ABVE (Associação Brasileira do Veículo Elétrico). A frota circulante no país totalizou 126.504 unidades, incluindo híbridos e totalmente elétricos.

Nós, entretanto, queríamos mais. O projeto carecia de mais ações que fossem capazes de realmente fazer a transformação. Tínhamos uma visão clara e nossa hipótese comprovada, mas ainda precisávamos dar mais passos em direção a algo mais concreto. Sabíamos o *knowwhy* (o porquê), mas ainda não tínhamos total conhecimento do *know-how* (o como). Decidimos então, fazer um investimento maior para colocar mais carros na rua.

A BYD ofereceu os veículos com um elevado desconto, o Santander garantiu o financiamento com baixas taxas de juros e a 99 atuou para garantir 100% de utilização dos carros para a locadora, diminuindo seu risco. Com esse trabalho conjunto, colocamos na rua 300 carros modelo D1 - aquele carro branco que tem a porta que corre por fora, desenvolvido especialmente para o mercado de aplicativos, em uma parceria entre a DiDi e a fabricante BYD, na China.



Legenda: BYD D1

Desde que o acordo passou a valer, conseguimos manter 100% da frota rodando. A iniciativa tem sido um sucesso ao ponto de haver fila de espera de motoristas aguardando por um elétrico. Outra parceria estratégica da 99 para estimular a adoção do carro elétrico aconteceu durante o lançamento do modelo Dolphin Mini, da BYD, no Brasil. Os motoristas parceiros da 99 tiveram condições especiais para a aquisição do modelo, incluindo descontos na taxa de serviço que a 99 cobra a cada corrida. Os motoristas que optarem por adesivar seus veículos, com mensagens de zero emissão de CO₂, como a dos carros que já circulam por São Paulo, ficam isentos da taxa. Essa facilidade permite uma economia que pode chegar a até R\$ 24 mil em doze meses, além da redução de custos com combustível



Legenda: BYD Dolphin

Outro ponto de destaque: os carros em circulação se tornam um *moving showroom* para as montadoras. Como exemplo, muitas das mais de 5,9 milhões de pessoas que já fizeram uma corrida com os carros da BYD tiveram o primeiro contato com o carro elétrico ali. A própria fabricante nos contou que muita gente vai à concessionária depois de ter andado no carro elétrico com um motorista da 99. Isso mostra que a iniciativa tem um impulsionamento de adoção que extrapola o mercado de aplicativo.

À medida que avançamos e ganhamos maturidade, fomos trazendo outros *players* para a Aliança, como a Dahruj e a Osten, as duas são concessionárias que estão fazendo também uma operação de locação de carros para a eletrificação do aplicativo. Fomos além das grandes, complementando nosso grupo com outras empresas menores que viram vantagem em fazer parte da iniciativa.

Também costuramos acordos importantes com montadoras para termos um produto que atendesse à necessidade dos motoristas. Em todo o mundo, a adoção de carros elétricos foi feita em dois segmentos principais: carros de luxo, que costumam ter baixa rodagem e, principalmente, carros mais acessíveis, muito populares entre os motoristas de aplicativo, que têm alta rodagem. Estamos apenas no início de uma longa jornada que supera nossas expectativas a cada dia.

Do lado da infraestrutura, estamos conseguindo cumprir nosso objetivo de aumentar locais de carregamento de forma acelerada. O objetivo de chegar a 10 mil pontos em 2025 foi superado ainda em 2024.

Verificamos que a maioria dos motoristas que dirigiam veículos eletrificados morava fora do centro expandido da cidade e em casas, não em apartamentos. Para dar mais conforto a eles, fechamos uma parceria para oferecer aluguéis de *Wallbox*, unidade de carregamento para uso doméstico que fornece energia com mais velocidade do que as tomadas convencionais. A instalação é feita somente após uma visita técnica para entender se o local atende aos pré-requisitos para os pontos de instalação dos carregadores. Uma vez feita a validação, a instalação é rápida e o uso muito simples, bastando ligar o carro na tomada.

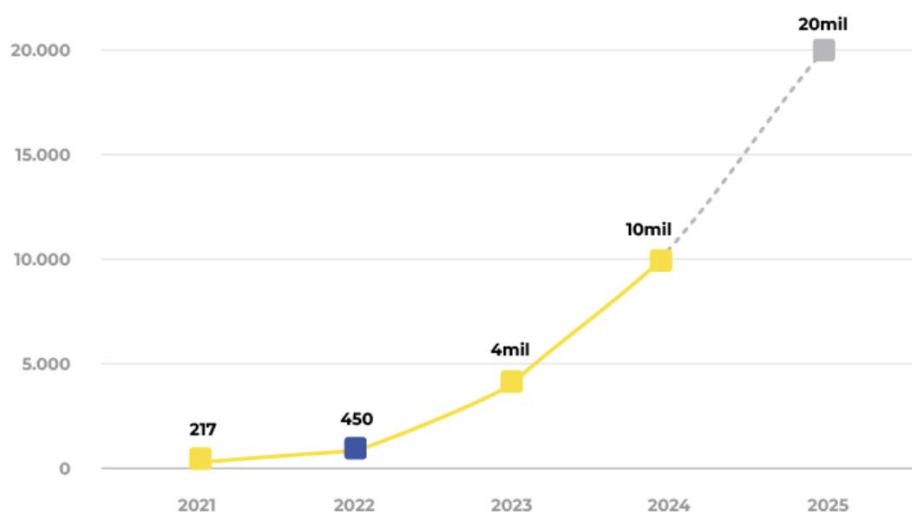
Outros parceiros essenciais para atingir os objetivos da Aliança pela Mobilidade Sustentável são os do setor financeiro, como o Santander, que oferece financiamentos com condições facilitadas para fomentar o mercado de veículos eletrificados e em troca estão tendo a oportunidade de explorar um público que representa uma massa crítica gigantesca para um negócio novo ligado à agenda de ESG.

Um caminho sem volta

Com todas essas iniciativas, conseguimos quebrar a primeira barreira de entrada, aquela do *cold start problem*, e aumentamos o engajamento de nossos clientes. Nossa constatação é de que o motorista que foi para o carro elétrico não quer voltar para o modelo a combustão. Além de serem usuários convictos, muitos se tornaram embaixadores desse movimento.

Avanço do número de carros eletrificados cadastrados na 99 desde a criação da Aliança pela Mobilidade Sustentável.

em unidades



Carros eletrificados cadastrados na 99



Fundação da Aliança pela Mobilidade Sustentável

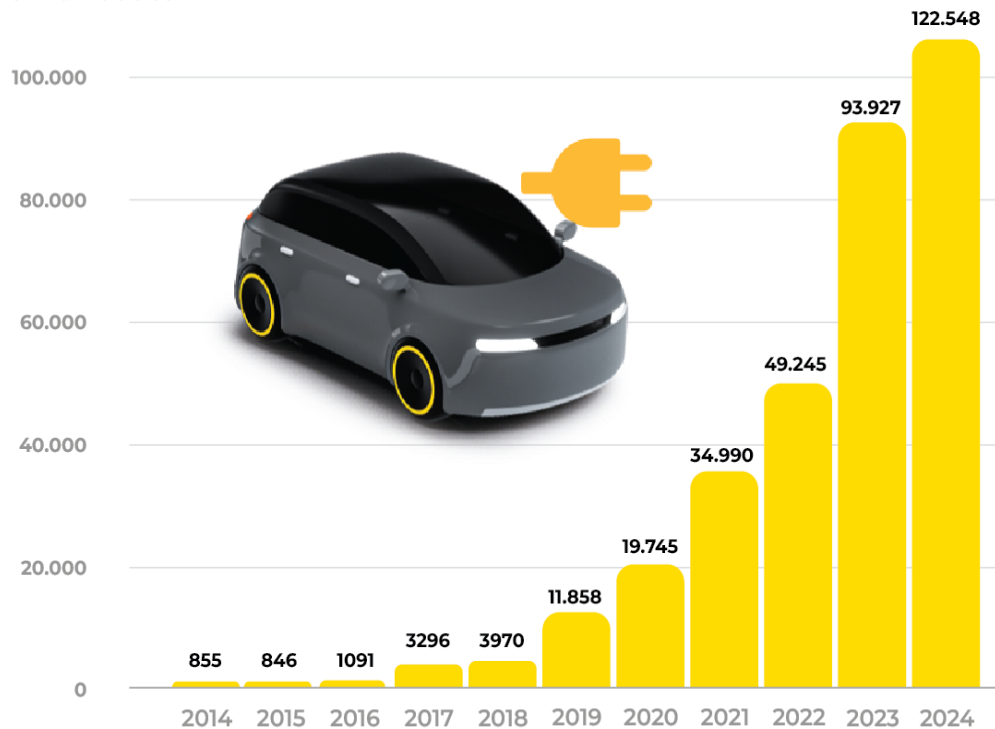


Projeção para 2025

Fonte: Aliança pela Mobilidade Sustentável

Venda de carros eletrificados no Brasil.

em unidades



Fonte: ABVE (Associação Brasileira do Veículo Elétrico)

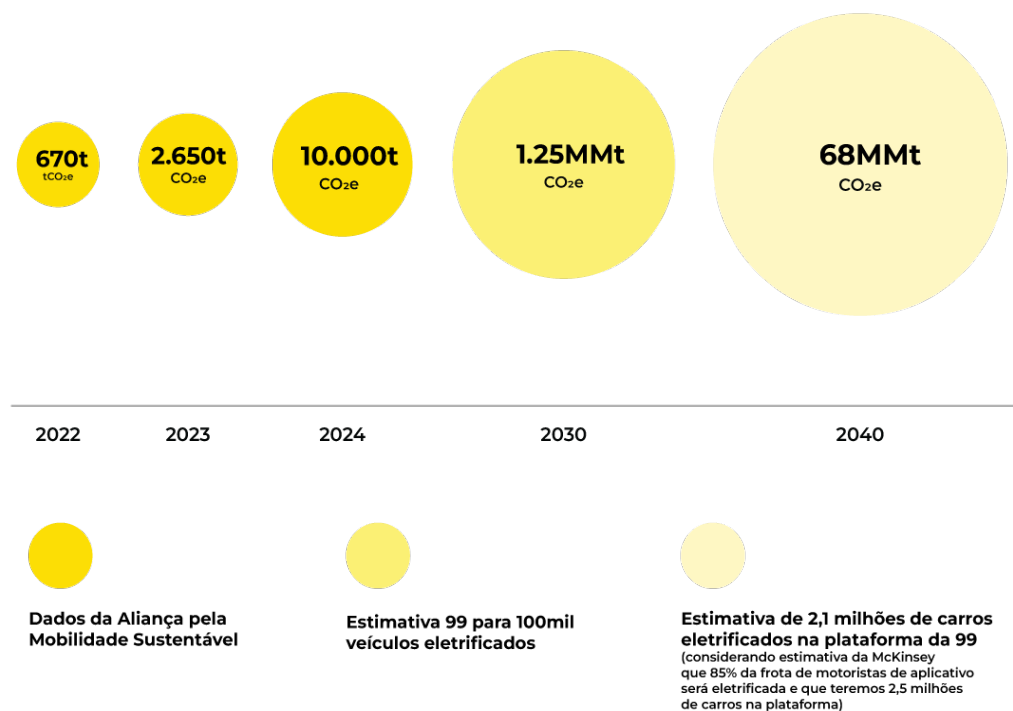
Esse esforço coordenado nos ajudou a superar as metas. Em 2023, o objetivo era ter mil carros elétricos e híbridos na 99 – fechamos o ano com 1.700. Em 2024, a meta inicial de chegar a 3,5 mil veículos eletrificados foi alcançada ainda no primeiro trimestre. E outros bons resultados foram atingidos:

- mais de 10 milhões de viagens foram realizadas pela 99 em carros eletrificados;
- mais de 14,3 milhões de passageiros tiveram a experiência com os veículos eletrificados;
- mais de 9.000 carros eletrificados cadastrados na plataforma

- mais de 76 milhões de quilômetros foram percorridos com os carros eletrificados;
- mais de 10.000 toneladas de CO₂ deixaram de ser emitidas em razão da utilização dos carros elétricos na 99, equivalente a mais de 80 mil árvores .

Redução da emissão do CO₂ desde a criação da Aliança pela Mobilidade Sustentável.

em toneladas de CO₂e



Fonte: Aliança pela Mobilidade Sustentável

Para além desses resultados, o objetivo final da 99 é garantir uma redução de custos operacionais para o motorista parceiro e tornar a experiência do dia a dia mais agradável, em virtude de ele estar em um carro com menos ruído e ter mais chances de ganhar gorjetas maiores, por

oferecer mais conforto ao passageiro. Em troca, ele se engaja mais com a plataforma da 99 no longo prazo criando conexão e senso de pertencimento.

Sabemos disso porque ao longo de toda implementação do projeto ficamos bem próximos dos motoristas. Cada passo era pensado com base nos *feedbacks* que recebemos, o que permitiu ajustes de rota importantes. Os próprios motoristas relatam que chegam em casa menos estressados e conseguem mais tempo para estar com a família. Com o carro elétrico, eles podem escolher ganhar mais ou trabalhar menos, uma vez que os custos estão reduzidos.

Seguindo com nosso pioneirismo, em setembro de 2024 fomos a primeira plataforma a lançar uma categoria exclusiva para viagens com carros híbridos e elétricos. Com a 99electric-Pro, o usuário pode escolher fazer uma viagem com carro eletrificado. A novidade começou em alguns bairros paulistanos e será expandida para outras cidades a partir de 2025.

Nossa intenção ao ampliar nosso portfólio, é oferecer alta tecnologia nas viagens para passageiros e motoristas parceiros, reforçando a 99 como número um no país nesse segmento.

Também queremos avançar na redução dos custos. Para isso, adotaremos para os veículos elétricos um modelo de negócio parecido com o que temos para os combustíveis fósseis. Nosso programa 99Abastece, pioneiro no Brasil, funciona como um *marketplace* de combustíveis dentro do DriverLAB. Com ele, o motorista parceiro consegue abastecer com desconto de 10% a 15% em postos parceiros.

Quanto mais o motorista roda com a plataforma da 99, mais desconto ele ganha no abastecimento. Já o posto oferece o combustível mais barato

e em troca, consegue um maior volume de clientes. A 99, por sua vez, ganha com a maior fidelização dos motoristas.

Seguindo essa fórmula, estamos nos preparando para criar o mesmo serviço para atender os motoristas de carros elétricos. Um primeiro passo já está sendo dado com a iniciativa da Raízen, que irá oferecer um serviço de conveniência turbinado em seus *hubs* de carregamento. Nesses pontos, o motorista da 99 tem prioridade no acesso e preço reduzido.

Todos esses ganhos fazem parte do impacto social, que é o primeiro a ser sentido com as iniciativas da Aliança pela Mobilidade Sustentável. Aos poucos, os benefícios ambientais vão ficando mais evidentes, com a cidade mais limpa e silenciosa, como pode ser visto hoje em Pequim, na China, que viu o céu cinza se tornar azul após o investimento na eletrificação. E o melhor: os ganhos são exponenciais, considerando que cada carro de aplicativo roda 6 mil quilômetros por mês, o que equivale a praticamente dez carros de um consumidor tradicional.

Testamos muito, erramos algumas vezes, mas também tivemos grandes acertos. E a ideia é seguir experimentando cada vez mais, porque todos os resultados, mesmo os ruins, trazem um grande aprendizado. Com base no que vimos ao longo dos dois primeiros anos de Aliança pela Mobilidade Sustentável, elevamos nossas metas para 2025. O objetivo inicial era chegar a 10 mil carros elétricos rodando nas ruas e fazer com que a venda de carros elétricos representasse 10% das vendas totais de carros no Brasil. Agora almejamos 20 mil carros nas ruas e 15% das vendas totais de veículos até 2025.

Sabemos que o futuro da mobilidade elétrica depende de uma união de esforços de diferentes players do mercado e é esse trabalho que estamos

realizando com a Aliança. Do lado da demanda, também há mais motoristas entrando organicamente do que por nossas iniciativas de captação e estamos seguros de que isso é fruto do trabalho de educação e comunicação que vai além das iniciativas que relatamos aqui.

Os frutos que colhemos hoje ainda são poucos perto dos que ainda virão, mas isso não seria possível sem a existência da Aliança pela Mobilidade Sustentável. Ao longo desses dois anos, ficou ainda mais clara a importância de colaboração conjunta, de co construção e, principalmente, de visão de ecossistema desse movimento.

Nossa união me dá a plena certeza de que estamos fazendo história e construindo um mundo melhor. Se antes éramos nós que buscávamos parceiros, hoje temos sido procurados por companhias interessadas em fazer parte da Aliança, o que é um ótimo indicador. O iFood e o Mercado Livre, por exemplo, que já contavam com várias iniciativas de ESG, de eletrificação, entenderam que era um bom negócio se unir a nós para maximizar seus esforços.

A força do grupo vem se intensificando a ponto de novos movimentos começarem a surgir entre os parceiros da Aliança, sem necessariamente a participação da 99, o que é muito positivo dentro de nossa visão de ecossistema. É o caso, por exemplo, do acordo de cooperação técnica firmado entre a Raízen e o Governo do Estado de Minas Gerais, que irá fomentar o fortalecimento das políticas públicas nas áreas relacionadas à eletromobilidade, incluindo estudos de viabilidade técnica para infraestrutura de recarga, organização de palestras e seminários e apoio institucional para o desenvolvimento do setor elétrico. A 99 não faz parte do

acordo, mas, assim como outros participantes da Aliança, se beneficiará diretamente com a melhora da infraestrutura nas cidades mineiras.

Como uma nova frente, que tem um potencial de escalabilidade ainda maior, estamos replicando esse mesmo modelo dos carros para a operação de motos elétricas. Começamos com o planejamento e o entendimento da necessidade e situação, fizemos o mapeamento de mercado e a entrevista com os motoristas e, a partir daí, saímos do papel e fomos para a prática. A primeira fase, assim como no caso dos carros, foram os testes reais. Em parceria com empresas especializadas em scooters elétricas para transporte de carga ou passageiros, realizamos testes na cidade de São Bernardo, envolvendo 10 motociclistas parceiros da plataforma.



Legenda: Motocicletas elétricas

Da mesma forma que vimos nos automóveis, com as motos também há uma redução de custo com manutenção e combustível que chega a até

30%. Olhando para a questão ambiental, a cidade ganha com a redução da poluição sonora e do ar. Uma moto a combustão que percorre 5 mil km por mês gera aproximadamente 5 mil kg de CO₂ por ano. Já a moto elétrica elimina completamente essa emissão. E, diferentemente do carro, a bateria da moto é removível, então o motociclista não precisa plugar sua moto na tomada, bastando trocar a bateria nos postos de recarga.

Nosso objetivo com a iniciativa é alcançar 2 mil motos elétricas na plataforma até o fim de 2024 e 10 mil até 2025, além de contar com redes de trocas de baterias em cinco cidades brasileiras. É mais um passo rumo a um futuro mais limpo e seguro para todos.

Mais comunicação e educação

Depois de tanto aprendizado, estamos entrando em uma nova fase da Aliança, na qual a comunicação e a educação serão fundamentais para difundir o conhecimento, desmistificar a tecnologia, desmentir notícias falsas e garantir a adoção massiva dos carros elétricos. O entendimento sobre a poluição e outras questões ambientais muitas vezes é prejudicado pela desinformação ou por informações enganosas.

Nesse contexto, acredito que um projeto como o Cidades MIL, com seu objetivo de ajudar os cidadãos a desenvolverem habilidades críticas para identificar informações falsas, irá promover uma compreensão mais clara e científica dos problemas ambientais e das soluções viáveis, indo ao encontro de nosso objetivo de democratizar a eletrificação.

Nosso plano é seguir ouvindo os motoristas parceiros e readaptando a estratégia para que ele fique bem informado e estimule a entrada de outros condutores, criando um círculo virtuoso.

Em médio prazo, também planejamos um avanço territorial. O objetivo inicial de concentrar nossos esforços na cidade de São Paulo para torná-la um polo para implementação da eletrificação foi atingido. Passados os dois primeiros anos do projeto, entendemos que é hora de levá-lo para outras cidades, adicionando novas experiências.

Para a 99, tem sido um privilégio e uma oportunidade única liderar o movimento de transformação da mobilidade urbana, trazendo uma melhor qualidade de vida às pessoas e transformando nossa sociedade e nosso país em um lugar melhor.

Nosso objetivo de longo prazo é seguir antecipando o futuro, estimulando a adoção do carro elétrico e garantindo maior engajamento para a 99 e para as demais empresas desse ecossistema. Faremos isso de forma coordenada e consistente. Para nós, a democratização dos elétricos não é uma corrida – é uma maratona, que ainda está no começo. Que venham os próximos quilômetros!

Referências

Associação Brasileira do Veículo Elétrico. (2024). *Vendas de eletrificados em 2024 já ultrapassam o total de 2023*. Recuperado em 07 de outubro de 2024, de <https://abve.org.br/infraestrutura-de-recarga-acelera-no-pais-e-apresenta-crescimento-de-179/>.

International Energy Agency (IEA). (2024). *Global EV Outlook 2024: Perspectivas Globais para os Veículos Elétricos*. Paris: International Energy Agency. Recuperado em 28 de agosto de 2024, de <https://iea.blob.core.windows.net/assets/a9e3544b-0b12-4e15-b407-65f5c8ce1b5f/GlobalEVOutlook2024.pdf>.

McKinsey & Company. (2024). *O futuro da mobilidade no Brasil*. Recuperado em 29 de agosto de 2024, de <https://www.mckinsey.com.br/our-insights/all-insights/o-futuro-da-mobilidade-no-brasil>.

Capítulo 8

Normalização do inovador conceito de Cidades MIL: proposta de certificação modelo ISO

Marcelo Oliveira dos Santos ²⁹

Felipe Chibás-Ortiz ³⁰

Efrain Pantaleón-Matamoros ³¹

Introdução

O conceito paradigmático de cidades MIL - *Media and Information Literacy*, ou Cidades com Alfabetização Midiática e Informacional - AMI, em português, foi lançado pela UNESCO em 2018 na *Global MIL Week*³², e

²⁹ Doutorando pelo PROLAM-USP, Mestre em Direito Cooperativo e Cidadania pela Universidade Federal do Paraná, Especialista em Direito Processual Civil e Graduado em Direito pela Universidade Regional de Blumenau. E-mail: mao.santos@usp.br.

³⁰ Orientador, Livre-docente pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), é mestre e doutor pela mesma universidade. Coordena o grupo de pesquisa CRIARCOMC (Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing nas Cidades). Representante regional para América Latina e Caribe de UNESCO MIL ALLIANCE. E-mails: felipe.chibas@usp.br; chibas_f@yahoo.es.

³¹ Coorientador, Doutor em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP) em 2004, Bacharel e mestre em Ciências Físicas pela Faculdade de Física da Universidade da Havana. Atualmente, é Professor Associado da Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Rio Grande do Norte na área de Negócios Tecnológicos. E-mail: efrain.pantaleon@ufrn.br.

³²A Global MIL Week 2018 - Semana Global de Alfabetização Midiática e Informacional - foi um evento organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, ocorrida em Kaunas, Lituânia entre os dias 24 e 31 de outubro de 2018 e teve como tema central a "Alfabetização Midiática e Informacional em Cidades e Comunidades Digitais", com foco em como as cidades e comunidades podem promover a educação midiática e informacional para combater desinformação, discurso de ódio e outros desafios digitais. O evento discutiu estratégias de promoção da alfabetização midiática e informacional (MIL) como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

“reconhece o papel da circulação, produção e consumo de informações e das mídias na vida cotidiana”³³, propondo a alfabetização do cidadão para criticamente conhecer o processo de produção das informações que circulam nas mídias, absorvê-las e dar-lhes a destinação ética e responsável.

As Cidades MIL da UNESCO são um avanço em relação às “Cidades Inteligentes”, “Cidades Sustentáveis”, “Cidades Resilientes”, “Cidades Criativas”, “Cidades Educadoras,” entre outras propostas de modelos de cidades, pois têm a formação de todos os cidadãos como objetivo central, preparando-os para a revolução digital e tecnológica nesse contexto de mundo pós-humano.

A revolução mencionada possibilita que as pessoas vivenciem, concomitantemente, as sensações da realidade física e virtual proporcionadas pelos modernos aparelhos de tecnologia (notadamente os smartphones) e pela cobertura quase global da rede de internet, havendo uma integração entre o mundo real e virtual, de acordo com Floridi (2014), que podemos denominar de “mundo híbrido”.

O conceito de Cidades MIL está pautado em um sistema de 13 indicadores e 252 métricas, proposto por Chibás-Ortiz (2021) e outros *experts* internacionais, que foi adotado pela UNESCO. Da revisão bibliográfica inicialmente realizada, verificou-se que outros modelos de cidades, como as Cidades Sustentáveis e Cidades Resilientes, já possuem normas padronizadas elaboradas pela *International Organization for Standardization* – ISO, o que ainda não ocorre com o conceito MIL.

³³ https://pt.wikiversity.org/wiki/Cap%C3%ADtulo_Brasil_UNESCO_MIL_Alliance.

À vista disso, a normalização do inovador conceito MIL de cidades, com sua consequente certificação, mostra-se de importância fundamental, pois de acordo com CNI (2002) as normas técnicas são ferramentas que possibilitam organizar as atividades na sociedade, utilizando-se regras ou normas, visando contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

Este trabalho parte de uma hipótese dedutiva de que a ausência de normas dificulta a propagação e a implantação do conceito de Cidades MIL, ao mesmo tempo que impossibilita sua certificação e a absorção dos benefícios daí advindos. O objetivo geral do artigo é demonstrar a necessidade de proposição de normas, seguindo os padrões internacionais de normalização, conforme adotado pela ISO, que orientem a implementação e certificação de Cidades MIL ao redor do globo, reduzindo erros, melhorando a eficiência e garantindo segurança.

Para tanto, inicialmente será apresentado um breve histórico da UNESCO, o conceito de Alfabetização Midiática Informacional e de Cidades MIL, explorando, ainda, a importância de propor normas para a certificação MIL, seguindo o padrão internacional ISO, finalizando com a demonstração de alguns benefícios resultantes dessa certificação.

A metodologia utilizada no trabalho inclui a revisão bibliográfica sobre os temas, a análise exploratória de dados e documentos e o estudo sobre o sistema dos 13 indicadores e 252 métricas do paradigma MIL. Com o aprofundamento do trabalho de pesquisa, projeta-se a descrição do procedimento de aplicação prática do Indicador nº 1 e suas correspondentes métricas, em um estudo comparado entre duas cidades latino-americanas (Curitiba - Brasil e Buenos Aires - Argentina) e uma europeia (Turim - Itália), analisando o potencial dessas cidades em

receberem a certificação MIL, avaliando, ainda, a viabilidade da normalização proposta e buscando alcançar clareza e robustez aos resultados.

Para adentrar no tema propriamente dito, o capítulo inicial tratará de contextualizar o leitor com um breve histórico sobre a UNESCO e seus objetivos, bem como sua proposição sobre a AMI.

A UNESCO e a Alfabetização Midiática e Informacional - AMI

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, é uma agência especializada das Nações Unidas, que foi criada em 1945, com 20 signatários, entre eles o Brasil e hoje conta com a participação de 195 países, com uma população combinada de 8,02 bilhões de pessoas, tendo por principal objetivo *“contribuir para a construção de uma cultura de paz, erradicando a pobreza, o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural através de seus programas e atividades”*.³⁴

De acordo com Nepomuceno (2024), desde a sua fundação em 1945, a UNESCO inaugurou uma nova dimensão nas relações internacionais comprometendo-se com a construção de uma via de proximidade interpaíses, através da Educação, das Ciências e das ações culturais.

A AMI faz parte desse compromisso internacional e, conforme UNESCO (2016), ela é um conjunto de competências que capacita os indivíduos a acessarem, avaliarem, utilizarem e criarem informações de maneira crítica e ética, sendo habilidades imprescindíveis para a

³⁴ Extraído de: <https://www.dadosmundiais.com/aliancas/unesco.php>, em 01/03.2025.

participação plena em sociedade na contemporaneidade, na qual a mídia e a informação desempenham papéis centrais na comunicação e na tomada de decisões.

Sendo assim, mostra-se necessário revisitar o contexto da revolução tecnológica e digital, na qual as pessoas vivenciam simultaneamente as experiências e sensações da realidade física e virtual, quando quase dois terços da população mundial navegam na internet e redes sociais enquanto realizam outras atividades do cotidiano.

Desse modo, a AMI mostra-se imprescindível na formação do cidadão, pois se propõe a dar respostas rápidas às profundas transformações no ecossistema informacional e midiático, na medida em que a implementação de suas propostas desenvolve nos cidadãos, habilidades para compreender adequadamente o papel das mídias (incluindo a internet e as redes sociais), capacitando-os a encontrar, avaliar, utilizar e produzir conteúdo midiáticos e informacionais capazes de influenciar a tomada de decisões.

Acrescente-se que, ao desempenhar o papel de propagação da AMI, a UNESCO, contribui para o cumprimento do estabelecido no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH):

(...) Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de opinar livremente e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras (UNITED NATIONS, 1948).

Para uma boa compreensão do conceito de AMI, é necessário distinguir entre “alfabetização informacional” e “alfabetização midiática”. Para a UNESCO (2016), a alfabetização informacional está relacionada ao desenvolvimento de competências essenciais para acessar, avaliar e utilizar

informações, especialmente aquelas que circulam no meio virtual, de forma crítica e ética. Trata-se da capacidade de identificar as informações necessárias e pertinentes, avaliá-las de maneira crítica e usá-las de forma responsável na resolução de problemas e na tomada de decisões.

A alfabetização midiática, por sua vez, está relacionada à capacidade de analisar, compreender e criar conteúdo nas diversas formas de mídia. Envolve, portanto, a habilidade de identificar as mensagens veiculadas pelos meios de comunicação, reconhecer e interpretar seus objetivos, as técnicas utilizadas pelos produtores de conteúdo, além da capacidade de produzir conteúdo próprio de forma crítica, ética e relevante para a sociedade. Inclui também a compreensão do papel da mídia na sociedade e a habilidade de participar de maneira crítica e ativa no ambiente midiático, influenciando-o positivamente.

Em síntese, a "alfabetização informacional" prepara o cidadão para buscar e avaliar as informações de maneira crítica. Já a "alfabetização midiática", de forma mais ampla, engloba a análise e a compreensão dos aspectos técnicos envolvidos na criação e produção de conteúdos midiáticos, UNESCO (2016).

Embora haja essa distinção conceitual estabelecida pela UNESCO, essas duas formas de alfabetização são interdependentes e complementares. A combinação de ambas - Alfabetização Midiática e Informacional - capacita os cidadãos a enfrentarem os desafios do mundo digital, permitindo sua participação plena e consciente na sociedade contemporânea, UNESCO (2016).

A UNESCO enfatiza que AMI visa, ainda, promover a compreensão sobre a liberdade de expressão e assegurar uma educação integral de

qualidade, capacitando os cidadãos a navegarem em um ambiente informacional complexo, tomar decisões conscientes e participar ativamente dos processos democráticos, da governança e das manifestações artísticas, culturais e religiosas.

Além disso, a AMI promove ações críticas e reflexivas, capacitando os cidadãos a identificarem informações falsas (como *fake news*, *deep fakes*, discursos de ódio, pós-verdades e desinformações) e a compreender os contextos nos quais são produzidas e disseminadas. Essas informações falsas, de acordo com UNESCO (2016), têm o poder de influenciar negativamente a opinião pública e contribuir para a tomada de decisões erradas e prejudiciais tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo. Em relação a isso, em determinados contextos, observa-se ações nocivas de milícias digitais, como nas fraudes bancárias, nos jogos eletrônicos e nos pleitos eleitorais.

É importante destacar, todavia, que o ambiente tecnológico e digital também oferece inúmeras possibilidades para o desenvolvimento da cidadania e da inclusão digital. Para tanto, é essencial que a capacitação dos indivíduos em AMI seja universal, independentemente de sua condição social, raça, cor ou origem, uma vez que o acesso desigual pode agravar as disparidades sociais e econômicas.

Observa-se, no entanto, uma notável ausência de formação em AMI nas mídias oficiais das cidades e de seus órgãos públicos, conforme apontado por Chibás-Ortiz, Martins, Rico e Suzuki (2024). Além disso, verifica-se a falta de integralização do currículo AMI de forma abrangente nas escolas e universidades.

É nesse contexto que a proposta de Cidades MIL encontra terreno fértil para propagação e implementação, sendo objeto de estudo do próximo capítulo deste artigo.

Cidades MIL - Cidades com Alfabetização Midiática e Informacional

No tópico anterior ficou demonstrado que a formação em AMI proporciona aos cidadãos a capacidade de enfrentar de forma crítica os desafios do mundo real e digital, permitindo sua participação plena e consciente na sociedade contemporânea.

Um dos grandes responsáveis pela propagação do paradigma MIL em âmbito nacional e internacional, Chibás-Ortiz (2020) define o *framework* Cidades MIL como:

(...) espaços urbanos que podem ou não utilizar a Inteligência Artificial, Machine Learning, robótica, internet das coisas, nanotecnologia e outras novas tecnologias, mas com ética, respeito pelas diversidades, empoderamento orgânico de todos os cidadãos, educando o pensamento crítico e criativo, valorizando a ecologia de forma sustentável, nova afetividade, estabelecendo a luta contra a infodemia que pode se manifestar como notícias falsas, *fake news*, *deep fakes*, pós-verdades e discursos de ódio.

A proposta da UNESCO visa a incorporação do conceito MIL em diversos espaços urbanos, promovendo a aprendizagem ao longo de toda a vida dos cidadãos, com ações interdisciplinares e com a articulação de diferentes atores, por meio da educação tradicional e não tradicional, alcançando, notadamente, grupos vulneráveis. Para tanto, incentivará a colaboração entre os formuladores de políticas municipais, a sociedade civil, o setor privado e instituições educacionais, centrando-se no uso

inclusivo de tecnologias digitais e promovendo metas de desenvolvimento sustentável, UNESCO (2024).

Importa referir, que há sinergia entre ações de cidades MIL com outras redes de cidades da UNESCO. Por exemplo, as cidades pertencentes às Redes de Cidades Criativas da UNESCO compartilham práticas recomendadas, promovem a criatividade e a participação cultural e integram a cultura no desenvolvimento urbano. As Cidades MIL estimulam a criatividade e o empreendedorismo, apoiam o desenvolvimento urbano sustentável e fortalecem a participação urbana, UNESCO (2024).

A Rede Global de Cidades de Aprendizagem promove a aprendizagem ao longo da vida, facilitada pelas Cidades MIL. A Coalizão Internacional de Cidades Inclusivas e Sustentáveis compartilha experiências para combater o racismo e a discriminação, com as Cidades MIL fortalecendo a governança local e a coesão comunitária, UNESCO (2024).

A Aliança das Megacidades para Água e Clima oferece cooperação internacional para adaptação às mudanças climáticas, com as Cidades MIL incentivando programas de treinamento. O Programa Cidades do Patrimônio Mundial da UNESCO auxilia na proteção do patrimônio urbano, com as Cidades MIL simplificando informações sobre conservação e promovendo o diálogo intercultural - UNESCO (2024).

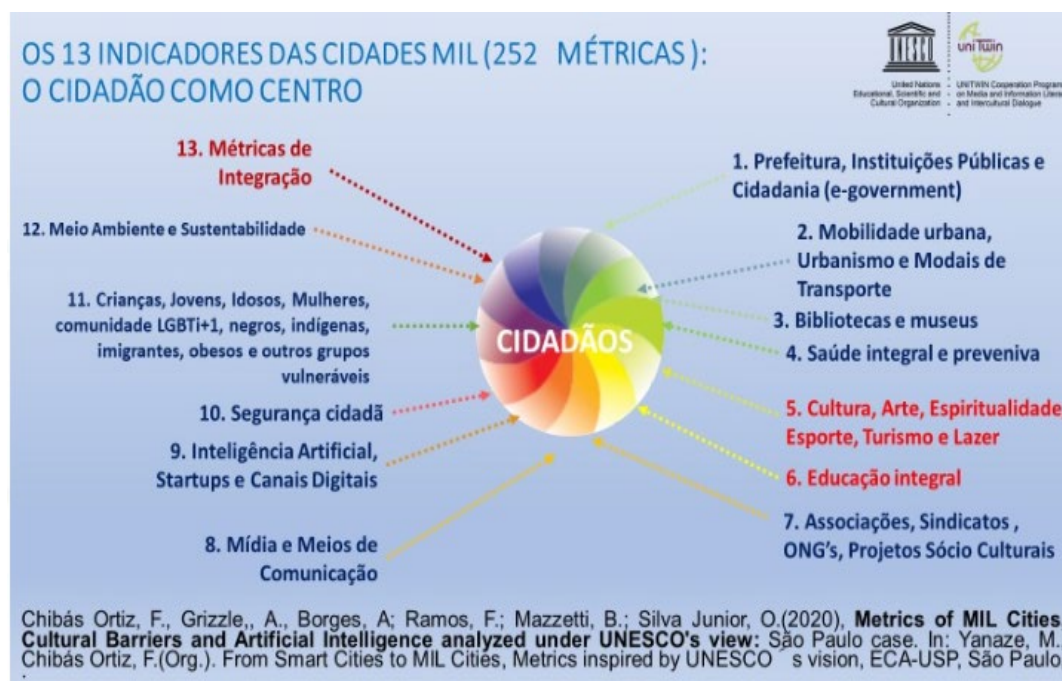
Não se pode deixar de mencionar, ainda, a estreita correlação existente as Cidades MIL e o Programa Cidades Verdes Resilientes - PCVR, instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto Federal nº 12.041 (2024), que tem como objetivo primordial aumentar a qualidade ambiental e a resiliência das cidades brasileiras diante dos impactos causados pelas mudanças climáticas. O programa estabelece os seguintes objetivos

específicos: I - potencializar os serviços ecossistêmicos nas cidades através da criação, ampliação, recuperação, conexão e melhorias das áreas verdes, arborização e recursos hídricos; II - propor a normatização de parâmetros para orientar o planejamento e a gestão urbano-ambiental sustentável e resiliente; III - desenvolver e fortalecer a capacidade institucional dos entes federativos para qualificar diagnósticos, planejamentos, governança, gestão e projetos, focando na mitigação de emissões de gases de efeito estufa e adaptação à mudança do clima em áreas urbanas; e, IV - apoiar o avanço, disponibilização e difusão da pesquisa científica e das soluções tecnológicas nas áreas de desenvolvimento urbano sustentável.

A esse respeito, exemplifica-se que as métricas do Indicador 12 das Cidades MIL - Meio Ambiente e Sustentabilidade, trazem em si orientações de ações sustentáveis e de melhoria da qualidade de vida que abrangem políticas públicas e privadas de criação de espaços e plataformas tecnológicas para discutir questões ecológicas, o incentivo a startups ambientais, bem como a adoção de práticas sustentáveis pelo poder público, por empresas e pelos cidadãos. Esses elementos são essenciais para o desenvolvimento urbano responsável, evidenciando o alinhamento dessas métricas com o Programa Cidades Verdes Resilientes.

Para colocar em prática todas as conexões mencionadas, o conceito MIL de cidades propõe o Sistema dos 13 Indicadores e 252 métricas tendo os Cidadãos como centro, conforme gráfico a seguir:

Figura 1 - Os 13 indicadores das CIDADES MIL



Fonte: Chibás-Ortiz et al.(2020)

Cada um dos indicadores do gráfico acima possui suas métricas correspondentes que desempenham a função de instrumentos de avaliação da qualidade de serviços oferecidos pelas organizações aos cidadãos.

No próximo tópico, discorrer-se-á sobre a importância de se normalizar o inovador conceito de cidades MIL da UNESCO.

Conceito e histórico da Normalização ISO: Uma perspectiva internacional e brasileira

Normalização é a atividade que estabelece prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva, em relação a problemas existentes ou potenciais, com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem, em um dado contexto, conforme se extrai da ISO/IEC Guia 2 (2006). Para a CNI (2006), “é

a maneira de organizar as atividades pela criação e utilização de regras ou normas, visando contribuir para o desenvolvimento econômico e social”.

Importa destacar, desde logo, que a normalização não é uma atividade nova, conforme se pode extrair da leitura de CNI (2006):

Normalização não é coisa nova, existindo desde os primórdios da civilização, quando o homem começou a realizar transações comerciais, e faz parte do nosso dia-a-dia, embora não nos demos conta disso. Podemos descrevê-la como a aplicação de regras às atividades do homem, com as quais a humanidade vem, desde tempos remotos, procurando regular seus relacionamentos dentro da comunidade, em vista da necessidade de estimar dimensões, pesos e distâncias para construir, produzir e colher sua alimentação e intercambiar gêneros e produtos diversos. A Normalização, que é a organização sistemática das atividades pela aplicação de regras comuns.

Foi durante a II Guerra Mundial, entretanto, que a normalização teve o seu salto de desenvolvimento e culminou com a criação da ISO, fundada em Londres no ano de 1947, com representantes de 25 países, com sede estabelecida em Genebra, na Suíça. Trata-se uma entidade global que desenvolve e publica normas técnicas internacionais e *“reúne especialistas globais para chegar a um acordo sobre a melhor maneira de fazer as coisas, desde a fabricação de um produto até o gerenciamento de um processo”³⁵*.

Menciona-se que sua sigla não corresponde, propositadamente, às iniciais da organização, porquanto teria siglas diversas em diferentes idiomas (IOS em inglês, OIN em francês, entre outras), de maneira que seus fundadores optaram pela forma abreviada "ISO". A história diz que ISO é derivado da palavra grega "isos", que significa igual³⁶.

A correspondente da ISO no Brasil é a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, que é uma associação civil, de utilidade pública e sem fins

³⁵ Extraído de: <https://www.iso.org/about>, em 06.02.2025.

³⁶ Extraído de: <https://www.iso.org/about>, em 06.02.2025.

lucrativos, fundada em 28 de setembro de 1940, que tem como atribuição legal estabelecer requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados de normas técnicas, conforme estabelecido na Lei Federal nº 4.150 (1962). A instituição é membro fundadora da ISO, da *Comisión Panamericana de Normas Técnicas* - COPANT e da *Asociación Mercosur de Normalización* - AMN. Desde a sua fundação, é também membro da *International Electrotechnical Commission* - IEC³⁷.

Convém referir que a normalização pode ter um ou mais dos objetivos específicos relacionados na ISO/IEC Guia 2 (2006), merecendo destacar os seguintes, para as finalidades deste artigo: facilidades de uso, saúde, segurança, proteção do meio ambiente, entendimento mútuo e desempenho econômico. Ao normalizar os conceitos de cidades, essas instituições objetivam, portanto, melhorar a oferta de políticas públicas, facilitar o uso dos serviços públicos (tais como educação, saúde e segurança), assegurar o respeito à índices mínimos de qualidade, garantir a sustentabilidade, primar pela busca do consenso na comunidade e pelo alcance do progresso social e desenvolvimento econômico.

Por conseguinte, a normalização do inovador conceito MIL, com certificação pela ISO, está em sintonia com os objetivos acima enunciados, sendo medida desejada e necessária.

Para Pantaleón-Matamoros *et al* (2024), as cidades MIL podem desenvolver a inovação nos seus 13 indicadores, utilizando, ou não, a

³⁷ Extraído de <https://abnt.org.br/institucional/sobre-abnt-2/>, em 06.02.2025.

inteligência artificial e outras novas tecnologias, sendo a instituição de normas uma etapa importante nesse processo.

Essa observação mostra-se acertada, na medida em que, historicamente, a normalização tem sido vista como um indicador de desenvolvimento e progresso decorrentes da inovação, estando nos países desenvolvidos a maior quantidade de atividades normalizadas. Infere-se daí, que a ausência de normas MIL limita a inovação, o progresso e a propagação do conhecimento científico relacionados às cidades.

Dito isso, insta discorrer sobre a importância da normalização para as Cidades MIL da UNESCO.

A importância de se estabelecer normas para o conceito de Cidades MIL

Desde logo cabe mencionar que o artigo “Diretrizes operacionais: construir Cidades de Alfabetização Midiática e Informacional da UNESCO”, publicado pela UNESCO (2024), evidencia o quanto esse tema é caro para a instituição, ao prever, entre dez áreas estratégicas para o desenvolvimento de MIL, o “reconhecimento por meio de certificação”.

Consoante alhures demonstrado, o meio adequado para o alcance de certificação é a definição de normas técnicas, tal como já ocorre com outros conceitos de cidades que podem ser certificadas pela ISO. Dentre elas merecem destaque as seguintes normas internalizadas no Brasil por meio da ABNT:

- ISO 37120 – Indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida;
- ISO 37122 – Indicadores para Cidades Inteligentes;

- ISO 37123 – Indicadores para Cidades Resilientes.

As normas mencionadas foram elaboradas pelo “*Technical Committee Sustainable Development in Communities*”, seguindo a ISO/TC 268/SC 1 - Infraestruturas de comunidades inteligentes, conforme ISO (2018) e, no Brasil, o trabalho de adaptação e tradução da norma foi realizado pela Comissão de Estudos Especial – CEE 268 da ABNT, que é espelho da ISO/TC 268/SC 1, tendo por Coordenador o professor Alex Abiko do Departamento de Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo³⁸.

A certificação das normas ISO 37120, 37122 e 37123, ocorre por um processo evolutivo que classifica as cidades em quatro níveis: Bronze, Prata, Ouro e Platina, de acordo com o cumprimento de indicadores aferidos. À medida que cumprem novos indicadores, as cidades podem solicitar nova avaliação e alcançar um nível superior de certificação³⁹.

Insta destacar, que dentre os conceitos de cidades mais conhecidos, atualmente, cada um tende a formar cidadãos com características diferentes, mas todos compartilham a preocupação com os outros, na medida em que também buscam uma visão estratégica integral e de longo prazo da cidade, com ênfase na educação como fator de mudança positiva, conforme Chibás-Ortiz (2021). O autor exemplifica que nos espaços urbanos que adotam o modelo de Cidades Resilientes, os habitantes tendem a

³⁸ Extraído de: <https://www.pcc.usp.br/post/no-dia-12-de-dezembro-de-2024-o-professor-alex-abiko-palestrou-no-6%C2%BA-semin%C3%A1rio-meio-ambiente-sanea>.

³⁹ Extraído de: <https://abnt.org.br/certificacao/smartcities/#:~:text=Etapas%20do%20processo%20de%20certifica%C3%A7%C3%A3o,da%20quantidade%20de%20indicadores%20certificados,em%2008.11.2024>.

contribuir ativamente para a reconstrução da cidade ou para superar crises naturais, a exemplo de Hiroshima e Nagasaki. Nos que adotam o modelo de Cidades Sustentáveis, há uma preocupação maior com os impactos da indústria e tecnologia na natureza e sociedade, pressionando as autoridades para evitar projetos nocivos. Nos que aplicam o paradigma de *Smart Cities* tendem a melhor aproveitar as novas tecnologias, ter mais autonomia e reduzir custos. Todos os modelos visam alcançar seus objetivos por meio da formação do cidadão e na estratégia de longo prazo.

Dito isso, necessário mencionar que a proposta de Cidades MIL, apesar de ser uma das mais incipientes, é a que possui maior alcance pois, citando mais uma vez Chibás-Ortiz (2021):

Nos espaços urbanos que adotam o modelo das Cidades MIL, a tendência deve ser que a cidadania defenda seu direito de desfrutar das novas tecnologias, da inovação e de todos os recursos da cidade de forma ética, diversa e sustentável. Mas também se preocupa que estes estejam em função de resolver os problemas e desafios de todos, incluindo as barreiras culturais enfrentadas pelas minorias, imigrantes, grupos vulneráveis e diversidades (religiosas, étnicas, de gênero, emigrantes, etc.). Preocupam-se com o uso de seus dados, a transparência no uso da informação, notícias falsas, falsificações profundas, pós-verdades, etc. (UNESCO, 2019). Geralmente, as pessoas que compõem este paradigma desenvolveram um pensamento crítico, preocupam-se com os direitos e deveres de todos e das minorias, e sabem que este é um dos aspectos que mais podem contribuir para a formação de uma sociedade democrática. Quase sempre tem um propósito nesse sentido.

Dessa definição, extrai-se a originalidade da proposta de normalização de Cidades MIL da UNESCO, cujo escopo é mais amplo que as normas ISO existentes, pois tem como objetivo o *“desenvolvimento pós-humano sustentável de todos os estratos sociais que a integram de maneira ética, inclusiva, participativa e cidadã”*, por meio das novas tecnologias, consoante Chibás-Ortiz (2021).

Os estudos iniciais das normas ISO/TC 268/SC e ISO IEC *Directives*, Part 2., demonstram que a proposta de normalização, seguindo o padrão internacional ISO, deve abordar os seguintes pontos: 1. escopo e objetivos; 2. normas de referência; 3. termos e definições; 4. contexto e justificativa; 5. requisitos e especificações; 6. processos e procedimentos; 7. indicadores de desempenho; 8. avaliação e verificação; 9. documentação e registros; 10. revisão e melhoria contínua; 11. anexos e apêndices.

Por sua vez, das recomendações da UNESCO (2024), extrai-se um conjunto de orientações sobre como aplicar progressivamente as diretrizes MIL nas cidades, respeitando-se o contexto local. São elas: 1 - estabelecer um Comitê Gestor de Cidades MIL com representantes inclusivos dos setores público, privado e sem fins lucrativos. 2 - Preparar um plano de ação estratégico para diferentes setores como educação, transporte, saúde e meio ambiente. 3 - Organizar atividades públicas de MIL pelo menos duas vezes ao ano. 4 - Incorporar ações MIL em vários aspectos da vida urbana, como informações, transporte, eleições, atividades culturais e governança local. 5 - Bibliotecas e escolas municipais devem trabalhar em ações relacionadas à MIL, explorando sua incorporação na vivência física e virtual da cidade. 6 - Para cidades que já faz parte de outra Rede de Cidades da UNESCO, é recomendado ampliar suas ações no campo da MIL. 7 - Finalmente, incorporar ações de conscientização pública ou políticas públicas para aumentar o conhecimento dos cidadãos sobre MIL em pelo menos duas áreas de gestão ao longo de dois anos no planejamento estratégico da cidade. Essas recomendações devem, necessariamente, ser consideradas na proposta de normalização.

Cumprindo os requisitos estabelecidos nos guias de normalização das instituições mencionadas e seguindo as recomendações da UNESCO, será possível instituir normas MIL para mensurar e medir a gestão de desempenho de serviços urbanos e de qualidade de vida ao longo do tempo, com a consequente certificação evolutiva MIL (selos Bronze, Prata, Ouro e Platina) para quem cumprir os indicadores mínimos para cada um dos selos.

Importa ressaltar, ademais, que dado o alinhamento dos Indicadores de Cidades MIL com o Programa Cidades Verdes Resilientes do governo federal, especialmente com os indicadores 1 e 12, a normalização aqui proposta contribui para o alcance do objetivo específico do programa federal mencionado. Este programa prevê, expressamente, o estabelecimento de *“parâmetros para orientar o planejamento e a gestão urbano-ambiental sustentável e resiliente”*, nos termos do Decreto Federal nº 12.041 (2024). Desse modo, o aproveitamento da proposta no âmbito do programa é uma medida desejável.

Muitos benefícios poderão ser obtidos pelas cidades que alcançarem a certificação MIL, e alguns deles serão analisados no próximo capítulo.

Vantagens em se alcançar o inovador conceito de Cidades Mil

Muitas são as vantagens e benefícios em se obter uma certificação de Cidades MIL. Segundo UNESCO (2024), a promoção da MIL representa uma oportunidade para melhorar os índices sociais, combinando ações e parcerias nos âmbitos nacional e internacional. Destaca-se que ações como operações transparentes, éticas e responsáveis, com comunicação aberta e

combate à corrupção são exemplos MIL que tornarão essas cidades mais atrativas.

Entre alguns benefícios práticos de se conseguir a certificação MIL pode-se estimar e citar os seguintes:

Atração de investimentos privados – A implementação do conceito MIL resultará no progresso da cidade certificada, aumentando seu índice de qualidade de vida - IDH, refletido em áreas como segurança, educação, meio ambiente, exercício da cidadania e índices de emprego, que impactam a qualidade de vida e o bem-estar social, ao mesmo tempo em que desperta o interesse de empresários dos setores comercial, industrial, financeiro, agrícola e turístico.

Atração de investimentos públicos – Cidades que cumprem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS, da Agenda 2030 da ONU, aos quais os indicadores MIL estão alinhados, estão mais propensas a receberem investimentos públicos, pois os organismos internacionais buscam incentivar gestores a direcionarem suas ações e recursos para locais que priorizam o combate à pobreza e ao analfabetismo, que incentivam a inclusão, a sustentabilidade, a proteção ao meio ambiente, entre outros.

Financiamentos com baixo custo – De acordo com o Instituto *Smart City Business America*⁴⁰, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, afirmou que a certificação de cidades reduz o risco de investimento nos municípios ao fornecer métricas auditadas e realistas. Isso diminui os custos de financiamento e torna os municípios mais atrativos para investidores, especialmente em projetos que trazem benefícios para os

⁴⁰ Extraído de: <https://scbamerica.com/a-importancia-da-certificacao-abnt-cidades-inteligentes-na-percepcao-da-qualidade-de-vida-do-cidadao/>, em 08.02.2025.

cidadãos. Esse entendimento deverá também ser adotado por outras instituições financeiras de fomento, pois a certificação MIL atestará a transparência, seriedade e compromisso dos gestores com o interesse público e social.

Atração de financiamentos internacionais - Diversos organismos e instituições de fomento internacionais financiam projetos que visam a erradicação da pobreza, a inclusão social, a educação de crianças, adolescentes e jovens, e a saúde e bem-estar da população.

O portal "O Captador"⁴¹ menciona algumas dessas instituições, como:

- 1 - Banco Mundial - Organização internacional de desenvolvimento que oferece financiamento e conhecimentos técnicos para projetos sociais em países em desenvolvimento.
- 2 - Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF - É agência das Nações Unidas que oferece financiamento para projetos focados na melhoria do bem-estar das crianças e dos jovens.
- 3 - Organização Mundial da Saúde, OMS - Oferece financiamento para projetos focados na saúde pública e na prevenção de doenças, com ênfase na promoção da saúde e bem-estar para todos, independentemente da idade.

Há, ainda, empresas privadas que financiam projetos sociais e podem beneficiar as cidades que obterem a certificação MIL. Cumprir os requisitos e critérios de elegibilidade para acessar esses financiamentos internacionais passa, necessariamente, pela demonstração de transparência na aplicação dos recursos e comprometimento com o interesse público e social, o que os indicadores MIL se propõe a proporcionar.

⁴¹ Extraído de: <https://portaldocaptador.com/financiamento-de-projetos-sociais/>, em 28.02.2025.

Incremento no fluxo de turistas nas cidades certificadas - As cidades que alcançarem a certificação MIL terão, por exemplo, bons índices de segurança cidadã, incentivos ao desenvolvimento da cultura local e regional, ações de sustentabilidade e preservação ambiental, respeitam a religiosidade, a espiritualidade, às diversidades e às minorias. Cidades com estas características desenvolvem o turismo ambiental, religioso/espiritual, de negócios e de eventos, gerando emprego, renda e divisas para seus cidadãos.

Considerações Finais

No decorrer deste trabalho, buscou-se apresentar, por meio de uma análise crítica, a proposição da UNESCO para Alfabetização Midiática Informacional no contexto de revolução tecnológica e digital hodierna, destacando a sua importância na sociedade, dada a influência das mídias no cotidiano dos cidadãos.

O estudo evidenciou que as Cidades MIL visam promover a aprendizagem contínua dos cidadãos por meio de ações interdisciplinares nos diversos setores da sociedade, com foco no uso inclusivo de tecnologias digitais e nas metas de desenvolvimento sustentável, especialmente para grupos vulneráveis, preparando-os para enfrentar os desafios da revolução tecnológica e digital da atualidade.

Além disso a pesquisa demonstrou que, por ser um dos mais incipientes dentre os mais conhecidos modelos de cidades, até esse momento, o conceito MIL não teve o seu sistema dos 13 indicadores e 252 métricas estabelecidos em normas técnicas padronizadas que facilitem a sua

propagação, replicação e avaliação nos diversos contextos locais ao redor do mundo.

Com o aprofundamento do trabalho de pesquisa que este artigo enuncia, robustecido por uma revisão bibliográfica mais densa das normas relacionadas aos modelos de cidades já existentes e por uma pesquisa comparada entre as cidades de Curitiba, Buenos Aires e Turim, aferindo as suas vocações em se tornar uma MIL City, será possível a proposição de normas de padrão internacional, em conformidade com a ISO.

Atingida essa finalidade, será possível, também, a certificação das localidades que, ao serem avaliadas, cumpram com os requisitos nela previstos, proporcionando a seus cidadãos os benefícios do selo Cidades MIL da UNESCO.

Referências

Brasil. (1962). *Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962*. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Extraído de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4150.htm, em 08.11.2024.

Brasil. (2024). *Decreto Nº 12.041, de 5 de junho de 2024. Institui o Programa Cidades Verdes Resilientes*. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Extraído de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12041.htm.

Chibás-Ortiz, F., et al (2021). *La red de ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030: educación, comunicación y salud sostenible* La Habana: Pueblo y Educación, Accessível em: <https://bit.ly/3Egi8gJ>.

Chibás-Ortiz, F., Rico, D. F. C., Martins, J. C. M. T. & Suzuki, J. C. (2024). *Cidades MIL: além da Inteligência Artificial e Inovação Social com ESG e*

Agenda. Organizadores: Felipe Chibás-Ortiz, Júlio César Suzuki, Rita de Cássia Marques Lima de Castro. -- São Paulo: FFLCH: PROLAM//USP, 2024.

CNI.COMPI. (2002). *Normalização: conhecendo e aplicando na sua empresa* (2ª ed. rev.). Brasília: Confederação Nacional da Indústria. ISBN 85-88566-02-8.

Floridi, L. (2014). *The Fourth Revolution: How the Infosphere is Reshaping Human Reality*. Oxford University Press.

International Organization for Standardization. (2018). *ISO 37120: Sustainable development of communities – Indicators for city services and quality of life*. ISO.

International Organization for Standardization. (2019). *ISO 37122: Sustainable cities and communities – Indicators for smart cities*. ISO.

International Organization for Standardization. (2019). *ISO 37123: Sustainable cities and communities – Indicators for resilient cities*. ISO.

International Organization for Standardization. (2021). *ISO/IEC Directives, Part 2: Principles and rules for the structure and drafting of ISO and IEC documents*. <https://www.iso.org/sites/directives/current/part2/index.xhtml>.

International Organization for Standardization. (2024). *ISO/TC 268/SC 1 - Infraestruturas de comunidades inteligentes*. <https://www.iso.org/committee/656967.html>.

Nepomuceno, M. (2024). *Cidades MIL: além da Inteligência Artificial e Inovação Social com ESG e Agenda 2030 = MIL Cities: Beyond Artificial Intelligence and Social Innovation with ESG and 2030 Agenda*. In F. Chibás-Ortiz, J. C. Suzuki, & R. C. M. L. de Castro (Orgs.), São Paulo: FFLCH: PROLAM//USP.

Pantaleón-Matamoros, E., Zumba, F. M., & Manços, G. R. (Orgs.). (2024). *Avanços em ciência, tecnologia e inovação*. Belo Horizonte, MG: Editora Poisson.

UNESCO. (2016). *Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias* (A. Grizzle, P. Moore, M. Dezuanni, et al.). Brasília: UNESCO, Cetic.br. Disponível em unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246421.

UNESCO. (2024). *Diretrizes operacionais: construir Cidades de Alfabetização Midiática e Informacional da UNESCO*. Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000391748_por%20.

United Nations. (1948). *Universal Declaration of Human Rights*. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>.

Yanaze, M. H., & Chibás-Ortiz, F. (Orgs.). (2020). *Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL: métricas inspiradas no olhar da UNESCO*. ECA-USP.

Capítulo 9

Interface de Websites Municipais sob a Ótica da Metodologia 20 BCC-5 DCR: o site da Prefeitura de Blumenau

Renato Valderramas ⁴²

Felipe Chibás-Ortiz ⁴³

Efrain Pantaleon Matamoros ⁴⁴

Introdução

Na era digital, a interface tem papel crucial uma vez que ela é a via de acesso ao conteúdo dos dispositivos de comunicação. Em se pensando em websites municipais, a interface assume um papel crucial na comunicação entre a administração pública e os cidadãos. Um website bem concebido e acessível não apenas facilita o acesso a informações e serviços, mas, conforme Chibás-Ortiz, Suzuki e Castro (2024) também promove a participação cívica e a transparência governamental. Nesse contexto, a avaliação da percepção dos usuários sobre as interfaces a partir de diversas perspectivas torna-se fundamental. O presente capítulo propõe um sistema de avaliação baseado

⁴² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Integração Latinoamericana da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), Brasil.

⁴³ Professor no Programa de Integração Latino-Americana da Universidade de São Paulo (Prolam-USP), Coordenador Executivo do Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL (CIIDCMIL), sediado no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), e Co-líder Internacional do Grupo de Inovação da Unesco MIL Alliance

⁴⁴ Doutor em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP) em 2004, Bacharel e mestre em Ciências Físicas pela Faculdade de Física da Universidade da Havana. Atualmente, é Professor Associado da Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Rio Grande do Norte na área de Negócios Tecnológicos. E-mail: efrain.pantaleon@ufrn.br

no arcabouço teórico das 20 Barreiras Culturais da Comunicação (20BCC) e nas 5 Dimensões da Criatividade (5DCR), idealizado por Chibás-Ortiz (2015) e reconhecido pela UNESCO (2018) como um instrumento relevante para o desenvolvimento de sistemas de comunicação que estejam alinhados ao currículo da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) conforme UNESCO (2018).

A relevância desta abordagem reside na sua capacidade de ir além do aspecto técnico da usabilidade, incorporando dimensões culturais e criativas na análise da interface. Em um cenário globalizado e multicultural, como o da América Latina, transcender barreiras culturais na comunicação online é essencial para a construção do conceito de Cidades MIL (Media and Information Literacy ou Alfabetização Midiática Informacional), conceito que se alinha com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 proposta pela UNESCO (2018). As Cidades MIL preconizam um ambiente urbano onde os cidadãos são proficientes no acesso, avaliação crítica e uso da informação e da mídia, promovendo a inclusão, a equidade e o desenvolvimento sustentável, Segundo Chibás-Ortiz et. Al. (2024). A inteligência artificial e outras tecnologias podem ser importantes aliadas nesse processo, desde que sua implementação considere os princípios éticos e as particularidades culturais locais.

O Design, enquanto campo de estudo, possui um papel relevante e pertinente na concepção de interfaces que atendam às necessidades e expectativas de diversos públicos. Rawsthorn (2025) explora como o Design pode ser uma força para a mudança, influenciando a maneira como interagimos com o mundo e com as tecnologias. A consideração dos aspectos táteis e sensoriais, por exemplo, demonstra a importância de ir além da mera

funcionalidade visual na criação de experiências significativas. Da mesma forma, Scolari (2018) discute os princípios que governam a interação entre os usuários e os sistemas digitais, enfatizando a necessidade de interfaces intuitivas, transparentes e que facilitem a experiência do usuário. Ao analisar a interface de um website municipal, é crucial considerar esses princípios, alinhando-os com o objetivo de superar barreiras culturais e fomentar a criatividade na interação digital.

O presente capítulo detalha um estudo de caso aplicado ao estudo da interface do website da Prefeitura Municipal de Blumenau, onde um questionário online, elaborado com base nas 20BCC e 5DCR, foi aplicado junto a um grupo de 14 alunos do curso de Design da Universidade de Blumenau (FURB). A escolha de um estudo de caso como metodologia se justifica pela busca de uma compreensão aprofundada de um fenômeno específico em seu contexto real, conforme apontado por Yin (2001), o estudo de caso permite uma análise "generalizante" e não apenas "particularizante", buscando insights que possam ser relevantes para outros contextos. A aplicação de um questionário online, por sua vez, possibilitou a coleta de dados de forma eficiente (Gil, 2008). A análise subsequente das respostas, organizada por temas das 20BCC e 5DCR, visa oferecer uma avaliação abrangente da interface do website da Prefeitura de Blumenau sob a ótica da comunicação intercultural e do estímulo à criatividade, contribuindo para o debate sobre a construção de Cidades MIL e sua relação com o alcance das metas da Agenda 2030 (UNESCO, 2018).

Fundamentação Teórica e Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

A pesquisa se fundamenta na Metodologia das 20 Barreiras Culturais à Comunicação e 5 Dimensões de Criatividade (20 BCC-5DCR), desenvolvida e aplicada por Chibás-Ortiz (2024) com o objetivo de diagnosticar e superar obstáculos na comunicação intercultural e estimular o potencial criativo em diversos contextos. As 20BCC abrangem aspectos como etnocentrismo, estereótipos, ansiedade, diferentes estilos de comunicação, histórico de relações, entre outros, já as 5DCR, por sua vez, englobam originalidade, fluidez, flexibilidade, elaboração e sensibilidade. A UNESCO (2018) reconhece a relevância desses modelos para a promoção de cidades MIL, que visa capacitar os cidadãos a serem usuários críticos e criativos da informação e da mídia.

Para operacionalizar esses conceitos na avaliação da interface do website da Prefeitura de Blumenau, foi elaborado um questionário online utilizando a plataforma Google Forms. O questionário continha duas questões para cada uma das 20 barreiras culturais da comunicação e duas questões para cada uma das cinco dimensões da criatividade, totalizando 50 perguntas. As questões foram concebidas para elicitarem as percepções dos respondentes em relação às barreiras da comunicação e às dimensões da criatividade percebidas pelos respondentes em relação ao website oficial do município de Blumenau.

A escolha da Prefeitura de Blumenau como objeto de estudo se deu por ser um município relevante em seu contexto regional e estadual. A participação de 14 alunos do curso de Design como respondentes se justifica pela sua familiaridade com princípios de usabilidade, acessibilidade e comunicação visual, para além de serem moradores da região, conhecerem previamente a história e a cultura em que estão inseridos. A metodologia

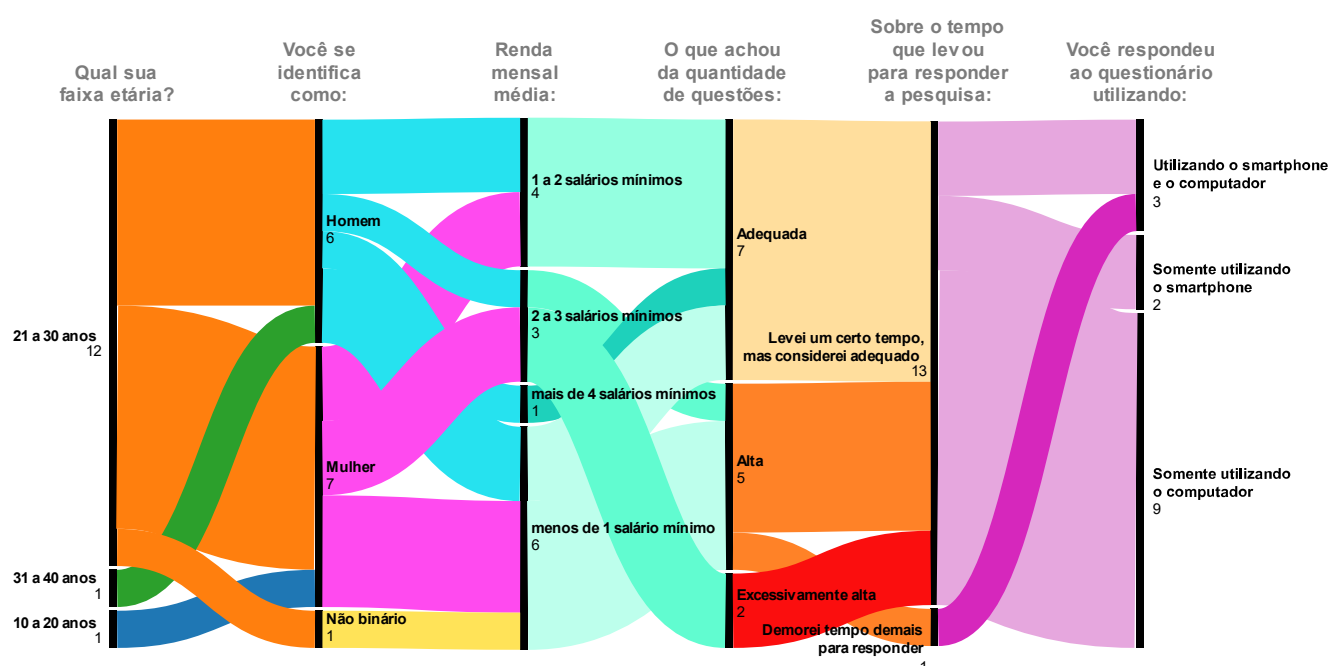
adotada se alinha aos princípios do estudo de caso (Yin, 2001), buscando aprofundar a compreensão das interações dos usuários com a interface digital municipal através da aplicação e análise de um instrumento de coleta de dados específico. Conforme preconiza Gil (2008) o delineamento da pesquisa envolveu a operacionalização dos conceitos teóricos em um instrumento de coleta de dados (no caso, o questionário online) e a seleção da amostra (os alunos universitários do curso de Design). A análise dos dados coletados através do questionário, permitiu a elaboração de gráficos do tipo histograma com o registro das respostas, bem como de gráficos com as médias das respostas e constitui a etapa central da avaliação. Importa ressaltar que a análise se concentrou nos temas subjacentes a cada barreira cultural e dimensão da criatividade, buscando identificar padrões e tendências nas percepções dos respondentes. A análise foi auxiliada pelo Chat GPT na versão 03 mini realizada a partir do Relatório “Percepções sobre as 20 BCC e 5 DCR em relação ao site da prefeitura de Blumenau” disponibilizado em formato digital . A inteligência artificial foi utilizada para a produção de uma análise contextualizada dos histogramas das 20BCC e, na sequência, da 5 DCR.

Sobre o grupo de respondentes

Os dados do grupo de respondentes, composto por 14 participantes, revelam um perfil predominantemente jovem, com 86% dos indivíduos na faixa etária de 21 a 30 anos. Em termos de identidade de gênero, a amostra apresenta uma distribuição equilibrada, com 50% se identificando como mulheres, 43% como homens e 7% como não binários. No que tange à renda, a maioria dos respondentes situa-se na faixa de 1 a 2 salários-mínimos, sugerindo um perfil socioeconômico modesto. A familiaridade com o

ambiente digital também é marcada, pois 93% dos participantes responderam ao questionário utilizando tanto o smartphone quanto o computador, enquanto apenas 7% recorreram exclusivamente ao computador. O Perfil dos respondentes pode ser observado na figura 1.

Figura 1 - Perfil dos respondentes



Fonte: Autoria própria (2025)

Quanto à experiência com o próprio questionário, a percepção geral foi positiva: metade dos respondentes considerou o tempo de resposta adequado, mesmo havendo uma minoria que avaliou o tempo como excessivo. Esses dados não apenas fornecem um panorama claro do perfil dos alunos que participaram da pesquisa, mas também oferecem subsídios relevantes para compreender como esse público, majoritariamente jovem e conectado, percebe e interage com as plataformas digitais, influenciando suas

avaliações sobre a comunicação e as dimensões da criatividade abordadas na investigação.

O Design de Interfaces como fator de inclusão e superação de barreiras culturais e criatividade

O design de interfaces possui um papel fundamental na construção de websites para que sejam acessíveis, responsáveis e relevantes para todos os cidadãos. Uma interface bem projetada deve considerar diversas necessidades e características dos usuários, incluindo suas diferentes origens culturais, níveis de letramento digital e habilidades cognitivas Rawsthorn (2025) destaca a importância do Design em criar objetos e sistemas que sejam não apenas funcionais, mas também culturalmente significativos e engajadores. No contexto de websites municipais, isso se traduz na necessidade de interfaces que evitem o etnocentrismo visual e textual, que utilizem uma linguagem clara e acessível, e que ofereçam opções de personalização para atender a diferentes preferências culturais e necessidades de acessibilidade, conforme Chibás-Ortiz (2022)

As 20 Barreiras Culturais da Comunicação (20BCC) fornecem um arcabouço valioso para identificar potenciais obstáculos na comunicação online de prefeituras. Por exemplo, a barreira dos estereótipos pode se manifestar no uso de imagens ou representações que não reflitam a diversidade da população local. A barreira da ansiedade pode ser exacerbada por interfaces confusas ou que exigem um alto nível de conhecimento técnico. A compreensão e o enfrentamento dessas barreiras, através de um Projeto de interface cuidadoso e inclusivo, são essenciais para a construção de Cidades MIL.

Scolari (2018) também ressalta a importância da transparência e da retroalimentação nas interfaces digitais. Um website municipal transparente informa claramente seus objetivos, suas funcionalidades e seus processos, reduzindo a ambiguidade e a potencial barreira da incerteza. A retroalimentação adequada informa o usuário sobre o resultado de suas ações, facilitando a navegação e diminuindo a frustração, o que pode estar relacionado à diferença nas suposições do usuário. Ao aplicar os princípios do design de interfaces em conjunto com a lente das 20BCC, é possível pensar em plataformas digitais municipais que promovam uma comunicação mais eficaz e inclusiva, alinhada com o conceito de Cidades MIL e os objetivos da Agenda 2030..

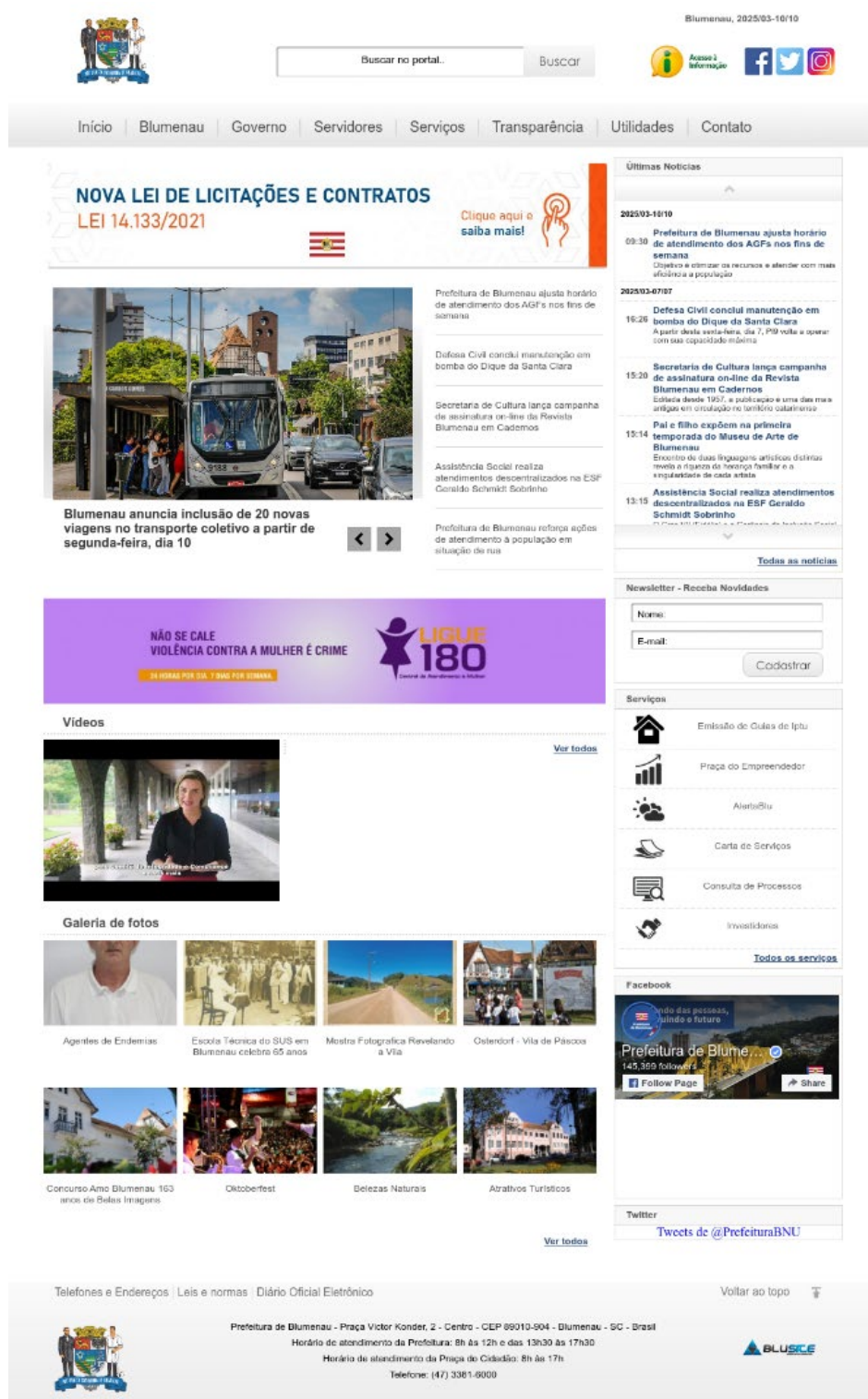
Percepções dos Respondentes sobre a Interface da Prefeitura de Blumenau sob a Ótica das 5 Dimensões da Criatividade

A partir dos resultados obtidos com a investigação piloto envolvendo 14 participantes, pode-se delinear um panorama revelador das percepções dos usuários sobre as barreiras culturais presentes no website da prefeitura de Blumenau.

Em função da quantidade de histogramas gerados a partir das respostas deste estudo, um relatório completo com todos os gráficos será disponibilizado no formato .pdf pelo link: https://drive.google.com/file/d/1DyDcvJ4J7OQO3la-NLxJyKHOG7_sWT2/view?usp=sharing.

A interface do website da Prefeitura Municipal de Blumenau está demonstrada na figura 2, apresentada a seguir.

Figura 2 - Website da prefeitura Municipal de Blumenau



Fonte: www.blumenau.sc.gov.br (Acesso em 08 março de 2025)

A investigação teve como base dois conjuntos de indicadores: as 20 Barreiras Culturais à Comunicação (20BCC) e as 5 Dimensões da Criatividade (5DCR). Para tanto, foram elaborados histogramas e gráficos de médias que possibilitam a identificação de vieses, deficiências e potenciais pontos fortes na interface comunicacional do website da prefeitura de Blumenau, aspectos estes que se revelam cruciais para a consolidação dos preceitos das Cidades MIL, conforme estabelecido pela UNESCO.

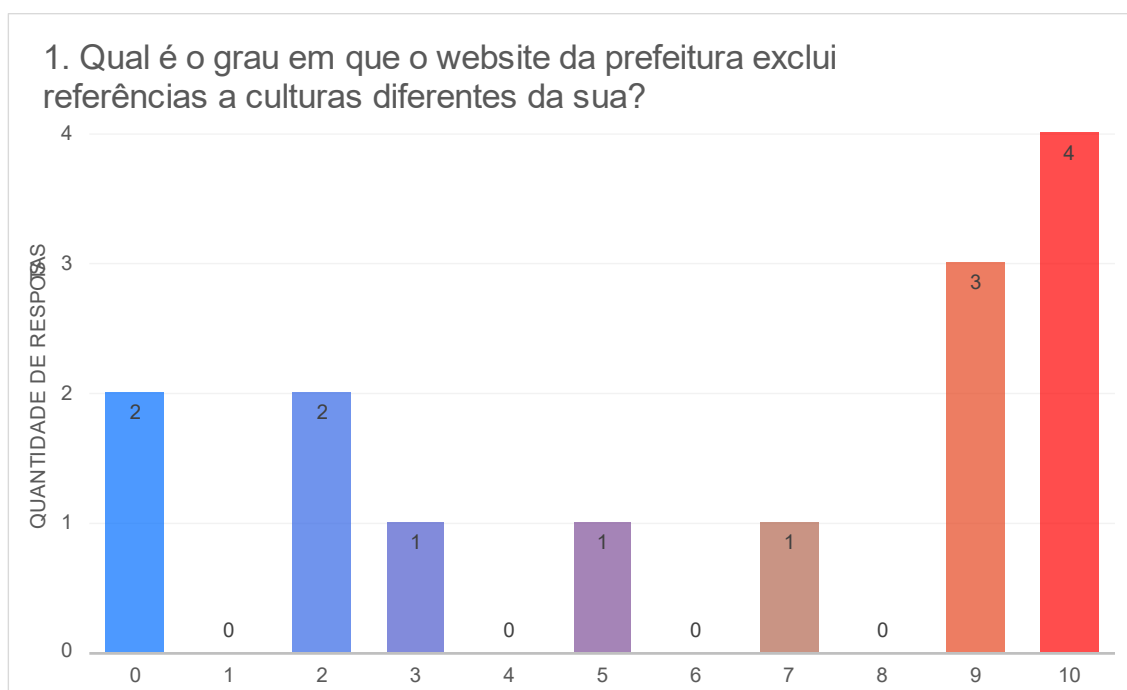
A análise dos dados foi conduzida de forma integrada, de modo que os resultados não se restringem à simples interpretação das respostas individuais, mas buscam uma visão global que associa a distribuição dos dados (representada pelos histogramas) à síntese quantitativa dos resultados (evidenciada pelos gráficos de médias). Dessa forma, pode-se obter compreensão robusta sobre como os respondentes percebem as barreiras que podem limitar a diversidade cultural, a inclusão e a participação cidadã no portal da prefeitura municipal.

Inicialmente, os histogramas referentes às 20 Barreiras Culturais à Comunicação revelam uma tessitura complexa de opiniões. Os dados demonstram, por exemplo, uma polarização marcante em relação à percepção de etnocentrismo, onde uma parte dos usuários atribui notas baixas à exclusão de referências culturais diversas, enquanto outro grupo evidencia a crença de que o website privilegia a cultura local em detrimento de outras tradições. Este contraste de respostas - frequentemente observando-se uma concentração tanto em pontuações mínimas quanto em valores elevados - indica a existência de divergências significativas na avaliação dos usuários. Diante desse cenário, optou-se por destacar e apresentar, dentre o conjunto total de 40 histogramas, cinco deles

pertencentes a temas considerados de grande relevância para a compreensão dos desafios comunicacionais: Etnocentrismo, Individualismo versus Coletivismo, Controle de Incerteza, Barreiras Linguísticas Legais e Tecnologicalismo/Barreiras Tecnológicas, discutidos um a um a seguir.

A escolha desses histogramas se fundamentou na representatividade dos temas para o debate sobre a inclusão e diversidade, além de evidenciar entraves que dificultam o acesso a uma comunicação mais democrática e adaptada à pluralidade cultural.

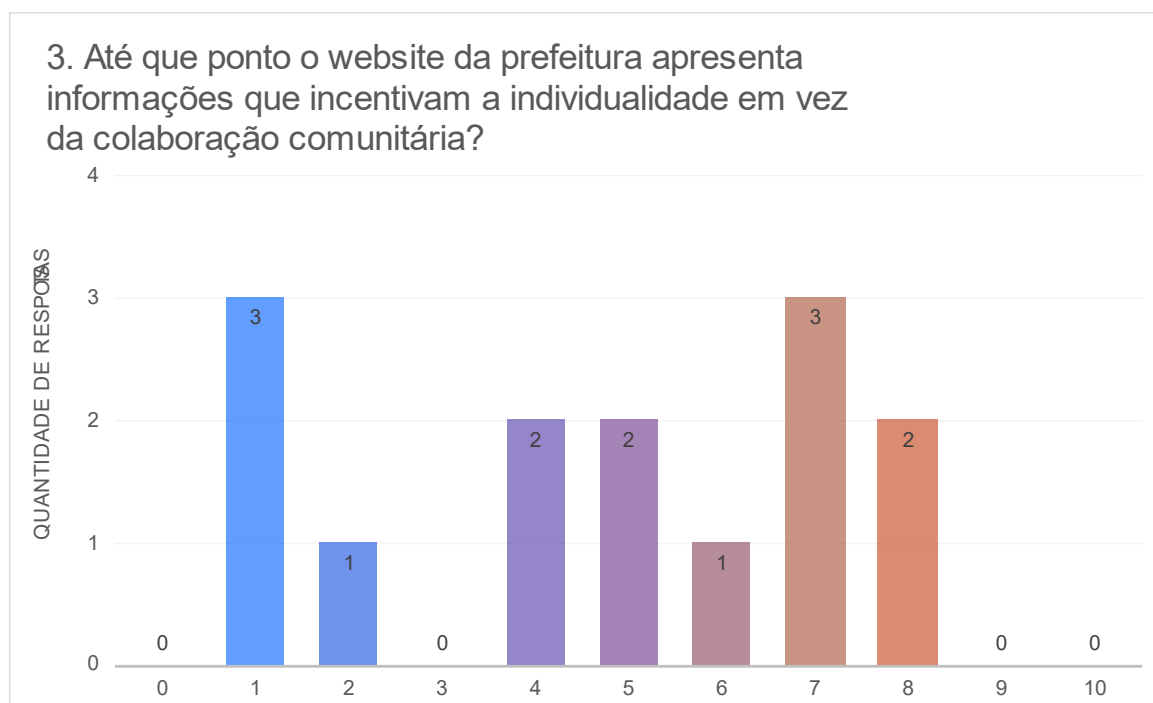
Figura 3 - Histograma: Percepções sobre as 20BCC - Etnocentrismo



Fonte: elaboração própria (2025)

No que diz respeito à presença de etnocentrismo, conforme a figura 3, os histogramas indicam que, embora alguns respondentes percebam uma baixa exclusão de referências a culturas diversas, uma parcela significativa atribuiu notas elevadas à ideia de que o website tende a privilegiar informações da cultura local em detrimento de outras. Essa dualidade - com respostas concentradas tanto em pontuações mínimas quanto em avaliações muito altas - aponta para uma polarização na percepção dos usuários, sugerindo que, para parte deles, o website comunica-se de forma excludente e direcionada, reforçando uma visão cultural limitada e possivelmente antiquada.

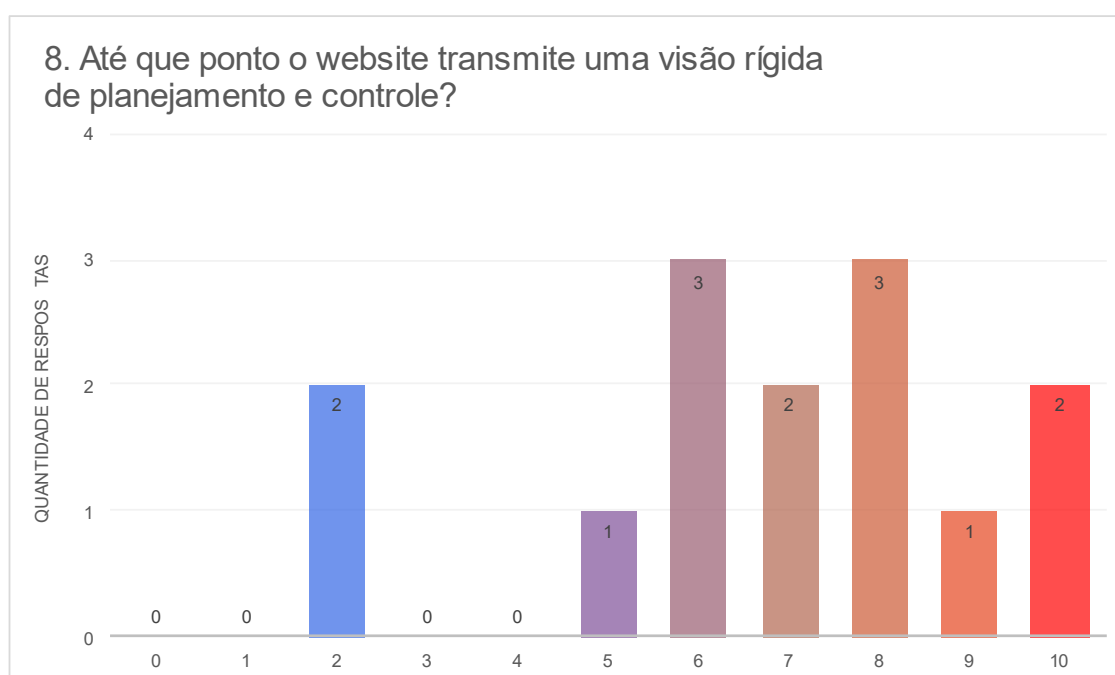
Figura 4 - Histograma: Percepções sobre as 20BCC - Individualismo X Coletivismo



Fonte: elaboração própria (2025)

Nas questões relativas ao individualismo versus o coletivismo, demonstrada na figura 4, os resultados apontam para uma comunicação que no comparativo geral, valoriza mais a individualidade do que a colaboração comunitária. Essa tendência é corroborada pelo fato de que os histogramas referentes à valorização do indivíduo (e à consequente desvalorização do coletivo) apresentam respostas que indicam uma orientação mais individualista na mensagem transmitida pelo site. Esse viés pode comprometer a construção de um discurso inclusivo, que é fundamental para o fortalecimento dos preceitos MIL.

Figura 5 - Histograma: Percepções sobre as 20BCC - Controle de incertezas

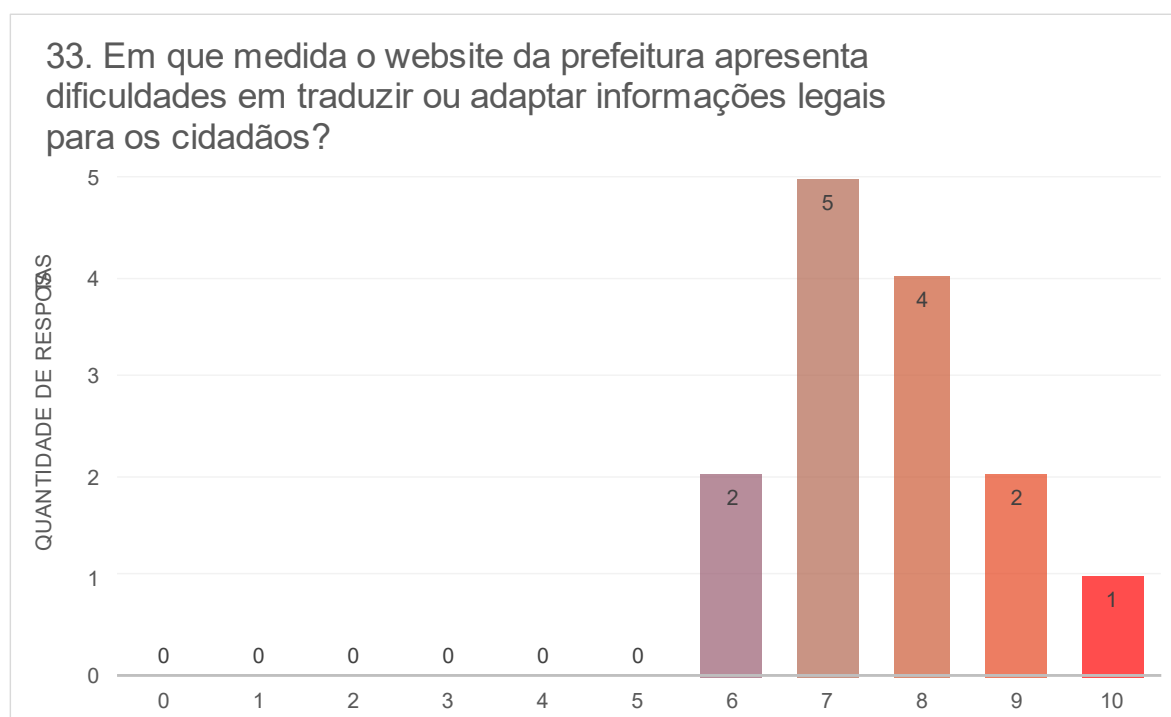


Fonte: elaboração própria (2025)

Outro aspecto importante, evidenciado na figura 5, diz respeito à rigidez versus flexibilidade na comunicação. Os histogramas que tratam do controle de incertezas demonstram que o site tende a apresentar uma visão

de planejamento rígida, priorizando a imposição de controle sobre a flexibilidade e a adaptação às demandas dos usuários. Essa postura, associada a uma ênfase em resultados imediatos em detrimento de um planejamento de longo prazo, evidencia uma abordagem que pode prejudicar a construção de políticas públicas sustentáveis e a evolução gradual dos processos comunicacionais.

**Figura 6 - Histograma: Percepções sobre as 20BCC -
Barreiras linguísticas legais**

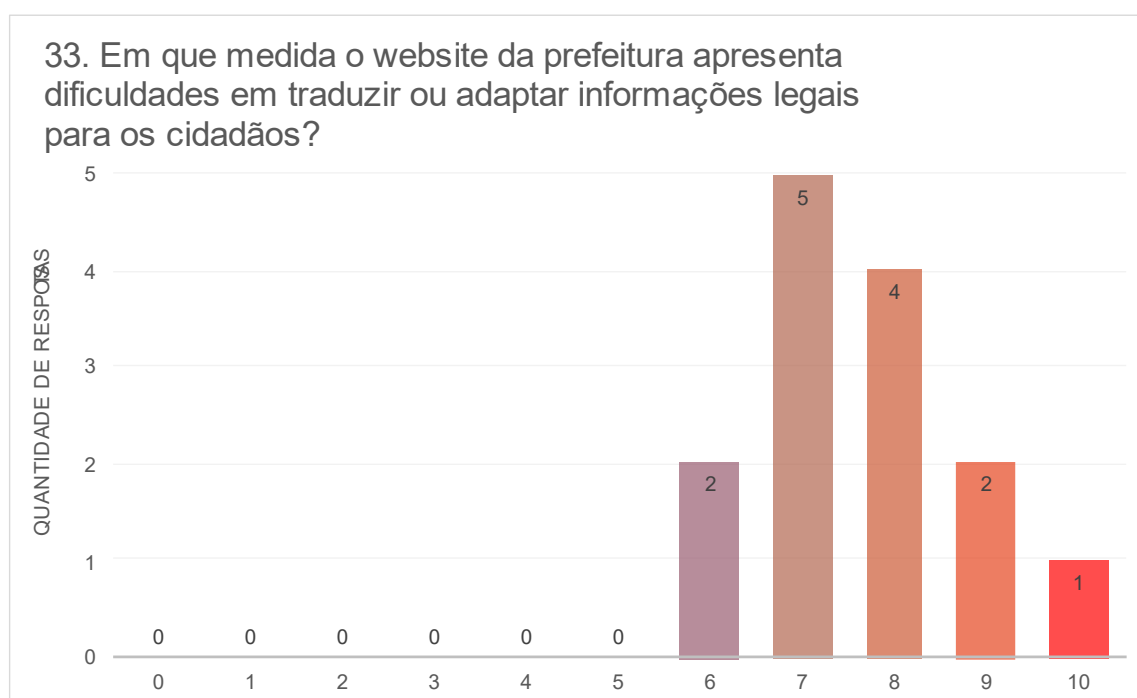


Fonte: elaboração própria (2025)

Os histogramas referentes à clareza e adaptação da linguagem legal, bem como à participação dos cidadãos nas decisões – um deles apresentado na figura 6 -, indicam que o website apresenta desafios na tradução e adaptação das informações jurídicas para um formato acessível, o que pode dificultar o entendimento dos serviços prestados e a efetiva

participação popular. Esse entrave comunicacional, aliado a um estilo que por vezes se mostra autocrático, evidencia a necessidade de uma revisão nas práticas de comunicação institucional.

Figura 7 - Histograma: Percepções sobre as 20BCC - Barreiras tecnológicas



Fonte: elaboração própria (2025)

No que tange ao domínio da tecnologia e às barreiras associadas a ela, apresentado na figura 7, os gráficos demonstram que os usuários percebem o website como pouco acessível para aqueles que possuem menor familiaridade com tecnologias avançadas ou que utilizam dispositivos e interfaces não convencionais. Essa deficiência tecnológica agrava os desafios para a inclusão digital, limitando o acesso de parcelas importantes da população aos serviços públicos oferecidos.

A análise do conjunto dos histogramas demonstrou que, embora haja respostas que indiquem uma percepção moderada em determinados

temas, a predominância de notas elevadas em áreas como o controle de incertezas e as barreiras tecnológicas sugere que o website adota uma postura rígida e pouco flexível. Essa rigidez pode se manifestar na percepção da dificuldade do portal em se adaptar às demandas dos cidadãos e em proporcionar uma experiência comunicacional que privilegie a inclusão e a participação ativa de diferentes segmentos da população. Outro ponto de destaque é a percepção de desigualdade na comunicação, especialmente na forma como o site trata as informações destinadas a gestores e cidadãos comuns, o que pode sugerir a percepção de estruturas hierarquizadas e limitar a efetiva participação popular.

Em complemento à análise dos histogramas, o gráfico que apresenta as médias foi elaborado para oferecer uma visão integrada dos dados, permitindo comparar as melhores e piores avaliações em cada tema. No caso das 20BCC, o gráfico apresentado na figura 8, corrobora as indicações dos histogramas, revelando que barreiras como urbano/rural (Tema I) e Tecnologicalismo / Barreiras tecnológicas (Tema N) apresentam valores médios proeminentes, o que reforça a percepção de que o website adota uma postura dirigida a um grupo de indivíduos especialmente. Além disso, a amplitude das respostas – que varia significativamente em temas como Tendência Ecológica (Tema O) – evidencia a existência de discrepâncias na percepção dos usuários, sugerindo que, enquanto alguns reconhecem esforços para minimizar essas barreiras, outros ainda as consideram entraves importantes no contexto geral.

Figura 8 - Média das respostas das 20 Barreiras Culturais à Comunicação



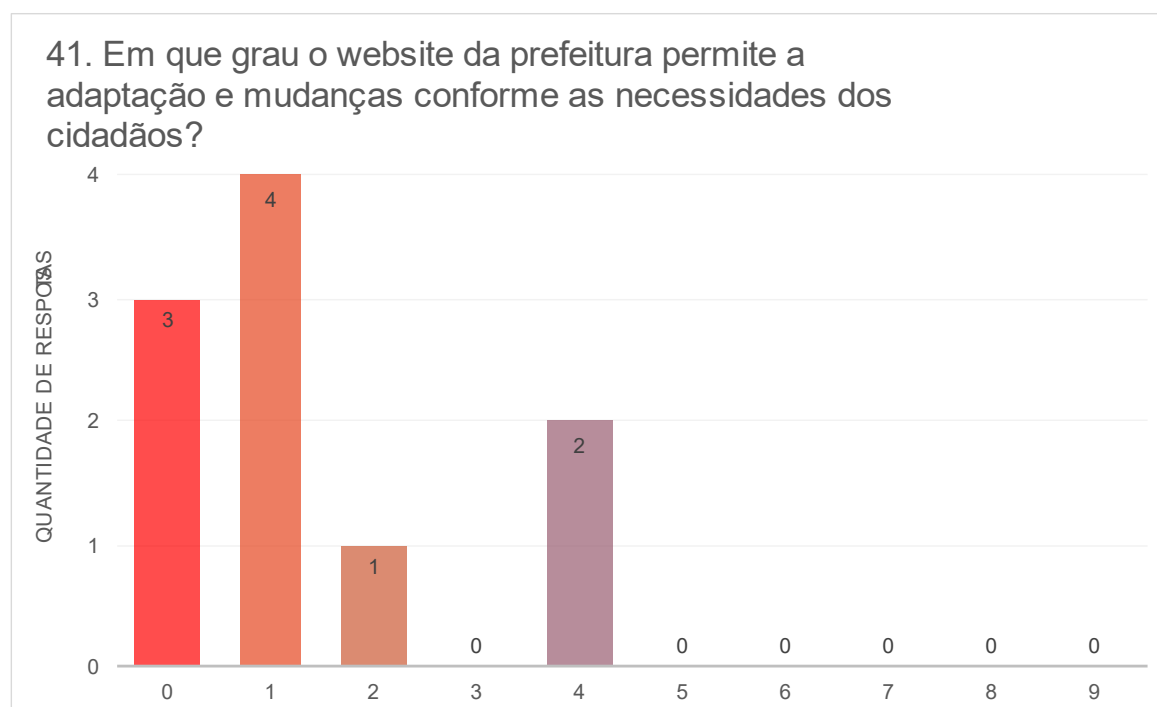
Fonte: elaboração própria (2025)

No que se tange às 5 Dimensões da Criatividade, a análise dos histogramas proporciona um panorama sobre a capacidade do website em promover inovação e adaptação. Os dados indicam que, em termos de Flexibilidade, os respondentes percebem que o portal possui uma capacidade baixa de se adaptar às necessidades dos cidadãos, com uma concentração de respostas em níveis baixos a médios. O mesmo ocorre com a dimensão da Originalidade, com os histogramas demonstrando que o site

carece de apresentar soluções inovadoras e abordagens diferenciadas. A Inovação em Grupo se destaca como o aspecto menos favorecido, ainda que apresente respostas positivas e na média, mas que denota uma limitação na promoção de iniciativas colaborativas e na valorização do trabalho coletivo.

Diante deste panorama, optou-se por destacar três histogramas específicos, para as 5 Dimensões da Criatividade: Flexibilidade, Originalidade e Inovação em Grupo. A escolha desses histogramas deve-se à sua relevância para a avaliação das capacidades do website em se manter adaptável e inovador, elementos fundamentais para que a instituição se alinhe aos ideais das Cidades MIL, que valorizam tanto a criatividade individual quanto a coletiva.

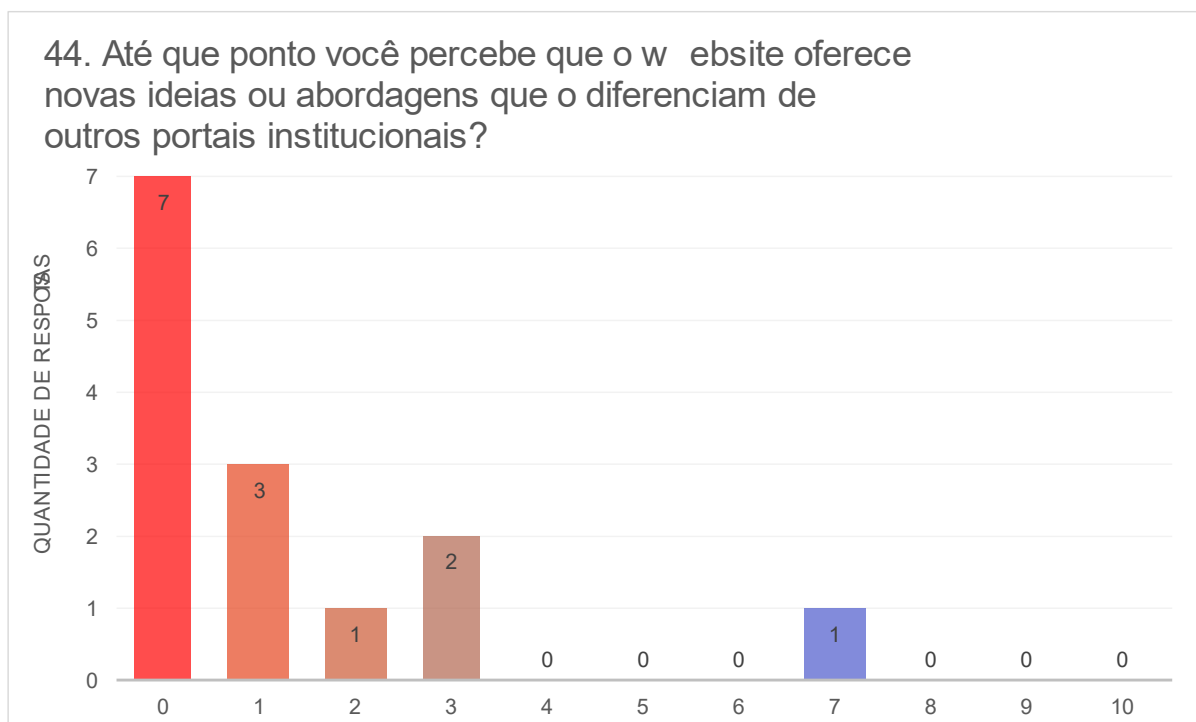
Figura 9 - Histograma: Percepções sobre as 5DCR: Flexibilidade



Fonte: elaboração própria (2025)

No tocante à Flexibilidade, conforme o exemplo da figura 9, a distribuição das respostas indica que os usuários percebem uma capacidade muito baixa do website para se adaptar e modificar sua estrutura conforme as necessidades dos cidadãos. Embora haja uma presença de respostas que sinalizam alguma abertura para mudanças, a concentração de frequências em níveis baixos e médios sugere que a percepção de adaptabilidade é bastante limitada. Esse aspecto é crucial para que o portal acompanhe a dinâmica de uma sociedade em constante transformação, característica essencial das Cidades MIL, nas quais a capacidade de resposta rápida e personalizada é determinante.

Figura 10 - Histograma: Percepções sobre as 5DCR - Originalidade

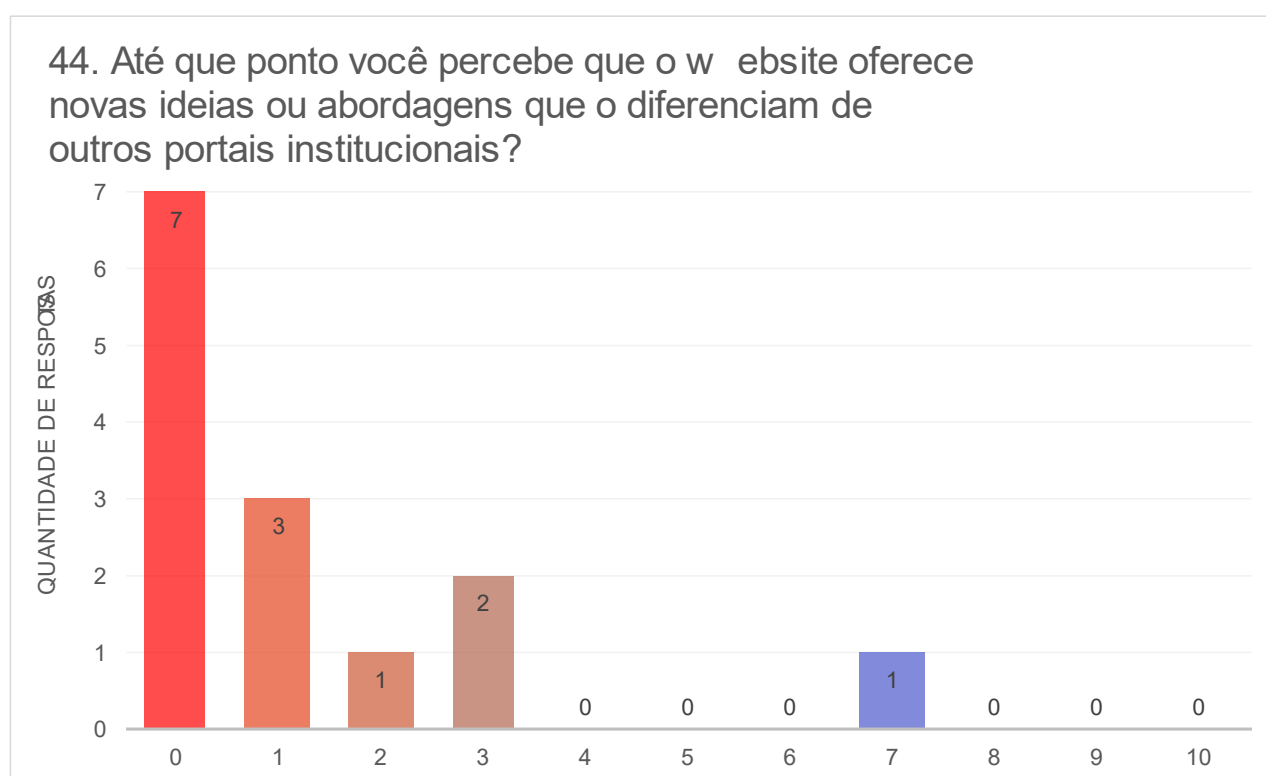


Fonte: elaboração própria (2025)

Em relação à Originalidade, conforme exemplo da figura 10, os dados extraídos dos histogramas apontam para uma percepção negativa quanto à

oferta de soluções inovadoras e diferenciadas. As respostas tendem a se concentrar em avaliações que reconhecem uma baixa presença de abordagens fora do convencional no site. Essa dimensão, que avalia tanto a oferta de opções variadas para a resolução de problemas quanto a capacidade de propor ideias que se destacam entre outros portais institucionais, reforça a figura de que, ainda que existam iniciativas inovadoras, o website precisa ainda ampliar consideravelmente seu repertório criativo para atender de maneira robusta os desafios impostos por um cenário digital em rápida - e constante - evolução.

Figura 11 - Histograma: Percepções sobre as 5DCR - Inovação em grupo



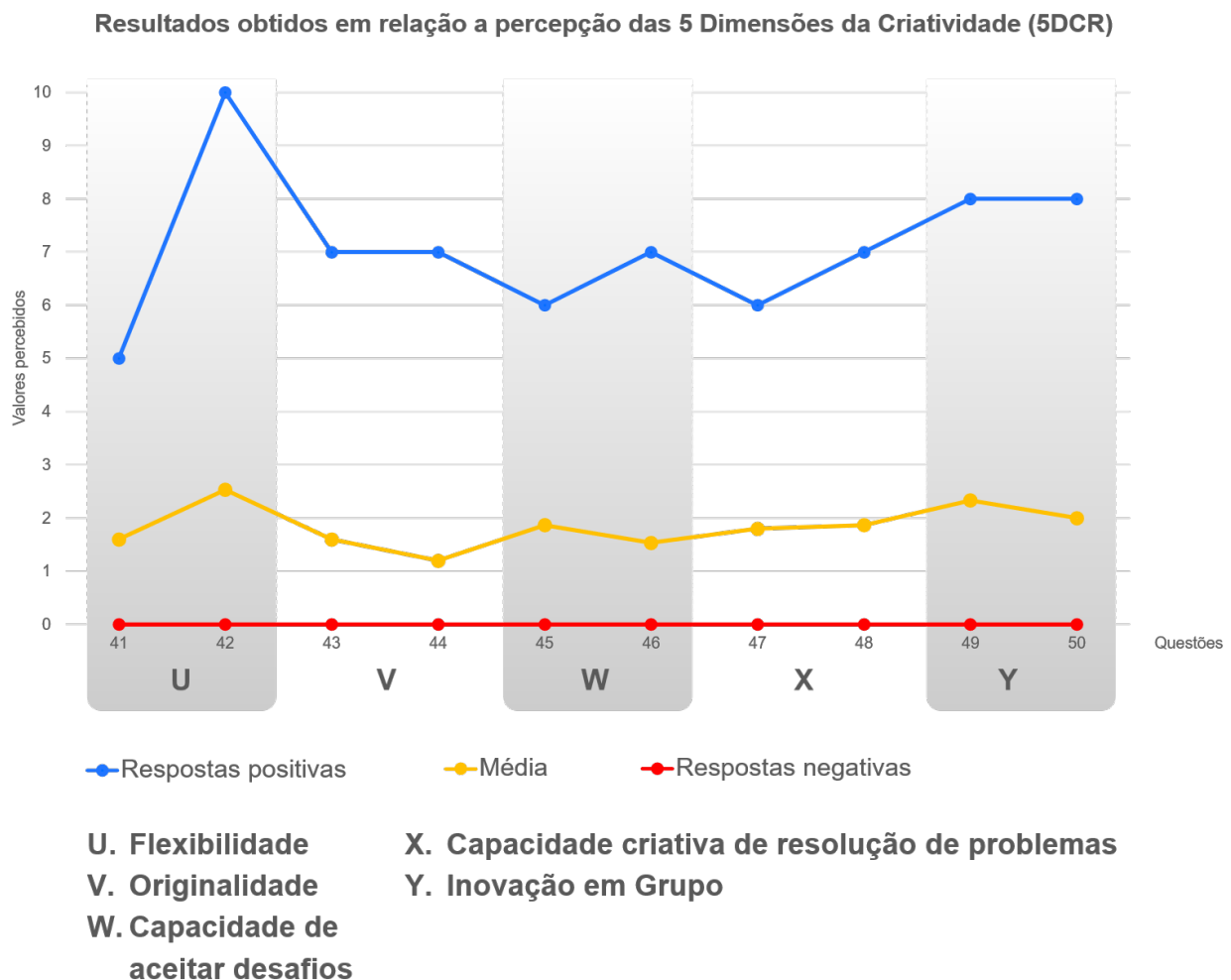
Fonte: elaboração própria (2025)

A análise dos histogramas de Inovação em Grupo, apresentada na figura 11, revela uma perspectiva negativa, mas que apresenta algumas

respostas médias e moderadas. Embora haja alguma valorização das contribuições coletivas e da promoção de ideias colaborativas, os histogramas indicam que esse aspecto é percebido com muito menor intensidade quando comparado à criatividade individual na resolução de problemas. Essa constatação ressalta um potencial área de melhoria, na medida em que o incentivo à participação coletiva pode ampliar as possibilidades de inovação e enriquecer o diálogo entre diferentes segmentos da sociedade, aspecto fundamental para o fortalecimento dos processos participativos e da construção de soluções mais inclusivas e diversificadas.

Complementarmente, os gráficos de médias para as 5 Dimensões da Criatividade, apresentado na figura 12, corroboram a análise dos histogramas. O gráfico evidencia que a Originalidade e a Capacidade Criativa de Resolução de Problemas são dimensões que consistentemente são avaliadas com valores médios baixos e apresentam pouca variação entre as respostas. Por outro lado, as dimensões de Flexibilidade, Capacidade de Aceitar Desafios e Inovação em Grupo apresentam médias sutilmente mais elevadas, com uma amplitude maior entre as respostas extremas, o que sugere uma percepção diferenciada pelos respondentes e que carece da necessidade de intervenções estratégicas para aprimorar esses aspectos.

Figura 12 - Média das respostas das 5 Dimensões da Criatividade



Fonte: elaboração própria (2025)

A integração dos resultados dos histogramas com os gráficos de médias permite uma análise mais aprofundada e quantitativa, que vai além da simples visualização de frequências. Essa abordagem integrada possibilita identificar não apenas os temas que apresentam maior consenso entre os respondentes, mas também aqueles que geram divergências e demandam uma atenção especial. Por exemplo, a elevada média observada no gráfico das médias das 20 BCC, especialmente nas barreiras relacionadas ao Tecnologicalismo e nas barreiras linguísticas legais aponta para a necessidade de flexibilizar e simplificar a comunicação institucional, de

modo a promover um ambiente mais receptivo, adaptável e participativo. Similarmente, a menor avaliação da Originalidade no gráfico das médias da 5 DCR indica que o portal apresenta uma grande carência em apresentar soluções inovadoras e em diferenciar-se de outros portais, apontando uma falta de planejamento de ações de comunicação e Design que estimulem os cidadãos a perceberem-no como um ambiente digital criativo, original e receptivo.

Considerações finais

A observação dos dados obtidos neste estudo piloto sugerem que o website da Prefeitura de Blumenau apresenta um conjunto de desafios significativos que se refletem na sua comunicação digital. As barreiras identificadas, discutidas no estudo e apresentadas pelo relatório e pelos gráficos anteriormente apresentados, como por exemplo a rigidez na adaptação às mudanças, a comunicação hierarquizada e as barreiras tecnológicas, indicam que é imperativo repensar as estratégias institucionais para que o portal se torne verdadeiramente inclusivo, pensando-se nos preceitos das Cidades MIL. Essa reformulação comunicacional não só facilitará o acesso dos cidadãos às informações e serviços públicos, mas também promoverá uma cultura de participação ativa, transparência e respeito à diversidade cultural.

Em síntese, a análise integrada dos histogramas e dos gráficos de médias das 20 Barreiras Culturais à Comunicação e das 5 Dimensões da Criatividade evidencia que, ainda que existam percepções positivas, há barreiras significativas que comprometem a eficácia da comunicação digital do website. Esses entraves, que vão desde a inflexibilidade na adaptação até a percepção da exclusão de determinados grupos culturais e sociais,

reforçam a necessidade de uma revisão profunda no que tange tanto ao design da interface e experiência do usuário quanto das práticas comunicacionais adotadas pela Prefeitura de Blumenau. Um website repensado, que seja mais flexível, democrático e inclusivo, contribuirá decisivamente para o fortalecimento da imagem institucional e para o alinhamento com os valores contemporâneos de inovação e diversidade que caracterizam as Cidades MIL.

Diante deste cenário, sugere-se que gestores e profissionais de Comunicação e Design utilizem os insights fornecidos por este estudo para promover intervenções estratégicas que visem a redução dos vieses e a superação das barreiras identificadas. A implementação de medidas que priorizem a adaptação dinâmica do conteúdo, o incentivo à participação colaborativa e a eliminação de práticas excludentes poderá transformar o website em um espaço de diálogo e inclusão. Essa transformação será fundamental não só para melhorar a experiência dos usuários, mas também para alinhar a comunicação institucional aos padrões internacionais de cidades que buscam o reconhecimento pela integração, diversidade e sustentabilidade.

Fica a recomendação, diante das grandes percepções das barreiras culturais da comunicação apontadas e da baixa percepção das dimensões de criatividade que um reprojeto do website da Prefeitura Municipal de Blumenau seja um projeto a ser considerado. O alinhamento da comunicação institucional às diretrizes das Cidades MIL propostas pela UNESCO podem ser de grande ajuda para a atualização da Interface, da experiência do usuário e da abordagem comunicacional institucional adotada nesse espaço virtual.

Por fim, ressalta-se que, embora o presente estudo, ainda que seja baseado em uma amostra piloto, obteve resultados valiosos que oferecem subsídios importantes para futuras pesquisas aprofundadas e intervenções. Espera-se que a continuidade deste trabalho possa vir a ampliar o entendimento sobre os desafios comunicacionais enfrentados por este e outros portais públicos municipais e possibilite a implementação de estratégias e revisões que promovam uma comunicação digital verdadeiramente inovadora, inclusiva, diversa e flexível, contribuindo assim para a consolidação dos preceitos das Cidades MIL.

Referências

- Chibás-Ortiz, F. (2015). *Creatividad, comunicación y cultura*. La Habana: Pueblo y Educacion.
- Chibás-Ortiz, F. (2024). Rumo à metodologia 20BCC 5DCR. *SOCIAL Review*, 12(1), 41-52. <https://doi.org/10.62701/revsocial.v12.5176>
- Chibás-Ortiz, F., Suzuki, J. C., & Castro, R. C. M. L. (Orgs.). (2024). *Cidades MIL: Além da inteligência artificial e inovação social com ESG e Agenda 2030*. São Paulo: FFLCH-USP; PROLAM-USP. DOI: 10.11606/9788575064832
- Chibás-Ortiz, F., Suzuki, J. C., & Castro, R. C. M. L. (Orgs.). (2022). *Cidades MIL: Indicadores, métricas e casos*. São Paulo: FFLCH-USP; PROLAM-USP. DOI: 10.11606/9788575064405
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Lima, E. F., & Watson, C. S. A. (Orgs.). (2017). *Identidade e diversidade cultural na América Latina*. Porto Alegre: Editora Fi. Recuperado de <http://www.editorafi.org/>
- Mader, S. (Ed.). (2020). *Informed societies: Why information literacy matters for citizenship, participation and democracy*. London: Facet Publishing.

Norman, D. A. (2023). *Design for a better world: Meaningful, sustainable, humanity centered*. Cambridge, MA: The MIT Press.

Rawsthorn, A. (2018). *Design como atitude*. Tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Ubu Editora.

Scolari, C. A. (2018). *Las leyes de la interfaz: Diseño, ecología, evolución, tecnología*. Barcelona: Editorial Gedisa.

UNESCO. (2018). *Global standards for media and information literacy curricula development guidelines*. Paris: UNESCO. Recuperado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260935>

UNESCO. (2021). *Construir Cidades de Alfabetização Midiática e Informacional da UNESCO: Diretrizes operacionais*. Paris: UNESCO. Recuperado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377068>

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (2ª ed.). Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman.

Chapter 10

São Paulo: uma cidade resiliente

José Renato Nalini ⁴⁵

Ninguém mais consegue negar que a natureza está revoltada com os maus tratos a ela infligidos durante séculos. Os cientistas anunciaram, durante décadas, os perigos que rondavam a humanidade. Surdos, não ouvimos. Agora, quem está com a palavra é a própria natureza.

Por isso, a fase das mitigações e atenuações parece ultrapassada. Se a sociedade humana tiver juízo, cuidará de adaptar as cidades para eventos extremos que continuarão a ocorrer, com frequência e intensidade cada vez maiores.

Vive-se hoje a era da resiliência, verbete que entrou no radar de todos: governo, empresas, academia e população. O aprendizado virá pelo traumatismo, já que a persuasão tranquila não surtiu efeito. “Na realidade, a ‘verdadeira riqueza’, de que depende todo o processo de vida, e sem a qual o sistema econômico não existiria, permanece notadamente desconsiderada pelos economistas e líderes empresariais, e é aí que começam as externalidades negativas” (Rifkin, 2024, p. 59). É o ambiente sadio, dádiva gratuita de que não cuidamos com o carinho que ele merece.

Somos fabricantes de deserto no Brasil. Quando os lusos aqui chegaram, no limiar do século XVI, chegaram a dar crédito às lendas de que

⁴⁵ José Renato Nalini é Reitor da UNIREGISTRAL, docente da Pós-Graduação da UNINOVE, Secretário-Executivo das Mudanças Climáticas de São Paulo e autor de “Ética Ambiental”, Thomson-Reuters-RT

havia o “Jardim do Eden” como lugar físico, do qual tinham sido expulsos os primeiros humanos. Isso porque esta terra, “em que se plantando tudo dá”, era de um raro esplendor. Vegetação tropical exuberante, flora e fauna de tonalidades que o Velho Mundo não conhecia.

E começou a devastação.

Não foi diferente com São Paulo. Imagine-se a epopeia dos jesuítas que venceram a “muralha verde” da Serra do Mar, sem estradas, sem picadas, sem os meios de que hoje dispomos. Ao atingirem o Planalto de Piratininga, viram a maravilha de grandes rios que serpenteavam por suas várzeas e eram fonte inesgotável de sustento para a civilização que então se iniciava. O que se fez a partir de 25 de janeiro de 1554?

Os rios foram mutilados. Convertidos em canais condutores de esgoto e de imundície. As várzeas cederam seu lugar para artérias de circulação do automóvel, o mais egoísta dos meios de transporte. Basta verificar que a maior parte dos veículos é ocupado por uma só pessoa: o motorista. Um ser estressado, a enfrentar um trânsito infernal, a poluir a atmosfera com os gases venenosos causadores do efeito-estufa. A primeira causa do aquecimento global que prenuncia a eliminação de toda espécie de vida sobre a Terra.

É sempre oportuno recordar que não é o planeta que sofre riscos. Ele continuará a existir na sua galáxia que não é das maiores. O que vai acontecer é que a Terra prescindirá da espécie humana para continuar o seu trajeto pelo Cosmos.

São Paulo acabou com a sua maior fonte de vida: os rios. Enterrou os córregos e outros cursos d’água. É uma cidade para os veículos automotores e não para as pessoas.

Milhões de árvores foram dizimadas. Há regiões tórridas na insensata conurbação que reúne quase treze milhões de habitantes só no território paulistano. Já não se distinguem as fronteiras com os demais municípios e mais da metade da população do Estado de São Paulo se concentra na mancha da capital e seus satélites.

A ignorância do ser humano o impede de prestigiar o milagre da sobrevivência num pequeno planeta de um sistema solar modesto, considerada a grandeza do universo. “Produção primária líquida – a produção de biomassa vegetal – é todo o dióxido de carbono absorvido pela vegetação durante a fotossíntese, menos o que se perde pela respiração. A produção primária líquida é a geradora de toda a riqueza e a fonte das quais as espécies sustentam a cadeia alimentar para garantir sua sobrevivência. A raça humana tem vivido dessa produção primária líquida nos últimos duzentos mil anos de sua existência. Contudo, no decorrer da era industrial dos últimos dois séculos, nossa espécie acumulou uma quantidade cada vez maior dessa produção do planeta, transformando-a em riqueza produtiva de curta duração e possibilitando um vasto aumento da população humana e sua longevidade” (Rifkin, 2024, p. 59).

Recusamo-nos a aprender com a natureza. Com a singeleza do funcionamento de uma complexa estrutura que permitiu o desenvolvimento de bilhões de humanos, hoje superlotando um pequeno planeta que está se exaurindo, porque seus recursos naturais são finitos e a fome inesgotável do bicho-racional é infinita. Uma equivocada noção de “progresso” edificou a Era dos Combustíveis Fósseis. “A maior parte de nossa atividade econômica é composta de combustíveis fósseis ou transformada e movida por eles. O que entra em nosso corpo, em nossas casas, empresas,

escritórios e fábricas é, em grande extensão, mediado por combustíveis fósseis ou composto deles” (Rifkin, 2024, p. 72).

A conta chegou. A utilização do ambiente como se fora um supermercado gratuito, do qual tudo se extrai, nada se repõe, está custando caro para a humanidade. São Paulo é um exemplo bem evidente. A diferença de temperatura entre as regiões arborizadas e as despidas de verde chega a dez graus Celsius! O calor é um assassino insidioso e silencioso. Não vai aparecer no assento de óbito como “causa mortis”. Mas foi o deflagrador das causas imediatas da morte precoce de milhões de pessoas.

O descaso e a insensibilidade reinaram durante muito tempo. Só muito recentemente é que a administração municipal percebeu que algo de muito urgente e de muito sério precisaria ser feito.

A administração Ricardo Nunes foi pioneira ao criar uma Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas. Isso ocorreu em 2021, antecedita pela elaboração do PlanClima, um Plano de Ação Climática bem ambicioso, cujo objetivo é orientar a ação do governo municipal para incluir a variável climática em seu processo decisório. As decisões governamentais não podem ignorar que chegaram as emergências climáticas e que é sua obrigação tentar impedir mortes precoces que derivam do calor, mas também do afogamento nas inundações, dos desabamentos, dos deslizamentos de terra e de outras catástrofes resultantes dos eventos extremos.

Pretende-se também fazer com que a sociedade reflita sobre os impactos de mudança do clima em suas atividades, de maneira a se preparar para as inevitáveis transformações. A elaboração do PlanClima foi bem

minuciosa, contou com a participação da Academia e de entidades do terceiro setor que se especializaram no estudo do tema. Há dois objetivos gerais. O primeiro deles, empreender a ação política necessária para a redução até 2030, de 30% das emissões de gases de efeito estufa do município de São Paulo, em comparação aos níveis de 2017. A meta incondicional é, até 2030, a redução de 20% de emissões e a meta condicionada é até 2030, o município reduzir 50% das emissões. É condicionada à atuação de setores que não estão sob a gestão municipal, assim como o objeto de emissão zero até 2050, depende da participação de toda a sociedade.

O segundo objetivo é implementar as medidas necessárias para fortalecer a resiliência do Município, reduzindo as vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais da população paulistana e aumentando sua capacidade de adaptação. Com a finalidade de realizar os objetivos gerais, o PlanClima se estruturou em cinco estratégias. Cada qual delas traz objetivos específicos de mitigação e adaptação, que são refletidos nas 44 ações apresentadas. Já as ações respondem a metas específicas e a marcos de execução.

As estratégias são: 1. Rumo ao carbono zero em 2050; 2. Adaptar a cidade de hoje para o amanhã; 3. Proteger pessoas e bens; 4. Mata Atlântica, precisamos de você e 5. Gerar trabalho e riqueza sustentáveis.

Hoje, 2025, é importante afirmar que 86% do PlanClima está em plena execução. Para a consecução das metas e ações, a gestão municipal observa cinco diretrizes: 1. Abordagem integrada, mediante identificação de ações que respondam tanto à redução de riscos climáticos, quanto à redução das emissões de gases produtores do efeito estufa, de maneira a utilizar os

recursos públicos de maneira eficiente. 2. Priorizar e fortalecer as ações existentes: isso implica em começar a implementação pelas ações que já estão previstas em planos, programas e projetos setoriais, inserindo e aprimorando seu potencial climático e inclusivo. É uma importante estratégia da atual administração, que não quer manter a praxe de ignorar o que se fez nas gestões anteriores e adotar a nociva prática de “reinventar a roda”, apenas para não prestigiar os antecessores. 3. Adotar ações de não arrependimento e de ganha-ganha. É mister implementar desde agora as ações que valham realmente a pena investir, não importando as dimensões das alterações climáticas ou cujos custos são relativamente baixos em vista dos benefícios e medidas que simultaneamente à redução dos riscos climáticos, tragam benefícios sociais, econômicos e ambientais mais amplos; 4. Fortalecer a governança climática no município: o que importa em mobilizar os diferentes atores internos e externos à Prefeitura, para implementação de ações integradas e intersetoriais e 5. Promover mobilização metropolitana e regional. Sabe-se que o clima não respeita as convenções formais sob a modalidade de fronteiras. Por isso, o PlanClima também se preocupa com a inspiração e mobilização de outros municípios na adoção de ações de enfrentamento às emergências climáticas.

Embora seja uma peça eminentemente técnica, para cuja feitura foram chamados acadêmicos, pesquisadores e especialistas nas mais diversas áreas, a necessidade de convencimento da população se serviu também de um apelo a outras manifestações: as artes, a música, a poesia, a literatura, o teatro e o cinema. Tudo o que possa fazer com que a população seja mais atenta à questão das transformações por que passa a Terra, importa para os executores do PlanClima.

Assim é que a publicação de seu texto contém o empréstimo do talento de muitos seres sensíveis que, até mais do que outros, absorvem a gravidade do problema e a traduzem nas belas produções que nos oferecem. Pode-se mencionar, por exemplo, textos como *"Era neblina, hoje é poluição/ Asfalto quente queima os pés no chão/ Carros em profusão, confusão/Água em escassez, bem na nossa vez,* de Emicida, em *"Passarinhos"*. *"Lampião de gás/lampião de gás/quanta saudade/você me traz/Da garoinha fria, fininha/escorregando pela vidraça/do sabugueiro grande e cheiroso/lá no quintal, da rua da Graça"* (Zica Bergami, que compôs em 1958 a música gravada por Inezita Barroso e que ganhou o Brasil e o mundo). E também *A chuva espalhando, todos os males/Ai ai, uiui, ai como isso arde/É bateria de celular, césio, similares/A peste invisível maculando os ares/Mercúrio nos rios, diesel nos mares, o solo estéril e já fizeram sua parte/Uuh, ó, e salvem o planet, papelzinho de bala no chão tio é muita treta/ O sádico monstro está à frente/Sai do circulo vicioso e recicla sua mente (vamo estuda, pô!)* (Criolo, em *Chuva Ácida*).

Os vilões paulistanos são, nessa ordem: o trânsito, a energia estacionária e os resíduos sólidos. Os quase dez milhões de veículos que percorrem as ruas de São Paulo diuturnamente, emitem cerca de 61% dos gases de efeito estufa. A energia estacionária - o funcionamento de toda a estrutura urbana, que depende de eletricidade - é responsável por 31% dos gases venenosos. Finalmente, os resíduos sólidos, eufemismo para o que sempre foi chamado "lixo", constituem os 8% restantes para a avaliação da má - na verdade péssima - qualidade do ar paulistano. Não custa recordar que em 2024, considerado até então o ano mais quente da História, São

Paulo foi considerado o pior clima do planeta. O ar mais empestado, poluído, letal. Ninguém quer vencer um ranking como esse.

Merece menção inicial a questão dos resíduos sólidos. São Paulo produz cerca de quinze mil toneladas diárias de lixo. É um absurdo. Mais ainda, considerar que apenas 3% dessa quantidade chegam à reciclagem. Os 97% restantes vão para aterros sanitários, que não constituem solução. Ou é o ideal construir camadas e camadas de descartes em lugares que deveriam ser destinados a parques, a jardins, a florestas, a bosques urbanos?

Tudo isso resulta da falta de educação da população. Países civilizados exigem um tratamento consentâneo ao desperdício que o morador das cidades costuma praticar. Na Suíça, chegam a nove as categorias da separação dos resíduos sólidos. O vidro, por exemplo, tem de merecer destinação correta, segundo seja branco, verde ou de outra cor, normalmente marrom. Aqui no Brasil, bastaria que as pessoas fizessem três separações: os orgânicos, que podem ser utilizados para compostagem, produzindo fertilizantes ou o gás biometano, os vidros e o restante: papel, papelão, isopor, embalagens etc. Com isso, a população deixaria de ver bilhões destinados à varrição e coleta. Dinheiro que poderia ser aplicado em educação, saúde, moradia, transporte, ou qualquer outra finalidade mais nobre do que cuidar do lixo que o mal-educado produz.

Cada vilão merece um tratamento específico de parte da Prefeitura. A descarbonização do transporte viário tem várias frentes. A substituição da frota de 13 mil ônibus movidos a diesel por veículos elétricos. O Prefeito Ricardo Nunes conseguiu financiamento junto a órgãos internacionais para aquisição de 3.600 ônibus movidos a eletricidade. A indústria nacional tem

condições para oferecer os veículos. Foi surpreendido com a falta de estrutura da concessionária de energia elétrica, a ENEL, que não poderia oferecer os equipamentos para a recarga. Também houve exigências aparentemente esdrúxulas da segurança, o que inviabilizou a implementação integral do programa. Ainda assim, com a entrega de cerca de cem ônibus no final de 2024, a capital dispõe de mais de 500 veículos movidos a eletricidade. Ainda é muito pouco. Mas a Prefeitura não desistiu.

Está, inclusive, aceitando sugestões alternativas, como a de utilização do biometano, um gás natural não fóssil, produzido a partir dos resíduos orgânicos e que a indústria garante entregar, desde que haja demanda. Há estudos da Comgás, da Única, que congrega os usineiros de açúcar e álcool e a Academia também contribuirá para que se chegue à melhor solução.

Também há incentivos para que a frota particular seja eletrificada, a despeito do boicote dos produtores de automóveis convencionais, incentivados pela mudança geopolítica de retrocesso que voltou a preponderar na América do Norte, o que faz os países periféricos se espelharem na hegemonia que já foi a mais poderosa do planeta.

Algo que melhoraria significativamente o ar paulistano seria o uso do etanol, o combustível renovável, não poluente como a gasolina e o diesel. É lamentável que os proprietários de veículos flex ainda prefiram abastecer seus motores com gasolina, a despeito da possibilidade de uso do etanol, disponível em todo o país e, portanto, abundante nos postos paulistanos.

A energia estacionária esbarra também no crescimento da utilização da eletricidade, que está subordinada a uma espécie de monopólio, embora haja previsão de abastecimento no mercado livre ou em produção

energética em pequenas centrais, para fugir às imposições da detentora da concessão. A Prefeitura recorre à Universidade para que ofereça alternativas e participa de todos os Fóruns onde esses temas sejam objeto do estudo das empresas, das organizações do Terceiro Setor e da Academia.

Uma providência em execução é a adaptação de todos os próprios municipais, para que sejam abastecidos com energia limpa. Convênio com a municipalidade de Copenhague, em pleno curso, faz com que as escolas, prioritariamente, recebam energia desvinculada ao combustível fóssil. Incentiva-se a adoção de alternativas que levem a sério a transição energética e vários projetos se encontram em andamento.

O que é importante, em relação à capital paulistana, é que ela foi a primeira a contar com uma Secretaria de Mudanças Climáticas. Vinculada à Secretaria do Governo, o que a torna muito próxima ao Gabinete do Prefeito e possa desenvolver o seu papel de articulação junto às demais Pastas, empresas municipais, com as demais esferas estatais, com a Universidade, com o empresariado, com a Igreja, com a mídia, com a sociedade civil em geral.

Dentre as atribuições da Seclima, estão a coordenação da OIDA - Operação Integrada em Defesa das Águas, talvez a sua mais sensível missão. Sabe-se que a escassez hídrica é uma das ameaças mais sérias que pairam sobre São Paulo. Tudo porque a insensata urbanização, que não obedeceu a planejamento, nem levou a sério a situação ambiental, enterrou milhares de cursos d'água e a invasão de áreas de proteção dos mananciais produziu a contaminação dos reservatórios.

A situação mais drástica é a da represa do Guarapiranga, único reservatório abastecido por nascentes paulistanas. O sistema Cantareira

recebe água que vem de outros cursos d'água, inclusive de Minas Gerais. A ocupação da região dos mananciais se faz de forma incessante, incentivada por setores que deveriam ser os primeiros a atuar na preservação e compromete o futuro de São Paulo.

Ninguém parece perceber a gravidade do que se avizinha. A construção de moradias na área de proteção dos mananciais é proibida, imprópria, inadequada e perigosa. Constitui até crime, pois esse território é o responsável pelo abastecimento da Guarapiranga, da qual mais da metade da população paulistana se abastece com água para beber, para a sua higiene, para lavar louça, para lavar roupa e para os demais fins aos quais a água serve.

Pois bem. A Guarapiranga já perdeu cinco metros de profundidade. Suas águas, de acordo com relatório do Instituto de Engenharia de São Paulo, estão contaminadas por coliformes fecais. Os afluentes que ainda conseguem despejar líquido dentro dela carregam o despejo de esgotamento doméstico das ocupações ilegais, mas o tratamento de água não consegue eliminar resíduos de fármacos. Exames laboratoriais já detectaram a presença de antibióticos, anticoagulantes, antidepressivos, anticoncepcionais, demais fármacos. Pior ainda: há cocaína, expelida na urina e o microplástico já chegou às artérias das pessoas, o que foi constatado em cirurgias cardíacas e até no cérebro. Há pesquisas comprobatórias dessa calamitosa condição da Guarapiranga.

A OIDA resulta de um convênio entre Estado e Prefeitura. O Estado fornece a Polícia Militar Ambiental. A Prefeitura, além da Guarda Municipal Ambiental, entra com as Subprefeituras, com equipes autônomas, merece auxílio do CREA e de outros abnegados. Mas é uma luta muito desigual. A

ocupação indiscriminada é incentivada, protegida e vem a ser até anistiada, por inexata compreensão de que os moradores não merecem a tutela da Justiça.

O raciocínio é singelo: moradia é, sim, direito fundamental. Mas de segunda ou terceira dimensão. O direito fundamental indiscutível é aquele contido no caput do artigo 5º da Constituição: vida, liberdade, igualdade, propriedade e segurança. Não é possível que o direito à moradia interfira, atropеле e inviabilize o direito à vida. Por sinal, as construções que ali têm sido combatidas não servem exclusivamente aos carentes. Há edificações com piscina, com píer para barco na represa. Pessoas abonadas, em privilegiada situação financeira, que não hesitam em comprometer o futuro de milhões de paulistanos.

Enquanto a sociedade não acordar para isso, a luta da OIDA será infrutífera, tamanhos os entraves encontrados, como a que desalentar a valorosa e minúscula equipe que a faz funcionar e fazê-la desistir. A Guarapiranga é de toda São Paulo, não é da Prefeitura, nem do Estado. Se os titulares do direito à sua utilização não despertarem, o poder público, sozinho, não poderá defendê-la como deveria.

Uma segunda atribuição da Seclima é o COMFROTA, um Comitê destinado a estudar e apoiar todas as possibilidades de descarbonização da grande frota de automotores que circula por São Paulo. É chamada a participação de toda a sociedade paulistana, com representantes dos setores afetados, num diálogo muito produtivo para que as metas do PlanClima sejam atingidas nos seus prazos.

Outra atribuição da qual a Seclima tem se desincumbido a contento é a coordenação do PPCV – Plano de Prevenção de Chuvas de Verão. Sabe-se

que São Paulo sempre registrou esse fenômeno. Chuvas no período dessa estação do ano que já não é tão previsível como já foi em outros tempos. De qualquer forma, entre novembro e março do ano seguinte, operacionaliza-se um planejamento cuidadoso com a participação de várias Secretarias e atuação muito especial da Defesa Civil.

Simultaneamente, a gestão investiu mais de oito bilhões de 2021 a 2024, em obras como: macrodrenagem, microdrenagem, limpeza de córrego, desentupimento de bueiros, requalificação de matas ciliares, aprofundamento e construção de “piscinões”, um paliativo ainda necessário, construção de muros de arrimo e de contenção, remoção de obstáculos criados pelo mau uso do solo e outras providências. Tudo isso, com vistas a eliminar a possibilidade de mortes causadas por enchentes, inundações, deslizamentos de terra e desmoronamentos de construções precárias.

Mais de quatrocentos “jardins de chuva” foram construídos. É uma providência singela: devolver à natureza o solo que o asfalto dela tomou. Esses pequenos espaços constituem um empecilho a que a água se avolume, forme correntezas causadoras de enchentes e inundações. A Prefeitura continuará agora a renovar as “vagas verdes”, ou seja, tirar da área destinada a estacionamento, pequenos espaços para a construção de jardins de chuva. A cidade de São Paulo é quase totalmente impermeabilizada e se não houver uma política séria, consistente e firme para torná-la mais resiliente, o caos será a resposta da natureza.

A Seclima também elaborou um hub com toda a forma de participação da sociedade no enfrentamento das emergências climáticas. Descobriu-se que a capital dispõe de heróis anônimos, que plantam árvores discretamente, sem pedir apoio ao Poder Público. Limpam a represa. Fazem

corredores ecológicos. Ajudam a manter a cidade sem o testemunho da falta de educação no descarte do lixo produzido. E existem entidades, associações, clubes, Igrejas, sindicatos, toda espécie de agregação, também devotadas à causa ambiental. É importante dispor desse quadro de operadores espontâneos, para concluir que essa missão de salvar a cidade, como forma de salvar a humanidade, é encargo de toda pessoa sensível e não só do governo.

Neste 2025 em que o Brasil pela segunda vez sediará a COP30, a Conferência Quadro das Nações Unidas em favor do ambiente, a Municipalidade exercerá o seu protagonismo. O Prefeito Ricardo Nunes constituiu uma Comissão para a Construção de uma Cidade Resiliente, valendo-se do clima propício às discussões ambientais.

São Paulo tem muito o que mostrar. A Universidade de São Paulo, por exemplo, já fabrica hidrogênio verde e seus ônibus circulam na Cidade Universitária abastecidos com esse insumo. Desenvolve também uma série de outras experiências que resultarão num Brasil mais limpo, mais saudável, menos opressor da natureza.

Com a criação da Cátedra do Clima e da Sustentabilidade, cujo primeiro titular é o climatologista Carlos Nobre, autoridade mundialmente respeitada, o IEA – Instituto de Estudos Avançados promoverá sessões de estudo aos quais a Prefeitura prestigiará. É preciso que São Paulo mostre o resultado de suas pesquisas em benefício da humanidade e comprove ser uma cidade resiliente, que já elaborou vinte e nove dos cinquenta e oito cadernos que possibilitarão adequado diagnóstico de seu território. Cada caderno possui avaliação geológica, hidrológica e de vulnerabilidade social do território respectivo. A partir daí, não será tarefa impossível definir as

prioridades de tratamento da área, senão investir em cada uma delas, de acordo com os seus riscos.

Tudo isso servirá para incrementar as discussões que São Paulo promoverá, com todos os setores interessados, mais a população, também chamada a opinar e a imprimir autenticidade em projetos que dizem respeito à sua própria incolumidade e ao seu futuro. Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, estão sendo chamadas a contribuir para que a COP30, embora sediada em Belém, no Pará, repercuta em São Paulo também. Saiba-se que muitas entidades vão participar desse grande movimento, pois São Paulo é a maior cidade do Brasil e a quinta maior do mundo.

Também se elaborou o Plano Municipal de Redução de Riscos da capital, nascido da premente necessidade de o Poder Público local estabelecer métricas e diretrizes factíveis para desenvolvimento e implantação de medidas estruturais e não estruturais, capazes de mitigar e ou eliminar os riscos nas áreas de ocupação precária.

A par de tudo isso, 2025 será um ano de singular relevância para São Paulo. A cidade investirá no verde. Embora a situação paulistana quanto à cobertura vegetal não seja das piores, muito ao contrário disso, a determinação é inundar a cidade com novas árvores.

A cidade já dispunha de 15% de cobertura arbórea nos próprios municipais. O Prefeito Ricardo Nunes determinou a expropriação de mais trinta e duas áreas cobertas de verde e de propriedade particular. A dimensão é muito expressiva: maior do que a cidade de Paris. Com esses 11% de florestas, São Paulo passará a dispor de 26% de verde com destinação de perpetuidade em relação às árvores. São territórios que nunca poderão ser devastados para atender à especulação imobiliária.

Muito importante ressaltar que a Prefeitura fez uma contagem de árvores utilizando-se de metodologias modernas e confiáveis, algo que demonstrou existirem 87.835.250 árvores no solo paulistano. Incrível o número, mas o cálculo está disponível a quem queira conferir, na Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

A intenção do macro plantio é investir, prioritariamente, nas áreas desprovidas de árvore, para combater as ilhas de calor. Regiões como Sapopemba, Itaquera e Moóca, por exemplo, serão prioridades nesse plano que tornará São Paulo uma referência em termos de resiliência. Afinal, a sustentabilidade na maior cidade brasileira é levada a sério. São Paulo adotou, nesta gestão, um novo paradigma e todas as suas ações convergem, em seu cerne, com os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Para a capital paulistana, “a sustentabilidade, bem concebida, é o paradigma do robusto florescimento da consciência, entendida como condição processual do ser que, por meio da razão e dos sentidos, reencontra a si próprio na natureza, tanto pelo conhecimento interno, como pelo heteroconhecimento” (Freitas, 2019, p. 87).

Todos estão chamados a participar do “Mutirão das Árvores”, para seguir a lição de Claudio de Moura Castro, no instigante livro que tem esse nome, com a epígrafe “Queremos sombra e água fresca” (Castro, 2023). Como afirmou recentemente o físico e reconhecido cientista José Goldemberg, o plantio de árvores é a melhor tecnologia para o combate às emergências climáticas. Enquanto o mundo pesquisa técnicas de difícil execução, como o enterramento do monóxido de carbono quilômetros abaixo da superfície, rumo ao centro da Terra, o Brasil dispõe dessa tecnologia tão acessível, tão fácil, tão singela e tão eficiente. Plantar árvores.

É a resposta da cidade de São Paulo ao descalabro que se pratica em todo o globo. “Nestes tempos brutais, o exercício de nossa responsabilidade significa uma presença e uma atenção inabaláveis ao que está acontecendo conosco, humanos e não humanos, ao que está acontecendo com você, Terra! Isso não é delegável. Também decorre de um movimento espontâneo, de um requisito ético primário, de um sobressalto, de um instinto” (Azam, 2021, p. 63).

O compromisso paulistano é essencialmente ético. Todas as consciências sensíveis estão conclamadas a participar dessa cruzada salvífica, exercitável em qualquer espaço desta sofrida Terra. Se existe uma questão que a todos atinge e interessa, e a que todos submete a um destino comum, é aquela do clima e, mais exatamente, das emergências climáticas. Ou nos salvamos todos, ou ninguém se salvará.

Referências

- Azam, G. (2021). *Carta à Terra*. São Paulo: Editora Relicário.
- Castro, C. de M. (2023). *O mutirão das árvores: Queremos sombra e água fresca*. São Paulo: Bei Editora.
- Freitas, J. de (2019). *Sustentabilidade: Direito ao futuro*. Belo Horizonte: Fórum.
- Rifkin, J. (2024). *A era da resiliência*. São Paulo: Cultrix.

Chapter 11

Hip Hop e Cidades Mil: Pensamento Crítico, Transformação do Espaço Urbano, Mídia e Informação nas Cidades de São Paulo e Havana

Pedro Henrique Ferreira Sobrinho ⁴⁶

Felipe Chibás-Ortiz ⁴⁷

Introdução

Este capítulo pretende identificar aproximações entre as Cidades MIL e as práticas culturais do Hip Hop, de forma a estabelecer relações de troca e cooperação entre as duas perspectivas, contribuindo para o aprofundamento dos estudos sobre a alfabetização midiática e informacional e para a construção de iniciativas alinhadas com o paradigma das Cidades MIL.

Sob a égide do paradigma das Cidades MIL, Chibás-Ortiz (2021) propôs a utilização de um sistema composto por 13 indicadores e, ao menos, 262 métricas (SI13-262M), que são utilizadas para o diagnóstico e avaliação das iniciativas desenvolvidas nas cidades, bem como seus resultados e o alinhamento com as prerrogativas da alfabetização midiática

⁴⁶ Mestre em Ciências pelo Programa de Integração Latino-Americana da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) e pesquisador do Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL (CIIDCMIL/IEA-USP)

⁴⁷ Professor no Programa de Integração Latino-Americana da Universidade de São Paulo (Prolam-USP), Coordenador Executivo do Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL (CIIDCMIL), sediado no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), e Co-líder Internacional do Grupo de Inovação da Unesco MIL Alliance

e informacional. Dentre os 13 indicadores do sistema das Cidades MIL, utilizaremos o indicador 5: "*Cultura, patrimônio, arte, espiritualidade, diversidade religiosa, esporte, turismo e lazer*", como parâmetro orientador para a discussão aqui realizada.

A escolha pelo indicador "*Cultura, patrimônio, arte, espiritualidade, diversidade religiosa, esporte, turismo e lazer*" levou em conta o alinhamento entre os temas abarcados pelo indicador e as práticas culturais do Hip Hop, o que torna possível considerar a relevância e potencialidade desta cultura para o desenvolvimento de iniciativas que promovam a construção de Cidades MIL.

Procedimentos metodológicos

Procuramos delinear os horizontes conceituais que subjazem aos conceitos das Cidades MIL e, na sequência, do Hip Hop. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica dos temas individualmente, uma vez que não foram encontrados trabalhos publicados que tenham estabelecido relações diretas entre eles. Com isso, objetivamos levantar um estado da arte de ambos os temas, sejam eles as Cidades MIL e o Hip Hop, buscando contribuir para a melhor compreensão dos conteúdos. Servimo-nos, primordialmente, de artigos acadêmicos, teses, dissertações e livros sem que, todavia, tenhamos nos restringido a eles, uma vez que também foram consultados materiais audiovisuais, tais como: *podcasts*, vídeos online, *lives*, minisséries, entrevistas e documentários. Esse tipo de material foi especialmente relevante para a coleta de informações sobre o Hip Hop.

Lima e Mioto (2007, p. 38) definem a pesquisa bibliográfica como "um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao

objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório". Dessa forma, ao acessar as fontes de informação, buscamos não apenas transpor para o pensamento as realidades por elas apresentadas, senão refletir criticamente sobre seus conteúdos, gerando uma síntese a partir do conhecimento acumulado. Seguindo as proposições de Salvador (1986) e Lima e Miotto (2007), as sucessivas leituras dos materiais disponíveis sobre os assuntos seguiram cinco etapas: a) leitura de reconhecimento do material bibliográfico; b) leitura exploratória; c) leitura seletiva; d) leitura crítica reflexiva; e, finalmente, e) leitura interpretativa. Assim, pudemos obter as informações necessárias para cada momento do estudo, desde o levantamento do material até o levantamento das informações por eles disponibilizadas.

Identificamos a pesquisa bibliográfica como um método de trabalho sobremaneira salutar para a consecução dos objetivos e contribuições propostos pelo presente estudo, uma vez que podemos compreendê-la como "um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas" (Lima & Miotto, 2007, p. 44).

Buscando semelhanças e diferenças entre as particularidades do desenvolvimento do Hip Hop nos contextos brasileiro e cubano, utilizamos a estratégia de estudo comparado entre duas cidades, São Paulo e Havana, respectivamente, conforme metodologia proposta por Sartori (1994). De acordo com o autor, a comparação pode conduzir a resultados interessantes, dada sua característica de controlar as hipóteses formuladas, pois somente a comparação nos permite defender uma hipótese mais que

outra, graças ao controle dos casos estudados. Através da comparação é possível saber se uma generalização se verifica nos casos estudados. Comparar é importante, explícita e implicitamente. A comparação é o exercício básico de toda atividade cognoscitiva.

A comparação é sempre útil para alcançar os objetivos do estudo, devido a seu alto grau de relevância enquanto um método interessante sob a ótica da explicação e do conhecimento, qualquer que seja o nível de generalidade do problema em foco. Para essa metodologia, o aspecto conceitual é crucial desde o início do trabalho de pesquisa, ou seja, a apresentação do problema da pesquisa, até a escolha dos casos a analisar. Para levar a cabo uma investigação comparativa, é essencial elaborar uma estrutura teórica ou ao menos uma série de hipóteses que também podem ser extraídas de estudos precedentes, como os que foram realizados e apresentados neste estudo.

A arte nas cidades: MIL maneiras de viver o urbano

Enquanto *framework*, o modelo das Cidades MIL "tiene como una de sus principales propuestas, desarrollar el pensamiento crítico y creativo en toda la ciudad, para promover el uso ético de la comunicación con y sin nuevas tecnologías" (Chibás-Ortiz et al., 2021, p. 25). As Cidades MIL referem-se, portanto, à construção e transformação de cidades a partir do uso das tradicionais, bem como das novas tecnologias a serviço de todas as pessoas, promovendo a alfabetização midiática e informacional (AMI) de modo irrestrito em todas as iniciativas que incidam sobre os cidadãos de quaisquer localidades, pautando-se por princípios éticos e sustentáveis, cujas bases residem sobre o desenvolvimento do pensamento crítico, de modo que sejam criadas formas de transcender as 20 Barreiras Culturais à

Comunicação e Criatividade (Chibás-Ortiz & Zottis, 2017), que podem ser geradas a partir das diferenças de gênero, de raça, etnia, religião, classe social, idade, origem rural ou urbana etc.

De acordo com Chibás-Ortiz, Suzuki e Castro (2022, p. 17):

A proposta das Cidades MIL da UNESCO é educar uma cidade inteira e seus bairros com a participação de seus diferentes atores ou atores sociais, ou seja, convocando os cinco agentes de inovação social (representantes do governo, professores, pesquisadores e estudantes, gestores e empresários, artistas e cidadãos), o que não é uma tarefa fácil.

Dentre as inovações apresentadas pelo olhar das Cidades MIL está a catalisação da própria ideia de inovação, ao convocar para a ação os cinco agentes responsáveis pelas inovações sociais, conforme observado acima, e que devem agir de forma integrada entre si. Apesar da dificuldade da tarefa, dada a amplitude dos resultados esperados, o modelo das Cidades MIL da UNESCO pressupõe uma abordagem transdisciplinar sobre os processos, atividades e iniciativas desenvolvidas nas cidades para atingir os seus objetivos.

Dada a multiplicidade de aspectos, dimensões e possibilidades encontradas nas cidades, a perspectiva transdisciplinar das Cidades MIL figura como uma grande catalisadora para estudos e ações cujos fins estão direcionados para melhoria e desenvolvimento coletivo dos cidadãos, localizando estes últimos no ponto central de todo o ecossistema de uma Cidade MIL. Subjacente a este propósito reside a finalidade de construir e transformar cidades que promovam o bem-estar e a qualidade de vida de todos os seres que ali residem, evitando com que tornem-se espaços fundamental e exclusivamente baseados no consumo de tecnologias e

outros bens, a despeito de quaisquer princípios éticos e sustentáveis (Chibás-Ortiz et al., 2022).

Tal abordagem, cuja base se assenta sobre a alfabetização midiática e informacional, envolve diferentes setores da sociedade civil e do poder público e privado, como ONGs, políticos, universidades, cooperativas, coletivos etc, "mostra-se como alternativa promissora para o desenvolvimento das cidades no contexto latino-americano [e caribenho]" (Suzuki et al., 2022, p. 45). Dessa forma, podemos dizer que no *framework* das Cidades MIL a transdisciplinaridade perfaz um duplo movimento: o primeiro ao propor a integração multidisciplinar dos mais diversos aspectos das cidades a partir dos 13 indicadores (Chibás-Ortiz, 2021); e o segundo, a partir do diálogo e cooperação entre os cinco agentes da inovação e da criatividade, dentre estes os artistas.

Sabemos que a arte e a cultura ocupam papéis de grande relevância para a experiência humana sobre a Terra ao longo dos vários milênios da presença deste grupo no planeta. Nesse sentido:

Desde a primeira impressão na parede, na pedra, na terra, no barro, na areia, a arte vibra na memória coletiva, desvenda o passado e constrói o futuro, resguarda o afeto e descreve o conflito, evoca as crenças, as ideologias e reúne as energias para constante imaginação (Eckert et al., 2019, p. 9).

No caso das cidades, há um tipo de manifestação artística dotada de um certo destaque e relevância, justamente por conta de sua maneira de se integrar aos espaços urbanos. Trata-se da chamada arte pública:

[...] *que se inscreve na paisagem da cidade e da vida em comum*, distinta da que é vista nos museus [...] uma arte que intervém em

lugares mais ou menos marcados pelo abandono social e pela violência, e que age modificando a paisagem da vida coletiva no sentido de restaurar uma forma de vida social (Rancière, 2010, p. 45, grifo nosso).

Entretanto, a arte pública pode representar, por vezes, valores e modelos estético-normativos mais consensuais e dominantes de uma determinada sociedade. Todavia, "a arte na cidade não é produzida apenas por aqueles que detêm o poder de uso e planejamento do território. A cidade é vivida pelos cidadãos, que nela inscrevem as suas singularidades" (Eckert et al., 2019, p. 11, grifo nosso).

Sugerimos, portanto, que os estudos e pesquisas das manifestações artísticas e práticas culturais que acontecem nas cidades, e que são realizados a partir do *framework* das Cidades MIL devem levar em conta as expressões produzidas pelos cidadãos comuns, que podem também ser artistas, e que muitas vezes transformam e ressignificam os sentidos das cidades sem que necessariamente detenham o poder oficial de uso sobre o território. É notória, portanto, a relevância da perspectiva complexa e transdisciplinar das Cidades MIL para os estudos das artes das ruas e das artes urbanas, uma vez que o ecossistema MIL gravita em torno dos cidadãos, daqueles que vivem as e nas cidades, a despeito do poder que estes últimos possam deter.

Atualmente, as expressões artísticas ligadas às chamadas *artes de rua*, ou *artes urbanas*, - dentre elas a cultura Hip Hop - têm se apropriado cada vez mais das cidades e participado de suas construções simbólicas e estéticas, principalmente nas grandes metrópoles. Elas se proliferam pela paisagem urbana e assumem uma pluralidade de formas, de materiais utilizados e locais de manifestação. Contudo, com essa presença, as artes

urbanas adquirem tanto "uma destacada visibilidade como, ao mesmo tempo, encarnam a qualidade da invisibilidade e da indiscernibilidade" (Eckert et al., 2019, p. 10). Nesse sentido, as artes urbanas encontram-se em constante movimento, dada sua efemeridade característica, sempre correndo o risco de um confronto com a cidade (Lima, 2018), aparecendo e desaparecendo da paisagem urbana, e enfrentando e resistindo à ação do tempo, às disputas territoriais e às ações governamentais, como os apagamentos⁴⁸, no caso dos *graffiti* e pichações.

Como seria possível imaginar, os estudos e pesquisas atuais que levam em conta as relações entre a arte e a cidade não podem prescindir de formas radicais de questionamento, evitando a exclusividade da hegemonia da epistemologia científica, da tecnologia e da lógica binária, conforme sugerido por Magnavita (2015).

O Hip Hop ocupa a cidade: transformações do espaço urbano

Sobre o Hip Hop podemos dizer que é uma cultura surgida durante os anos 1970, nos guetos de Nova York, mais especificamente no bairro do South Bronx, e que se expandiu para todo o globo terrestre. O Hip Hop está em constante transformação, relacionando-se com novos elementos locais, regionais, nacionais, tradicionais e ancestrais nos lugares onde é praticado e vivenciado. É composto por quatro elementos artísticos e expressivos: o *breaking* (dança), o *graffiti* (artes visuais), o MC e o DJ (música); elementos estes pelos quais fluem a comunicação e a expressividade de seus artistas e praticantes. Ao analisar a produção cultural do Hip Hop, Ana Lúcia Silva

⁴⁸ Cf. o longa-metragem Cidade Cinza (2013), dirigido por Maurício Mesquita e Guilherme Valiengo.

Souza (2011) aponta duas marcas características:

[...] Ao mesmo tempo como uma produção diaspórica, informada por traços de cultura e histórias de matrizes africanas ressignificadas localmente, e também como um movimento cosmopolita em diálogo com a moderna tecnologia urbana e letrada (Souza, 2011, p. 58).

É importante ressaltar que, assim como as matrizes africanas e afro-americanas, as matrizes caribenhas e afro-caribenhas apresentam, igualmente, traços marcantes e formadores no Hip Hop, desde o seu surgimento. Podemos observar a importância destas matrizes etnocultural pelo fato de muitos dentre os pioneiros dessa cultura serem de origem caribenha, como, por exemplo, o jamaicano DJ Kool Herc (Clive Campbell) - atribuído por muitos com o título de "criador", ou pai, do Hip Hop, e que, ademais, "brought the power of the Jamaican sound system to the Bronx" (Kugelberg, 2007, p. 140). Outro exemplo neste sentido é a influência das danças caribenhas, como a Salsa, sobre o gingado e os movimentos que colaboraram para a própria composição do *breaking*, e de seus mais variados estilos (Dias, 2019). Há mais elementos que corroboram essa base fundamental correspondente aos elementos culturais caribenhos e que, oportunamente, serão apresentados ao longo deste trabalho.

Enquanto forma de representação da juventude afro-americana, latina e caribenha marginalizada nos Estados Unidos, o Hip Hop logo diluiu as fronteiras territoriais nacionais e ampliou sua incidência junto aos jovens dos mais diferentes países do globo terrestre. Conforme observado por Kirkwood (2006, p. 5), o Hip Hop "has emerged and is growing exponentially in the favelas of Brazil, among Basque youth, within American Indian popular culture, as a form of activism among European Muslims, and among Cuba's

urban youth". Estes exemplos, que além de ilustrar a presença do Hip Hop num contexto de diversidade regional urbana, apontam também para o forte apelo identitário dessa cultura e sua representatividade junto a juventudes marginalizadas em seus contextos locais.

Outra dimensão na qual podemos identificar relações intrínsecas entre o Hip Hop e a cidade é a possibilidade de transformação do espaço urbano através das ocupações e manifestações visuais, corporais e musicais, como nos casos do *graffiti*, do *breaking* e da música *Rap*. Dentre essas transformações, os murais e intervenções de *graffiti* - juntamente com as pichações e *grapixos*⁴⁹ - impactam com certa frequência os olhares dos transeuntes de muitas das cidades do mundo nas quais as letras e imagens transformadas e coloridas figuram na paisagem urbana. Entretanto, através das manifestações artísticas da dança *breaking* e da música *Rap*, percebemos também essas transformações, ao passo que parques, ruas, avenidas, viadutos e estações de trem e metrô podem ser ocupadas e ressignificadas a partir da perspectiva dos praticantes e ativistas da cultura Hip Hop.

A história da chegada e do desenvolvimento do Hip Hop na cidade de São Paulo, pioneira nas manifestações dessa cultura em território nacional brasileiro, aconteceu a partir da ocupação de espaços localizados nas regiões da República, Praça Roosevelt e São Bento, todas no centro da metrópole paulistana (Martins, 2005). Os dançarinos de *breaking*, muitas vezes organizados em grupos, foram os grandes responsáveis pelo início da ocupação desses locais centrais a partir de uma prática artística, ou

⁴⁹ O *grapixo* é conhecido como uma forma híbrida entre o *graffiti* e a pichação, unindo elementos característicos de ambas as linguagens.

elemento, da cultura Hip Hop. Vindos das mais diversas regiões periféricas de São Paulo, os *b-boys* atraíam a atenção de outros jovens igualmente periféricos e frequentadores da região central, ainda que estes últimos muitas vezes por conta da natureza de seu trabalho como *office-boys*⁵⁰. A atração pelos movimentos daquela dança e por aquele movimento que ali se esboçava fez com que muitos desses jovens tenham aderido àquela estética, sonoridade, musicalidade, linguagem, enfim, a todas aquelas marcas identitárias que a partir de então passaram a cultivar. Dessa forma, os objetos encontrados naqueles espaços foram transformados em instrumentos musicais, como no caso de quando as batidas para as rimas eram realizadas em latas de lixo da estação São Bento do metrô paulistano, além dos *beat-boxes*, que são sons produzidos pela boca. (Martins, 2005).

Assim como no caso do Brasil, o primeiro elemento do Hip Hop a aportar e ser praticado em Cuba e, com isso, reconhecido como um grande catalisador para a divulgação e projeção dessa cultura foi o *breaking* (Exner, 2004; Tickner, 2008; Fernandes, 2014; Alves, 2021). Entretanto, os primeiros contatos sonoros e visuais com aquela, até então, nova expressão musical e corporal deu-se anos antes, a partir da chegada do primeiro *hit* do *Rap* produzido nos Estados Unidos, "Rapper's Delight", do grupo The Sugarhill Gang, captado através dos sinais de rádio e TV de Guantánamo, província localizada na região extremo leste de Cuba, pois aquele "era el único lugar donde se podían escuchar estaciones de radio y TV estadounidenses" (Exner, 2004, p. 71).

⁵⁰ O profissional *office-boy* era responsável por executar serviços da rotina administrativa, envolvendo recepção e distribuição de correspondências e documentos, confecção de cópias e serviços externos.

Autores como Alves (2021) e Exner (2004) sugerem o final da década de 1970 como o período de chegada do Hip Hop em Cuba, através dos primeiros contatos com produtos audiovisuais da música *Rap* estadunidense proporcionados pelos meios de comunicação em massa, cujo acesso à época era restrito no país caribenho. Ainda assim, as primeiras manifestações de práticas relacionadas ao *breaking*, "chamado de *rompehuesos*, praticado pelos *bailadores*", cujo qual "foi a expressão inicial do hip hop a se manifestar em Cuba" (Alves, 2021, p. 5). Inicialmente, os primeiros adeptos do Hip Hop eram chamados de *moñeros*, em referência aos gorros e bandanas por eles utilizados (Exner, 2004; Fernandes, 2014; Alves, 2021). Ao destacar a importância do papel das vestimentas como elemento de distinção e pertença àquele grupo que então se formava e desenvolvia, Fernandes (2014, p. 520) sugere que "o gorro como forma de adesão ao hip hop foi o primeiro código mais visível e produtor de uma distinção juvenil baseada no consumo e fruição das representações da expressão urbana desenvolvida nos Estados Unidos".

Notamos que, por um lado, o Hip Hop, desde sua chegada em São Paulo e Havana, imprime nos indivíduos suas marcas e elementos distintivos, como as vestimentas, por exemplo; por outro lado, o Hip Hop começa a imprimir sua marca em ambas as cidades, modificando e ressignificando espaços ocupados anteriormente para outros fins e por outros e diversos grupos sociais.

As diferentes formas de desenvolvimento do Hip Hop em São Paulo e em Havana sugerem que as maneiras de ocupar espacialmente as cidades e comportamentalmente as iniciativas demandaram diferentes estratégias, com as quais novas dimensões artísticas, discursivas, estéticas e políticas

passaram a desempenhar papéis decisivos a cada etapa, convocando novos e diferentes agentes a participarem desse movimento espiralar de transformação da sociedade e de seus indivíduos. A variedade de temas, práticas e discursos que gravitam em torno da cultura Hip Hop, e que por ela são evocados, demonstra o grande potencial não apenas transformador e inovador, integrando diferentes agentes e instituições em torno de um mesmo propósito, no caso, o do desenvolvimento da própria cultura Hip Hop.

Enquanto chave fundamental para a construção identitária de juventudes excluídas racial e economicamente, o Hip Hop tem promovido o protagonismo de vozes historicamente caladas pelos mais diferentes mecanismos ainda presentes nas sociedades latinoamericanas e caribenhas formadas pelo processo de colonização desde o início do século XVI. Mais do que preconizar o fortalecimento de instituições públicas ou privadas, e até mesmo de regimes tais ou quais, o Hip Hop pode ser visto como "an effort to 'be' in the city, to build 'niches' within the system, to create local forms of pleasure, and to (re)create everyday space" (Tickner, 2008, p. 127). Como temos visto, ao criar e recriar espaços, sentidos e identidades por onde passa, a cultura Hip Hop, dentre as suas muitas contribuições e aspectos pelos quais pode ser observado, se estabelece como forma, como método, como visão de mundo e também como dimensão prática da transformação das realidades, condensando a afirmação de Exner (2004, p. 81) quando a pesquisadora afirma que "el hip hop es una arte que se define en gran parte a través de su compromiso social y que aspira a ser también medio y no solo fin".

Considerações finais

Definitivamente, nossa pesquisa não pode ser considerada conclusiva, e deve ser tomada apenas como uma primeira aproximação a um tema inédito e inovador, sem precedentes no que diz respeito a seu conteúdo.

Em relação à questão central do capítulo, que foi verificar o potencial do Hip Hop enquanto agência de promoção dos princípios da alfabetização midiática e informacional para a construção de Cidades MIL, entendemos que os resultados acenaram positivamente a esse respeito. Observamos, portanto, que as práticas culturais do Hip Hop, através de seus quatro elementos artísticos: *breaking*, graffiti, DJ e MC, apresentam aspectos que podem fomentar o desenvolvimento de cidades sob a perspectiva MIL, tanto por seu caráter artístico, quanto por seus caracteres políticos e comunicativos. O presente estudo identificou potenciais e significativas relações entre as práticas culturais do Hip Hop e a perspectiva de organização de cidades sob o enfoque MIL, as Cidades MIL da UNESCO, as quais podem catalisar os processos de construção e desenvolvimento.

Dentre as relações identificadas podemos destacar o próprio *modus operandi* da cultura Hip Hop, que se apropria dos espaços e símbolos materiais e imateriais urbanos, ocupando, transformando e os ressignificando, ora de forma espontânea e realizada pelos próprios ativistas culturais, ora de forma alinhada junto ao poder público e iniciativas privadas. Destacamos, também, a valorização das identidades de grupos de jovens marginalizados naquela sociedade, em especial negros e latinos, enquanto estratégia de engajamento e fortalecimento político; a postura marcadamente crítica dos discursos e das expressões artísticas dessa

cultura; e as estratégias midiáticas e informacionais utilizadas pelo Hip Hop em sua disseminação pelo globo terrestre.

O Hip Hop é uma expressão cultural urbana produzida por cidadãos comuns, pessoas que habitam e vivenciam as cidades, e que delas se apropriam artisticamente para participar de suas construções simbólicas e estéticas. Assim como é a própria dinâmica das cidades, a arte produzida pelo Hip Hop é dotada de movimento e efemeridade, que por vezes podem até perdurar, resistindo às ações do tempo, às disputas territoriais e às ações governamentais, que podem resultar em proibições de uso dos espaços e criminalização dos artistas. O Hip Hop faz valer sua condição de partícipe das cidades, penetrando seus emaranhados e contribuindo para a constituição material e imaterial de seu patrimônio.

Ao levar em conta as manifestações artísticas e práticas culturais que ocorrem nas cidades, sob a perspectiva do *framework* das Cidades MIL, entendemos que as expressões produzidas pelos cidadãos comuns devem ser consideradas e valorizadas, uma vez que esse grupo de agentes sociais é constituído por uma grande variedade de pessoas, que também podem ser artistas, e que muitas vezes transformam e ressignificam os sentidos das cidades sem que necessariamente detenham o poder oficial de uso sobre o território. Relembramos que o ecossistema MIL gravita em torno das pessoas que vivem nas cidades, todas elas, a despeito do grau de poder e de influência que elas últimos possam deter. Dessa forma, é imprescindível que as vozes e perspectivas de todos os grupos sociais sejam considerados e respeitados.

Ao evocar e continuar a tradição ancestral africana dos *griots* e outros agentes tradicionais, o Hip Hop contribui para a constituição do pensamento

crítico e dos processos de constituição identitária das pessoas, grupos e comunidades que integram as cidades. O Hip Hop mantém vivas as tradições de contar histórias e transmitir conhecimentos, enquanto se adapta às ferramentas tecnológicas digitais contemporâneas para alcançar um público global. Ao realizar esse movimento, o Hip Hop concilia o papel das novas tecnologias digitais de comunicação e dos saberes tradicionais, provando superar barreiras culturais, idiomáticas e territoriais, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural das cidades.

O potencial midiático e informacional da cultura Hip Hop sugere também um possível elo catalisador entre esse movimento cultural e as Cidades MIL. Sua capacidade comunicacional em constante atualização e renovação amplia sua presença e apelo junto aos públicos cada vez mais globalizados. Contudo, a articulação realizada de modo presencial, através da reunião e contato entre as pessoas, permanece sendo uma estratégia indispensável para a expansão do Hip Hop nas cidades em todo o mundo. A conjunção entre as ferramentas de comunicação de alcance global e as ações e estratégias de influência local pode ampliar a reverberação das últimas, posicionando-as em uma rede global de compartilhamento de experiências e vivências, que além de promover o trabalho realizado pode suscitar a realização de outras iniciativas.

O pensamento crítico, enquanto pilar articulador indissociável do paradigma das Cidades MIL, não diz respeito apenas às habilidades do pensamento, mas também às emoções, caráter e hábitos. Ele pode ser desenvolvido através do trabalho colaborativo e cooperativo entre as pessoas e outros agentes sociais, que por vezes pode surgir da informalidade, mas que pode ser desenvolvido através de estratégias

educacionais (Sayad, 2023; Mendieta, 2021; López-Novoa et al., 2020). O teor crítico dos discursos e posicionamentos observados nas práticas culturais do Hip Hop pode ser identificado através de poesias, letras musicais, músicas sampleadas, movimentos de dança ou frases e imagens registradas nas superfícies urbanas. Essa característica, quando utilizada de forma estratégica e alinhada com as prerrogativas do paradigma, pode ser qualificada como uma grande e fundamental ferramenta para o desenvolvimento das Cidades MIL.

O caráter comparativo do estudo revelou aspectos particulares sobre as cidades de São Paulo e Havana. A chegada do Hip Hop no Brasil e em Cuba deu-se num período temporal identificado entre os últimos anos da década de 1970 e os primeiros anos de 1980, ainda que no país caribenho, a chegada massiva de informações tenha ocorrido mesmo durante a segunda metade da mesma década. As distintas estruturas político-administrativas de Cuba e Brasil influenciaram, cada uma à sua maneira, o desenvolvimento e a incidência social do Hip Hop nas duas localidades.

De acordo com o estudo, o regime socialista cubano apresentou certa resistência às práticas culturais do Hip Hop, uma vez que a luta contra o imperialismo estadunidense estabeleceu barreiras ao acesso e reprodução de produtos e produções culturais oriundos do país norte-americano. Essa postura pode ter impactado diretamente para o Hip Hop não ter se desenvolvido de modo mais orgânico, como aconteceu no Brasil, por exemplo. No país latinoamericano, onde as influências econômica e cultural dos Estados Unidos desde há muito são facilmente percebidas, a cultura Hip Hop encontrou um contexto muito favorável para se desenvolver, sendo introduzida através de produtos culturais disseminados em mídias de massa,

como a TV e o rádio. Contudo, se no Brasil o consumo de bens culturais estadunidenses era amplo e massificado, em Cuba os primeiros ouvintes e pioneiros do Hip Hop tiveram de recorrer a estratégias para escapar ao controle exercido pelo estado, inclusive sobre a recepção dos sinais de rádio que chegavam ao país.

Notamos que na cidade de São Paulo, o Hip Hop tem marcado seu lugar das mais diversas formas. Na dimensão que compreende a rua, seu lugar por excelência, as manifestações artísticas produzidas pelos quatro elementos do Hip Hop fundem-se à paisagem e ao imaginário urbanos dessa metrópole latinoamericana. É, de certa forma, difícil pensar numa expressão cultural que mais possa representar a capital paulista do que o Hip Hop. Em relação à dimensão institucional, as práticas culturais do Hip Hop são utilizadas como estratégias educacionais, culturais, políticas e sociais, onde podem ser encontradas em distintas iniciativas idealizadas e fomentadas pelo poder público, pelos setores privados, bem como pela sociedade civil. Nessa cidade, o Hip Hop figura como política pública, e a existência de um núcleo especializado junto à secretaria de cultura ilustra seu caráter oficial. Comparativamente, diante do caráter limitado deste estudo não identificamos uma presença tão intrincada do Hip Hop na cidade de Havana, onde as ações e iniciativas apresentam aspectos mais endêmicos, ou seja, internos à cena cultural daquela localidade, e a partir dos recursos e disponibilidade dos próprios ativistas e praticantes.

Observamos que o indicador 5 das Cidades MIL indica haver potencial de integração entre as práticas culturais do Hip Hop e as iniciativas que promovem a MIL, pois muitas das atividades ligadas a esse movimento cultural apresentam grande potencial de alinhamento com a alfabetização

mediática e informacional, onde por vezes ela já acontece, ainda que não de uma forma coordenada intencionalmente para essa finalidade.

Os estudos comparados, como o presente realizado, podem colaborar para a elaboração de iniciativas que promovam a construção das Cidades MIL, pois a partir da apresentação de casos particulares é possível estabelecer aproximações e distanciamentos, semelhanças e diferenças, as quais podem muito bem contribuir para a ilustração de um caso mais geral. Em outras palavras, a pesquisa comparada entre as práticas culturais do Hip Hop nas cidades de São Paulo e Havana sugere que ambas as localidades demonstram algum alinhamento com a perspectiva das Cidades MIL, ainda que sejam grandes e marcantes as diferenças existentes nos contextos locais dos dois países. Apesar das diferenças e distanciamentos identificados, acreditamos que o grande ganho da pesquisa seja o fortalecimento do próprio paradigma das Cidades MIL da UNESCO, que encontra no Hip Hop um grande aliado e uma potente ferramenta transdisciplinar para sua construção.

Diante do exposto, consideramos que o presente e breve estudo, de caráter inédito e de tema inovador, esboçou algumas das relações existentes entre as práticas culturais do Hip Hop e seu desempenho nas cidades de São Paulo e Havana a partir do indicador 5 das Cidades MIL. Com isso, procuramos contribuir para o desenvolvimento de outros estudos sobre o tema e incentivar a utilização do Hip Hop como ferramenta para a construção de Cidades MIL.

Referências

Alves, C. N. (2021). Território usado e cultura urbana: o circuito hip hop na metrópole de Havana (1979-2015). *Geousp*, 25(2). <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/181640>

Chibás-Ortiz, F. (2021) Sistema de indicadores (13) y métricas (253) de las ciudades MIL: etapas de implementación *In: CHIBÁS-ORTIZ et al. Red de Ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030: Métricas, Educación, Comunicación y Salud sostenibles*. (1ª ed.). Pueblo y Educación.

Chibás-Ortiz, F., & Zottis, K. M. (2017). Barreiras culturais à comunicação e criatividade: perspectiva vygotskyana / bioniana e da alfabetização midiática. Um estudo de caso com professores do Ensino Fundamental. *Revista Acadêmica Drummond - READ*, 8(10), 154-180. https://drummond.com.br/media/media/Revista%20Cient%C3%ADfica/REA_DNOVEMBRO.pdf

Chibás-Ortiz, F.; Grizzle, A. M.; Borges, A.; Ramos, F. R.; Mazzetti, B. M., & Silva Júnior, O. (2021) Métricas de las Ciudades MIL, Barreras Culturales e Inteligencia Artificial analizadas sobre la visión de la UNESCO: caso de São Paulo. *In* Chibás-Ortiz, F. et al. *Red de Ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030: Métricas, Educación, Comunicación y Salud sostenibles*. Pueblo y Educación.

Chibás-Ortiz, F.; Suzuki, J. C., & Castro, R. C. M. L. (2022). As facetas da pesquisa multidisciplinar sobre as cidades em seus aspectos de alfabetização midiática e informacional. Cidades MIL: Indicadores, Métricas e Casos. *In: Chibás-Ortiz, F.; Suzuki, J. C. & Castro, R. C. M. L. (Org.) Cidades MIL: Indicadores, Métricas e Casos [recurso eletrônico]*. UNESCO, FFLCH/USP, PROLAM/USP. <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/999>

Eckert, C.; Diógenes, G.; Dabul, L., & Campos, R. (2019) Arte e cidade: policromia e polifonia das intervenções urbanas. *Horizontes antropológicos [online]*, 55(1), 7-18. <https://journals.openedition.org/horizontes/3654>

Fernandes, A. (2014). A marginalização ocupa a rua: O rap em Cuba. *Revista Brasileira do Caribe*, XIV(28), 503-536. <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/2908/967>

Kirkwood, H. (2006). *Rapping Rebellion: Hip Hop as a New Social Movement in Cuba*. <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/ilassa/2007/kirkwood.pd>

Kugelberg, J. (Ed.) (2007). *Born in the Bronx: A Visual Record of the Early Days of Hip Hop*. Rizzoli International Publications.

Lima, T. C. S.; Mito, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, 10(esp.), 37-45. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>.

López-Novoa, I., Padilla-Guzmán, M., Juárez-De La Cruz, M., Gallarday-Morales, S., & Uribe Hernández, Y. C. (2020). Pedagogía Universitaria Basada en Competencias Genéricas para Desarrollar Habilidades del Pensamiento Crítico en Estudiantes de la Universidad Nacional de San Martín. *Propósitos y Representaciones*, 8(3), e561. <https://doi.org/10.20511/pyr2020.v8n3.561>

Magnavita, P. R. (2015) Arte/cidade no pensamento pós-estruturalista. Saber, Poder e Subjetivação. **In** Cardoso, S. P.; Pinheiro, E. P., & Corrêa, E. L. (Org.) *Arte e cidade: imagens, discursos e representações* (2ª ed). <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/34397>

Martins, R. (2005). *Hip Hop: o estilo que ninguém segura*. ESETec Editores Associados.

Mendieta, J. B. (2021). El aprendizaje basado en problemas para mejorar el pensamiento crítico: revisión sistemática. *Innova Research Journal*, 6(2), pp. 77-89. <https://doi.org/10.33890/innova.v6.n2.2021.1681>

Mesquita, M., & Valiengo, G. (2013) *Cidade Cinza* [Filme]. Sala12 Filmes. <https://www.youtube.com/watch?v=XZIGW012FWU>

Rancière, J. Política da arte. (2010). *Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 2(15), 45-59. <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573102152010045>

Salvador, A. D. (1986). *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Sulina.

Sartori, G. (1994) Comparación y método comparativo. **In** Morlino, L., & Sartori, G. (Eds.). *La comparación en las ciencias sociales*. (pp. 29-50). Alianza.

Sayad, A. V. (2019). Educação midiática e pensamento crítico: antídotos contra a "desinformação". **In** Costa, C., & Blanco, P. (Orgs.) *Liberdade de expressão: questões da atualidade [recurso eletrônico]*. ECA-USP.

<https://repositorio.usp.br/item/002975065>

Souza, A. L. S. (2011). *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. Parábola Editorial.

Suzuki, J. C.; Chibás-Ortiz, F.; Dias, A. P., & Rivero, J. E. G. (2022). Rede de Cidades MIL na América Latina e Caribe. Desafios e Oportunidades. **In** Chibás-Ortiz, F.; Suzuki, J. C., & Castro, R. C. M. L. (Org.) *Cidades MIL: Indicadores, Métricas e Casos [recurso eletrônico]*. UNESCO, FFLCH/USP, PROLAM/USP. <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/999>

Tickner, A. B. (2008). Aquí en el Ghetto: Hip-Hop in Colombia, Cuba, and Mexico. *Latin American Politics and Society*, 50(3), 121-146. <http://www.jstor.org/stable/30130878>

Chapter 12

Cidades MIL e suas conexões com a arte

Carla Francisca Fatio ⁵¹

Introdução

As pessoas vivem momentos de muitos questionamentos e buscas por melhor qualidade de vida, sobretudo, em áreas urbanas. São Paulo está entre as vinte maiores cidades do mundo em termos populacionais e no ranking de maior da América Latina e Caribe. Por um viés sociocultural, temos o desafio futuro (de talvez) se tornar uma das cidades MIL (Media and Information Literacy Cities). Desse ponto de vista, sabemos os inúmeros desafios, muitos até inimagináveis, que essas questões relacionadas às políticas públicas brasileiras deverão enfrentar, como os objetivos necessários a serem cumpridos como pontos predecessores para representarem conexão e perspectiva de articulação para esse paradigma. Em princípio, os objetivos das Cidades MIL envolvem metas que articulam métricas e indicadores para todas as ações propostas. Citamos como exemplos os objetivos de: despertar a consciência; chamar a atenção ao empenho; criar interesses diversos; dar e repassar informações mais consistentes; despertar expectativas; promover ações; orientar comportamentos; agenciar e manter a satisfação; criar

⁵¹ Pós-doutorado e Doutorado pela ECA/PROLAM/USP, com ênfase em crítica de arte e produção cultural. É integrante do grupo de pesquisa da Profa. Dra. Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves (USP/CNPq). Em suas pesquisas, dedica-se ao campo das artes visuais. E sob a ótica da produção artística e crítica, estuda a arte brasileira na primeira metade do século XX e as bienais latino-americanas no cenário nacional. Possui outras formações (stricto sensu) relacionadas. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2512-0709>
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1389089960538205> Email: carlafatio@gmail.com

interações; requerer reconhecimento e orgulho; elevar questões à difusão e ao fomento; provocar debates e comentários construtivos; entre outros que estão sendo suscitados. Para uma maior abrangência do processo da construção do paradigma Cidades MIL, convido ao leitor a ler a Declaração de Seul (2020) sobre “Mídia e Informação, Alfabetização para Todos e por Todos: Defesa contra a Desinfodemia” (UNESCO, 2020), ressaltando que sua missão global tem como principais prioridades a consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável e a melhoria da condição humana, com ações espalhadas pelos continentes. Nessas bases de articulação temos à frente o colíder internacional do Grupo de Inovação da UNESCO MIL ALLIANCE, professor Dr. Felipe Chibás-Ortiz, docente também pelo Programa de Integração Latino-Americana – PROLAM da Universidade de São Paulo. Como CHIBÁS-ORTIZ (2021, p.25) afirma: “a proposta visa aumentar a eficiência e a qualidade de vida em relação à segurança, saúde, lazer, serviços comunitários e qualidade dos governos nas cidades”. Explica que “é uma integração criativa e transparente da informação, tecnologia e mídia na cidade e na vida comunitária (...)”. E complementa:

Trata-se de educar e formar cidadãos de todas as idades e classes sociais, bem como os vários atores, para estabelecer redes de cooperação e fazer uso crítico, ético e verdadeiramente criativo das novas infraestruturas e tecnologias disponíveis. É também necessário ensinar os cidadãos, e especialmente os jovens, bem como as organizações públicas e privadas, a ter um olhar crítico que lhes facilite a leitura, os ajude a superar e/ou superar criativamente as barreiras culturais de comunicação que têm ou enfrentam (Id.,p.85).

Encontramos uma bibliografia em ascendência que se faz atual para a construção de desígnios que as Cidades MIL se propõem na pós-contemporaneidade. A definição do paradigma vem da terminologia Media and Information Literacy cities (MIL) ou Cidades com Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), lançada em 2018 pela UNESCO. Visa incentivar o desenvolvimento de cidades inteligentes, resilientes, criativas, educativas, saudáveis, sustentáveis. Tem como objetivo contribuir e construir diálogos e ideias sobre as iniciativas que as Cidades MIL se apoiam. Nessa acepção, observam-se agentes que se interconectam para nos propiciar uma vida com melhor qualidade, mais segurança, menos fake news, comunicação com mais ética, transparência e, principalmente, senso crítico coletivo. Em vários países, entretanto, vivemos uma liberdade ainda gerenciada, manipulada, restrita às regras de suas políticas “locais” por líderes que não acreditam na igualdade e inclusão de saberes distintos. Ao mesmo tempo em que assistimos economias sucumbindo às tais diretrizes, temos países com suas culturas florescendo e buscando o senso comum da verdade e qualidade planetária. É o paradigma que enfrentamos e, com tal pressuposto, surge Cidades MIL para nos desafiar para o que queremos de melhor e com maior equidade para o nosso futuro breve. A arte é um desses grandes pilares.

O processo da arte e a criatividade

Só uma astuta interpenetração de trabalho e felicidade é ainda capaz de permitir, sob a pressão da sociedade, uma verdadeira experiência. Theodor W. Adorno.

Esclarecemos que o artista, dentro do paradigma Cidades MIL, é um dos cinco agentes construtores, ao lado de gestores e fazedores de políticas,

educadores, empresários de organizações de base digital e os cidadãos comuns. Os artistas são coadjuvantes de uma tecnologia em ascensão mundial. Para tanto, precisam de respaldo e não temem o confronto de ideologias. Trabalham, na maioria das vezes, para o senso comum de integração coletiva e com valores específicos que são disseminados. Na atualidade, as redes sociais ágeis não conseguem se interpolar entre a verdade e o boato. Fato é que somos manipuláveis e manipulados, portanto, os valores de caráter, conduta e senso comum precisam ser corretamente alicerçados no mundo que queremos e que estamos construindo com as crianças e os jovens de hoje. Observando-se essa base, a arte é um dos fios condutores das possíveis mudanças e a educação no alicerce é fundamental.

O que é arte, então, nesse contexto? Qual seu papel no mundo pós-contemporâneo com uma tecnologia de ponta? Como o artista precisa atuar dentro do paradigma Cidades MIL?

Temos essa trama simbólica de valores, conceitos e aspirações de sonhos possíveis, a ser consolidada. Vemos a arte como processo artístico parte do princípio de decodificar aquilo que não compreendemos, traz a singeleza da construção poética de uma visão individual para nos instigar a sentir aquilo que nem sempre nossos olhos compreendem. É um processo lento e formativo para o próprio artista. A arte se torna uma linguagem universal de compreensão entre os povos, às culturas e suas moradias. O artista em sua maestria, busca envolver o mundo ao seu redor, decodificá-lo para o coletivo e assumir a autoria de um voo para o futuro. Considera-se a subjetividade vinculada à criatividade e assim, instiga-se o ser humano a se descobrir pela auto-observação e vivência de suas experiências. A cidade é o

espelho dessa concretude mágica. E é sobre ela, que o paradigma Cidades MIL se projeta.

Nesse sentido, o sociólogo italiano Domenico de Masi (1938-2023) nos fez refletir que “o objetivo da vida não é o domínio sobre os outros, mas, a felicidade no viver” (2005, vol.1, p164-173). Notamos o quanto a vida ativa da cidade moderna ou mesmo do campo nos propicia o trabalho, que para o autor sempre foi “a realização de uma criação por meio da obra do homem”. De Masi nos questionou como essa forma de inteligência foi assim tão importante, estimulando-nos a compreender o campo sensorial da criatividade (2005, vol.2, p.14). Carl Gustav Jung (1972) ao analisar as relações dos sonhos, desenhos e outros materiais como vias de expressão do inconsciente coletivo, mostrou-nos o quanto isso afeta o comportamento consciente, por meio das emoções e valores sociais.

Corroborar-se que nas escolas os alunos precisam também de maiores qualificações. Observa-se, entretanto, que há uma antecipação e encurtamento da infância. Não há mais tempo para brincar e fazer uso da imaginação, e está se perdendo a vontade de apenas imaginar e criar. No artigo 31 da ONU⁵² temos direitos e deveres assegurados. Precisam-se estabelecer referências para as crianças e jovens evoluírem, sejam para elas se imaginarem como “super-heróis”, para se tornarem “mocinhos que salvam o mundo”, ou até para inventarem monumentos incríveis elaborados com folhas e pedrinhas. Dessa maneira, as crianças aprendem a concepção do espaço, e mais, a se preocuparem com o outro, mesmo que de forma simbólica. Enfim, precisam sonhar e ter possibilidades para explorar a criatividade em sua

⁵² Ver mais em ONU (UNICEF), Artigo 31: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.

essência mais pueril. A ludicidade faz parte da arte e da infância. Lev Vygotsky (1896-1934) defende o quanto a criança aprende e ensina no poderoso ato de brincar. Sua teoria nos complementa ao afirmar que “os significados das palavras fornecem a mediação simbólica entre o indivíduo e o mundo, incluindo aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre eles” (VYGOSTY,1987). A base da psicopedagogia é, portanto, o processo de ensino-aprendizagem. A criatividade é uma das ferramentas essenciais para a construção desses sistemas. Emponderar a infância é essencial. As crianças e os jovens serão os futuros construtores das Cidades MIL que almejamos.

No Encontro Cidades MIL em São Paulo, realizado em 30 de abril de 2024 na FAU/USP, temas pertinentes à construção do futuro da nossa cidade foram debatidos dentro dos dois painéis expostos, como: paradigmas das cidades; combatendo as desigualdades com Inteligência Artificial (IA) e outras ferramentas; urbanismo, patrimônio e mobilidades sustentáveis; transcendendo barreiras com políticas públicas (educação, comunicação e inovação). Proporcionamos, entretanto, com o eixo da arte, um acolhimento diferenciado no lado externo do auditório “Ariosto Mila”. Como proposta interdisciplinar, provocamos a reflexão coletiva sobre o mundo que queremos e que estamos construindo, ao apresentar grandes obras de arte (1,50x1,50m cada (figuras 1 e 2)) e livros infanto-juvenis do projeto “Sonho-Letrand” (figuras 3 a 6). A autora, que também é artista plástica, arteterapeuta e psicopedagoga, trouxe grandes obras de sua pesquisa que “dão voz” aos animais (em vias de extinção). Essa Série (de pinturas catalogadas) envolve a investigação sobre os animais que vivem na região Amazônica, no compartilhamento de terras entre três países latino-americanos (Brasil, Peru e Colômbia). A Série “Varais da Amazônia” declara a urgência do senso crítico

de cada cidadão para o Planeta, a sustentabilidade, educação, formação e a necessidade de maior responsabilidade e empenho de políticas públicas para os ecossistemas.

Figura 1: Fotografia dos Espaços “Salão Caramelo e Foyer” adjacentes ao Auditório “Ariosto Mila” da FAU/USP, com a apresentação da Série “Varais da Amazônia”.



Figura 2: Fotografia da obra “Boto Rosa”, m /s /tela, 1,50x1,50cm, Carla Fatio.



Créditos de imagens: autora.

Uma biblioteca simbólica foi montada na entrada do anfiteatro para deleite de alguns espectadores. O Projeto “Sonho-Letrando”, de cunho psicopedagógico (Educação) e com a mediação da autora, protagonizou a arte como ferramenta lúdica e o uso de tecnologia simples. Ao longo de um ano letivo e com o apoio da Secretaria da Educação da Rede Municipal de Guararema (SP), a autora trabalhou e estimulou crianças (em sua maioria) atípicas e/ou com dificuldade de aprendizagem. Com o tema em ascensão

(infelizmente) da violência e *bullying* nas escolas (uma das vinte barreiras culturais⁵³), e mais, com questões ambientais e a paz que queremos para o planeta Terra, cultuou-se na base formativa os valores para o desenvolvimento de suas histórias.

Por meio de uma narrativa lúdica, uso de massinha de modelar, celular, computador e tendo como norteador as ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/ONU 2030), os estudantes, entre os 1^a e 5^o Anos do Ensino Fundamental, construíram seu próprio enredo imaginário e autoral, na perspectiva conceitual e estética de seus valores pessoais.

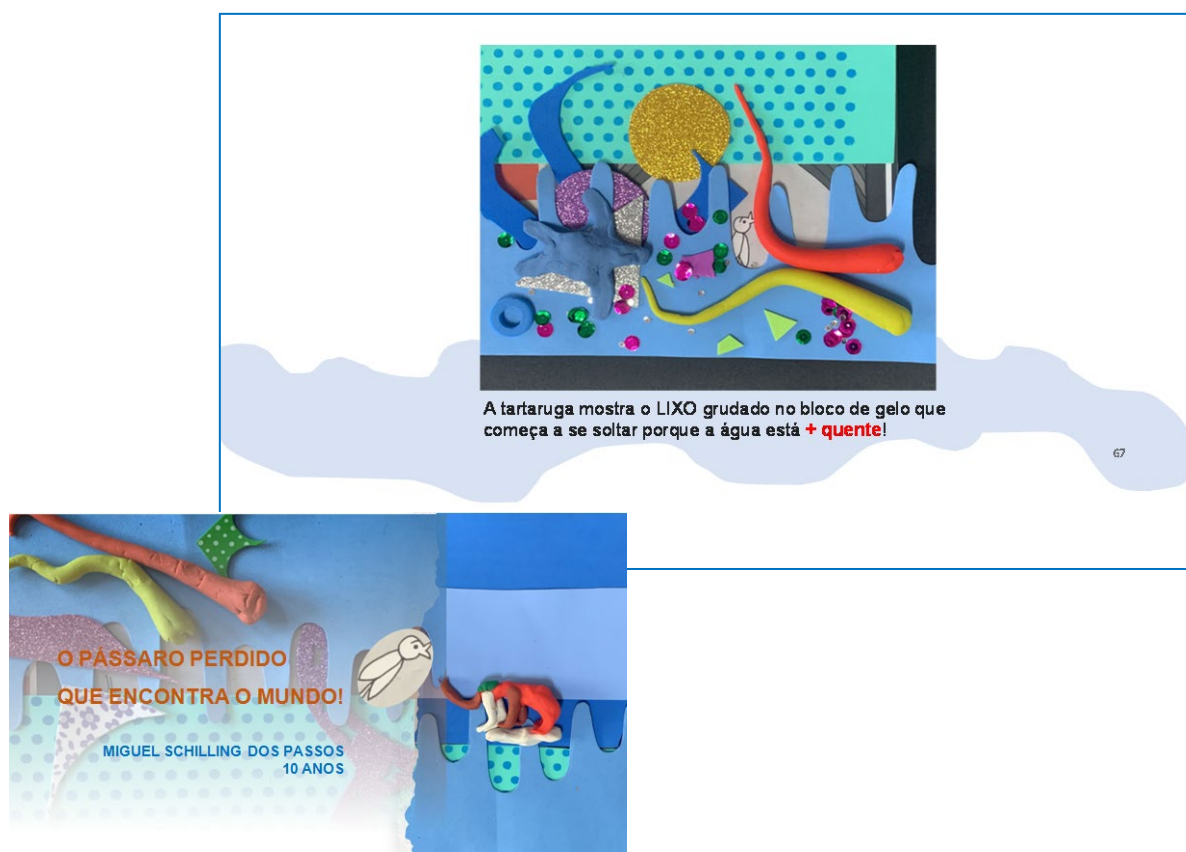
Figuras 3 e 4: Fotografias do Livro “O pássaro-pinguim”. Autor: Keyzon Henrique Alves Rocha (9 anos/4^o. Ano/ EMEC - Escola Municipal de Educação Complementar).



Créditos de imagens: autora

⁵³ Ver mais sobre barreiras culturais da UNESCO em CHIBÁS-ORTIZ, F. (2024).

Figuras 5 e 6: Fotografias do Livro "O pássaro perdido que encontra o mundo". Autor: Miguel Schilling dos Passos (10 anos/5º. Ano/ EMEC - Escola Municipal de Educação Complementar).



Crédito de imagem: autora

Pela oralidade, esses estudantes PcD ampliaram sua imaginação a partir de um ponto referencial, estabelecendo a ocupação de seu espaço no mundo, com regras da violência para a não violência, aflorando valores enraizados pela família de origem como "certo ou errado". Os dois exemplos acima (figuras 3 a 6) ilustram apenas uma página interna e a capa do respectivo livro. Olhamos dois estudantes mirins (dentre os quarenta e cinco autores) como extensão do que queremos "para as pequenas grandes mãozinhas do futuro". Ressaltamos que nos direcionamentos da UNESCO, a

educação é a âncora para a construção da paz e da educação para a cultura de paz, igualmente mencionados nos estudos de caso do Projeto “Sonho-Letrandos” que nos brinda com efeitos transformadores. Acredita-se que, em cooperação com a sociedade civil, com as políticas públicas nas três esferas e iniciativa privada, tem-se o fortalecimento desse cidadão por maior conscientização e a construção de uma imensa rede de parcerias, para a superação de desafios. Como citado pelo Comitê da Cultura de Paz:

Não só a sala de aula como todo o universo da escola pode se transformar em espaço de afeto e de acolhimento, em lugar privilegiado para superações dentro da contundente realidade de desamor, desigualdades e violências, onde o jovem e a criança possam encontrar um adulto de referência ou um tutor. A partir da interação afetiva entre eles, o jovem passa a reelaborar sua realidade de sofrimento e a reparar os ferimentos da vida, despertando, ao mesmo tempo, sua resiliência (UNESCO, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos esse processo de alfabetização informacional em uma escola pública, na planificação de estudo psicopedagógico, com o engajamento multidisciplinar e uso prático e consciente de materiais descartáveis e reciclados. Falamos de assumir papéis com responsabilidade, engajamento, senso crítico e a verdade dos fatos. São cidadãos alfabetizados em mídia e informação, com capacidade de ampliar seu repertório, diálogo, com liberdade de expressão e acesso ao conhecimento, igualdade de gênero, diversidade, paz e desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2021). Nesse sentido, reforçamos o compromisso

assumido com a declaração de “Windhoek + 30” que “apela à integração da literacia mediática e informacional, bem como ao trabalho para garantir a transparência das empresas tecnológicas”⁵⁴, com sentido de afirmar que a informação também é um bem público. Ressaltamos que a arte é a voz protagonista para os meios de comunicação e *marketing* acionarem os valores, as ações e as posições políticas para o “despertar coletivo” de uma visão ambiental “futura”, ou seja, atual. Como CHIBÁS-ORTIZ (2021, p.25-26) enaltece: “para possibilitar a compreensão e o engajamento de organizações e indivíduos na realização prática da diversidade, do respeito e da solidariedade humana de forma sustentável”.

A arte através do seu condutor, o artista, traz provocações, inspira-se para novos conceitos e descobertas e vibra para sua transformação. Vivemos em um mundo que precisamos de mais “borboletas” que saiam de seus casulos. O homem Pós-Covid 19 é um ser mais confuso, complexo e solitário, apesar da interconectividade. O artista assume um papel de “curador” dessa imensa complexidade. Avança com quebras de paradigmas de como refletir esse novo modelo de cidade. Migramos das “Cidades Inteligentes” lançado pelo UNESCO em 2010 para as “Cidades MIL”. A era digital nos facilita e nos faz simultaneamente mais distantes. A educação tem um papel primordial. O ensino híbrido nas escolas nos trouxe um fator relacional, com visões sistêmicas diversas e se expandiu para as empresas, instituições e governanças. A ponto de reaprendemos conceitos na educação, na comunicação, no *marketing* e em diferentes níveis com

⁵⁴ Sugestão de conhecer melhor o processo histórico do movimenta de imprensa livre, independente e pluralista, que foi colocado com item relevante no currículo de habilidades e competências em Alfabetização Mediática e Informacional, ou *Media, Information Literacy* (MIL) atualizado em 2018. Disponível em: UNESCO (2021a).

inovação tecnológica. O artista abraça a sua individualidade com autenticidade, vê o mundo de uma forma peculiar, rompe constantemente barreiras culturais. Usa de ferramentas próprias para a construção de sua poética e pode até fazer uso ou não da tecnologia ou Inteligência Artificial (IA). Defende seus direitos e ideologias. Por exemplo, no traço, na cor, no gestual do seu canto ou da dança, no combate às crenças e desigualdades, na construção de produtos e outros. Movimenta a renda econômica para o espaço local; constrói conceitos de patrimônio material e imaterial; move pessoas de “lá para cá”, e promove valores para agregar o turismo. Quando esse artista está estabelecido em espaços, culturais ou institucionais, aparece no conceito de indicadores métricos da gestão pública de sua cidade. É um verdadeiro agente do processo de inovação. Nesse aspecto, torna-se importante ressaltar que o Observatório Global de Ética e Governança de IA (UNESCO) tem como desígnio o “recurso global para formuladores de políticas, reguladores, acadêmicos, setor privado e a sociedade civil, para encontrar soluções para os desafios mais urgentes impostos pela Inteligência Artificial (IA)”. Essas transformações aceleradas, entretanto, levantam apreensões éticas profundas, como nos explica a Diretora-Geral Adjunto para as Ciências Sociais e Humanas, Gabriela Ramos: “A tecnologia de IA traz grandes benefícios em muitas áreas, mas sem as **proteções éticas**, corre o risco de reproduzir preconceitos e discriminações do mundo real, alimentando divisões e ameaçando direitos humanos e liberdades fundamentais” (UNESCO, 2021b).

Ao responder às questões iniciais desse artigo, elencamos o conceito das vinte barreiras culturais (CHIBÁS-ORTIZ, 2024). Explicamos a importância de se entender todo o processo, para um mapa mental de

avanços e desafios, onde se faz necessário a compreensão sobre a cultural local, seus reflexos institucionais e sociais, a comunicação multidisciplinar e multicultural em projeção global. A ferramenta aliciadora é a arte, o artista a usa por meio da criatividade e, assim, fomenta, pesquisa, avalia e divulga o prognóstico de resolução de problemas para a construção de uma sociedade mais equalitária, inclusiva e com maior acuidade. CHIBÁS-ORTIZ (2017) menciona os quatro indicadores da criatividade, como: flexibilidade, originalidade, capacidade para aceitar desafios e capacidade de resolução criativa de problemas. A arte, portanto, como habilidade, constrói produtos, projeta e amplia a tecnologia e a comunicação. Queremos, como artistas e como representantes entre os cinco agentes modificadores das Cidades MIL, que a arte transforme os preceitos de violência, de iniquidade e de desigualdade, de forma que essa arte seja impregnada em cada ato, em cada momento de se viver do cidadão comum. A inclusão e a compreensão da diferença são alicerces que fazem os seres humanos melhores na assepsia correta da palavra. Afirma-se de maneira positiva que os artistas aspiram sonhos e concretudes. Ambiciona-se um mundo ideal, e esse “ideal” passa a ser decodificado por cada cultura. Devemos ter acesso à informação de forma precisa, utilizar a Inteligência Artificial (IA) e as demais ferramentas, como celular, computador, de forma segura e ética. E ao falar sobre o tempo, sim, necessitamos como humanos, de poesia e beleza para o nosso descanso mental imagético. Observamos que por sua base interdisciplinar, Cidades MIL alinha a integração de saberes como o artista, para dar voz aos talentos do mundo e para buscar qualidade, inovação, desenvolvimento sustentável, eficiência, disciplina e valores, como a ética, a compreensão, a resiliência, o comprometimento e a verdade, sem renunciar

ao respeito e à solidariedade. Seria utópico, portanto, indagar se o paradigma das Cidades MIL se assemelha ao artista em sua essência e busca por um mundo melhor?!

Necessitamos da humanidade com senso crítico, respeitando culturas e crenças religiosas distintas. Não termos mais lugar para a fome, o analfabetismo, a ausência de moradia e/ou a falta de saneamento básico. As Cidades MIL procuram ser decodificadas para que mais cidades possam assumir o compromisso mundial e legal de valores íntegros e intrínsecos para a construção de um planeta sustentável, saudável e em paz. Precisa-se formar o cidadão para viver no urbano, com experiência e reflexões interdisciplinares, além de alinhar os conceitos “multi e transdisciplinar”, de se conectar às redes e *pools* multigeracionais de renda. Fazer e acontecer em níveis cada vez mais extraordinários para que a conduta do homem volte a ser sua nobre e honrada palavra. E mais, prontificar aquilo que a sociedade carece com aquilo que existe em termos de leis, funções e instituições. Todo esse contexto reafirma os valores e condutas que o paradigma Cidades MIL sublima e que nós, juntos, poderemos edificar.

REFERÊNCIAS:

Chibás-Ortiz, F. (2024). Rumbo a la metodología de las 20 barreras culturales en la comunicación y 5 dimensiones de creatividad (20BCC-5DCR): Reflexiones sobre la alfabetización midiática e informacional (AMI). *Social Review: International Social Sciences Review; Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 12(1), 41-52. <https://doi.org/10.62701/revsocial.v12.5176>.

Chibás-Ortiz, F., & Zottis, K. M. (2017). Barreiras culturais à comunicação e criatividade: perspectiva Vygostkyana/Bioniana e da alfabetização midiática:

Um estudo de caso com professores do ensino fundamental. Recuperado de <https://file:///C:/Users/Valeria/Documents>.

Chibás-Ortiz, F., et al. (2021). *La red de ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030: Métricas, educación, comunicación y salud sostenible*. La Habana: Pueblo y Educación.

De Masi, D. (2005). *Fantasia e concretude. Vol. 2 (Criatividade e grupos criativos)* (Trad. Léa Manzi & Yadyr Figueiredo). Rio de Janeiro: Sextante.

Jung, C. G. (1972). *O desenvolvimento da personalidade. Obras completas de C. G. Jung, Vol. XVII*. Petrópolis: Vozes.

ONU (UNICEF). Artigo 31. Recuperado em 24 de junho de 2024, de <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.

UNESCO. (2001). *Cultura de paz y no violencia*. Recuperado em 29 de julho de 2024, de <https://es.unesco.org/themes/programas-construir-paz>.

UNESCO. (2020). *Seoul Declaration on Media and Information Literacy for Everyone and by Everyone*. Recuperado em 29 de julho de 2024, de <https://en.unesco.org/news/seoul-declaration-media-and-information-literacy-everyone-and-everyone-0>.

UNESCO. (2021). *Global MIL Week*. Recuperado em 29 de julho de 2024, de <https://en.unesco.org/commemorations/globalmilweek/2021/featureconference>.

UNESCO. (2021a). *La Declaración de Windhoek +30 pide afirmar que la información es un bien público*. Recuperado em 29 de julho de 2024, de <https://www.unesco.org/es/articles/la-declaracion-de-windhoek-30-pide-afirmar-que-la-informacion-es-un-bien-publico>.

UNESCO. (2021b). *Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence*. Recuperado em 29 de julho de 2024, de <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/recommendation-ethics-artificial-intelligence>.

Vygotsky, L. (1989). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Chapter 13

Cidades Mil inspirando cartuns

Dorinho Bastos ⁵⁵

Aqui vai mais uma série de cartuns com o tema Cidades Mil

Desde que o Professor Felipe Chibás, se envolveu com pesquisas no tema e estimulou seus colegas professores, principalmente nós da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, acabei sendo contagiado com o “vírus Cidades Mil”.

Não é difícil entender porque que isso acontece. A proposta de Cidades Mil tem como objetivo a melhora da qualidade vida de sua população, através da ciência, tecnologia, inovação e... inteligência.

A partir disso, teremos uma cidade conectada na mobilidade, transporte, educação, saúde, lazer... com planejamento, criatividade, acessibilidade e muita atenção com o meio ambiente.

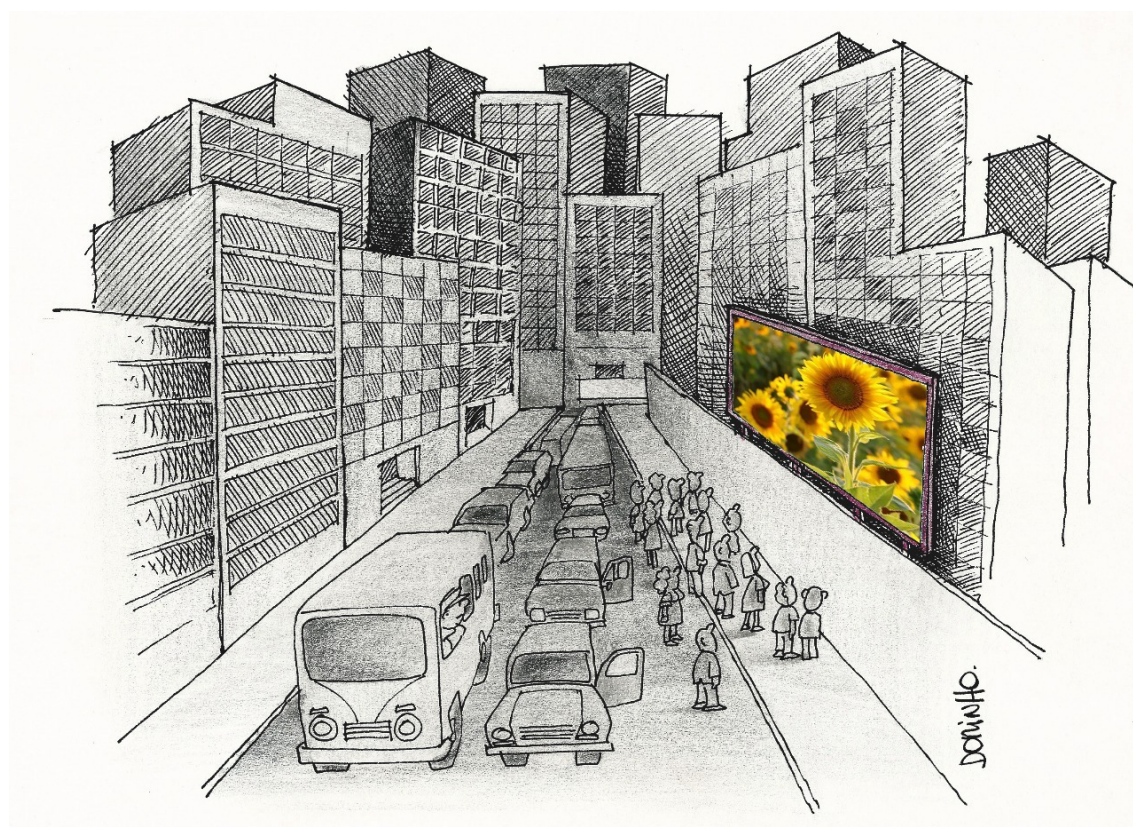
⁵⁵ Dorinho, é Heliodoro Teixeira Bastos Filho. Professor Doutor / Livre Docente do curso de Publicidade da ECA/USP, desde 1975. Arquiteto como formação, dirige o estúdio Dorinho Bastos Comunicação e Design. E lógico, é cartunista.

| GRC (Governance, Risk Management, Compliance) Advisor, Trainer, Speaker, Auditor, Author about regulatory requirement and technical requirements (ISO management standards) | Innovation Manager and startupper | Vice President and member of the board of Minerva Group Service⁵⁵ | Managing Partner of Alpemi Consulting | Member of the board of MGS Mediapress | Member of the board of itSMF Switzerland⁵⁵

É notável que os temas que permeiam o conceito de Cidades Mil, são muitos. E isso, já escrevi em outra obra, é fonte inesgotável de inspiração para a criação das situações aqui exploradas na linguagem do cartum.

Por fim, a busca na efetivação de uma Cidade Mil, se avizinha à utopia. E isso, o exagero e a utopia, interessam ao processo criativo do cartum.

A seguir, os cartuns. Espero que gostem, curtam e pensem...



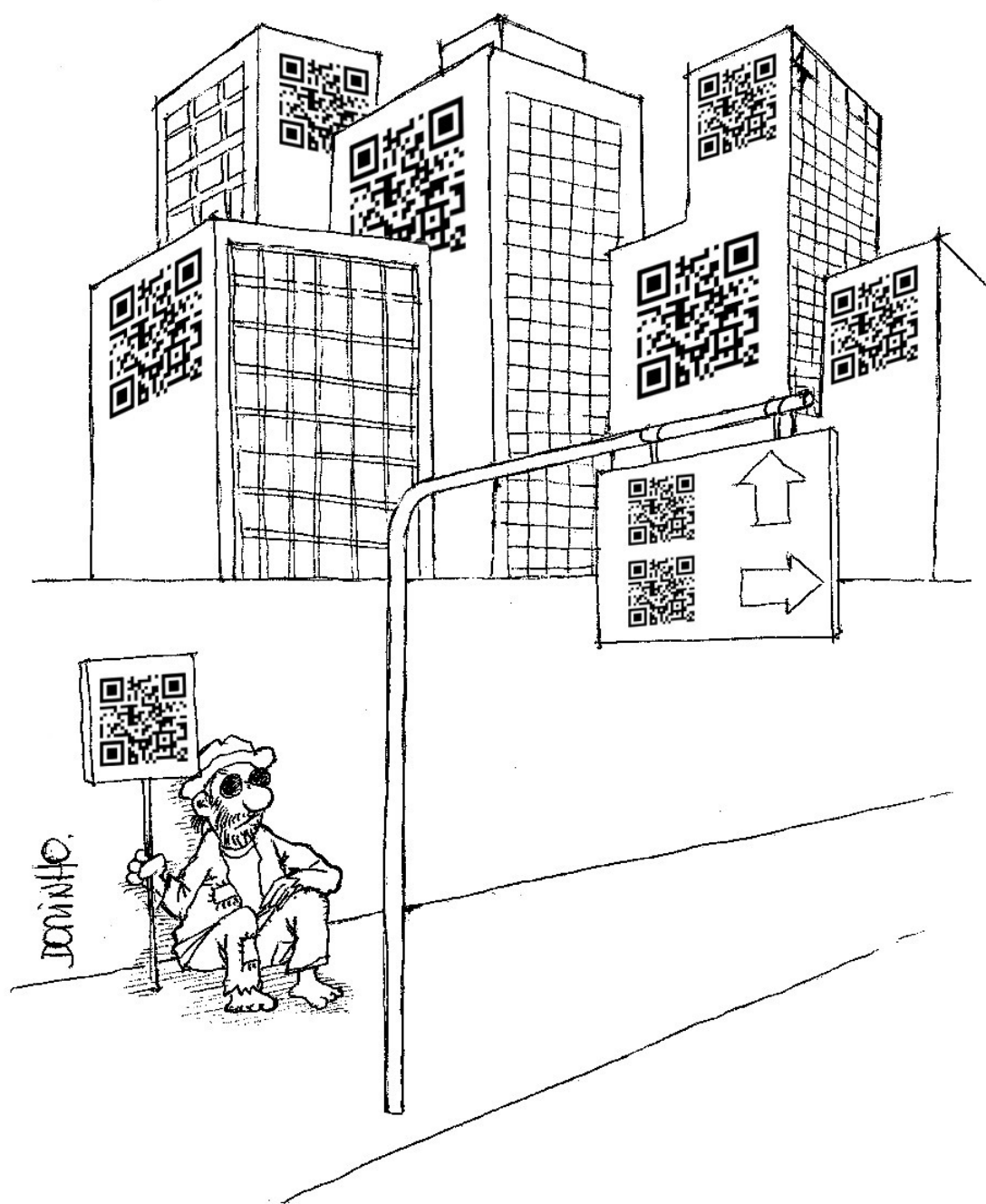


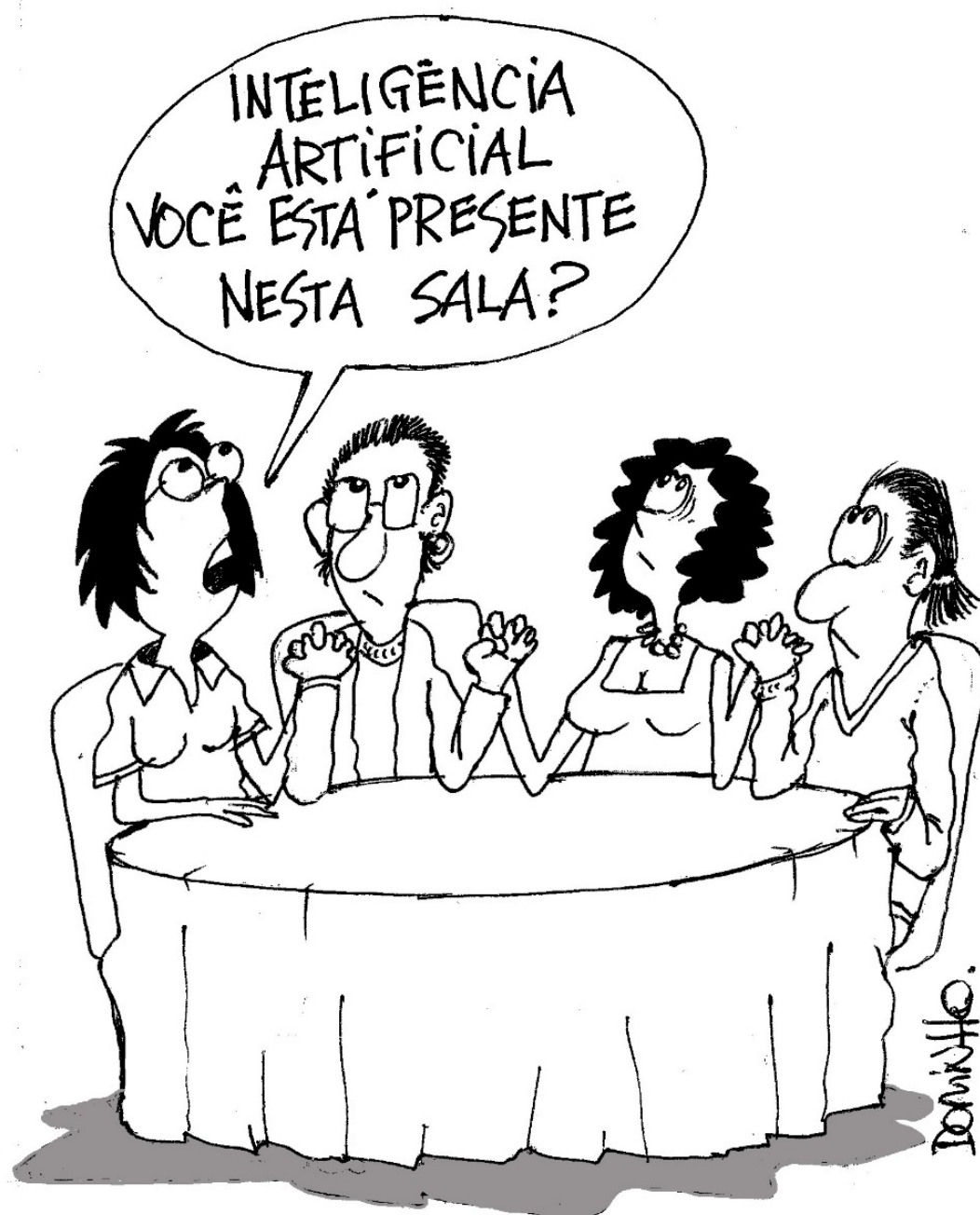


























Parte II

As novas tendências e desafios que entrentam as Cidades MIL

Chapter 14

Neurocomunicación aplicada a la alfabetización mediática y al liderazgo cívico en las CIUDADES MIL de UNESCO

Almudena Barrientos-Báez ⁵⁶

David Caldevilla-Domínguez ⁵⁷

Alba María Martínez-Sala ⁵⁸

El presente texto forma parte del marco de un proyecto Concilium (931.791) de la Universidad Complutense de Madrid, "Validación de modelos de comunicación, empresa, redes sociales y género".

Introducción

La Alfabetización Mediática e Informativa (AMI) comprende un conjunto de competencias que permiten a las personas acceder, evaluar, usar y crear contenido mediático e informativo de manera crítica y responsable. En un mundo saturado de información, medios y tecnología, la AMI es esencial para ayudar a los individuos a navegar por la complejidad de los entornos digitales y evitar la desinformación (Sena-Rivas *et al.*, 2019; Turpo Gebera *et al.*, 2022).

⁵⁶ Universidad Complutense de Madrid, España. almbbarri@ucm.es

⁵⁷ Universidad Complutense de Madrid, España. davidcaldevilla@ccinf.ucm.es

⁵⁸ Universidad de Alicante, España. albamaria.martinez@ua.es

El acceso a la información es un componente esencial que implica la capacidad de encontrar y obtener información de diversas fuentes (medios de comunicación, internet, bibliotecas, redes sociales, etc.). Con la expansión de las plataformas digitales, saber dónde y cómo buscar información confiable es una habilidad básica (Caldevilla-Domínguez *et al.*, 2022).

Por otra parte, la evaluación crítica como proceso de analizar la calidad, exactitud y relevancia de la información recibida involucra aspectos claves. La verificación de fuentes es crucial para distinguir entre aquellas que son confiables y las que no lo son. Es importante reconocer los sesgos presentes en la información, identificando posibles manipulaciones o distorsiones que puedan influir en la percepción de los hechos. Asimismo, es fundamental diferenciar entre hechos y opiniones, sabiendo distinguir entre información objetiva y subjetiva. La identificación de desinformación o noticias falsas también es esencial, ya que es necesario contar con herramientas que permitan detectar *fake news* o contenido manipulado. Además, un uso ético y responsable de la información es clave; la alfabetización mediática no solo abarca el consumo de información, sino también cómo los usuarios la utilizan y la diseminan (Caldevilla-Domínguez *et al.*, 2022).

Todo lo anterior implicaría citar fuentes correctamente y respetar los derechos de autor, ser consciente de las implicaciones éticas y sociales al compartir contenido en plataformas digitales y, evitar contribuir a la desinformación, verificando antes de compartir información (Caldevilla-Domínguez *et al.*, 2023).

La creación de contenido también hace referencia a la alfabetización mediática porque se incluye la habilidad de producir y comunicar contenido de manera eficaz, utilizando diferentes medios (texto, imagen, vídeo, etc.). Cabría esperar que los ciudadanos debiesen ser capaces de crear mensajes claros, precisos y coherentes, usar adecuadamente herramientas digitales para transmitir ideas y, participar de manera activa y responsable en el ecosistema mediático (Sánchez Serrano *et al.*, 2023; Medina y Carrasco, 2024).

El entendimiento de los medios y su funcionamiento es un componente que hace referencia a la capacidad de comprender cómo los medios funcionan, cómo se producen los mensajes mediáticos y cómo afectan la sociedad. Esto incluye conocer las dinámicas del mercado mediático, como la propiedad de los medios y cómo influyen en el contenido, entender el rol de la publicidad y otros mecanismos de monetización y, reconocer la influencia de los medios en la formación de opiniones y la creación de narrativas sociales (Romero y Morante, 2023).

Importancia de la AMI

En una sociedad democrática, la AMI es clave para que las personas sean ciudadanos informados y capaces de tomar decisiones fundamentadas, es decir: fomentar ciudadanos críticos. La exposición constante a contenido mediático requiere una capacidad crítica para no ser manipulados por la desinformación o la propaganda (Fernández, 2020; Jara Ibarra *et al.*, 2023).

Cabe señalar que, con el auge de las redes sociales y las plataformas digitales, la desinformación (como las noticias falsas) se ha convertido en un

desafío global. Es en este caso donde la AMI dota a los individuos de herramientas para identificar y contrarrestar estos problemas combatiendo así la desinformación (Caldevilla-Domínguez *et al.*, 2022; Medina y Carrasco, 2024).

La AMI no solo mejora la comprensión del entorno mediático, sino que también fomenta la participación activa y cívica en la sociedad, ya que, a través de la alfabetización mediática, las personas pueden involucrarse más en los debates públicos, expresarse de manera responsable y contribuir al diálogo democrático (Martínez-Sánchez, 2022). Las personas alfabetizadas mediáticamente son menos propensas a caer en sesgos de confirmación o a ser víctimas de manipulaciones por parte de actores interesados en influir en sus opiniones o decisiones y, por tanto, se encuentran más protegidas ante la manipulación mediática (Fernández-Gómez *et al.*, 2023).

Desafíos en la implementación de la AMI

Los desafíos en la implementación de la AMI incluyen el acceso desigual a la tecnología puesto que no todas las personas tienen acceso a dispositivos, internet o educación tecnológica, lo que crea una brecha en el acceso a la alfabetización mediática e informacional (Martín García, 2024). Aunque algunos sistemas educativos incluyen AMI en sus currículos, no es una práctica universal. Es fundamental que la AMI se integre en la educación formal desde una edad temprana (Ballati *et al.*, 2023).

No hay que obviar que, la velocidad con la que la tecnología y los medios cambian dificulta que las personas se mantengan actualizadas con las nuevas formas de consumo y creación de contenido. Se produce una sobrecarga de información que, se podría calificar en muchos casos como

abrumadora, lo que puede dificultar la capacidad de las personas para procesar, filtrar y evaluar adecuadamente el contenido que encuentran (Pino Coviello, 2022).

Desde el Grupo de Investigación Complutense CONCILIUM se proponen 3 iniciativas para implementar en el ámbito educativo. Cómo no, también en el resto de la sociedad:

a. Incorporar cursos sobre el análisis de medios y la evaluación crítica de la información en las escuelas y universidades.

b. Afianzar y facilitar el acceso a programas de *fact-checking*, enseñando a su vez a las personas a verificar datos y comprobar la veracidad de las noticias. Se podrían gestionar y desarrollar talleres formativos prácticos.

c. Usar plataformas digitales para educar al público sobre la importancia de la AMI y las técnicas para identificar desinformación. Se podrían crear campañas de concienciación en las redes sociales.

Papel del programa de Ciudades MIL de UNESCO

El programa de Ciudades MIL de la UNESCO es una red mundial que conecta a ciudades de diferentes regiones con el objetivo de promover la creatividad como motor del desarrollo urbano sostenible. Aunque este programa se centra principalmente en áreas como la música, el arte, el cine, la literatura, el diseño, la gastronomía y las artes digitales, también tiene una relación significativa con la alfabetización mediática e informacional (AMI), especialmente en el contexto de la educación, la participación cívica y el desarrollo cultural (Ortiz, 2024a).

En el marco de las Ciudades MIL de UNESCO las prácticas culturales y artísticas están vinculadas con la creación de contenido mediático y el uso de herramientas digitales. Muchas de estas ciudades desarrollan programas para capacitar a sus ciudadanos en la creación de contenido cultural y creativo, promoviendo habilidades que están relacionadas con la AMI (Ortiz, 2024b).

La creación de contenido digital juega un papel fundamental en el desarrollo de competencias mediáticas al involucrar a los ciudadanos en la producción de material cultural como videos, textos o podcasts. Este proceso fomenta un mayor entendimiento y habilidad en el manejo de los medios. Además, el uso de medios digitales y plataformas sociales para la difusión cultural es común en los proyectos de las ciudades creativas. Estas iniciativas no solo ayudan a diseminar y preservar el patrimonio cultural, sino que también alientan a los ciudadanos a utilizar los medios de manera ética y crítica (García Nieto *et al.*, 2024).

La educación mediática para el desarrollo cultural es otro aspecto clave. En las ciudades creativas de la UNESCO, se desarrollan programas educativos que integran la tecnología en la preservación y promoción del patrimonio cultural. Estos programas están diseñados para ayudar a los ciudadanos a interactuar de manera crítica con los medios y a comprender cómo estos influyen en la representación de la cultura y la identidad local. La alfabetización mediática permite a las personas evaluar de manera más efectiva los mensajes que reciben sobre su propia cultura y su presentación al mundo (Alcolea-Díaz *et al.*, 2020).

Finalmente, la UNESCO se enfoca en reducir las brechas de acceso a la información y los recursos digitales, especialmente en las ciudades en

desarrollo o con poblaciones marginadas. Las Ciudades Creativas promueven proyectos de inclusión digital que garantizan el acceso equitativo a medios y tecnologías, permitiendo la participación cultural de todos los grupos sociales (Barchello, 2020).

Liderazgo cívico, alfabetización mediática y neurocomunicación

El liderazgo cívico, la alfabetización mediática y la neurocomunicación están interconectados en la forma en que permiten a las personas comprender, interactuar y liderar en un entorno social y comunicativo complejo. Cada uno juega un papel crucial en cómo se difunden, interpretan y asimilan los mensajes, y juntos crean una sinergia poderosa para fomentar una sociedad más informada, crítica y comprometida (Masip *et al.*, 2021; Garza Sánchez y Saucedo Espinosa, 2023).

El liderazgo cívico se refiere a la capacidad de movilizar, guiar y representar a la sociedad civil en la búsqueda de intereses comunes y en la toma de decisiones colectivas. Los líderes cívicos son responsables de influir en la opinión pública, promover la participación ciudadana y abordar temas sociales. Además, deben comunicarse de manera efectiva para inspirar, informar y movilizar a la comunidad (Sanz, 2021). Todo ello les ayudará a tomar decisiones informadas porque un buen liderazgo requiere estar informado, entender las fuentes de información y saber filtrar el contenido relevante y preciso. Los líderes cívicos deben promover un uso ético y responsable de la información, fomentando la educación crítica entre los ciudadanos. La responsabilidad social es fundamental para cualquier tipo de institución o empresa y, por tanto, para todos sus miembros (Sanz, 2021).

Como ya se ha comentado antes, la alfabetización mediática e informacional (AMI) es el conjunto de habilidades que permiten a las personas acceder, evaluar críticamente, utilizar y crear información en diferentes formatos. Es esencial en una sociedad donde la información fluye rápidamente a través de medios digitales, redes sociales y plataformas tradicionales (Turpo Gebera, *et al.*, 2022). La AMI dota a los ciudadanos y líderes con la capacidad de analizar y evaluar la veracidad de la información. Esto es fundamental para tomar decisiones informadas y evitar la manipulación (Almeida, 2021; Gómez Rodríguez y González Reyes, 2022, Cerdán Martínez *et al.*, 2022).

Al estar alfabetizados mediáticamente, tanto los ciudadanos como los líderes cívicos son capaces de crear y diseminar mensajes claros, verificados y éticos. La AMI empodera a los ciudadanos a participar de manera más activa en la sociedad, al entender mejor los temas públicos y ser capaces de debatir y colaborar en la resolución de problemas (Garro-Rojas, 2020; Encinillas García y Martín Sabarís, 2023).

La neurocomunicación es el estudio de cómo el cerebro procesa la información y los mensajes que recibimos (Barrientos-Báez *et al.*, 2021). Combina principios de la neurociencia con la comunicación para entender cómo las personas perciben, procesan y responden a los estímulos informativos y emocionales. A través de la neurocomunicación, se puede analizar cómo los mensajes impactan en las emociones, percepciones y toma de decisiones de las personas. Un líder cívico con conocimientos de neurocomunicación puede mejorar su capacidad para comunicar de manera más efectiva (Mañas-Viniegra *et al.*, 2023).

Comprender cómo las personas procesan la información puede ayudar a los líderes a estructurar mejor sus mensajes para influir en la opinión pública de manera ética y eficaz. Los mensajes que se alinean con las emociones y valores de la audiencia pueden ser más persuasivos. La neurocomunicación ayuda a los líderes a conectar emocionalmente con sus seguidores, fortaleciendo la participación y la acción cívica (Arcela Soto et al., 2022).

Elementos que unifican al liderazgo cívico, la alfabetización mediática y la neurocomunicación

Los líderes cívicos que entienden la neurocomunicación pueden estructurar sus mensajes de una manera que resuene emocionalmente con su audiencia, lo que aumenta la posibilidad de generar acción colectiva. Al mismo tiempo, la alfabetización mediática asegura que estos líderes usen la información de manera responsable y ética, evitando la manipulación (Abuín-Penas y Abuín- Penas, 2022; Harahap et al., 2023).

Tanto en el liderazgo cívico como en la AMI, es fundamental la capacidad de evaluar críticamente la información antes de actuar o tomar decisiones. Un líder cívico debe estar informado y saber interpretar y utilizar la información disponible, lo cual está directamente relacionado con las competencias de la AMI (Peñalva y Marta-Lazo, 2023).

La alfabetización mediática capacita a los ciudadanos para participar activamente en procesos sociales, políticos y comunitarios. Un líder cívico que está alfabetizado mediáticamente y que tiene conocimientos de neurocomunicación puede fomentar una mayor participación ciudadana, creando mensajes que motiven la acción, pero de manera ética y

transparente. (López-González *et al.*, 2023). La credibilidad es clave para cualquier líder cívico. A través de la neurocomunicación, los líderes pueden entender cómo generar confianza emocional y legitimidad. La AMI, por su parte, permite que tanto líderes como ciudadanos distingan entre información veraz y manipuladora, creando una base más sólida para una comunicación honesta y confiable (Herrero Curiel y González Aldea, 2022; Quian, 2023).

Conclusiones

La alfabetización mediática e Informativa es una competencia fundamental en la era digital, ya que no solo mejora el acceso a la información, sino que también protege a los ciudadanos de la desinformación y les permite participar activamente y de manera informada en la sociedad. Se convierte en un medio para que los ciudadanos accedan a información veraz, comprobable y rigurosa.

En conjunto, el liderazgo cívico, la alfabetización mediática y la neurocomunicación proporcionan un marco poderoso para crear una sociedad más informada, activa y resiliente. El liderazgo cívico fomenta la movilización y participación ciudadana; la AMI empodera a los ciudadanos a evaluar y crear información de manera crítica; y la neurocomunicación ayuda a entender y mejorar la forma en que los mensajes son recibidos y procesados a nivel emocional y cognitivo. Cuando se combinan, crean una dinámica que promueve un liderazgo responsable, una ciudadanía informada y una comunicación más efectiva y ética.

En el entorno digital, donde la sobrecarga de información y la desinformación son comunes, la AMI es vital para que los ciudadanos

puedan discernir entre lo que es verdadero y falso. Los líderes cívicos, usando estrategias de neurocomunicación, pueden ayudar a guiar a sus comunidades para navegar este entorno, promoviendo un consumo de información más consciente y crítico.

Referencias

Abuín-Penas, J. y Abuín-Penas, R. (2022). Redes sociales y el interés por la información oficial en tiempos de pandemia: análisis de la comunicación de los ministerios de salud europeos en Facebook durante la covid-19. *Revista de Comunicación y Salud*, 12. <https://doi.org/10.35669/rcys.2022.12.e303>.

Alcolea-Díaz, G., Reig, R. y Mancinas-Chávez, R. (2020). Currículo de alfabetización mediática e informacional de la UNESCO para profesores desde la perspectiva de la estructura de la información. *Comunicar*, 62, 103-114. <https://www.doi.org/10.3916/C62-2020-09>.

Almeida, F. (2021). Social movements in a time of pandemic: the case of Tech4Covid19 in Portugal. *European Public & Social Innovation Review*, 6(2), 51-63. <https://pub.sinnergiak.org/esir/article/view/151>.

Arcela-Soto, S. I., López-Pérez, P. S. y Méndez-Vergaray, J. (2022). Educación emocional en un aprendizaje a distancia. Revisión teórica. *Revista Científica Arbitrada Multidisciplinaria Pentaciencias*, 4(2), 230-245. <https://shorturl.at/dQOCi>.

Barchello, S. O. (2020). Ciudades creativas y su aporte a la creación de un nuevo modelo de desarrollo económico, social y cultural. Una revisión de la literatura. *Población y Desarrollo*, 26(50), 53-63. <https://shorturl.at/6eXT6>.

Barrientos-Báez, A., Caldevilla-Domínguez, D. y Parra-López, E. (2021). Posibilidades transmedia y neuromarketing para la explotación turística 3.0. *Journal of Turismo & Development // Revista Turismo & Desenvolvimento*, 37, 151-163. <https://doi.org/10.34624/rtd.v37i0.26365>.

Bellatti, I., Sabido-Codina, J., Sosa, L. y Hurtado Torres, D. (2023). La enseñanza de las ciencias sociales para una ciudadanía digital. Estudio

interdisciplinar sobre alfabetización mediática en los currículos de Educación Secundaria. *Áreas. Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 45, 75-88. <https://shorturl.at/yNsCq>.

Caldevilla-Domínguez, D., Barrientos-Báez, A., García-Manso, A. y Matarín-Rodríguez-Peral, E. (2022). Neurocomunicación y Manosferas: estudio de caso Forocoches. *Historia y Comunicación Social*, 27(2). <https://doi.org/10.5209/hics.84402>.

Caldevilla-Domínguez, D., Egido-Piqueras, M. y Barrientos-Báez, A. (2023). Neurocomunicação e redes sociais. *Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 28, 1-20. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e94208>.

Cerdán Martínez, V., Giménez Sarmiento, A. y Padilla Castillo, G. (2022). El auge de Vox y el populismo en YouTube antes y durante la pandemia del covid-19. *Revista de Comunicación de la SEECI*, 55, 17-35. <https://doi.org/10.15198/seeci.2022.55.e751>.

Encinillas García, M. y Martín Sabarís, R. (2023). Desinformación y Salud en la era precovid: Una revisión sistemática. *Revista de Comunicación y Salud*, 13, 1-15. <https://doi.org/10.35669/rcys.2023.13.e312>.

Fernández, D. (2020). Transformaciones institucionales y liderazgo cívico en la Hispania post-imperial. En A. Carneiro, N. Christie y P. Diarte-Blasco (eds.), *Urban transformations in the late antique West: materials, agents, and models*, 259-279. Universidade de Coimbra.

Fernández-Gómez, E., Segarra-Saavedra, J. y Feijoo, B. (2023). Alfabetización publicitaria y menores. Revisión bibliográfica a partir de la Web of Science (WOS) y Scopus (2010-2022). *Revista Latina de Comunicación Social*, 81, 1-22. <https://doi.org/10.4185/rlcs.2023.1892>.

García Nieto, M. T., Armirola Garcés, L., Barberá González, R., Barrientos-Báez, A., Cabrera Fernández, M., Caldevilla-Domínguez, D. y Vélez Méndez, C. (2024). *Universidad y sociedad: comunicación, integración y colaboración con empresas e instituciones públicas y organizaciones no lucrativas. Hacia la excelencia del aprendizaje en la innovación responsable*. Proyecto de Innovación UCM. <https://shorturl.at/lxUMt>.

Garro-Rojas, L. (2020). Alfabetización mediática en América Latina. Revisión de literatura: temas y experiencias. *Revista Educación*, 44(1), 502-514. <https://doi.org/10.15517/revedu.v44i1.37708>.

Garza Sánchez, J. A. y Saucedo Espinosa, F. (2023). Alfabetización mediática informacional en la formación de estudiantes de comunicación en México: Caso de una facultad del noreste de México. *Human Review*, 17(1). <https://www.doi.org/10.37467/revhuman.v12.4713>.

Gómez-Rodríguez, G. y González Reyes, R. (2022). La construcción de un estado de la cuestión hemerográfico. Un ejemplo a partir de los conceptos fake news, posverdad y desinformación en el entorno de web of science (WoS). *Vivat Academia*, 155, 69-90. <https://doi.org/10.15178/va.2022.155.e1335>.

Harahap, M. A. K., Sutrisno, S., Mahendika, D., Suherlan, S. y Ausat, A. M. A. (2023). The Role of Emotional Intelligence in Effective Leadership: A Review of Contemporary Research. *Al-Buhuts*, 19(1), 354-369. <https://doi.org/10.30603/ab.v19i1.3429>.

Herrero Curiel, E. y González Aldea, P. (2022). Impacto de las fake news en estudiantes de periodismo y comunicación audiovisual de la universidad Carlos III de Madrid. *Vivat Academia, Revista de Comunicación*, 155, 1-21. <https://doi.org/10.15178/va.2022.155.e1415>.

Jara Ibarra, C., Sánchez Bachmann, M. y Cox, C. (2023). Liderazgo Educativo y Educación Ciudadana: Evidencia del Caso Chileno. *REICE. Revista Iberoamericana Sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 21(3). <https://doi.org/10.15366/reice2023.21.3.001>

López-González, H., Sosa, L., Sánchez, L. y Faure-Carvallo, A. (2023). Educación mediática e informacional y pensamiento crítico: Una revisión sistemática. *Revista Latina de Comunicación Social*, 81, 399-422. <https://doi.org/10.4185/rlcs-2023-1939>.

Martín García, E. (2024). *Proyecto de intervención social, conectando redes, desafiando la brecha tecnológica hacia la igualdad digital* (Trabajo de Fin de Grado). ULPGC. <http://hdl.handle.net/10553/131845>

Martínez-Sánchez, J. A. (2022). Prevención de la difusión de fake news y bulos durante la pandemia de covid-19 en España. De la penalización al impulso de la alfabetización informacional. *Revista de Ciencias de la*

Comunicación e Información, 27, 15-32.
<https://doi.org/10.35742/rcci.2022.27.e236>.

Masip, P., Ruiz Caballero, C. y Suau, J. (2021). News consumption and covid-19: Social perception. *European Public & Social Innovation Review*, 6(1), 29-41. <https://pub.sinnergiak.org/esir/article/view/149>.

Medina, S. K. y Carrasco, J. L. (2024). The fake news during the chilean social outbreak and the role of fact checking against disinformation. *COMUNI@CCIÓN: Revista de Investigación en Comunicación y Desarrollo*, 15(1), 9. <https://shorturl.at/j7XP8>.

Ortiz, F. C. (2024a). Rumbo a la Metodología de las 20 Barreras Culturales en la Comunicación y 5 Dimensiones de Creatividad (20BCC-5DCR): Reflexiones sobre la Alfabetización Mediática e Informacional (AMI). *Social Review. Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 12(1), 41-52. <https://doi.org/10.62701/revsocial.v12.5176>.

Ortiz, F. C. (2024b). *Red de ciudades MIL de Unesco y Agenda 2030: Métricas, Educación, Comunicación y Salud sostenibles*. Canopus Editorial Digital.

Peñalva, S. y Marta-Lazo, C. (2023). Alfabetización mediática, una competencia fundamental para combatir el fenómeno de las noticias falsas. revisión crítica del concepto desde las propuestas teóricas de la comunicación y la educación (1971-2021). En S. Osuna-Acedo y R. Feltrero (Eds.), *Alfabetización mediática crítica: desafíos para el siglo XXI*. McGraw Hill.

Pino Coviello, A. M. (2022). Curaduría en contenidos periodísticos: Actividad profesional con estatus académico incipiente. *#PerDebate*, 6(1), 124-145. <https://doi.org/10.18272/pd.v6i1.2793>.

Quian, A. (2023). (Des)infodemia: lecciones de la crisis de la covid-19. *Revista de Ciencias de la Comunicación e Información*, 28, 1-23. <https://doi.org/10.35742/rcci.2023.28.e274>.

Romero, W. A. M. y Morante, C. F. (2023). Retos actuales de la alfabetización mediática y tendencias para la formulación de propuestas pedagógicas: Una revisión bibliográfica. *Academia y Virtualidad*, 16(1), 49-67. <https://doi.org/10.18359/ravi.5748>.

Sánchez Serrano, D., Arranz Rodríguez, I. y Bergaz Portolés, M. (2023). La transformación de la estrategia de medios desde la irrupción del Branded Content: el caso "aprendemos juntos" de BBVA. *Revista de Comunicación de la SEECI*, 56, 10-27. <https://doi.org/10.15198/seeci.2023.56.e801>.

Sanz, B. N. (2021). El liderazgo en tiempos de pandemia: cambios y nuevas tendencias para el siglo XXI. *bie3: Boletín IEEE*, 21, 448-459. <https://shorturl.at/kjMhB>.

Sena-Rivas, W. R., Casillas-Martín, S., Barrientos-Báez, A. y Cabezas-González, M. (2019). La Educomunicación en el contexto de alfabetización de personas jóvenes y adultas en América Latina: estado de la cuestión a partir de una revisión bibliográfica sistemática. *Revista Latina de Comunicación Social*, 74, 133-171. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2019-1325>.

Turpo Gebera, O., Aguaded Gómez, I. y Barros Bastidas, C. (2022). Alfabetización mediática e informacional y formación docente en países en desarrollo: el caso de Perú. *Revista Universidad y Sociedad*, 14(2), 321-327. <https://shorturl.at/3AHOi>.

Chapter 15

Alfabetización Mediática e Inteligencia Artificial Informativa (AMIAI) en la Ciudad Educativa

Felix Ortega ⁵⁹

Alfabetización Mediática e Informativa (MIL) y Estructuras Urbanas

La alfabetización mediática e informativa (Media Information Literacy, MIL), definida como la capacidad de acceder, evaluar y crear contenidos en diversos formatos (UNESCO, 2013), resulta cada vez más esencial en los contextos urbanos contemporáneos de nuestras sociedades. A medida que las ciudades se expanden y evolucionan hasta convertirse en complejos ecosistemas de información, estas competencias y habilidades, se tornan claves para una ciudadanía crítica e informada, formada en un proceso a lo largo de la vida en la ciudad física y digital, en la ciudad digital educativa.

Platón, en *La República*, describe la visión de una ciudad ideal—*kallipolis*—estructurada en torno a la indagación y dialéctica filosófica, la educación comunitaria y la formación moral e intelectual. En el centro de la ciudad platónica se encuentra definido un riguroso proceso educativo dirigido a producir “guardianes-protectores” ilustrados, capaces de aspirar a distinguir la verdad de la falsedad. El enfoque platónico es intrínsecamente crítico, pues hace hincapié en la dialéctica y el discurso racional como

⁵⁹ Diretor de Comunicação da Universidade de Salamanca, Espanha

métodos fundamentales de indagación, anticipando así ideales contemporáneos de alfabetización crítica (McLaren & Kincheloe, 2007).

En este sentido, los entornos urbanos actuales físicos y digitales pueden beneficiarse enormemente de la adopción de principios presentes en el marco educativo de Platón y sus contemporáneos. Las ciudades de nuestro tiempo no son únicamente entidades físicas, sino también focos dinámicos de flujos informativos y de interconectividad digital (Castells, 2010).

En la sociedad contemporánea, los individuos—de todas las edades—navegan en un panorama mediático cada vez más complejo, repleto de desinformación, propaganda y contenidos promovidos por algoritmos que moldean percepciones públicas, distribuciones del tiempo de ocio y de consumo. En consecuencia, la ciudad se convierte en un espacio tanto físico como virtual, donde el conocimiento, la información y la desinformación coexisten de manera dinámica (Morozov, 2011). Una de las preguntas que surgen, es sobre la construcción de esa ciudad digital educativa, sobre ¿cómo construirla?.

La MIL tiene el potencial de transformarse en ese proceso moderno del método filosófico-educativo de Platón al empoderar a las personas para que se involucren críticamente con la información, con los espacios digitales en los que interactúan comunicativamente. La concepción de la MIL por parte de la UNESCO enfatiza no solo la capacidad de evaluar críticamente los medios, sino también la participación dialéctica de la ciudadanía en los procesos democráticos de los espacios digitales. Las ciudades que integran la MIL en la educación urbana y en las políticas públicas fomentan una ciudadanía capaz de reflexionar de forma crítica, de tomar decisiones

informadas y de participar activamente en la vida cívica, a imagen y semejanza de la visión platónica de una ciudadanía bien educada, crítica, dialogante y moralmente responsable.

Los individuos conectados en estructuras tecnológicas interconectadas inciden de manera profunda en cómo se desarrolla y practica la alfabetización mediática e informacional. Las ciudades caracterizadas por espacios públicos inclusivos, instituciones educativas accesibles y una infraestructura tecnológica equitativa pueden impulsar de modo significativo el desarrollo de competencias en MIL (Harvey, 2012).

Por el contrario, los entornos urbanos que perpetúan la segregación, la brecha digital y las desigualdades espaciales generan obstáculos para el acceso equitativo a la información, dificultando la formación en MIL. La ciudad educativa de Platón subraya implícitamente la necesidad de igualdad espacial y estructural, asumiendo que un acceso equitativo a los recursos educativos garantiza la cohesión social y el crecimiento intelectual para los integrantes de ese espacio educocomunicativo.

Además, la integración de la MIL en las políticas urbanas aborda retos sociales más amplios. Como sostiene Lefebvre (1991), los espacios urbanos reflejan valores y dinámicas de poder de la sociedad. Del mismo modo, los entornos mediáticos en las ciudades reproducen y perpetúan relaciones de poder a través de la representación o marginación de ciertos colectivos e informaciones siguiendo procesos de *gatekeeping* y *agenda setting* cada vez más automatizados. Esta programación de los contenidos mediada por algoritmos y “me gusta-likes” es fiel a la economía de la atención y a una programación humana flexible de sus preferencias. Desarrollar competencias de MIL entre la población urbana puede contribuir a

desmontar sesgos sistémicos al fomentar la conciencia crítica sobre las representaciones mediáticas y capacitar a la ciudadanía para cuestionar los discursos hegemónicos y/o mayoritarios-*mainstream*.

Siguiendo la visión de Platón, los planificadores urbanos, educadores y responsables políticos actuales deben priorizar la MIL no solo como un conjunto de habilidades, sino como una necesidad cívica. Una ciudad educada, en el sentido contemporáneo, debe dotar a sus habitantes de la alfabetización crítica necesaria para desenvolverse en la complejidad de la era digital. Este compromiso educativo se alinea estrechamente con los ideales platónicos, enfatizando la investigación rigurosa, la participación democrática y la ciudadanía ética. La ciudad educada no solo debe manifestarse en los espacios físicos, sino también, cada vez más, en los entornos digitales para niños y jóvenes. Dado que tanto el tiempo como la atención se concentran a diario en mayor medida en los espacios digitales, las estrategias de alfabetización para el ámbito urbano físico han de transformarse en enfoques sólidos de MIL aplicados a las “ciudades educativas” digitales. Aunque niños y jóvenes suelen ser formados y protegidos en espacios presenciales, a menudo carecen de ese amparo en la dimensión educativa digital.

Los entornos digitales actuales pueden aprovechar sustancialmente principios del marco educativo de Platón. En la actualidad, las ciudades no se limitan a ser entes físicos, sino que funcionan como centros dinámicos de flujos de información e interconectividad digital. Los residentes urbanos se enfrentan a un paisaje mediático cada vez más complejo, repleto de desinformación, discursos de odio, propaganda y contenidos dirigidos por algoritmos que influyen en las percepciones y decisiones públicas.

En consecuencia, la ciudad se convierte en una arena tanto física como virtual donde el conocimiento, la información y la desinformación conviven de forma dinámica (Morozov, 2011). En este ámbito, la MIL y la IA juegan un papel de protección efectiva para niños y jóvenes, actuando como una salvaguarda natural—similar a los protocolos de vacunación, pero aplicados al mundo digital.

La MIL puede operar como un contrapunto moderno del método educativo-filosófico de Platón al capacitar a los individuos para implicarse críticamente con la información, valorando tanto riesgos como oportunidades. La concepción de MIL por parte de la UNESCO hace hincapié no solo en la competencia para evaluar críticamente los medios, sino también en la participación activa en procesos democráticos que impulsen el progreso (UNESCO, 2013). Las ciudades que integran la MIL en la educación urbana y en las iniciativas de política pública fomentan ciudadanos capaces de aplicar una reflexión crítica, una toma de decisiones fundamentadas y de participación cívica activa, aproximándose a la visión platónica de una ciudadanía bien educada y moralmente responsable.

Las estructuras urbanas ejercen una influencia determinante en cómo se desarrolla y practica la alfabetización informativa y comunicacional. Las ciudades que cuentan con espacios públicos inclusivos, instituciones educativas accesibles y una infraestructura tecnológica accesible a todos sus ciudadanos pueden impulsar de forma significativa las competencias de MIL (Harvey, 2012).

Por el contrario, los entornos urbanos que perpetúan la segregación, la brecha digital y las desigualdades espaciales generan barreras para el acceso universal a la información, obstaculizando el desarrollo de la MIL. La

ciudad educativa de Platón sugiere, de manera implícita, la necesidad de igualdad espacial y estructural, indicando que el acceso equitativo a los recursos educativos garantiza la cohesión social y un ulterior crecimiento intelectual.

Por otra parte, integrar la MIL en la política urbana responde a desafíos sociales de mayor escala y dimensión (Chibás-Ortiz, Grizzle, Borges; Ramos, Mazzetti, Silva Junior, 2020). Como subraya Lefebvre (1991), los espacios urbanos reflejan valores sociales y dinámicas de poder. Las estructuras mediáticas dentro de las ciudades también encarnan y reproducen relaciones de poder mediante la representación o la marginación de determinados colectivos. Potenciar la MIL en la población urbana puede ayudar a desmontar prejuicios sistémicos, al promover la conciencia crítica de las representaciones mediáticas y capacitar a la ciudadanía para desafiar las narrativas dominantes que les son cebadas en sus campanarios de consumo individual-tribal en sus pantallas inteligentes a golpe de dígito.

Consumo Mediático de la Infancia y la Juventud: Necesidad de la Alfabetización Mediática e Informativa

En la sociedad contemporánea, la infancia y la juventud se encuentran cada vez más inmersas en entornos digitales que influyen de manera profunda en su socialización, su formación educativa y su desarrollo integral. Los patrones de consumo mediático de las personas jóvenes han cambiado sustancialmente con la proliferación de tecnologías digitales y actividades basadas en pantallas, en especial dentro de contextos urbanos (Livingstone & Helsper, 2007).

Esta exposición ofrece tanto oportunidades relevantes como riesgos considerables, lo que hace indispensable una sólida formación en alfabetización mediática e informacional (MIL) desde la primera infancia hasta la adolescencia primero, y posteriormente a lo largo de la vida.

La investigación señala que niños y adolescentes dedican un gran número de horas a la interacción con diversas plataformas digitales, incluidas redes sociales, videojuegos y servicios de streaming. Un estudio de Rideout y Robb (2020) reveló que la juventud estadounidense de 8 a 18 años dedica de media 7,5 horas al día en sus dispositivos provistos de pantallas inteligentes, evidenciando la profunda integración de los medios digitales en la vida cotidiana. Esta extensa exposición pone de relieve la urgencia de una formación integral en MIL que capacite a los jóvenes para desenvolverse en entornos digitales de manera responsable y crítica.

Asimismo, el auge de la inteligencia artificial (IA) y de los contenidos regidos por algoritmos en la “economía de la atención” ha intensificado la necesidad de formación en MIL. Los algoritmos basados en IA configuran la distribución de contenidos para maximizar la interacción de los usuarios, a menudo priorizando información sensacionalista, sesgada o engañosa con el fin de retener la atención (Zuboff, 2019).

Para los más jóvenes, quienes por su etapa de desarrollo cognitivo y emocional son especialmente permeables y consecuentemente más vulnerables, estos algoritmos pueden influir significativamente en sus percepciones, actitudes, conocimientos y comportamientos si no disponen de habilidades sólidas de alfabetización mediática (Buckingham, 2007) que les permitan deconstruir y contextualizar los contenidos y mensajes a los que se exponen.

Un marco sólido de MIL en todas las etapas educativas dota a la infancia y la juventud de las habilidades críticas necesarias para evaluar la autenticidad de los contenidos, identificar sesgos y comprender los motivos comerciales, sociales o ideológicos que subyacen a la producción de medios digitales en los distintos proveedores de la cadena de valor audiovisual. La UNESCO (2013) enfatiza que la integración de la MIL en la educación como herramienta que promueve destrezas cognitivas que permiten a los jóvenes desenvolverse de forma segura, ética y efectiva en los entornos digitales.

Además, la economía de la atención suscita inquietudes acerca de la salud mental y el bienestar de los jóvenes en la era digital. La presión por mantener una conectividad constante, el impacto psicológico del tiempo excesivo frente a las pantallas y la exposición a contenidos nocivos suponen retos críticos para el bienestar juvenil (Twenge & Campbell, 2018). Los programas de MIL que aborden directamente estas cuestiones pueden atenuar las consecuencias negativas al fomentar hábitos de consumo mediático responsable y reflexivo.

Por consiguiente, es vital que la MIL se incluya en los planes de estudio de todos los niveles educativos, desde la educación infantil hasta la secundaria y superior. Las escuelas y los sistemas educativos en entornos urbanos deben adaptar el currículo a esta necesidad contemporánea, en estrecha consonancia con la visión original de Platón de la educación como elemento esencial para formar ciudadanos informados y virtuosos, dotados de juicio moral y capacidad de razonamiento.

Vincular la alfabetización mediática e informacional con las estructuras urbanas a través de la óptica de la ciudad educativa de Platón proporciona

perspectivas valiosas para fomentar ciudadanos urbanos críticos y comprometidos. Incluir la MIL en los marcos educativos urbanos no solo genera individuos mejor informados, sino que también promueve ciudades capaces de sostener sociedades más modernas, más equitativas y socialmente responsables. Los principios educativos de Platón conservan vigencia y resuenan en los esfuerzos actuales por construir comunidades urbanas más informadas y equitativas.

La Inteligencia Artificial (IA) y la Alfabetización Mediática e Informacional de la Infancia y la Juventud

La Inteligencia Artificial (IA) ofrece oportunidades prometedoras, pero también retos importantes, para la Alfabetización Mediática e Informacional (MIL) entre la infancia y la juventud. Por un lado, las herramientas educativas impulsadas por IA pueden propiciar experiencias de aprendizaje personalizado, fomentar el pensamiento crítico y capacitar a los jóvenes para desenvolverse responsablemente en los medios digitales. Por otro lado, las amenazas a la privacidad, los sesgos algorítmicos y la desigualdad en el acceso tecnológico corren el riesgo de afianzar las desigualdades sociales y socavar la autonomía de niños y jóvenes. La Alfabetización Mediática e Informacional (MIL) constituye un marco teórico y práctico que integra las competencias para acceder, evaluar y reflexionar críticamente sobre los mensajes mediáticos en múltiples plataformas. Investigadores españoles, entre ellos Marta Lazo y José Manuel Pérez Tornero, han enriquecido notablemente la conceptualización de la MIL al enfatizar sus dimensiones holísticas, participativas y éticas. Sus aportaciones destacan la función esencial de docentes, responsables políticos e instituciones mediáticas en la

formación de una ciudadanía—especialmente niños y jóvenes—capaz de desenvolverse de manera efectiva y responsable en el ecosistema digital (Lazo & Gabelas, 2016; Pérez Tornero, 2008).

Desde la perspectiva de Marta Lazo, la MIL se entiende mejor como la intersección de varias capacidades críticas: la habilidad de interpretar, crear y difundir información de forma ética; la competencia de analizar los códigos y lenguajes de los medios; y la disposición a participar en el diálogo democrático (Lazo, 2018). Basándose en principios socio constructivistas, Lazo subraya que las personas alfabetizadas mediáticamente no son receptoras pasivas de contenidos, sino co-creadoras e intérpretes activas. Este planteamiento coincide con la visión de otros estudiosos españoles, como Ferrés (2007) y Aguaded (2013), quienes argumentan que la alfabetización mediática trasciende las destrezas técnicas y abarca la formación del pensamiento crítico, la apreciación estética y la sensibilidad cultural.

Por su parte, José Manuel Pérez Tornero plantea una perspectiva complementaria al situar la MIL en procesos más amplios de participación cívica y democrática (Pérez Tornero, 2008). En su modelo, los niños y jóvenes aprenden a descodificar textos digitales y audiovisuales, al tiempo que asimilan las normas éticas y sociales que rigen la producción y circulación de la información (Pérez Tornero & Varis, 2010). Esta doble insistencia en las competencias cognitivas y morales ayuda a los estudiantes a comprender las estructuras de poder que subyacen en los sistemas mediáticos, alentándoles a convertirse en usuarios y productores de contenido con criterio propio.

La infancia y la juventud ocupan un lugar central en los imperativos pedagógicos de la MIL, pues habitan un entorno digital en continua transformación que influye en su socialización, la configuración de su identidad y el acceso al conocimiento (Lazo & Gabelas, 2016). Los académicos españoles señalan la urgencia de dotar a las generaciones más jóvenes del criterio crítico y la conciencia ética necesarios para afrontar las complejidades de las redes sociales, las recomendaciones algorítmicas y las plataformas participativas (Ferrés & Piscitelli, 2012). Un currículo coherente de MIL, adaptado a diferentes edades, posibilita que los aprendices desarrollen habilidades básicas tales como diferenciar fuentes fiables, comprender la propiedad de los medios y detectar intereses comerciales o políticos ocultos (Aparici & García-Marín, 2019).

Este planteamiento educativo se alinea estrechamente con los principios de la *educación mediática*, un campo en el que España ha sido pionera gracias a iniciativas políticas y redes de investigación que vinculan universidades, escuelas y la industria de los medios (Pérez Tornero, 2008). A partir de estudios de caso en centros educativos donde se integra la MIL de manera transversal, los académicos españoles destacan que la implicación de los estudiantes en proyectos colaborativos—como el análisis de noticias, la producción de cortometrajes o la gestión de radios escolares—fortalece su pensamiento crítico y fomenta hábitos de aprendizaje a lo largo de la vida (Sánchez-Carrero & Contreras-Pulido, 2012). Así, la MIL y la educación mediática convergen en una caja de herramientas dinámica que capacita a la infancia y la juventud para interpretar los mensajes mediáticos con mayor matiz y contribuir de forma responsable a la esfera pública digital.

Las posibilidades que ofrece la MIL a niños y jóvenes son numerosas. Por un lado, puede promover la inclusión social al reducir brechas digitales—lingüísticas, culturales y socioeconómicas—que a menudo impiden el pleno aprovechamiento de las tecnologías digitales (Lazo, 2018).

Al adquirir competencias en análisis crítico, producción ética y comunicación intercultural, la juventud aprende a participar de manera más democrática, expresando sus puntos de vista en espacios públicos y proyectos comunitarios. Por otro lado, la MIL puede potenciar la creatividad y la innovación, dado que quienes aprenden a manejar diferentes herramientas mediáticas desarrollan habilidades de narración, diseño y trabajo colaborativo, cada vez más demandadas en la economía del conocimiento (Pérez Tornero & Varis, 2010).

No obstante, la academia internacional también señala activamente los riesgos de un panorama mediático en continua revolución. Entre estas preocupaciones destaca la proliferación de la desinformación, los discursos del odio, reforzados por cámaras de eco y sesgos algorítmicos (Aparici & García-Marín, 2019). Sin la debida formación en métodos de verificación y evaluación de fuentes, la infancia y la juventud pueden verse expuestas a mensajes manipuladores que distorsionan la realidad y socavan la deliberación crítica formada e informada. Otra cuestión urgente es la privacidad de los datos: a medida que los menores navegan en redes sociales y plataformas educativas, su información personal corre el riesgo de ser monetizada o vulnerada en ese territorio de la economía de la atención. Lazo (2018) alerta a los educadores sobre la responsabilidad ética de proteger los derechos digitales de los niños, promoviendo políticas

institucionales claras, una gestión de datos transparente y socialmente responsable.

La tradición académica española—representada por las aportaciones de Marta Lazo, José Manuel Pérez Tornero y otros investigadores—ofrece un marco matizado y orientado a la acción para comprender la Alfabetización Mediática e Informativa. Al situar la MIL en la confluencia de pensamiento crítico, compromiso ético y fluidez tecnológica, estos autores ponen de relieve tanto su potencial transformador como los retos inherentes a la educación mediática.

La infancia y la juventud son las principales beneficiarias de iniciativas integrales de MIL, que a la vez favorecen su expresión creativa, su empoderamiento cívico y su resiliencia frente a la desinformación. Corresponde a los educadores, responsables políticos e instituciones mediáticas la tarea de incorporar eficazmente estos principios y metodologías, asegurando que las nuevas generaciones se formen no solo como navegantes digitales competentes, sino también como ciudadanos empáticos, reflexivos y comprometidos con su entorno.

El Impacto Transformador de la IA en la Alfabetización Mediática e Informativa

La Alfabetización Mediática e Informativa (MIL) resulta fundamental para la infancia y la juventud en una era caracterizada por la ubicuidad de las tecnologías y plataformas digitales (UNESCO, 2011). La creciente incorporación de la IA a la vida cotidiana está modificando no solo la producción de contenidos mediáticos, sino también la manera en que niños y jóvenes acceden, analizan y evalúan la información (Livingstone & Bulger,

2014). El auge de las herramientas impulsadas por IA—desde sistemas de aprendizaje adaptativo hasta sofisticados motores de recomendación de contenidos—ofrece oportunidades extraordinarias para la educación, pero supone también desafíos considerables para el desarrollo cognitivo, emocional y social de los más jóvenes.

La Alfabetización Mediática e Informacional abarca un conjunto amplio de competencias para buscar, analizar, evaluar y crear contenidos digitales y tradicionales. En el caso de los aprendices más jóvenes, la MIL implica la reflexión crítica sobre las fuentes de información, la comprensión de la influencia potencial de los medios y la comunicación eficaz a través de distintos canales. El acelerado avance tecnológico ha añadido complejidad a la MIL, que ya no se reduce a habilidades técnicas, sino que exige, cada vez más, competencias socioemocionales y una mirada crítica que incluya la detección de desinformación, la interpretación de datos y el respeto a la ética digital.

En la educación, la IA se entiende como la aplicación de métodos de aprendizaje automático, procesamiento del lenguaje natural y analítica predictiva para mejorar o automatizar procesos pedagógicos. Los ejemplos incluyen plataformas de aprendizaje adaptativo que ajustan el material a las necesidades de cada alumno, chatbots con IA para la atención al estudiante y sistemas de tutoría inteligente que ofrecen evaluación formativa (OECD, 2021). Más allá de la educación formal, la IA opera también en el entretenimiento, las redes sociales y los motores de búsqueda, todos los cuales influyen en cómo niños y jóvenes procesan y comprenden la información digital. Conocer el potencial—y los límites—de la IA es

imprescindible para formar ciudadanos digitales capaces de desenvolverse con confianza y sentido crítico en sistemas automatizados.

La infancia y la juventud constituyen un segmento poblacional especialmente receptivo a la innovación digital, pero a la vez más vulnerable a sus efectos negativos (UNICEF, 2021). Su capacidad de evaluar críticamente los procesos automatizados se encuentra en desarrollo, lo que les hace más susceptibles a la manipulación algorítmica, la extracción de datos y las vulneraciones de la privacidad. Al mismo tiempo, muchos jóvenes destacan por su familiaridad con la tecnología, su disposición a probar nuevas plataformas y su habilidad para aprovechar las fortalezas de la IA en ámbitos creativos y cívicos (Buckingham, 2019). Encontrar el equilibrio entre el empoderamiento y la protección requiere de estrategias exhaustivas que integren conciencia ética, competencias de alfabetización y resiliencia ante los riesgos digitales.

Una de las promesas más sobresalientes de la IA es su capacidad de ofrecer experiencias de aprendizaje personalizadas. Los sistemas de tutoría inteligente pueden evaluar de forma continua la progresión de cada estudiante y sugerirle recursos adaptados—ya sean artículos con lenguaje simplificado, vídeos interactivos o simulaciones de realidad aumentada. Este tipo de personalización resulta especialmente pertinente para la MIL, en la que los niveles de dominio en verificación de hechos, identificación de sesgos o creación de contenidos pueden variar sustancialmente (OECD, 2021). Adaptarse a las necesidades individuales puede agilizar la adquisición de competencias, al tiempo que mantiene una motivación elevada y una implicación más profunda.

Las herramientas basadas en IA—tales como software de edición de vídeo automatizado, plataformas de conversión de voz a texto o programas generadores de arte—otorgan a la infancia y a la juventud la posibilidad de convertirse en productores, no solo en consumidores, de contenido digital (Buckingham, 2019). Este proceso activo de creación fomenta una comprensión más profunda de cómo se construyen, enmarcan y difunden los mensajes mediáticos. Al explorar la narrativa o la composición musical generada por IA, los jóvenes desarrollan componentes esenciales de la alfabetización, como la estructura narrativa, la conciencia del público y la expresión multimodal.

El ecosistema informativo actual se ve cada vez más condicionado por campañas de desinformación, teorías conspirativas y contenidos sesgados ideológicamente (Noble, 2018). La IA puede reforzar la MIL automatizando ciertas partes del proceso de verificación de hechos. Herramientas que detectan afirmaciones dudosas o datos sin referencia, así como la comprobación automática de datos en bases confiables, pueden ampliar la capacidad de los usuarios jóvenes para adoptar una postura crítica (Livingstone & Bulger, 2014). Además, la IA permite examinar rápidamente grandes volúmenes de texto y evidenciar patrones de sesgo o posibles casos de desinformación, fomentando una cultura de escepticismo racional y análisis riguroso.

Las plataformas impulsadas por IA han demostrado su eficacia para atender a perfiles de aprendizaje diversos, incluyendo estudiantes con discapacidad o aquellos con barreras lingüísticas (Selwyn, 2017). El reconocimiento de voz, la conversión de texto a voz y la traducción automatizada pueden democratizar el acceso a los contenidos educativos.

Dado que la MIL conlleva la interpretación de formatos mediáticos variados, las herramientas de IA que incorporan descripciones auditivas o traducciones a la lengua de signos garantizan la inclusión y la accesibilidad. Esta capacidad de la IA resulta fundamental para reducir brechas de alfabetización y proporcionar igualdad de oportunidades educativas independientemente de las limitaciones físicas o lingüísticas.

La dependencia de la IA en grandes bases de datos suele implicar un rastreo minucioso de la actividad en línea de los usuarios, generando serios interrogantes en torno a la privacidad infantil y la protección de datos (Freedman, 2018). Niños y jóvenes, en su condición de usuarios digitales con menor experiencia, puede que no comprendan el alcance de la recolección, el almacenamiento o la comercialización de su información personal—que abarca historiales de navegación e incluso datos biométricos. La monetización de estos datos no solo vulnera la ética, sino que puede exponer a los menores a tácticas de mercadotecnia manipuladoras o a riesgos de robo de identidad.

Aun cuando la IA procesa ingentes volúmenes de datos, su rendimiento depende de la calidad y la representatividad de esos datos (Noble, 2018). Si las bases de datos contienen sesgos de género, raciales o culturales, es probable que los algoritmos reproduzcan y amplíen esos mismos prejuicios. Esto se vuelve especialmente problemático en la MIL, donde los estudiantes deben aprender a interactuar de forma crítica con los mensajes mediáticos. Los sesgos en las recomendaciones de contenido o en los resultados de búsqueda pueden perpetuar estereotipos y anular perspectivas minoritarias, mermando la pluralidad esencial para una alfabetización mediática integral.

La capacidad de la IA para generar contenido sintético ha impulsado la proliferación de “deepfakes” y otras formas de manipulación audiovisual. La infancia y la juventud—que a menudo carecen de experiencia o escepticismo ante estas tácticas—pueden resultar especialmente vulnerables a creer en materiales audiovisuales falsificados (Livingstone & Bulger, 2014). Los “deepfakes” plantean serios retos a la MIL, pues desdibujan la frontera entre realidad y ficción, reduciendo la eficacia de los procedimientos tradicionales de verificación.

Lograr una aplicación equitativa de las herramientas de IA en la MIL exige abordar problemas de infraestructura, acceso y formación docente. La promesa de la educación con IA se fundamenta en una conexión estable a internet, dispositivos adecuados y un respaldo institucional sólido. Cuando estos elementos no están disponibles para quienes provienen de entornos menos privilegiados, la IA corre el riesgo de acentuar la brecha digital (Selwyn, 2017). Así, en lugar de democratizar el aprendizaje, podría agravar las desigualdades existentes.

Los organismos internacionales (UNESCO, UNICEF, OCDE) han emitido directrices destinadas a regular el uso ético de la IA en la educación y a proteger los derechos de la infancia en los entornos digitales (UNICEF, 2021; OECD, 2021). Estas recomendaciones enfatizan la transparencia, la responsabilidad y el diseño que incorpore la privacidad desde su origen. Sin embargo, su efectividad depende de los mecanismos de aplicación, la adaptación cultural y la coordinación entre responsables políticos, educadores y la industria tecnológica.

La regulación ha de equilibrar el fomento de la innovación tecnológica con la salvaguarda del bienestar infantil. Determinados usos de la IA—como

el reconocimiento facial en las escuelas o la analítica de datos invasiva—deben justificarse por su aportación educativa para no sacrificar el derecho a la autonomía y la privacidad de los menores (Freedman, 2018). Un enfoque centrado en el niño prioriza el interés superior de este colectivo sobre los incentivos comerciales o institucionales, garantizando que la integración de la IA se enmarque en criterios éticos y de desarrollo infantil pedagógicamente apropiados.

Incluir a la infancia y la juventud en la definición de políticas y agendas de investigación brinda información valiosa sobre cómo perciben estos sectores los riesgos y oportunidades de la IA. Modelos participativos como consejos juveniles, hackatones o talleres de diseño colaborativo permiten que las tecnologías emergentes reflejen las perspectivas y experiencias de quienes se verán más afectados. Este enfoque democrático en la gobernanza de la IA concuerda con la idea de que los niños tienen derecho a ser escuchados en las decisiones que afectan sus vidas (UNICEF, 2021).

Prácticas Pedagógicas para una MIL Integrada con la IA

La adopción efectiva de la IA en la MIL depende en gran medida de la capacidad docente para comprender y usar herramientas basadas en IA, así como para identificar eventuales problemas. La formación continua del profesorado debería abarcar los fundamentos técnicos de la IA, consideraciones éticas y buenas prácticas de aprendizaje basado en proyectos con énfasis en el análisis crítico de los medios. Dichos módulos de formación pueden profundizar en estrategias para garantizar la privacidad de datos, detectar sesgos algorítmicos y promover comportamientos digitales responsables.

Un currículo que incorpore herramientas basadas en IA para la MIL debería centrarse en el estudiante y en el desarrollo de competencias concretas. Entre los objetivos de aprendizaje se incluyen:

1. **Análisis Crítico:** Valorar el contenido generado por algoritmos, detectar la desinformación y reconocer posibles sesgos.
2. **Razonamiento Ético:** Conocer los derechos de privacidad, la legislación de protección de datos y los hábitos seguros de comportamiento en línea.
3. **Producción Creativa:** Emplear plataformas con IA para crear y difundir contenidos digitales, fomentando la colaboración y la innovación.
4. **Ciudadanía Global:** Apreciar la diversidad de perspectivas, promover un uso responsable de la IA y desarrollar empatía en las interacciones virtuales.

La alineación con marcos ya establecidos, como el *Media and Information Literacy Curriculum for Teachers* de la UNESCO (UNESCO, 2011), garantiza el cumplimiento de las mejores prácticas internacionales.

Las metodologías de aprendizaje por proyectos pueden integrar herramientas de IA en actividades mediáticas reales. Por ejemplo, los estudiantes pueden diseñar campañas multimedia sobre temas medioambientales o investigar problemáticas de su comunidad local con la asistencia de técnicas de recogida y análisis de datos basadas en IA. Estas iniciativas, además de reforzar la MIL, fomentan la autonomía y la responsabilidad social. La colaboración promueve competencias blandas esenciales para desenvolverse en la era digital (Buckingham, 2019).

El potencial de retroalimentación instantánea de la IA puede aprovecharse para refinar las habilidades de la MIL. Los sistemas de tutoría inteligente o las evaluaciones automáticas pueden evaluar la competencia de los alumnos al analizar fuentes, detectar la desinformación y valorar la argumentación. Sin embargo, el profesorado debe mantenerse alerta ante posibles sesgos en la calificación automática o en las sugerencias de contenido. Combinar las valoraciones generadas por la IA con la observación directa del profesor y las evaluaciones entre iguales ayuda a lograr una medición más global de las competencias en MIL (Selwyn, 2017).

Diferentes países europeos han implementado programas piloto donde se introducen extensiones de verificación de datos basadas en IA en las aulas, permitiendo a los estudiantes evaluar en tiempo real la fiabilidad de las fuentes digitales. Si bien los hallazgos iniciales indican un aumento en la conciencia sobre la desinformación, persisten retos respecto a la dependencia excesiva de los alumnos en señales automatizadas sin un análisis más profundo (Freedman, 2018). El profesorado subraya la importancia de cuestionar y contrastar la información, ilustrando que la IA debe verse como una herramienta de apoyo, no como un sustituto completo del razonamiento humano.

Perspectivas Futuras y Recomendaciones

Dado que la IA se integra progresivamente en nuestra rutina diaria, la educación mediática tradicional puede resultar insuficiente. Los alumnos requieren también alfabetización en IA: es decir, conocimientos sobre algoritmos, privacidad de datos y aprendizaje automático, junto con una actitud crítica frente a los medios (OECD, 2021). Las autoridades educativas

y diseñadores curriculares han de incorporar módulos que expliquen los fundamentos de la IA, su impacto social y sus dimensiones éticas.

La colaboración entre múltiples actores—docentes, familias, empresas tecnológicas, especialistas en políticas y los propios estudiantes—es fundamental. Las redes de cooperación pueden compartir buenas prácticas, diseñar intervenciones específicas y definir consensos sobre los estándares éticos. Iniciativas como foros intersectoriales y congresos ofrecen espacios para el diálogo, alineando el potencial de la IA con los objetivos de la MIL y con principios de desarrollo democrático (UNICEF, 2021).

Se requiere además el desarrollo proactivo de investigación empírica continua para observar el efecto a largo plazo de la IA en la adquisición de competencias de MIL por parte de la infancia y la juventud. Temas como la transparencia algorítmica, la salud psicológica y la eficacia de la formación docente requieren una atención específica (Noble, 2018). La recopilación rigurosa de datos y la libre difusión de los hallazgos pueden orientar políticas basadas en evidencias científicas, favorecer enfoques pedagógicos adaptativos y asegurar la protección de los derechos digitales de los menores.

La IA tiene un enorme potencial para revolucionar la enseñanza y el aprendizaje de la Alfabetización Mediática e Informacional en niños y jóvenes. Sus capacidades en cuanto a personalización, expresión creativa y verificación de datos podrían convertir a los alumnos en ciudadanos digitales críticos y participativos. Sin embargo, ese potencial se ve ensombrecido por riesgos considerables, como la invasión de la privacidad, la parcialidad algorítmica, la expansión de la manipulación mediática y las crecientes desigualdades en el acceso digital.

Para hacer frente a estos desafíos, resulta indispensable una acción conjunta de educadores, responsables políticos, investigadores y desarrolladores tecnológicos, basada en directrices éticas y esquemas de gobernanza inclusivos. Las escuelas han de priorizar la formación continua del profesorado, el rediseño curricular que incorpore una alfabetización crítica de la IA y métodos didácticos centrados en el estudiante, de tal modo que el uso de la IA no comprometa la seguridad ni el bienestar de la infancia y la juventud. Al reconocer tanto las grandes oportunidades como los peligros latentes, los diversos agentes pueden moldear un entorno educativo donde la IA no solo potencie las competencias de alfabetización mediática, sino que además respete la dignidad y los derechos de todos.

Aunque la ruta a seguir es compleja, también se presenta llena de posibilidades transformadoras y grandes oportunidades. Si se aborda con visión, integridad y un esfuerzo de cooperación, la IA puede ser un catalizador formidable para el desarrollo de la Alfabetización Mediática e Informacional, preparando a niños y jóvenes para desenvolverse con éxito en un futuro digital en constante cambio.

Vincular la alfabetización mediática e informacional con las estructuras urbanas a través de la perspectiva de la ciudad educativa de Platón brinda claves valiosas para formar ciudadanos urbanos críticos y comprometidos. Incorporar la MIL en los programas educativos de las ciudades crea no solo individuos mejor informados, sino también urbes capaces de sostener sociedades más democráticas e inclusivas. Los principios educativos de Platón mantienen así su pertinencia, orientando los esfuerzos actuales para erigir comunidades urbanas informadas y equitativas.

La Inteligencia Artificial (IA) ofrece tanto oportunidades ilusionantes como desafíos relevantes para la Alfabetización Mediática e Informacional (MIL) de la infancia y la juventud. Por un lado, las herramientas educativas basadas en IA pueden generar experiencias de aprendizaje personalizadas, impulsar el pensamiento crítico y capacitar a los más jóvenes para utilizar los medios digitales con responsabilidad. Por otro, las amenazas a la privacidad, los sesgos algorítmicos y la desigualdad en el acceso tecnológico pueden consolidar las disparidades sociales y menoscabar la autonomía infantil. En este capítulo examinamos la relación entre la IA y la MIL, subrayando la importancia de establecer marcos éticos sólidos, de formar adecuadamente al personal docente y de diseñar políticas inclusivas. A través de la adopción de estrategias responsables en IA, educadores y demás agentes involucrados pueden asegurar que los jóvenes se beneficien de un modo equitativo y ético.

Inspirándose en la visión de Platón, los urbanistas, educadores y legisladores actuales deben concebir la MIL no como un mero conjunto de competencias, sino como un requisito cívico de primer orden. La ciudad educativa, en el mundo contemporáneo, ha de capacitar a su ciudadanía con la alfabetización crítica imprescindible para manejarse en la complejidad digital. Este compromiso educativo encuentra un profundo eco en los ideales de Platón, que también ponen el foco y el acento en la necesidad de desarrollar una investigación rigurosa, fomentando participación democrática y la construcción de una ciudadanía ética y socialmente responsable.

Es los tiempos que fluyen de inmediatez en los espacios digitales, es consecuentemente necesario ampliar conceptualmente la MIL a un espacio

más proactivo e inteligente, un espacio que busque una Alfabetización Mediática e Inteligencia Artificial Informacional (AMIAI) en la Ciudad Educativa - Media Information Artificial Intelligence Literacy (MIAIL) in the Educational City - . Un espacio en que una ciudadanía capacitada en una MIL crítica y robusta se vea apoyada por una IA educo-comunicacional que sirva de mediador y protector de una ciudadanía en formación, los niños y jóvenes, pero también de unas edades más adultas y cada vez más longevas e influenciabiles. El mediador educativo, comunicativo y cultural se nos antoja que debe ser además de humano, también digital, racional, inteligente y responsable de moderar y diseñar los espacios donde la ciudad vuelva a ser un espacio seguro y pacífico. El diseño y construcción responsable y educativa de todos los espacios digitales, de la ciudad digital educativa es una necesidad imperiosa. La protección de los niños y jóvenes de forma proactiva e inmediata, la implantación de una tecnología que supervise la identidad y edad del ciudadano en el acceso a espacios digitales, públicos y privados. La AMIAI o MIAL está llamada en los próximos años a finalmente cerrar y rellenar esos huecos en los agujeros negros informacionales y comunicativos, donde una MIL limitada en recursos financieros y educativos y únicamente humana no ha podido proteger suficientemente a una audiencia de niños y jóvenes, y adultos influenciabiles, de la vorágine de la economía de la atención.

En definitiva, la próxima década como nos sugiere la UNESCO en sus redes y planes de acción estratégicos, en defensa de la pluralidad, de la ciudadanía, de sus niños y jóvenes será Informacional, Mediática, Inteligente y proactiva en ciudades físicas y digitales cada vez más responsables, protectoras y educativas. Los derechos de la ciudadanía, de las personas

pasan necesariamente por una ciudad educativa cada vez más formada en MIL y diseñada de forma consciente en una economía de la atención comunicativa y educativa mediada por Inteligencia Artificial avanzada. Los espacios digitales públicos y privados diseñados ex ante por humanos deben pasar los filtros de protección de una IA diseñada, programada e implantada de forma crítica e inteligente que vele por los derechos e intereses de la ciudadanía. La ciudad educativa digital debe avanzar en dotar de mecanismos de protección y capacitación de los humanos - MIL- y de la tecnología -MIAIL- que sirvan en la protección efectiva de los mismos. Cual *Gran Hermano-Big Brother Orweliano* pero esta vez enciclopédico y educativo, dónde con las especificidades de cada ciudad y poblaciones sirva irrefutablemente al menos a los intereses de los niños y jóvenes, a sus derechos en el mundo digital, si me permiten la metáfora y provocación utópica.

Referencias

- Aguaded, I. (2013). Media literacy, a paradigm shift in the digital age. *Comunicar*, 21(41), 7-8. Recuperado de: <https://www.comunicarjournal.com/index.php?contenido=preimpresion&doi=10.3916/C41-2013-a1>
- Aparici, R., & García-Marín, D. (2019). La educomunicación en la era digital. *Revista Mediterránea de Comunicación*, 10(2), 15-28. Recuperado de: <https://www.mediterranea-comunicacion.org/article/view/2019-v10-n2-la-educomunicacion-en-la-era-digital>
- Buckingham, D. (2007). *Media Education: Literacy, Learning and Contemporary Culture*. Polity.
- Buckingham, D. (2019). *The media education manifesto*. Polity.

Castells, M. (2010). *The Rise of the Network Society: The Information Age: Economy, Society, and Culture* (Vol. 1) (2nd ed.). Wiley-Blackwell.

Chibás-Ortiz, F., Grizzle, A., Borges, A., Ramos, F., Mazzetti, B., & Silva Junior, O. (2020). Metrics of MIL Cities, Cultural Barriers and Artificial Intelligence analyzed under UNESCO's view: São Paulo case. In Yanaze, M., & Chibás-Ortiz, F. (Orgs.), *From Smart Cities to MIL Cities, Metrics inspired by UNESCO's vision* (pp. 56-72). ECA-USP, São Paulo. Recuperado de: <https://www.unesco.org/en/media-information-literacy/mil-cities>

Ferrés, J. (2007). La competencia en comunicación audiovisual: Dimensiones e indicadores. *Comunicar*, 15(29), 100-107. Recuperado de: <https://www.comunicarjournal.com/index.php?contenido=preimpresion&doi=10.3916/C29-2007-14>

Ferrés, J., & Piscitelli, A. (2012). Media competence. Articulated proposal of dimensions and indicators. *Comunicar*, 19(38), 75-82. Recuperado de: <https://www.comunicarjournal.com/index.php?contenido=preimpresion&doi=10.3916/C38-2012-02-08>

Freedman, D. (2018). Power, knowledge and journalism in an era of data. *Digital Journalism*, 6(4), 476-491. Recuperado de: <https://doi.org/10.1080/21670811.2018.1453568>

Harvey, D. (2012). *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Verso Books.

Lazo, M. (2018). Alfabetización mediática y ciudadanía digital. *Index.Comunicación*, 8(1), 97-117. Recuperado de: <https://journals.sfu.ca/indexcomunicacion/index.php/indexcomunicacion/article/view/575>

Lazo, M., & Gabelas, J. (2016). La transversalidad de la alfabetización mediática en la formación docente. *Fonseca, Journal of Communication*, 12, 49-60. Recuperado de: <https://doi.org/10.14201/fjc2016124960>

Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space* (D. Nicholson-Smith, Trad.). Wiley-Blackwell.

Livingstone, S., & Bulger, M. (2014). A global agenda for children's rights in the digital age. *Journal of Children and Media*, 8(4), 317-335. Recuperado de: <https://doi.org/10.1080/17482798.2014.964191>

Livingstone, S., & Helsper, E. J. (2007). Gradations in digital inclusion: Children, young people and the digital divide. *New Media & Society*, 9(4), 671-696. Recuperado de: <https://doi.org/10.1177/1461444807080335>

McLaren, P., & Kincheloe, J. L. (Eds.). (2007). *Critical Pedagogy: Where Are We Now?* Peter Lang.

Morozov, E. (2011). *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*. PublicAffairs.

Noble, S. U. (2018). *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. NYU Press.

OECD. (2021). *AI in Education: Implementing Policy Promises*. OECD Publishing. Recuperado de: <https://doi.org/10.1787/9789264856802-en>

Pérez Tornero, J. M. (2008). *Educomunicación en la era digital*. Gedisa.

Pérez Tornero, J. M., & Varis, T. (2010). *Media literacy and new humanism*. UNESCO Institute for Information Technologies in Education. Recuperado de: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192837>

Plato. (1991). *The Republic* (A. Bloom, Trad.). Basic Books.

Rideout, V., & Robb, M. B. (2020). *The Common Sense Census: Media Use by Tweens and Teens*. Common Sense Media. Recuperado de: <https://www.commonsensemedia.org/research/the-common-sense-census-media-use-by-tweens-and-teens-2020>

Sánchez-Carrero, J., & Contreras-Pulido, P. (2012). Media literacy for all. *Comunicar*, 20(39), 21-29. Recuperado de: <https://doi.org/10.3916/C39-2012-02-02>

Selwyn, N. (2017). *Education and technology: Key issues and debates* (2ª ed.). Bloomsbury.

Twenge, J. M., & Campbell, W. K. (2018). Associations between screen time and lower psychological well-being among children and adolescents: Evidence from a population-based study. *Preventive Medicine Reports*, 12, 271-283. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.pmedr.2018.10.003>

UNESCO. (2011). *Media and Information Literacy: Curriculum for Teachers*. UNESCO Publishing. Recuperado de: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192971>

UNESCO. (2013). *Global Media and Information Literacy Assessment Framework: Country Readiness and Competencies*. UNESCO. Recuperado de: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000224655>

UNICEF. (2021). *Policy guidance on AI for children*. UNICEF.

Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. PublicAffairs.

Chapter 16

On Heritage, Urban and Media Arts, applied to Cultural Tourism activities in Lisbon: a necessary previous debate for a future Lisbon MIL City

Pedro Andrade ⁶⁰

Introduction

What follows is no more than a previous debate for creating the conditions to undertake a possible forthcoming project about Lisbon. In other words, this project, which has begun to be planned recently, is now in the process to define a program of activities. Therefore, here is presented just a previous discussion about a social situation that may become the arena for one cultural transformation, among others, of the Portuguese capital. Under such perspective, this text is only a sociological and communicative interpretation of some social issues that may constitute a solid ground for a future **Lisbon MIL City** implementation.

First of all, note that heritage, urban and media arts' processes often involve specific communication of activities, events and works, that are regulated by State cultural, urbanism and media policies. However, production and reception of such processes are as well repropose or reinvented by civil society, through particular stakeholders who may foster a more intense governance and sound innovation on the media arts, such as

⁶⁰ Universidade Católica Portuguesa, CITAR-Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes

citizens, tourists and immigrants. In other words, no **social communication** is possible without **social communities**, be them human or/and digital (Andrade, 2017).

The definition and significance of **Media Information Literacy-MIL** extends beyond basic media consumption; it encourages an active engagement with information and knowledge, promoting critical thinking and responsible content creation. This aligns closely with cultural tourism activities in Lisbon, where the integration of heritage and media arts necessitates a **literate public** who can appreciate and contribute to local narratives through various media configurations. As highlighted by contemporary studies, such as those focused on **feminist street art** as a form of public pedagogy and literacy, the participatory aspect of MIL empowers communities to shape their cultural landscapes (Rodrigues, 2018). Thus, in the context of Lisbon's MIL program, understanding and implementing MIL can enhance cultural tourism and **community engagement**, fostering a vibrant urban media culture (Poggemann, 2020).

Cultural heritage and Its role in tourism at Lisbon

Cultural heritage plays a pivotal role in shaping tourism experiences, which may be the case of initiatives such as Lisbon's Media Information Literacy (MIL) design. In fact, this approach not only emphasizes the preservation of historical sites but also integrates urban and media arts to enhance visitor engagement. By showcasing the interconnectedness of culture, art, and heritage, the future program will cultivate a deeper understanding of Lisbon's unique history, fostering a sense of identity among **residents, tourists and immigrants**. Consequently, this form of

cultural tourism promotes sustainable economic development while encouraging community participation and cultural exchange. For example, the implementation of immersive and educational experiences, e.g., exhibitions using **contemporary technologies**, can effectively captivate diverse audiences, bridging the gap between past and present, or among social classes, professions, status and education. Indeed, the transformative potential of cultural heritage in tourism is evident, as it creates a collective narrative that resonates well beyond mere sightseeing, ultimately enriching the social fabric of the city (Neves et al., 2022).

In other words, **cultural heritage in Lisbon** represents a solid tapestry that hybridizes history, identity, and modernity, making it essential to both local and global backgrounds. The city's rich architectural styles, such as Roman and Manueline influences, reflect its historical exchanges and cultural diversity. This significance extends beyond aesthetics; it plays a central role in enhancing a sense of belonging among residents, while simultaneously attracting tourists who seek authentic experiences. UNESCO's recognition of Lisbon as a focal point for cultural understanding, underscores its relevance in shaping contemporary **discourses**, but also **counter discourses** around heritage. Moreover, effective tourism strategies are critical for sustainable development, ensuring that cultural assets are successfully transmitted to future generations. In this light, the role of cultural heritage transcends mere preservation; it becomes a crucial element in shaping urban citizenship and enhancing the overall quality of everyday life in Lisbon.

Lisbon's historical sites, local identity and their tourist appeal

Lisbon's historical sites serve as a fundamental pillar of its touristic appeal, drawing millions who seek to immerse themselves in the city's rich cultural tapestry. These sites, which encompass a mix of architectural marvels, such as the Belém Tower and the Jerónimos Monastery, not only reflect Portugal's maritime heritage, but also coincide with the values set forth by UNESCO's **recognition of cultural meaning**. Integrating urban arts and heritage within the scope of the MIL paradigm enhances the potential for these sites, in order to engage visitors through **interactive and informative experiences**. Through fostering deeper connections between history and contemporary urban daily life, tourists may better appreciate the narratives that these landmarks convey, thereby increasing their overall engagement with the city. That is why the application of media information literacy in cultural tourism not only boosts Lisbon's appeal, but as well democratizes historical knowledge, making it accessible and relevant to **transnational and intercultural audiences** (UNESCO, 2023).

Consequently, cultural heritage plays a principal relevance in shaping local identity, particularly within the future scheme of the Lisbon MIL paradigm, which emphasizes the intersections of media, arts, and tourism. In Lisbon, the city's rich historical archives and socio-cultural memory fosters a distinctive identity that resonates through its urban landscape and cultural practices. As urban areas evolve under globalization, the preservation and promotion of heritage become crucial for maintaining a community's unique character. This alignment of heritage with local identities and differences is not merely about conservation, but also about reinterpreting traditions in contemporary contexts, allowing for ongoing **dialogue between past and present**. The recent advancements in information and communication

technology, as discussed in (Son et al., 2023), may augment skills in media and **information literacy education**, through the *Delphi method*. In fact, it further enhances this dynamic by enabling communities to engage with their cultural narratives actively. Ultimately, understanding these interactions illuminates the transformative potential of cultural heritage in reinforcing local identities within modern urban settings, as exemplified by multiple other Lisbon's ongoing cultural initiatives.

Strategies for preserving cultural heritage, while promoting tourism

The integration of cultural heritage conservation and future preservation strategies within tourism **policies, politics and politicians**, is crucial for developing sustainable economic growth, while safeguarding community distinctness in cities like Lisbon. By utilizing local cultural assets as unique tourism attractions, cities can create a symbiotic relationship where tourism enhances **cultural knowledge and taste**, leading to stronger community ties and responsible tourism practices. Programs such as the Lisbon MIL initiative will exemplify this approach, promoting media information literacy to engage the diverse **Lisbon audiences** (families, teachers/students, retired and disabled people, tourists and immigrants) within cultural heritage dialogues. Furthermore, the amelioration of urban heritage can serve as a catalyst for innovative tourism experiences that respect and reflect local traditions. This dual focus on cultural conservation and tourism dissemination follows broader **European objectives** that emphasize the role of culture in urban planning and **sustainable/inclusive community democratization**, as observed in the diverse practices highlighted in Ferraz et al., 2023.

Urban and media arts as catalysts for cultural tourism

Within the diverse cultural heritages' configurations, urban and media arts may also serve as vital engines of cultural tourism within Lisbon, augmenting a rich communication between local heritage and contemporary artistic expressions. The city's singular blend of historical significance and contemporary creativity attracts both locals and tourists, creating a dynamic **cultural ecosystem** poised for regeneration. Urban arts initiatives, often rooted in community engagement, facilitate access to cultural experiences while allowing **social inclusion**. Moreover, media arts further amplify this engagement by utilizing **digital platforms** to disseminate and share the narratives of Lisbon's participative neighborhoods. These interactions not just entice visitors but also empower **local artists**, creating a symbiotic relationship that enriches the city's cultural landscape. As embodied in the recent developments highlighted by **urban regeneration** strategies, the integration of **heritage, urban and media arts** may position Lisbon as a model for sustainable cultural tourism.

In effect, urban arts initiatives in Lisbon play a central role in augmenting the city's cultural tourism arena, merging creative expression with community engagement. Programs like the future Lisbon MIL initiative, facilitates a transformative approach to urban art, drawing upon the principles of Media Information Literacy to foster a deeper connection between residents and visitors. This symbiosis enriches the tourist experience and promotes a sustainable cultural environment, where local traditions and innovations thrive. In truth, effective creative tourism hinges on active participation and learning within the local context, creating a

privileged relationship between tourists and residents through immersive experiences. Consequently, these initiatives work as vital platforms for cultural exchange and artistic collaboration, ultimately helping to position Lisbon as a leading city within the UNESCO framework of creative cities. Through these efforts, the Portuguese capital harnesses the potential of urban arts to enhance its cultural identity and economic viability.

The influence of media arts on public perception of the city

The integration of media arts into urban landscapes significantly influences public perception of cities, as will be more evidenced by Lisbon's initiatives under the MIL-Media Information Literacy City idea. This paradigm not only supports the appreciation of cultural heritage, but also promotes immersive experiences that reshape how citizens and tourists engage with their surroundings. By employing media arts in cultural tourism, this project fosters intercultural dialogues and highlight the unique narratives embedded within urban environments. Such endeavors utilize UNESCO's objectives to elevate the status of cities as cultural hubs on the global stage, encouraging a collective identity among diverse populations. Moreover, the emphasis on **creative industries**, as noted in recent discussions on the role of history and heritage vis-à-vis tourism (César et al., 2017), prompts local communities to actively participate in cultural production and storytelling. This active engagement transforms public perception, inviting a deeper connection to the city's rich historical background.

Collaborative projects between artists and local businesses

Common activities articulating art professionals and localized startups or other corporations, act as a dynamic engine for cultural tourism in Lisbon, enriching both the local economy and the artistic landscape. Such initiatives underline creative expression, but also enhance the visibility of local enterprises, ultimately promoting sustainable tourism. For instance, art installations and local crafts showcased in commercial spaces invite tourists to engage with the **cultural History and stories of the city**, facilitating a deeper connection to its heritage. Projects coordinated under the Lisbon MIL framework will emphasize the fusion of media arts with local commerce, demonstrating innovative strategies that leverage artistic talent for community enhancement. The media representation of these collaborations, such as engaging promotional and **marketing materials or searching/researching SEO strategies**, can illuminate the interplay between art and business, underscoring their collective impact on the city's cultural tourism sector. Thus, such partnerships exemplify how integrating creative disciplines with economic initiatives can augment a relevant **urban personality**.

Moreover, **festivals and other cultural events** may serve as vital catalysts for disseminating urban arts, significantly contributing to cultural tourism and community engagement. In cities like Lisbon, these gatherings simultaneously present local artistic talent, and create an immersive experience for visitors, drawing attention to the unique heritage and outstanding culture of the area. As evidenced by the integration of arts in various festivals, such approach will talk with the principles outlined by the **MIL Cities Culture, Art, Heritage and Tourism Indicator**, permitting both

economic development and cultural exchange. Furthermore, the successful execution of these events, as discussed in the context of cultural policies by organizations like UNESCO, emphasizes the importance of **accessibility and inclusivity in artistic expression**. By transforming public spaces into platforms for artistic dialogue, festivals elevate the significance of urban arts and reinforce community participation, reflecting the city's dynamic cultural landscape and community celebration.

Evaluation of the economic impact of urban and media arts on tourism

Urban and media arts significantly enhance tourism by creating a dynamic cultural landscape that attracts visitors and stimulates local economies. Programs aimed at integrating **urban arts into the tourism sector**, particularly in cities like Lisbon, contribute to highlight this relationship by utilizing innovative strategies rooted in media information literacy (MIL). Such initiatives enrich the visitor experience and foster local engagement, creating an expressive cultural dialogue. In particular, the rise of immersive art exhibitions, such as those modeled after successful **international projects**, e.g., BONS SONS, demonstrates how visual arts can catalyze increased tourist footfall and spending, as seen in the growth of music festivals across Portugal that enrich regional identity and revitalize **local economies** (Alves et al., 2021). In consequence, a robust evaluation of these economic impacts may reveal that urban and media arts are not merely supplementary to tourism, but emerge, in fact, as essential components that drive **sustainable cultural tourism** in urban settings.

The next considerations aim to just sketch how the Lisbon MIL-Media Information Literacy City program may innovate, by reflecting on economic,

ecologic, social and cultural aspects, connected with **Lisbon's ethos and singularity**, while related with the global contemporary world. Thus, let me reiterate that this is not yet a Lisbon MIL Cities program of activities, events and debates, but just its appetizer.

The international program *MIL-Media Information Literacy Cities*

Objectives

Lisbon MIL Cities is based on UNESCO MIL Cities, a planetary program aiming to work as a **paradigm of urban spaces**, launched by UNESCO (2018a). According to the UNESCO Cities Platform, there are 10 paradigms of cities which are the most cited (2022). UNESCO also has a whole set of recommendations for making cities healthy (1978).

The purposes and program of MIL Cities include, among other purposes, the development of cultural heritage literacy, and contributing to education and training in various areas of information and knowledge.

Such actions can take place in the public, semi-public and/or private spheres, within a city or in its zones and neighborhoods, with the participation of different stakeholders, called '**social innovation agents**': government representatives, academia, startups and companies, artists, and citizens.

Methods

In order to evaluate Cities in a more human way but offering an **ethical use of technologies**, a methodology was proposed by several authors and supported by UNESCO, known as the **System of 13 Indicators and 252 MIL Cities metrics** (UNESCO, 2018b). UNESCO also makes a set of recommendations on the critique on **Artificial Intelligence**, useful for cities (2021).

In particular, at the University of S. Paulo, Brazil, Felipe Ortiz (2020) and his team developed an international project on **Metrics of MIL Cities, Cultural Barriers** and the accountability on the use of Artificial Intelligence analyzed under UNESCO's view (see also Marta-Lazo, 2024).

Social Impact

In sum, the UNESCO Cities Platform serves a pivotal role in promoting cultural initiatives, by encouraging a collaborative environment that unites city stakeholders in the pursuit of sustainable urban development and cultural exchange. A program such as Lisbon MIL-Media Information Literacy City initiative, may be developed as a platform that emphasizes the innovative integration of **cultural heritage, urban arts and media to enhance cultural tourism**. This approach not only engages local communities but also highlights their cultural identity on a global stage, as evidenced by the emphasis on sustainable practices and their data in **EU cultural tourism**, that (Cerezo-Medina et al., 2022) discusses. Furthermore, the exchange of best practices and the alignment of efforts among cities, showcases how cultural initiatives can lead to both economic growth and social cohesion. By prioritizing such dialectics, the UNESCO Cities Platform

effectively underlines the importance of cultural initiatives in fostering vibrant, sustainable urban environments.

The ethos of Lisbon MIL-Media Information Literacy City program

Ethos, ethics and aesthetics

By adopting the MIL paradigm, this program will encourage active **citizen ethical and aesthetic participation** / engagement with cultural narratives, allowing residents and visitors to construct meaning from the city's diverse historical and socio-cultural assets. Such initiative is critical, and thus must be studied by a **Critical Sociology and Digital Humanities**, especially as traditional boundaries of culture and tourism continue to blur in our **hybrid contemporary society**. Emphasizing the intertwined relationship between local heritage and modern media practices can reshape how urban spaces are perceived and experienced, reinforcing the idea that cultural engagement is essential for sustainable urban tourism practices, as noted in the discussions surrounding evolving **European cultural policies** for reinforcing both urban identities and diversities (Ciudades y Unidos GL et al., 2008).

Heritage and media arts literacy for cultural tourism in urban settings

Cultural tourism serves as a vital vein through which urban settings can rejuvenate their economies, stimulate community engagement, and preserve their unique heritage. This form of tourism not only attracts visitors but enriches the social fabric of cities by encouraging human and digital interactions among diverse cultural groups. In addition, the potential of tourism may boost the economy, promote environmental sustainability and

preserve cultural heritage programming, even in dramatic situations such as the **Covid-19 pandemic** (López, 2023). This assertion underscores the inseparable link between cultural tourism and sustainable urban development. In Lisbon, the implementation of the MIL Paradigm aims to utilize these principles to enhance heritage and urban arts, ultimately intending to create a more inclusive and vibrant city atmosphere. Moreover, **academic engagement** with cultural themes can strengthen urban narratives. The collaborative nature of these activities not only boosts economic prospects but ensures the city's heritage remains a focal point for future generations.

Therefore, a main Lisbon MIL program pedestal is this: it may *enhance cultural tourism through the integration of heritage and media arts literacy*.

Such Lisbon MIL program's multifaceted approach may significantly motivate a deeper understanding of cultural narratives. Through initiatives that incorporate local history and artistic expressions, the program will stimulates engagement with Lisbon's rich cultural landscape, inviting tourists to not only visit but to actively appreciate the heritage that shapes the city's identity and differences. By promoting awareness and skills in media literacy, the program equips participants with the tools to navigate and interpret urban environments critically, thereby enriching their overall experience. Moreover, the above-mentioned emphasis on sustainable tourism practices ensures that cultural and natural assets are preserved, while contributing to social cohesion and **ecologic conscience**. This strategy mirrors broader trends in European tourism, where heritage must be thoughtfully integrated to avoid the pitfalls of oversaturation and environmental degradation.

Lisbon MIL cities' dimensions

Historical context of MIL in urban fabric development

The historical context of Media and Information Literacy (MIL) in urban development frameworks, particularly in cities like Lisbon, reveals a pressing need to revitalize community coherence amidst **globalization**. As urban centers increasingly recognize the intrinsic role of culture in augmenting sustainable development, it becomes crucial to integrate MIL within **urban planning and policies** to enhance public engagement and educational outcomes. The forthcoming Lisbon MIL program, inspired by UNESCO's frameworks, exemplifies this by promoting a participatory approach that leverages cultural tourism as a means of communities' empowerment and reinforcement. This underscores that culture serves as a resource for revitalizing places and consolidating social bonds, and culture and development policies should regulate in this direction, specially within **local metropolis** (Tomaz, 2018). Yet, challenges persist in balancing tourism's benefits against its potential adverse impacts, necessitating sustainable frameworks to guide responsible growth.

The concept MIL at the city of Lisbon

In the context of urban environments, the concept of Media Information Literacy (MIL) plays a core role in bridging the gap between culture and education, particularly as cities become relevant platforms for cultural tourism. In Lisbon, the integration of MIL within its urban paradigm emphasizes the importance of critical engagement with diverse media forms, that mirror the city's rich heritage and dynamic art scene. For instance, and concretely, via **sociological empirical studies**, and their theories and

methodologies, reflecting on knowledge publics and their **technological literacy**, via face-to-face or digital social networks of communication, within the interdimensional space of **scientific-technological museums** (Andrade, 2010). Or focusing on **Public Communication of Art** (PCA), which encourage **informal art literacy**, urban initiatives can enhance public understanding of cultural narratives, while promoting equitable access to artistic expressions (Andrade et al., 2016a). And along the next years, through the application of the *MIL Cities Culture, Art, Heritage and Tourism Indicator*, Lisbon's program seeks to define cultural policies that include diverse audiences, enhancing their reception of art and media. This strategic alignment fosters community dialogue, ensuring that the **urban publics** can critically navigate the complex media landscape that shapes their cultural experiences (Andrade, 2016b).

Possible impact of MIL on community successful engagement and participation

As noticed *supra*, the integration of Media Information Literacy (MIL) within the context of the Lisbon program, may enhance community engagement and participation by augmenting interactions between residents, tourists and even immigrants, within several **intercultural contacts and contracts**. By emphasizing active participation and creative self-expression, MIL empowers individuals, groups and communities to curate their **local narratives**, while inviting visitors to engage meaningfully with Lisbon's rich cultural landscape. Case studies on collaborative actions inside **environmental communitarian education**, demonstrated that such approach advocates for immersive experiences that connect tourists to local

communities, facilitating a sense of place (Franco, 2022). Again, Lisbon program not only cultivates a cultural appreciation among tourists, but also positions local citizens and immigrants as **co-creators in the tourism experience**, thus solidifying community identity and pride. Such inclusive practices are vital for sustainable cultural tourism, as they enhance community resilience and ensure that narratives reflect diverse perspectives, ultimately enriching the reciprocal relationship between **tourism industries** and global/local heritage.

Furthermore, through comparing successful Media and Information Literacy (MIL) implementations with other cities reveals transversal significant strategies for enhancing cultural tourism through urban and media arts. The ROCK project, which includes **various cities such as Lisbon**, exemplifies how heritage-led urban frameworks can regenerate communities locally and globally, while promoting social cohesion and sustainability (Boeri et al., 2021).

In truth, this case study and other worldwide initiatives foster creative districts that attract cultural tourism, driving economic growth and ecologic preservation. And the emphasis on audience engagement in cultural heritage demonstrates the importance of modern **digital tools** such as **storytelling**, for a more profound media accessibility. By linking Lisbon's MIL strategies with those of its peers, significant insights can be drawn about the impact of collaborative practices on cultural tourism activities. Thus, the explorations derived from this and other case studies, underscore the value of coordinated efforts in **nurturing an expressive and impressive MIL environment**, that simultaneously respects heritage and legitimates innovation in urban contexts.

Eventual challenges faced in adopting and adapting MIL frameworks in urban areas

The integration of MIL paradigm in urban areas presents multifaceted challenges that can hinder their effective implementation. One significant issue is the **lack of cohesive policy models** that approximate stakeholders' interests across diverse sectors, including education, technology, and cultural heritage management. Urban environments often experience rapid **demographic shifts**, leading to heterogeneous populations with varying levels of media literacy and access to digital resources. Such disparity affects the capacity to engage all community members in MIL initiatives, e.g., within inclusive educational practices. Additionally, urban planners and policymakers may face resistance to change in regards to **environmental citizenship**, particularly in traditional contexts where established practices are deeply rooted (Boeve-de Pauw et al., 2020). Consequently, without strategic approaches that incorporate local contexts and promote partnerships, the full potential of MIL frameworks in cities like Lisbon may remain unfulfilled, limiting their benefits to cultural tourism and community engagement.

Conclusion: Future prospects for the Lisbon MIL program

As demonstrated in the promotional materials for the MIL program, such as the visually engaging design elements seen in the MIL Cities conference on December 4-5, 2024 at Lisbon, titled **I Encontro Internacional das Cidades Inteligentes as Cidades Mil-Portugal**, diversified collaborations create a dynamic environment that stimulates local economies, while ensuring the sustainability of cultural heritage initiatives.

The impact of these combined efforts may significantly contribute to the identity and resilience of Lisbon as a MIL-focused city.

Therefore, the future prospects for the **Lisbon Media Information Literacy program** appear promising, as it seeks to intertwine cultural tourism with urban and media arts. As noted supra, its vision aligns with the UNESCO Cities Platform, which emphasizes holistic community engagement and the preservation of cultural heritage as integral components of urban development. By leveraging the **MIL Cities Culture, Art, Heritage, and Tourism Indicator**, the Lisbon program is well-positioned to enhance this polis attractiveness as a cultural hub, while simultaneously fostering media literacy among its citizens. This dual approach may promote responsible consumption and production of media and enrich the **local cultural narratives**, ensuring that art and tourism work as conduits for sustainable urban growth. In doing so, the Lisbon's program could redefine how cultural assets are utilized within the context of urban tourism, thereby solidifying Lisbon's status as a dynamic MIL city.

In conclusion, the Program Lisbon MIL-Media Information Literacy City hopefully will stand as a transformative paradigm for integrating cultural heritage within urban development and tourism. Such initiative not only enhances public engagement with Lisbon's historical assets but also fosters a critical understanding of the role of media in shaping cultural events, activities and actions. In a word, **social actors** are here understood as media information **literacy authors**. As outlined in this analysis, these efforts are underscored by recent **academic essays and case studies** that explore the intersections of heritage and contemporary socio-political dynamics. This city's commitment to implementing the MIL paradigm positions Lisbon as a

leader in the UNESCO Cities Platform, influencing how urban spaces can be reimagined to serve both residents, tourists and immigrants. Ultimately, the future program will showcase the potential for cultural tourism to contribute to community resilience and sustainability, inviting ongoing **policies, politics and politicians' discourses and counter-discourses**, around the complexities of urban heritage in an ever-evolving global context (UNESCO, 2019).

Call to action for stakeholders in Lisbon to support MIL initiatives

In sum, all stakeholders in Lisbon are invited to recognize the essential role of Media Information Literacy (MIL) initiatives in promoting cultural tourism and community engagement within the city. By investing in MIL programs, stakeholders such as local government, educational institutions and cultural organizations, can enhance the public's ability to critically engage with media and information, fostering a more **informed and participatory citizenship**. This investment is conversing with the Lisbon MIL Paradigm, which emphasizes heritage and urban media arts as vital components of cultural tourism activities. Such perspective highlights active participation and community involvement, and the collaboration between tourists and locals can produce enriching experiences, that deepen connections with Lisbon's unique cultural landscape. To fully realize these benefits, an immediate call to action is required to ensure robust support for MIL initiatives, which can facilitate a dynamic cultural interchange beneficial to all parties involved, as a **culture future** (UNESCO; 2016).

References

Alves, M. (2021). *Music festivals and cultural initiatives as a way of revitalizing inland Portugal: The case study of BONS SONS Festival*. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/542331027.pdf>

Andrade, P. (2010). A museabilidade e a literacia da ciência: Consumos, cidadania e cultura. In P. Andrade (Ed.), *Museus, Públicos e Literacia Científico-Tecnológica: Redes sociais de comunicação de significados no espaço interdimensional do museu* (pp. 33-50). Lisboa: Ed Colibri. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/70458>

Andrade, P. (2016a). Que teoria e metodologia para os Museum Studies? In P. Andrade (Ed.), *Comunicação Pública da Arte* (pp. 33-48). Lisboa: Edições Caleidoscópio. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/70463>

Andrade, P. (2016b). Estudos de públicos: Planificação e estratégias. In P. Andrade (Ed.), *Comunicação Pública da Arte: O caso dos museus de arte locais e globais* (pp. 151-162). Lisboa: Edições Caleidoscópio. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/79330>

Andrade, P. (2017). Communication of art via open research: On cultural policies, heritage and reception of innovation in art. *Communication and Society*, 31, 343-376. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/48587>

Azevedo, T., et al. (2025). *Braga 2027: European Capital of Culture Candidate City*. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/541736331.pdf>

Balázs, B., Nemes, G., & Tisenkopfs, T. (2013). *Urban food strategies in Central and Eastern Europe: What's specific and what's at stake?* Disponível em: <https://core.ac.uk/download/18544754.pdf>

Boeri, A., et al. (2021). *Cultural heritage leading urban futures: Actions and innovations from ROCK Project*. Disponível em: <https://books.bk.tudelft.nl/press/catalog/book/787>

Boeve-de Pauw, J., et al. (2020). Conceptualizing environmental citizenship for 21st-century education. In: Hadjichambis, A. Ch., Reis, P., Paraskeva-Hadjichambi, D., Činčera, J., Boeve-de Pauw, J., Gericke, N., & Knippels, M.-C. (Eds.). (2020). *Conceptualizing environmental citizenship for 21st-century*

education. SpringerOpen. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-20249-1>.

Boos, V., et al. (2023). *HSE Global Cities Innovation Index 2023*. Disponível em: HSE University.

Cerezo-Medina, A., et al. (2022). *Study on mastering data for tourism by EU destinations*. Disponível em: Publications Office of the EU.

César, P., Henriques, C., & Moreira, C. (2017). *Tourism and history: World heritage - Case studies of Ibero-American space*. Disponível em: CICS Publicações.

Ciudades y Gobiernos Locales Unidos, Institut de Cultura de Barcelona, & UNESCO. (2008). *Local policies for cultural diversity*. Disponível em: Agenda 21 Culture.

Ferraz, C. (2022). *Rethinking cultural democratization projects: Proposal of an inclusive framework for underdeveloped environments* (Dissertação de Mestrado). NOVA Information Management School, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/150906/1/TGI1827.pdf>

Franco, S. H. C. (2022). *Environmental communitarian education: Collaborative actions to an integral sustainable coastal development* (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/149950>

Jontes, D., & Skapin, A. (2022). *Reinventing science communication? Challenges for the post-truth era: Book of abstracts*. Disponível em: University of Ljubljana Press.

Karwowski, W., Ahram, T., Etinger, D., Tanković, N., & Taiar, R. (Eds.). (2020). Human systems engineering and design III: *Proceedings of the 3rd International Conference on Human Systems Engineering and Design (IHSED2020)*. Springer Nature. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-58282-1>.

López, F. H. V. (2023). *Towards sustainability in cultural programming: An analysis of a cultural institution in the Covid-19 pandemic* (Relatório de Estágio de Mestrado). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade

Católica Portuguesa. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/44728/1/203493869.pdf>.

Marta-Lazo, C., Chibás-Ortiz, F., & Gabelas-Barroso, J. A. (2024). Las Ciudades MIL y el Factor Relacional: Reflexiones e inflexiones en torno a los puntos piloto de La Habana y Zaragoza. *Anàlisi: Quaderns de Comunicació i Cultura*, 71, 21-36. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/analisi.3764>

Neves, L. F. R. (2022). *Meet Amadeo: A proposal* (Trabalho de Projeto de Mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Politécnico do Porto. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/552899789.pdf>

Ortiz, F., Yanyk, V., & Kpounakou, E. (2021). UNESCO MIL cities network as opportunity for development in Africa. *IARS International Research Journal*, 11(2), 1-15. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6638/663872670007/html/>

Poggemann, T. (2020). *Cultural-led urban regeneration in Lisbon: Access to culture in the cases of Beato and Marvila* (Tese de Mestrado). Christian-Albrechts-Universität zu Kiel. Disponível em: <https://lisboa.rockproject.eu/wp-content/uploads/2020/12/1010576-Poggemann.pdf>

Ritzer, G., & Dean, P. (2019). *Globalization: The essentials*. John Wiley & Sons.

Rodrigues, A. (2018). Pop up pedagogy: Exploring connections between street art, feminist literacy practices and communities. Disponível em: ResearchGate.

Son, S. (2023). *A study on ways to strengthen the skills in media and information literacy education of librarians dispatched to developing countries through the Delphi method* (Tese de Doutorado). Sapienza Università di Roma. Disponível em: <https://iris.uniroma1.it/handle/11573/1677740>

Tomaz, E. C. N. (2018). *Culture and urban development policies: Beyond large metropolis* (Tese de Doutorado). Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/18258>

UNESCO Cities Platform. (2022). *Pamphlet - UNESCO Cities Platform*. Disponível em: https://f5vip1.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2022/10/pamphlet_-_unesco_cities_platform-v2-en%5B1%5D.pdf

UNESCO. (1978). *Revised recommendation concerning international competitions in architecture and town planning*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132137>

UNESCO. (2016). *Culture: Urban future*. UNESCO Publishing. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=I3P2DQAAQBAJ>

UNESCO. (2018a). *What is MIL city?*. Disponível em: <https://en.unesco.org/globalmilweek2018/milcity>

UNESCO. (2018b). *UNESCO's multi-disciplinary approach and synergies with existing city networks*. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/pamphlet_-_unesco_cities_platform-v2-en.pdf

UNESCO. (2019). *Belgrade recommendations on draft global standards for media and information literacy curricula guidelines*. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/belgrade_recommendations_on_draft_global_standards_for_mil_curricula_guidelines_12_november.pdf

UNESCO. (2021). *Recommendation on the ethics of artificial intelligence*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137>

UNESCO. (2023). *Managing transnational UNESCO World Heritage*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384612>

Chapter 17

Training leaders and influencers from the perspective of MIL Cities: a case study of North American and African cities

Emmanuel Komi Kounakou-⁶¹

Introductions

Context

In the modern world, one must be able to understand, assess, generate media and information. One can address this via media and information literacy (MIL). It ultimately boils down to arming individuals with the knowledge and skills required to manage the everyday barrage of information we come across (UNESCO, 2011). As technology develops, cities are starting to understand how important MIL is in generating involved, educated, and responsible people. MIL may greatly help future leaders grow and provide people the tools and information required to make smart decisions in a complicated media world. MIL is basic for leadership, prudent decision-making, and community involvement in metropolitan regions where a diverse range of individuals interact with several kinds of media.

The concept of "MIL cities" is gaining popularity given the enormous effort put forth by professionals as Prof. Felipe Chibas Ortiz (Chibas, 2020, 2024) and other experts. It entails including media and knowledge of information literacy into urban area development. MIL cities include MIL as

⁶¹ Director of PAFEME, Associate Researcher at UNESCO Chair in Communication-UQAM (Canada) Researcher in Children Media Literacy policies

a basic component of their social programs, education, and policies in order to inspire civic involvement, critical thinking, and social responsibility (Stroobant, 2019). The goal is to enable individuals to engage in democratic decision-making, responsibly use knowledge, and critically examine the media they consume. With certain major developments in North American and African cities, companies like the Global Alliance for Partnerships on Media and Information Literacy (GAPMIL) are helping cities all around to include MIL (UNESCO, 2020, Chibás-Ortiz, F; Dias A. P. Fischer, R. (2020). As cities develop into hubs for social change, MILCities initiative can help to produce the leaders and influencers needed to handle world challenges.

The objective of the study

The major objective of this paper is to understand how MIL cities assist the development of strong leaders and influencers in metropolitan areas focusing on North America and Africa. Our goal is to look at how MIL develops leadership skills, more especially how urbanites use media and knowledge to influence public opinion, advocate change, and assist their local areas. We will examine several programs in the two areas to observe how MIL-based leadership training has been changed to fit local needs and how it has impacted the participants. Examining the parallels and differences in MIL's implementation in different sectors helps us to better understand its efficacy in equipping leaders and influencers for the digital age.

Research issues

We aimed to learn how "**Media and Information Literacy**" (MIL) **Cities** can help to build effective leaders. Our main focus is on using these

MIL programs to help urban people grow in their leadership capacity. Basically, we are trying to find out how media literacy supports the growth of powerful people in their localities. Comparatively to North American cities like Toronto and Montreal, the efficacy of MIL-based leadership training in African cities like Accra and Cape Town is also under question. We wish to see both what has changed and what has stayed the same as well as how local politics, the economics, and culture affect MIL's integration into these leadership programs. We are thus looking at the actual use of MIL in many areas and trying to understand how it affects the development of leadership.

Review of the literature and filed experience

Media and Information Literacy (MIL) is the capacity of one to access, examine, assess, and produce media in several formats. Within the framework of urban development, MIL is seen as a vital instrument for advancing informed citizenship, social inclusion, and democratic involvement (UNESCO, 2011). To produce a media-literate population able of critically interacting with the digital world, MIL cities are metropolitan settings that include media and information literacy into their educational and social policies. These cities highlight the acquisition of abilities that would help people to negotiate the complexity of digital environments, challenge media biases, and grasp media messages.

The MILCities initiative plays a vital part in fostering informed, ethical leadership and behaviour. MIL is sometimes included into both official schooling and community projects in these places so that people from all backgrounds and ages may have the tools they need to participate actively in local life.

These projects can call for public campaigns, media literacy seminars, and young participation campaigns. via means of media and information strategically influencing change, communicating ideas, and thereby supporting social justice, urban residents are enabled to assume leadership positions in their communities via MIL (UNESCO, 2020).

The abilities acquired through MIL become crucial for anyone who want to lead community-based projects, influence public opinion, or advocate social concerns as leadership is more entwined with digital media in the twenty-century. The next generation of leaders who are not only media-savvy but also able to critically examine the material they consume, and produce depends much on MIL cities (Jenkins et al., 2009).

Contextual leadership development in MILCities settings

Developing leadership through MILCities models is essential for preparing individuals for the demands of the contemporary media environment. Various leadership strategies in media and information literacy emphasize critical thinking, ethical decision-making, and the effective utilization of digital platforms to impact others. These models encourage others to critically engage with materials, produce in a responsible manner, and serve as exemplars in their interactions with the media. The Critical Media Literacy Leadership Model is a prevalent framework in Media and Information Literacy (MIL) that focuses on fostering informed leadership (Chibás-Ortiz, F; Dias A. P. Fischer, R. (2020) encourages individuals to engage actively with media while comprehending the social, political, and cultural contexts of the messages they encounter. The paradigm underscores ethical leadership, enabling individuals to comprehend media

and utilize it for societal advantage (Leung et al., 2015). In this context, leadership development transcends traditional notions of power by integrating leadership through digital media platforms and social networks, thereby enabling individuals to influence and inspire others on a broader scale.

Numerous case studies demonstrate the efficacy of leadership development programs within military systems in urban settings. Community-led projects in Toronto have provided young individuals with media literacy education, thereby enabling them to become media creators and influencers advocating for social justice issues. Cape Town has initiated media literacy programs targeting youth, instructing them on the utilization of digital technologies for community engagement and action. These projects demonstrate that MIL programs are fostering leadership qualities such as accountability, empathy, and ethical decision-making alongside technical knowledge.

Evaluating African and North American strategies

The media environments of North America and Africa provide varied chances and difficulties for including MIL into leadership development courses. The extensive use of digital technology and social media platforms like Facebook, Instagram, and Twitter in North America have produced a media climate whereby people may rapidly acquire influence and reach big audiences. North American cities like Montreal and New York have realized how MIL shapes the next generation of digital leaders and influencers. Emphasizing helping people critically evaluate media content and use media for activism and social change, these cities offer comprehensive MIL

programs in schools, colleges, and public organizations. Still, issues such as media monopolies, false information, and the digital divide affect the calibre and availability of MIL instruction (Meyers, 2018). While access to the internet and digital literacy remains uneven across Africa, the media scene of the continent is marked by a fast development of mobile technology and a growing digital presence. Particularly among young people seeking to be digital influencers and leaders, cities like Accra and Nairobi are seeing increasing interest in MIL initiatives. Notwithstanding these encouraging advancements, issues in Africa include lesser degrees of digital infrastructure, restricted access to high-quality education, and the requirement of tailored material with cultural relevance (Oladejo, 2020). These obstacles draw attention to the need of customized MIL programs addressing regional issues and encouraging the growth of leadership in digital media environments.

The availability and accessibility of resources define one of the primary variations between North America and Africa in applying MIL-based leadership development. African cities struggle more to guarantee that all people, especially those in rural regions, have equitable access to MIL training, even when North American towns can spend greatly in digital infrastructure and provide extensive access to MIL programs. Still a major problem in Africa, the digital divide might restrict MIL and MILCities programs reach and strengthen the growth of leadership abilities among underprivileged populations (Chukwu & Agunbiade, 2019).

Furthermore, affecting how MIL is included into leadership development are sociopolitical elements. Globally citizenship, entrepreneurial leadership, and personal empowerment are sometimes

valued highly in North America. In Africa, on the other hand, leadership styles could be more communal, stressing group decision-making and goals centred on the society. These cultural variations influence how MIL is included into leadership initiatives and education as well as how participants in both areas view it.

Approach considerations

Using a comparative case study approach, this paper investigates how Media and Information Literacy (MIL) cities help to equip leaders and influencers in urban environments around North American and African cities. This research would be especially suited for the case study approach since it enables a thorough investigation of modern events inside actual settings (Yin, 2018). Comparatively analyzing cities like Toronto, Montreal, Accra, and Cape Town (Chibás-Ortiz, F; Dias A. P. Fischer, R. (2020) helps the study to pinpoint best practices, difficulties, and innovative strategies for including MIL into programs for leaders development. The comparative study will assist to clarify the cultural, sociopolitical, and technological aspects influencing the success of MIL projects in various areas (Stake, 2006).

Information gathering

To compile rich, detailed information, the study uses a qualitative research approach integrating policy analysis and focus groups. Interviews will be done with policy makers engaged in MIL programs in the chosen cities, educational leaders, and MIL practitioners. These interviews seek to reveal understanding of program design, execution plans, and expected results of leadership development projects. Focus groups featuring rising

leaders and influencers among program attendees will also offer a ground-level view on how MIL affects their media interaction and leadership abilities (Creswell & Poth, 2017).

Analyzed will be policy documents including municipal media strategies, educational curricula, and community development plans to better grasp how MIL is formally included into urban leadership projects. The chosen case study cities were based on their active MIL programs, varied media environments, and shown dedication to media literacy as a tool for civic involvement and leadership (Flick, 2018). For example, Accra and Cape Town have started community-based MIL projects aiming at young leadership and digital literacy; Toronto and Montreal are well-known for their established MIL curricula inside educational institutions (UNESCO, 2020).

Data analysis

Using thematic analysis—a technique that identifies, analyzes, and reports patterns—themes—data gathered from interviews, focus groups, and policy texts will be examined (Braun & Clarke, 2006). This method will assist in revealing important themes about how MIL cities support regional variances, successful practices, effective policies, and leadership development—all of which have bearing on Data will be arranged under themes including media policy impacts, educational program effectiveness, and community participation results (Nowell et al., 2017).

Emphasizing contextual variations and common techniques, the study will also concentrate on contrasting the leadership development programs in African and North American communities. This comparison will enable the research to make more general findings regarding how MIL frameworks may

be modified to fit various urban settings to improve leadership capacities and influence-building in several cultural and media environments (Yin, 2018). Field experiences are also a part of the methodological approach to the measure the way MILCities can be implemented in cities.

Field experiences

Lead by Prof. Felipe Chibás-Ortiz, PAFEME, and Emmanuel Komi Kounakou from 2020 to 2024 (, field experiences through the MIL Cities Webinars series offers a rich qualitative technique inside the literature assessment of this project. More than 70 webinars spanning four years gathered professionals and practitioners from all over, especially with an eye toward African nations including Togo, Nigeria, Kenya, and South Africa. These webinars provided a vibrant forum for sharing best practices for including Media and Information Literacy (MIL) Cities into governmental, cultural, and educational systems. By means of direct participation of academics, legislators, and local leaders, these webinars provided insightful analysis of the application of MIL ideas in several settings (Chibás-Ortiz & Kounakou, 2024).

The webinars emphasized how various nations approach the idea of MIL Cities, customizing the framework to fit their particular sociopolitical and cultural setting (Chibás-Ortiz, F.; Grizzle, A.; Borges, A.; Ramos, F.; Mazzetti, B.; Silva Junior, O., MIL Cities Metrics (2020). Professionals from the University of Lomé (Togo), Nigeria, Kenya, Sudan, and South Africa offered their viewpoints on creating sustainable MIL Cities, therefore highlighting both top-down policy-driven policies and grassroots community projects. This field experience exposed the difficulties cities have in encouraging

media literacy among their people and offered first-hand reports of effective projects. While Nigerian experts examined the impact of community-based initiatives on media literacy education, speakers from South Africa underlined the need of strong policy frameworks and the integration of MIL in educational systems (Wasserman & Mawesome, 2014). These several points of view enhanced the conversation on how to develop leadership and influence by MIL in rural and metropolitan environments.

Apart from providing common information, the webinars served as a training ground for newly MIL experts. Many of the participants in the conversations have subsequently become teachers and advocates in their own areas, using their knowledge to create local MIL plans. This experiential learning fits the theory that field experiences such as interactive webinars, may be efficient research methods since they provide actual data and support cross-cultural learning (Diop, 2018). Understanding the realities of establishing MIL Cities depends critically on the cumulative information acquired from these contacts, which also emphasizes the need of ongoing worldwide cooperation in advancing media literacy and leadership development. The next paragraph focuses on territorial MILCities projects on the two continents.

MIL in North American Cities

MIL integration for systems of education

Media and information literacy (MIL) is progressively being included into curriculum and leadership development initiatives in North American cities, therefore underscoring the region's dedication to produce educated and responsible leaders. Often through media studies, critical thinking

courses, and digital literacy seminars, MIL has been included into K-12 and higher education systems at educational institutions including Toronto and New York (Hobbs, 2021). Toronto, for example, has started particular MIL seminars targeted at teaching digital influencers to utilize their platforms for social impact ethically. Combining media literacy education with leadership development, these seminars assist participants grasp the impact of media while honing skills to equip them to be successful digital leaders (Canadian Commission for UNESCO, 2021). North American communities build a pipeline of young leaders ready to negotiate and impact the media terrain by including MIL into their school plans.

Government and policy backing

Promoting MIL and leadership development in metropolitan environments depends much on government policy. Through its Smart and Digital City Action Plan, for instance, the municipality of Montreal has launched digital literacy programs with an eye toward young empowerment and community involvement (Ville de Montréal, 2023). These projects provide young people to be leaders in community-based media projects in addition to improving digital capabilities by means of training courses, public seminars, and resource centres. Furthermore, supporting MIL programs stressing critical thinking, media ethics, and informed citizenry are government policies in Canada including those within the Department of Canadian Heritage (Government of Canada, 2024.). By means of organized educational programs, these policies foster a conducive climate for the expansion of MIL cities, therefore strengthening the possibility for leadership development.

Possibilities and difficulties

Despite these developments, North American cities struggle with issues including the digital gap and socioeconomic inequality that limit equal access to MIL resources (Livingstone et al., 2022). Many metropolitan areas still suffer with disparities in digital access, especially in low-income households, immigrants and underprivileged communities, therefore restricting media literacy's chances for leadership development. These difficulties, meantime, also offer chances to create focused initiatives aiming at reducing inequality and advancing inclusive leadership (EAVI, 2023). By means of public-private partnerships and community-based groups, cities can improve young leadership by providing reasonably priced MIL education, therefore supporting influencers and leaders who reflect the variety of their local communities (European Audiovisual Observatory, 2023).

MIL in African local government Areas

Customizing MIL for Local Environment

Media and Information Literacy (MIL) projects are customized to fit socioeconomic and economic reality in African cities (Kounakou, E. K., Chibás-Ortiz, F. (2021), therefore proving the adaptability of MIL in promoting leadership and influencer development. African cities like Accra and Nairobi modify MIL to meet issues such low literacy rates, restricted digital access, and cultural diversity, unlike Western models which often stress digital literacy inside established infrastructures (Groot & Sesan, 2022). Community-based MIL initiatives in Accra centre on creating young leaders via participatory seminars, storytelling events, and media projects that speak

to local customs and languages—UNESCO, 2023). Through media channels, these initiatives enable participants to become media-savvy leaders who can critically evaluate data and mobilize communities on social concerns. Emphasizing how African towns modify global MIL ideas to fit their local needs, the strategy not only develops leadership abilities but also supports cultural identity and social cohesion (Karam, 2024).

Media contact and influencers

The emergence of social media influencers in African cities offers a special chance to include MIL into the growth of leaders. MIL training prepares influencers to negotiate media ethically and support good change; they typically play a dual function as community speakers and cultural emissaries (Ndiaye & Bassey, 2023). For instance, local groups in Cape Town interact with media outlets to provide seminars on ethical leadership, content creation, and responsible media participation (City of Cape Town, 2024). These seminars combine MIL education with leadership development to enable influencers to see how their stories affect public opinion and community behaviour. By means of these initiatives, rising leaders learn to employ media to magnify social concerns, inform viewers, and foster confidence in their local communities (Ibrahim, 2023).

Difficulties and Prospects

African cities have great difficulties including literacy gaps, internet connection problems, and poor digital infrastructure (ITU, 2023), even when they exhibit creative applications of MIL. Particularly for young and women who might lack the means to fully interact with media platforms, these

obstacles sometimes limit leadership prospects (World Bank, 2024). As MIL programs in cities including Lagos and Johannesburg investigate alternate teaching approaches including radio-based classes, community theatres, and mobile-based learning platforms, these problems also present chances for development. African MIL projects may produce responsible, engaged leaders who are not just media literate but also very close to their social settings by adopting low-tech solutions and emphasizing community-driven content. This flexible method guarantees that MIL training in African settings is inclusive and powerful, therefore helping to produce leaders ready to solve local problems by creative media use (Ouma, 2023).

Comparative study of North America and Africa

Likelihood

Through Media and Information Literacy (MIL) campaigns, both North American and African cities give critical thinking, media literacy, and ethical leadership top priority. These areas have as their shared objective encouraging responsible citizenship by means of media content analysis, constructive participation in digital environments, and leadership development within their own people (Karam, 2024). **Furthermore,** problematic for both areas are digital media access and educational disparities, which frequently impede inclusive leadership development (Groot & Sesan, 2022). Aiming to close the digital divide and support equal chances for young empowerment, programs in Toronto and Accra, for instance, include MIL concepts into school curricula and community workshops (UNESCO, 2023).

Differences

Though there are certain parallels, North America and Africa apply MIL techniques in rather different ways. Established educational systems and strong government support for MIL integration help North American communities, including Montreal, 2024. To offset insufficient institutional support, African towns such as Cape Town, Accra, Togo or Lagos may rely on non-governmental organizations (NGO) and community-driven initiatives (Ndiaye & Bassey, 2023). Furthermore, while North American projects sometimes use new media platforms (e.g., social media, podcasts) for leadership development, African cities usually include traditional media, such radio and community theatre, to reach wider audiences, especially in areas with poor internet penetration (Amoako, 2024). These regional variations show how cultural and sociopolitical settings affect the strategy and efficacy of MIL programs in supporting leadership and influencer roles (Ouma, 2023).

Conclusion

Synopsis of important results

Focusing on North American and African cities, this paper investigated the influence of Media and Information Literacy (MIL) cities in producing leaders and influencers. According to the study, MIL programs successfully encourage ethical leadership, responsible media interaction, and critical thinking across many metropolitan environments (Karam, 2024). Particularly through digital literacy seminars and young empowerment activities, government policies and educational programs help to foster organized leadership development in North American cities including Toronto and

Montreal (City of Montreal, 2024). On the other hand, African cities like Accra and Cape Town use community-based strategies, using local influencers and conventional media to solve issues with digital infrastructure and literacy gaps (Amoako, 2024). Although both areas stress inclusive leadership and moral media consumption, major variations still exist in resource availability and implementation techniques (Groot & Sesan, 2022). While African cities typically rely on non-governmental organizations (NGO) and community-driven initiatives (Ndiaye & Bassey, 2023), North America gains from institutional assistance. Notwithstanding these difficulties, African projects offer creative ways to MIL education, usually adjusting to local socio-cultural settings (Ouma, 2023). The comparison study emphasizes that a hybrid model integrating governmental frameworks and grassroots activities could boost leadership training programs in both North America and Africa (UNESCO, 2023).

Perspectives and projections

Further study and practical projects to reduce the digital divide and educational disparities in metropolitan settings would help to improve the influence of MIL Cities on leadership development. Working together, policymakers, teachers, academics, experts and community leaders should design sustainable MIL programs that not only equip new leaders but also educate (Karam, 2024). Critical first steps toward producing strong and flexible leaders in North American and African cities are developing context-specific MIL curriculum, supporting cross-regional alliances, and funding technology access (UNESCO, 2023). Cities may build educated citizens that favourably impact their areas and help to shape the global leadership scene

by always assessing the efficacy of MIL policies and adjusting them to changing media environments (Amoako, 2024).

References

Amoako, D. (2024). Community-driven media literacy in Africa. *African Journal of Education and Development*.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.

Canadian Commission for UNESCO. (2022). *Developing leadership through MIL in Toronto*. UNESCO.

Chibás-Ortiz, F., Grizzle, A., Borges, A., Ramos, F., Mazzetti, B., & Silva Junior, O. (2020). MIL cities metrics: Cultural barriers and artificial intelligence analyzed from the perspective of UNESCO: São Paulo case. In Yanaze, M., & Chibás-Ortiz, F. (Eds.), *From smart cities to MIL cities: Metrics inspired by UNESCO's vision* (pp. XX-XX). University of São Paulo.

Chibás-Ortiz, F., Dias, A. P., & Fischer, R. (2020). MIL (Media and Information Literacy) university cities: New metrics for education and urban health. *MIC-Media, Information Communication*, 33(15.08.2020). Retrieved from: MIC.

Chukwu, C. P., & Agunbiade, O. O. (2019). Media literacy in the digital age: A study of African cities and their challenges. *International Journal of Media and Information Literacy*, 14(2), 123-137.

City of Cape Town. (2024). Influencer leadership workshops: Media literacy and social impact.

City of Montreal. (2024). *Governmental support for media literacy initiatives*.

Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2017). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. SAGE Publications.

EAVI. (2023). Addressing the digital divide in North American cities. *European Association for Viewers Interests*.

European Audiovisual Observatory. (2023). Media literacy and leadership development: Challenges and opportunities.

- Flick, U. (2018). *An introduction to qualitative research*. SAGE Publications.
- Government of Canada. (2024). Media literacy programs and policies. Department of Canadian Heritage.
- Groot, S., & Sesan, T. (2022). MIL in African cities: Local adaptations and global goals. *Media Development Review*.
- Hobbs, R. (2021). *Media literacy in North American educational systems*. Routledge.
- Ibrahim, S. (2023). The role of influencers in African media literacy initiatives. *Journal of Digital Leadership*.
- ITU. (2023). Bridging the digital divide in African urban areas. *International Telecommunication Union*.
- Jenkins, H., Purushotma, R., Weigel, M., Clinton, K., & Robinson, A. J. (2009). *Confronting the challenges of participatory culture: Media education for the 21st century*. MIT Press.
- Karam, B. (2024). *Integrating cultural contexts in media literacy programs*. UNESCO Publishing.
- Kounakou, E. K., & Chibás-Ortiz, F. (2021). The role of associations, unions, NGOs, sociocultural projects in the construction of MIL cities: A comparison between Canada and Africa. In: *The MIL cities network of UNESCO and the 2030 agenda: Education, communication, and sustainable health*. Havana: Pueblo y Educación.
- Leung, L., Chan, I., & Lee, S. (2015). Leadership development through media literacy education: Case studies and global initiatives. *Journal of Leadership in Education*, 11(3), 145-161.
- Livingstone, S., et al. (2022). The digital divide and media literacy: Implications for urban leadership. *Journal of Media Literacy Education*.
- Meyers, E. (2018). Digital democracy in North American cities: How media literacy fosters social change. *Journal of Media Literacy Education*, 8(1), 15-30.
- Ndiaye, M., & Bassey, E. (2023). Influencer engagement through media literacy: The African experience. *Global Media Journal*.

Nowell, L. S., Norris, J. M., White, D. E., & Moules, N. J. (2017). Thematic analysis: Striving to meet the trustworthiness criteria. *International Journal of Qualitative Methods*, 16(1), 1-13.

Oladejo, M. (2020). Digital literacy and the role of media in African cities: Challenges and opportunities. *African Journal of Communication Studies*, 22(4), 78-93.

Ouma, L. (2023). Innovative approaches to MIL in low-tech environments. *Educational Media International*.

Stake, R. E. (2006). *Multiple case study analysis*. Guilford Press.

Stroobant, J. (2019). *Media and information literacy: A framework for citizens' empowerment and engagement in the digital age*. UNESCO.

UNESCO. (2011). *Media and information literacy curriculum for teachers*. UNESCO.

UNESCO. (2020a). *Global alliance for partnerships on media and information literacy (GAPMIL)*. UNESCO.

UNESCO. (2020b). *Media and information literacy: A global framework*. UNESCO.

UNESCO. (2023). Accra's community-based media literacy programs. *UNESCO Global MIL Week Report*.

Ville de Montréal. (2023). *Smart and digital city action plan*. Montreal Government.

World Bank. (2024). *The impact of digital literacy programs on youth leadership in Africa*.

Yin, R. K. (2018). *Case study research and applications: Design and methods*. SAGE Publications.

Chapter 18

Media and Information Literacy (MIL) in Serbia: National Efforts, Policies, and Programs. In relation to: Goals of the 2030 Agenda linked to the MIL Cities paradigm

Maja Zaric ⁶²

Introduction

In today's digital age, the ability to critically engage with media is essential to maintaining an informed, responsible society. Recognizing this, Serbia has made substantial strides in promoting Media and Information Literacy (MIL) as a cornerstone of its national development agenda. By embedding MIL principles into its legal frameworks, educational curricula, and public policies, Serbia is working towards fostering a digitally literate society capable of navigating the complexities of modern media. This paper explores Serbia's comprehensive approach to MIL, highlighting the integration of MIL across various sectors, including education, public awareness campaigns, and targeted initiatives aimed at vulnerable groups. It also examines Serbia's collaboration with international organizations, such as UNESCO and the European Union, as well as its focus on emerging issues like misinformation and artificial intelligence. Through these efforts, Serbia is

⁶² Maja Zarić is actively involved in international audiovisual policy-making and collaborates with leading organizations such as the Council of Europe, the European Union, OSCE, and UNESCO. Maja holds an MA in Arabic Language and Literature, a Master's degree in European Union Law, and is currently a PhD candidate.

not only addressing current challenges but also preparing its citizens for the evolving digital landscape.

Raising Citizens' Awareness about MIL

Serbia has made significant strides in raising citizens' awareness about the importance of MIL. One key strategy has been the organization of public events in open spaces aimed at promoting MIL learning. These events occur at least twice a year, helping to reach a broad and diverse audience. Notably, the 2019 International Expert MIL Meeting in Belgrade marked a major milestone. This event, attended by over 40 experts from around the world, was graced by the participation of the Director-General of UNESCO and Serbia's highest government officials, demonstrating Serbia's commitment to fostering a national dialogue on MIL (UNESCO, 2019).

Furthermore, Serbia has been an active participant in UNESCO MIL Week, celebrating the global importance of media and information literacy. In 2020, Serbia hosted an international workshop focused on Artificial Intelligence (AI) and its role in Freedom of Expression (FoE), which also highlighted the intersection of AI and MIL. The pandemic further accelerated efforts in 2020, when Serbia organized a series of webinars on disinformation targeted at various demographic groups, from parents to young people. This series was instrumental in addressing the challenges posed by the COVID-19 crisis, particularly the surge of misinformation.

In 2021, Serbia launched the second edition of the UNESCO MIL Curriculum for teachers and educators, a critical tool for integrating MIL into educational settings. Alongside this, Serbia also led global discussions on

the recommendations for MIL curricula development, ensuring that global standards and local needs were aligned (UNESCO, 2021).

Serbia's participation in UNESCO MIL Week and the organization of public events and webinars further underscores its commitment to global educational goals, such as SDG 4: Quality Education, which advocates for inclusive and equitable quality education for all. Notably, Serbia's focus on reaching diverse demographic groups—including marginalized and vulnerable populations—aligns with SDG 10: Reduced Inequalities, ensuring that digital literacy and media education are accessible to everyone, regardless of their socio-economic background. In line with the MIL Cities initiative, these events, which take place in public spaces like city squares and community centers, underscore the important role of local environments in fostering a digitally literate and critically engaged citizenry.

Integrating MIL into National and Local Policy Frameworks

Serbia has systematically integrated MIL into its national policies to ensure that media and information literacy becomes a sustainable part of the country's long-term development goals and to contribute to 2030 Agenda SDG (SDG 4: Quality Education, SDG 10: Reduced Inequalities) and the MIL Cities paradigm. Several key national strategies, including the Media Strategy, Strategy for the Development of Digital Skills, and Strategy for Youth, feature MIL as a central component. These strategies are designed to promote the development of digital skills, media literacy, and critical thinking among all citizens, particularly vulnerable and marginalized groups.

In response to the challenges posed by the digital age, the Serbian government has adopted strategic frameworks to promote media and

digital literacy, as well as information safety. These efforts are embedded in key national strategies, including:

Strategy for the Development of the Public Information System in Serbia (2020-2025): This strategy, which sets the framework for media policy, emphasizes the importance of media literacy within the context of a free and pluralistic media environment. It advocates for improving media literacy across formal, non-formal, and informal education and encourages the development of competencies among various target groups. Through initiatives that focus on public awareness and community outreach, this strategy aims to empower citizens to critically assess media content and engage in responsible media consumption. Additionally, it defines measures for ensuring information security for journalists and media outlets, and enhancing the capacity of state bodies to address online threats, such as disinformation.

Strategy for Digital Skills Development in Serbia (2020-2024): This strategy seeks to enhance digital literacy among all citizens, with a particular focus on vulnerable groups, including youth. It includes significant measures to align Serbia's National Qualifications Framework (NQF) with the European Qualifications Framework (EQF) in terms of digital competencies and promotes digital skills development through both formal and non-formal educational programs. By supporting these measures, Serbia aims to foster a digitally competent citizenry and align with EU standards in digital skills development and information security.

National Youth Strategy (2023-2030): This strategy highlights media literacy and online safety as key components for empowering young people. Specific objectives call for government support in developing programs that

promote safe technology use and responsible digital citizenship. The strategy's focus on youth engagement through awareness campaigns, workshops, and online safety education complements ongoing efforts to build a digital-savvy and responsible youth population.

Strategy for the Development of Education in Serbia (2020-2030): This national strategy emphasizes the importance of digital education for both students and teachers. It integrates media and information literacy into various curricula, including Citizenship Education and subjects like "Language, Media and Culture." Through these initiatives, the strategy aims to equip students with critical media literacy skills and promote lifelong learning in the digital realm.

Strategy for the Development of Artificial Intelligence in Serbia (2025-2030): This emerging strategy focuses on the development and implementation of artificial intelligence (AI) to foster economic growth and enhance public services. It also addresses the need for general literacy in AI, which is a crucial component in countering disinformation. This strategy foresees educational campaigns, public discussions, and workshops to improve public understanding of AI, ensuring that citizens are equipped to critically engage with AI technologies and recognize their impact on society.

The adoption of these frameworks ensures that Media and Information Literacy is integrated not only into education but also into broader national policies that address digital citizenship, information safety, and emerging technologies such as AI. By fostering collaboration across government bodies, educational institutions, civil society, and the private sector, Serbia is creating a comprehensive, sustainable approach to MIL that aligns with both national priorities and European standards for media and digital literacy.

In addition to these strategies, Serbia has embedded MIL principles in the national legal framework, with key laws such as the Law on Public Information and Media, the Law on Electronic Media, and the Law on Public Service Media. These laws recognize media and digital literacy as a public interest, providing a legal foundation for their integration and implementation across all levels of society.

National Strategies, Policies, and Stakeholder Collaboration for Advancing Media and Information Literacy in Serbia

Serbia's approach to fostering Media and Information Literacy (MIL) is deeply embedded in national strategies, legal frameworks, and collaborative initiatives. The country has made significant strides in integrating MIL into its broader development goals, ensuring that it is not just an isolated priority but a key element of educational, digital, and public policy frameworks. This section explores the integration of MIL into national strategies, the ongoing public awareness campaigns, educational initiatives, partnerships, and mechanisms for monitoring progress and evaluating the impact of MIL efforts.

Public Awareness Campaigns and Outreach

Serbia has recognized the need for broad public engagement in MIL education, and as such, national awareness-raising campaigns have been implemented to promote the importance of media literacy. These campaigns leverage various digital platforms, mass media, and educational channels to raise awareness among citizens about the necessity of critically

engaging with media, verifying sources, and adopting safe online behaviors. A significant part of these campaigns focuses on the recognition of misinformation, online manipulation, and privacy protection—critical skills in the age of digital information.

Furthermore, these awareness efforts are targeted towards specific demographic groups, such as youth, educators, parents, and seniors, ensuring that the messages resonate with the unique needs and challenges of each group. Through tailored outreach, Serbia aims to create a more inclusive approach to MIL education, ensuring no group is left behind.

Educational Programs and Resources

The integration of MIL into formal education curricula is one of the most significant efforts Serbia has made to embed media literacy into the educational system. Media literacy is incorporated into subjects such as Citizenship Education and Language, Media and Culture, helping students critically assess and engage with media content. Teachers across the country are trained to deliver MIL content, empowering them to foster critical thinking skills in their students.

In addition to curricula integration, Serbia has worked on the development and dissemination of educational resources such as MIL Handbook for teacher and educators for preuniversity education (2020), including online guides, infographics, and videos. These resources, available both digitally and in print, assist educators and the general public in acquiring MIL skills. Serbia has also established regular professional development programs for teachers, equipping them with the necessary tools and knowledge to teach MIL effectively.

Workshops, Capacity Building, and Specialized Training

Serbia also invests in workshops and capacity-building initiatives to support the digital and media literacy needs of its citizens, especially vulnerable groups such as youth, seniors, and those living in rural areas. These workshops address pressing issues like identifying fake news, understanding digital privacy, and recognizing online threats such as cyberbullying. These initiatives play a critical role in empowering citizens to engage responsibly with the digital world. Serbia is actively participating in Global MIL Week and many workshops are especially conducted in this period each year.

Furthermore, in response to the rise of artificial intelligence (AI) and its implications for media production and consumption, Serbia organizes specialized training on AI and digital literacy. The first workshop was held in Belgrade in January 2020 on AI and media literacy and these efforts are continuous with the aim to help participants understand how AI affects media content and to equip them with the skills to critically analyze AI-generated information. This is particularly important in the context of disinformation and the evolving role of AI in media dissemination.

Partnerships and Multi-Stakeholder Collaboration

A key component of Serbia's MIL strategy is the active involvement of multiple stakeholders. Civil society organizations, universities, media outlets, and government bodies all play a vital role in advancing MIL in Serbia. These collaborative activities ensure implementation of programs, organization of workshops, and promotion of public awareness. They also ensure that MIL

efforts reach marginalized groups, including those with disabilities, ethnic minorities, and other vulnerable populations.

Academic institutions and media associations contribute to the development of MIL curricula, conduct research, and create specialized training programs for future educators and media professionals. Media organizations also support these efforts by disseminating information and providing platforms for public discussions on media literacy. Furthermore, Serbia benefits from international partnerships with organizations like the European Union, the Council of Europe, OSCE Mission to Serbia and USAID which help align national MIL efforts with global best practices and European standards.

Establishing Monitoring Mechanisms and Ongoing Evaluation

To ensure the effectiveness and sustainability of MIL initiatives, Serbia aims to implement robust monitoring and evaluation mechanisms. A key initiative driving progress in the period 2024-2027 will be Strengthening Freedom of Expression and Freedom of Media in Serbia, the IPA project, funded by the European Union and implemented by the OSCE. This project aims to support the development of a Media Literacy Index, the creation of annual media literacy plans, and the organization of interactive workshops on media literacy and artificial intelligence (AI). These actions complement national strategies and enhance Serbia's efforts to raise awareness about digital literacy and critical media consumption. The Ministry of Information and Telecommunications continues to lead these initiatives, with a focus on integrating MIL into digital curricula and training educators to better equip them with the tools needed to foster media literacy in the classroom.

Furthermore, the Council of Europe Project Protecting Freedom of Expression and of the Media in Serbia (PROFEX), focuses on improving media literacy, and has supported various activities in collaboration with Serbia's Regulatory Body for Electronic Media. These efforts have been instrumental in raising awareness of the importance of media literacy in protecting freedom of expression and strengthening the resilience of the population against the rise of misinformation and disinformation.

Moving Towards a Digitally Literate Society

Through the integration of MIL into national strategies, the implementation of targeted educational initiatives, and the establishment of strong partnerships across sectors, Serbia is taking significant steps towards creating an informed, resilient, and digitally literate society. By emphasizing the importance of critical thinking, responsible media consumption, and digital citizenship, Serbia is preparing its citizens to navigate the complexities of the digital age. Moving forward, it will be crucial for Serbia to maintain these efforts, monitor progress, and adapt to the challenges posed by emerging digital technologies to ensure that MIL remains at the forefront of its national development agenda.

While these efforts are promising, full implementation and broader societal engagement in MIL education remain works in progress. As digital media challenges evolve, including the growing prevalence of misinformation, disinformation, and new media formats, Serbia's MIL education initiatives must continue to adapt and expand to address these emerging issues.

Targeting Vulnerable Groups and Local Communities

A key aspect of Serbia's MIL strategy is ensuring that all demographics, including marginalized and older populations, have access to media literacy resources. Serbia's approach to MIL aligns with the MIL Cities. MIL Cities paradigm is depicted in Serbia's focus on public spaces, libraries, and community events that align with the principles of the MIL Cities initiative, where local actors and municipalities play a crucial role in enhancing media literacy in the digital age. Serbia's "Digital Expedition" initiative, which takes MIL lessons to community centers and public spaces, is a perfect example of how the MIL Cities model is being applied. This initiative underscores how cities and local institutions can become active participants in MIL education by making it accessible to citizens of all demographics, including those in rural and marginalized areas. The "Digital Expedition" initiative, launched in 2021 and running through 2024, is a prime example of this effort. The program included thematic lectures and discussions in cities across Serbia, offering digital literacy training to a broad spectrum of the population, from young people to pensioners. The lectures took place at accessible locations such as city squares, community centers, and pensioner clubs, ensuring that the content reaches citizens who might otherwise be excluded from digital education. By bringing MIL education directly to local communities, Serbia mirrors the MIL Cities paradigm, which encourages cities to act as centers of media literacy, fostering empowered citizens in the digital age.

Serbia also emphasizes the importance of youth engagement in MIL. The country has developed MIL materials for young people, including a MIL Handbook for pre-university education and specific MIL programs for youth organizations. These initiatives are aligned with national strategies for youth

empowerment and gender equality (2021-2030), reinforcing the role of media literacy in shaping an informed, active, and critical citizenry.

Collaborating with Libraries and NGOs

Libraries and NGOs play an essential role in Serbia's MIL ecosystem. Libraries serve as key venues for offering MIL training to a wide range of citizens. Many events, workshops, and webinars are organized in collaboration with libraries, making them hubs for media literacy education. Additionally, in 2018, Serbia established a coordination platform for MIL stakeholders, bringing together over 40 diverse actors, including media organizations, academia, ICT experts, and international NGOs. This platform fosters collaboration and knowledge-sharing, creating a strong network of MIL advocates.

The involvement of NGOs, such as those working with vulnerable populations or those engaged in social justice issues, is crucial in ensuring that MIL reaches all segments of society. Serbia's collaborative efforts with local civil society organizations help provide tailored MIL training to specific groups at risk of marginalization, such as people with disabilities, ethnic minorities, and the elderly.

Key Actions to Promote Media and Information Literacy (MIL) Education in Serbia

Serbia has undertaken a variety of important actions to promote Media and Information Literacy (MIL) education across different sectors of society. These actions span educational initiatives, public awareness campaigns,

international collaborations, and specialized training programs. Below are the key initiatives that contribute to advancing MIL education and its integration into everyday life in Serbia.

1. Educational Resources and Training for Teachers and Parents

Handbook for Media Literacy in Pre-University Education: Published in December 2020 by the Ministry of Information and Telecommunications, this comprehensive handbook targets educators and teachers, offering them guidance on how to teach media literacy in schools. A connected media project, "Heroes of Media Literacy," created 18 episodes broadcast on national television to promote MIL and reach a wide audience, including national minorities.

Webinars for Parents and Teachers: In collaboration with the EU Info Center and the "Media Support Reforms" project, the Ministry launched a series of webinars in April 2020 aimed at enhancing digital literacy and critical thinking skills. These webinars focused on critical issues such as digital immunity and information pandemic, equipping parents and teachers with the tools to address disinformation in the digital age.

2. International Cooperation and Global Initiatives

Collaboration with UNESCO: Serbia co-hosted the first international media literacy meeting in 2019, in collaboration with UNESCO. The meeting focused on updating the UNESCO Handbook for Media Literacy. The second edition of this updated handbook was launched in April 2021, with the support of the European Union and Sweden. The launch event, featuring

high-level dignitaries such as the Prime Minister of Serbia, UNESCO Director-General, and the Vice President of the European Commission, highlighted Serbia's active role in global media literacy efforts.

International Conferences and Workshops: Serbia hosted international workshops on ethics and values in the digital age for media professionals and key stakeholders in 2021. These workshops focused on ethical media practices, combating disinformation, and fostering gender equality and anti-discrimination efforts in media.

3. Public Administration and Sector-Specific MIL Education

Handbook for Media Literacy for Public Administration: Developed in partnership with the National Academy for Public Administration (NAPA) and USAID, this handbook, launched in 2022, is designed to improve the media literacy skills of government officials. By incorporating it into official training programs, Serbia aims to ensure that public administrators can better engage with digital media and combat disinformation.

Handbook for Parents and Business Community: In collaboration with USAID, Serbia developed a Handbook for Parents to help them navigate the challenges of fostering media literacy in children. Additionally, a similar handbook was created for the business community to raise awareness of responsible digital engagement and combating misinformation within corporate sectors.

4. Global Awareness and the Role of Artificial Intelligence (AI)

Global Media Literacy Week: The Ministry of Information and Telecommunications actively observes Global Media Literacy Week, an initiative supported by the UN, UNESCO, and the EU. During this week, a series of public campaigns, workshops, and discussions are organized to emphasize the importance of MIL education and its role in fostering an informed and resilient society.

International Conference on AI and Freedom of Expression: In November 2022, the Ministry co-organized the international conference "Designed Society - Artificial Intelligence and Freedom of Expression." The conference addressed the impacts of artificial intelligence on media freedom, tolerance, and democracy. This event gathered a wide range of stakeholders, including journalists, civil society, and institutions, to discuss the role of AI in promoting a fair and inclusive media landscape.

Conclusion

Serbia's journey towards a digitally literate and critically engaged society is a testament to the country's commitment to Media and Information Literacy (MIL) as a central pillar of its national development. By integrating MIL into educational curricula, national policies, and public awareness campaigns, Serbia is not only addressing current challenges like misinformation and the digital divide but is also preparing its citizens for the emerging complexities of the digital landscape.

As Serbia continues to evolve its MIL initiatives, the focus on marginalized and vulnerable groups, youth empowerment, and public spaces as key points of engagement reflects the country's dedication to inclusivity and accessibility. Serbia's efforts have positioned it as a leader in

the global MIL movement, contributing valuable insights to international best practices and ensuring that its local initiatives align with global standards.

Looking ahead, the sustainability and adaptability of these efforts will be critical in the face of rapidly changing media technologies and societal trends. Continued collaboration among government bodies, civil society, academia, and international partners will be essential in ensuring that MIL remains an integral part of Serbia's long-term development agenda. Furthermore, Serbia's experience can serve as a model for other nations seeking to empower their citizens to become responsible digital citizens, equipped with the critical thinking skills needed to navigate an increasingly complex and interconnected world.

As digital literacy and media ethics continue to gain prominence on the global stage, Serbia's proactive approach offers valuable lessons on the importance of a multi-stakeholder approach, inclusive policy-making, and the role of local communities in fostering a digitally literate society. The future of Media and Information Literacy in Serbia is promising, but continued vigilance, innovation, and inclusivity will be essential in navigating the evolving media landscape.

As noted by Prof. Felipe Chabas Ortiz (2021), "The role of media literacy in the digital age is not merely a tool for education but a vital safeguard for the healthy functioning of societies, ensuring that citizens remain informed, empowered, and critical in the face of the challenges posed by today's media landscape."

References

Chibás-Ortiz, F. (2021). The role of media literacy in the digital age. *In*: Chibás-Ortiz, F. (2021). *Media and information literacy (MIL) framework of UNESCO and methodology of 20 cultural barriers to communication (CBC) and creativity*. Disponível em: Academia.edu

Digital Expedition Initiative. (2021-2024). Disponível em: [Digital Expedition](https://DigitalExpedition.org)

UNESCO. (2019). International consultative meeting on updating the UNESCO Media and Information Literacy Curriculum for Teachers [Video]. Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=6l6AbISQrk0>

UNESCO. (2021). Launch of the second edition of the Media and Information Literacy Curriculum for Teachers and Educators [Video]. Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=3EuHe2BaYrl>

Webinar Digital pacifier <https://europa.rs/kako-digitalna-cucla-utice-na-razvoj-deteta/>

Chapter 19

Transcending cultural barriers in MIL cities with public policies for education, innovation, and communication

S. Dinesh Babu ⁶³

Ann Jacob ⁶⁴

Introduction

Public policies have a crucial role to play in fostering media information literacy in cities. Integrating media literacy education into the curriculum can empower citizens to navigate the digital landscape and engage meaningfully with diverse forms of media (Bowden, 2015) (Gammon & White, 2011). Boosting digital skills and critical thinking through media literacy must be a key priority for educational policies, as it enables active participation in the networked society. (Pérez-Escoda et al., 2017). Furthermore, public policies can support the growth of media literacy by promoting interdisciplinary innovation and collaborative communication across multicultural communities. The convergence of media and technology in a global culture has transformed how individuals learn about

⁶³ Dr. S Dinesh Babu, Assistant Professor (Sr. Gr), Dept. of Visual Media and Communication, School of Arts, Humanities and Commerce, Amrita Vishwa Vidyapeetham, Kochi Campus, Kerala, India

⁶⁴ Ann Jacob, Research Scholar, Dept. of Visual Media and Communication, School of Arts, Humanities and Commerce, Amrita Vishwa Vidyapeetham, Kochi Campus, Kerala, India

the world, requiring a new set of skills and literacies beyond traditional print-based reading and writing. (Thoman & Jolls, 2004) As cities become increasingly diverse, public policies must address the unique challenges and opportunities presented by multicultural information environments. Educators and policymakers must recognize the significant roles they each play in developing a rigorous, inclusive approach to media literacy (Gammon & White, 2011). Media literacy education provides a framework and pedagogy for the critical interpretation of multimedia content, necessary for living, working and civic engagement in the 21st century (Thoman & Jolls, 2004). By embracing all forms of media and extending beyond passive consumption, both educators and policymakers can discover new empowering skills that enable better civic and educational engagement in multicultural information literacy cities.

Public policies should also prioritize collaborative efforts between educational institutions, media organizations, and community groups to foster a robust media and information ecosystem. Comprehensive media literacy programs that cater to diverse cultural needs can empower citizens to critically analyze, evaluate and create media content, thereby strengthening social cohesion and democratic participation in MIL cities. (Gammon & White, 2011) (Pérez-Escoda et al., 2017) (Scull & Kupersmidt, 2010). Ultimately, the role of public policies in cultivating multicultural information literacy is multifaceted, spanning education, innovation and communication. By investing in media literacy education, supporting interdisciplinary collaboration, and promoting inclusive communication practices, cities can transcend cultural barriers and empower their citizens to

thrive in the digital age. (Pérez-Escoda et al., 2017) (Bulger & Davison, 2018) (Thoman & Jolls, 2004) (Gammon & White, 2011).

The Role of Public Policies in Multicultural Information Literacy Cities

In an increasingly interconnected world, cities are emerging as vibrant hubs of cultural diversity, technological advancement, and social complexity. With this evolution comes the critical need for fostering multicultural information literacy (MIL)—the ability of individuals from diverse cultural backgrounds to access, understand, critically evaluate, and use information across digital and traditional platforms. As urban areas become more globally interwoven, the role of public policies in promoting MIL within these multicultural landscapes has gained significant importance.

The concept of MIL cities emphasizes the significance of developing informed, inclusive, and participatory urban environments. These cities are characterized by their cultural diversity, driven by factors such as globalization, migration, and economic interdependence. However, the realization of truly inclusive MIL cities requires strategic policy interventions to bridge cultural divides and support social integration through education, communication, and innovation. (Santinha & Castro, 2010)

The concept of Multicultural Information Literacy cities has emerged as a crucial framework for fostering informed, inclusive, and participatory urban environments (Yerden et al., 2021). These cities are characterized by increasing cultural diversity, driven by globalization, migration, and economic interdependence. (McAllister & Irvine, 2000) (Yerden et al., 2021) Public policies play a pivotal role in bridging cultural divides and supporting social integration through education, communication, and innovation. (Pizzi,

2018) (Lowry et al., 1951) (Santinha & Castro, 2010) While the benefits of cultural diversity in urban spaces are widely recognized, the implementation of inclusive policies remains a significant challenge.

Defining MIL Cities

In an increasingly interconnected world, cities have transformed into vibrant, multicultural epicentres where diverse communities coexist, collaborate, and exchange ideas. In this context, the concept of Media and Information Literacy Cities has emerged as an innovative framework that prioritizes the development of informed, inclusive, and participatory urban environments (Digital City, 2019). An MIL City aims to empower its citizens with the necessary competencies and resources to critically engage with media and information, thereby fostering a culture of knowledge sharing, social responsibility, and intercultural understanding.

The Evolution of MIL Cities: From Information Access to Empowered Citizenship

The concept of an MIL City has evolved from the recognition that inclusive urban environments are crucial for ensuring that all citizens, regardless of their cultural, social, or economic backgrounds, have equitable access to information and the necessary skills to participate fully in public life. Traditionally, media and information literacy initiatives have focused on ensuring that individuals can access reliable information and interpret media content critically. However, the vision of an MIL City goes beyond this, emphasizing the importance of fostering empowered, active citizenship.

In an MIL City, the focus is not merely on providing information access, but on empowering individuals with the tools and resources to contribute meaningfully to their communities. This involves cultivating critical thinking skills, promoting digital literacy, and facilitating intercultural communication and collaboration. By equipping residents with the ability to engage with information responsibly, analyze media content, and express their voices effectively, MIL Cities aim to transform passive consumers of information into engaged, participatory citizens. This holistic approach to MIL recognizes that true inclusion and social cohesion can only be achieved when individuals from diverse backgrounds are empowered to shape the decisions and policies that impact their communities. The vision of an MIL City, therefore, is one of a vibrant, democratic urban space where the collective knowledge and perspectives of all residents are valued and leveraged for the betterment of the entire community.

As cities grow more culturally diverse, they face complex challenges related to the spread of misinformation, social exclusion, and persistent digital divides. MIL Cities seek to address these challenges by strategically embedding MIL principles and initiatives into their public policies, educational systems, and community-based programs.

By doing so, MIL Cities ensure that all residents, regardless of their cultural, social, or economic backgrounds, have the necessary skills and knowledge to engage with information responsibly. This includes the ability to critically evaluate media content, navigate digital technologies, and participate meaningfully in decision-making processes that shape their urban environments.

Through this holistic approach, MIL Cities aim to strengthen civic engagement and promote social cohesion, transforming diverse urban spaces into more resilient, inclusive, and democratic communities. By empowering citizens with MIL competencies, these cities foster a culture of informed, collaborative, and participatory governance, where the collective knowledge and perspectives of all residents are valued and leveraged for the betterment of the entire community.

By fostering equitable access to information and critical media engagement, MIL Cities empower citizens to become active participants in their communities. Through public policies that prioritize digital literacy, intercultural communication, and resilience against misinformation, these cities create an environment where diverse residents can collaborate, share knowledge, and contribute to the decision-making processes that shape their urban spaces. This holistic approach to MIL strengthens civic engagement, promotes social integration, and ultimately transforms cities into more inclusive, democratic, and resilient hubs of cultural exchange and participatory governance.

MIL Cities recognize that true inclusion and social cohesion can only be achieved when individuals from diverse backgrounds are empowered to shape the decisions and policies that impact their communities. These cities strategically embed MIL principles and initiatives into their public policies, educational systems, and community-based programs, ensuring that all residents have the necessary skills and knowledge to engage with information responsibly.

By doing so, MIL Cities foster a culture of informed, collaborative, and participatory governance, where the collective knowledge and perspectives

of all residents are valued and leveraged for the betterment of the entire community. Through equitable access to digital technologies, multilingual resources, and educational opportunities focused on critical thinking and media awareness, these cities transform diverse urban spaces into vibrant hubs of cultural exchange and democratic engagement.

Core Pillars of an MIL City

The framework of an MIL City is built upon several core pillars that reflect its commitment to fostering an informed, inclusive, and participatory society:

Equitable Access to Information: MIL Cities prioritize equal access to information across all demographics. This includes addressing technological gaps, providing public internet access, ensuring the availability of information in multiple languages, and implementing programs to bridge digital divides.

Critical Media Engagement: MIL Cities encourage citizens to critically engage with media content, helping them to recognize biases, identify misinformation, and discern credible sources. This is often achieved through public workshops, school curricula, media awareness campaigns, and the promotion of digital and media literacy skills.

Active Citizenship and Participation: By integrating MIL into civic initiatives, MIL Cities empower residents to participate actively in public dialogue and policy-making processes. This includes open forums, digital literacy training, access to local government information, and the creation of platforms for community engagement and feedback.

Intercultural Communication: As multicultural environments, MIL Cities promote intercultural understanding by encouraging communication across diverse communities. This includes providing culturally sensitive information, fostering respect for different perspectives, facilitating dialogue through community platforms, and supporting the preservation and exchange of diverse cultural heritage and knowledge.

Resilience to Misinformation: In an age where misinformation can easily disrupt social harmony, MIL Cities prioritize building resilience against such threats. This involves public education on misinformation, fact-checking resources, partnerships with media organizations to promote credible information, and the development of critical thinking and information evaluation skills among residents.

The Role of Public Policy in Establishing MIL Cities

Public policy plays a crucial role in developing and sustaining MIL Cities. Policies focused on MIL create supportive environments where citizens can access resources, engage in learning opportunities, and apply their media and information literacy skills. These policies often include funding for digital infrastructure, partnerships with educational institutions, and guidelines for ethical information dissemination. Moreover, public policies in MIL Cities often prioritize inclusivity by targeting marginalized groups and addressing language or accessibility barriers, ensuring that MIL benefits extend to all segments of the population. By establishing these supportive frameworks, public policies in MIL Cities work to remove barriers and empower all residents to actively participate in the digital landscape, share knowledge, and engage in informed decision-making processes that

shape their communities. This holistic approach to policy-making ensures that MIL initiatives are accessible and tailored to the diverse needs of the population, fostering an inclusive and vibrant civic ecosystem.

Public policies have the potential to dismantle these cultural barriers and promote inclusivity in all aspects of urban life. Specific policy interventions can focus on identifying and addressing cultural barriers, ensuring equitable access to education and digital literacy programs, and fostering multilingual and culturally sensitive educational environments. These policies can take a multifaceted approach, addressing issues such as language accessibility, recognition of diverse cultural practices, and targeted outreach initiatives to empower marginalized communities. By prioritizing inclusivity and cultural sensitivity in policy development and implementation, cities can cultivate vibrant, welcoming spaces that enable all residents to actively engage with information, media, and one another.

Public policies are instrumental in creating inclusive frameworks that enable equitable information access, foster critical media skills, and support the dynamic exchange of knowledge across cultural boundaries. These policies not only ensure that information literacy initiatives are accessible and culturally sensitive but also promote social cohesion and empower citizens to actively participate in their communities. This chapter examines the integral role of public policies in cultivating MIL within multicultural cities, exploring how policy interventions can address challenges unique to diverse urban populations, including linguistic barriers, differing educational backgrounds, and varied media exposure.

Case Examples of MIL Cities in Action

Across the globe, a growing number of cities have emerged as exemplars of the Multicultural Information Literacy City model. For instance, cities like Barcelona, Seoul, and Toronto have proactively integrated comprehensive MIL initiatives into their urban policies and programs. These cities offer a diverse range of impactful interventions, such as providing accessible digital literacy training, curating multilingual media resources, and launching public awareness campaigns focused on cultivating critical thinking and media evaluation skills among residents. These targeted MIL efforts have demonstrated remarkable success in enhancing social inclusion, reducing digital divides, and fostering cohesive communities where informed public participation is valued as a cornerstone of civic engagement and democratic processes. By embracing the MIL City framework, these forward-thinking municipalities have transformed their urban landscapes into vibrant hubs of cultural exchange, knowledge sharing, and empowered citizen-led decision-making.

In Barcelona, for example, city policies have made digital literacy programs accessible through public libraries, particularly in marginalized neighborhoods. These programs provide free access to digital resources and training, empowering residents from diverse cultural backgrounds to develop essential skills for navigating the digital landscape. In Seoul, the government has collaborated with educational institutions to integrate MIL into school curricula, equipping students with critical skills for evaluating online content and identifying misinformation. Such examples illustrate the transformative impact of MIL policies on urban communities, underscoring their potential to foster inclusive, participatory urban environments where all

residents, regardless of their cultural or socioeconomic backgrounds, can actively engage with information, media, and each other to shape the future of their cities.

Cultural Barriers and the Need for Inclusive Policies

The diversity of cultural backgrounds, languages, social norms, traditions, and belief systems within multicultural cities can pose significant barriers to effective communication and collaboration. These barriers can lead to exclusionary effects, restricting access to resources, education, and opportunities for civic engagement, particularly for marginalized groups.

Introduction to Cultural Diversity in Urban Contexts

Urban spaces worldwide are transforming into culturally diverse ecosystems, where people of varied ethnic, linguistic, and cultural backgrounds converge. Globalization, increased migration flows, and economic interdependence have accelerated this transformation, making cities more multicultural than ever before. As diverse populations live and interact within a shared urban environment, cities are evolving into dynamic centers for cultural exchange, innovation, and economic growth. However, this diversity also brings about unique challenges and opportunities, impacting urban policies, social cohesion, and the everyday life of city inhabitants.

Globalization and its Role in Urban Multiculturalism

Globalization has facilitated the movement of people, goods, and ideas across borders, contributing significantly to the rise of multicultural urban spaces. Through advances in communication and transportation, individuals from different parts of the world can connect and relocate more easily, bringing with them their cultural practices, languages, and values. According to (Sassen, 2013), global cities act as pivotal nodes in the global economy, attracting migrants and expatriates from diverse backgrounds who seek employment, education, and business opportunities. These global cities thus become melting pots of cultural practices, forming unique urban landscapes that blend both local and global influences.

Moreover, globalization has fostered the exchange of cultural products—such as food, fashion, and art—creating a mosaic of cultures within urban spaces. This cultural diversity enriches cities by making them places of vibrant, shared experiences where individuals from different backgrounds can encounter new ideas and traditions. However, the rapid pace of globalization can also lead to cultural tension, as cities strive to balance the influx of global influences with the preservation of local cultural identities.

Challenges and Opportunities of Cultural Diversity in Cities

Cultural diversity in cities presents both challenges and opportunities for urban development, social cohesion, and policymaking.

Social Cohesion and Inclusion: The presence of diverse communities requires cities to promote social cohesion and inclusion, ensuring that all residents feel valued and have equitable access to resources and

opportunities. In culturally diverse cities, creating inclusive public policies is essential to preventing discrimination, addressing social tensions, and fostering community solidarity. For instance, providing multilingual public services, supporting intercultural dialogue, and recognizing cultural events are ways to promote inclusivity (Vertovec, 2007).

Innovation and Economic Growth: Cultural diversity can drive economic growth by introducing a variety of perspectives and skills that contribute to creativity and innovation. Richard Florida's concept of the "creative class" emphasizes how diverse, multicultural cities are often more innovative, resilient, and economically competitive. By encouraging creativity and entrepreneurialism, culturally diverse cities can create unique economic niches, attracting investment and enhancing their global competitiveness.

Urban Planning and Sustainable Development: Integrating cultural diversity into urban planning and development is crucial for creating sustainable, livable cities. Inclusive urban design, preservation of cultural heritage, and the incorporation of diverse community needs can help cities leverage their multicultural assets for sustainable and equitable growth.

Identity and Belonging: Balancing the coexistence of various cultural identities within urban spaces requires policies that foster a sense of belonging among all residents. Policies that celebrate diversity and encourage community engagement can help address issues of alienation and social division, promoting a shared sense of city identity despite cultural differences.

Intercultural Dialogue and Conflict Resolution: As cities become more diverse, there is a greater need for effective intercultural dialogue and

conflict resolution mechanisms. Public policies should aim to facilitate meaningful exchange, address cultural misunderstandings, and develop strategies to resolve tensions that may arise from cultural differences.

Need for Inclusive Policies

The existence of cultural barriers in multicultural cities highlights the pressing need for the development and implementation of inclusive policies. These policies should aim to create a more equitable and accessible environment, where individuals from diverse cultural backgrounds can actively participate in the decision-making processes that shape their communities.

Inclusive policies can take various forms, such as:

Multilingual Services: Implementing multilingual public services ensures that language differences do not become a barrier to accessing essential services such as healthcare, education, and housing. Providing documents, information, and support in multiple languages can significantly enhance the participation of non-native speakers in civic life (Meyer, 2019). As Baker (2018) suggests, effective communication is foundational for building trust and cooperation among diverse community members.

Cultural Competency Training: Training for public servants, educators, and community leaders in cultural competency can improve interactions with diverse populations. Such training can foster awareness of different cultural practices and communication styles, reducing misunderstandings and promoting respectful engagement (Bennett, 2017). This training is crucial for

creating an inclusive environment where all community members feel valued and understood.

Community Engagement Initiatives: Policies that promote active engagement of diverse communities in local governance can empower marginalized groups. This can include town hall meetings, participatory budgeting processes, and forums that encourage residents to share their views and concerns. As noted by Portes and Rumbaut (2006), when individuals feel that their voices are heard, they are more likely to invest in their communities and contribute positively.

Support for Cultural Organizations: Providing funding and resources to cultural organizations can help preserve cultural heritage and promote intercultural dialogue. These organizations often serve as vital hubs for community engagement, offering programs that celebrate diversity and foster mutual understanding (Fisk et al., 2020). Supporting these entities can enhance the social fabric of cities and create spaces for cross-cultural interaction.

Equitable Resource Distribution: Policies aimed at ensuring equitable access to resources—such as education, healthcare, and employment opportunities—are essential for reducing social and economic disparities among cultural groups. Addressing systemic inequalities can foster a sense of belonging and community among residents, enhancing social cohesion (Vertovec, 2007).

Digital Inclusion Policies: In an increasingly digital world, promoting digital literacy and access to technology is vital for participation in the modern public sphere. Policies that support digital inclusion can empower marginalized communities, enabling them to access essential services,

engage in civic activities, and participate in economic opportunities (Hogan-Brun, 2012).

Recognition of Cultural Events: Celebrating and recognizing cultural events from various communities can promote inclusivity and appreciation of diversity. Municipal policies that officially recognize and support cultural festivals and events can help bridge gaps between different cultural groups, fostering community solidarity (Pérez & Glick, 2020).

Data-Driven Decision Making: Collecting disaggregated data on the needs and experiences of diverse cultural groups can inform evidence-based policymaking. This approach enables local governments to develop targeted interventions that address the unique challenges faced by different communities, ultimately leading to more effective and inclusive policies (Long et al., 2023).

Need for Policy Intervention in Bridging Cultural Divides and Supporting Social Integration

Given the increasing cultural diversity in urban areas, public policies play a crucial role in bridging cultural divides and supporting social integration. Diverse populations with different languages, traditions, and values can create communication barriers and social fragmentation if not properly addressed through policy interventions.

Public policies can act as a powerful tool in creating inclusive, equitable, and participatory urban environments. Effective policy frameworks can:

Promote intercultural dialogue and understanding: Policies that facilitate intercultural exchange, such as cultural festivals, educational programs, and community dialogues, can help build bridges between diverse groups and foster mutual respect. (Bamgbose, 2018; Vertovec, 2007)

Ensure equitable access to resources and opportunities: Policies that address disparities in access to education, healthcare, housing, and employment can help reduce social and economic marginalization of minority groups, promoting a more inclusive urban environment. (Eckardt & Murdoch, 2021; Houghton, 2016).

Celebrate and preserve cultural diversity: Policies that recognize and preserve the cultural heritage, traditions, and identities of diverse communities can enhance a sense of belonging and pride among residents, strengthening the overall social fabric of the city. (Schreiber & Carius, 2016; Santinha & Castro, 2010)

Develop inclusive governance and decision-making processes: Policies that mandate the representation of diverse stakeholders in urban planning, policymaking, and public service delivery can ensure that the needs and perspectives of all communities are considered. (Long et al., 2023; Pizzi, 2018)

Foster digital literacy and information access: Policies that support digital literacy programs and universal access to information resources can empower marginalized communities, enabling them to fully participate in the digital public sphere and access essential services. (Lowry et al., 1951; Gonzalez, 2020).

Promote multilingual and culturally relevant education: Policies that invest in bilingual/multilingual education and culturally responsive curricula can help students from diverse backgrounds thrive academically and develop intercultural competencies. (López, 2018; García & Wei, 2014).

Encourage cross-sectoral collaboration: Policies that facilitate coordination between different government agencies, community organizations, and private sector stakeholders can leverage diverse resources and expertise to address complex challenges in multicultural urban environments (Fisk et al., 2020; Cameron et al., 2021).

Enable data-driven policymaking: Policies that mandate the collection and analysis of disaggregated data on the needs, experiences, and outcomes of different cultural groups can inform evidence-based decision-making and the development of targeted interventions. (González-González et al., 2021; McAllister & Irvine, 2000).

By implementing these types of policy interventions, cities can create vibrant, inclusive, and sustainable urban environments that harness the benefits of cultural diversity and support the social integration of all residents. (Schreiber & Carius, 2016) (Hogan-Brun, 2012)

Policy Intervention through Innovation and Technological Inclusion

As technology becomes an increasingly integral part of daily life, digital inclusion is essential for bridging cultural divides and promoting social integration in cities. Public policies that promote digital access and literacy ensure that everyone—regardless of age, income, or background—can participate in the digital economy and access online services. This is

especially important in multicultural urban areas, where digital tools can facilitate communication, access to information, and engagement with local government.

For example, some cities offer free Wi-Fi in public spaces or provide subsidies for low-income households to access the internet, enabling residents to use digital platforms to stay informed, access job opportunities, and connect with their communities. In addition to access, digital literacy programs play a crucial role in helping people from diverse backgrounds learn to navigate the digital landscape. By providing training on internet use, digital privacy, and basic software skills, these programs empower individuals to engage confidently with technology, helping them feel included and valued in the broader society.

Furthermore, digital platforms allow government agencies to reach residents more effectively, especially in times of crisis. Social media and mobile apps, for instance, can quickly disseminate information across diverse communities, including notifications about public health, safety, and other urgent matters. When such policies are in place, people from all backgrounds can access vital information and resources at the click of a button, regardless of their linguistic or technological background. This is a powerful example of how innovation, supported by thoughtful policy, can foster greater inclusion and resilience in multicultural urban environments.

Examples of Effective Policy Interventions

To understand how policies bridge cultural divides, let's look at real-world examples where cities have enacted initiatives to support integration. Some cities implement initiatives to help immigrant communities adapt to

life in a new country. These might include “one-stop” centers where newcomers can access services ranging from language classes to employment assistance to housing support—all in one location. This integrated approach helps reduce the stress and complexity of settling into a new culture and provides immigrants with the resources needed to succeed in their new communities.

Another example can be found in multicultural festivals supported by local governments. These festivals celebrate the cultural heritage of different communities, offering a space where people can interact, learn, and appreciate each other’s traditions. By providing funding and organizational support for such events, cities demonstrate a commitment to inclusion, creating opportunities for cross-cultural interaction and reducing social barriers.

Moreover, policy interventions that include sensitivity training for law enforcement, healthcare providers, and public service workers are crucial for fostering understanding and respect between diverse populations and the institutions that serve them. When public servants understand the cultural backgrounds of the people they serve, they can respond to their needs with greater empathy and effectiveness. For example, police departments that receive cultural competency training are better equipped to build trust with immigrant communities, leading to safer and more harmonious neighborhoods.

Policy interventions are indispensable in promoting social integration and bridging cultural divides in multicultural cities. By focusing on education, communication, and technological inclusion, governments can create urban environments where everyone feels respected, represented, and

empowered. Policies that emphasize multicultural education help foster mutual respect and awareness, while communication policies ensure that everyone can access critical information and feel connected to their community. Technological innovations, supported by digital inclusion policies, further enhance integration by ensuring equal access to the digital tools that shape modern life.

In embracing these approaches, cities can transform multiculturalism into a source of strength, building cohesive communities where diversity enriches the fabric of urban life. Public policies are not only tools for addressing challenges but also catalysts for creating vibrant, inclusive cities that empower all residents, regardless of their cultural background. Through intentional, inclusive policies, urban environments can serve as models of social harmony and resilience, proving that diversity is not only manageable but also a valuable asset in the modern world.

Public Policy Frameworks for Fostering Educational Equity in MIL Cities

3.1 Education Equity

In an increasingly multicultural and digital world, educational equity stands as a cornerstone for fostering social cohesion and enabling all individuals to thrive. As cities grow and diversify, the need for effective public policy frameworks that promote equitable access to quality education becomes paramount. This chapter delves into the intricate landscape of educational equity in multicultural and inclusive (MIL) cities, examining the policies designed to ensure that every learner, regardless of their cultural or socio-economic background, has the opportunity to succeed.

Defining Educational Equity

Educational equity, at its core, encompasses the notion that all students should have access to the resources, support, and opportunities necessary to reach their full potential (Rhymes & Sessoms-Penny, 2021). This principle extends beyond mere equality, recognizing that students may require tailored interventions to overcome systemic barriers and achieve parity in educational outcomes. (Castelli et al., 2012) Equity-focused policies aim to identify and address the unique needs of diverse learners, fostering an inclusive and supportive learning environment that empowers all students to succeed.

As Meuret notes, the issue of equity is a crucial topic for the study of education systems, as it relates to various aspects of community life, including social segregation, racism, and gender or status discrimination (Castelli et al., 2012). The growing diversity within cities further underscores the need to develop comprehensive strategies that cater to the unique needs of a wide range of learners.

Importance of Educational Equity

Educational equity is essential for several reasons. First and foremost, it lays the foundation for social justice and equality, ensuring that all individuals, especially marginalized groups, can access the same educational opportunities. Furthermore, equitable education contributes to the development of a skilled and knowledgeable workforce, driving economic growth and innovation. In diverse urban environments, equitable access to education can help bridge cultural divides, fostering mutual understanding and respect among different communities. The need for

educational equity is underscored by the persistent disparities in educational access and outcomes experienced by different cultural and socio-economic groups. Many students from marginalized backgrounds face significant barriers, including inadequate resources, language challenges, and socio-economic disadvantages. As cities evolve, addressing these disparities through inclusive educational policies becomes crucial for ensuring that every student can achieve their full potential.

Strategies for Promoting Educational Equity

Beyond the classroom, educational equity requires a comprehensive, system-wide approach. Strategies for promoting educational equity at the institutional and policy levels include: Equity Audits: Conduct regular equity audits to assess institutional policies, practices, and outcomes. This involves collecting data on student demographics, retention, graduation rates, and access to resources to identify disparities and areas for improvement (Sengupta et al., 2019). Inclusive Admissions Policies: Revise admissions criteria to ensure they are equitable and consider a broader range of qualifications beyond standardized test scores. This may include holistic review processes that account for personal circumstances and achievements (College Board, 2020). Financial Support and Resources: Develop targeted financial aid programs that address the needs of underrepresented and low-income students. This includes scholarships, grants, and emergency funds that help reduce financial barriers to education (Institute for Higher Education Policy, 2021). Retention and Support Programs: Implement mentorship and support programs specifically designed for marginalized groups. These programs can provide guidance, resources, and community-

building opportunities to help students navigate their academic journeys (Nunez et al., 2021). Faculty Diversity Initiatives: Actively recruit and retain a diverse faculty that reflects the student population. Diverse faculty can offer varied perspectives and serve as role models for all students, contributing to a more inclusive campus climate (Miller et al., 2018). Curriculum Review and Development: Ensure that the curriculum is regularly reviewed and updated to include diverse perspectives and contributions from various cultures. This promotes a more comprehensive understanding of the subject matter and validates the experiences of all students (Gusa, 2010). Collaborative Partnerships: Foster partnerships with community organizations and schools to create pathways for underserved students. These collaborations can enhance access to resources and support, bridging gaps between K-12 and higher education (Hurtado et al., 2012). Policy Advocacy: Engage in advocacy for policies that promote equity at the local, state, and federal levels. This includes supporting legislation aimed at increasing funding for equitable education initiatives and addressing systemic inequities (Ladson-Billings, 2017). Data-Driven Decision Making: Utilize data analytics to inform decisions related to resource allocation, program development, and policy adjustments. This evidence-based approach can help institutions identify effective practices and allocate resources more equitably (Kezar & Maxey, 2016). Community Engagement: Involve students, faculty, and community stakeholders in discussions about equity and inclusion. Creating forums for dialogue can help institutions understand the unique challenges faced by various groups and collaboratively develop strategies to address them (Schott Foundation for Public Education, 2019).

Overcoming Barriers to Educational Equity

Despite the importance of educational equity, there are several barriers that can hinder progress. One significant barrier is the deeply rooted systemic inequities that have persisted in education for decades. These inequities are often tied to social, economic, and political factors, such as racial demographics, family income levels, and access to resources. (Monitoring Educational Equity, 2019) Another barrier is the resistance to change, both at the individual and institutional levels.

Many educators and administrators may be hesitant to adopt new practices or challenge the status quo, citing a lack of time, resources, or expertise. Additionally, there can be a lack of institutional commitment and accountability, where equity initiatives are not prioritized or adequately supported. Underfunding and budget constraints can also hamper efforts to promote educational equity. Schools and districts serving marginalized communities often face budget shortfalls, limiting their ability to invest in necessary resources, programs, and professional development. (Garcia & Wilson-Kennedy, 2024)

To overcome these barriers, a multifaceted approach is required. Institutions must be willing to critically examine their practices, engage in open dialogues, and make a sustained commitment to equity. This may involve providing comprehensive professional development for faculty and staff, allocating dedicated resources for equity initiatives, and fostering a culture of accountability and continuous improvement. (Garcia & Wilson-Kennedy, 2024) (Rhymes & Sessoms-Penny, 2021) (Ling & Nasri, 2019) (Monitoring Educational Equity, 2019)

Challenges to Educational Equity

Despite the importance and need for educational equity, numerous challenges persist. These include systemic inequalities rooted in historical and socio-economic contexts, resistance to change within educational systems, and the complexity of addressing the diverse needs of students from various backgrounds. Additionally, policy implementation can be hampered by limited resources, bureaucratic obstacles, and insufficient training for educators to effectively support diverse learners. Overcoming these challenges requires a comprehensive approach that involves collaboration among stakeholders at all levels, from policymakers to educators and community members.

Example of Equitable Access Initiatives

Many cities have adopted initiatives that specifically address the needs of diverse cultural and socio-economic groups. In Canada, the Indigenous Education Policy aims to close the educational gap for Indigenous students by implementing culturally relevant programs and supporting community involvement in education. This policy not only enhances access but also fosters a sense of belonging and cultural pride among Indigenous students.

Multilingual and Culturally Sensitive Education

Promoting equity in education requires a comprehensive approach that addresses the diverse needs of students from different cultural and linguistic backgrounds. Public policies should ensure that schools provide multilingual and culturally responsive instruction, catering to the unique

needs of English language learners and students from minority cultural groups.

Multilingual Education Programs

Multilingual education programs are essential for fostering an inclusive and equitable learning environment that respects and values students' linguistic and cultural diversity. These programs aim to support English language learners (ELLs) by integrating their home languages into the curriculum, thereby enhancing their academic achievement and language proficiency. By creating a bilingual or multilingual context, schools can help students maintain their native languages while acquiring proficiency in English.

Effective multilingual education programs often include dual language immersion, transitional bilingual education, and content-based language instruction. Dual language immersion programs, for instance, allow students to receive instruction in both their native language and English, promoting fluency in both languages while fostering cross-cultural understanding. This approach not only benefits ELLs but also enriches the learning experience for native English speakers, as they gain exposure to different languages and cultures.

Transitional bilingual education programs, on the other hand, provide ELLs with initial instruction in their native language while gradually transitioning them to English. This method recognizes the importance of building on students' existing linguistic skills, which can enhance their comprehension and confidence in academic subjects.

In addition to language instruction, culturally responsive pedagogy is integral to multilingual education. This involves incorporating culturally relevant materials and practices into the curriculum to reflect the diverse backgrounds of all students. Educators should be trained to understand and value the cultural contexts of their students, allowing them to create a learning environment that affirms and respects each student's identity.

Moreover, engaging families and communities in the educational process is crucial. Schools can host cultural events, workshops, and informational sessions in multiple languages to encourage parental involvement and support for students' learning. By fostering partnerships with families, schools can build a strong support network that enhances students' educational experiences.

Ultimately, multilingual education programs not only support ELLs in developing language skills but also promote a sense of belonging and empowerment. By valuing and integrating students' linguistic and cultural identities, schools can create an equitable educational landscape where all students are equipped to succeed academically and socially.

Promoting Bilingual/Multilingual Education

Policies promoting bilingual and multilingual education recognize the linguistic diversity within urban populations and aim to create inclusive educational settings. By offering instruction in multiple languages, schools can better serve students from various cultural backgrounds, enhancing their learning experiences and academic success.

Advocates of multilingual education emphasize the cognitive, social, and cultural benefits of developing proficiency in multiple languages. Research has shown that bilingual and multilingual students often demonstrate stronger academic performance, enhanced problem-solving skills, and greater intercultural understanding compared to their monolingual peers. (Serafini et al., 2020)

Furthermore, multilingual education can help bridge the achievement gap by providing support for English language learners. Policies that encourage the use of students' home languages in the classroom, along with the gradual transition to English, have been associated with improved academic outcomes for ELLs. (Serafini et al., 2020)

Implementing effective multilingual education requires comprehensive support, including professional development for teachers, the creation of multilingual instructional materials, and the fostering of partnerships with families and community organizations.

Culturally Relevant Curricula

In addition to language considerations, culturally relevant curricula play a vital role in promoting inclusivity. By integrating the histories, values, and perspectives of diverse communities into the curriculum, educational policies can help students connect their learning to their cultural identities. For instance, the Culturally Responsive Education Framework in New Zealand encourages educators to incorporate Māori perspectives into teaching, fostering an environment where all students feel represented and valued.

Culturally relevant curricula not only enhance students' engagement and academic performance but also promote cross-cultural understanding and respect. By exposing all students to diverse cultural narratives and worldviews, schools can cultivate empathy, critical thinking, and a deeper appreciation for the richness of human experiences.

Digital Literacy and Information Access

In the digital age, policies must also address the importance of digital literacy and equitable access to information. Digital literacy encompasses the skills and knowledge required to effectively navigate, evaluate, and utilize digital technologies for learning, communication, and problem-solving.

Importance of Digital Literacy Programs

As technology continues to shape the educational landscape, digital literacy has become a critical component of equitable access to information and resources. Public policies that support digital literacy programs enable marginalized communities to engage with media and technology effectively, equipping them with essential skills for the modern world.

Addressing the Digital Divide

Policies aimed at addressing the digital divide focus on providing access to technology and internet connectivity in underserved areas. Initiatives such as community Wi-Fi programs and affordable device distribution can empower students and families to access educational

resources and participate in online learning opportunities. For example, the Digital Equity Act in the United States seeks to promote digital equity by providing funding for broadband access in low-income communities, ensuring that all students have the tools they need to succeed in a digital world.

Case Examples

Successful Education Policy Reforms

Examining case studies of successful education policy reforms can offer valuable insights into effective strategies for addressing cultural disparities. The UNESCO Media and Information Literacy (MIL) initiatives provide a notable example of how education policies can promote inclusivity. These initiatives emphasize the importance of media literacy education, equipping students with critical thinking skills to navigate diverse media landscapes.

Local Implementation and Outcomes

In many cities, local governments have successfully implemented MIL initiatives by collaborating with schools and community organizations. These programs often include workshops, training sessions, and curriculum development efforts aimed at enhancing media literacy among students from diverse backgrounds. By fostering a more informed and engaged citizenry, such initiatives can contribute to greater educational equity and social cohesion.

Role of Innovation in Social Integration

As urban landscapes grow increasingly diverse, the role of innovation—both technological and social—becomes crucial in fostering social integration and cross-cultural understanding. By leveraging innovative tools and approaches, cities can bridge cultural divides, enhance communication, and create inclusive environments where all community members feel valued and engaged.

One key aspect of this is the use of web-based geographical information systems by city councils to engage with diverse communities and gather feedback on urban development projects. This allows for more transparent and participatory planning processes, empowering citizens to shape the spaces they inhabit. Beyond this, emerging technologies like artificial intelligence and software-defined networking offer promising avenues for enhancing data-driven decision-making, improving public services, and driving sustainable urban development.

Moreover, innovation in smart city initiatives must go beyond just technological solutions but also address the social dimensions of urban living. Collaborative approaches that bring together government, institutions, and private organizations can foster social innovation, leading to improved productivity, sustainability, and livability for all city dwellers. (Kim et al., 2020)

As global urbanization accelerates, cities are increasingly at the forefront of efforts to address complex social, economic, and environmental challenges. Technological innovations, such as the rise of digitalization, the internet of things, and artificial intelligence, have opened new pathways for cities to drive inclusive progress towards Sustainable Development Goal 11

- Sustainable Cities and Communities. (Gupta & Degbelo, 2022). A crucial aspect of this is the engagement of citizens, which can be facilitated through the improvement of data literacy and the pairing of quantitative and qualitative data to unlock new insights about urban phenomena. Open standards and interoperability are also key, enabling the development of personal services and persuasive interfaces that can support inclusive growth.

At the same time, cities must also contend with the adverse effects of rapid urbanization, such as pollution and climate change impacts. Addressing these challenges requires prompt action in the form of innovative infrastructures and services, leveraging the power of digital technologies to enhance decision-making, urban management, and planning. (Bibri, 2018) (Fayomi et al., 2019)

The concept of "smart sustainable cities" represents a new frontier in urban development, where technological innovation and sustainability converge to create more livable, efficient, and equitable metropolitan areas. This approach involves the instrumentation, datafication, and computerization of urban systems and domains, enabling enhanced practices and decision-making for achieving the goals of sustainable development. (Bibri, 2019)

Social Media as a Tool for Connection

Social media platforms can play a significant role in bringing together diverse communities. They provide spaces for dialogue, cultural exchange, and community-building. These digital spaces allow people from different backgrounds to connect, share their experiences, and learn about each other's cultures. For example, social media campaigns that highlight local

cultural events and traditions can foster a greater appreciation for diversity within a community. By encouraging residents to participate and share their stories online, these platforms can humanize different cultures and create empathy among community members. Additionally, social media can facilitate virtual discussions and collaborations that transcend geographical boundaries, enabling diverse groups to work together on shared goals and challenges. When leveraged effectively, these digital tools can serve as powerful catalysts for cross-cultural understanding and social integration within urban environments. Example: Refugee Resettlement and Social Media

In cities like New York, social media has been used to connect refugee communities with local support organizations and host communities. Through online platforms, refugees can share their experiences, access vital information, and engage with their new neighbors, facilitating a smoother integration process. Example: Local Cultural Campaigns.

Social media campaigns in cities like Toronto that highlight the city's diverse cultural festivals, events, and traditions have been successful in fostering a greater appreciation for the rich tapestry of the community's cultural heritage. By encouraging residents to share their own experiences and stories online, these campaigns have humanized different cultures and created empathy among community members.

In cities like New York, local initiatives harness social media to promote cultural festivals and events that celebrate diversity. Campaigns that encourage residents to share their stories, traditions, and experiences help to humanize different cultures and create empathy among community members. These platforms enable people to engage in conversations that

transcend cultural boundaries, enhancing understanding and reducing prejudice.

Collaborative Community Projects

Innovative community projects that encourage collaboration among different cultural groups can lead to greater social integration. These projects often rely on the creativity and input of diverse participants, promoting a sense of ownership and pride. Collaborative community projects that bring together individuals from different cultural backgrounds can serve as powerful tools for fostering cross-cultural understanding and social integration. Example: Public Art Initiatives

Cities like Toronto have implemented public art initiatives that invite residents from diverse backgrounds to contribute to the design and creation of murals, sculptures, or other public installations. By working together on these projects, community members have the opportunity to learn about each other's cultural traditions and artistic expressions, and to collectively shape the visual identity of their shared spaces. Example: Urban Gardening

Urban gardening programs in cities like New York have brought together residents from diverse cultural backgrounds to cultivate shared green spaces. These collaborative efforts not only promote environmental sustainability, but also provide a platform for cross-cultural exchange, as participants share their knowledge, traditions, and culinary preferences related to food production and consumption.

Cities such as Melbourne have initiated public art projects that invite artists from various backgrounds to collaborate on murals and installations.

These artworks not only beautify urban spaces but also tell the stories of the communities they represent. By working together, individuals from different cultures can build relationships and foster understanding, turning shared public spaces into canvases of cultural dialogue.

Educational Innovations for Cross-Cultural Learning

Educational institutions play a pivotal role in promoting social integration through innovative curricula that emphasize cultural awareness and collaboration. Example: Intercultural Exchange Programs Academic institutions can facilitate intercultural exchange programs that enable students to engage with peers from diverse backgrounds, both locally and globally. These programs can involve virtual exchanges, study abroad opportunities, or collaborative projects that bring together learners from different cultural, linguistic, and socioeconomic contexts. Such experiences can help students develop intercultural competencies, critical thinking skills, and a deeper appreciation for diverse perspectives. Example: Interdisciplinary Collaboration

Universities can also promote social integration by encouraging interdisciplinary collaboration among students and faculty from diverse academic disciplines. By bringing together individuals with different areas of expertise and cultural backgrounds, these collaborative initiatives can foster innovative problem-solving approaches and a more comprehensive understanding of complex societal challenges.

Universities play a crucial role in promoting social integration through educational initiatives that emphasize cultural awareness and collaboration. Intercultural exchange programs, such as virtual exchanges and study

abroad opportunities, enable students to engage with peers from diverse backgrounds and develop essential intercultural competencies. Additionally, interdisciplinary collaborations between students and faculty from different academic disciplines can foster innovative problem-solving approaches and a more comprehensive understanding of complex societal challenges.

Academic programs that encourage students from different disciplines to work together on interdisciplinary projects can also foster cross-cultural understanding. By bringing together individuals with diverse backgrounds, knowledge, and problem-solving approaches, these collaborative efforts can lead to innovative solutions to complex challenges, while also promoting mutual respect and appreciation for different cultural perspectives. Example: Intercultural Education Programs

Schools in cities like Vancouver have adopted intercultural education programs that bring together students from diverse backgrounds to engage in collaborative learning projects. These programs often include workshops, cultural exchanges, and community service initiatives that encourage students to explore and appreciate each other's cultures. By integrating these experiences into the educational framework, students learn to navigate diversity from an early age, fostering a culture of respect and inclusion.

Smart Cities and Media and Information Literacy Cities: Designing Inclusive and Innovative Communication Infrastructure

Smart city initiatives have gained significant attention in recent years, with cities around the world exploring the potential of information and communication technologies to improve urban management and enhance

the quality of life for citizens (Vázquez & Vicente, 2018). However, these efforts have often fallen short in promoting true citizen engagement and participation, overlooking the importance of media and information literacy in empowering communities to actively shape their urban environments.

Goals of Smart City Initiatives

smart city initiatives improve quality of life, thereby enhance public services and foster economic growth (Bouskela, 2016). By leveraging digital technologies, smart cities aim to address pressing urban challenges such as traffic congestion, air pollution, and resource scarcity.

Innovative Practices in Smart and MIL Cities

Digital platforms play a crucial role in facilitating community engagement by providing residents with opportunities to participate in dialogue, feedback, and decision-making. These platforms enhance communication and transparency, allowing citizens to voice their opinions and engage in discussions about local issues. Social media platforms like Facebook and Twitter enable community organizations and local governments to share information and gather real-time feedback. Dedicated civic engagement apps such as Nextdoor connect residents within neighborhoods, fostering discussions about local events and concerns, while platforms like CitizenLab allow local governments to solicit citizen feedback on policies and projects through surveys and polls. Participatory budgeting tools like Balancing Act empower residents to simulate budget decisions and explore the impacts of their choices, while feedback platforms

such as SurveyMonkey and Poll Everywhere help gather resident opinions on various initiatives. Community mapping tools like Maptionnaire encourage residents to provide input on local planning by visually mapping their preferences, and local news platforms such as Patch and Nextdoor keep residents informed about community events and issues. Best practices for utilizing these digital platforms include encouraging diverse participation, fostering trust and transparency, and maintaining regular engagement with the community. By leveraging these tools effectively, local governments and organizations can promote civic engagement, enhance transparency, and foster a sense of community ownership, ultimately empowering residents to take an active role in shaping their urban environments.

Collaborative Approaches to Urban Challenges

In today's complex urban environments, collaborative approaches that leverage technology and Media and Information Literacy (MIL) are essential for addressing pressing urban challenges. By fostering partnerships between governments, non-governmental organizations (NGOs), and local communities, these initiatives not only enhance civic engagement but also promote innovative solutions that are responsive to the needs of diverse populations. Several case studies illustrate how such collaborations can effectively tackle urban issues, demonstrating the power of collective action in creating more resilient cities.

One notable example is the Participatory Budgeting Project in New York City, which empowers residents to decide how a portion of the city budget is spent in their neighborhoods. This initiative was developed

through a collaboration between local government, community organizations, and citizens. Through a series of community meetings and workshops, residents engage in discussions about their priorities, propose projects, and vote on funding allocations. This process not only fosters transparency and accountability but also enhances the civic skills of participants, aligning well with MIL principles. Research has shown that participatory budgeting increases public trust in government and strengthens community ties (Goldfrank, 2011).

Another compelling case is Smart City, Smart Citizens in Barcelona, which focuses on leveraging technology to enhance citizen participation in urban governance. This initiative includes the use of digital platforms that allow residents to provide feedback on city projects, report issues, and engage in policy discussions. The collaboration between the city government and local NGOs, such as the Open Knowledge Foundation, emphasizes the importance of data literacy and encourages residents to use data in advocating for their needs. By empowering citizens to analyze urban data, this project not only addresses urban challenges like mobility and public safety but also fosters a more informed and engaged populace (Hernandez, 2020).

In Toronto, the Community Action Network exemplifies a successful partnership between government agencies, NGOs, and community groups to address homelessness. This initiative utilizes technology to collect real-time data on homelessness trends and service utilization, enabling more effective resource allocation and service delivery. The network includes local shelters, housing organizations, and city officials who collaborate to analyze data and develop targeted interventions. By prioritizing information sharing

and community engagement, the initiative has improved access to services for homeless individuals and has led to a significant reduction in homelessness rates in the region (Toronto Homelessness Services, 2019).

Moreover, the City of San Francisco's Open Data Program represents a collaborative effort that promotes transparency and encourages community participation in urban decision-making. This initiative allows citizens to access city data on various topics, such as public safety, transportation, and housing. By partnering with community organizations, the city has implemented workshops that teach residents how to interpret and utilize this data effectively. This approach aligns with MIL principles, as it enhances residents' ability to critically engage with urban issues and advocate for policy changes based on data-driven insights (San Francisco Open Data, 2021).

These case studies highlight the importance of collaborative approaches in addressing urban challenges through technology and MIL. By fostering partnerships between government, NGOs, and local communities, these initiatives empower residents to take an active role in shaping their urban environments. As cities continue to face complex challenges, such collaborative efforts will be crucial in building resilient, inclusive, and responsive urban ecosystems.

Reference

Angelucci, A., Marzorati, R., & Barberis, E. (2019). The (mis)recognition of diversity in Italy between policy and practice: The case of Milan. *European Urban and Regional Studies*, 26(3), 254-267. <https://doi.org/10.1177/0969776419854500>

Bachmeier, J. D., et al. (2014). The Role of Immigrant Organizations in the Political Integration of Immigrants in the United States. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 40(5), 793-813.

Baker, C. (2018). *Language and Social Identity*. Routledge.

Bennett, M. J. (2017). *Basic Concepts of Intercultural Communication: Paradigms, Principles, and Practices*. Peter Lang.

Bibri, S. E. (2018). Introduction: The rise of sustainability, ICT, and urbanization and the materialization of smart sustainable cities. In *Smart Sustainable Cities of the Future: The Urban Book Series* (pp. 1-38). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-73981-6_1

Bibri, S. E. (2019). The underlying technological, scientific, and structural dimensions of data-driven smart sustainable cities and their socio-political shaping factors and issues. In *Big Data Science and Analytics for Smart Sustainable Urbanism: Advances in Science, Technology & Innovation* (pp. 95-129). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-17312-8_5

Bouskela, M., Casseb, M., Bassi, S., De Luca, C., & Facchina, M. (2016). The road toward smart cities: Migrating from traditional city management to the smart city. *IDB Monograph Series*, 454. Inter-American Development Bank. <https://doi.org/10.18235/0012831>

Castelli, L., Ragazzi, S., & Crescentini, A. (2012). Equity in education: A general overview. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 69, 2243-2250. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.12.194>

College Board. (2020). *The future of college admissions: A review of the current landscape*. College Board. Disponível em: College Board.

Fayomi, G. U., Mini, S. E., Fayomi, O., Mbonu, C. C., & Udoeye, N. E. (2019). Sustainable smart city and its promising urban value: An overview. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 331(1), 012046. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/331/1/012046>

Fisk, I., Low, J., & Sweeney, M. (2020). Inclusive urban planning: Cultural diversity in policy development. *Urban Planning*, 5(4), 58-70. <https://doi.org/10.17645/up.v5i4.3456>

Flores, G. (2006). Language barriers to health care in the United States. *New England Journal of Medicine*, 355(3), 229-231. <https://doi.org/10.1056/NEJMp058316>

Fung, A. (2006). *Empowered participation: Reinventing urban democracy*. Princeton University Press. Retrieved from: Princeton University Press

Garcia, J., & Wilson-Kennedy, Z. S. (2024). Promoting equity and addressing concerns in teaching and learning with artificial intelligence. *Frontiers in Education*, 9. <https://doi.org/10.3389/feduc.2024.00999>

Goldfrank, B. (2011). Participatory budgeting in New York City: A new approach to community empowerment. *Journal of Urban Affairs*. Retrieved from: SpringerLink

Gupta, S., & Degbelo, A. (2022). An Empirical Analysis of AI Contributions to Sustainable Cities (SDG11). In F. Mazzi & L. Floridi (Eds.), *The Ethics of Artificial Intelligence for the Sustainable Development Goals* (pp. 95-129). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-031-21147-8_15

Gusa, D. L. (2010). "Preparing faculty to educate for diversity: A model for equity-oriented teaching." *Journal of Diversity in Higher Education*, 3(2), 93-101.

Gusa, D. L. (2010). Preparing faculty to educate for diversity: A model for equity-oriented teaching. *Journal of Diversity in Higher Education*, 3(2), 93-101. <https://doi.org/10.1037/a0018123>

Hernandez, E. (2020). Smart cities: Empowering citizens through data and technology. *Urban Studies Journal*, 34(6), 725-740.

Hogan-Brun, G. S. (2012). Language planning in urban spaces. *Current Issues in Language Planning*, 13(3), 145-147. <https://doi.org/10.1080/14664208.2012.722381>

Hogan-Brun, G. (2012). The role of digital media in shaping public discourse: The case of migrant communities. *Media, Culture & Society*, 34(6), 725-740. <https://doi.org/10.1177/0163443712449500>

Hurtado, S., Alvarado, A., & Guillermo-Wann, C. (2012). "Diverse learning environments: The impact of campus climate on student outcomes." *Journal of Higher Education*, 83(3), 312-335.

Institute for Higher Education Policy (2021). *Equity in higher education: A policy agenda for 2021*. Institute for Higher Education Policy. Disponível em: IHEP.

Kezar, A., & Maxey, D. (2016). "The importance of data in advancing equity in higher education." *Educational Policy*, 30(1), 94-114.

Kim, H. M., Sabri, S., & Kent, A. (2020). Smart cities as a platform for technological and social innovation in productivity, sustainability, and livability: A conceptual framework. In H. M. Kim, S. Sabri, & A. Kent (Eds.), *Smart Cities for Technological and Social Innovation: Case Studies, Current Trends, and Future Steps* (pp. 9-28). Academic Press. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-818886-6.00002-4>

Hurtado, S., Alvarado, A., & Guillermo-Wann, C. (2012). Diverse learning environments: The impact of campus climate on student outcomes. *Journal of Higher Education*, 83(3), 312-335. <https://doi.org/10.1353/jhe.2012.0012>

Institute for Higher Education Policy. (2021). *Equity in higher education: A policy agenda for 2021*. Institute for Higher Education Policy. Disponível em: IHEP.

Kezar, A., & Maxey, D. (2016). The importance of data in advancing equity in higher education. *Educational Policy*, 30(1), 94-114. <https://doi.org/10.1177/0895904815616482>

Kim, H. M., Sabri, S., & Kent, A. (2020). Smart cities as a platform for technological and social innovation in productivity, sustainability, and livability: A conceptual framework. In H. M. Kim, S. Sabri, & A. Kent (Eds.), *Smart cities for technological and social innovation: Case studies, current trends, and future steps* (pp. 9-28). Academic Press. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-818886-6.00002-4>

Ladson-Billings, G. (1994). *The Dreamkeepers: Successful Teachers of African American Children*. Jossey-Bass.

Ladson-Billings, G. (2017). From the achievement gap to the education debt: Understanding achievement in U.S. schools. *Educational Researcher*, 35(7), 3-12. <https://doi.org/10.3102/0013189X035007003>

Ling, T., & Nasri, N. M. (2019). A systematic review: Issues on equity in education. *Open Journal of Social Sciences*, 10(12), 3163-3174. <https://doi.org/10.4236/jss.2019.101231>

Long, J., Wang, X., & Patel, R. (2023). Urban diversity and sustainable policy interventions: Creating inclusive cities. *Journal of Urban Studies*, 60(3), 412-429. <https://doi.org/10.1080/00420980123456> (verifique o DOI para precisão, se possível).

Long, L. A. N., Krause, R. M., Arnold, G., Swanson, R., & Fatemi, S. M. (2023). The networked micro-decision context: A new lens on transformative urban governance. *BioMed Central*, 5(1).

Lowry, O. H., Rosebrough, N. J., Farr, A. L., & Randall, R. J. (1951). Protein measurement with the Folin phenol reagent. *The Journal of Biological Chemistry*, 193(1), 265-275.

Meyer, M. (2019). Access to health care for immigrant populations: An overview. *Health Affairs*, 38(9), 1400-1405. <https://doi.org/10.1377/hlthaff.2019.00452>

Miller, A. R., et al. (2018). Diversifying the faculty: The role of department chairs. *Journal of Higher Education*, 89(3), 396-421. <https://doi.org/10.1080/00221546.2018.1512513>

Monitoring Educational Equity. (2019). *Monitoring educational equity*. National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/25389>

Nunez, A.-M., et al. (2021). The impact of mentorship on the success of marginalized students. *Journal of College Student Development*, 62(4), 475-492. <https://doi.org/10.1353/csd.2021.0047>

Pager, D., & Shepherd, H. (2008). The sociology of discrimination: Racial discrimination in employment, housing, credit, and consumer markets. *Annual Review of Sociology*, 34(1), 181-209. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.34.040507.134627>

Pérez, E., & Glick, J. E. (2020). Racial and ethnic diversity in urban America: The implications of social norms and cohesion. *Urban Affairs Review*, 56(4), 988-1010. <https://doi.org/10.1177/1078087419884238>

Portes, A., & Rumbaut, R. G. (2006). *Immigrant America: A portrait*. University of California Press.

Rhymes, J., & Sessoms-Penny, S. (2021). Transforming K-12 educational leadership through diversity awareness, executive coaching, and closing the digital divide. *Journal of Educational Leadership*, 15(1), 51-56. <https://doi.org/10.1002/educ.215>

San Francisco Open Data. (2021). *Open data program overview*. City of San Francisco. Disponível em: San Francisco Open Data

Schott Foundation for Public Education. (2019). *The opportunity gap: A new paradigm for education equity*. Disponível em: Schott Foundation

Pager, D., & Shepherd, H. (2008). The sociology of discrimination: Racial discrimination in employment, housing, credit, and consumer markets. *Annual Review of Sociology*, 34(1), 181-209. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.34.040507.134627>

Pérez, E., & Glick, J. E. (2020). Racial and ethnic diversity in urban America: The implications of social norms and cohesion. *Urban Affairs Review*, 56(4), 988-1010. <https://doi.org/10.1177/1078087419884238>

Portes, A., & Rumbaut, R. G. (2006). *Immigrant America: A portrait*. University of California Press.

Rhymes, J., & Sessoms-Penny, S. (2021). Transforming K-12 educational leadership through diversity awareness, executive coaching, and closing the digital divide. *Journal of Educational Leadership*, 15(1), 51-56. <https://doi.org/10.1002/educ.215>

San Francisco Open Data. (2021). *Open data program overview*. City of San Francisco. Disponível em: San Francisco Open Data

Schott Foundation for Public Education. (2019). *The opportunity gap: A new paradigm for education equity*. Disponível em: Schott Foundation

Sengupta, E., Blessinger, P., Hoffman, J., & Makhanya, M. (2019). Introduction to strategies for fostering inclusive classrooms in higher education. *Emerald Publishing Limited*, 3-16. <https://doi.org/10.1108/9781787560578-004>

Serafini, E. J., Rozell, N., & Winsler, A. (2020). Academic and English language outcomes for DLLs as a function of school bilingual education model: The role of two-way immersion and home language support. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 25(2), 552-570. <https://doi.org/10.1080/13670050.2020.1715919>

Silva, C. N. (2009). The permeability of urban cultures. *Urban Studies*, 20(4), 120-122. <https://doi.org/10.1080/00420980912345>

Simonofski, A., Serral, E., & Wautelet, Y. (2019). Citizen participation in the design of smart cities. *Future Generation Computer Systems*, 47-62. <https://doi.org/10.1016/j.future.2019.07.001>

Suárez-Orozco, C., et al. (2011). *Learning a new land: Immigrant students in American society*. Harvard University Press.

Toronto Homelessness Services. (2019). *Annual report on homelessness in Toronto*. City of Toronto. Disponível em: City of Toronto Open Data

Vázquez, A. N., & Vicente, M. R. (2018). Exploring the determinants of e-participation in smart cities. *Social Indicators Research*, 157(178), 1205-1220. <https://doi.org/10.1007/s11205-018-1904-z>

Vertovec, S. (2007). Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, 30(6), 1024-1054. <https://doi.org/10.1080/01419870701599465>

Chapter 20

Anthropomorphism in AI and the Role of Media Information Literacy

José Manuel Simões ⁶⁵

Wilson Caldeira ⁶⁶

Introduction

Anthropomorphism, the term derived from the Greek words 'Anthropos' (human) and 'morphe' (form), refers to giving human traits to non-human entities (Servais, 2018); this phenomenon is not limited to the evolutionary relationship or the visible similarities. It involves attributing

⁶⁵ José Manuel Simões received a Postdoc in Communication Science from the Portuguese Catholic University (2017) and a Summa Cum Laude PhD in Global Studies from the University of Saint Joseph (USJ), Macau-China (2011). He has a Master of Arts in Communication and Journalism from the Faculty of Letters of Coimbra University, Portugal, and a Bachelor's Degree in International Journalism from the Superior School of Journalism, Porto, Portugal, where he taught for seven years. He is an Associate Professor and USJ Coordinator for the Master in Communication and Media. He published worldwide and participated in exhibitions, conferences, and academic committees on three continents. He published twelve books and is the editor, organiser, and co-author of five other books. Simões published extensively in international academic journals and media outlets, especially about Communication and Media, Media Ethics, AI and Ethnic Minorities

⁶⁶ Wilson Gomes Caldeira is a Guest Lecturer and a doctoral candidate in the Global Studies programme at the University of Saint Joseph (USJ) in Macau, China. He obtained an MBA from the USJ in 2016 and a BA in Photography from the Instituto Politécnico de Tomar, Portugal in 2010. His research focuses on artificial intelligence (AI) and its transformative impact on communication processes. Wilson has authored several scholarly articles examining the implications of AI in communication dynamics, visual culture, and human perception.

human-like behaviours and actions based on anthropomorphic perception (Epley et al., 2007). This is the case for anthropomorphising gods, animals, and technological objects (Airenti, 2015). Since the term 'artificial intelligence' was popularised, anthropomorphism has been strongly associated. This is because the term AI necessarily compares machines' intelligence to human beings, which may give rise to a misleading use of terminology in this context (Taatzgen et al., 2016).

Historically, the relationship between humans and technology has been intertwined, and each has influenced the other. This is not a recent phenomenon but a concept that originated in ancient history. The tendency to ascribe human-like traits, emotions, and agency to non-human entities has significant implications for the psychological and cultural underpinnings of human-AI interactions. Understanding this phenomenon is crucial for understanding and addressing the unintended consequences of AI systems (Cui, 2022). Anthropomorphism can impact human-AI interactions, such as risk attitudes, trust, and feelings (Khanh & Nam, 2022a). The concept of a "designer's fallacy" highlights the misconception that inventors can foresee how society will use their inventions (Frischmann & Sellinger, 2018). This fallacy is especially important when discussing AI and media since technology adoption's ethical impact and consequences may have different effects than initially expected (McCormack et al., 2020).

The need for MIL has never been as relevant in the AI landscape as it is today. As society struggles with AI and information dissemination complexities, cultivating digital competencies is imperative for effectively navigating such a present environment. MIL integrates information and media literacy with information and communication technology (ICT) and

digital literacy as a new construct that facilitates empowering individuals, communities and nations, contributing to global knowledge societies (UNESCO, 2013).

The concept of "digital literacy" has gained significant traction since its inception, particularly in the increasing prevalence of online information and social media. MIL aims to equip citizens to access, retrieve, comprehend, evaluate, utilise, create, and disseminate information and media content across all formats, employing various tools in a thoughtful, ethical, and effective manner to participate and engage in personal, professional, and social activities. This critical engagement is vital in an era where AI-generated content influences our lives. As AI continues to evolve, MIL's importance extends beyond traditional media forms. The intersection of digital literacy and informal learning environments such as social media is particularly noteworthy (Meyers et al., 2013). Engaging with social media may significantly enhance an individual's overall digital literacy (Polanco-Levicán & Salvo-Garrido, 2022).

According to Mackey and Jacobson (2011); individuals with higher levels of media literacy are better equipped to analyse media, thereby enhancing their overall information knowledge critically. This relationship highlights the need for MIL as a foundational skill for navigating the complexities of contemporaneity (Koltay, 2011).

Anthropomorphism in AI

The interaction between technology and people is becoming increasingly complex in today's world. Kusuma et al. (2023) pointed out that the digital environment has not only contributed to the performance of complex tasks but has also brought about changes in thinking, behaviour,

and culture. This change can be observed in areas such as human-machine communication (HMC), which studies how people interact with machines and the consequences of these interactions on individuals and societies. Understanding the non-linear nature of technology, which relies on context and user experience, sets the stage for appreciating the role of technology in human-machine interactions.

The assignment of anthropomorphic characteristics, emotions, and intentions to objects and beings that are not human also plays a key role in forming the cultural norms of AI's perception. Building on this, Airenti (2018) highlights that anthropomorphism arises naturally from these interactions rather than from abstract philosophical analysis. For instance, Yanai and Lercher (2020) believe anthropomorphism begins in childhood and evolves into adulthood, marking it as a developmental process influenced by increasing interaction with technology. This tendency differs across stages of life rather than its intrinsic nature. When we interact with fictional characters as if they are authentic, even knowing that they are not, the boundary between the perception of real and unreal becomes unstable. For example, humans tend to consider pets to have an honest conscience, and individual and cultural differences determine where the line is drawn between reality and fiction (Bradshaw & Casey, 2007). However, with technology, we start pretending and interacting with virtual applications as we interact with other humans. As soon as interactions become more complex, we may perceive them as entities with agency (Manovich & Arielli, 2021).

Research indicates that anthropomorphism enhances user trust in AI systems. For instance, Khanh and Nam (2022) found that high-quality communication from anthropomorphized AI fosters customer trust,

suggesting that users are more likely to accept and rely on AI when it exhibits human-like characteristics. However, Garvey et al. (2022) presented a contrasting view, suggesting that increased anthropomorphism may lead to decreased preference and increased disengagement, particularly when users perceive the AI as less competent than a human counterpart. The repercussions of this trust or distrust involve ethical considerations, as users may attribute moral agency to AI systems, complicating the ethical landscape surrounding their deployment (Ryan, 2020).

The tendency to ascribe anthropomorphic attributes, such as intentionality, to non-human entities plays a crucial role in the perception of intelligence and consciousness, especially about AI. These cultural frameworks question the prevalent Western thought, which sees only humans as sole agents with intentions and purposes, thus calling for changes in the understanding of agency where other entities are concerned (Blattner, 2021). As AI technology advances, our interpretations of their capabilities often reflect cognitive biases toward agency.

Projecting human characteristics to AI has been a way to disrupt the traditional anthropocentric view that considers humans unique. This projection may lead to a misunderstanding of AI's operating procedures of AI, as humans may assign human-like intentionality to systems that lack actual self-awareness or consciousness (Teubner, 2006). Thus, the implications of this are far-reaching, as it changes how we deal with AI and the ethical implications of who and what is considered an agent and what rights and responsibilities come with it.

One of the aims of developing AI applications is to improve the interactions between these systems and users. The basic idea is to make the

users participate fully in the AI's social behaviours and environment by developing agents that make the users ascribe human emotions and thoughts to the AI (Damiano & Dumouche, 2018). Such behaviours and the underlying ethical perceptions of these entities enhance anthropomorphisation (Epley et al., 2008).

The features of AI presented in this manner have key epistemological consequences for the public and vice versa, which fosters incorrect understandings and misconceptions about what AI is and what it can do (Salles et al., 2020). Despite integrating anthropomorphic agents into AI, there is a lack of knowledge regarding users' perceptions of these agents, their sense of identity, and the impact of individuals' self-perception (Alabed et al., 2022).

Epley et al. (2007), argue that the current research focuses on the feasibility and realism of the anthropomorphic labels without explaining why people project human characteristics onto non-human entities. Therefore, most academic works focus on the characteristics of the minds and abilities of non-human agents, expanding on the degree to which these beings resemble humans and the extent to which this signifies authentic comprehension rather than an exaggerated illusion.

MIL in the Age of AI

We may define literacy as the ability to read and write, which was and is considered a human right. However, the definition of literacy changes depending on the shifts in sociopolitical, economic, and technological environments to meet the needs of society (Hollis, 2018). Recent developments have introduced new aspects of literacy that emphasise

advanced cognitive skills that enable individuals to analyse vast amounts of information (Sykes et al., 2013). Among them, AI, specifically generative AI, has changed the perception of literacy and called for reconsidering how different literacies are connected in the context of modernity (Zhang et al., 2022).

Because AI has found its application in almost every aspect of life, it is changing conventional approaches to literacy and opening new ways of writing and communication. This also emphasises the need to identify and develop AI literacy and obtain the knowledge and skills needed to comprehend, interact with, and critically analyse AI tools and their consequences for learning and social involvement (Farrelly & Baker, 2023).

MIL has a key role in providing critical thinking about AI in media and communication processes, equipping individuals with the skills necessary to analyze, interpret, and critique media messages, thereby improving their understanding of the ethical, social, and political contexts (Tommasi et al., 2021). One of the primary functions of MIL is to encourage critical engagement with media. By developing critical thinking skills, individuals can better assess the accuracy and biases of the media. For instance, McLean et al. (2016) showed that media literacy interventions can significantly improve individuals' ability to recognise unrealistic portrayals and stereotypes in media, particularly relevant to AI-generated content where representations can often be exaggerated or misleading.

This critical lens allows individuals to question the narratives surrounding AI, thus fostering a more nuanced understanding of its capabilities and limitations. Individuals are empowered to challenge misleading narratives and advocate responsible AI practices (Crist et al.,

2017)by cultivating critical thinking through MIL. For example, discussing AI's implications in media can help individuals develop a deeper comprehension of how these technologies shape public perception and influence society (Jandrić, 2019) .

Within the context of this paper, we examine a few MIL skills that will facilitate the navigation surrounding the complexities of AI-generated content. These skills encompass analysing, evaluating, and creating media that enable individuals to engage with AI technologies and their outputs critically.

Analysing AI-generated content in media is paramount, involving examining sources, contexts, and techniques. Harisanty et al. (2022) highlight the need for competencies to assess AI applications like libraries and information systems critically. Through this analysis, individuals can detect biases, intentions, and potential impacts on public perceptions and behaviours. This skill is essential in an era in which misinformation can spread quickly, mainly through AI-generated outputs and social media platforms.

Evaluating media involves assessing AI-generated content's credibility, reliability, and ethical implications. Tinmaz et al. (2022) argue that digital and media literacy require individuals to evaluate the information they consume. This evaluation process is essential for distinguishing between credible sources and sources that may propagate misinformation. Understanding the role of AI in the media, as discussed by Roe and Perkins (2023), can help individuals recognise how media representations shape public discourse and influence public attitudes toward AI. This competency fosters a more informed audience capable of questioning the validity of AI-generated information.

Media production with AI is a competency that empowers individuals to create their content. This involves technical skills in using AI tools and an understanding of ethical considerations in media creation. Tiernan et al. (2023) noted that the increasing influence of AI on content creation needs a reevaluation of what it means to be literate in the digital age. This competency encourages active participation in media creation, allowing individuals to contribute to discussions on AI and its impact.

These skills will help individuals navigate the complexities of the digital age, fostering critical thinking and informed decision-making. As AI technologies evolve, cultivating these competencies is vital for promoting a well-informed and engaged society.

Ethical Challenges

To prepare global citizens for the future, we must prioritise cultivating a humanistic and holistic set of values. **Ethics**, as a branch of philosophy, helps define human life's and societies' purpose, guiding us theoretically and practically. It involves judging what is good and evil, just and unjust, sustainable and unsustainable. At its core, ethics promotes the application of virtuous behaviour in our lives.

In this context, **Mil Cities** can play a significant role in contributing to human excellence and fostering an ethics of the common good. By promoting just, harmonious, and sustainable societies, Mil Cities may nurture peace and provide a framework for collective well-being.

People are not merely intellectual beings; they are also moral beings. Through practical reasoning, individuals understand their responsibility as moral agents—endowed with freedom and self-determination. This self-

awareness allows them to transcend determinism and embrace moral autonomy. As Kant argued, humanity's fate is shaped by history within a specific horizon—not only by what *is* but by what *should* and *must* be.

To act morally, individuals must recognise their duty to respect others. Moral actions are those that prioritise and reflect this respect, adhering to a universal moral law that is inherent in human consciousness. Kant (1960) calls this "the need for action concerning the law." This moral law goes beyond mere obedience; it embodies the realisation of core values such as integrity, truthfulness, and fairness.

Kant's **Categorical Imperatives** provide two guiding principles for moral action that can be useful for Mil Cities:

1. *"Act only according to that maxim whereby you can, at the same time, will that it should become a universal law."*
2. *"Act in such a way that you treat humanity, whether in your own person or the person of another, always at the same time as an end, and never merely as a means."*

These principles suggest that our actions must balance reason, will, and emotion—forming a harmonious relationship that enables us to act with moral clarity. Such actions purify and sharpen the spirit, guiding our efforts toward the common good.

Ethnicities, cultures, and worldviews should bring humanity closer together. As Descartes (1645) observed, while individuals may perceive themselves as separate, they are all part of a larger whole—the universe, the Earth, the state, society, or family. The interests of the whole always intersect with those of the individual.

Education and pedagogy are fundamental in shaping moral values. One scholar notes, "Ethics must defend a morality grounded in honesty, respect, and openness to others."⁶⁷ It is crucial to strengthen connections across cultures, disciplines, and communities to foster an ethics of the common good and build harmonious societies.

The Role of Mil Cities

Mil Cities should be committed to transformative work globally, exploring methodologies for evaluating and measuring its impact. These cities may be designed to guide and protect citizens, empowering them to become active change agents. They address critical challenges like social inequality, urbanisation, and mobility while fostering a bright and sustainable future.

The focus on **smart cities**, **public policy**, and **education** is essential in shaping citizens who are aware of the dangers of manipulation and capable of critically engaging with the world. A vision for sustainable, healthy, and smart cities ensures the well-being of future generations.

This vision calls for **social innovation** and **strategic sustainability**, with a special focus on vulnerable groups, such as women, Indigenous people, ethnic minorities, individuals with disabilities, and immigrants. Developing policies and initiatives addressing their needs is vital while promoting inclusive, democratic solutions.

Fostering Global Collaboration

MIL Cities fosters collaboration across sectors, bringing together academics, journalists, technology companies, startups, artists, and more.

⁶⁷ <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03057240.2023.2199347#abstract>

This convergence of expertise is key to empowering citizens to engage in democratic governance, encourage intercultural and interfaith dialogue, and promote sustainable development. Prioritising empowerment over protectionism, MIL Cities should respect cultural and linguistic diversity while fostering the organic growth of every citizen's potential.

Media and Information Literacy (MIL) plays a pivotal role in an era of information overload. It enables citizens to critically evaluate sources, protect themselves from misinformation, and engage in meaningful exchanges. This approach promotes freedom of expression, tolerance, respect, and peace while advancing sustainable development globally.

Mil Cities should represent a space for new opportunities and convergence, where innovation and coexistence thrive. To succeed in the modern digital age, we must embrace emerging technologies and focus on the growing importance of the digital world as a global trend.

As **Plato** envisioned a just society—where each individual performs the function for which they are best suited—this vision remains highly relevant today. Achieving it requires rational management, virtuous action, and a commitment to ethical choices guided by reason and will.

As **Karl Otto Apel**⁶⁸ suggests, we can reach a consensus through public discourse. This discourse must include all members of society, especially those in marginalised positions, to craft inclusive and comprehensive solutions.

Addressing Vulnerability and Diversity

⁶⁸ <https://www.jstor.org/stable/27739620>

The first steps in fostering ethical societies involve understanding and respecting diversity while protecting vulnerable groups. This requires investing in concrete actions, research, and implementing tangible solutions for citizens. We can build resilient, just, and sustainable communities by focusing on inclusivity.

The question remains: *How can we innovate socially and develop sustainable solutions?* To answer this, we must continue to build on our ethical foundation, support the vulnerable, and engage in collaborative efforts that foster long-term, systemic change.

Conclusion

This paper has explored the intersection of anthropomorphism in artificial intelligence (AI) and the critical role of Media and Information Literacy (MIL) in navigating the complexities of AI-driven environments. The increasing anthropomorphization of AI systems, though effective in enhancing user engagement and trust, also raises important ethical concerns. As AI continues to evolve, attributing human-like traits and intentions to these systems can distort public perception and complicate the ethical framework surrounding their development and deployment. Understanding these complexities is vital, as anthropomorphism may lead to misconceptions about AI's capabilities and, in turn, misinformed decisions regarding its integration into society.

The role of MIL in this context cannot be overstated. As AI permeates various sectors, from media to healthcare, education, and governance, the need for individuals to critically engage with AI-generated content and understand its implications becomes more urgent. MIL offers the necessary

skills—critical thinking, ethical evaluation, and media creation—that empower individuals to question AI-driven narratives, challenge misinformation, and make informed decisions in an increasingly digital world.

Furthermore, as we look to the future, cultivating ethical values in the development and use of AI is essential. We must emphasise the importance of fostering human-centred AI systems that prioritise the common good while respecting cultural, social, and linguistic diversity. By integrating ethical frameworks into AI design and media literacy, we can promote inclusive, sustainable, and responsible AI deployment across societies.

Ultimately, the successful integration of AI into our daily lives depends on our collective ability to navigate this technology thoughtfully and ethically. This involves understanding the technical aspects of AI and fostering a more profound, more inclusive discourse involving all society members—especially those from marginalised groups. By developing media and information literacy as a core skill, we can ensure that AI technologies contribute positively to society, enhancing democracy, fostering innovation, and protecting individual autonomy.

The challenges and opportunities posed by AI and anthropomorphism underscore the need for an informed and ethically grounded citizenry. Through collaboration, critical engagement, and a commitment to social justice, we can shape a future where AI serves humanity in ways that are fair, transparent, and beneficial for all.

Bibliography

Airenti, G. (2015). The cognitive bases of anthropomorphism: From relatedness to empathy. *International Journal of Social Robotics*.

Airenti, G. (2018). The Development of Anthropomorphism in Interaction: Intersubjectivity, Imagination, and Theory of Mind. *Frontiers in Psychology*.

Alabed, A., Javornik, A., & Gregory-Smith, D. (2022). AI anthropomorphism and its effect on users' self-congruence and self-AI integration: A theoretical framework and research agenda. *Elsevier*.

Blattner, C. E. (2021). *Turning to Animal Agency in the Anthropocene*. 65-78. https://doi.org/10.1007/978-3-030-63523-7_4

Bradshaw, J., & Casey, R. (2007). Anthropomorphism and anthropocentrism as influences in the quality of life of companion animals. *Animal Welfare*.

Crist, C. A., Duncan, S. E., & Bianchi, L. M. (2017). Incorporation of Cross-Disciplinary Teaching and a Wiki Research Project to Engage Undergraduate Students' to Develop Information Literacy, Critical Thinking, and Communication Skills. *Journal of Food Science Education*, 16(3), 81-91. <https://doi.org/10.1111/1541-4329.12111>

Cui, Y. (2022). Sophia Sophia Tell Me More, Which Is the Most Risk-Free Plan of All? AI anthropomorphism and Risk Aversion in Financial Decision-Making. *The International Journal of Bank Marketing*, 40(6), 1133-1158. <https://doi.org/10.1108/ijbm-09-2021-0451>

Damiano, L., & Dumouche, P. (2018). Anthropomorphism in Human-Robot Co-evolution. *Frontiers in Psychology*.

Descartes (1645). *Oeuvres philosophiques*, Lettre du 15 Sept. 1645; Ad. et Tan, IV; collection de la Pléiade, Gallimard, Paris.

Epley, N., Waytz, A., Akalis, S., & Cacioppo, J. T. (2008). When We Need a Human: Motivational Determinants of Anthropomorphism. *Social Cognition*, 26(2), 143-155. <https://doi.org/10.1521/soco.2008.26.2.143>

Epley, N., Waytz, A., & Cacioppo, J. (2007). On seeing human: A three-factor theory of anthropomorphism. *American Psychological Association*.

Farrelly, T., & Baker, N. (2023). Generative Artificial Intelligence: Implications and Considerations for Higher Education Practice. *Education Sciences*, 13(11), 1109. <https://doi.org/10.3390/educsci13111109>

Frischmann, B., & Sellinger, E. (2018). *Re-Engineering Humanity*. Cambridge University Press.

Garvey, A. M., Kim, T., & Duhachek, A. (2022). Bad News? Send an AI. Good News? Send a Human. *Journal of Marketing*, 87(1), 10-25. <https://doi.org/10.1177/00222429211066972>

Harisanty, D., Anna, N. E. V., Putri, T. E., Firdaus, A. A., & Azizi, N. A. N. (2022). Leaders, Practitioners and Scientists' Awareness of Artificial Intelligence in Libraries: A pilot Study. *Library Hi Tech*, 42(3), 809-825. <https://doi.org/10.1108/lht-10-2021-0356>

Hollis, H. (2018). Information Literacy as a Measurable Construct. *Journal of Information Literacy*, 12(2). <https://doi.org/10.11645/12.2.2409>

Jandrić, P. (2019). The Postdigital Challenge of Critical Media Literacy. *The International Journal of Critical Media Literacy*.

Kant, E. (1960) *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. port., Editora Atlântida.

Khanh, N. T., & Nam, V. H. (2022a). Investigating the Customer Trust in Artificial Intelligence: The Role of Anthropomorphism, Empathy Response, and Interaction. *Caai Transactions on Intelligence Technology*, 8(1), 260-273. <https://doi.org/10.1049/cit2.12133>

Khanh, N. T., & Nam, V. H. (2022b). Investigating the Customer Trust in Artificial Intelligence: The Role of Anthropomorphism, Empathy Response, and Interaction. *Caai Transactions on Intelligence Technology*, 8(1), 260-273. <https://doi.org/10.1049/cit2.12133>

Koltay, T. (2011). The Media and the Literacies: Media Literacy, Information Literacy, Digital Literacy. *Media Culture & Society*, 33(2), 211-221. <https://doi.org/10.1177/0163443710393382>

Kusuma, W. A., Hazri Bin Jantan, A., Mohd Norowi, N. B., & Indriaty Admodisastro, N. (2023). *Improving UX Problem Solution Through Divergent*

and Convergent Design Thinking in UX Journey.
<https://doi.org/10.1109/icoict58202.2023.10262801>

Mackey, T. P., & Jacobson, T. (2011). Reframing Information Literacy as a Metaliteracy. *College & Research Libraries*, 72(1), 62-78.
<https://doi.org/10.5860/crl-76r1>

Manovich, L., & Arielli, E. (2021). Techno-animism and the Pygmalion effect. In *Artificial Aesthetics*.

McCormack, J., Hutchings, P., Gifford, T., Yee-King, M., Llano, M. T., & d'Inverno, M. (2020). Design Considerations for Real-Time Collaboration With Creative Artificial Intelligence. *Organised Sound*, 25(1), 41-52.
<https://doi.org/10.1017/s1355771819000451>

McLean, S. A., Paxton, S. J., & Wertheim, E. H. (2016). Does Media Literacy Mitigate Risk for Reduced Body Satisfaction Following Exposure to Thin-Ideal Media? *Journal of Youth and Adolescence*, 45(8), 1678-1695.
<https://doi.org/10.1007/s10964-016-0440-3>

Meyers, E. M., Erickson, I., & Small, R. V. (2013). Digital Literacy and Informal Learning Environments: An Introduction. *Learning Media and Technology*, 38(4), 355-367. <https://doi.org/10.1080/17439884.2013.783597>

Polanco-Levicán, K., & Salvo-Garrido, S. (2022). Understanding Social Media Literacy: A Systematic Review of the Concept and Its Competences. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(14), 8807. <https://doi.org/10.3390/ijerph19148807>

Roe, J., & Perkins, M. (2023). 'What They're Not Telling You About ChatGPT': Exploring the Discourse of AI in UK News Media Headlines. *Humanities and Social Sciences Communications*, 10(1). <https://doi.org/10.1057/s41599-023-02282-w>

Ryan, M. (2020). In AI We Trust: Ethics, Artificial Intelligence, and Reliability. *Science and Engineering Ethics*, 26(5), 2749-2767.
<https://doi.org/10.1007/s11948-020-00228-y>

Salles, A., Evers, K., & Farisco, M. (2020). Anthropomorphism in AI. *AJOB Neuroscience*.

Servais, V. (2018). Anthropomorphism in Human-Animal Interactions: A Pragmatist View. *Frontiers in Psychology*.

Simões, José Manuel (2017). *Jornalismo Multicultural em Português - Estudo de Caso em Macau*, Media XXI, Lisboa.

Simões, J. M., Gassner, F. (2023). Journalist Ethics and the Common Good: The Formation of Values and Virtues for Just and Harmonious Societies. Disentangled Vision on Higher Education, Peter Lang, New York, Bern, Brussels, Lausanne, Oxford.

Sykes, S., Wills, J., Rowlands, G., & Popple, K. (2013). Understanding Critical Health Literacy: A Concept Analysis. *BMC Public Health*, 13(1). <https://doi.org/10.1186/1471-2458-13-150>

Taatgen, N. A., Van Vught, K., Borst, J. P., & Mehlhorn, K. (2016). Cognitive Modeling at ICCM: State of the Art and Future Directions. *Topics in Cognitive Science*.

Teubner, G. (2006). Rights of Non-humans? Electronic Agents and Animals as New Actors in Politics and Law. *Journal of Law and Society*, 33(4), 497-521. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6478.2006.00368.x>

Tiernan, P., Costello, E., Donlon, E., Parysz, M., & Scriney, M. (2023). Information and Media Literacy in the Age of AI: Options for the Future. *Education Sciences*, 13(9), 906. <https://doi.org/10.3390/educsci13090906>

Tinmaz, H., Lee, Y.-T., Fanea-Ivanovici, M., & Baber, H. (2022). A Systematic Review on Digital Literacy. *Smart Learning Environments*, 9(1). <https://doi.org/10.1186/s40561-022-00204-y>

Tommasi, F. V., Ceschi, A., Sartori, R., Gostimir, M., Passaia, G., Genero, S., & Belotto, S. (2021). Enhancing Critical Thinking and Media Literacy in the Context of IVET: A Systematic Scoping Review. *European Journal of Training and Development*, 47(1/2), 85-104. <https://doi.org/10.1108/ejtd-06-2021-0074>

UNESCO. (2013). *Global Media and Information Literacy Assessment Framework: Country readiness and competencies*. UNESCO.

Yanai, I., & Lercher, M. J. (2020). The Two Languages of Science. *Genome Biology*, 21(1). <https://doi.org/10.1186/s13059-020-02057-5>

Zhang, H., Lee, I., Ali, S., DiPaola, D., Cheng, Y., & Breazeal, C. (2022). Integrating Ethics and Career Futures With Technical Learning to Promote AI Literacy for Middle School Students: An Exploratory Study. *International Journal of Artificial Intelligence in Education*, 33(2), 290-324. <https://doi.org/10.1007/s40593-022-00293-3>

Chapter 21

Ciudades alfabetizadas digitalmente: el reto del voto informado

Alejandro Martin del Campo ⁶⁹

Introducción

En las sociedades democráticas, los procesos electorales constituyen uno de los pilares fundamentales para la toma de decisiones políticas y la representación ciudadana. Sin embargo, el auge de la desinformación, la manipulación mediática y la proliferación de noticias falsas han puesto en riesgo la calidad del debate público y la autonomía del electorado. En el 2024, casi la mitad de la población mundial acudió a las urnas para elegir a sus representantes y dirigentes (OHCHR, 2024). En este escenario, la alfabetización mediática e informacional (AMI) se presenta como una herramienta clave para fortalecer la capacidad crítica de los ciudadanos y permitirles analizar de manera informada los contenidos que consumen y comparten en el ecosistema digital.

El porcentaje de personas usando Internet crece de manera sostenida, del 53% en el 2019, pasó al 64% en el 2024 según la UIT, lo cual también contribuye a que la influencia de las plataformas digitales en los procesos electorales sea cada vez mayor. Los ciudadanos se enfrentan a un entorno comunicativo fragmentado y polarizado. El desarrollo de competencias en

⁶⁹ Tecnológico de Monterrey

alfabetización mediática e informacional dotan a las personas de herramientas clave para enfrentar la desinformación, el discurso de odio, la marginación social y la discriminación racial al mismo tiempo que refuerzan el acceso a la información y el ejercicio de la libertad de expresión.

Con el objetivo de ayudar a las ciudades a incorporar el aprendizaje de la AMI, el Tecnológico de Monterrey, a través de la Vicerrectoría de Investigación, lanzó el Observatorio de Medios Digitales, en concordancia con la iniciativa "Ciudades AMI" de la UNESCO. La colaboración entre sociedad civil, sector privado e instituciones educativas es indispensable para fomentar la participación cívica responsable y el desarrollo de una cultura democrática basada en el pensamiento crítico.

En el espacio digital, la alfabetización mediática e informacional es un factor determinante en la lucha contra la manipulación electoral. La capacidad de discernir entre información objetiva y contenidos engañosos contribuye a la formación de opiniones fundamentadas y a la reducción del impacto de campañas de desinformación diseñadas para influir en la intención de voto.

Este capítulo da una muestra de lo que sucedió en la investigación que desarrolló el Observatorio de Medios Digitales durante elecciones federales en México 2024 en las plataformas socio digitales. Las cuales se han convertido en el canal predilecto para las campañas políticas, algunas de ellas carentes de principios éticos pero con un impacto significativo en los resultados electorales (Yanaze & Chibas, 2020). Con el objetivo de identificar narrativas manipuladores de opinión y posibles fuentes de exposición a la desinformación que circularon en plataformas, se investigaron: Facebook, Instagram, X, Youtube y Tiktok. A partir de un

enfoque interdisciplinario, se abordan los desafíos y oportunidades que surgen en la era digital, destacando la necesidad de políticas públicas y estrategias educativas que fortalezcan la capacidad crítica de los ciudadanos.

Metodología

El desarrollo de herramientas avanzadas para monitorear y verificar información es clave para fortalecer la alfabetización mediática en procesos como las elecciones. El Observatorio de Medios Digitales del Tecnológico de Monterrey, diseñó una metodología en tres etapas: 1) extracción de datos en redes sociales mediante herramientas especializadas. 2) evaluación de la fiabilidad de publicaciones mediante una matriz de verificación y 3) análisis de resultados y contenidos.

I. Extracción de datos

A través de la obtención de datos de las APIs y de su análisis se identificaron campañas de desinformación, manipulación en redes y actividad inauténtica. La configuración de las herramientas capturó menciones de los tres candidatos presidenciales, así como sus lemas de campaña las cuales contenían variables como: fecha, texto, interacciones y compartidos. Esto permitió construir una base de datos accesible a investigadores a través de una interfaz web.

A partir de ahí, se identificaron cuentas influyentes y se aplicaron algoritmos de aprendizaje de máquina (machine learning) para analizar el sentimiento de las publicaciones (positivo, neutral o negativo), además de visualizar la evolución diaria del volumen de contenido por candidato. Como

resultado, se creó el tablero interactivo: www.mexico2024.com con datos abiertos sobre interacciones y tendencias.

El tablero incluyó indicadores como:

Radiografía de interacciones: Seguimiento del número diario de interacciones, comentarios y "me gusta" por candidato y plataforma.

Resumen de métricas: Comparación del nivel de participación digital con un gráfico de radar, considerando métricas específicas de cada red social.

Índice de viralidad: Evaluación del impacto diario de publicaciones mediante un algoritmo que mide velocidad de difusión y nivel de interacción.

Análisis de redes: Identificación de patrones de difusión mediante nodos que representan usuarios, hashtags o URLs, con pesos asignados a las conexiones según interacción acumulada.

Desglose por plataforma: Evaluación de comentarios, reacciones y sentimientos en cada red social.

Análisis geoespacial: Uso de la API de OpenAI para estimar la ubicación de usuarios de X, representada en un mapa interactivo basado en intensidad de color y tamaño de burbuja.

II. Evaluación de publicaciones a partir de una matriz de verificación

Para complementar las herramientas digitales, se conformó un equipo de verificación integrado por estudiantes y profesores. En conjunto revisaron las bases de datos extraídas de las plataformas socio digitales. Los investigadores diseñaron una matriz de verificación con base la clasificación

que propuso Claire Wardle en el 2020, que distingue siete tipos de desinformación, así como en la metodologías de verificación propuestas por la UNESCO (2011) y ABOIC (2022).

La matriz evaluó cinco criterios: 1) fuente de información, 2) corroboración de hechos, 3) contenido visual/audiovisual, 4) contexto y sesgo, y 5) intención y emotividad. Cada criterio incluyó seis dimensiones, excepto el tercero, que tiene cinco y la evaluación se realizó asignando valores de 1 (totalmente presente), 0.5 (parcialmente presente) o 0 (ausente).

Los verificadores seleccionaron las dimensiones aplicables y el sistema calcula automáticamente las puntuaciones. Además, añadían comentarios cualitativos para contextualizar casos de desinformación. La hoja de cálculo suma las dimensiones dentro de cada criterio, con un rango de 0 a 6 (o 0 a 5 en el caso del tercer criterio). Cuanto mayor es la puntuación, más confiable es el contenido. No se estableció un puntaje global, ya que no todos los criterios aplican a todos los casos.

III. Análisis de resultados y contenidos

Se recopiló una base de datos con más de seiscientos mil mensajes que se capturaron desde el 01/01/2024 hasta el 02/06/2024 y que se distribuyeron de la siguiente manera:

Tabla 1. Cantidad de mensajes totales

	Facebook	X	Instagram	Youtube	Total	Porcentaje
Claudia Sheinbaum	93,625	123,943	10,400	42,384	270,352	44%
Xóchitl Gálvez	73,138	123,665	5,957	10,353	213,113	35%

Jorge Álvarez Máynez	29,698	93,000	2,602	2,035	127,335	21%
Total	196,461	340,608	18,959	54,772	610,800	
Porcentaje	32%	56%	3%	9%		

Fuente: Information Tracer

La plataforma que acumuló más del 50% de los mensajes totales fue X y la candidata que más menciones registró fue Claudia Sheinbaum. Sin embargo, es preciso mencionar que, según el Instituto Reuters, la plataforma más utilizada entre la población para noticias es Facebook (50%) seguida de Youtube (34%) y WhatsApp (28%). Según el reporte de dicho Instituto, elaborado en colaboración con la Universidad de Oxford, la plataforma X solamente la utiliza el 14% de la población con fines informativos (Neuman, 2024).

La cantidad de interacciones entre las personas que siguieron a las candidatas y al candidato se muestran a continuación.

Tabla 2. Cantidad de interacciones totales

	Facebook	X	Instagram	YouTube	Total	Porcentaje
Claudia Sheinbaum	18,608,710	43,222,945	6,154,816	38,391,445	106,377,916	55%
Xóchitl Gálvez	6,005,283	50,564,327	4,141,747	16,304,136	77,015,493	40%
Jorge Álvarez Máynez	1,041,656	5,404,469	1,461,765	968,323	8,876,213	5%
Total	25,655,649	99,191,741	11,758,328	55,663,904	192,269,622	
Porcentaje	13%	52%	6%	29%		

Fuente: Information Tracer

De manera general, existen tres formas de participación digital: activa (publicando o comentando), reactiva (leyendo, dando me gusta o compartiendo) y pasiva (consumiendo). En este sentido, dado que las

interacciones, tienen diferentes indicadores y métricas para cada plataforma, es preciso señalar la forma en la que se calcularon. Para el caso de Youtube, se acumularon la cantidad de me gusta más los comentarios. X, fue la suma de me gusta más la recirculación de los mensajes o *reposteos*. Por su parte, Facebook, consistió en la acumulación de reacciones, comentarios y número de veces de publicaciones compartidas. Por último, Instagram fue la suma de me gusta y comentarios.

Desde la perspectiva comunicativa, tal y como lo señala García-Orosa (2021) la campaña analizada se inscribe en la cuarta ola de la comunicación política digital, la cual se distingue por varios elementos clave: a) el papel activo de las plataformas digitales como agentes políticos presentes en todas las etapas del proceso comunicativo; b) la utilización intensiva de inteligencia artificial y análisis de grandes volúmenes de datos, especialmente durante las campañas electorales; c) la normalización de la mentira como táctica política, vinculada a fenómenos como las noticias falsas y la posverdad; d) la convergencia de dinámicas hiperlocales con influencias supranacionales; e) una visión tecnocrática acrítica; f) la promoción de la interacción con las audiencias mediante procesos de coproducción, y g) tres tendencias que representan riesgos democráticos: la polarización ideológica, la creación de cámaras de eco (*echo chambers*) y los filtros burbuja.

Además, la evolución de las plataformas permite que los usuarios presenten códigos y prácticas propias para cada una de ellas. Por ejemplo, mientras que en Instagram se favorece lo estético, en X se valora la velocidad y la respuesta inmediata. Dichos elementos y prácticas señaladas se observaron en situaciones puntuales como en los tres debates que llevaron

a cabo los candidatos en diferentes fechas. En este sentido, las redes con mayores interacciones fueron Youtube y Facebook para la candidata Claudia Sheinbaum, mientras que Xochitl Gálvez tuvo un mejor desempeño en X e Instagram. Por su parte, Jorge Alvarez Máñez tuvo un mejor rendimiento en Instagram.

Es preciso destacar que también se observó una disminución en las interacciones activas por parte de los usuarios en las plataformas Facebook, Instagram Youtube y X. La siguiente tabla muestra que las interacciones activas y reactivas fueron cayendo en los tres debates de manera consistente.

Tabla 3. Cantidad de interacciones activas y reactivas totales en Fb, Ig, Yt, X.

	Primer debate 08/04/2024	Segundo debate 28/04/2024	Tercer debate 19/05/2024
Claudia Sheinbaum	4.41	2.66	1.9
Xóchitl Gálvez	2.84	2.21	1.28
Jorge Máñez	0.781	0.323	0.325
Total	8.031	5.193	3.505

Fuente: Information Tracer *millones de interacciones

Si bien es cierto que los debates sucedieron a la misma hora y en domingo, lo cual pudo mantener bajo control ciertas variables como la audiencia disponible. También lo es el hecho de que dichos encuentros entre las y el candidato, tuvieron diferentes enfoques y temáticas. Además, el desempeño de los candidatos en dichos debates también pudo incidir en la participación de las audiencias digitales. En la investigación del

Observatorio de Medios Digitales, decidimos usar un algoritmo de análisis de sentimientos para poder hacer una clasificación positiva, negativa o mixta de los comentarios que las personas emitieron en cada uno de los debates.

Tabla 4. Clasificación de comentarios de los debates presidenciales.

	Plataforma	1er debate	2ndo debate	3er debate
Claudia Sheinbaum	Facebook	Positivo	Positivo	Positivo
Claudia Sheinbaum	Instagram	Positivo	Positivo	Positivo
Claudia Sheinbaum	Twitter	Positivo	Mixto	Mixto
Claudia Sheinbaum	Youtube	Mixto	Mixto	Mixto
Xóchitl Gálvez	Facebook	Positivo	Mixto	Mixto
Xóchitl Gálvez	Instagram	Mixto	Mixto	Positivo
Xóchitl Gálvez	Twitter	Positivo	Mixto	Mixto
Xóchitl Gálvez	Youtube	Mixto	Mixto	Mixto
Jorge Álvarez Máynez	Facebook	Mixto	Positivo	Positivo
Jorge Álvarez Máynez	Instagram	Mixto	Mixto	Mixto
Jorge Álvarez Máynez	Twitter	Mixto	Mixto	Mixto
Jorge Álvarez Máynez	Youtube	Mixto	Mixto	Mixto

Fuente: Elaboración propia

Al contrastar los resultados con otras herramientas digitales como Google Trends, la cual monitorea los términos de búsqueda más populares del pasado reciente en el buscador Chrome, también se observó una disminución en el rastreo de los nombres de los candidatos para cada uno de los debates.

Por lo anterior, la decreciente participación activa y reactiva de los usuarios pone énfasis en las diferencias inherentes sobre el uso y perfil de

audiencias de cada plataforma pero resalta la necesidad de mejores estrategias de comunicación que se adapten a cada plataforma para maximizar el alcance y la efectividad de los mensajes políticos en un entorno digital cada vez más fragmentado y competitivo.

Por segundo año consecutivo, en el 2025, el Foro Económico Mundial señaló que la desinformación es la principal amenaza en el corto plazo, según el Reporte Global de Riesgos 2025. Si bien el reporte manifestó una considerable preocupación por el impacto durante los procesos electorales, en el 2025 amplió su espectro con otros problemas críticos como la polarización social, la violación de derechos digitales, el derecho a la información, los conflictos entre estados, el espionaje, la censura y la vigilancia.

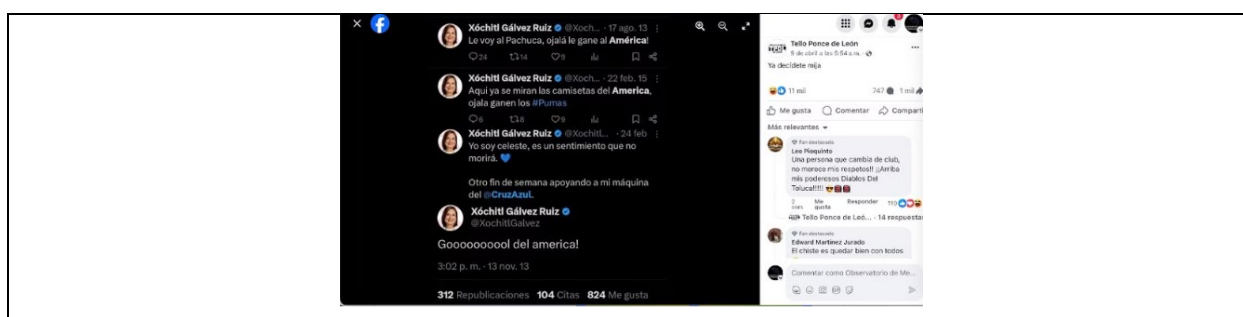
La desinformación no opera en el vacío pues, la proliferación de contenido falso o engañoso es un riesgo para la democracia pues manipula sus opiniones. En este sentido todas las plataformas analizadas presentaron diferentes contenidos que buscaron alterar las percepciones de los ciudadanos e influir en el voto.

A continuación se presentan solamente algunos ejemplos de cada una de las plataformas en las que se encontraron piezas que alentaron la desinformación:

Facebook

Una publicación realizada en Facebook del 9 de abril de 2024, que se detectó por medio por la matriz de verificación, titulada "Ya decídete mija" alcanzó 10,885 interacciones. La imagen es un collage de comentarios posteados por la candidata Xóchitl Gálvez en la plataforma X, apoyando a diferentes equipos de fútbol desde su cuenta oficial. Estos comentarios

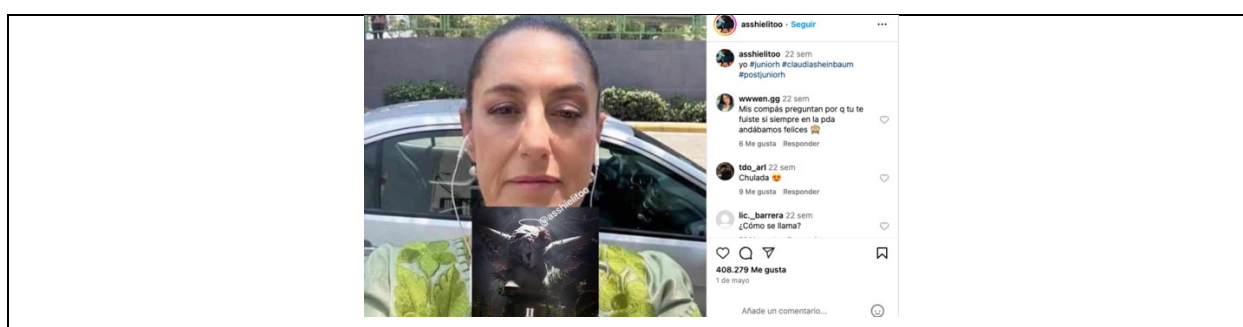
agrupados como si fueran una conversación hilvanada pretendieron señalar las contradicciones de Gálvez con respecto a sus preferencias deportivas y trasladarlas al desempeño político. Este caso es un ejemplo básico de la construcción de mensajes con intenciones propagandísticas que buscó minar la credibilidad de una candidata presidencial y generar una cámara de eco con intenciones de desacreditar a la candidata de la oposición mostrándola como inestable o sin decisión.



Fuente: Facebook

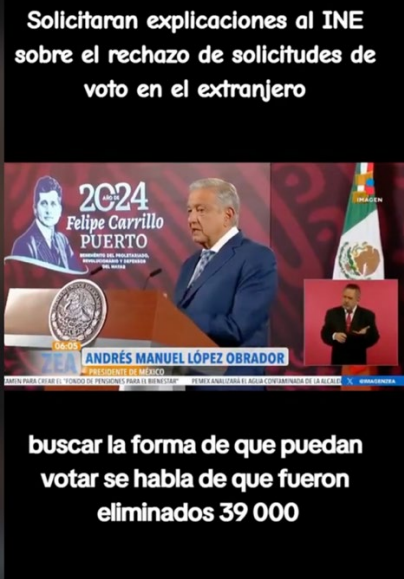
Instagram

Una buena cantidad de imágenes en el periodo electoral fueron sacadas de contexto para darle un sentido humorístico que recaían en el absurdo o las volvieron irreverentes pero constituían una crítica cotidiana. Es preciso mencionar que Instagram fue de las redes con menos contenido político electoral.



Fuente Instagram

Tiktok

	En un video que, hasta el momento de su verificación, el 27 de abril, contaba con un total de 14,100 vistas, 1,216 comentarios y 5,126 veces compartido, en torno al supuesto rechazo de solicitudes de voto desde el extranjero por parte del INE. La evaluación que se realizó identificó que el contenido de esta publicación era imprecisa y tendía a la manipulación emocional con el fin de movilizar opiniones promoviendo una "teoría de conspiración" en contra del INE.

Fuente: Tiktok

Discusión

La desinformación no es solo un reto técnico o político; representa una amenaza para la cohesión social y la confianza en las instituciones. Minimizar su impacto equivale a aceptar un futuro marcado por la fragmentación y la incertidumbre. En el ámbito electoral, su influencia se intensifica, ya que las redes sociales amplifican mensajes engañosos, permitiendo que los ciudadanos tomen decisiones basadas en información distorsionada.

El análisis de menciones y sentimientos generados por figuras políticas, como los candidatos presidenciales, se ha convertido en un indicador clave para evaluar la influencia ideológica y el impacto de ciertas narrativas en el electorado. Durante la elección presidencial de México en 2024, según la metodología del Observatorio de Medios Digitales (OMD), las plataformas digitales no solo funcionaron como fuente de información para los votantes, sino también como espacios de propagación masiva de mensajes manipulados con diversos intereses.

Los debates electorales reforzaron el fenómeno de las burbujas informativas, profundizando la polarización del electorado. Tras estos encuentros, se observó un aumento en las menciones negativas hacia candidatos como Xóchitl Gálvez y Jorge Álvarez Máynez, donde las críticas y ataques superaron a los comentarios positivos.

El sesgo algorítmico no solo afecta a las redes sociales, sino también a motores de búsqueda y otras herramientas digitales que emplean inteligencia artificial para filtrar y priorizar contenidos. Este sesgo puede originarse en los datos utilizados para entrenar los modelos predictivos, reflejando desigualdades preexistentes en la sociedad. Como consecuencia, los usuarios reciben información que no necesariamente representa la realidad, influyendo significativamente en su percepción y toma de decisiones (Noble, 2018).

Las plataformas como YouTube, Facebook y X utilizan algoritmos diseñados para maximizar el tiempo de interacción, ofreciendo contenido alineado con las preferencias del usuario. Sin embargo, este mecanismo limita la diversidad informativa y refuerza creencias preexistentes, reduciendo la apertura a perspectivas alternativas. Además, la priorización de contenido sensacionalista o extremo puede distorsionar la percepción del contexto político y social, amplificando la polarización (Sunstein, 2018).

Ante este panorama, garantizar una alfabetización mediática e informacional efectiva y fomentar la transparencia algorítmica es crucial para fortalecer la democracia. Promover ciudadanos críticos y bien informados requiere estrategias educativas, esfuerzos de colaboración y marcos regulatorios que mitiguen los efectos de la desinformación en el ecosistema digital.

Referencias

ABOIC (23 de noviembre de 2022). Capacitación 2: Fact-checking para luchar contra la desinformación. [Video]. YouTube https://www.youtube.com/watch?v=j7S8TB0Pfel&ab_channel=ABOIC

García-Orosa, B. (ed.) (2021). Digital political communication strategies. Multidisciplinary reflections. Londres: Palgrave

McKay, S., & Tenove, C. (2021). La desinformación como amenaza a la democracia deliberativa. Revista Trimestral de Investigación Política, 74(3), 703-717. <https://doi.org/10.1177/1065912920938143>

Manolo Larios. [@manolo_larios]. (29 de marzo de 2024). "SECUESTRADORES la historia que @Xóchitl Gálvez #xochitlgalvez no quiere que veas #xochitl #prian #secuestro #taxco #guerrero #viral #video #ultimahora" [Video]. TikTok. https://www.tiktok.com/@manolo_larios/video/7351900455418596613

Nahúm, N. [@nahumachoficial]. (s.f.) [Perfil de TikTok]. TikTok. Recuperado el 27 de abril de 2024 de <https://www.tiktok.com/@nahummachoficial/>

Neuman N., et al. (2024) Informe de noticias digitales del Instituto Reuters 2024. Instituto Reuters. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2024>

Noble, S. U. (2019). Noble, Safiya Umoja. Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism. New York University Press, 2018. WHY POPULAR CULTURE MATTERS, 166.

Noticias Nahum. [@nahummachoficial]. (2024, 15 de abril). "#greenscreenvideo El INE Bloqueó voto Migrantes a más de 40 mil mexicanos en el extranjero, cometido fraude electoral #ine #mexico #politica #fyp=) #tengounplan #grennscreenvideo #bienestar #fyp=) #migrante #usa #claudiasheimbaum #migrantesmexicanos #paisa #pocho @Andrés Manuel López Obrador @Claudia Sheinbaum Pardo" [Video].TikTok. <https://www.tiktok.com/@nahummachoficial/video/7358104596985744683>

Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (OHCHR). (2024, marzo). Las elecciones de 2024 ponen a prueba

la salud de la democracia. OHCHR.
<https://www.ohchr.org/es/stories/2024/03/2024-elections-are-testing-democracys-health>

Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. Penguin Press.
<https://escholarship.org/content/qt8w7105jp/qt8w7105jp.pdf?t=mhzvpm>

Salazar Rebolledo, G. (2024). Votar en tiempos de desinformación: nuevos patrones informativos y comportamiento electoral. *Estudios Sociológicos de El Colegio de México*, 42, 1-18. <https://doi.org/10.24201/es.2024v42.e2538>

Sunstein, C. R. (2018). *#Republic: Divided democracy in the age of social media*. Princeton University

UNESCO (2011). *Currículo de alfabetización mediática e informacional para docentes*. Biblioteca Digital UNESDOC.
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192971.locale=es>

UNESCO (2023). *Media and Information Literacy: Strategic Framework and Policy Guidelines*. <https://www.unesco.org/en/media-information-literacy>

Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT). (2024, 10 de noviembre). *Datos y cifras 2024: Uso de Internet*. UIT. <https://www.itu.int/itu-d/reports/statistics/2024/11/10/ff24-internet-use/>

Vera G. [@gerardoveramx]. (s.f.) [Perfil de TikTok]. TikTok. Consultado el 6 de mayo de 2024. De <https://www.tiktok.com/@gerardoveramx>

Vosoughi, S., Roy, D., & Aral, S. (2018). "The spread of true and false news online." *Science*, 359(6380), 1146-1151.
<https://doi.org/10.1126/science.aap9559>

Wardle C. (22 de septiembre de 2020). *Comprender el trastorno de la información*. Primer borrador. <https://firstdraftnews.org/long-form-article/understanding-information-disorder/>

Yanaze, M. H., & Chibás-Ortiz, F. (2020). From smart cities to MIL cities: metrics inspired by UNESCO's vision.

Chapter 22

Métricas de Educação e inclusão sociodigital na perspectiva das Cidades MIL: as barreiras culturais à comunicação

Eliete Sampaio Farneda ⁷⁰

Considerações Iniciais

Início esta abordagem com os seguintes questionamentos: O que são barreiras culturais à comunicação? Qual(is) ideologia(s) instituem essas barreiras? A criação de políticas públicas “inadequadas” poderia gerar barreiras impeditivas do progresso do sistema educacional e, conseqüentemente, da visibilidade do sistema de governança? Quais indicadores e métricas devem ser considerados para analisar a proximidade ou o distanciamento de uma cidade da perspectiva MIL? Esses são apenas alguns questionamentos que me proponho a discutir com base nos estudos sobre a importância da Educação e da governança na era digital.

A discussão sobre barreiras culturais à comunicação é muito relevante, uma vez que a presença delas implica o estudo aprofundado das diferentes culturas e do comportamento das pessoas, de uma determinada região, diante de problemas sociais, políticos, econômicos e culturais. Vale citar que, as barreiras geográficas também merecem destaque pois, do nosso ponto de vista, causam a falta de visibilidade de alguns países e, conseqüentemente, a falta de investimentos que auxiliem o crescimento socioeconômico e cultural de muitos deles. Afirmamos que ao

⁷⁰ Universidade de São Paulo (USP-SP)

minimizarmos os problemas que envolvem as barreiras geográficas causadoras do distanciamento entre países economicamente estáveis, como os Estados Unidos e os de economia vacilante, como o Brasil, poderemos minimizar também as barreiras culturais à comunicação existentes no interior das comunidades de cada um deles.

Para abordar as barreiras culturais à comunicação é necessário que se faça um paralelo com o conceito de comunicação intercultural e transcultural. Entendemos como comunicação intercultural aquela que se realiza sempre que entramos em contato com indivíduos ou comunidades de nossa própria cultura, ao passo que, a comunicação transcultural nos define como pertencentes a uma única espécie, que possui uma identidade híbrida resultante das múltiplas interações culturais. Assim sendo, afirmamos que somos seres inter e transculturais, uma vez que nossas identidades são construídas e transformadas através de relações inter e transcomunicativas que acontecem dentro de um contexto superdiverso. Dessa forma, adotaremos para este artigo o conceito de comunicação intercultural corroborando o estudo de Chibás-Ortiz (2014, p.192) ao afirmar que, “a comunicação intercultural pode ser um elemento-chave para gerar boas condições de relacionamento”, pois se for bem-sucedida haverá mais ética, mais respeito às diferenças e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida entre os indivíduos e as comunidades.

A comunicação intercultural está ligada ao que Vertovec (2007) denomina de superdiversidade, na medida em que faz referência à existência de diferentes culturas em um mesmo lugar; uma superdiversidade que resulta não somente das origens nacionais e étnicas, mas também de inúmeros fatores que envolvem e afetam onde, como e com

quem as pessoas vivem. Esse convívio pode refletir em relações culturais amistosas e, sobretudo, em relações conflitivas, tornando imprescindível o entendimento da cultura das comunidades que compõem um país, a fim de manter o sentimento de pertencimento e o potencial identitário de cada uma delas. A cultura é um marco de produção de sentido pelo indivíduo que busca dar significado ao seu entorno, ao mesmo tempo que transforma essa estrutura. Baldwin et al (2014, p.4) conceitua cultura como “o estilo de vida de um grupo de pessoas, incluindo símbolos, valores, comportamentos, artefatos e outros elementos compartilhados. Ela organiza a realidade e estrutura as relações sociais. (MORIN, 1975; SANTAMARIA, 2002)

Destarte, no momento em que uma determinada situação envolve a tomada de decisão de pessoas e/ou comunidades de diferentes culturas, é necessário observar quais parâmetros serão significados e em que ponto beneficiarão a todos os envolvidos, pois o que pode parecer “normal” para uma determinada cultura, poderá ser visto de forma ofensiva por outras, causando um grau de estranhamento que despertará um sentimento de desrespeito e exclusão. Esse grau de estranhamento, causado por uma comunicação intercultural malsucedida, promoverá o aparecimento de barreiras culturais à comunicação que irão além das diferenças idiomáticas. A fim de esclarecimento sobre estas barreiras citamos o conceito dado em uma publicação da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE, 2016), “Entende-se por barreiras culturais à comunicação o conjunto de fatores, de ordem simbólica ou concreta, que vai além das diferenças idiomáticas e que pode dificultar a comunicação entre pessoas ou organizações de diferentes etnias, valores, países, povos, regiões ou culturas.”

A citação da ABERJE reforça a ideia de que a chave para o melhor convívio entre indivíduos e comunidades de diferentes culturas dependerá do sucesso da comunicação intercultural. Esta envolve todos os aspectos étnico-culturais de certas comunidades como os valores religiosos, culinários e comemorativos. Além desses, outros aspectos culturais, que podem ser invisíveis aos olhos de quem se encontra de fora dessa comunidade, são igualmente importantes, como por exemplo, os sociocomportamentais (os gestos, o modo de dirigir o olhar, o tom de voz). Todos esses valores quando não entendidos e/ ou respeitados geram estereótipos que podem maximizar as diferenças entre os indivíduos, ou entre as comunidades e a sociedade local, enfraquecendo a identidade cultural dessas comunidades. Segundo Lúcio (2013, p.11), "identidade cultural refere-se às diferenças existentes nos modos e costumes de cada comunidade, e devido à multiplicidade cultural dos grupos, a diferença de costumes foi a razão para todo tipo de discriminação e dominação de um povo sobre o outro". Portanto, quando há diferentes culturas convivendo em um mesmo espaço, é necessária a elaboração de políticas públicas que se apliquem a essa superdiversidade para que haja o fortalecimento dessas identidades culturais.

Na atualidade Chibás-Ortiz(2024) tem formatado um procedimento diagnóstico sobre este tema conhecido como a Metodologia das 20 Barreiras Culturais à Comunicação e 5 dimensões de Criatividade (20BCC-5DCR) que é utilizado para múltiplas finalidades, como as de diagnosticar as dificuldades que se enfrentam na comunicação em grupos, organizações, bairros, cidades assim como seu potencial criativo o que permitiria através de estratégias inovadoras reverter o quadro problemático, entre outras.

Essa metodologia é sugerida pela UNESCO para o diagnóstico de problemas de comunicação (UNESCO, 2022).

A ideologia e as políticas públicas

A ideologia é uma categoria estudada e analisada pelo seu poder de influência histórica na dinâmica das relações sociais. De acordo com Silveira Júnior (2014, p.565), “a ideologia é um componente importante para a compreensão dos fatores históricos que constituem a relação antagônica entre burguesia e proletariado[...]”. É um processo imposto pela classe dominante para solidificar e manter a alienação das demais classes. (Löwy, 2006)

Diante dessas citações, afirmamos que o Estado tem grande poder de controle sobre determinados segmentos sociais menos privilegiados. Esse poder exerce autoridade sobre as classes sociais mantendo-as sob controle e é construído como uma força social, política e econômica. Esta é uma forma de dominação hegemônica que, na maioria das vezes, promove o aparecimento de diferentes barreiras culturais inviabilizando a comunicação entre indivíduos e comunidades. Com o intuito de um maior conhecimento sobre as barreiras culturais, trazemos para este artigo a voz de Chibás-Ortiz (2014) que elaborou um esquema das possíveis barreiras encontradas nas sociedades em geral, as quais podem de alguma forma colaborar para que uma cidade não seja incluída no conceito de Cidades MIL⁷¹. Lembramos que, a depender do foco do estudo podem surgir outras barreiras culturais,

⁷¹ Cidades MIL. Abreviado em três letras que representam Media and Information Literacy (alfabetização midiática), apresenta uma nova perspectiva para “Smart Cities” ao englobar diversos aspectos da vida em sociedade e possibilitar um presente e futuro realmente novos.

além das incluídas no esquema de Chibás-Ortiz, criando um nicho para o desenvolvimento de estudos relacionados a esse tema.

O conceito de Cidades MIL elaborado pela UNESCO (2018) integra o cidadão e as instituições públicas ou privadas despertando a visão crítica para os diferentes setores que podem constituir barreiras culturais que impedem o acesso à cidadania global. O objetivo de detectar as barreiras culturais é o de resolvê-las da melhor maneira possível para que aquele país, cidade, ou município possa entrar na rota das Cidades MIL, o que será um ganho para todos os cidadãos.

A fim de obter melhor visão sobre as barreiras culturais existentes em determinada região, elaboramos um estudo comparativo entre duas diferentes cidades e o sistema de governança dessas cidades com foco na educação e em projetos socioculturais implementados pelo setor público, ONGs e setor privado, bem como a promoção de aspectos da governança nas mídias sociais. As cidades a serem comparadas são, Osasco - município de São Paulo, Brasil e Richmond, cidade da Virgínia - Estados Unidos.

Métricas de educação e inclusão sociodigital na perspectiva MIL

O principal objetivo desta comparação é o de, não somente, conhecer o sistema de governança das duas cidades, segundo os parâmetros MIL, analisando o investimento do orçamento público na Educação, como também, o de identificar os projetos socioeducacionais implementados pelo setor público, pelas ONGs e pelo setor privado, em distintas partes do globo. No quadro a seguir, há uma breve descrição das cidades selecionadas para este artigo.

Quadro 1 - As cidades e o orçamento público para a Educação⁷²

Osasco, São Paulo - Brasil	Região metropolitana de São Paulo, com população de 701.428 habitantes (IBGE, 2021); tem o segundo maior PIB do Estado de SP (IBGE, 2019); possui 1 Pólo Tecnológico e investe 29% do orçamento público em Educação e 25.2% em Saúde. Osasco foi emancipada há 60 anos, já foi um grande pólo industrial e agora está caminhando para ser um grande pólo tecnológico.
Richmond, Virgínia - USA	É a capital da Virgínia, é uma das mais antigas cidades dos Estados Unidos. Sua população é de 229.233 habitantes (Censo de 2020). A cidade não possui um Pólo Tecnológico, mas sim 1 Global Institute of Technology. O orçamento público investido em Educação (53% para 2021-2022) e em Saúde (16,1% em 2018). Richmond é considerada uma cidade de grande empregabilidade e de grande investimento na área da educação.

Fonte: elaboração própria (2024)

Nas descrições apresentadas no quadro acima notamos que as duas cidades têm grande potencial de desenvolvimentos, pois o investimento público na educação e em Projetos socioeducacionais é que irão direcionar a sociedade para um desenvolvimento sustentável. Entenda-se como “sustentável” todos os setores públicos e privados trabalhando em uma só direção e tendo como base o Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos assegurando que “Toda a pessoa tem direito à educação” . A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e

⁷² Dados extraídos dos sites das Prefeituras das cidades e constantes na bibliografia deste estudo.

profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito”.

Para que aconteça o real desenvolvimento sustentável é necessário haver uma reestruturação no sistema de governança, pois é um longo caminho a ser percorrido, principalmente quando um dos principais focos é a educação. Embora as Prefeituras e o Estado direcionem boa parte da verba pública para o setor educacional, como mostrado no quadro 1, ainda faltam recursos para implementação de cursos de Formação Continuada para professores da rede pública. É preciso ter em mente que um professor bem (in)formado elabora projetos pedagógicos que impelem o estudante a participar ativamente de debates, desenvolver a visão crítica sobre direitos e deveres. Faz com que o estudante se sinta um cidadão do mundo, isto é, ele abre as portas para uma educação para a cidadania.

Outro ponto importante a ser levado em conta é a reestruturação do espaço escolar na visão do conceito MIL, isto é, dar o direito a todos de desfrutarem o mesmo espaço pedagógico independente do seu estado físico. O Estado e as Prefeituras devem proporcionar a construção ou adaptação de escolas públicas com rampas de acesso; salas com maior espaço; banheiros adaptados; instalação de piso tátil; bibliotecas com espaço pedagógico-midiático inclusivo, para que o estudante que não possua recursos em casa (computador e internet), possa passar mais tempo no espaço escolar.

Nessa linha de pensamento, corroboramos a declaração do Secretário Geral da O.N.U., António Guterres, ao afirmar que “a educação é a chave para o desenvolvimento pessoal e o futuro da sociedade; ela desbloqueia e

reduz a desigualdade; é o alicerce das sociedades informadas e tolerantes e, é o principal impulsionador do desenvolvimento sustentável.

A fim de saber se as cidades pesquisadas e comparadas neste estudo, com foco na educação, estão a caminho do desenvolvimento sustentável no parâmetro de cidades MIL, selecionamos alguns indicadores elaborados por Chibás-Ortiz *et al.* (2020) demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2 - Os 13 Indicadores das Cidades MIL



O principal indicador selecionado foi o (6) Educação. Os demais indicadores relacionados ao indicador principal foram (1) Prefeitura, Instituições Públicas, Governança eletrônica participativa e Cidadania; (7) Associações, Sindicatos, ONGs, Projetos Socioculturais e (11) Criança, jovens, idosos, mulheres, comunidade LGBTI, negros, indígenas, imigrantes, obesos e outros grupos vulneráveis, incluindo-se neste último os moradores de rua. Para cada indicador, selecionamos as métricas mais adequadas que nos permitiram comparar e elaborar um critério de avaliação de proximidade ou de distanciamento de cada uma delas em relação à perspectiva de cidades MIL. No quadro a seguir, descrevemos o critério de avaliação utilizado.

Quadro 3 - Critérios de Avaliação das cidades na perspectiva de cidades MIL

	
0	2.5
5.0	7.0
10.0	
Atribuições	
0 - Falta de informações consistentes em sites governamentais e/ou em canais de comunicação da Prefeitura.	
2.5 - Poucas informações relevantes nos canais de divulgação e comunicação da Prefeitura ou de empresas.	
5.0 - Alguma informação relevante nos canais de comunicação públicos e privados sobre o desenvolvimento da cidade na perspectiva MIL.	
7.0 - Grande potencial de desenvolvimento voltado ao conceito de participação cidadã na perspectiva MIL.	
10.0 - Total alinhamento com a perspectiva de Cidades MIL.	

Fonte: elaboração própria (2024)

Como nos mostra o quadro 2, os indicadores das cidades MIL são 13, porém as métricas referidas a eles são em número de 252. Para tanto, selecionamos para cada indicador três métricas que nos permitiram detectar

quais barreiras culturais à comunicação existem em maior ou menor escala nas cidades comparadas e aqui representadas.

Análise dos indicadores, descrição das métricas e avaliação

Para discorrer sobre o indicador 1, descreveremos o que cada Prefeitura das cidades estudadas tem em relação a projetos e ações sociais com participação do cidadão. Em primeiro lugar, descreveremos a cidade de Osasco, em São Paulo, Brasil. Em Osasco há programas que articulam as ações locais e as tornam acessíveis aos cidadãos, como por exemplo "Osasco Visão 360°". Esta é uma plataforma da prefeitura na qual a população pode verificar se a prefeitura está cumprindo os compromissos do Plano Plurianual. Além do Visão 360°, há o programa "Participa Osasco", em que o cidadão tem direito de participar dos projetos da prefeitura dando sugestões e opiniões em futuras soluções e projetos e a plataforma "Portal de Transparência", que informa o cidadão sobre as ações e os gastos públicos. Osasco tem alianças com Tsu - Japão; Viana - Angola; Osasco - Itália; - Xuzhou e Jining - China; Gyumri - Armênia.

A segunda cidade a ser descrita é Richmond, na Virgínia, Estados Unidos da América. A prefeitura de Richmond possui projetos de planejamento sustentável. Há um programa de voluntariado para formar um Conselho nas diferentes frentes para fortalecer as conexões sociais e um canal virtual, de fácil acesso, com diferentes informações sobre os gastos públicos. Além desses projetos, há uma página denominada "RVA 311", em que o cidadão pode solicitar o que precisa em sua região e saber se o que foi solicitado está sendo processado e/ou atendido. Richmond tem aliança

com Saitama- Japão; Segou - Mali; Windhoek - Namíbia e Zhengzhou - China.

Com base nas descrições apresentadas, elaboramos a análise e avaliação das métricas conforme demonstrado no quadro 4.

Quadro 4 - Métricas (6; 13; 21) e avaliação de acordo com o Indicador 01 (Prefeitura, Instituições Públicas, Governança eletrônica participativa e cidadania)

Métrica	Osasco	Richmond
(6) A Prefeitura conta com programa ou projeto com o objetivo de articular e potencializar as ações locais relacionadas com a MIL, com o fim de integrá-las e fazê-las acessíveis a todos os cidadãos.	10	10
(13) O município utiliza o sistema de governança eletrônica.	10	10
(21) A Prefeitura tem alianças com outras cidades ou faz parte de alguma associação nacional ou internacional de cidades.	10	10
Média	10	10

Fonte: Chibás-Ortiz, Grizzle et al (2020)

De acordo com as métricas, vimos que Osasco e Richmond são cidades que se aproximam da perspectiva das Cidade MIL, com base no Indicador 1, por envolverem os cidadãos em projetos e decisões da prefeitura, o que nos remete a ideia de que o caminho para uma educação sociodigital está se configurando a passos largos. Apesar de obtermos bons resultados na análise das métricas para o Indicador (1), buscamos

comprovar os efeitos através da análise de outros indicadores. Os próximos Indicadores a serem apresentados serão os Indicadores (6) Educação e (7) Associações, ONGs, Projetos Sociais e outros. Eles serão descritos simultaneamente, pois ambos se complementam quando a atenção está voltada à recursos educacionais destinados às comunidades. A seguir, descreveremos como esses dois Indicadores estão sendo desenvolvidos em cada uma das cidades citadas.

No quadro educacional, temos diferentes cenários. Em Osasco há 347 escolas, sendo 198 públicas e 149 privadas, das quais 03 são católicas e 02 são presbiterianas. A cidade de Richmond possui 151 escolas, sendo 95 públicas e 56 privadas. Dentre as 56 privadas, 04 são católicas, 06 são episcopais e 1 é judia. No setor comercial, Osasco possui um número considerável de startups e e-commerce (12), que promovem alguns cursos destinados às comunidades. Por exemplo, o IFood dá cursos gratuitos sobre as novas tecnologias (hard skills & soft skills) destinados à formação e capacitação de professores. Para a comunidade em geral, há cursos para cidadãos com foco na abertura de novas startups. Além desses cursos há vários projetos socioculturais da Prefeitura, mas um dos mais significativos é o “Dia de Paz: a abertura das escolas para a comunidade”. Este é um projeto sociocultural e educacional, em parceria com a UNESCO, que coloca o jovem como elaborador de atividades e a comunidade como participante ativa dessas atividades. O objetivo é a inclusão social e redução da violência com foco na escola e na comunidade. A Prefeitura mantém ativos os programas da Secretaria de Promoção da Infância e da Juventude; da Promoção de Políticas para a Igualdade Racial; da Inclusão da pessoa com deficiência; de Políticas para a mulher e da promoção da diversidade.

Osasco tem 39 ONGs ligadas à igreja evangélica e à católica, sendo que 20 delas são voltadas para a Educação e Proteção Social de crianças e mulheres.

Partindo da premissa da contribuição de associações em projetos sociais, Richmond possui muitas startups sendo que as 10 melhores em tecnologia dos Estados Unidos estão localizadas nesta cidade e têm programas de capacitação em tecnologia para a comunidade. Ao contrário de Osasco, não houve informações de projetos envolvendo a educação de crianças e jovens, ou capacitação de professores. Se por um lado, as startups não possuem projetos para crianças e jovens, por outro, a prefeitura da cidade tem uma gama de projetos socioculturais com prioridade na educação de crianças, jovens e adultos, a fim de obter maiores resultados educacionais, desenvolver habilidades e criar um empoderamento social. Richmond tem mais de 180 ONGs e a maioria delas ligada às igrejas católicas e evangélicas. Seus projetos são, em maior parte, voltados aos imigrantes (ensino do idioma, encaminhamento para o trabalho, instruções para atendimento de saúde gratuito para crianças, idosos e moradores de rua).

Quadro 3 - Métricas (125, 137 e 138) e avaliação de acordo com os Indicadores 06 e 07 (Associações, Sindicatos, ONGs, Projetos Socioculturais)

Métrica	Osasco	Richmond
125. Quantidade de startups que há na cidade com foco na educação.	8	8
137. Quantidade e porcentagem de projetos socioculturais, na cidade, com enfoque MIL.	10	10
138 - Quantidade de programas de ONGs e outras entidades não tradicionais com jovens, mulheres, imigrantes, negros, indígenas, pessoas descapacitadas e outros grupos vulneráveis.	8	8
Média	8.6	8.6

Fonte:-Ortiz, Grizzle et al (2020)

Diante do exposto, observamos que, embora haja em Osasco 25.2% do orçamento público destinado à educação, a questão da promoção da diversidade é um pouco complexa, não havendo projetos visíveis que envolvam a comunidade LGBTQIA +. Em maio de 2022, a Prefeitura lançou a Semana da Diversidade em que participantes da comunidade LGTQIA+ puderam inscrever-se para receber informações sobre o trabalho. Do nosso ponto de vista, esta foi uma ação isolada, pois não houve mais divulgação dos caminhos que o evento seguiu. Em Richmond, boa parte do orçamento público, 53% são aplicados na Educação e, embora as cidades pesquisadas dirijam uma boa parte do orçamento público para esse setor, apenas Richmond cita ONGs que promovem trabalhos com moradores de rua, uma parte da população que parece invisível quando se trata de projetos de inclusão social.

O último Indicador a ser observado é o de número 11 referente a crianças, jovens, idosos, mulheres, comunidades LGBTQIA+, negros, indígenas, imigrantes, obesos, outros grupos vulneráveis. Embora alguns dos temas tenham sido previamente citados quando descrevemos Associações, ONGs, Projetos Sociais e outros, no Indicador 11 descreveremos melhor quais órgãos públicos e quais políticas de promoção social e acolhimento estão envolvidas nesse Indicador, em cada uma das cidades selecionadas para este estudo. Iniciaremos a sequência com a cidade de Osasco.

A despeito do tema diversidade, Osasco tem muitos projetos da Secretaria de Políticas para a Promoção da Diversidade com vistas ao enfrentamento da violência contra mulheres, e contra a intolerância, porém, ainda faltam informações sobre mulheres, negros, pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+ e outras pessoas consideradas participantes de grupos vulneráveis como líderes em empresas dos mais diversos segmentos na cidade. Outros setores e secretarias, por exemplo, a Secretaria Executiva de Política para Mulheres e Promoção da diversidade e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial têm como titulares mulheres negras, o que configura um avanço na Política para Promoção da Diversidade. Dos diversos problemas que precisam de projetos, um dos mais graves é o Bullying e também o Cyberbullying. Esse é um problema recorrente nas escolas de diversos níveis e que precisa de observação, ação e acolhimento. A Secretaria da Educação de Osasco, junto a iniciativas privadas, fornece para as escolas um trabalho de conscientização a respeito do bullying com apoio de psicólogos e assistentes sociais. Não houve informações sobre o monitoramento do cyberbullying.

A pesquisa feita para a cidade de Richmond nos mostrou que, além dos projetos de inclusão social, a cidade tem algumas organizações sem fins lucrativos que auxiliam o engajamento e desenvolvimento da comunidade. Um exemplo é a ELEGBA Folclore que tem uma mulher como Presidente e que promove a arte e a cultura africana. Há em Richmond várias comunidades LGBTQIA + que têm diversos projetos de advocacia, de proteção à criança LGBT entre outros, o que nos chamou a atenção, pois pouco se fala de proteção à criança LGBT. Quanto ao bullying, a prefeitura e o Departamento de Educação da Virgínia lançaram uma cartilha de orientação e prevenção ao bullying (Model Policy to address bullying in Virginia's Public School). A cartilha teve a análise de professores e de outros profissionais, antes de ser lançada. O trabalho é apoiado por assistentes sociais e psicólogos, mas, como em Osasco, não há informações sobre serviços de monitoramento de cyberbullying.

De acordo com a descrição e análise dos dados, elaboramos o quadro 04, referente às métricas 150, 153 e 154 para avaliação do Indicador 11.

Quadro 4 - Métricas (150, 153 e 154) e avaliação de acordo com o Indicador 11 (Crianças, jovens, idosos, mulheres, comunidade LGBTQIA+, negros, indígenas, grupos vulneráveis)

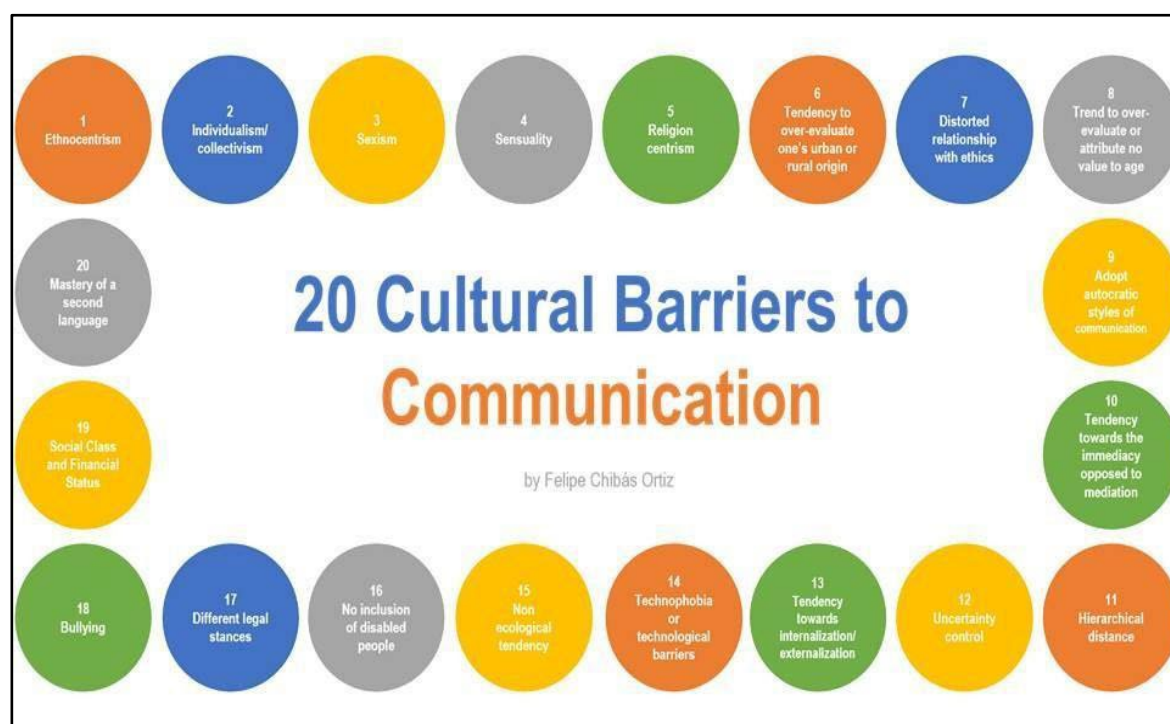
Métrica	Osasco	Richmond
150 - Número de jovens, mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, e outros grupos vulneráveis que participam como líderes em projetos institucionais e empresas na cidade.	7	9
153 - Número de startups dirigidas por jovens, mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+ e outros grupos vulneráveis.	7	7
154 - Número de serviço de monitoramento de bullying e cyberbullying, assim como apoio às pessoas vítimas desse processo.	7	7
Média	7.0	7.6

Fonte: Chibás-Ortiz, Grizzle et al (2020)

O estudo comparativo entre as três cidades tornou evidente as barreiras culturais existentes em cada uma delas. Para identificar quais barreiras encontramos, utilizamos como base o esquema das Barreiras Culturais à Comunicação elaborado por Chibás-Ortiz (2017). A partir da análise dos Indicadores e suas respectivas métricas pudemos evidenciar quais das cidades estão mais próximas, ou mais distantes da perspectiva das Cidades MIL. O investimento de parte do orçamento público em alguns setores, como a Educação, por si só não consegue diminuir as questões mais aprofundadas na sociedade. O grande desafio para minimizar essas barreiras é evitar a propagação de notícias falsas que se espalham pela sociedade como “ervas daninhas” provocando problemas de falta de ética, desrespeito e diferentes graus de discriminação nos mais diversos setores

sociais. É necessário que haja um plano de ação eficiente e ético para se construir cidades na perspectiva MIL e, para tanto, Grizzle (2020) afirma que é necessário educar o cidadão o que corrobora a proposição de Chibás-Ortiz (2020, p.17) de mapeamento das barreiras culturais em diferentes regiões a fim de diminuir as barreiras que impedem a transformação de uma cidade em Cidade MIL. A seguir, apresentaremos as 20 Barreiras Culturais à Comunicação.

Figura 2 - 20 Barreiras Culturais à Comunicação



Fonte: Chibás-Ortiz, 2017

Segundo o esquema das 20 barreiras culturais à comunicação, pudemos observar a presença de quatro delas. São elas as barreiras 03, 07, 16 e a 18, que abordam questões relacionadas à inclusão de mulheres, das

comunidades LGBTQIA+, de pessoas com deficiência e questões relacionadas ao bullying, respectivamente.

Em nossos estudos, as barreiras foram encontradas em maior e menor grau de incidência. Por exemplo, a respeito da barreira 03 – Sexismo, em Osasco e em Richmond, temos Projetos sociais e culturais que envolvem mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIA +, porém, a maioria das lideranças ainda é masculina e pouco se fala de lideranças diversas. Na sequência, temos a barreira 16 – A não Inclusão de pessoas com discapacidades. Essa barreira mescla-se com a barreira 7 (Distorção Ética), pois ao não incluir pessoas discapacitadas (diferentes tipos de discapacitados), ambas as cidades incorreram no risco de discriminação social, implicando o impedimento da pessoa desabilitada de exercer seus direitos de cidadão. Finalmente, temos a barreira 18 que se refere ao bullying. Ambas as cidades possuem iniciativas para o combate ao bullying nas escolas, mas não houve, até o momento desta pesquisa, informações a respeito de iniciativas para combater o cyberbullying.

Em nossa análise, pudemos mensurar a partir da avaliação das métricas e de seus respectivos indicadores qual, ou quais cidades estão mais próximas ou mais distantes da perspectiva das Cidades MIL. Apresentamos a seguir o quadro referente às médias obtidas neste estudo comparativo.

Quadro 05 - Média de proximidade da perspectiva das Cidades MIL

Cidade	Média
Osasco	8.5
Richmond	8.7

Fonte: elaboração própria (2024)

Com a análise comparativa apoiada pelo nosso conhecimento empírico das regiões analisadas pudemos notar que não importa a dimensão territorial ou populacional das cidades, ou até mesmo de um país, as barreiras culturais à comunicação estarão presentes em maior ou menor grau de acordo com a cultura local e com o investimento que se propõe na educação e em projetos de inclusão social e sociodigital. A média atribuída a cada cidade foi com referência aos pontos de aproximação e de distanciamento da perspectiva MIL.

Assim, de acordo com as análises, a cidade que mais se aproximou da perspectiva MIL foi Richmond, porém Osasco também alcançou uma boa pontuação, o que a coloca na rota das cidades MIL. Ambas as cidades têm grande potencial para continuar crescendo e implementando projetos que incluam a participação ativa de toda a comunidade, despertando a participação cidadã em todos os aspectos relevantes para uma integração social igualitária.

Considerações finais

A comparação entre as três cidades nos permitiu responder ao questionamento feito no início deste estudo e nos mostrou o potencial de crescimento de cada uma das cidades comparadas na perspectiva das Cidades MIL. Segundo os dados apresentados, as Prefeituras das cidades selecionadas têm a preocupação de engajar projetos socioeducacionais com as novas tecnologias, promovendo o desenvolvimento humano, bem como buscar fortalecer a aliança com outras cidades nacionais ou internacionais para reforçar a ideia de crescimento participativo nas questões de políticas públicas. Algumas, em maior grau, promovem a

transparência e a participação cidadã através de suas plataformas e esse é um grande exemplo de combate à desinformação.

Embora haja a instalação de novas empresas (startups, e-commerce entre outras) que não só beneficiam a cidade, como também agregam valores à comunidade, pudemos perceber claramente a deficiência de promoção da diversidade. Projetos sociais de inclusão das comunidades mais vulneráveis não foram percebidos em nossos estudos, exceto em Richmond que possui trabalhos com moradores de rua. Dessa forma, os Indicadores 01, 06 e 07 mostraram através de suas métricas, que as cidades estão a caminho da perspectiva MIL no âmbito da educação e da sustentabilidade, porém, o Indicador 11, demonstrou que ainda há grande lacuna no desenvolvimento de ações para a inclusão social, tornando-se uma grande barreira na perspectiva mais ampla de sustentabilidade. O grande desafio para que essas cidades sigam se aproximando da perspectiva MIL é o de fazer um trabalho de monitoramento e de análise das barreiras existentes no segmento “inclusão social”, elaborar programas educativos e sociodigitais criativos e inclusivos a fim de eliminar toda e qualquer barreira presente, na sociedade, de forma consciente e ética.

Referências

Aberje, (2016). Barreiras Culturais, Inovação e Futuro Exponencial (parte 2). Disponível em: <https://www.aberje.com.br/?coluna=barreiras-culturais-inovacao-e-futuro-exponencial-parte-2-respostas-e-conceitos#:~:text=As%20barreiras%20culturais%20%C3%A0%20comunica%C3%A7%C3%A3o,excessiva%20dos%20cargos%20e%20hierarquia>
Acesso em: 15/05/2022.

Baldwin, J. R et al. (2014). *Intercultural Communication for everyday life*. West Sussex. UK: Wiley & Sons.

Chibás-Ortiz, F. (2014). *Conflitos e Barreiras Culturais à Comunicação: uma pesquisa empírica em ecossistemas multiculturais*. In: ORGANICOM, ano 11, n.20.

Chibás-Ortiz, F. (2017). *Literacia de Mídia e Informação (MIL), Quadro da UNESCO e Metodologia de 20 Barreiras Culturais à Comunicação (CBC) e à Criatividade*. Disponível em: https://www.academia.edu/40870237/mil_framework_of_unesco_and_methodology_of_20_cultural_barriers_to_communication_cbc_and_creativity.

Chibás-Ortiz, F e Grizzle, A et al. (2020). *Ciudades MIL, MIL formas de educar inspiradas en la visión UNESCO*. In: *Red de Ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030: Métricas, Educación, Comunicación y Salud sostenibles*. Ed. Pueblo Educación. Habana: Cuba.

Chibás-Ortiz, F e Grizzle, A et al. (2020). *Metrics of MIL cities, Cultural barriers and artificial intelligence under UNESCO perspective: São Paulo case*. In: Yanaze, M, H e Chibás- Ortiz, F. (Orgs) *From smart cities to MIL cities: metrics inspired by UNESCO 's vision*, p 21-45.

Chibás-Ortiz, F. (2024) *Rumbo a la Metodología de las 20 Barreras Culturales en la Comunicación y 5 Dimensiones de Creatividad(20BCC-5DCR). Reflexiones sobre la Alfabetización Mediática e Informacional (AMI)*, Revista Social Review, ISSN 2695-9755, Vol. 12 Núm. 1, <https://edulab.es/revSOCIAL/article/view/5176>

Grizzle, A. (2020). *MIL Citizens: Informed, committed, empowered*. Gothenburg: UNESCO.

Escolas Públicas e Particulares de Osasco/ São Paulo (s/d.). Disponível em <https://www.escolas.inf.br/sp/osasco>

Silveira Júnior, A. A. (2014). *A filosofia como historicidade: a ideologia no estudo filosófico dos cadernos do cárcere*. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n.119, p.560-581, 2014.

Löwy, M. (2006). *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*, 17ed. São Paulo: Cortez.

Lúcio, J. de M. (2013). Língua e Sociedade: uma análise etnolinguística sobre a visão dos jovens e dos idosos de Barra de Cima a respeito de sua identidade linguística. *Monografia*, Universidade Estadual da Paraíba, PB.

Morin, E. (1975). *L'Esprit du temps. Nécrose*. Paris: Grasset.

Santamaria, E. (2002). La incógnita del extraño. Una aproximación a la significación sociológica de la inmigración comunitaria. Barcelona: Anthropos.

UNESCO (2018). MIL Cities, Global Media and Information Literacy Week 2018, Kaunas, 2018. Acessible en: <https://en.unesco.org/globalmilweek2018/milcity>. Acesso em: 02/03/2020.

UNESCO (2022) Global Standards for Media and Information Literacy Curricula Guidelines https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/files/2022/02/Global%20Standards%20for%20Media%20and%20Information%20Literacy%20Curricula%20Development%20Guidelines_EN.pdf

Vertovec, S. (2007). New Complexities of super-diversity in Britain. WP 25, Oxford, COMPAS.

Chapter 23

MIL Leaders” beyond Cultural Barriers of Communication: an approach based on UNESCO’s Global Framework for Media and Information Literacy Cities

Sofia Samara ⁷³

Introduction

Since the Ancient Times, the notion of the “polis” (city), played a pivotal role for the peoples’ lives and determined the context of their actions as well as the environment in which their well being was fostered. Specifically, based on Aristotle's definition, the city is:

“The integrated society formed by more communities in which already has, to put it simply, complete self-sufficiency. And while it was formed to ensure survival, it is maintained because it ensures “well-being” (Aristotle, n.d).

The Ancient Greek philosopher’s definition was surely developed in a completely different era socially and technologically than today, however the main idea behind the notion “city”, remains the same. The “well being” of the citizens still constitutes the raison d'être of the city, its existential meaning. The only change, today, is the multidimensional character of the “well being” that expands the aspects the city has to focus on in order to achieve quality of life within the community, collectively.

⁷³ Undergraduate student at the Department of International and European Studies at the University of Macedonia

It is a fact that the 21st century has been stigmatized by the rapid technological development that has a major impact on every sector of the public's lives. This technological evolution alternated the functional and natural character of areas, among the most vital being communication and information. Today, the well being of the citizens depends not only on the fulfillment of their basic needs, but also the ones that lie under the prism of communication and information. This is why, the conversation about Media and Information Literacy (MIL) is a flaming topic among the academia, the states, the international organizations and of course the people, because today MIL is considered a common good.

The importance of MIL has been advocated for decades now at first by the European Commission which defines MIL as *"the ability to access media, to understand and critically evaluate the different aspects of the media and media content and to create communications in a variety of contexts"* (CEDEFOP, 2021), followed later by UNESCO that defined Media and Information Literacy as *"a set of competencies that empowers citizens to access, retrieve, understand, evaluate and use, to create as well as share information and media content in all formats, using various tools, in a critical, ethical and effective way, in order to participate and engage in personal, professional and societal activities"* (UNESCO, 2013).

In 2018 UNESCO launched the Global Framework for Media and Information Literacy Cities, during the Global MIL Week in Lithuania. UNESCO, by introducing a plan for creating MIL Cities, aimed towards a more curated effort to spread MIL by revamping the fundamental environment of the people, the city, into one that educates them on media and information. This initiative apart from the fact that it provided a

theoretical model of how to create a MIL City, at the same time it also provided a platform to discuss how societies can overcome the cultural barriers between them.

Based on Chibás-Ortiz, the Cultural Barriers to Communication (BCC), refer to the factual or symbolic chasms that can exist between individuals or organizations that, due to their cultural differences, face difficulties to communicate (Ortiz, 2020). It is a fact that multiculturalism as a defining characteristic of the world, indeed sets limits whether these are related to language, religion or even education, to intercultural dialogue. In order to overcome these barriers, Grizzle, presents intercultural dialogue via a “global citizenship” constacted on media and information literacy, as a cure to the cultural barriers on communication (Grizzle *et al.*, 2014). Grizzle’s proposal sheds light on the notion of citizenship, bringing again, at the forefront, the importance of the city as a fertile ground for developing policies about the integration of MIL.

Grasping on the vital role that the city plays on MIL, this chapter aims to provide answers on how we can transcend BCC and spread media and information literacy with the city as our main platform. Specifically with UNESCO’s Global Framework for MIL Cities as a compass, this article aims to make proposals, but with the main focus being leaders. In other words, this chapter aims to provide answers on how a leader can be trained, as the most powerful person in a state or a city, on MIL and how this effort will contribute to overcoming cultural barriers on communication and spreading MIL via a top-bottom procedure. This analysis will endeavor to also address the challenges that accompany the process of creating a MIL City and train a local leader. It is worth mentioning that this analysis was based mainly on

secondary sources and aims to contribute to the conversation about enhancing MIL practices.

Why Cultural Barriers are still a reality and how they affect societies

In a post-modern society one could claim that due to the high level of globalization, cultures are becoming more and more integrated, in a society that experiences the “ecstasy of communication” in Baudrillard's terms, one could easily think that Communication is not defined by limits that lie under the prism of culture, as the power of media and information exceeds them. In contrast Peltokorpi argues that collectivism in conjunction with the fear of status and power, sets boundaries to intercultural dialogue with the argument that people feel that communication is easier within the community in comparison with communication with a foreigner (Baudrillard, 1994; Peltokorpi, 2010). However, these speculations do not view the truth holistically.

It is a common truth that culture defines the character of different regions of the world and includes the differentiatlional elements that transfuse people with unique characteristics, based on which they shape their identity. Language, religion, customs, even gastronomy are part of a person's “being”, yet in spite of the beauty of the variety of cultures, these elements at the same time, build walls that impede communication. Nowadays, this phenomenon is even more vivid, as culture has a virtual dimension as well. Thus, the question that arises is how we can specifically transcend the BCC that exists on a digital level and what is the role of media and information literacy or as Chibas Ortiz states, today the challenge lies in the spectrum of uniting people both on the physical and on the digital space

and overcoming the cultural barriers that set boundaries on this procedure (Ortiz, 2020).

However, the process of unifying people on a global level both physically and virtually, prerequisites the according unification within a state and specifically within the cities that constitute the individual “pieces” of a state, based on a strong basis. Media and Information literacy can function as a panacea for this cause not only because of the broad need for it but also because the integration of MIL practices is today an issue of international concern, thus synergies on a global level already are vital.

The Global Framework for MIL Cities as a compass

In 2018 UNESCO launched the Global Framework for Media and Information Literacy Cities. According to UNESCO, the place-based approach was a deliberate choice as the organization aimed towards spreading MIL in a more creative and innovative way (UNESCO, 2019). The launch initiated the start of a successful process as the framework was adopted instantly by 300 cities internationally. Corresponding to UNESCO's Sustainable Development Goals (SDG), the objectives of the framework were formed in a way that compliments these goals among which SDG 11 *“Make cities inclusive, safe, resilient and sustainable”* and SDG 16 *“Promote peaceful and inclusive societies for sustainable development, provide access to justice for all and build effective, accountable and inclusive institutions at all levels”* depict precisely the profile of a MIL City that the framework seeks to construct (The 17 goals, n.d.).

What constitutes the most crucial and pioneer strategy of the framework is the inclusivity of different stakeholders as potential MIL

promoters, apart from the traditional educational institutions. The private sector such as businesses, NGOs, schools and libraries, the health system, even public transportation, are the non-governmental stakeholders that can become part of the alliance and thus adopt practices with the goal of infusing MIL to the public. The government and the local authorities, of course, play a paramount role as after all, they are the policy and decision makers, however UNESCO's ultimate goals concerning MIL Cities are multidisciplinary and inclusive. It is important that the creation of a MIL City must be a multisectoral procedure as the context of it necessitates it. Yet, it is crucial to also examine the role of the leader in this process not only as an actor but as a potential MIL figure.

The “Media and Information Literate leader”

UNESCO's Global Framework for MIL Cities was created by the organization with an aim to expand the actors who promote MIL and escape from the norm which sets at the epicenter of some initiatives, politicians, ministries and people of power in general. As Grizzle states, the idea behind the “MIL City” is based on the inclusivity of more non-traditional actors in the procedure of developing media and information literacy practices, programs etc (Grizzle *et al.*, 2013). The decentralization of such initiatives, and especially those whose purposes have a societal aspect, is prominent. However, it is true that without the decision makers that hold power these initiatives meet an “inglorious end”.

The authors of this article argues that creating a MIL City could have a bidirectional structure starting from the leaders and to the public and the opposite. This approach suggests that to draw the future of a MIL City we

must first educate leaders on MIL “shaping” them into “MIL leaders”. It is notable that, in democratic regimes, a “MIL leader” could react more effectively to the public's need for MIL and understand the priority. The relationship between MIL citizens and MIL leaders/politicians can be mutual if both parties have acquired literacy on media and information. In other words, in an aspiring MIL city, the citizens will come across barriers if their leaders/politicians do not acknowledge the value and necessity of MIL.

As the *City* is the context of the MIL framework, the main focus is the periphery level rather than the national. In this context, most European countries have a local government system that consists of a mayor and the local council, in general terms. In most European countries the positions of this system are acquired via municipality elections. Based on UNESCO Global Framework for MIL Cities, the organization makes three proposals concerning the role of the local authorities in MIL: 1) *integration of MIL aspects into election education programmes in order to support the goal of free and fair polls*, 2) *issue and distribution of newsletters or feature articles on MIL to raise awareness among members* 3) *dissemination of the UNESCO MIL CLICKS social media innovation to your networks* (UNESCO, 2019).

As for the Mayor's network, UNESCO suggests: 1) *integration MIL aspects into city policies*, 2) *initiation of a MIL City vision*, 3) *encouragement and assistance of the promotion of MIL-related content in city public facilities, such as city transportation system, billboards, city landmarks, to raise awareness among citizens*, 4) *dissemination the MIL CLICKS social media innovation to network members*, 5) *support and partnership with MIL stakeholders and other municipalities or local government authorities to set up and monitor national MIL networks to build synergies and to cooperate*

with Regional Chapters of the UNESCO-led Global Alliance for Partnerships on MIL (GAPMIL)(UNESCO, 2019).

These suggestions cover a wide range of realms with the main spirit being cooperation, synergy, and partnership. These values are, without a doubt, fundamental concerning the aim of the initiative. However, it is crucial to make proposals for training the local authorities on MIL while also inventing ways to train the public.

In order to envision how leaders could be trained on MIL, it is important to take into consideration two key facts. First the rudimentary goal behind the original initiative for MIL cities which is the transcendence of the Cultural Barriers of Communication and second the already existing multisectoral approach of the framework. Based on these elements, the main answers based on the author, lies in the previous reference of “unification of the public” but this time as a reflection of the unification of the local authorities from different cities with MIL as the reference point

Specifically, municipalities from aspiring MIL Cities can potentially build a network but this time for the people of the local government to exchange ideas, practices and also issues and thoughts. An inter alia exchange of knowledge is probably one of the most promising methods to train leaders on MIL not theoretically but in practice. An international forum for local leaders is a suggestion that lies at the willingness of themselves, yet as UNESCO’s framework has already been implemented successfully by non-traditional actors from different MIL Cities that have also managed to create a partnership, it is possible that local leaders could as well follow this paradigm. Comparing practices, exchanging ideas and of course creating

an alliance are means that connect societies and develop a paradigm that can easily become a model.

The creation of a union between the most powerful decision and policy makers of a city could build a strong top-bottom alliance that starts with the leaders that reflect the people's needs but in a cyclical pattern returns to the public again in the end. This way not only is the empirical training of the leaders achieved but the efforts have a great impact on the citizens but also on the stakeholders that are part of the MIL alliance. At the same time, a gradual creation of a MIL City is achieved as the effort does not only consist of the actions of independent actors but also derives from the core of the city, the City Hall.

On the other hand, training leaders also exerts an impact on themselves and protects their position not only as citizens but also as opinion makers, public speakers and politicians. In this case, cultural barriers contain a higher level of risk as the language barriers can cause a misunderstanding between leaders or even the wrong translation of words or misinterpretation of a message with political content online. Training a leader on MIL does not only constitute a procedure that strengthens democracy as explained above but also stimulates the leader's critical thinking when receiving or sending a message to pinpoint or avoid mistakes that derive from illiteracy on media and information. It is important to mention that as hybrid threats take the form of Deep Fakes, Cyber Attacks, Disinformation etc. are on the rise, media and information literacy is a major need but also a personal responsibility of the leaders for themselves but certainly for the public.

The City Hall as an institution with a major power load in a city could use its advantage as a mean to eliminate actions that can harm vulnerable

groups to propaganda, disinformation, misinformation, fake news etc. yet, with the main advocate being the local government with the mayor at the forefront as the local leader. Chibas Ortiz by using MIL metrics, referred to the fact that the city can identify BCC by observing neighborhoods and municipalities (Ortiz, 2020). Further enhancing this point, the City Hall can become a MIL institution by engaging in the multisectoral approach of the already existing framework. Cooperating with non-traditional stakeholders that engage in MIL and supporting their endeavors with financial, technical and even advisory support can create a connection between a traditional actor and non-traditional actors. It is notable that BCC is not a phenomenon that cannot be found exclusively in societies from different nations but among citizens from the same community/city as well. Thus proposing the development of a strong relationship between the local government and the stakeholders lies at the core of the Global Framework for MIL Cities that insists on a more holistic effort from different city actors.

Challenges of MIL Cities and “MIL Leaders”

When proposing ways that can enhance a framework or introduce a new perspective, it is important to present the challenges that suspend their implementation. To begin with, in realistic terms, a lot of the time a local government focuses on priorities with a more practical nature, such as urban projects. In small cities the lack of infrastructure, the high public costs of creating MIL institutions and also updating education starting from the basics, in conjunction with high pressure from the citizens to change and improve aspects of the city that affects their daily lives directly, sets boundaries in the process of adopting MIL practices and does not create a

fertile ground for the local leader to focus on MIL. For these reasons, it is more common for non-traditional stakeholders to advocate and act towards creating a MIL city more than the local government itself.

In the process of overcoming Cultural Barriers of Communication via MIL, the disunion of the cities on a national and international scale creates a difficult environment for MIL to function as a unification basis. The differentiation of the citizen's educational level among the cities sets incompatible priorities that limit the opportunities for cooperation. Finally, a crucial issue that needs to be addressed is that even if a city adopts MIL practices and synchronizes its policymakers, institutions, mayor, NGOs, schools, citizens towards making their city a Media and Information Literacy city, their actions and efforts do not ensure the sustainability of the aspiring MIL City. Especially in cities with major economic issues, the survival of MIL practices from which the MIL City is sustained is questionable.

Conclusion

To conclude, our society has moved to a post-human era in which people are condemned to have a dual context of existence, a double reality, a self with two faces, the physical and the digital. It is a fact that both levels interconnect. In this hyper-realistic and almost simulatory reality, as Baudrillard⁹ names (Baudrillard, 1994), people face dangers due to their lack of education and skills on MIL. Under the phase of uncountable information with communication continuing to be a fundamental need within societies, it is important to pay attention to how we can as a global society create a safe space for ourselves as receivers and producers of information. The evolution of media has, without a doubt, transformed information and communication

in both a negative and positive way. UNESCO has been advocating for the need of knowledge in societies with main principles being inclusivity, pluralism, equality and participation⁵. These values became the basis behind the concept of Media and Information Literacy Cities which was consolidated via the launch of the Global Framework.

Based on the latter, this chapter aimed to complement the initiative by shedding light on why educating leaders on media and information is primary for the protection of democracy, certainly for the citizens and for themselves. As the main objective behind this analysis was the transcendence of Cultural Barriers to Communication, the points made were focused on how the education of leaders could also lead to their elimination. For this analysis to be more complete, in the end some major challenges of MIL Cities were addressed.

Finally, training a leader is not easy, especially in societies that face serious issues that threaten their well-being. Yet, as society evolves simultaneously with technology, adaptation to the new conditions has become critical. This is the reason why Media and Information Literacy is pivotal, and it is essential that societies obtain it.

Bibliography

Aristotle. (n.d.). *Politika* 1, 1252b27-1253a39. Retrieved from https://www.greek-language.gr/digitalResources/ancient_greek/anthology/literature/browse.html?text_id=324

Baudrillard, J. (1994). *Simulacra and simulation*.

CEDEFOP. (2021). A European approach to media literacy in the digital environment. Retrieved from <https://www.cedefop.europa.eu/en/news/european-approach-media-literacy-digital-environment>

Dadakhonov, A. O. (2024). Analysis of media and information literacy definitions: A qualitative approach. *Studies in Media and Communication*, 12(2), 116. <https://doi.org/10.11114/smc.v12i2.6659>

Gretter, S., & Yadav, A. (2016). Computational thinking and media & information literacy: An integrated approach to teaching twenty-first century skills. *TechTrends*, 60(5), 510–516. <https://doi.org/10.1007/s11528-016-0098-4>

Grizzle, A., Moore, P., Dezuanni, M., et al. (2014). Media and information literacy: Policy and strategy guidelines. UNESCO.

Grizzle, A. (2024). 193 countries proclaimed Global Media and Information Literacy Week: It is now official! Retrieved from www.unesco.org

Ortiz, F. C. (2020). From smart cities to MIL cities, metrics inspired by the vision of UNESCO. *Eca72*. Retrieved from https://www.academia.edu/43369259/FROM_SMART_CITIES_TO_MIL_CITIES_Metrics_inspired_by_the_vision_of_UNESCO

Peltokorpi, V. (2010). Intercultural communication in foreign subsidiaries: The influence of expatriates' language and cultural competencies. *Scandinavian Journal of Management*, 26(2), 176–188. <https://doi.org/10.1016/j.scaman.2010.02.003>

United Nations. (n.d.). The 17 goals Sustainable Development. Retrieved from <https://sdgs.un.org/goals>

UNESCO. (2019). Global framework for media and information literacy cities (MIL Cities). Retrieved from https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2023/05/global_framework_for_mil_cities.pdf

UNESCO. (2013). Global Media and Information Literacy Assessment Framework: Country readiness and competencies. UNESCO.

UNESCO. (2011). Towards media and information literacy indicators: Background document of the Expert Meeting 4-6 November 2010, Bangkok, Thailand. Retrieved from <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/information-literacy/publications/towards-media-and-Information-literacy-indicators.pdf>

Chapter 24

O modelo de Cidades MIL como proposta de enfrentamento à crise global de informações

Ana Paula Dias ⁷⁴

Introdução

O conceito das cidades MIL (Media Information Literacy) foi lançado no Global Framework for MIL Cities (Unesco, 2018) e debatido como nova tendência no Media and Information Literacy Curriculum for Teachers International Consultative Meeting (Unesco, 2019-a), associado ao tema das Barreiras Culturais à Comunicação, com o objetivo de construir uma cidade, bairro ou comunidade MIL baseado na ética e minimizando as muitas barreiras culturais, estereótipos e preconceitos presentes na sociedade (Chibás-Ortiz, 2019). Trata-se de uma perspectiva dos espaços urbanos que consideram a utilização das novas tecnologias em função do desenvolvimento humano sustentável, de forma ética, inclusiva, participativa e cidadã, considerando as diversidades econômicas, culturais e sociais que marcam a sociedade.

O paradigma das Cidades MIL da Unesco busca criar espaços urbanos centrados no fator humano, com enfoque na gestão participativa de lideranças e cidadãos. O modelo fundamenta-se em um conjunto de diretrizes (Unesco, 2024), 13 indicadores e 262 métricas (Chibás-Ortiz *et al.*,

⁷⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: ana2.dias@alumni.usp.br

2020) para práticas transdisciplinares no cotidiano, integrando práticas educativas para cidadãos de todas as idades e capacitando-os a atuar de maneira crítica e responsável na esfera pública e digital. Uma proposta inovadora que apresenta caminhos possíveis para o enfrentamento de desafios inerentes à crescente digitalização, como a *infodemia*, *fake news*, *deepfakes*, discurso de ódio e desinformação.

A ascensão das plataformas de mídias sociais trouxe mudanças significativas ao ecossistema midiático, facilitando a proliferação da desinformação online. Esse cenário, impulsionado por estratégias tecnológicas que produzem e circulam conteúdos falsos em massa através das mídias digitais, acrescenta novos elementos ao conceito de regime de verdade de Foucault (1979, p. 12, citado por Carvalho et al., 2021), definido como o "[...] conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder [...]."

No atual ambiente informacional, o limite entre o verdadeiro e o falso se torna cada vez mais tênue, já que as tradicionais instituições – ciência, jornalismo, universidade, judiciário, entre outras – e seus protocolos de construção de "verdades" são constantemente questionados (Carvalho et al., 2021, p.18). No cerne dessa questão está a crise da "verdade factual", um pilar fundamental para a formação dos pactos civilizatórios. Hannah Arendt (1967, citada por Dourado, 2020) desenvolve a noção de "verdade factual" e destaca sua natureza manipulável, falsificável, conflituosa e vulnerável. Para Arendt (1967), a ideia de fato é construída por meio de uma lógica interativa de negociação entre o homem e a realidade, o que a torna suscetível a interpretações interessadas: "Fatos e eventos são infinitamente mais frágeis que axiomas, descobertas, teorias - mesmo as mais

especulativas - produzidas pela mente humana" (Arendt, 1967, p. 2-3, citado por Dourado, 2020). Gomes (2009) explica que os fatos são constituídos pelo "destaque no tempo e/ou espaço entre a narração e o evento (...) os fatos, em princípio, são objetos 'mudos', isto é, objetos com os quais não é possível nenhuma comunicação ou interação linguística" (Gomes, 2009, p. 2/3).

Ao olhar a dimensão individual, Lippmann (2008) argumenta que a criação de imagens mentais sobre um acontecimento que se tornou público é intrínseca à condição humana, especialmente quando o indivíduo não o presenciou diretamente. Essas imagens podem dar origem aos chamados pseudo fatos, particularmente em situações de radicalização.

Com o crescimento de uma arquitetura assimétrica de informação nos meios de comunicação, aliado à ascensão das plataformas de mídias sociais, onde os meios de comunicação perdem seu papel de organizadores dos fluxos de informação, surgem os elementos que fundamentam uma crise de confiança generalizada na esfera pública.

A era da pós-verdade

Gomes (2006) define a esfera pública como o "domínio deliberativo da vida social", abrangendo "todas as formas de expressão discursiva sobre os negócios públicos", desde debates e fofocas até o jornalismo, além de considerá-la como uma forma de interação social (Gomes, 2006, p. 8-10). Quando essas expressões discursivas se consolidam em um "conhecimento comum sobre a esfera política e os negócios públicos", alcança-se um nível de condensação e exposição de argumentos denominado de esfera de visibilidade pública política. Essa esfera se reflete tanto na imprensa profissional quanto em "esferas alternativas" (Gomes, 2006, p. 8-10). No

atual cenário, mediado por um ecossistema midiático híbrido, emerge uma espécie de esfera pública expositiva (Dourado, 2020), que não se orienta necessariamente por valores democráticos ou pelo interesse público (embora também não seja, obrigatoriamente, contrária a esses princípios). Essa esfera é controlada pela indústria da informação, mas permite a existência de esferas alternativas ou especializadas que podem ser igualmente relevantes (Gomes, 2006, p. 11). Nesse contexto, a separação entre notícias e opinião tornou-se um dos principais desafios do jornalismo (Dourado, 2020).

A crise do jornalismo profissional, entretanto, não se agravou apenas devido à proliferação de novos atores sociais no ecossistema midiático, mas também em função da concentração do poder midiático, que contribuiu para o distanciamento entre a mídia e a população. Historicamente, os conglomerados de mídia detinham o poder de definir a agenda de assuntos públicos, muitas vezes sem oferecer espaço para vozes historicamente marginalizadas. As assimetrias raciais, econômicas e culturais aprofundaram a crise de informação nos regimes democráticos, já que a falta de perspectivas diversas no cenário da mídia tradicional prejudicou a conexão entre as instituições cívicas e democráticas e diversos segmentos da população.

Nesse contexto, de Oliveira (2020) relaciona o conceito de "cultura do silêncio", elaborado por Paulo Freire (1981), à noção de globalização enquanto processo do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado, conforme desenvolvido por Quijano (2005). Essa relação visa demonstrar como a prática jornalística contribui para o fortalecimento de fontes

legitimadas por indicadores eurocêntricos, ao mesmo tempo que exclui e/ou silencia setores populares. De acordo com essa visão:

Com base nisto, o jornalismo da cultura do silêncio atua na construção de um circuito restrito de fontes legitimadas pelos indicadores eurocêntricos e estabelece uma agenda pública a partir da percepção de um "atraso estrutural" nas singularidades latino-americanas que legitima práticas como: a) invisibilidade de experiências e vivências protagonizadas por setores populares e, em determinados momentos, deslocamento de tais eventos para uma perspectiva exótica ou disfuncional (portanto, passível de ser reprimida); b) estabelecimento de hierarquias de fala a partir da legitimidade acadêmica; c) estabelecimento de hierarquias de fala a partir da legitimidade dos centros do capitalismo mundial (expresso, por exemplo, na preferência de notícias produzidas pelas agências de notícias situadas nestes países centrais, cobertura dos eventos destes países, adesão acrítica a tais agendas, entre outro. (de Oliveira, 2020, p. 130)

Ao invisibilizar experiências e vivências de setores populares e ao promover hierarquias de fala com base em critérios elitizados e excludentes, a mídia tradicional contribuiu para o silenciamento de amplos segmentos da população.

De acordo com a pesquisa "Trust in the Media", realizada pelo Instituto IPSOS (2019), a confiança na mídia tradicional (revistas, jornais, TV e rádio) tem diminuído nos últimos anos, principalmente devido à "prevalência de fake news" e às "dúvidas sobre as boas intenções das fontes de mídia" (IPSOS, 2019). O Relatório de Notícias Digitais, elaborado pelo Instituto Reuters (2022), revelou que 72% dos entrevistados expressaram preocupação com o fato de mais usuários estarem evitando ativamente as notícias. Segundo o relatório, essa "evitação" seletiva, muitas vezes envolvendo histórias importantes como política, dobrou em alguns países desde 2017, uma vez que muitas pessoas acreditam que a cobertura da mídia é excessivamente negativa, repetitiva, difícil de confiar e deixa as pessoas se sentindo impotentes.

Paralelamente, desponta uma indústria de produção de notícias falsas que combina metodologias de propaganda política, big data, mídias sociais e técnicas militares de "operações de informação". Christopher Wylie, cientista de dados da Cambridge Analytica, descreve esse processo como "mudar a mente das pessoas não por persuasão, mas por dominância informacional", um conjunto de técnicas que inclui boatos, desinformação e notícias falsas. Os efeitos dessas campanhas, como se sabe, trazem consequências desde a qualidade das democracias até em questões de saúde pública, como evidenciado durante a pandemia de Covid-19, alcançando o patamar de pior onda de desinformação (Valera, 2020).

Além disso, os efeitos sistêmicos das campanhas de desinformação impactaram desproporcionalmente os países do Sul Global, especialmente devido às assimetrias de poder. Por esta razão, Kuo e Marwick (2021) destacam a necessidade de uma abordagem histórica, social, cultural e política, considerando raça, gênero, classe e território para entender como esses fatores moldam a dinâmica da desinformação.

Um olhar sobre a crise de informação na América Latina: estudo de caso sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil e no México

Um estudo exploratório-descritivo (Dias, 2023), com abordagem mista, investigou a propagação de notícias falsas sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil e no México, analisando 403 fake news do Brasil e 333 do México. As notícias falsas foram checadas por agências de verificação e estão disponíveis na base de dados em espanhol da Latam Chequea-Coronavírus, um subconjunto da base global CoronaVirus Facts/Datos CoronaVirus, mantida pela International Fact-Checking Network (IFCN), uma

aliança global de agências de checagem que, anualmente, realiza auditorias com base em critérios editoriais rigorosos, como compromisso com a imparcialidade, transparência nas fontes e no financiamento, além do aprimoramento metodológico e correções honestas de erros.

A pesquisa foi conduzida por meio de uma triangulação metodológica que incluiu análise de conteúdo (Bardin, 2011), processamento de linguagem natural com o modelo BERTopic, e estudo comparado (Sartori, 1994), utilizando técnicas de análise de dados qualitativos e quantitativos, incluindo séries temporais.

A primeira etapa da análise consistiu em um exame exploratório do corpus, com o objetivo de identificar as características das fake news sobre Covid-19 nos dois países, considerando os formatos dos conteúdos e os canais de disseminação. Em seguida, buscou-se identificar os temas centrais abordados pelas fake news e classificá-las em grupos temáticos. Para isso, foi realizada a extração automatizada de tópicos de todas as notícias falsas utilizando o modelo de processamento de linguagem natural *BERTopic*, que posteriormente foram classificadas manualmente, com base na metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). A análise textual abrangeu tanto mensagens falaciosas em formato de texto quanto aquelas apresentadas como áudio ou vídeo, cujos discursos foram transcritos pelos fact-checkers responsáveis pela base de dados.

Na sequência, o material coletado foi organizado conforme as classificações temáticas definidas na etapa anterior, com o intuito de identificar a presença de aspectos culturais nas fake news analisadas. Essa fase permitiu a identificação de elementos culturais, como saberes tradicionais relacionados à saúde, hábitos e comportamentos alimentares,

cuidados de saúde e a apropriação de produtos culturais. Finalmente, a pesquisa avançou para uma análise comparada, seguindo a metodologia de Sartori (1994), com o objetivo de destacar similaridades e diferenças nos resultados encontrados no Brasil e no México.

Iniciando pelo caso brasileiro, 54,52% das notícias falsas foram disseminadas no formato de textos; 21,35% em vídeo; 17,83% em imagem; 4,77% em imagem e texto; 0,25% em áudio; 0,25% em áudio e vídeo; 0,5% em imagem e vídeo e 0,5% em texto e vídeo. Já em relação aos canais em que foram disseminadas, 50% das *fake news* detectadas circularam no Facebook; 12,18% no WhatsApp; 3,04% no Twitter; 0,76% no YouTube; 0,5% no Instagram e 33,5% circularam em mais de uma rede social, combinando dois canais ou mais, incluindo também as plataformas Telegram e TikTok dentre os canais citados anteriormente.

No caso do México, 52,4% das notícias falsas foram disseminadas no formato de textos; 23,9% em vídeo; 12,1% em imagem; 6,06% em imagem e texto; 1,18% em áudio; 0,6% em texto e vídeo; 0,9% em texto, imagem e vídeo; e 1,2% em formatos não especificados. Quanto aos canais onde as *fake news* se propagaram, identificou-se que 39,2% foram disseminadas no Facebook; 10,03% no Twitter; 9,43% no WhatsApp; 1,82% no YouTube; 0,92% no Instagram e 38,6% das notícias falsas se disseminaram em duas ou mais plataformas, incluindo E-mail, TikTok e Telegram, além das mencionadas anteriormente. Da mesma forma, é possível identificar ainda a relação entre o formato de conteúdo adotado na produção de notícias falsas com os canais em que se propagaram.

Foram identificados ainda nove grupos temáticos comuns entre os dois países. Seguindo a regra de exclusão/inclusão do conteúdo em grupos

temáticos proposta por Bardin (2011), algumas notícias falsas foram incluídas no grupo de *outliers*, cujo conteúdo aborda dois ou mais temas. A seguir, é possível verificar os eixos temáticos e o número de notícias falsas que correspondem a cada um dos temas encontrados em ambos os países estudados:

Quadro 1- Eixos temáticos explorados pelas *Fake news* sobre Covid-19 no Brasil e no México

Prevalência de temas explorados nas Fake news sobre Covid-19		
Eixos temáticos	Brasil (n° de notícias falsas)	México (n° de notícias falsas)
Vacinas	64	52
Medidas de Prevenção	36	55
Tratamentos	32	47
Informações sobre a doença	17	41
Origem do vírus	17	22
Situação da doença em países	68	54
Impacto da pandemia nas empresas	15	8
Interesses político-partidários	98	21
Religião	3	3
Outliers (combinação de dois ou mais temas)	53	30
Total de notícias falsas analisadas	403	333

Fonte: Dias, A.P. (2023)

Após a organização do material coletado, foi localizada a presença de argumentos, termos e/ou expressões relacionadas à saberes tradicionais, hábitos alimentares, costumes, práticas populares e crenças religiosas nos seguintes grupos temáticos: *tratamentos, medidas de prevenção e religião*. Nesses casos, identificou-se um total de 16 notícias falsas no Brasil e 31 notícias falsas no México, cujos conteúdos utilizaram elementos culturais em seus argumentos para a construção de narrativas falaciosas em torno da Covid-19, o que permitiu estabelecer certos padrões regionais em relação ao uso de aspectos culturais na produção de notícias falsas. Os casos mencionados representam 3,96% dos casos estudados no Brasil e 9,6% dos casos estudados no México. A seguir, as figuras 1, 2, 3 e 4 representam a utilização de elementos culturais em fake news sobre a doença:

Figura 1 - Brasil: "Álcool em Gel ungido Universal. Você faz um sacrifício, R\$ 500,00, e recebe de graça"



Fonte: Agência Lupa (2020e)

Figura 2 - (México): Publicação no Facebook fala sobre "profecias bíblicas" e garante que a Bíblia fala da "Nova Ordem Mundial"



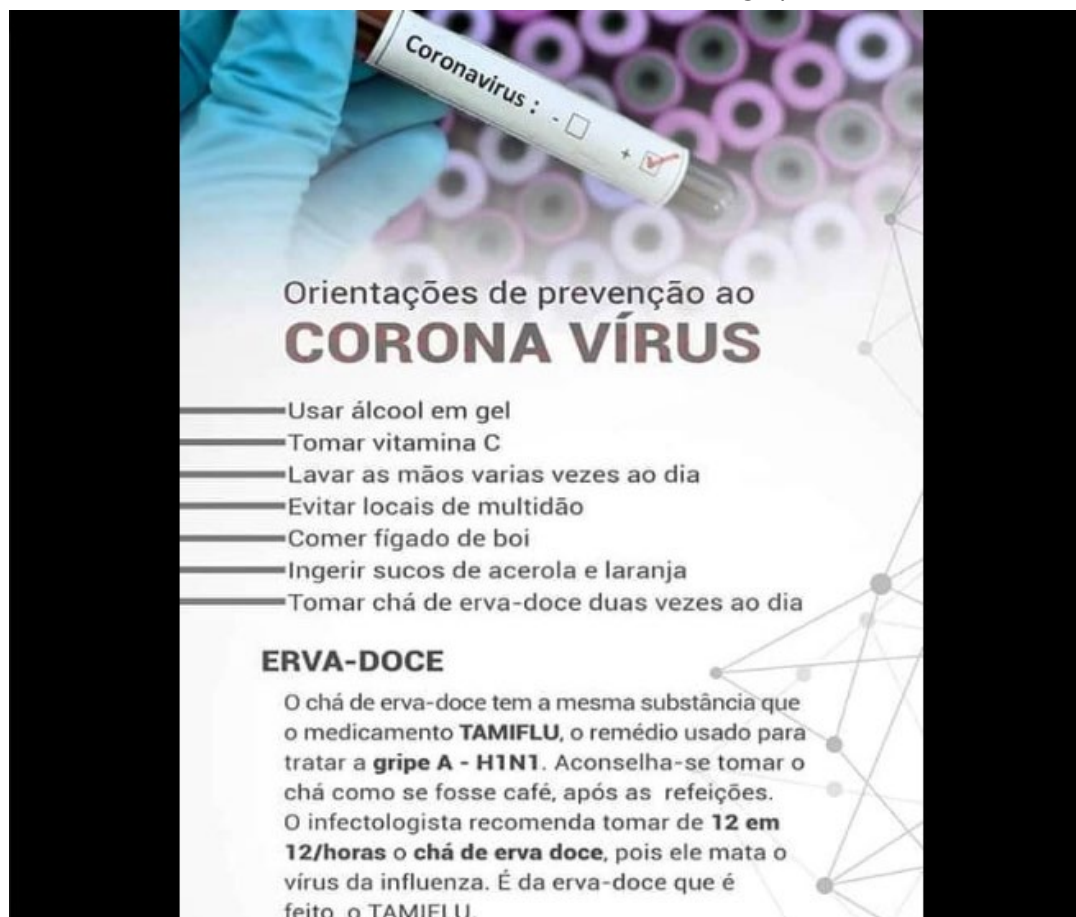
Fonte: Animal Político (2020d)

Figura 3 - (México): "Consumir 3 vezes ao dia uma mistura do suco de 10 limões, mel, gengibre, cebola e 10 dentes de alho é a receita que previne o coronavírus e ajuda a recuperar do vírus"



Fonte: Animal Político (2020b)

Figura 4 - (Brasil) : “Indicações para a prevenção do Coronavírus. Tome chá de erva-doce duas vezes ao dia. O chá de erva-doce tem a mesma substância do remédio Tamiflu, remédio usado no tratamento da gripe A - H1N1”



Fonte: Agência Lupa (2020)

No Brasil, detectou-se a menção ao uso de chás (chá de erva-doce, chá de alho; chá de limão, alho e jambu; chá de boldo; chá de alho com limão, laranja e melão de São Caetano) e hábitos alimentares (ingestão de fígado bovino). No México, detectou-se a menção ao uso de ervas, chás (mel e limão), costumes (uso de eucalipto, gargarejos com água, sal ou vinagre), hábitos alimentares (consumo de café e gemada) e práticas populares (uso de cebola).

Ao realizar a comparação entre os resultados obtidos, em ambos os casos identificou-se 1) a propagação de conteúdos falsos em múltiplos

canais e formatos, 2) o resgate de determinados assuntos ao longo do período pandêmico para compor narrativas falsas sobre a doença e 3) utilização de aspectos culturais em conteúdos falsos que abordaram *tratamentos, medidas de prevenção e religião*. Observou-se ainda que diferentes saberes tradicionais relacionados à saúde, hábitos alimentares, costumes, crenças religiosas e práticas populares foram acionados em conteúdos falsos de acordo com o país onde estes circularam.

Nos grupos temáticos sobre *interesses político-partidários, situação da doença em países, impacto da pandemia nas empresas, informação sobre a doença e vacinas*, não foram detectados argumentos, termos e/ou expressões que possam estar relacionados a aspectos culturais, em ambos países. Nesses casos, que representam 67,25% da base de dados brasileira e 53,76% da base de dados mexicana, o conteúdo das notícias falsas estão pautados em teorias de conspiração e/ou informações manipuladas ou fabricadas.

A utilização de elementos culturais no conteúdo das notícias falsas configura uma das estratégias de produção das mesmas para produzir sentido de proximidade (Fante et al; 2019) e de verossimilhança (Dourado, 2020). Isso ocorre devido à dimensão de sociabilidade presente nas redes sociais digitais, em que a proximidade e a afetividade envolvidas na troca de informações entre os usuários influenciam na recepção de conteúdos falsos. A nocividade de campanhas de desinformação pautadas nesse tipo de estratégia reside no fato de que, como explica Maciel (2021), em um “cenário de incerteza comunicacional, os indivíduos se voltariam para as pessoas mais próximas e reconhecidas como detentoras de algum tipo de conhecimento dentro do grupo”.

Esse mecanismo pode ter sido um fator influente para que a doença afetasse determinados grupos populacionais de forma desigual. No caso do Brasil, por exemplo, a disseminação de notícias falsas sobre a doença impactou negativamente, levando ao atraso da vacinação de povos indígenas (Oliveira, 2022). Segundo Oliveira (2022), indígenas relataram ao Ministério da Saúde brasileiro que recusaram a vacina por medo de virar jacaré, mudar de sexo, contrair o vírus HIV (causador da Aids) e até mesmo de morrer. De acordo com Fellows *et al.* (2021), a taxa de incidência de Covid-19 foi 136% mais alta do que a média nacional, e 70% maior do que a média entre todos os habitantes da região. Líderes religiosos também foram atingidos pela desinformação sobre a doença. Segundo Guimarães e Buono (2021), pastores evangélicos foram proporcionalmente os profissionais que mais morreram de Covid-19 em 2020, baseado na lista de 29 ocupações listadas pelo estudo da Rede de Pesquisa Solidária, apresentado pelas autoras.

No caso do México, as defasagens estruturais de serviços médico e sanitário em comunidades indígenas e populações rurais somadas à falta de campanhas de informação em saúde com uma abordagem culturalmente capaz de contemplar as diferentes realidades do país, contribuíram para a circulação de boatos de diferentes tipos, conforme aponta o trabalho intitulado *Los pueblos y comunidades indígenas frente al Covid-19 en México*, realizado pelo UN Human Rights Office (OHCHR) - ou Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), em português. Segundo o estudo, cerca de 7% da população mexicana fala uma língua indígena, e 21% autodenominam-se indígena. Além disso, a maioria está concentrada em comunidades rurais. A falta de infraestrutura médica

(em particular a dificuldade de acesso aos testes de Covid-19 para esses povos), se traduziu em uma maior taxa de mortalidade em indígenas detectados com Covid-19 do que na população em geral (OHCHR, 2020). Os estudos consultados levam a conclusão de que a falta de uma comunicação específica e culturalmente relevante para essas populações e o atraso da chegada de campanhas de informação e proteção da saúde a essas comunidades, conforme indica o OHCHR (2020), pode ter contribuído com a circulação de informações falsas. Por esta razão, uma das recomendações apontadas pelo OHCHR (2020) foi o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação culturalmente apropriada para comunidades indígenas e comparáveis, nas 68 línguas do país, com meios apropriados para sua divulgação e monitoramento de seu impacto.

A contribuição do framework das Cidades MIL em cenários de desinformação

Os estudos consultados revelaram a relação do universo cultural com a recepção de informações. Em um contexto em que as narrativas midiáticas estão sendo constantemente contestadas, a alfabetização midiática nas Cidades MIL oferece ferramentas essenciais para lidar com a crise da 'verdade factual'. Ao proporcionar a construção de um pensamento crítico sobre mídia e informação, as Cidades MIL capacitam os cidadãos a distinguirem o verdadeiro do falso, rompendo com a vulnerabilidade que a desinformação explora. Em outras palavras, as práticas de alfabetização podem transformar a forma como as pessoas se relacionam com as informações que consomem e compartilham, criando uma sociedade mais informada e resistente à manipulação.

Dessa forma, as Cidades MIL não apenas integram tecnologias digitais aos espaços urbanos, mas também criam um ambiente onde cidadãos bem informados podem participar ativamente da gestão e disseminação de informações, promovendo a transparência e a veracidade. Essa participação é essencial no combate às fake news, pois promove maior capacidade de questionamento e identificação de fontes confiáveis, além de propagar informações corretas em suas redes.

Nesse sentido, a crescente disseminação de fake news, como abordado em diversos estudos de caso sobre a pandemia de Covid-19, destaca a necessidade urgente de sistemas educativos que promovam a alfabetização midiática. As Cidades MIL se apresentam como um modelo inovador e propositivo, criando espaços urbanos onde as habilidades para identificar desinformação são ensinadas desde a infância até a vida adulta. A formação de cidadãos críticos, que compreendam a manipulação das informações, é um dos principais pilares para combater a desinformação em larga escala. Portanto, as Cidades MIL representam uma proposta inovadora e essencial para o enfrentamento da crise de desinformação. Ao integrar a alfabetização midiática nos espaços urbanos, elas preparam os cidadãos para compreender e participar ativamente da sociedade informacional, combatendo a desinformação e promovendo uma convivência mais ética e participativa na era digital. Ao educar as novas gerações e reformular os espaços urbanos, as Cidades MIL oferecem caminhos possíveis para reverter a crise de confiança nas instituições e mitigar os impactos negativos da desinformação.

Referências

Agência EFE. (2013, julho). Homossexuais protestam na chegada do papa ao Rio. Época Negócios. <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2013/07/homossexuais-protestam-na-chegada-do-papa-ao-rio.html>

Agência Lupa. (2020a, março 30). Es falso que el té de anís puede usarse como tratamiento contra el nuevo coronavirus. <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/30/verificamos-latam-anis-coronavirus/>

Agência Lupa. (2020b, maio 27). Es falso que el té de limón, ajo y jambú cura la Covid-19. <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/05/27/latamchequeate-limon-ajo-jambu-covid-19/>

Agência Lupa. (2020c, junho 1). Es falso que el té de boldo elimina los síntomas de la Covid-19 en hasta tres horas. <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/06/01/latamchequeate-boldo-elimina-sintomas-covid-19/>

Agência Lupa. (2020d, julho 9). Ajo, limón, naranja y melón de San Cayetano no curan ni previenen la Covid-19. <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/09/latamchequea-ajo-limon-naranja-melon-san-cayetano/>

Agência Lupa. (2020e, agosto 7). Es falso que la cloroquina y la ivermectina estén presentes en la cáscara de naranja y de limón. <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/08/07/latamchequea-cloroquina-ivermectina-cascara-naranja-limon/>

Agência Lupa. (2020f, março 30). Es falso que la Iglesia Universal vende alcohol en gel bendito por R\$ 500. <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/30/verificamos-latam-universal-coronavirus/>

Agência Lupa. (2020g, junho 1). "Pastor" que ofrece máscara invisible por R\$ 300 es, en verdad, humorista. <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/06/01/latamchequea-pastor-mascara-invisible/>

Agência Lupa. (2020h, julho 17). Es falso que la Iglesia Universal haya emitido un comunicado que cancela las "reuniones de cura" durante la pandemia. <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/17/latamchequea-iglesia-universal-cancela-reuniones-cura/>

Agência Lupa. (2020i, março 30). Es falso que el agua hervida con ajo cura el nuevo coronavirus. <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/30/verificamos-latam-ajo-coronavirus/>

Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211-236.

Alzamora, G. C., & Andrade, L. (2019). A dinâmica transmídia de fake news conforme a concepção pragmática de verdade. *MATRIZES*, 13(1), 109-131.

Angelo, M. (2021, abril). Indígenas na Amazônia morrem duas vezes mais por covid do que mostram os registros do Ministério da Saúde. *Mongabay*. <https://brasil.mongabay.com/2021/04/indigenas-na-amazonia-morrem-duas-vezes-mais-por-covid-do-que-mostrar-os-registros-do-ministerio-da-saude/>

Animal Político. (2020a). ¿Miel, aspirina y limón vencen al coronavirus? No, todavía no hay una cura. <https://www.animalpolitico.com/verificacion-de-hechos/desinformacion/miel-aspirina-limon-curan-coronavirus>

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Benkler, Y., Farris, R., & Roberts, H. (2018). *The origins of asymmetry*. In *Network propaganda* (Vol. 1). Oxford University Press. <https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/oso/9780190923624.001.0001/oso-9780190923624>

Berger, J., & Milkman, K. (2012). What makes online content viral? *Strategic Direction*, 28(8), sd.2012.05628haa.014.

Berthon, P. R., & Pitt, L. F. (2018). Brands, truthiness and post-fact: managing brands in a post-rational world. *Journal of Macromarketing*, 38(2), 218-227.

Bourdieu, P. (2007). *A distinção*. São Paulo: Edusp.

Bucci, E. (2019). *Existe democracia sem verdade factual?* Barueri: Estação das Letras e Cores.

Canclini, N. G. (1997). *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp.

Canclini, N. G. (2005). *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Canclini, N. G. (2008). *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras.

Carvalho, P. R., de Sousa, P. C. C., & Schneider, M. A. F. (2021). Desinformação na pandemia de Covid-19: Semelhanças informacionais entre Trump e Bolsonaro. *Em Questão*, 27(3), 15-41.

Castells, M. et al. (2007). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Center for Countering Digital Hate. (2020). *Pandemic profiteers: The business of anti-vaxx*. Retrieved from <https://www.counterhate.com/pandemicprofiteers>

Ceron, W. et al. (2021). COVID-19 fake news diffusion across Latin America. *Social Network Analysis and Mining*, 11(1), 47. <https://doi.org/10.1007/s13278-021-00754-8>

Chibás-Ortiz, F., Grizzle, A., Borges, A., Ramos, F., Mazzetti, B., & Silva Junior, O. (2020). Metrics of MIL Cities, Cultural Barriers and Artificial Intelligence analyzed under Unesco's view: São Paulo case. In M. Yanaze & F. Chibás-Ortiz (Eds.), *From Smart Cities to MIL Cities, Metrics inspired by Unesco's vision*. São Paulo: ECA-USP. Retrieved from <https://www.unesco.org/en/media-information-literacy/mil-cities>

Dias, A.P. (2023). *Usos e apropriações de elementos culturais pelas fake news sobre COVID-19 propagadas no Brasil e no México*. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/D.84.2023.tde-19072023-190515.

Dourado, T. M. S. G. (2020). *Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil* (Doctoral dissertation). Universidade Federal da Bahia, Salvador. Retrieved from <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31967>

Escalante, P. R. P. (2016). *O potencial comunicativo dos memes: Formas de letramento na rede digital* (Master's thesis). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Retrieved from <http://www.ppgcom.uerj.br/wp-content/uploads/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Pollyana-Escalante.pdf>

Escosteguy, A. C. D. (2001). *Cartografias dos estudos culturais: Uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica.

Estadão. (2020). Poema que descreve quarentena foi escrito em 2020, e não em 1869. Retrieved from https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/poema-que-descreve-quarentena-foi-escrito-em-2020-e-nao-em-1869/#Versao_em_espanhol

Fajardo, V. (2018). Como o analfabetismo funcional influencia a relação com as redes sociais no Brasil. *BBC News Brasil*. Retrieved from <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46177957>

Fante, A., da Silva, T. M., & da Graça, V. (2019). Fake news e Bakhtin: Gênero discursivo e a (des) apropriação da notícia. *Ameaças ao Ciberjornalismo*, 106.

Farmer, B. (2020). The coronavirus doesn't discriminate. U.S. health care may be a different story. *NPR*. Retrieved from <https://www.npr.org/2020/04/01/825499515/the-coronavirus-doesnt-discriminate-u-s-health-care-may-be-a-different-story>

Fellows, M. et al. (2021). Under-reporting of COVID-19 cases among indigenous peoples in Brazil: A new expression of old inequalities. *Frontiers in Psychiatry*, 352.

Fernandes, C. M., & Montuori, C. (2020). A rede de desinformação e a saúde em risco: Uma análise das fake news contidas em 'As 10 razões pelas quais você não deve vacinar seu filho'. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 14(2). Retrieved from <https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1975>

Ferrari, P. (2018). *Como sair das bolhas*. São Paulo: EDUC.

Figaro, R., & Grohmann, R. (2017). A recepção serve para pensar: Um "lugar" de embates. *Palavra Chave - Revista de Comunicación*, 20(1), 142-161.

Frau-Meigs, D. (2019). *Faut-il avoir peur des fake news?* Paris: La Documentation Française.

G1. (2014). Conheça a história dos 'rolezinhos' em São Paulo. Retrieved from <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>

Gomes, W. (2006). Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Gomes, W. (2009). Verdade e perspectiva: A questão da verdade e o fato jornalístico. In *Jornalismo, fatos e interesses: Ensaios de teoria do jornalismo* (pp. 63-83). Florianópolis: Insular.

Infodemia@MX. (2022). *Infodemia México*. Retrieved from <https://www.infodemia.mx/>

Jenkins, H. (2015). *Cultura da convergência*. São Paulo: Alef.

Jenkins, H., Kalinke, P., & Rocha, A. (2016). 'Convergência e conexão são o que impulsiona a mídia agora'. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39, 213-219.

Judd, E. (2020). Muslims 'immune to coronavirus' some imams in Somalia say, putting public at risk. *Alarabiya News*. Retrieved from <https://english.alarabiya.net/coronavirus/2020/05/10/Muslims-immune-to-coronavirus-some-imams-in-Somalia-say-putting-public-at-risk>

Kakutani, M. (2018). *A morte da verdade: Notas sobre a mentira na era Trump*. Editora Intrínseca.

Lippmann, W. (2008). *Opinião pública* (J. A. Wainberg, Trans., 2nd ed.). Petrópolis: Vozes.

Marwick, A. (2018). Why do people share fake news? A sociotechnical model of media effects. *Journalism: Theory, Practice & Criticism*, 2(2), 474-512.

Paho. (2022). *Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19*. Retrieved from https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=16

Pulido, C. M., Villarejo-Carballido, B., Redondo-Sama, G., & Guo, M. (2020). COVID-19 infodemic: More retweets for science-based information on coronavirus than for false information. *International Sociology*, 35(4), 377-392.

UNESCO. (2024). *Diretrizes operacionais - Construir Cidades de Alfabetização Midiática e Informacional da Unesco*. Retrieved from https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000391748_por

SOBRE OS ORGANIZADORES

Felipe Chibás-Ortiz

Email: chibas_f@yahoo.es, fechaibas@gmail.com, felipe.chibas@usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5506-4560>

Lates: <http://lattes.cnpq.br/1433211999026525>

Linkedin: <https://www.linkedin.com/in/felipe-chibás-ortiz-9046b825/>

Professor doutor e Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (USP). É Co-líder Internacional do Grupo de Inovação de UNESCO MIL ALLIANCE. Participa ativamente da criação da Rede de Cidades MIL em todo o mundo. Coordena a equipe internacional de pesquisa e consultoria CRIACOMC



(Criatividade, Inovação, Marketing, Comunicação e Cidades) da USP. Professor convidado de várias Universidades estrangeiras. Esteve envolvido como organizador e palestrante em eventos internacionais organizados pela UNESCO e ONU. Coordena em Cuba, o Encontro Internacional CULTURA, COMUNICAÇÃO, MARKETING E COMUNIDADE, evento que foca as Cidades MIL. Autor ou organizador de 33 livros publicados em diversos idiomas. Alguns deles são referências internacionais, como o "Das Cidades Inteligentes as Cidades MIL, métricas na visão da UNESCO". É autor da Metodologia das 20 Barreiras Culturais à Comunicação e 5 Dimensões da Criatividade (20 BCC-5DCR), Sistema dos 13 Indicadores e 252 métricas de Cidades MIL e do aplicativo MIL City Metrics, recomendados pela UNESCO. Lidera uma equipe transdisciplinar que investiga as competências e valores do Currículo de Alfabetização Midiática da UNESCO com Inteligência Artificial. Recebeu os reconhecimentos Líder por Vocação, Polônia (2022), Medalha da Cultura de Guarulhos, Brasil (2021), Aspirando a Cidades MIL,

Cuba (2022, 2023) e Primeiro Lugar do prêmio mundial da UNESCO, Global MIL Awards, Paris, França (2023).

PhD Professor and Associate Professor by the University of São Paulo (USP). He is International Co-Leader of the UNESCO MIL ALLIANCE Innovation Group. He actively participates in the creation of the MIL Cities Network around the world. He coordinates the international research and consultancy team CRIACOMC (Creativity, Innovation, Marketing, Communication and Cities) at USP. Guest professor at several foreign universities. He has been involved as an organizer and speaker at international events organized by UNESCO and the UN. In Cuba, he coordinates the International Meeting CULTURE, COMMUNICATION, MARKETING AND COMMUNITY, an event that focuses on MIL Cities. Author or organizer of 33 books published in different languages. Some of them are international references, such as "From Smart Cities to MIL Cities, metrics in UNESCO's vision". He is the author of the Methodology of 20 Cultural Barriers to Communication and 5 Dimensions of Creativity (20 BCC-5DCR), System of 13 Indicators and 252 MIL Cities metrics and the MIL City Metrics application, recommended by UNESCO. He leads a transdisciplinary team investigating the competencies and values of the UNESCO Media Literacy Curriculum with Artificial Intelligence. Received recognition as Leader by Vocation, Poland (2022), Medal of Culture of Guarulhos, Brazil (2021), Aspiring to MIL Cities, Cuba (2022, 2023) and First Place in the UNESCO world prize, Global MIL Awards, Paris, France (2023).

Profesor Doctor y Profesor Libre Docente por la Universidad de São Paulo (USP). Es el Colíder Internacional del Grupo de Innovación UNESCO MIL ALLIANCE. Participa activamente en la creación de la Red de Ciudades MIL alrededor del mundo. Coordina el equipo internacional de investigación y consultoría CRIACOMC (Creatividad, Innovación, Marketing, Comunicación y Ciudades) de la USP. Profesor invitado en varias universidades extranjeras. Participó como organizador y orador en eventos internacionales organizados por la UNESCO y la

ONU. Coordina en Cuba, el Encuentro Internacional CULTURA, COMUNICACIÓN, MARKETING Y COMUNIDAD, evento que tiene como foco las Ciudades MIL. Autor u organizador de 33 libros publicados en diferentes idiomas, algunos de ellos son referencia internacional, como el titulado “De Smart Cities a MIL Cities, métricas en la visión de UNESCO”. Es autor de la Metodología de 20 Barreras Culturales a la Comunicación y 5 Dimensiones de la Creatividad (20 BCC-5DCR), Sistema de 13 Indicadores y 252 métricas MIL Cities y la aplicación MIL City Metrics, recomendadas por la UNESCO. Lidera un equipo transdisciplinario que investiga las competencias y valores del Curriculum de Estudios de Alfabetización Mediática con Inteligencia Artificial de la UNESCO. Recibió reconocimientos como el de Líder por Vocación, Polonia (2022), Medalla de la Cultura de Guarulhos, Brasil (2021), Aspirando a Ciudades MIL, Cuba (2022, 2023) y Primer Lugar del premio mundial de la UNESCO, Global MIL Awards, París, Francia (2023).

Marilene Proença Rebello de Souza

Email: mprdsouz@usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8297-5674>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2891705696645235>

Linkedin: <https://www.linkedin.com/in/marilene-proen%C3%A7a-812591148/>



Professora Titular da Universidade de São Paulo (2015). Psicóloga pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (1978) e Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Educação da USP (1977). Mestrado, Doutorado e Livre-Docência em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (1991, 1996 e 2010, respectivamente). Docente e

pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (1997-atual) e Coordenadora do Programa de 2006 a 2014. Foi Presidente da Comissão de Pós-Graduação do IPUSP (2011-2014). Professora do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da USP/ PROLAM-USP (2011 - atual) e atual Coordenadora. Coordena o Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar - LIEPPE e é líder dos Grupos de Pesquisa do CNPq "Psicologia e Escolarização na América Latina: políticas públicas e atividade profissional na perspectiva histórico-crítica" e "Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina". Coordenadora do Centro de Ciência para o Desenvolvimento da Educação Básica: Aprendizagens e Convivência Escolar, com apoio da FAPESP. Professora do Curso de Graduação em Psicologia da USP. Membro da Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica do Instituto de Estudos Avançados da USP. Editora Chefe da Revista Psicologia Ciência e Profissão (2002-2004 e 2011-2013). Editora da Revista Psicologia Escolar e Educacional (2006-2008 e 2016-2020), Editora Temática da Revista Interamericana de Psicologia - Psicologia e Educação (2019-2021) e Membro do Conselho Editorial da Revista Psicologia Escolar e Educacional (2020-atual). Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e

Educacional (2002-atual). Conselheira do Conselho Federal de Psicologia (2002 a 2004 e de 2010 a 2013) e do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2005-2007 e 2008 a 2010). Vice-Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP (2014-2016). Diretora do Instituto de Psicologia da USP (2016-2020). Membro do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade e do Conselho Consultivo da CNTU- Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados. Compõe o Conselho Consultivo do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff e o Conselho Curador da FUVEST/ USP. Realizou Estágio Pós-Doutoral na York University, Canadá (2001-2002). Foi Professora Visitante nas seguintes Universidades: York University, Canadá; Instituto Politécnico Nacional, México, Departamento de Investigaciones Educativas do Centro de Investigación y de Estudios Avanzados; Universidade de Bologna, Itália, Faculdade de Psicologia; Universidade do Porto, Portugal, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e Universidade Autônoma do Perú. É Bolsista Produtividade do CNPq, nível 1C. Coordenadora do Grupo de Trabalho Psicologia da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd (2003-2005 e 2007 a 2009). Coordenadora do Grupo de Trabalho Psicologia e Educação da Sociedade Interamericana de Psicologia - SIP (2017 -2021). Coordenadora do GT Psicologia e Educação da União Latinoamericana de Psicologia - ULAPSI (2023-2025). Membro da AHILA - Associação de Historiadores Latinoamericanistas Europeus. Membro do GT da ANPEPP - Psicologia e Políticas Públicas (2014 - atual) e da ANPEd Psicologia da Educação (1997- atual). Pesquisadora e docente da área de Psicologia Escolar e Educacional, pesquisando, principalmente, os seguintes temas: políticas públicas em educação, formação e atuação de psicólogos, formação de professores, escolarização, medicalização da educação e da sociedade, direitos da criança e do adolescente; psicologia, sociedade e educação na América Latina. Presidente Anterior da Academia Paulista de Psicologia, ocupando a Cadeira no. 02, Lourenço Filho. ORCID 0000-0002-8297-5674.

Rita De Cássia Marques Lima De Castro

ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da Latina - PROLAM/USP. Mestre em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, formada pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero. Bacharel em



América

Vargas.

Administração pelo Centro Universitário Senac SP. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Senac SP. Pós-doutorados: 1) FEA-USP, Departamento de Administração (2015-2017). 2) FEA-USP, Departamento de Economia (2019-2022). Na USP: Professora e orientadora de Mestrado e Doutorado - Prolam-USP, desde jan.2021. Pesquisadora no CORS - Center for Organization Studies e no NESPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas, ambos da FEA-USP. Pesquisadora no GP--CNPq - Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina, do Instituto de Psicologia-USP e no CRIACOMC (ECA-USP); Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio - IR-USP. Presidente adjunta para o Brasil e Chefe de Relações Internacionais do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Professora de Ensino Superior desde 2004. Avaliadora ad hoc de cursos - Banco Nacional de Avaliadores - Basis - INEP-MEC. Avaliadora de premiações na área pública (As Melhores Práticas de Estágio na PMSP - Prefeitura de São Paulo, São Paulo Cidade, Mário Covas, Inovação - Sefaz). Na Área Acadêmica, desde 1998 desenvolve projetos de Credenciamento Internacional, Auto Avaliação Institucional, Implantação de Sistemas Educacionais, Assessoria Acadêmica - Apoio à Pesquisa.

PhD in Sciences by the Inter-Unit Postgraduate Program in Latin American Integration - PROLAM/USP. Master in Business Administration from the São Paulo School of

Business Administration of Fundação Getúlio Vargas. Journalist, graduated from the Faculty of Social Communication Casper Líbero. Bachelor of Business Administration from Centro Universitário Senac SP. Bachelor in Accounting Sciences from Centro Universitário Senac SP. Post-Doctorates: 1) FEA-USP, Department of Administration (2015-2017). 2) FEA-USP, Department of Economics (2019-2022). At USP: Professor and supervisor of Master's and Doctorate - Prolam-USP, since Jan.2021. Researcher at CORS - Center for Organization Studies and at NESPI - Center for Studies and Research in International Policy, International Studies and Comparative Policies, both at FEA-USP. Researcher at GP--CNPq - Psychology, Society and Education in Latin America, at the Institute of Psychology-USP and in the CRIACOMC (ECA-USP); Researcher at the José Bonifácio Chair - IR-USP. Deputy President for Brazil and Head of International Relations at the Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Professor of Higher Education since 2004. Ad hoc course evaluator - National Bank of Evaluators - Basis - INEP-MEC. Awards evaluator in the public area (Best Internship Practices at PMSP - São Paulo City Hall, São Paulo City, Mário Covas, Inovação - Sefaz). In the Academic Area, since 1998 develops projects of International Accreditation, Institutional Self-Assessment, Implementation of Educational Systems, Academic Advisory - Research Support.

Doctora en Ciencias por el Programa Interuniversitario de Posgrado en Integración Latinoamericana - PROLAM/USP. Maestría en Administración de Empresas por la "Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Periodista, egresada de la Facultad de Comunicación Social Casper Líbero. Licenciada en Administración de Empresas por el Centro Universitário Senac SP. Licenciada en Ciencias Contables por el Centro Universitário Senac SP. Post-Doctorados: 1) FEA-USP, Departamento de Administración (2015-2017). 2) FEA-USP, Departamento de Economía (2019-2022). En la USP: Profesora y supervisora de Maestría y Doctorado - Prolam-USP, desde enero de 2021. Investigadora del CORS - Centro de Estudios de las Organizaciones y del NESPI - Centro de Estudios e Investigaciones en Política Internacional, Estudios Internacionales y Políticas Comparadas, ambos de la FEA-USP. Investigadora del GP--CNPq - Psicología, Sociedad y Educación en América Latina, del Instituto de Psicología-USP y en el CRIACOMC (ECA-USP; Investigador de la Cátedra José Bonifácio - IR-USP. Vicepresidenta por Brasil y Jefa de Relaciones Internacionales del Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Profesor de Educación Superior desde 2004. Evaluador de cursos ad hoc - Banco Nacional de Evaluadores - Base - INEP-MEC. Evaluador de premios en el área pública (Mejores Prácticas de Pasantía en PMSP - Alcaldía de São Paulo, Ciudad de São Paulo, Mário Covas, Inovação - Sefaz). En el Área Académica, desde 1998 desarrolla proyectos de Acreditación Internacional, Autoevaluación Institucional, Implementación de Sistemas Educativos, Asesoría Académica - Apoyo a la Investigación.

Júlio César Suzuki

jcsuzuki@usp.br

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade do Paraná, graduação em Química pelo Federal de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo, doutorado em Geografia (Geografia pela Universidade de São Paulo e Livre-



Federal
Instituto

São
Humana)

Docência, em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método.

Julio Cesar Suzuki has a degree in Geography from the Federal University of Mato Grosso, a degree in Letters from the Federal University of Paraná, a degree in Chemistry from the Federal Institute of São Paulo, a Master's degree in Geography (Human Geography) from the University of São Paulo, a PhD in Geography (Human Geography) from the University of São Paulo and an Habilitation Thesis in Political, Social and Economic Foundations of Geography from the Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences of the University of São Paulo. Associate Professor at the University of São Paulo and the Postgraduate Program (Master's and

Doctorate) in Latin American Integration (PROLAM/USP), where he also acts as vice-coordinator. He has experience in Geography, with an emphasis on Human Geography, working mainly on the following subjects: Agriculture, Urbanization, Geography and Literature and Theory and Method.

Licenciado en Geografía por la Universidad Federal de Mato Grosso, Licenciado en Letras por la Universidad Federal de Paraná, Licenciado en Química por el Instituto Federal de São Paulo, Máster en Geografía (Geografía Humana) por la Universidad de São Paulo, Doctor en Geografía (Geografía Humana) por la Universidad de São Paulo y Tesis de habilitación en Fundamentos Políticos, Sociales y Económicos de la Geografía por la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo. Actualmente es Profesor Asociado de la Universidad de São Paulo y del Programa de Postgrado (Maestría y Doctorado) en Integración Latinoamericana (PROLAM/USP), donde también actúa como vicecoordinador. Tiene experiencia en Geografía, con énfasis en Geografía Humana, trabajando principalmente en las siguientes temáticas: Agricultura, Urbanización, Geografía y Literatura y Teoría y Método.

Sobre os Autores

(*) Currículos apresentados em três línguas, respeitando-se a ordem de origem e/ou envio das informações feito pelos autores

Adriana Backx

Professora Titular e Coordenadora do Grupo de Pesquisa de Inteligência Artificial na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP). Também integra o Conselho Diretivo do Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL (CIIDCMIL-USP). Com vasta experiência em métodos quantitativos e estatística aplicada, Backx desenvolve pesquisas sobre aprendizagem digital, inovação tecnológica e inteligência artificial aplicada à gestão urbana. É autora de diversos estudos sobre cidades inteligentes e Cidades MIL, explorando métricas inspiradas na visão da UNESCO. Além de sua atuação acadêmica, coordena cursos de extensão voltados para inovação e transformação social, promovendo a alfabetização midiática e informacional como ferramenta para o desenvolvimento sustentável. Seu trabalho busca integrar inteligência artificial, educação e políticas públicas, contribuindo para a construção de cidades mais inclusivas e tecnologicamente avançadas.

Profesora Titular y Coordinadora del Grupo de Investigación en Inteligencia Artificial en la Facultad de Economía, Administración y Contabilidad (FEA-USP). También forma parte del Consejo Directivo del Centro Internacional de Innovación y Desarrollo de Ciudades MIL (CIIDCMIL-USP). Con amplia experiencia en métodos cuantitativos y estadística aplicada, Backx desarrolla investigaciones sobre aprendizaje digital, innovación tecnológica e inteligencia artificial aplicada a la gestión urbana. Es autora de varios estudios sobre ciudades inteligentes y Ciudades MIL, explorando métricas inspiradas en la visión de la UNESCO. Además de su labor académica, coordina cursos de extensión enfocados en innovación y transformación social, promoviendo la alfabetización mediática e informacional como herramienta para el desarrollo sostenible. Su trabajo busca integrar inteligencia artificial, educación y políticas públicas, contribuyendo a la construcción de ciudades más inclusivas y tecnológicamente avanzadas.

Full Professor and Coordinator of the Artificial Intelligence Research Group at the Faculty of Economics, Administration, and Accounting (FEA-USP). She is also a member of the Board of Directors of the International Center for Innovation and Development of MIL Cities (CIIDCMIL-USP). With extensive experience in quantitative methods and applied statistics, Backx conducts research on digital learning, technological innovation, and artificial intelligence applied to urban management. She has authored several studies on smart cities and MIL Cities, exploring metrics inspired by UNESCO's vision. Beyond her academic work, she coordinates extension courses focused on innovation and social transformation, promoting media and information literacy as a tool for sustainable development. Her work aims to integrate artificial intelligence, education, and public policies, contributing to the development of more inclusive and technologically advanced cities.

Alba María Martínez-Sala

Doctora por la Universidad Miguel Hernández: Bellas Artes (Arte y diseño gráfico) y Premio Extraordinario de Doctorado de la Universidad Miguel Hernández (2015-2016). Licenciada en Ciencias de la Información, Publicidad y Relaciones Públicas: Universidad Complutense de Madrid. Docente en el Grado de Publicidad y Relaciones Públicas, en el ámbito de la estrategia de la publicidad y de las relaciones públicas en la Universidad de Alicante. Además, desde el curso 2019-20 es miembro de la Comisión Permanente del Departamento de Comunicación y Psicología Social. Sus principales líneas de investigación se centran en torno a estrategias de comunicación y marketing digital, bajo las premisas y tendencias más actuales: marketing experiencial y relacional, tanto en el ámbito público y privado. Sus últimos trabajos contribuyen al análisis del impacto del modelo web 2.0 en ambos ámbitos. Pertenece a los grupos de investigación Marketing Experiencial, Eventos y Comunicación Integrada (MAE-CO) y Ageing & Communication (AgeCOM), de la Universidad de Alicante y, Gestión de la Comunicación Estratégica (GCE, Universidad Técnica Particular de Loja, Ecuador). Así mismo forma parte del equipo de la Cátedra de Brecha Digital Generacional de la UA y es miembro del Instituto Universitario de Estudios Sociales de América Latina (IUESAL). Ha sido distinguida como profesora honorífica por la Universidad Católica de Miami (EE. UU.) En el ámbito profesional ha desempeñado su actividad en diferentes organizaciones privadas del ámbito de la publicidad y las RR. PP. Su trabajo se ha desarrollado principalmente en los departamentos de medios, cuentas y coordinación, siendo una de sus funciones habituales el diseño y desarrollo de estrategias en estas áreas. Jerárquicamente ha ocupado puestos tanto de nivel intermedio como de dirección y ha trabajado para cuentas de ámbito internacional, nacional y local de carácter privado y público.

PhD from the Miguel Hernández University: Fine Arts (Art and Graphic Design) and Extraordinary Doctorate Award from the Miguel Hernández University (2015-2016). Degree in Information Sciences, Advertising and Public Relations: Complutense University of Madrid. Lecturer in the Degree in Advertising and Public Relations, in the field of advertising strategy and public relations at the University of Alicante. In addition, since the 2019-20 academic year she is a member of the Standing Committee of the Department of Communication and Social Psychology. His main lines of research focus on communication strategies and digital marketing, under the most current premises and trends: experiential and relational marketing, both in the public and private sphere. His latest work contributes to the analysis of the impact of the web 2.0 model in both areas. He belongs to the research groups Experiential Marketing, Events and Integrated Communication (MAE-CO) and Ageing & Communication (AgeCOM), of the University of Alicante and Strategic Communication Management (GCE, Universidad Técnica Particular de Loja, Ecuador). She is also a member of the team of the Chair of the Generational Digital Divide of the UA and a member of the University Institute of Social Studies of Latin America (IUESAL). She has been distinguished as honorary professor by the Catholic University of Miami (USA). In the professional field, she has worked in different private organisations in the field of advertising and PR. Her work has been developed mainly in the media, accounts and coordination departments, being one of her usual functions the design and development of strategies in these areas. He has held both middle and senior management positions and has worked for international, national and local private and public accounts.

Doutorado pela Universidade Miguel Hernández: Belas Artes (Arte e Design Gráfico) e Prêmio Extraordinário de Doutorado pela Universidade Miguel Hernández (2015-2016). Licenciatura em Ciências da Informação, Publicidade e Relações Públicas: Universidade Complutense de Madri. Docente do curso de Publicidade e Relações Públicas, na área de estratégia publicitária e relações públicas da Universidade de Alicante. Além disso, desde o ano acadêmico de 2019-20, ela é membro do Comitê Permanente do Departamento de Comunicação e Psicologia Social. Suas principais linhas de pesquisa se concentram em estratégias de comunicação e marketing digital, sob as premissas e tendências mais atuais: marketing experiencial e relacional, tanto na esfera pública quanto na privada. Seu trabalho mais recente contribui para a análise do impacto do modelo da Web 2.0 em ambas as áreas. Pertence aos grupos de pesquisa Marketing Experiencial, Eventos e Comunicação Integrada (MAE-CO) e Envelhecimento e Comunicação (AgeCOM), da Universidade de Alicante e Gestão Estratégica da Comunicação (GCE, Universidade Técnica Particular de Loja, Equador). Ela também faz parte da equipe da Cátedra de Divisão Digital Geracional da UA e é membro do Instituto Universitário de Estudos Sociais da América Latina (IUESAL). Foi distinguida como professora honorária pela Universidade Católica de Miami (EUA). No campo profissional, trabalhou em diferentes organizações privadas na área de publicidade e RP. Seu trabalho foi desenvolvido principalmente nos departamentos de mídia, contas e coordenação, sendo uma de suas funções habituais o desenho e o desenvolvimento de estratégias nessas áreas. Ele ocupou cargos de gerência média e sênior e trabalhou para contas públicas e privadas internacionais, nacionais e locais.

Alejandro Martin del Campo

Diretor do Observatório Digital da Universidade TEC de Monterrey, México

martindelcampo@tec.mx

Con más de 10 años de experiencia en medios de comunicación, el Dr. Martín del Campo fue Director de Programación y Productor Ejecutivo. Además, trabajó como consultor en México y Latinoamérica en diferentes empresas relacionadas con Investigación de Mercados y Opinión Pública. Socio Fundador de The App Date y Apuntes de Rabona. Sus líneas de investigación son la intersección entre la comunicación y la opinión pública en los medios emergentes, actualmente estudia el discurso político y la propaganda en las redes sociales. Sus intereses son e-Democracy, Cultura Digital, Internet y Derechos humanos. Director Nacional de Programa Periodismo. Escuela de Humanidades y Educación

With more than 10 years of experience in the media, Dr. Martin del Campo was Director of Programming and Executive Producer. In addition, he worked as a consultant in Mexico and Latin America in different companies related to Market Research and Public Opinion. Founding Partner of The App Date and Apuntes de Rabona. His research interests are the intersection between communication and public opinion in emerging media, currently studying political discourse and propaganda in social networks. His interests are e-Democracy, Digital Culture, Internet and Human Rights. National Director of the Journalism Program. School of Humanities and Education

Possui mais de 10 anos de experiência em mídia, o Dr. Martín del Campo atuou como Diretor de Programação e Produtor Executivo. Ele também trabalhou como consultor no México e na América Latina para diversas empresas especializadas em pesquisa de mercado e opinião pública. Sócio fundador do The App Date e Rabona Notes. Sua pesquisa se concentra na intersecção entre comunicação e opinião pública na mídia emergente; Atualmente, ela estuda discurso político e propaganda nas mídias sociais. Seus interesses são e-Democracia, Cultura Digital, Internet e Direitos Humanos. Atualmente é Diretor Nacional do Programa de Jornalismo da Escola de Humanidades e Educação, Campus de Monterrey.

Almudena Barrientos-Báez

e-mail: almbarri@ucm.es

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4732254400480379>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9913-3353>

Researcher ID 57203433556

Universidad Complutense de Madrid

Assessor da Vice-Reitoria de Investigação e Transferência e Professor da Universidade Complutense de Madrid. Doutor com menção internacional Cum Laude em Educação. Mestrado em Gestão de Protocolos, Produção, Organização e Design de Eventos - área COMUNICAÇÃO - (Univ. Camilo José Cela). O seu trabalho de investigação está ligado direta e também transversalmente ao Neuromarketing, Neurocomunicação, Género, Redes Sociais, Comunicação, RP e TIC. Índice h 22. Faz parte do Projeto Meios Audiovisuais Públicos no ecossistema de plataformas: modelos de gestão e avaliação do valor público de referência para Espanha. Ministério da Ciência e Inovação. Académico da Academia de Televisão e Ciências e Artes do Audiovisual. Membro do Comité de Peritos em Literacia Mediática. Programa de Cooperação UNESCO UNITWIN em Alfabetização Midiática e Informacional e Diálogo Intercultural. Desenvolvimento da Agenda de Investigação da UNESCO na AMI (UAB).

Asesora del Vicerrectorado de Investigación y Transferencia y Profesora en la Universidad Complutense de Madrid. Doctora con mención internacional Cum Laude en Educación. Máster en Dirección de Protocolo, Producción, Organización y Diseño de Eventos - área de COMUNICACIÓN - (Univ. Camilo José Cela). Su labor investigadora está unida de manera directa y también transversalmente al Neuromarketing, Neurocomunicación, Género, Redes Sociales, Comunicación, RRPP y TIC. Índice h 22. Forma parte del Proyecto Medios audiovisuales públicos ante el ecosistema de las plataformas: modelos de gestión y evaluación del valor público de referencia para España. Ministerio de Ciencia e Innovación. Académica de la Academia de Televisión y de las Ciencias y Artes del Audiovisual. Miembro del Comité de Expertos de Alfabetización Mediática. UNESCO UNITWIN Cooperation Programme on Media and Information Literacy and Intercultural Dialogue. Desarrollo de la Agenda UNESCO de investigación en AMI (UAB).

Advisor to the Vice-Rector's Office for Research and Transfer and Professor at the Complutense University of Madrid. Doctor with Cum Laude international mention in Education. Master in Protocol Management, Production, Organization and Design of Events - COMMUNICATION area - (Univ. Camilo José Cela). Her research work is linked directly and also transversally to Neuromarketing, Neurocommunication, Gender, Social Networks, Communication, PR and ICT. Index h 22. It is part of the Public audiovisual media project in the platform ecosystem: management and evaluation models of the reference public value for Spain. Ministry of Science and Innovation. Academic of the Academy of Television and Audiovisual Sciences and Arts. Member of the Media Literacy Expert Committee. UNESCO UNITWIN Cooperation Program on Media and Information Literacy and Intercultural Dialogue. Development of the UNESCO Research Agenda in AMI (UAB).

Ana Paula Dias

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), Brasil. Possui pós-graduação em Reinvenção Digital pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e é graduada em Comunicação Social - Relações Públicas pela ECA-USP. Atua como Editora Assistente no Brazilian Journal of Latin American Studies e é colunista do Observatório da Comunicação Institucional, abordando temas de comunicação digital. É membro do Comitê Jovem da UNESCO MIL Alliance, do Center for Artificial Intelligence C4AI IBM/USP na linha de IA e Humanidades, e do grupo Toth-Criarcom CEACOM USP. Foi coautora dos livros "Red de Ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030" e "A dimensão cultural nos processos de integração entre países da América Latina", além de contribuir para o Anuário MILID Unesco 2020-2021 e o livro "Ciclo de Marketing Digital". Sua pesquisa interdisciplinar abrange sustentabilidade, comunicação digital e organizacional, com apresentações em eventos acadêmicos internacionais, como o Colóquio Internacional "Comment parler d'environnement?" na Aix-Marseille Université (França).

Máster por el Programa de Postgrado en Integración Latinoamericana de la Universidad de São Paulo (PROLAM-USP), Brasil. Posee posgrado en Reinvencción Digital por la Escuela Superior de Propaganda y Marketing (ESPM) y es graduada en Comunicación Social - Relaciones Públicas por la ECA-USP. Se desempeña como Editora Asistente en el Brazilian Journal of Latin American Studies y es columnista del Observatorio de Comunicación Institucional, abordando temas de comunicación digital. Es miembro del Comité Joven de UNESCO MIL Alliance, del Center for Artificial Intelligence C4AI IBM/USP en la línea de IA y Humanidades, y del grupo Toth-Criarcom CEACOM USP. Fue coautora de los libros "Red de Ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030" y "La dimensión cultural en los procesos de integración entre países de América Latina", además de contribuir al Anuario MILID Unesco 2020-2021 y al libro "Ciclo de Marketing Digital". Su investigación interdisciplinaria abarca sostenibilidad, comunicación digital y organizacional, con presentaciones en eventos académicos internacionales, como el Coloquio Internacional "Comment parler d'environnement?" en la Aix-Marseille Université (Francia)

Master's Degree from the Graduate Program in Latin American Integration at the University of São Paulo (PROLAM-USP), Brazil. She has a postgraduate degree in Digital Reinvention from the Higher School of Advertising and Marketing (ESPM) and a Bachelor's degree in Social Communication - Public Relations from ECA-USP. She works as an Assistant Editor at the Brazilian Journal of Latin American Studies and is a columnist for the Institutional Communication Observatory, covering digital communication topics. She is a member of the UNESCO MIL Alliance Youth Committee, the Center for Artificial Intelligence C4AI IBM/USP in the AI and Humanities research area, and the Toth-Criarcom CEACOM USP group. She co-authored the books "Red de Ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030" and "The Cultural Dimension in the Integration Processes Between Latin American Countries", as well as contributing to the UNESCO MILID Yearbook 2020-2021 and the book "Digital Marketing Cycle". Her interdisciplinary research covers sustainability, digital communication, and organizational communication, with presentations at international academic events, such as the International Colloquium "Comment parler d'environnement?" at Aix-Marseille Université (France).

Ann Jacob

Bolsista de pesquisa, Departamento de Mídia Visual e Comunicação, Escola de Artes, Humanidades e Comércio, Amrita Vishwa Vidyapeetham, Campus de Kochi, Kerala, Índia. A Sra. Ann Jacob é uma acadêmica dedicada à pesquisa no Amrita Vishwa Vidyapeetham, campus de Kochi. Suas atividades acadêmicas se concentram na exploração de estruturas inovadoras em mídia e comunicação, com ênfase especial na promoção da inclusão multicultural e da alfabetização informacional em contextos urbanos. Apaixonada por pesquisa, ela pretende contribuir com percepções significativas que abordem os desafios sociais contemporâneos por meio da interseção de mídia, educação e política.

Research Scholar, Dept. of Visual Media and Communication, School of Arts, Humanities and Commerce, Amrita Vishwa Vidyapeetham, Kochi Campus, Kerala, India. Ms. Ann Jacob is a dedicated research scholar at Amrita Vishwa Vidyapeetham, Kochi Campus. Her academic pursuits are focused on exploring innovative frameworks in media and communication, with a particular emphasis on fostering multicultural inclusivity and information literacy in urban contexts. Passionate about research, she aims to contribute meaningful insights that address contemporary societal challenges through the intersection of media, education, and policy.

Becaria de investigación, Departamento de Medios Visuales y Comunicación, Escuela de Artes, Humanidades y Comercio, Amrita Vishwa Vidyapeetham, Campus de Kochi, Kerala, India. Ann Jacob se dedica a la investigación en Amrita Vishwa Vidyapeetham, Kochi Campus. Sus actividades académicas se centran en la exploración de marcos innovadores en medios y comunicación, con especial énfasis en la promoción de la inclusión multicultural y la alfabetización informacional en contextos urbanos. Apasionada de la investigación, su objetivo es aportar ideas significativas que aborden los retos sociales contemporáneos a través de la intersección de los medios de comunicación, la educación y la política.

Carla Francisca Fatio

Artista plástica e doutora pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Assessora Institucional - Abaçai Cultura e Arte. Também atua como profissional independente no Projeto AMeTISTA - "ame o artista que há dentro de vc". Bacharel em Comunicação Visual pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP (1985), Mestrado em Educação: Psicopedagogia pela Universidade de Santo Amaro - UNISA (2005), Mestrado em Artes: Ensino Aprendizagem pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista - UNESP (2009), Doutorado em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM da Universidade de São Paulo USP (2012), Pós-Doutorado pela Escola de Comunicação e Artes ECA/PROLAM da Universidade de São Paulo - USP (2021).

Visual artist and PhD from the University of São Paulo (USP), Brazil. Institutional Advisor - Abaçai Cultura e Arte. She also works as an independent professional in the AMeTISTA Project - "love the artist within you" Bachelor's Degree in Visual Communication from the Armando Alvares Penteado Foundation - FAAP (1985), Master's Degree in Education: Psychopedagogy from the University of Santo Amaro - UNISA (2005), Master's Degree in Arts: Teaching Learning from the Institute of Arts of the São Paulo State University - UNESP (2009), Doctorate in Sciences from the Postgraduate Program in Latin American Integration - PROLAM at the University of São Paulo USP (2012), Post-Doctorate from the School of Communication and Arts ECA/PROLAM at the University of São Paulo - USP (2021).

Artista visual y doctora por la Universidad de São Paulo (USP), Brasil. Asesor Institucional - Cultura y Arte Abaçai. También trabaja como profesional independiente en el Proyecto AMeTISTA - "ama al artista que llevas dentro". Licenciada en Comunicación Visual por la Fundación Armando Alvares Penteado - FAAP (1985), Máster en Educación: Psicopedagogía por la Universidad de Santo Amaro - UNISA (2005), Máster en Artes: Enseñanza-Aprendizaje por el Instituto de Artes de la Universidad Estadual Paulista - UNESP (2009), Doctora en Ciencias por el Programa de Postgrado en Integración Latinoamericana - PROLAM de la Universidad de São Paulo USP (2012), Postdoctorado por la Escuela de Comunicación y Artes ECA/PROLAM de la Universidad de São Paulo - USP (2021).

Carmen Marta-Lazo

e-mails: cmarta@unizar.es; cmartalazo@gmail.com

Wikipedia: https://es.wikipedia.org/wiki/Carmen_Marta_Lazo

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0004-1094>

Professora de Jornalismo da Universidade de Zaragoza. Diretora da UP de Jornalismo, Comunicação Audiovisual e Publicidade. Diretora de Cursos Extraordinários. Pesquisadora Principal do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Informação Digital (GICID). Diretora da plataforma digital Entremedios. Co-editora da Revista Mediterránea de Comunicación. Representante da UNIZAR na comissão multimídia na Conferência de Reitores da Espanha (CRUE) e do cluster audiovisual de Aragón. Autora de mais de duzentas publicações, incluindo livros, capítulos e artigos científicos relacionados às suas linhas de pesquisa: educação midiática, competências digitais e usos e interações em redes sociais. Orientou dezesseis teses de doutorado. No Dialnet, é a autora mulher mais citada em Jornalismo e, no Google Scholar, está na lista das 3000 cientistas mais citadas de todas as áreas de conhecimento. Recebeu os prêmios: Drago da Sociedade Latina de Comunicação Social (2015); Cinema e Saúde do Governo de Aragão (2016); Membro Honorário do Grupo Comunicar (2016); Prêmio do Conselho Social da Universidad de Zaragoza (2018), Prêmio TRICLAB (2019), Prêmio Cátedra Banco Santander (2021), Visitante Distinta de Arequipa (2022), Prêmio de Igualdade da UNED (2022), Prêmio Doblón (2023), Prêmio Búho da Associação de Amigos do Livro (2023) e Prêmio Ramón y Cajal-Aragón Investiga (2023).

Catedrática de Periodismo de la Universidad de Zaragoza. Directora de la UP de Periodismo, Comunicación Audiovisual y Publicidad. Directora de Cursos Extraordinarios. Investigadora Principal del Grupo de Investigación en Comunicación e Información Digital (GICID). Directora de la plataforma digital Entremedios. Co-editora de Revista Mediterránea de Comunicación. Representante de UNIZAR en la comisión multimedia en Conferencia de Rectores de España (CRUE) y del clúster audiovisual de Aragón. Ha escrito más de doscientas publicaciones, entre libros, capítulos y artículos científicos relacionados con sus líneas de investigación: educación mediática, competencias digitales y usos e interacciones en redes sociales. Ha dirigido dieciseis tesis doctorales. En Dialnet es la autora mujer más citada en Periodismo y en Google Scholar en el listado de las 3000 científicas más

citadas de todas las áreas de conocimiento. Premios: Drago de Sociedad Latina de Comunicación Social (2015); Cine y Salud del Gobierno de Aragón (2016); Socia de Honor del Grupo Comunicar (2016); Premio del Consejo Social de Universidad de Zaragoza (2018), Premio TRICLAB (2019), Premio Cátedra Banco Santander (2021), Visitante Distinguida de Arequipa (2022), Premio de Igualdad de UNED (2022), Premio Doblón (2023), Premio Búho de Asociación de Amigos del Libro (2023) y Premio Ramón y Cajal-Aragón Investiga (2023).

Professor of Journalism at the University of Zaragoza. Director of the UP of Journalism, Audiovisual Communication, and Advertising. Director of Extraordinary Courses. Principal Researcher of the Research Group in Communication and Digital Information (GICID). Director of the digital platform Entremedios. Co-editor of the Mediterranean Journal of Communication. Representative of UNIZAR in the multimedia commission at the Conference of Rectors of Spain (CRUE) and of the audiovisual cluster of Aragon. She has written over two hundred publications, including books, chapters, and scientific articles related to her research lines: media education, digital competencies, and uses and interactions on social networks. She has supervised sixteen doctoral theses. In Dialnet, she is the most cited female author in Journalism, and in Google Scholar, she appears in the list of the 3000 most cited scientists from all areas of knowledge. Awards: Drago from the Latin Society of Social Communication (2015); Cinema and Health from the Government of Aragon (2016); Honorary Member of the Comunicar Group (2016); Award from the Social Council of the University of Zaragoza (2018), TRICLAB Award (2019), Banco Santander Chair Award (2021), Distinguished Visitor of Arequipa (2022), Equality Award from UNED (2022), Doblón Award (2023), Búho Award from the Association of Friends of the Book (2023), and Ramón y Cajal-Aragon Investiga Award (2023).

David Caldevilla-Domínguez

e-mail: davidcaldevilla@ccinf.ucm.es

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4732254400480379>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9850-1350>

Professor, Licenciado e Doutor em Ciências da Informação (Comunicação Audiovisual pela U. Complutense). Diploma em Docência (U. de Saragoça). Professor titular da Faculdade de Ciências da Informação da UCM. Docente em: U. Complutense, U. Europeia de Madrid, IED, ESERP e IPAM (Porto -Portugal-). Índice h 27. 6º autor espanhol em trabalhos publicados na área de comunicação, 13º em artigos citados e 20º em citações recebidas de um total de 747 autores. Palestrante e conferencista em diversos cursos e professor em diversas titulações próprias (Telemadrid, Walter & Thompson, McCann...). Secretário Geral da SEECI (Sociedade Espanhola de Estudos de Comunicação Ibero-Americanos), da História dos Sistemas de Informação (HISIN) e do "Fórum Internacional de Comunicação e Relações Públicas" (Fórum XXI). Investigador Principal (PI) do Grupo de Investigação Complutense & Concilium

Catedrático, Licenciado y Doctor en Ciencias de la Información (Comunicación Audiovisual por la U. Complutense). Diplomado en Magisterio (U. de Zaragoza). Profesor titular en la Facultad de Ciencias de la Información de la UCM. Docente en: U. Complutense, U. Europea de Madrid, IED, ESERP e IPAM (Oporto -Portugal-). Índice h 27. 6º autor español en trabajos publicados en el área de comunicación, 13º en artículos citados y 20º en citas recibidas de 747 autores totales. Ponente y conferenciante en diversos cursos y profesor en varios títulos propios (Telemadrid, Walter & Thompson, McCann...). Secretario General de la SEECI (Sociedad Española de Estudios de Comunicación Iberoamericana), de Historia de los Sistemas Informativos (HISIN) y del "Fórum Internacional de la Comunicación y Relaciones Públicas" (Fórum XXI). Investigador Principal (IP) del Grupo Complutense de Investigación 'Concilium'.

Professor, Graduate and Doctor in Information Sciences (Audiovisual Communication from the U. Complutense). Diploma in Teaching (U. of Zaragoza). Full professor at the Faculty of Information Sciences of the UCM. Teacher at: U. Complutense, European U. of Madrid, IED, ESERP and IPAM (Oporto -Portugal-). Index h 27. 6th Spanish

author in works published in the area of communication, 13th in cited articles and 20th in citations received from 747 total authors. Speaker and lecturer in various courses and professor in several own titles (Telemadrid, Walter & Thompson, McCann...). Secretary General of the SEECI (Spanish Society for Ibero-American Communication Studies), of the History of Information Systems (HISIN) and of the "International Forum of Communication and Public Relations" (Forum XXI). Principal Investigator (PI) of the Complutense Research Group "Concilium".

Dorinho Bastos

dorinhobastos@uol.com.br

Heliodoro Bastos se graduó en Arquitectura por la Universidade Braz Cubas (1974), Maestría (1984) y Doctorado (1992) y Profesor Asociado (2015), en Ciencias de la Comunicación de la Facultad de Comunicaciones y Artes de la Universidad de São Paulo. Desde 1976 es profesor del Curso de Publicidad en la Escola de Comunicações e Artes / ECA-USP. Es profesor en los cursos de posgrado GESTCORP / ECA-USP, Gestión de la Comunicación y Marketing / ECA-USP, en la FIA / Fundação Instituto de Administração, en el INPG / Instituto Nacional de Postgrados y en SUSTENTARE / Escuela de Negocios. Además del área académica, es socio director del estudio Dorinho Bastos Comunicação & Design y dibujante, con trabajos publicados en diversos medios de comunicación, principalmente los vinculados al mercado de Publicidad y Marketing.

Heliodoro Bastos graduated in Architecture from the Universidade Braz Cubas (1974), Master's (1984) and Doctorate (1992) and Associate Professor (2015), in Communication Sciences from the Faculty of Communications and Arts of the University of São Paulo. Since 1976 he has taught the Advertising Course at the Escola de Comunicações e Artes / ECA-USP. He teaches the postgraduate courses GESTCORP / ECA-USP, Communication Management and Marketing / ECA-USP, at FIA / Fundação Instituto de Administração, at INPG / Instituto Nacional de Postgrados and at SUSTENTARE / Business School. In addition to the academic area, he is the managing partner of the Dorinho Bastos Comunicação & Design studio and a cartoonist, with works published in various media, mainly those linked to the Advertising and Marketing market.

Heliodoro Bastos possui graduação em Arquitetura pela Universidade Braz Cubas (1974), mestrado (1984) e doutorado (1992) e Professor Associado (2015) em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Desde 1976 leciona o Curso de Publicidade na Escola de Comunicações e Artes/ECA-USP. Leciona os cursos de pós-graduação GESTCORP/ECA-USP, Gestão da Comunicação e Marketing/ECA-USP, na FIA/Fundação Instituto de Administração, no INPG/Instituto Nacional de Pós-graduação e na SUSTENTARE/Escola de Negócios. Além da área acadêmica, é sócio-

diretor do estúdio Dorinho Bastos Comunicação & Design e cartunista, com trabalhos publicados em diversos meios de comunicação, principalmente aqueles ligados ao mercado de Publicidade e Marketing.

Efrain Pantaleón-Matamoros

e-mails: efrain.pantaleon@ufrn.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7861018572754421>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4052-5739>

Doutor em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EP-USP) em 2004. Bacharel e mestre em Ciências Físicas pela Faculdade de Física da Universidade da Havana. Experiência de 20 anos no setor empresarial, nas empresas Motores Taino (Especialista da qualidade) e Aços Villares (Gestor da manutenção). Atualmente, é Professor Associado da Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Rio Grande do Norte na área de Negócios Tecnológicos, atuando em empreendedorismo tecnológico, Ciência de Dados para Negócio, indústria 4.0 e sistemas de energia renováveis. Fundador da Incubadora -inPACTA (ex- Gerente Executivo), da ênfase Negócios Tecnológicos no Bacharelado em C&T, cofundador do Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação, coordenador do Grupo de Negócios Tecnológicos e Tutor da Empresa Júnior do Bacharelado em C&T - EJECT. Professor orientador de trabalhos de especialização, mestrados e doutorados.

Doctor en Ingeniería Mecánica por la Escuela Politécnica de la Universidad de São Paulo (EP-USP) en 2004. Licenciado y Magíster en Ciencias Físicas por la Facultad de Física de la Universidad de La Habana. 20 años de experiencia en el sector empresarial, en las empresas Motores Taino (Especialista en Calidad) y Aços Villares (Gerente de Mantenimiento). Actualmente es Profesor Asociado de la Facultad de Ciencia y Tecnología de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte en el área de Negocios Tecnológicos, actuando en emprendedorismo tecnológico, Ciencia de Datos para Negocios, industria 4.0 y sistemas de energías renovables. Fundador de la Incubadora -inPACTA (Primero - Gerente Ejecutivo), de la énfasis en Negocios Tecnológicos en el Bacharel en C&T, cofundador de la Maestría Profesional en Ciencia, Tecnología e Innovación, coordinador del Grupo Negocios Tecnológico y Tutor de la Empresa Junior del Bacharelado en C&T - EJECT. Profesor supervisor de trabajos de especialización, maestría y doctorado.

PhD in Mechanical Engineering from the Polytechnic School of the University of São Paulo (EP-USP) in 2004. Bachelor and Master in Physical Sciences from the Faculty of

Physics of the University of Havana. 20 years of experience in the business sector, in the companies Motores Taino (Quality Specialist) and Aços Villares (Maintenance Manager). He is currently an Associate Professor at the School of Science and Technology at the Federal University of Rio Grande do Norte in the area of Technological Business, working in technological entrepreneurship, Data Science for Business, industry 4.0 and renewable energy systems. Founder of the Incubator - inPACTA (First - Executive Manager), of the Technological Business emphasis in the Bachelor's Degree in S&T, co-founder of the Professional Master's in Science, Technology and Innovation, coordinator of the Technological Business Group and Tutor of the Junior Company of the Bachelor's Degree in S&T - EJECT . Supervising professor of specialization works, masters and doctorates.

Eliete Sampaio Farneda

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Faculdade de Filologia Letras e Ciências Humanas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Universidade de São Paulo (USP). Investiga a Língua Portuguesa de Herança: a paisagem sociolinguística na superdiversidade de Port-of-Spain, orientada pela Professora Dra. Maria Celia Lima Hernandez e coorientada pelo Professor Dr. Felipe Chibás-Ortiz. Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem e Cognição (LinC-USP). Membro do grupo de pesquisa TOTHCRIARCOM (ECA-USP). Membro do Grupo de Pesquisa em Sociolinguística (UNILA). Doutora em Filosofia pela Atlantic International University (USA). Mestre Língua Portuguesa pela Faculdade de Filologia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH - USP). Especialista em Língua e Literatura Portuguesa e Brasileira pela Uni Sant Anna. Graduada em Administração Escolar pelas Faculdades Integradas Campos Salles e Graduada em Língua e Literatura Portuguesa e Francesa pela Faculdade Oswaldo Cruz. Interessa-se pelo Ensino de Português como Língua não Materna, pelo Estudo de Português como Língua de Herança e pela Formação de Professores. Atuou como professora de português para pessoas em situação de refúgio, na Missão Paz, SP. Tem atuado profissionalmente com o ensino de Língua e Cultura brasileiras para o Foreign Service Institute - United States of Department of State, VA, nos Estados Unidos.

Es Doctora en Filología y Lengua Portuguesa por la Facultad de Filología, Letras y Ciencias Humanas del Departamento de Letras Clásicas y Vernáculas de la Universidad de São Paulo (USP). Está investigando Língua Portuguesa de Herança: a paisagem sociolinguística na superdiversidade de Port-of-Spain, supervisada por la profesora Dra. Maria Celia Lima Hernandez y co-supervisada por el profesor Dr. Felipe Chibás-Ortiz. Miembro del Grupo de Investigación en Lenguaje y Cognición (LinC-USP). Miembro del grupo de investigación TOTHCRIARCOM (ECA-USP). Miembro del Grupo de Investigación Sociolingüística (UNILA). Doctor en Filosofía por la Atlantic International University (EE.UU.). Máster en Lengua Portuguesa por la Facultad de Filología, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo (FFLCH - USP). Especializada en Lengua y Literatura Portuguesa y Brasileña por la Uni Sant Anna. Licenciada en Administración Escolar por la Faculdades Integradas Campos Salles y en Lengua y Literatura Portuguesa y Francesa por la Faculdade Oswaldo Cruz. Está interesada en la enseñanza del portugués como lengua no

materna, en el estudio del portugués como lengua patrimonial y en la formación de profesores. Ha trabajado como profesora de portugués para personas en situación de refugio en la Missão Paz de São Paulo. Ha trabajado profesionalmente enseñando lengua y cultura brasileñas para el Foreign Service Institute - United States of Department of State, VA, en los Estados Unidos.

PhD in Philology and Portuguese Language from the Faculty of Philology, Letters and Human Sciences, Department of Classical and Vernacular Letters, University of São Paulo (USP). She is researching *Língua Portuguesa de Herança: a paisagem sociolinguística na superdiversidade de Port-of-Spain*, supervised by Professor Dr. Maria Celia Lima Hernandez and co-supervised by Professor Dr. Felipe Chibás-Ortiz. Member of the Language and Cognition Research Group (LinC-USP). Member of the TOTHCRIARCOM research group (ECA-USP). Member of the Sociolinguistics Research Group (UNILA). PhD in Philosophy from Atlantic International University (USA). Master's Degree in Portuguese Language from the Faculty of Philology, Letters and Human Sciences of the University of São Paulo (FFLCH - USP). Specialist in Portuguese and Brazilian Language and Literature at Uni Sant Anna. Graduated in School Administration from Faculdades Integradas Campos Salles and in Portuguese and French Language and Literature from Faculdade Oswaldo Cruz. She is interested in teaching Portuguese as a non-mother tongue, studying Portuguese as a heritage language and teacher training. She has worked as a Portuguese teacher for people in refugee situations at the Missão Paz in São Paulo. She has worked professionally teaching Brazilian language and culture for the Foreign Service Institute - United States of Department of State, VA, in the United States.

Emmanuel Komi Kounakou,

kounakou@pafeme.ca

Canadian of Togolese origin, Mr. Emmanuel Komi Kounakou holds a master's degree in digital administration of cities and territories and a doctoral degree in information and communication sciences (France) specializing in media and information literacy for children and young people. In 2019, he launched the NPO "Platform of actions and training in media and information literacy for children - PAFEME" which he leads as international director of development and partnership. Since 2019, Komi has been part of UNESCO's MIL Alliance and collaborates with Professor Félipe Chibás-Ortiz in the African and Canadian chapter of UNESCO's MILCities Initiative. In addition, Komi is a lecturer in communication and organizes various international conferences with universities and communities on the social issues of a critical, responsible, and ethical use of digital tools and devices.

Canadiense de origen togolés, el Sr. Emmanuel Komi Kounakou tiene una maestría en administración digital de ciudades y territorios y un doctorado en ciencias de la información y la comunicación (Francia) con especialización en alfabetización mediática e informacional para niños y jóvenes. En 2019, lanzó la NPO "Plataforma de acciones y formación en alfabetización mediática e informacional para niños - PAFEME" que lidera como director internacional de desarrollo y asociación. Desde 2019, Komi forma parte de la Alianza MIL de la UNESCO y colabora con el profesor Félipe Chibás-Ortiz en el capítulo africano y canadiense de la Iniciativa MILCities de la UNESCO. Además, Komi es conferencista en comunicación y organiza varias conferencias internacionales con universidades y comunidades sobre los problemas sociales de un uso crítico, responsable y ético de herramientas y dispositivos digitales.

Canadense de origem togolesa, o Sr. Emmanuel Komi Kounakou possui mestrado em administração digital de cidades e territórios e doutorado em ciências da informação e comunicação (França) especializado em alfabetização midiática e informacional para crianças e jovens. Em 2019, lançou a NPO "Plataforma de ações e formação em literacia mediática e informacional para crianças - PAFEME" que lidera como diretor internacional de desenvolvimento e parceria. Desde 2019, Komi faz parte da Aliança MIL da UNESCO e colabora com o professor Félipe Chibás-Ortiz no

capítulo africano e canadense da Iniciativa MILCities da UNESCO. Além disso, Komi é palestrante em comunicação e organiza várias conferências internacionais com universidades e comunidades sobre as questões sociais do uso crítico, responsável e ético de ferramentas e dispositivos digitais.

Fabiane Ibrahim

Pós doutoranda pela Universidade de São Paulo - FFLCH/USP, com a supervisão do prof. dr. Júlio César Suzuki e co-supervisão do prof. dr. Felipe Chibás Ortiz. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direito pela UNIFIEO. Especialista em Direito do Trabalho pela UNIFIEO. Graduada em Direito pela ITE - Instituição Toledo de Ensino/Araçatuba. Pesquisadora do GETRAB/USP - Grupo de Estudos de Direito Contemporâneo do Trabalho e da Seguridade Social. Pesquisadora do CIIDCMIL - Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL. Professora Universitária. Escritora. Avaliadora Institucional do INEP/MEC.

Postdoctoral student at the University of São Paulo - FFLCH/USP, supervised by Prof. Dr. Júlio César Suzuki and co-supervised by Prof. Dr. Felipe Chibás Ortiz. PhD in Social Sciences from the Pontifical Catholic University of São Paulo - PUC. Master in Political and Economic Law from Mackenzie Presbyterian University. Master in Law from UNIFIEO. Specialist in Labor Law from UNIFIEO. Graduated in Law from ITE - Toledo Educational Institution/Araçatuba. Researcher at GETRAB/USP - Study Group on Contemporary Labor and Social Security Law. Researcher at CIIDCMIL - International Center for Innovation and Development of Cities MIL. University Professor. Writer. Institutional Evaluator at INEP/MEC.

Estudiante de posdoctorado en la Universidad de São Paulo - FFLCH/USP, supervisado por el Prof. Dr. Júlio César Suzuki y co-supervisión del prof. Dr. Felipe Chibas Ortiz. Doctora en Ciencias Sociales por la Pontificia Universidad Católica de São Paulo - PUC. Máster en Derecho Político y Económico por la Universidad Presbiteriana Mackenzie. Máster en Derecho por la UNIFIEO. Especialista en Derecho Laboral por la UNIFIEO. Licenciada en Derecho por la ITE - Institución Educativa Toledo/Araçatuba. Investigador del GETRAB/USP - Grupo de Estudios en Derecho Contemporáneo del Trabajo y de la Seguridad Social. Investigador del CIIDCMIL - Centro Internacional de Innovación y Desarrollo de Ciudades MIL. Profesor Universitario. Escritor. Evaluador Institucional del INEP/MEC.

Felipe Chibás-Ortiz

Email: chibas_f@yahoo.es, fechaibas@gmail.com, felipe.chibas@usp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1433211999026525>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5506-4560>

Linkedin: <https://www.linkedin.com/in/felipe-chibás-ortiz-9046b825/>

Professor doutor e Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (USP). É Co-líder Internacional do Grupo de Inovação de UNESCO MIL ALLIANCE. Participa ativamente da criação da Rede de Cidades MIL em todo o mundo. Coordena a equipe internacional de pesquisa e consultoria CRIACOMC (Criatividade, Inovação, Marketing, Comunicação e Cidades) da USP. Professor convidado de várias Universidades estrangeiras. Esteve envolvido como organizador e palestrante em eventos internacionais organizados pela UNESCO e ONU. Coordena em Cuba, o Encontro Internacional CULTURA, COMUNICAÇÃO, MARKETING E COMUNIDADE, evento que foca as Cidades MIL. Autor ou organizador de 33 livros publicados em diversos idiomas. Alguns deles são referências internacionais, como o “Das Cidades Inteligentes as Cidades MIL, métricas na visão da UNESCO”. É autor da Metodologia das 20 Barreiras Culturais à Comunicação e 5 Dimensões da Criatividade (20 BCC-5DCR), Sistema dos 13 Indicadores e 252 métricas de Cidades MIL e do aplicativo MIL City Metrics, recomendados pela UNESCO. Lidera uma equipe transdisciplinar que investiga as competências e valores do Currículo de Alfabetização Midiática da UNESCO com Inteligência Artificial. Recebeu os reconhecimentos Líder por Vocação, Polônia (2022), Medalha da Cultura de Guarulhos, Brasil (2021), Aspirando a Cidades MIL, Cuba (2022, 2023) e 1º Lugar do prêmio mundial da UNESCO, Global MIL Awards, Paris, França (2023).

PhD Professor and Associate Professor by the University of São Paulo (USP). He is International Co-Leader of the UNESCO MIL ALLIANCE Innovation Group. He actively participates in the creation of the MIL Cities Network around the world. He coordinates the international research and consultancy team CRIACOMC (Creativity, Innovation, Marketing, Communication and Cities) at USP. Guest professor at several foreign universities. He has been involved as an organizer and speaker at international events organized by UNESCO and the UN. In Cuba, he coordinates the International Meeting CULTURE, COMMUNICATION, MARKETING AND COMMUNITY, an event that focuses on MIL Cities. Author or organizer of 33 books published in different languages. Some of them are international references, such as “From Smart Cities to

MIL Cities, metrics in UNESCO's vision". He is the author of the Methodology of 20 Cultural Barriers to Communication and 5 Dimensions of Creativity (20 BCC-5DCR), System of 13 Indicators and 252 MIL Cities metrics and the MIL City Metrics application, recommended by UNESCO. He leads a transdisciplinary team investigating the competencies and values of the UNESCO Media Literacy Curriculum with Artificial Intelligence. Received recognition as Leader by Vocation, Poland (2022), Medal of Culture of Guarulhos, Brazil (2021), Aspiring to MIL Cities, Cuba (2022, 2023) and First Place in the UNESCO world prize, Global MIL Awards, Paris, France (2023).

Profesor Doctor y Profesor Libre Docente por la Universidad de São Paulo (USP). Es el Colíder Internacional del Grupo de Innovación UNESCO MIL ALLIANCE. Participa activamente en la creación de la Red de Ciudades MIL alrededor del mundo. Coordina el equipo internacional de investigación y consultoría CRIACOMC (Creatividad, Innovación, Marketing, Comunicación y Ciudades) de la USP. Profesor invitado en varias universidades extranjeras. Participó como organizador y orador en eventos internacionales organizados por la UNESCO y la ONU. Coordina en Cuba, el Encuentro Internacional CULTURA, COMUNICACIÓN, MARKETING Y COMUNIDAD, evento que tiene como foco las Ciudades MIL. Autor u organizador de 33 libros publicados en diferentes idiomas, algunos de ellos son referencia internacional, como el titulado "De Smart Cities a MIL Cities, métricas en la visión de UNESCO". Es autor de la Metodología de 20 Barreras Culturales a la Comunicación y 5 Dimensiones de la Creatividad (20 BCC-5DCR), Sistema de 13 Indicadores y 252 métricas MIL Cities y la aplicación MIL City Metrics, recomendadas por la UNESCO. Lidera un equipo transdisciplinario que investiga las competencias y valores del Curriculum de Estudios de Alfabetización Mediática con Inteligencia Artificial de la UNESCO. Recibió reconocimientos como el de Líder por Vocación, Polonia (2022), Medalla de la Cultura de Guarulhos, Brasil (2021), Aspirando a Ciudades MIL, Cuba (2022, 2023) y Primer Lugar del premio mundial de la UNESCO, Global MIL Awards, París, Francia (2023).

Felix Ortega

Director de Comunicaciones de la Universidad de Salamanca, España

Máster y Licenciado en Economía (1999) y Doctor en Ciencias de la Comunicación (2006). Anteriormente trabajó en la Cámara de Comercio de Burdeos, Francia, y en una empresa internacional en Madrid. Durante 7 años impartió docencia y gestión en la Universidad Nebrija, España (Gestión de Recursos Humanos, Estudios de Comunicación y Gestión del Liderazgo). Desde 2006 es profesor titular y Secretario Académico del Instituto de Investigación en Educación -IUCE- y Comunicación y Director del Máster Universitario en Comunicación: Investigación e Innovación, ver mucaii.usal.es. En la actualidad también imparte docencia regular en los programas de Grado y Máster-Doctorado de la Universidad de Salamanca las asignaturas "Investigación de Audiencias", "Estructura de los Medios Audiovisuales", "Economía de los Medios", "Industrias Culturales", "Medios y Educación" y "Programación Producto-Servicio en las Industrias Culturales". Félix es experto en "Investigación de Audiencias y Programación en Medios e Industrias Culturales", "Indicadores de Concentración y Diversidad de Medios", "Televisión Pública en América Latina", "Financiación de la Televisión en España (Privada y Pública)", "Televisión Autonómica en España (análisis comparativo)", "Nuevos Modelos de Negocio de Medios", "Programación de Medios y Cultura", "Investigación de Medios en Webdata-Metrics".

Director of Communications at the University of Salamanca, Spain. He holds a Master's and Bachelor's degree in Economics (1999) and a PhD in Communication Sciences (2006). Formerly, he worked at the Chamber of Commerce in Bordeaux France and at an international firm in Madrid. For 7 years, he taught and managed at University Nebrija Spain (Human Resource Management, Media Studies, and Leadership Management). Since 2006, he is a permanent teacher and Academic Secretary of an Investigation Institute in Education -IUCE- and Communication and Director of the Master in Communication: Research and Innovation, see mucaii.usal.es. Currently he also regularly teaches "Audience Research", "Audiovisual Media Structure", "Media Economics", "Cultural Industries", "Media and Education", "Product-Service Programming in the Cultural Industries", at the Bachelor and Master-Phd Programme at the University of Salamanca. Felix is specialized in "Audience Research and Programming in Media and

Cultural Industries”, “Concentration and Media Diversity Indicators”, “Public Service Television in Latin America”, “The financing of Television in Spain (Private and Public)”, “Regional Television in Spain (comparative analysis)”, “New Media Business Models”, “Media and Culture Programming”, “Media Research in Webdata-Metrics”.

Diretor de Comunicação da Universidade de Salamanca, Espanha. Possui mestrado e bacharelado em Economia (1999) e doutorado em Ciências da Comunicação (2006). Anteriormente, trabalhou na Câmara de Comércio de Bordeaux, França, e em uma empresa internacional em Madri. Por 7 anos, lecionou e gerenciou a Universidade Nebrija, Espanha (Gestão de Recursos Humanos, Estudos de Mídia e Gestão de Liderança). Desde 2006, é professor titular e Secretário Acadêmico de um Instituto de Pesquisa em Educação - IUCE - e Comunicação e Diretor do Mestrado em Comunicação: Pesquisa e Inovação, veja mucaii.usal.es. Atualmente, também leciona regularmente as disciplinas “Pesquisa de Audiências”, “Estrutura da Mídia Audiovisual”, “Economia da Mídia”, “Indústrias Culturais”, “Mídia e Educação” e “Programação Produto-Serviço nas Indústrias Culturais” no Programa de Graduação e Mestrado-Doutorado da Universidade de Salamanca. Felix é especialista em “Pesquisa de Audiência e Programação em Mídia e Indústrias Culturais”, “Indicadores de Concentração e Diversidade de Mídia”, “Televisão de Serviço Público na América Latina”, “O financiamento da Televisão na Espanha (Privada e Pública)”, “Televisão Regional na Espanha (análise comparativa)”, “Novos Modelos de Negócios de Mídia”, “Programação de Mídia e Cultura”, “Pesquisa de Mídia em Webdata-Metrics”.

José Antonio Gabelas Barroso

e-mails joseantoniogabelasbarroso@gmail.com jgabelas@unizar.es

Página web <https://educarencomunicacion.com/>

Orcid: 0000-0002-5942-6140

Profesor titular de Comunicación Audiovisual y Publicidad en la Universidad de Zaragoza (España), doctor en Ciencias de la Información, licenciado en Historia del Arte y maestro. Coordinador del área de Comunicación Audiovisual y Publicidad en el grado de Periodismo, con experiencia en enseñanza presencial, híbrida y online. Ha sido profesor consultor en la Universidad Abierta de Cataluña (UOC), docente en la Universidad S. Jorge de Zaragoza, y profesor invitado en el Máster Oficial de Comunicación y Educación en la Red de la UNED. Desde 2010, es profesor en la Universidad de Zaragoza, donde enseña en grado y máster, y cuyos estudiantes han ganado ocho de las diez ediciones del concurso "Publicidad e Igualdad de Género". Ha publicado varios libros sobre educación mediática, incluyendo "La televisión, aprende conmigo", y contribuyó al desarrollo de una de las primeras plataformas digitales educomunicativas en España en la década de 1990. Es socio fundador de GICID, coordinando investigaciones en alfabetización mediática y competencias digitales, además de dirigir la plataforma Entremedios y el blog El Factor Relacional. Es co-creador del concepto TRIC (Tecnologías de la Relación, Información y Comunicación), aplicado por UNICEF en estudios sobre el impacto de las pantallas en la infancia.

Full Professor of Audiovisual Communication and Advertising at the University of Zaragoza (Spain), PhD in Information Sciences, BA in Art History, and certified teacher. Coordinator of Audiovisual Communication and Advertising in the Journalism degree, with experience in in-person, hybrid, and online teaching. He was a consultant professor at the Open University of Catalonia (UOC), taught at San Jorge University of Zaragoza, and was a guest professor in the Master's in Communication and Education at UNED. Since 2010, he has been part of the University of Zaragoza, teaching at undergraduate and master's levels, where his students won eight out of ten editions of the "Advertising and Gender Equality" contest. He has published several books on media education, including "La televisión, aprende conmigo", and helped develop one of Spain's first digital educommunicative platforms in the 1990s. He is co-founder of GICID, coordinating research on media literacy and digital

competencies, as well as leading the Entremedios platform and the blog El Factor Relacional. He co-created the TRIC (Technologies of Relationship, Information, and Communication) concept, applied by UNICEF in studies on screen impact in childhood.

Professor titular de Comunicação Audiovisual e Publicidade na Universidade de Zaragoza (Espanha), doutor em Ciências da Informação, licenciado em História da Arte e mestre. Coordenador da área de Comunicação Audiovisual e Publicidade no curso de Jornalismo, com experiência em ensino presencial, híbrido e online. Atuou como professor consultor na Universidade Aberta da Catalunha (UOC), docente na Universidade S. Jorge de Zaragoza, e professor convidado no Mestrado Oficial de Comunicação e Educação na Rede da UNED. Desde 2010, é professor na Universidade de Zaragoza, lecionando no graduação e pós-graduação, onde seus alunos ganharam oito das dez edições do concurso "Publicidade e Igualdade de Gênero". Publicou diversos livros sobre educação midiática, incluindo "La televisión, aprende conmigo", além de desenvolver uma das primeiras plataformas digitais educacionais na Espanha nos anos 1990. É sócio-fundador do GICID, coordenando pesquisas sobre alfabetização midiática e competências digitais, além de dirigir a plataforma Entremedios e o blog El Factor Relacional. Criou o conceito TRIC (Tecnologias da Relação, Informação e Comunicação), aplicado por UNICEF em pesquisas sobre o impacto das telas na infância.

José Manuel Simões

Professor Associado e Coordenador do Dpto Media, Arte & Tecnologia, Programme Coordinator for the Communication & Media Department (Master and Bachelor) da Universidade de Saint Joseph (USJ) em Macau, China, onde também lidera os programas de Comunicação & Media nos níveis de Mestrado e Bacharelado. Com Pós-Doutorado em Ciências da Comunicação, Doutorado em Estudos Globais, Mestrado em Comunicação e Jornalismo, e Graduação em Jornalismo Internacional, ele combina pesquisa, docência e produção cultural. Jornalista e autor de dez livros, incluindo obras acadêmicas e biografias, realizou exposições fotográficas, dirigiu documentários e leciona disciplinas como Ética dos Media, Escrita Criativa e Jornalismo. Seu foco de pesquisa inclui Ética dos Media, Jornalismo Multicultural e Minorias Étnicas, explorando temas como liberdade de imprensa e interação entre comunicação e cidadania global.

Associate Professor and Coordinator of the Department of Media, Arts & Technology, Program Coordinator of the Department of Communication and Media (Masters and Bachelors) at Saint Joseph's University (USJ) in Macau, China, where he also leads the Communication & Media programs at both Master's and Bachelor's levels. Holding a Postdoctoral degree in Communication Sciences, PhD in Global Studies, Master's degree in Communication and Journalism, and Bachelor's degree in International Journalism, he integrates research, teaching, and cultural production. A journalist and author of ten books, including academic works and biographies, he has conducted photography exhibitions, directed documentaries, and teaches subjects such as Media Ethics, Creative Writing, and Journalism. His research focuses on Media Ethics, Multicultural Journalism, and Ethnic Minorities, exploring themes such as press freedom and the interaction between communication and global citizenship.

Profesor Asociado y Coordinador del Departamento de Media, Arte & Tecnología en la Universidad de Saint Joseph (USJ) en Macao, China, donde también lidera los programas de Comunicación & Media en niveles de Maestría y Licenciatura. Con Posdoctorado en Ciencias de la Comunicación, Doctorado en Estudios Globales, Maestría en Comunicación y Periodismo, y Licenciatura en Periodismo Internacional, combina investigación, docencia y producción cultural. Periodista y

autor de diez libros, incluidas obras académicas y biografías, ha realizado exposiciones fotográficas, dirigido documentales y enseña asignaturas como Ética de los Medios, Escritura Creativa y Periodismo. Su investigación se centra en Ética de los Medios, Periodismo Multicultural y Minorías Étnicas, explorando temas como libertad de prensa e interacción entre comunicación y ciudadanía global.

José Manuel Pérez Tornero

<https://orcid.org/0000-0002-8198-3648>

josepmanuel.perez@uab.cat

Coordenador e titular da Cátedra do Programa de Cooperação UNITWIN da UNESCO em Alfabetização Midiática e Informacional (MIL) e Diálogo Intercultural, além de Professor Emérito da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) e Diretor do Gabinete de Comunicação e Educação. Com uma trajetória acadêmica e profissional de destaque, foi Presidente da Rádio e Televisão Espanhola (RTVE) entre 2021 e 2022 e membro do Comitê Diretivo da European Broadcasting Union (EBU). Doutor em Comunicação pela UAB, possui graduação em Ciências da Informação e Filologia Hispânica, tendo recebido o Prêmio Extraordinário de Jornalismo. Consultor da UNESCO e da União Europeia, atua na promoção da alfabetização midiática e digital, além de coordenar pesquisas sobre serviço público audiovisual e inovação em comunicação e educação. Dirige o grupo de pesquisa Gabinete de Comunicação e Educação (UAB) e o EduMediaLab, laboratório dedicado à inovação no jornalismo e na educação. Foi membro do Grupo de Especialistas de Alto Nível da Comissão Europeia em alfabetização midiática e atuou como Advisor/Friend do Comitê Internacional da UNESCO para Parcerias em MIL. Também presidiu a COPEAM (Conferência Permanente do Audiovisual Mediterrâneo) e a AITED (Associação Internacional de Televisão Educativa e de Descobrimento).

Coordinator and Chair of the UNESCO UNITWIN Cooperation Program in Media and Information Literacy (MIL) and Intercultural Dialogue, as well as Emeritus Professor at the Autonomous University of Barcelona (UAB) and Director of the Communication and Education Office. With a distinguished academic and professional career, he served as President of Spanish Radio and Television (RTVE) from 2021 to 2022 and was a member of the European Broadcasting Union (EBU) Steering Committee. Holding a PhD in Communication from UAB, he also holds degrees in Information Sciences and Hispanic Philology, having received the Extraordinary Journalism Award. A consultant for UNESCO and the European Union, he works to promote media and digital literacy, while coordinating research on public audiovisual services and innovation in communication and education. He leads the Communication and Education Research Group (UAB) and EduMediaLab, a laboratory dedicated to innovation in journalism and education. He was a member of the European

Commission's High-Level Expert Group on media literacy and served as Advisor/Friend of UNESCO's International Steering Committee for MIL Partnerships. He also chaired COPEAM (Permanent Conference on Mediterranean Audiovisual) and AITED (International Association for Educational and Discovery Television).

Coordinador y titular de la Cátedra del Programa de Cooperación UNITWIN de la UNESCO en Alfabetización Mediática e Informacional (MIL) y Diálogo Intercultural, además de Profesor Emérito de la Universidad Autónoma de Barcelona (UAB) y Director del Gabinete de Comunicación y Educación. Con una destacada trayectoria académica y profesional, fue Presidente de Radio y Televisión Española (RTVE) entre 2021 y 2022 y miembro del Comité Directivo de la European Broadcasting Union (EBU). Doctor en Comunicación por la UAB, posee títulos en Ciencias de la Información y Filología Hispánica, habiendo recibido el Premio Extraordinario de Periodismo. Consultor de la UNESCO y la Unión Europea, trabaja en la promoción de la alfabetización mediática y digital, además de coordinar investigaciones sobre servicio público audiovisual e innovación en comunicación y educación. Dirige el grupo de investigación Gabinete de Comunicación y Educación (UAB) y el EduMediaLab, laboratorio dedicado a la innovación en periodismo y educación. Fue miembro del Grupo de Expertos de Alto Nivel de la Comisión Europea en alfabetización mediática y actuó como Advisor/Friend del Comité Internacional de la UNESCO para Asociaciones en MIL. También presidió la COPEAM (Conferencia Permanente del Audiovisual Mediterráneo) y la AITED (Asociación Internacional de Televisión Educativa y de Descubrimiento)

José Renato Nalini

Reitor da UNIREGISTRAL, docente da Pós-Graduação da UNINOVE e Secretário-Executivo das Mudanças Climáticas de São Paulo. Formado em Direito pela Universidade Católica de Campinas, possui mestrado e doutorado em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (USP). Com uma trajetória de destaque no setor jurídico, ingressou como Promotor de Justiça em 1973 e, três anos depois, tornou-se Juiz Substituto da 13ª Circunscrição Judiciária, atuando em diversas comarcas do estado de São Paulo. Em 2004, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, onde também ocupou os cargos de Corregedor-Geral da Justiça (2012-2013) e Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (2014-2015). Além de sua atuação no Judiciário, foi Secretário da Educação do Estado de São Paulo (2016-2018), contribuindo para políticas públicas voltadas à educação. Como acadêmico e escritor, publicou diversos livros e artigos científicos, incluindo "Ética Ambiental", pela Thomson-Reuters-RT.

Rector de UNIREGISTRAL, docente de Posgrado en UNINOVE y Secretario Ejecutivo de Cambio Climático de São Paulo. Graduado en Derecho por la Universidad Católica de Campinas, posee maestría y doctorado en Derecho Constitucional por la Universidad de São Paulo (USP). Con una destacada trayectoria en el sector jurídico, ingresó como Fiscal en 1973 y, tres años después, se convirtió en Juez Suplente de la 13ª Circunscripción Judicial, actuando en diversas regiones del estado de São Paulo. En 2004, fue nombrado Magistrado del Tribunal de Justicia de São Paulo, donde también ocupó los cargos de Corregidor General de Justicia (2012-2013) y Presidente del Tribunal de Justicia de São Paulo (2014-2015). Además de su labor en el Poder Judicial, fue Secretario de Educación del Estado de São Paulo (2016-2018), contribuyendo a políticas públicas educativas. Como académico y escritor, ha publicado varios libros y artículos científicos, incluyendo "Ética Ambiental", por Thomson-Reuters-RT.

Rector de UNIREGISTRAL, profesor del Programa de Posgrado de UNINOVE, Secretario Ejecutivo de Cambio Climático de São Paulo y autor de "Ética Ambiental", Thomson-Reuters-RT, Brasil

Rector of UNIREGISTRAL, a Postgraduate Professor at UNINOVE, and Executive Secretary for Climate Change in São Paulo. He holds a Law degree from the Pontifical Catholic University of Campinas and a Master's and PhD in Constitutional Law from the University of São Paulo (USP). With a distinguished career in the legal sector, he began as a Public Prosecutor in 1973 and, three years later, became a Substitute Judge of the 13th Judicial District, serving in various regions of São Paulo state. In 2004, he was appointed Justice of the São Paulo Court of Appeals, where he also held the positions of General Inspector of Justice (2012-2013) and President of the São Paulo Court of Appeals (2014-2015). Beyond his judicial career, he served as Secretary of Education for the State of São Paulo (2016-2018), contributing to public education policies. As an academic and author, he has published several books and scientific articles, including "Environmental Ethics", by Thomson-Reuters-RT.

Júlio César Suzuki

e-mail: jcsuzuki@usp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4360471897465420>

ORCID 0000-0001-7499-3242

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo, doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência, em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método.

Julio Cesar Suzuki has a degree in Geography from the Federal University of Mato Grosso, a degree in Letters from the Federal University of Paraná, a degree in Chemistry from the Federal Institute of São Paulo, a Master's degree in Geography (Human Geography) from the University of São Paulo, a PhD in Geography (Human Geography) from the University of São Paulo and an Habilitation Thesis in Political, Social and Economic Foundations of Geography from the Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences of the University of São Paulo. Associate Professor at the University of São Paulo and the Postgraduate Program (Master's and Doctorate) in Latin American Integration (PROLAM/USP), where he also acts as vice-coordinator. He has experience in Geography, with an emphasis on Human Geography, working mainly on the following subjects: Agriculture, Urbanization, Geography and Literature and Theory and Method.

Licenciado en Geografía por la Universidad Federal de Mato Grosso, Licenciado en Letras por la Universidad Federal de Paraná, Licenciado en Química por el Instituto Federal de São Paulo, Máster en Geografía (Geografía Humana) por la Universidad de São Paulo, Doctor en Geografía (Geografía Humana) por la Universidad de São

Paulo y Tesis de habilitación en Fundamentos Políticos, Sociales y Económicos de la Geografía por la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo. Actualmente es Profesor Asociado de la Universidad de São Paulo y del Programa de Postgrado (Maestría y Doctorado) en Integración Latinoamericana (PROLAM/USP), donde también actúa como vicecoordinador. Tiene experiencia en Geografía, con énfasis en Geografía Humana, trabajando principalmente en las siguientes temáticas: Agricultura, Urbanización, Geografía y Literatura y Teoría y Método.

Luiza Helena Trajano

Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, responsável pelo salto de inovação que tornou a empresa uma das maiores varejistas do Brasil. Defende uma gestão baseada em pessoas, empreendedorismo, inovação e criatividade, conceitos que garantiram ao Magazine Luiza presença por 24 anos consecutivos entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil. Também atua como conselheira em diversas entidades e foi eleita Personalidade do Ano de 2020 pela Câmara de Comércio Brasil-EUA. É presidente do Grupo Mulheres do Brasil, com mais de 110 mil participantes no país e no exterior. Em 2023, foi nomeada Champion do Conselho WomenLedCities da ONU, iniciativa global para acelerar a igualdade de gênero e fortalecer oportunidades para mulheres. Recebeu centenas de prêmios como empreendedora, empresária e líder, incluindo a nomeação na lista TIME 100 (2021) como única brasileira entre as 100 pessoas mais influentes do mundo. Foi também citada pelo Financial Times como uma das 25 mulheres mais influentes do planeta e reconhecida nos Estados Unidos e Europa. Nos últimos sete anos, foi considerada a líder de negócios com melhor reputação no Brasil, segundo a consultoria Merco.

Presidenta del Consejo de Administración de Magazine Luiza, responsable del avance innovador que convirtió la empresa en una de las mayores minoristas de Brasil. Promueve una gestión centrada en personas, emprendimiento, innovación y creatividad, valores que han asegurado a Magazine Luiza estar por 24 años consecutivos entre las Mejores Empresas para Trabajar en Brasil. También se desempeña como consejera en diversas entidades y fue elegida Personalidad del Año 2020 por la Cámara de Comercio Brasil-EE.UU.. Es presidenta del Grupo Mujeres del Brasil, que cuenta con más de 110 mil participantes en el país y el extranjero. En 2023, fue nombrada Champion del Consejo WomenLedCities de la ONU, una iniciativa global que fomenta la igualdad de género y fortalece oportunidades para mujeres. Ha recibido cientos de premios como emprendedora, empresaria y líder, incluyendo su inclusión en la lista TIME 100 (2021) como la única brasileña entre las 100 personas más influyentes del mundo. También fue destacada por el Financial Times como una de las 25 mujeres más influyentes del mundo y reconocida en Estados Unidos y Europa. Durante los últimos siete años, ha sido

considerada la líder empresarial con mejor reputación en Brasil, según la consultora Merco.

Chair of the Board of Directors at Magazine Luiza, responsible for the innovative leap that positioned the company among Brazil's largest retailers. Advocates for a management style focused on people, entrepreneurship, innovation, and creativity, which has secured Magazine Luiza a 24-year consecutive presence on the list of Best Companies to Work for in Brazil. She also serves as a board member in various organizations and was named Personality of the Year 2020 by the Brazil-U.S. Chamber of Commerce. As President of Women of Brazil Group, she leads over 110,000 members across Brazil and abroad. In 2023, she was appointed Champion of the WomenLedCities Council at the UN, a global initiative promoting gender equality and opportunities for women. She has received hundreds of awards as an entrepreneur, businesswoman, and leader, including her inclusion in the TIME 100 (2021) list as the only Brazilian among the 100 most influential people in the world. She was also named by the Financial Times as one of the 25 most influential women globally and recognized in Europe and the United States. Over the past seven years, she has been ranked as Brazil's most reputable business leader, according to the Merco consultancy.

Maja Zaric

MsC., Head of Communication of Serbia Government, Serbia. She has over fifteen years of experience in both the private and public sectors, specializing in audiovisual policy, media, and digital literacy. She is actively involved in international audiovisual policy-making and collaborates with leading organizations such as the Council of Europe, the European Union, OSCE, and UNESCO. As a practitioner and policymaker in the fields of media, information, and digital literacy, Maja brings a unique perspective to policy. Her significant contributions include participating in UNESCO's Drafting Group for the first global policy instrument on MIL, The Belgrade Recommendations on Draft Global Standards for Media and Information Literacy Curricula Guidelines (2019). She has also initiated, organized, and led numerous projects, workshops, and tailored training programs to raise awareness about media and digital literacy across Europe. Maja holds an MA in Arabic Language and Literature, a Master's degree in European Union Law, and is currently a PhD candidate.

MsC., Jefe de Comunicación del Gobierno de Serbia, Serbia. Tiene más de quince años de experiencia en los sectores privado y público, especializándose en políticas audiovisuales, medios y alfabetización digital. Participa activamente en la formulación de políticas audiovisuales internacionales y colabora con organizaciones líderes como el Consejo de Europa, la Unión Europea, la OSCE y la UNESCO. Como profesional y formuladora de políticas en los campos de los medios, la información y la alfabetización digital, Maja aporta una perspectiva única a las políticas. Entre sus importantes contribuciones se incluye su participación en el Grupo de Redacción de la UNESCO para el primer instrumento de política global sobre alfabetización mediática e informacional: las Recomendaciones de Belgrado sobre el Proyecto de Normas Mundiales para las Directrices Curriculares de Alfabetización Mediática e Informacional (2019). También ha iniciado, organizado y dirigido numerosos proyectos, talleres y programas de formación personalizados para concienciar sobre la alfabetización mediática y digital en toda Europa. Maja tiene una maestría en Lengua y Literatura Árabe, una maestría en Derecho de la Unión Europea y actualmente es candidata a doctorado.

Mestre em Ciências, Chefe de Comunicação do Governo da Sérvia, Sérvia. Possui mais de quinze anos de experiência nos setores público e privado, especializando-se em políticas audiovisuais, mídia e alfabetização digital. Ela está ativamente envolvida na formulação de políticas audiovisuais internacionais e colabora com organizações líderes como o Conselho da Europa, a União Europeia, a OSCE e a UNESCO. Como profissional e formuladora de políticas nas áreas de mídia, informação e alfabetização digital, Maja traz uma perspectiva única para as políticas. Suas contribuições significativas incluem a participação no Grupo de Redação da UNESCO para o primeiro instrumento político global sobre AML, as Recomendações de Belgrado sobre o Projeto de Padrões Globais para Diretrizes Curriculares de Alfabetização Midiática e Informacional (2019). Ela também iniciou, organizou e liderou diversos projetos, workshops e programas de treinamento personalizados para aumentar a conscientização sobre mídia e alfabetização digital em toda a Europa. Maja possui mestrado em Língua e Literatura Árabe, mestrado em Direito da União Europeia e atualmente é doutoranda.

Marcelo Santos

Doutorando pelo Programa de Integração Latino-Americana (PROLAM-USP) e professor do curso MOOC "Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL na visão da UNESCO". Mestre pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Foi advogado de carreira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, presidindo a Associação dos Procuradores da instituição (gestão 2006/2007). Atualmente, é Consultor Jurídico de carreira e Coordenador de Defesa Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde atua como Coordenador da Consultoria Jurídica desde 2021. Possui ampla experiência em Direito Público, com atuação em Direito Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos, Direito Processual Civil, Direito Previdenciário, Direito Tributário e Direito Cooperativo. Foi Diretor do Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados (2011-2015) e Pregoeiro (2009-2012 e 2016-2020). Também atuou como instrutor na Escola dos Servidores da Justiça Estadual do Paraná (ESEJE), contribuindo para a formação de profissionais do setor jurídico.

Doctorando en el Programa de Integración Latinoamericana (PROLAM-USP) y profesor del curso MOOC "De las Ciudades Inteligentes a las Ciudades MIL según la visión de la UNESCO". Máster por la Universidad Federal de Paraná (UFPR) y especialista en Derecho Procesal Civil por la Universidad Regional de Blumenau (FURB). Fue abogado de carrera en la Empresa Brasileña de Correos y Telégrafos, presidiendo la Asociación de Procuradores de la institución (gestión 2006/2007). Actualmente, es Consultor Jurídico de carrera y Coordinador de Defensa Institucional del Tribunal de Justicia del Estado de Paraná, donde se desempeña como Coordinador de la Consultoría Jurídica desde 2021. Posee amplia experiencia en Derecho Público, con actuación en Derecho Administrativo, Licitaciones y Contratos Administrativos, Derecho Procesal Civil, Derecho Previsional, Derecho Tributario y Derecho Cooperativo. Fue Director del Departamento de Gestión de Servicios Tercerizados (2011-2015) y Subastador (2009-2012 y 2016-2020). También ha sido instructor en la Escuela de Servidores de la Justicia Estatal de Paraná (ESEJE), contribuyendo a la formación de profesionales del sector jurídico.

PhD candidate in the Latin American Integration Program (PROLAM-USP) and professor of the MOOC course "From Smart Cities to MIL Cities in UNESCO's Vision". Holds a Master's degree from the Federal University of Paraná (UFPR) and a specialization in Civil Procedural Law from the Regional University of Blumenau (FURB). He was a career lawyer at the Brazilian Postal and Telegraph Company, serving as President of the Association of Prosecutors (2006/2007 term). Currently, he is a Career Legal Consultant and Institutional Defense Coordinator at the Paraná State Court of Justice, where he has been Head of the Legal Consultancy Department since 2021. He has extensive experience in Public Law, specializing in Administrative Law, Public Procurement and Contracts, Civil Procedural Law, Social Security Law, Tax Law, and Cooperative Law. He was Director of the Outsourced Services Management Department (2011-2015) and Auctioneer (2009-2012 and 2016-2020). Additionally, he has worked as an instructor at the Paraná State Justice School (ESEJE), contributing to the training of legal professionals.

Marco Wang

Mestre em Sistemas de Informação pela Universidade de São Paulo (USP), onde desenvolveu pesquisas sobre alfabetização computacional, inclusão digital e tecnologia educacional. Sua dissertação, intitulada "Critérios para avaliação da alfabetização computacional", foi apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (EACH-USP) em 2015. Com mais de 20 anos de experiência no mercado, Wang atua na gestão e desenvolvimento de sistemas de informação, coordenando equipes multidisciplinares em projetos nacionais e internacionais. Seu trabalho envolve Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial (IA), Machine Learning, Deep Learning e Visão Computacional, além de estratégias de transformação digital e inovação tecnológica. Ele também possui especializações em Gestão de Projetos pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini e em Administração de Negócios pela Faculdade FIA. Sua trajetória inclui atuação em estratégia de vendas, desenvolvimento de novos negócios e gerenciamento financeiro, além da formação de equipes para operações em tecnologia.

Máster en Sistemas de Información por la Universidad de São Paulo (USP), donde desarrolló investigaciones sobre alfabetización computacional, inclusión digital y tecnología educativa. Su tesis, titulada "Criterios para la evaluación de la alfabetización computacional", fue presentada en la Escuela de Artes, Ciencias y Humanidades de la USP (EACH-USP) en 2015. Con más de 20 años de experiencia en el mercado, Wang trabaja en la gestión y desarrollo de sistemas de información, coordinando equipos multidisciplinarios en proyectos nacionales e internacionales. Su trabajo abarca Internet de las Cosas (IoT), Inteligencia Artificial (IA), Machine Learning, Deep Learning y Visión Computacional, además de estrategias de transformación digital e innovación tecnológica. También tiene especializaciones en Gestión de Proyectos por la Fundación Carlos Alberto Vanzolini y en Administración de Negocios por la Facultad FIA. Su trayectoria incluye experiencia en estrategia de ventas, desarrollo de nuevos negocios y gestión financiera, además de la formación de equipos para operaciones tecnológica.

He holds a Master's degree in Information Systems from the University of São Paulo (USP), where he conducted research on computational literacy, digital inclusion, and educational technology. His dissertation, titled "Criteria for Evaluating Computational Literacy", was presented at the School of Arts, Sciences, and Humanities at USP (EACH-USP) in 2015. With over 20 years of market experience, Wang works in information systems management and development, leading multidisciplinary teams in national and international projects. His expertise includes Internet of Things (IoT), Artificial Intelligence (AI), Machine Learning, Deep Learning, and Computer Vision, as well as digital transformation and technological innovation strategies. He also holds specializations in Project Management from the Carlos Alberto Vanzolini Foundation and in Business Administration from FIA Business School. His career spans sales strategy, business development, and financial management, along with team formation for technology operation.

Nabil Bonduki

Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e membro do Conselho Diretivo do Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL (CIIDCMIL-USP). Além de sua atuação acadêmica, exerce a função de Vereador da Cidade de São Paulo, tendo sido eleito para seu terceiro mandato em 2024. Com formação em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP, Bonduki possui mestrado e doutorado na área de Planejamento Urbano e Regional, com pesquisas voltadas para habitação social, políticas urbanas e sustentabilidade. Foi Secretário Municipal de Cultura de São Paulo e teve papel fundamental na elaboração do Plano Diretor Estratégico da cidade em 2002 e 2014. Além de sua atuação política e acadêmica, Bonduki é colunista de veículos como Folha de S.Paulo e Rádio USP, e autor de diversos livros sobre urbanismo e habitação social, incluindo "Origens da Habitação Social no Brasil" e "Pioneiros da Habitação Social", obra que lhe rendeu o Prêmio Jabuti em 2015.

Profesor Titular en la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo (FAU-USP) y miembro del Consejo Directivo del Centro Internacional de Innovación y Desarrollo de Ciudades MIL (CIIDCMIL-USP). Además de su labor académica, ocupa el cargo de Concejal de la Ciudad de São Paulo, habiendo sido elegido para su tercer mandato en 2024. Con formación en Arquitectura y Urbanismo por la FAU-USP, Bonduki posee maestría y doctorado en Planificación Urbana y Regional, con investigaciones centradas en vivienda social, políticas urbanas y sostenibilidad. Fue Secretario Municipal de Cultura de São Paulo y desempeñó un papel clave en la elaboración del Plan Director Estratégico de la ciudad en 2002 y 2014. Además de su trayectoria política y académica, Bonduki es columnista en medios como Folha de S.Paulo y Rádio USP, y autor de varios libros sobre urbanismo y vivienda social, incluyendo "Orígenes de la Vivienda Social en Brasil" y "Pioneros de la Vivienda Social", obra que le valió el Premio Jabuti en 2015.

Full Professor at the Faculty of Architecture and Urbanism at the University of São Paulo (FAU-USP) and a member of the Board of Directors of the International Center for Innovation and Development of MIL Cities (CIIDCMIL-USP). In addition

to his academic work, he serves as a City Councilor in São Paulo, having been elected for his third term in 2024. With a background in Architecture and Urbanism from FAU-USP, Bonduki holds a Master's and PhD in Urban and Regional Planning, focusing on social housing, urban policies, and sustainability. He was São Paulo's Municipal Secretary of Culture and played a key role in drafting the Strategic Master Plan for the city in 2002 and 2014. Beyond his political and academic career, Bonduki is a columnist for outlets such as Folha de S.Paulo and Rádio USP, and the author of several books on urbanism and social housing, including "Origins of Social Housing in Brazil" and "Pioneers of Social Housing", which earned him the Jabuti Prize in 2015

Pedro Andrade

Universidade Católica Portuguesa, Portugal

He is a Sociologist, Permanent Researcher at Universidade Católica Portuguesa-CITAR, and Collaborator Researcher at University of Minho, CECS. He taught at the Universities of Coimbra and Lisbon, on Critical Sociology of Culture, Communication, Sociological Methods, Digital Humanities. Research about urban cultures, art communication, art/science museums, literacies, digital social networks (Web 2.0/3.0), methodologies. Coordinator of international projects (e.g. *Scientific-Technological Literacy and Public Opinion*, 2005, on science museums publics; *Public Communication of Arts*, 2011, about art museums and its relationships with audiences, tourism, digital/virtual sociological methodology, hybrimedia interaction, sociological/cultural games, social networks, virtual/augmented reality), funded by Foundation for Science and Technology-FCT. Average evaluation: Excellent. Participation within international university networks e.g. Virginia Commonwealth Univ., USA; member of the project *Manifesto Art and Social Inclusion in Urban Communities* (UK). Author of 214 published texts, books and scientific papers published in international and national journals with peer review, indexed in global bibliographic databases (Web of Science, etc.). Director of the first Portuguese-French scientific journal, *Atalaia-Intermundos* (since 1995). Director of *Social Web Lab*, Lisbon. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4550-0562> Email: pjoandrade@gmail.com Site *Viral Intercultural Tourism City*: <https://sites.google.com/view/viral-tourism-city/home> Site *Pedro de Andrade Art Works*: <https://sites.google.com/view/pedro-de-andrade-art-works/home> Pedro Andrade's *Bio&Texts Archive/Digital Library* is accessible in open access, here: https://drive.google.com/drive/folders/1UPap1jUS0CfOpm-YYX-2gRyzNbq36wE?usp=share_link

Sociólogo e investigador permanente en el CITAR de la Universidade Católica Portuguesa, además de investigador colaborador en el Centro de Estudos de Comunicação y Sociedad (CECS) de la Universidade do Minho. Ha enseñado en las Universidades de Coimbra y Lisboa, abordando temas como sociología crítica de la cultura, comunicación, métodos sociológicos y humanidades digitales. Su investigación abarca culturas urbanas, comunicación artística, museos de arte/ciencia, alfabetización, redes sociales digitales (Web 2.0/3.0) y metodologías sociológicas. Ha sido coordinador de proyectos internacionales, entre ellos: *Scientific-Technological*

Literacy and Public Opinion (2005), centrado en los públicos de museos de ciencia; Public Communication of Arts (2011), sobre museos de arte y su relación con audiencias, turismo y metodologías sociológicas digitales/virtuales. Estos proyectos fueron financiados por la Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) y recibieron evaluación Excelente. Participa en redes universitarias internacionales, como Virginia Commonwealth University (EE.UU.), y es miembro del proyecto "Manifesto Art and Social Inclusion in Urban Communities" (Reino Unido). Autor de 214 textos publicados, incluidos libros y artículos científicos en revistas nacionales e internacionales revisadas por pares e indexadas en bases bibliográficas globales, como Web of Science. Es director de la revista científica luso-francesa "Atalaia-Intermundos" (desde 1995) y del Social Web Lab, en Lisboa. Más información: ORCID: Pedro Andrade; Site Viral Intercultural Tourism City: Aquí; Pedro de Andrade Art Works: Aquí; Archivo digital de textos y biografía: Aquí. Sociólogo e pesquisador permanente no CITAR da Universidade Católica Portuguesa, além de pesquisador colaborador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho. Lecionou nas Universidades de Coimbra e Lisboa, abordando temas como sociologia crítica da cultura, comunicação, métodos sociológicos e humanidades digitais. Sua pesquisa envolve culturas urbanas, comunicação artística, museus de arte/ciência, literacias, redes sociais digitais (Web 2.0/3.0) e metodologias sociológicas. Foi coordenador de projetos internacionais, incluindo: - Scientific-Technological Literacy and Public Opinion (2005), focado nos públicos de museus de ciência. Public Communication of Arts (2011), sobre museus de arte e sua relação com audiências, turismo e metodologias sociológicas digitais/virtuais. Esses projetos foram financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e receberam avaliação Excelente. Ele participa de redes universitárias internacionais, como a Virginia Commonwealth University (EUA), e é membro do projeto "Manifesto Art and Social Inclusion in Urban Communities" (Reino Unido). Autor de 214 textos publicados, incluindo livros e artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais revisados por pares e indexados em bases bibliográficas globais, como Web of Science. É diretor da revista científica luso-francesa "Atalaia-Intermundos" (desde 1995) e do Social Web Lab, em Lisboa. Acesse mais informações: ORCID: Pedro Andrade; Site Viral Intercultural Tourism City: Aqui; Pedro de Andrade Art Works: Aqui; Arquivo digital de textos e biografia: Aqui.

Pedro Henrique Ferreira Sobrinho

emails: pedro.30h@gmail.com / pedro.sobrinho@usp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3037970130003729>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1974-4443>

Mestrando na área de Comunicação e Cultura pelo PROLAM/USP (Programa Interunidades de Integração da América Latina e Caribe da Universidade de São Paulo). Bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Participa do grupo de estudos TOTH-CRIARCOMC e integra o Capítulo Brasil da UNESCO MIL Alliance. Músico independente, arte-educador, articulador cultural e ilustrador.

Estudiante de Maestría en el área de Comunicación y Cultura por el PROLAM/USP (Programa Interunidades de Integración de América Latina y el Caribe de la Universidad de São Paulo). Licenciado en Filosofía por la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo (FFLCH/USP). Forma parte del grupo de estudios TOTH-CRIARCOMC e integra el Capítulo Brasil de la UNESCO MIL Alliance. Músico independiente, educador artístico, articulador cultural e ilustrador.

Master's student in Communication and Culture at PROLAM/USP (Interunit Program of Integration of Latin America and the Caribbean at the University of São Paulo). Bachelor of Philosophy from the Faculty of Philosophy, Languages, and Human Sciences at the University of São Paulo (FFLCH/USP). Participates in the study group TOTH-CRIARCOMC and is part of the Brazil Chapter of the UNESCO MIL Alliance. Independent musician, art educator, cultural organizer, and illustrator.

Renato Valderramas

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Integração Latinoamericana da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), Brasil. Mestre em Design pelo PPG Design - UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; Especialista em Antropologia pela Universidade Sagrado Coração (Bauru - SP) e Bacharel em Desenho Industrial - habilitação em Programação Visual - UNESP. É Professor do curso de Design da FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau. Tem experiência em Design e Comunicação, com ênfase em Design gráfico, editorial e digital. É parecerista do Colóquio de moda, organizado pela ABEPEM (Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas em Moda).

Renato Valderramas es doctorando en el Programa de Posgrado en Integración Latinoamericana (PROLAM-USP), un programa interdisciplinario de la Universidad de São Paulo que investiga temas como sociedad, economía, estado, relaciones internacionales, prácticas políticas, comunicación y cultura. Es máster en Diseño por el PPG Diseño de UNESP - Universidad Estatal Paulista "Júlio de Mesquita Filho", y se especializó en Antropología en la Universidad Sagrado Corazón (Bauru-SP). Además, tiene una licenciatura en Diseño Industrial, con especialización en Programación Visual, por la UNESP. Se desempeña como profesor en el curso de Diseño en la FURB - Fundación Universidad Regional de Blumenau, donde contribuye a la formación académica y profesional de futuros diseñadores. Posee una amplia experiencia en Diseño y Comunicación, con énfasis en diseño gráfico, editorial y digital, aplicando conceptos innovadores en el desarrollo de proyectos visuales. También participa activamente en investigaciones y eventos académicos, siendo evaluador del Coloquio de Moda, organizado por la ABEPEM (Asociación Brasileña de Estudios e Investigaciones en Moda).

Renato Valderramas is a PhD candidate in the Latin American Integration Graduate Program (PROLAM-USP), an interdisciplinary program at the University of São Paulo that explores topics such as society, economy, state, international relations, political practices, communication, and culture. He holds a Master's degree in Design from PPG Design - UNESP (São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho") and specialized in Anthropology at Universidade Sagrado Coração (Bauru-

SP). Additionally, he earned a Bachelor's degree in Industrial Design, specializing in Visual Programming, from UNESP. He works as a Design professor at FURB - Regional University Foundation of Blumenau, where he contributes to the academic and professional development of future designers. He has extensive experience in Design and Communication, with a focus on graphic, editorial, and digital design, applying innovative concepts in the development of visual projects. Furthermore, he actively participates in academic research and events, serving as a reviewer for the Fashion Colloquium, organized by ABEPEM (Brazilian Association for Studies and Research in Fashion).

Rosana Hermann Efraim

É bacharel em física pelo Instituto de Física da USP, com pós-graduação em física nuclear pelo IFUSP, pós-graduada em Neurociência e Psicologia Positiva pela PUC-PR e faz educação continuada pelo projeto USP-60+. Atua na internet como produtora de conteúdo digital há 30 anos, tendo recebido o prêmio da The Bobs da Deutsche Welle como melhor blog do mundo em língua portuguesa em 2008, o "Querido Leitor". Trabalhou como repórter, apresentadora e autora-roteirista em todas as emissoras de televisão aberta e em tevês por assinatura. É colunista do F5 da Folha de São Paulo, membro da comissão "Cérebro, Sociedade, Neurociência, Cultura e Arte" do Congresso Brain, estudiosa de Inteligência Artificial e embaixadora da Cidades MIL Brasil. Em 2023, figurou na lista Forbes "50 Over 50", entre as maiores vozes das redes sociais brasileiras".

Licenciada en física por el Instituto de Física de la USP, con una posgraduación en física nuclear por el IFUSP, una especialización en Neurociencia y Psicología Positiva por la PUC-PR, y participa en educación continua a través del proyecto USP-60+. Ha trabajado en Internet como creadora de contenido digital durante 30 años y recibió el premio The Bobs de Deutsche Welle al mejor blog del mundo en portugués en 2008, con su blog "Querido Leitor". Ha trabajado como reportera, presentadora y autora-guionista en todas las emisoras de televisión abierta y en canales de televisión de pago. Es columnista en el F5 de Folha de São Paulo, miembro de la comisión "Cerebro, Sociedad, Neurociencia, Cultura y Arte" del Congreso Brain, investigadora de Inteligencia Artificial y embajadora de Cidades MIL Brasil. En 2023, fue incluida en la lista de Forbes "50 Over 50", entre las mayores voces de las redes sociales brasileñas.

She holds a bachelor's degree in physics from the Institute of Physics at USP, with a postgraduate degree in nuclear physics from IFUSP, a specialization in Neuroscience and Positive Psychology from PUC-PR, and continues her lifelong education through the USP-60+ project. She has worked online as a digital content creator for 30 years and was awarded The Bobs prize by Deutsche Welle for the best Portuguese-language blog in the world in 2008, with her blog "Querido Leitor". She has worked as a reporter, presenter, and scriptwriter for all major open television networks and subscription-based TV channels. She is a columnist for

Folha de São Paulo's F5, a member of the "Brain, Society, Neuroscience, Culture, and Art" commission at the Brain Congress, an Artificial Intelligence researcher, and an ambassador of Cidades MIL Brasil. In 2023, she was featured in the Forbes "50 Over 50" list, among the most influential voices in Brazilian social media.

S. Dinesh Babu

e-mails: dineshbabuasas@gmail.com; dineshbabu@kh.amrita.edu

Assistant Professor (Senior Grade) and Vice Chairperson for Collaboration and Project Development in the Visual Media and Communication Department at Amrita Vishwa Vidyapeetham (Kochi Campus, India). He holds an M.Sc. in E-Media Communications, an M.Phil. in Communication Studies, and a Ph.D. in Animation Studies from Madurai Kamaraj University, where his research explored character motion and communication in Eastern and Western animation films. With over 10 years of academic experience, he has published more than 30 research papers in indexed journals, including Scopus, covering topics such as Animation Studies, Environmental and Health Communication, Social Media, Journalism, Advertising, and Indigenous Studies. He is also an editor and author of books on media literacy, AI in communication, and digital consumer behavior. Internationally, he is the Coordinator for AI4 Media Global Research Association, actively contributing to the UNESCO MIL Alliance and MIL Cities Project, and is a member of prestigious global networks, including the Southeast Asian Media Studies Association and Digital Communication Network Global. From 2018 to 2022, he served as Head of the Visual Media and Communication Department, strengthening industry-academia relations. Dr. Babu also co-invented a patented AI-based organic waste composter, promoting sustainability-focused innovation. Recognized for his academic and scientific contributions, he has received awards such as the Maveeran Sundaralingam Endowment Scholarship and recognition by the India AI Portal. He is a keynote speaker at global events, including UNESCO MIL Week and the International Journalism Conference in Egypt, discussing AI in media and digital literacy.

Profesor Asistente Senior y Vicepresidente de Colaboración y Desarrollo de Proyectos en el Departamento de Medios Visuales y Comunicación de la Amrita Vishwa Vidyapeetham (Campus Kochi, India). Tiene un máster en E-Media Communications, un M.Phil. en Estudios de la Comunicación, y un Ph.D. en Estudios de Animación por la Universidad de Madurai Kamaraj, donde su investigación abordó el movimiento de personajes y la comunicación en animaciones orientales y occidentales. Con más de 10 años de experiencia académica, ha publicado más de 30 artículos científicos en revistas indexadas, incluidas Scopus, investigando temas como Estudios de Animación, Comunicación Ambiental y de Salud, Redes Sociales, Periodismo, Publicidad y Estudios sobre Pueblos Indígenas. También es editor y

autor de livros sobre alfabetização mediática, IA em comunicação y comportamiento digital del consumidor. A nivel internacional, es Coordinador de AI4 Media Global Research Association, participa activamente en la UNESCO MIL Alliance y el proyecto MIL Cities, y es miembro de redes académicas internacionales, incluyendo la Southeast Asian Media Studies Association y Digital Communication Network Global. Fue jefe del departamento de Medios Visuales y Comunicación entre 2018 y 2022, fortaleciendo la relación entre la academia y la industria. Dr. Babu también co-inventó un compostador orgánico basado en IA, promoviendo la innovación sostenible. Reconocido por sus contribuciones académicas y científicas, recibió premios como la Maveeran Sundaralingam Endowment Scholarship y fue destacado por el India AI Portal. Es conferenciante en eventos internacionales como la Semana UNESCO MIL y el Congreso Internacional de Periodismo en Egipto, abordando IA en los medios y alfabetización digital.

Professor Assistente Sênior e Vice-Presidente de Colaboração e Desenvolvimento de Projetos no Departamento de Mídia Visual e Comunicação da Amrita Vishwa Vidyapeetham (Campus Kochi, Índia). Possui mestrado em E-Media Communications, um M.Phil. em Estudos da Comunicação, e um Ph.D. em Estudos de Animação pela Universidade de Madurai Kamaraj, onde sua pesquisa abordou o movimento de personagens e a comunicação em animações orientais e ocidentais. Com mais de 10 anos de experiência acadêmica, publicou mais de 30 artigos científicos em revistas indexadas, incluindo Scopus, e investiga temas como Estudos de Animação, Comunicação Ambiental e de Saúde, Mídias Sociais, Jornalismo, Publicidade e Tribos Indígenas. Atua como editor e autor de livros sobre letramento midiático, IA em comunicação e comportamento digital do consumidor. Internacionalmente, é Coordenador da AI4 Media Global Research Association, participante ativo da UNESCO MIL Alliance e do projeto MIL Cities, e membro de redes acadêmicas globais, incluindo a Southeast Asian Media Studies Association e a Digital Communication Network Global. Foi chefe do departamento de Mídia Visual e Comunicação entre 2018 e 2022, fortalecendo parcerias entre universidades e a indústria. Dr. Babu também co-inventou um compostador orgânico baseado em IA, promovendo inovação sustentável. Reconhecido por suas contribuições acadêmicas e científicas, recebeu prêmios como a Maveeran Sundaralingam Endowment Scholarship e foi destacado pelo India AI Portal. Atua como palestrante em eventos globais, como a Semana UNESCO MIL e o Congresso Internacional de Jornalismo no Egito, abordando IA na mídia e alfabetização digital.

Samuel Carrasco Leal

Mestrando pelo programa de Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo, pesquisa sobre Arte Pública como ferramenta transdisciplinar de transformação social, dentro do paradigma de Cidades MIL. Com especialização em Gestão de Comunicação e Marketing pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) em 2022; participa do grupo de pesquisa Toth-Criarcomc (Criatividade, Inovação, Comunicação, Marketing e Cidades); é pesquisador do CIIDCMIL (Centro Internacional de Inovação e Desenvolvimento de Cidades MIL da Universidade de São Paulo), e integra o Capítulo Brasil de UNESCO MIL ALLIANCE, todos liderados por seu orientador, o mestre e doutor Prof. Felipe Chibás-Ortiz. Se graduou em Comunicação Social, com habilitação em Rádio e TV, pela Faculdade Cásper Líbero em 2012, e atua há mais de 15 anos no ramo do entretenimento, tanto no campo cultural das artes cênicas e literatura, quanto no campo audiovisual, TV e cinema.

Estudiante de maestría en el programa de Integración de América Latina (PROLAM) de la Universidad de São Paulo, investigando el Arte Público como herramienta transdisciplinaria de transformación social, dentro del paradigma de Ciudades MIL. Se especializó en Gestión de Comunicación y Marketing en la Escuela de Comunicaciones y Artes de la Universidad de São Paulo (ECA-USP) en 2022. Participa en el grupo de investigación Toth-Criarcomc (Creatividad, Innovación, Comunicación, Marketing y Ciudades), es investigador en el Centro Internacional de Innovación y Desarrollo de Ciudades MIL (CIIDCMIL) de la Universidad de São Paulo, y forma parte del Capítulo Brasil de UNESCO MIL ALLIANCE, todos dirigidos por su asesor, el maestro y doctor Prof. Felipe Chibás-Ortiz. Se graduó en Comunicación Social, con especialización en Radio y TV, en la Facultad Cásper Líbero en 2012, y tiene más de 15 años de experiencia en la industria del entretenimiento, tanto en el ámbito cultural de las artes escénicas y la literatura, como en el audiovisual, la televisión y el cine.

Master's student in the Latin American Integration program (PROLAM) at the University of São Paulo, researching Public Art as a transdisciplinary tool for social transformation within the MIL Cities paradigm. He specialized in Communication and Marketing Management at the School of Communications and Arts at the University

of São Paulo (ECA-USP) in 2022. He is a member of the Toth-Criarcomc research group (Creativity, Innovation, Communication, Marketing, and Cities), a researcher at the International Center for Innovation and Development of MIL Cities (CIIDCMIL) at the University of São Paulo, and a member of the Brazil Chapter of UNESCO MIL ALLIANCE, all led by his advisor, Master and PhD Prof. Felipe Chibás-Ortiz. He graduated in Social Communication, specializing in Radio and TV, at Faculdade Cásper Líbero in 2012, and has over 15 years of experience in the entertainment industry, working in both the cultural fields of performing arts and literature, as well as in audiovisual, television, and cinema.

Sheila Peñalva Tobías

<https://orcid.org/0000-0002-2852-1057>

Professora e pesquisadora na Universidade de Zaragoza, atuando na área de Comunicação e Informação Digital. Seu perfil acadêmico inclui um doutorado em Comunicação pela Universidade de Huelva. Além disso, ela participa de projetos internacionais sobre alfabetização midiática e competências digitais.

Sheila Peñalva Tobías is a professor and researcher at the University of Zaragoza, specializing in Digital Communication and Information. Her academic background includes a PhD in Communication from the University of Huelva. She participates in international projects related to media literacy and digital skills.

Sheila Peñalva Tobías es profesora e investigadora en la Universidad de Zaragoza, especializada en Comunicación e Información Digital. Su trayectoria académica incluye un doctorado en Comunicación por la Universidad de Huelva. Participa en proyectos internacionales sobre alfabetización mediática y competencias digitales.

Sofia Samara

Undergraduate student at the department of International and European Studies at the University of Macedonia in Thessaloniki, Greece. Former intern at the UNESCO Chair of "Intercultural Policy for an Active Citizenship and Solidarity" where she conducted research about UNESCO's "Global Framework for MIL Cities".

Estudiante de grado en el Departamento de Estudios Internacionales y Europeos de la Universidad de Macedonia, en Salónica, Grecia. Ex-pasante en la Cátedra UNESCO de "Política Intercultural para una Ciudadanía Activa y Solidaridad", donde realizó investigaciones sobre el "Marco Global de la UNESCO para Ciudades MIL".

Estudante de graduação no Departamento de Estudos Internacionais e Europeus da Universidade da Macedônia, em Tessalônica, Grécia. Ex-estagiária na Cátedra da UNESCO sobre "Política Intercultural para uma Cidadania Ativa e Solidariedade", onde realizou pesquisas sobre o "Marco Global da UNESCO para Cidades MIL"

Thiago Hipólito

Diretor Sênior de Inovação em Mobilidade na 99, uma empresa multinacional de transporte por aplicativo. Ele também lidera o DriverLAB, um centro de inovação totalmente focado em motoristas parceiros no Brasil. Sua atuação envolve o desenvolvimento de soluções para melhorar a experiência dos motoristas, incluindo iniciativas de eletrificação de veículos, redução de custos operacionais e parcerias estratégicas para inovação na mobilidade urbana.

Director Senior de Innovación en Movilidad en 99, una empresa multinacional de transporte por aplicación. También lidera el DriverLAB, un centro de innovación completamente enfocado en los conductores asociados en Brasil. Su trabajo incluye el desarrollo de soluciones para mejorar la experiencia de los conductores, con iniciativas de electrificación de vehículos, reducción de costos operativos y alianzas estratégicas para la innovación en movilidad urbana.

Senior Director of Mobility Innovation at 99, a multinational ride-hailing company. He also leads DriverLAB, an innovation center entirely focused on partner drivers in Brazil. His work involves developing solutions to enhance driver experience, including vehicle electrification, operational cost reduction, and strategic partnerships for urban mobility innovation.

Wilson Gomes Caldeira

<https://orcid.org/0009-0000-1609-9867>

Doutorando no programa de Estudos Globais da Universidade de Saint Joseph (USJ) em Macau, China. Ele obteve um MBA pela USJ em 2016, em Portugal. Sua pesquisa acadêmica foca em comunicação digital, inteligência artificial e aprendizado de máquina. Ele publicou diversos artigos sobre o impacto da IA na comunicação visual, ética na utilização de imagens geradas por computador e criatividade rizomática.

Doctorando en el programa de Estudios Globales de la Universidad de Saint Joseph (USJ) en Macau, China. Obtuvo un MBA en la USJ en 2016, en Portugal. Su investigación académica se centra en comunicación digital, inteligencia artificial y aprendizaje automático. Ha publicado varios artículos sobre el impacto de la IA en la comunicación visual, la ética en el uso de imágenes generadas por computadora y la creatividad rizomática.

PhD candidate in the Global Studies program at the University of Saint Joseph (USJ) in Macau, China. He earned an MBA from USJ in 2016, in Portugal. His academic research focuses on digital communication, artificial intelligence, and machine learning. He has published several articles on the impact of AI on visual communication, ethics in the use of computer-generated images, and rhizomatic creativity.

Índice Remissivo

2

20 Barreiras Culturais à Comunicação, 297, 301, 307, 335, 622, 640, 645, 691, 716
20 BCC, 9, 288, 691, 692, 693, 716, 717, 718
2030 Agenda, 11, 287, 498, 501
252 métricas, 263, 264, 272, 285, 691, 693, 716, 718

A

adultos, 39, 40, 60, 61, 142, 164, 440, 635
África, 33, 68, 134, 135
Agenda 2030, 31, 34, 78, 182, 186, 187, 282, 286, 287, 289, 291, 294, 309, 353, 373, 409, 646, 736
agentes da inovação contemporânea, 45
AI, 11, 54, 443, 444, 499, 503, 507, 509, 515, 571, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 734
AI technologies, 503, 585, 586, 593
Alegria, 38, 40, 224
Alfabetização midiática e informacional, 187, 193, 196, 199, 213, 287
Alfabetización mediática e informacional, 410
América Latina, 6, 29, 33, 38, 42, 63, 214, 223, 233, 240, 261, 289, 309, 355, 357, 407, 410, 671, 687, 694, 697, 699, 700, 704, 726, 731, 740
América Latina e Caribe, 6, 29, 261, 355, 357, 731
AMI, 14, 17, 30, 32, 35, 78, 186, 214, 217, 219, 230, 231, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 289, 335, 359, 372, 394, 397, 398, 399, 402, 403, 404, 405, 409, 599, 600, 646, 703, 704
Argentina, 186, 227, 231, 233, 264
Arquitetura, 13, 37, 40, 80, 711, 730
Artistas, 220
Ásia, 33
Assistência, 3

B

Barreiras culturais à comunicação, 353, 373
Barrio, 79
benefits, 54, 463, 467, 470, 508, 522, 529, 542, 553, 554
Bibliotecas, 204, 209, 219, 280
Brasil, 5, 8, 13, 15, 29, 30, 35, 36, 37, 42, 44, 48, 56, 57, 58, 63, 65, 80, 81, 84, 86, 93, 94, 95, 97, 99, 103, 111, 115, 121, 131, 132, 134, 135, 154, 170, 172, 173, 179, 181, 185, 187, 193, 211, 214, 227, 231, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 247, 254, 255, 260, 262, 264, 274, 276, 277, 285, 287, 288, 312, 318, 319, 326, 327, 329, 343, 350, 363, 619, 624, 626, 631, 671, 673, 674, 675, 676, 679, 681, 687, 688, 692, 693, 697, 699, 702, 704, 705,

715, 716, 718, 726, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 740, 741

Buenos Aires, 186, 223, 224, 225, 234, 264, 285

C

canais digitais, 182, 219
Caribe, 6, 29, 33, 154, 261, 354, 355, 357, 731, 732

Ch

challenges, 212, 463, 467, 476, 494, 495, 499, 500, 501, 505, 510, 514, 516, 517, 520, 525, 531, 533, 535, 540, 542, 545, 547, 550, 551, 559, 560, 563, 564, 565, 567, 568, 569, 589, 593, 651, 660, 662, 705, 735

C

Cidadania, 8, 189, 219, 228, 261, 630
Cidades MIL, 2, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 50, 67, 80, 136, 137, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 163, 165, 166, 167, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 181, 183, 185, 186, 187, 189, 192, 193, 196, 200, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 214, 219, 220, 221, 222, 224, 228, 229, 230, 232, 233, 242, 258, 261, 262, 263, 269, 270, 271, 276, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 294, 297, 302, 307, 308, 309, 331, 332, 335, 336, 337, 338, 346, 348, 349, 352, 353, 354, 355, 357, 359, 360, 361, 363, 369, 371, 372, 393, 618, 623, 624, 628, 630, 639, 642, 644, 665, 666, 683, 684, 691, 702, 715, 716, 730, 733, 739, 740
Cidades MIL/UNESCO, 181
ciudad digital, 411, 412, 439
Ciudades AML, 600
Ciudades MIL, 7, 41, 42, 56, 58, 60, 62, 63, 64, 66, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 353, 399, 472, 645, 693, 717, 737
CIUDADES MIL de UNESCO, 10, 394
Communication, 12, 37, 48, 49, 68, 211, 213, 236, 442, 463, 471, 475, 494, 496, 519, 528, 565, 570, 577, 594, 645, 648, 650, 651, 657, 660, 662, 663, 692, 698, 704, 705, 707, 709, 710, 717, 722, 724, 729, 730, 732, 733
Comunicação, 5, 29, 37, 38, 68, 172, 213, 214, 215, 233, 234, 261, 289, 291, 294, 297, 301, 307, 308, 335, 375, 411, 470, 621, 622, 639, 640, 645, 665, 688, 689, 691, 697, 703, 705, 708, 710, 711, 716, 718, 720, 724, 731, 738, 740
Comunicación, 58, 59, 65, 70, 72, 74, 76, 77, 79, 186, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 441, 442, 646, 689,

693, 699, 702, 703, 705, 706, 708, 710, 717, 718, 723, 725, 731, 736

Crianças, 219, 639

Critical Thinking, 594, 597

Cultura, 3, 39, 60, 219, 222, 229, 230, 232, 234, 261, 264, 332, 367, 373, 472, 689, 692, 693, 714, 716, 718, 731, 733

Cultura de Paz, 39, 60, 367

Cultural Barriers to Communication, 650, 662, 692, 717

Cultural Barriers to Communication (BCC), 650

Curitiba, 264, 285

D

Desafios, 2, 6, 8, 133, 170, 194, 303, 355

desafios, 73, 78, 398, 409, 417, 426, 437, 438, 601

desenvolvimento sustentável, 2, 6, 15, 39, 41, 43, 80, 84, 108, 128, 262, 265, 270, 284, 289, 358, 368, 371, 626, 627, 628

desinformación, 63, 211, 395, 396, 397, 399, 404, 405, 408, 412, 415, 424, 425, 427, 429, 433, 434, 435, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 609, 610, 613, 614, 615, 616, 737

dimensões da criatividade, 292, 306

Disinformation, 659

Diversidade, 636, 637

E

Educação, 11, 30, 147, 151, 153, 219, 224, 225, 230, 231, 232, 233, 261, 264, 265, 355, 364, 365, 366, 618, 625, 626, 630, 633, 634, 636, 637, 638, 639, 694, 697, 703, 721, 724

Educación, 27, 186, 286, 353, 354, 373, 406, 407, 408, 409, 495, 646, 699, 703, 719

Education, 53, 79, 134, 169, 170, 441, 443, 494, 495, 496, 500, 501, 502, 505, 512, 513, 514, 546, 548, 552, 554, 555, 557, 564, 571, 572, 573, 574, 575, 588, 594, 597, 598, 698, 704, 722

Empresários, 220

espacios urbanos, 64, 65, 175, 414, 417

espaço público, 39, 117, 119, 227

espaços físicos, 44, 197

Estados Unidos, 5, 341, 343, 344, 350, 619, 624, 626, 631, 634, 714, 728

Ética, 233, 311, 370, 641, 726

Europa, 33, 68, 180, 728

F

Factor Relacional, 41, 42, 62, 63, 472, 720, 721, 723

Fake news, 218, 674, 687, 688

Framework, 12, 188, 444, 502, 555, 598, 616, 648, 650, 651, 653, 655, 656, 659, 661, 664, 665

G

Governança, 219, 228, 370, 630, 632

Governança eletrônica participativa, 630, 632

Governance, 375

grupos sociais, 40, 216, 344, 348

Guarulhos, 692, 693, 716, 717, 718

H

Habitação, 88, 90, 91, 131, 132

Havana, 9, 261, 288, 331, 334, 344, 350, 351, 352, 353, 495, 711, 712

herramientas, 74, 75, 395, 396, 397, 399, 421, 424, 426, 428, 429, 431, 433, 434, 438, 600, 601, 602, 603, 609, 613, 715

I

idosos, 39, 40, 119, 219, 630, 635, 636, 639, 646

Inclusión social, 71

Indicador 1, 173, 185, 219, 228, 271, 633, 636, 638, 639, 644

Indicador 10, 219

Indicador 11, 219, 636, 638, 639, 644

Indicador 12, 173, 185, 219, 271

Indicador 13, 219

Indicador 2, 219

Indicador 3, 219

Indicador 4, 219

Indicador 5, 219, 229

Indicador 6, 219, 230

Indicador 7, 219

Indicador 8, 219

Indicador 9, 219

Indicadores, 170, 176, 187, 272, 276, 277, 280, 309, 354, 355, 628, 633, 635, 639, 644, 691, 693, 716, 718

indicadores e métricas, 33, 36, 618

Infodemia, 31, 689

Information Literacy, 10, 11, 12, 14, 30, 35, 39, 46, 50, 56, 172, 188, 192, 203, 235, 242, 261, 289, 357, 359, 368, 373, 411, 434, 444, 446, 447, 451, 453, 456, 458, 459, 462, 463, 464, 465, 468, 469, 476, 477, 478, 479, 482, 485, 488, 491, 492, 494, 498, 503, 504, 512, 515, 517, 521, 522, 531, 557, 565, 567, 577, 590, 591, 594, 595, 596, 598, 616, 623, 647, 648, 649, 650, 653, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 703, 704, 725, 729, 735

Inovação, 2, 3, 6, 29, 37, 45, 80, 131, 146, 172, 214, 261, 286, 287, 288, 302, 303, 305, 331, 358, 645, 688, 691, 697, 698, 699, 702, 703, 712, 715, 716, 730, 740, 741

Integração, 29, 38, 39, 45, 150, 205, 214, 288, 331, 358, 687, 694, 697, 700, 704, 726, 729, 731, 732, 740

Inteligencia Artificial, 10, 66, 353, 411, 421, 438, 439, 440, 693, 718

Inteligência artificial, 6, 141

Inteligência Artificial (IA), 14, 34, 45, 363, 369, 371

Itália, 5, 264, 631, 695

L

Liderazgo cívico, 401

Lisboa, 470, 472, 473, 597

Ludicidade, 40

M

Macau, 577, 597, 724, 741
machine learning, 159, 219, 602
Media and Information Literacy, 10, 12, 14, 30, 35, 39, 46, 50, 56, 172, 188, 192, 203, 235, 261, 289, 357, 359, 373, 434, 444, 462, 465, 476, 477, 478, 479, 482, 485, 488, 491, 492, 494, 498, 503, 504, 512, 515, 517, 522, 557, 565, 567, 590, 591, 598, 616, 623, 647, 648, 649, 650, 653, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 703, 704, 725, 729, 734
Media and Information Literacy Cities, 12, 30, 172, 188, 192, 203, 235, 357, 522, 565, 648, 650, 653, 661
Media Ethics, 577
Media Information Literacy, 11, 242, 411, 446, 447, 451, 453, 456, 458, 459, 463, 464, 468, 469, 577, 665
Media Literacy, 475, 479, 495, 496, 508, 513, 514, 515, 595, 596, 597, 692, 704, 717
Meio ambiente, 219
Metodología, 409, 601, 646, 693, 718
Métricas, 11, 181, 219, 233, 234, 354, 355, 373, 409, 618, 624, 632, 635, 639, 646
MIL Cities, 6, 10, 11, 30, 31, 32, 33, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 64, 65, 170, 171, 287, 441, 454, 456, 458, 464, 467, 468, 475, 484, 485, 486, 493, 498, 500, 501, 510, 522, 524, 525, 526, 528, 529, 531, 546, 565, 589, 647, 650, 651, 653, 654, 655, 656, 657, 659, 662, 664, 665, 687, 692, 693, 717, 718, 734
MIL Leaders, 12, 648, 659
minorias, 278, 284
Misinformation, 529
Mobilidade, 8, 99, 124, 131, 236, 241, 242, 245, 249, 254, 255
Montevideu, 173, 179, 180, 181, 182, 185

N

Não-Violência, 39
Neurocommunication, 704
Neurocomunicação, 406, 703
Neurocomunicación, 10, 394, 406, 703
Nigeria, 5

O

ODS, 87, 110, 177, 182, 282, 329, 365, 728
organizações, 35, 139, 149, 152, 214, 273, 321, 359, 360, 368, 621, 622, 637
Osasco, 624, 626, 631, 632, 633, 634, 636, 637, 638, 639, 641, 642, 646

P

paradigma, 30, 31, 36, 39, 41, 43, 44, 57, 60, 62, 64, 65, 88, 136, 164, 192, 193, 196, 214, 218, 220, 224, 229, 230, 264, 269, 278, 329, 331, 349, 352, 357, 359, 360, 361, 371, 372, 666, 740
Planejamento, 130, 188, 310
Planning, 535, 571, 572

R

racismo, 32, 160, 215, 270
Redes sociais, 227, 470
redes sociales, 24, 76, 79, 394, 395, 397, 399, 402, 418, 423, 425, 427, 601, 613, 706, 720, 737
Redes sociales, 405
Resiliência, 126
resilient, 54, 286, 509, 515, 525, 526, 535, 567, 569, 591, 653
Richmond, 624, 626, 631, 632, 633, 634, 636, 637, 639, 641, 642, 644
Roma, 473

S

Salvador, 333, 355, 687
Saneamento, 97, 130
São Paulo, 5, 6, 9, 13, 29, 30, 35, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 64, 65, 66, 80, 101, 105, 131, 132, 170, 172, 186, 187, 193, 210, 214, 221, 224, 233, 234, 247, 259, 261, 277, 286, 287, 288, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 318, 319, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 334, 342, 344, 350, 351, 352, 353, 357, 363, 374, 375, 441, 494, 618, 624, 626, 631, 646, 665, 686, 687, 689, 691, 692, 693, 694, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 704, 705, 710, 711, 712, 713, 715, 716, 717, 726, 727, 729, 730, 731, 732, 733, 735, 740
Saúde, 5, 31, 94, 219, 224, 225, 283, 626, 681, 686, 688, 706, 738
Segurança, 128, 219, 225
Smart cities, 571, 572, 573
social impact, 487, 494
Social Inclusion, 730
Social Innovation, 287, 406, 409, 572
Sustentabilidade, 173, 176, 181, 185, 242, 271, 327, 330, 738

T

Technology, 570, 595, 596, 626, 713, 730, 735
Tecnologia, 147, 167, 234, 261, 288, 445, 472, 711
territórios, 40, 82, 112, 113, 114, 118, 119, 192, 200, 207, 211, 328, 715
Territórios, 209
tomada de decisão, 620
Turim, 264, 285

U

UNESCO, 6, 7, 8, 10, 12, 14, 16, 29, 30, 31, 33, 35, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 74, 77, 79, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 153, 160, 164, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 181, 185, 186, 187, 188, 192, 203, 204, 213, 214, 220, 221, 229, 233, 234, 235, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 276, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 286, 287, 289, 291, 297, 310, 335, 336, 346, 352, 353, 354, 356, 358, 359,

365, 367, 368, 369, 373, 374, 394, 399, 400, 405,
411, 413, 416, 419, 426, 431, 434, 440, 441, 443,
444, 448, 449, 452, 453, 455, 456, 458, 468, 469,
470, 472, 473, 474, 475, 476, 478, 483, 487, 489,
491, 493, 494, 495, 496, 498, 499, 500, 513, 515,
517, 557, 579, 598, 600, 603, 616, 617, 622, 624,
634, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 653, 654,
655, 656, 657, 661, 663, 664, 690, 691, 692, 693,
703, 704, 714, 715, 716, 717, 724, 725, 729, 731,
732, 734, 737, 739, 740

UNESCO MIL Cities, 51, 53, 61, 456
urban spaces, 53, 54, 456, 459, 469, 522, 525, 526,
533, 534, 536, 562, 572
Urbanismo, 13, 37, 40, 58, 61, 80, 730

V

Virginia, 638, 730

A maioria dos capítulos desta obra é fruto do Primeiro Encontro Internacional das Cidades Inteligentes, as Cidades MIL, edição Brasil, realizado em 30 de abril de 2024 na Universidade de São Paulo (USP). O nome deste evento é inspirado no livro de mesmo título, organizado pelos professores Mitsuru Yanaze e Felipe Chibás-Ortiz, e que se tornou referência no tema. Nesse evento, foram lançadas importantes iniciativas e redigidos documentos como a Declaração Cidades MIL de São Paulo para o planeta, assinada por importantes personalidades, que também integram esta obra. Este livro segue a esteira de outros anteriores, também publicados pela USP, voltados à proposta das Cidades MIL, iniciativa lançada e defendida pela UNESCO desde 2018, e traz uma atualização e inovações da temática central de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). A AMI apresenta a proposição de, tendo o cidadão como centro, educar as cidades na compreensão da nova realidade híbrida, que associa o físico e o digital. Essa educação midiática e informacional pressupõe a formação de cidadãos e organizações que tenham pensamento crítico e criativo, compreendam como se fabricam as narrativas e notícias e possam discernir o contexto, subtexto e intertexto nas comunicações, assim como produzir notícias verdadeiras numa perspectiva ética. Temos aqui produções de respeitados autores de diversos continentes, mostrando experiências, pesquisas comparativas, metodologias e estratégias.

Most of the chapters in this book are the result of the First International Meeting of Smart Cities - MIL Cities, Brazil edition, held on April 30, 2024 at the University of São Paulo (USP). The name of this event is inspired by the book of the same title, organized by professors Mitsuru Yanaze and Felipe Chibás-Ortiz, which has become a reference on the subject. At this event, important initiatives were launched and documents were drafted, such as the São Paulo MIL Cities Declaration for the planet, signed by important personalities, which is also included in this book. This book follows in the footsteps of previous ones, also published by USP, focused on the MIL Cities proposal, an initiative launched and defended by UNESCO since 2018, and brings an update and innovations to the central theme of Media and Information Literacy (MIL). AMI proposes that, with the citizen at the center, cities should be educated to understand the new hybrid reality, which combines the physical and the digital. This media and information education presupposes the formation of citizens and organizations that have critical and creative thinking, understand how narratives and news are manufactured and can discern the context, subtext and intertext in communications, as well as produce true news from an ethical perspective. Here we have productions by respected authors from different continents, showing experiences, comparative research, methodologies and strategies.